



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1743

Sexta-feira - 15 de Maio de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	4	Guaramirim.....	266	Paulo Lopes.....	473
Alto Bela Vista.....	11	Guarujá do Sul.....	267	Penha.....	474
Anchieta.....	15	Herval d'Oeste.....	275	Peritiba.....	493
Antônio Carlos.....	19	Ibiam.....	277	Pinheiro Preto.....	496
Ascurra.....	21	Ilhota.....	278	Pomerode.....	497
Balneário Rincão.....	22	Imarui.....	279	Ponte Serrada.....	507
Bela Vista do Toldo.....	23	Imbituba.....	280	Porto União.....	508
Biguaçu.....	25	Indaial.....	283	Pouso Redondo.....	593
Blumenau.....	31	Iomerê.....	284	Presidente Nereu.....	594
Bom Retiro.....	35	Irineópolis.....	285	Rio do Sul.....	596
Braço do Trombudo.....	41	Itá.....	288	Salto Veloso.....	601
Brunópolis.....	66	Itapiranga.....	289	Santa Cecília.....	602
Brusque.....	67	Itapoá.....	290	Santa Rosa do Sul.....	603
Caçador.....	83	Ituporanga.....	301	Santa Terezinha do Progresso.....	604
Camboriú.....	91	Joaçaba.....	302	São Bento do Sul.....	605
Campo Alegre.....	99	Lages.....	312	São Carlos.....	607
Campos Novos.....	128	Laguna.....	314	São Domingos.....	608
Canoinhas.....	130	Lauro Muller.....	315	São João do Oeste.....	609
Capinzal.....	135	Leoberto Leal.....	322	São José.....	610
Caxambu do Sul.....	145	Lindóia do Sul.....	325	São José do Cedro.....	613
Chapadão do Lageado.....	150	Luzerna.....	326	São Lourenço do Oeste.....	615
Concórdia.....	178	Macieira.....	327	São Miguel da Boa Vista.....	617
Cordilheira Alta.....	200	Mafra.....	328	São Miguel do Oeste.....	618
Coronel Martins.....	203	Maracajá.....	330	São Pedro de Alcântara.....	624
Correia Pinto.....	204	Maravilha.....	343	Schroeder.....	625
Curitibanos.....	210	Meleiro.....	345	Serra Alta.....	669
Ervai Velho.....	211	Modelo.....	346	Sombrio.....	672
Faxinal dos Guedes.....	241	Navegantes.....	349	Tigrinhos.....	673
Forquilha.....	243	Nova Trento.....	352	Timbó.....	675
Fraiburgo.....	245	Orleans.....	358	Três Barras.....	677
Frei Rogério.....	251	Ouro.....	359	Treze Tílias.....	679
Galvão.....	252	Ouro Verde.....	360	União do Oeste.....	680
Garopaba.....	253	Paial.....	429	Urussanga.....	681
Garuva.....	255	Palhoça.....	454	Videira.....	683
Gaspar.....	256	Palmitos.....	460	Xavantina.....	717
Governador Celso Ramos.....	257	Papanduva.....	461	Xaxim.....	718
Grão Pará.....	258	Passo de Torres.....	467		
Guaraciaba.....	265	Passos Maia.....	469		

Consórcios

CIGA.....	719
CIMVI.....	720
CIS Nordeste.....	726
CIS/AMARP.....	727
CISAM.....	729
CIRSURES.....	732



Ponte Serrada SOLIDÁRIA

Colabore com as vítimas do tornado

Conta Corrente para doações:

Banco do Brasil:

Agência: 2479-1

Conta Corrente: 13881-9

Defesa Civil de Ponte Serrada

CNPJ: 15.364.703/0001-76

Informações: (49) 8427-0191 ou 9968-1101

#JuntosSomosMaisFortes



XANXERÊ SOLIDÁRIA

DOE ÀS VÍTIMAS DO TORNADO

CONTA CORRENTE OFICIAL PARA DOAÇÕES
BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA 0586-X CONTA: 2.015-X

CNPJ: 83.009.860/0001-13

PARA TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS
USE O CÓDIGO ABAIXO

IBAN: BR8600000000005860000020150C1

INFORMAÇÕES: (49) 3441-8500

Iniciativa



PREFEITURA DE
XANXERÊ
xanxere.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 054/2015

DECRETO Nº 054/2015 – DE 13 DE MAIO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.351, de 13 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 17.571,47 (dezessete mil e quinhentos e setenta e um reais e quarenta e sete centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O recurso a que se refere o “caput” deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Água Doce e aplicação de recursos próprios.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicação Direta com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.00.0.3.0002.0/60 Aplicações Diretas R\$ 17.571,47
TOTALR\$ 17.571,47

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2014 verificado na rubrica: 0.1.0002 Receitas de Impostos e Transferências.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de maio de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 055/2015

DECRETO Nº 055/2015 – DE 13 DE MAIO DE 2015

“DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO IDOSO, CRIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA I CONFERÊNCIA DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce (SC), no exercício das funções inerentes ao seu cargo e em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal dos Idosos – CMI - de Água Doce, Amá-
bile Abatti, no uso de suas atribuições de acordo com a Lei nº 2.332/2014 de 22 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º- Fica CONVOCADA a I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO IDOSO, conforme a resolução 001/2015 do Conselho Municipal do Idoso, a qual tem como objetivo propiciar a reflexão, discussão e avaliação das ações dirigidas às pessoas idosas, dos espaços de participação e da forma como vem sendo realizada a gestão da

política da garantia dos direitos da pessoa idosa.

Art.2º- A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO IDOSO realizar-se-á em Água Doce, no dia 21 de maio de 2015, no Centro de Convivência, com início as 13:30 horas e término as 17:30

Art.3º- O evento terá como tema central: Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as Idades”

Eixo 1- Gestão (Programas, Projetos e Ações)

Eixo 2 - Financiamento (Fundo do Idoso e Orçamento Público)

Eixo 3 - Participação (Política e no Controle Social)

Art.4º- A designação de delegados e delegadas à Conferência Estadual do Idoso seguirá os critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual do Idoso.

Art.5º - Os resultados da Conferência Municipal subsidiarão a realização da Conferência Estadual do Idoso, à realizar-se em 2015, e esta, à Conferência Nacional.

Art.6º - Fica instituída a Comissão organizadora da I Conferência Municipal sob a Coordenação do Presidente do Conselho Municipal do Idoso sendo composta pelos seguintes membros:

Amá-
bile Abatti - Presidente do Conselho Municipal do Idoso;

Luiz Pellicoli - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

Silvia Mônica Bortolini - Representante da Secretaria de Saúde e Promoção Social;

Clédi Wiezorek Altenburger - Representante do Centro de Referência Social - CRAS;

Luciani Cristina Alves - Representante do Gabinete do Prefeito;

Juciana Souza de Araújo Soares - Secretária de Administração e Fazenda

Sandra Maria Celso Zanini - Representando a Coordenação dos Grupos da Terceira Idade

Thiara Gabriela Cyrino Ramos - Representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

Odila Caron - Representante dos Grupos da Terceira Idade do Interior.

Art. 7º - À Comissão Organizadora da Conferência caberá:

I -Preparar e acompanhar a operacionalização da I Conferência Municipal dos direitos da pessoa idosa;

II -Organizar e coordenar a Conferência Municipal dos direitos da pessoa idosa;

III - Dar suporte técnico - operacional durante o evento;

IV - Manter o CMI do Município informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da I Conferência dos direitos da pessoa idosa;

Art. 8º - Para operacionalização da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a Comissão Organizadora contará com o apoio dos seguintes Órgãos:

I. -Unidades das Secretarias Municipais de Saúde e Promoção Social - CRAS;

II. -Secretarias Municipais da Administração, Saúde e Educação;

III. - Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

IV. - Associações Comunitárias;

V. -Conselho Municipal do Idoso;

Art. 9º - A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na operacionalização da Conferência Municipal dos direitos da pessoa idosa.

Parágrafo Único: Consideram-se colaboradores eventuais as instituições e organizações governamentais ou de sociedade civil, da

administração pública ou de iniciativa privada, prestadoras de serviços de atendimento ao idoso, bem como consultores e convidados. Art. 10 - Caberá a Secretaria de Administração e Finanças os custos provenientes da referida Conferência, e ao Conselho Municipal do Idoso, a adoção de todas as medidas quanto ao cumprimento dos objetivos deste decreto.

Art. 11- Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Água Doce (SC), 13 de maio de 2015.

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito de Água Doce

AMÁBILE ABATTI

Presidente do Conselho Municipal do Idoso

EDITAL CMDCA Nº 001/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Água Doce - SC.

SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALI, PRESIDENTA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 24 de março de 2015, no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, sito à Rua Frei Silvano nº 16, em sua e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e nos arts. XX, e nos arts. 8º ao 14 da Lei Municipal 094/2014, de 09 de dezembro de 2014, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Água Doce, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 094/2014, de 09 de dezembro de 2014, é assegurado o direito a:

I – vencimento de R\$ 1.364,54 (Um mil trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) reais), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II – cobertura previdenciária;

III – gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV – licença-maternidade;

V – licença-paternidade;

VI – gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo

de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 7h30 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (13h00 às 19h00), na Prefeitura Municipal de Água Doce, localizada na Praça João Macagnan, nº 322.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I – reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II – idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III – residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV – conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio

V – outros requisitos previstos em Lei Municipal.

VI – aprovação na prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no site oficial do município <http://www.aguadoce.sc.gov.br>, mural da Prefeitura Municipal de Água Doce, Câmara de Vereadores e Diário Oficial dos Municípios.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 13/06/2015 a 17/06/2015, no horário de atendimento ao público

(13h00 às 19h00), na Prefeitura Municipal de Água Doce.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 28/06/2015 a 03/07/2015, no horário de atendimento ao público (13h00 às 19h00), na Prefeitura Municipal de Água Doce.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 17/07/2015, no site oficial do município <http://www.aguadoce.sc.gov.br>, mural da Prefeitura Municipal de Água Doce, Câmara de Vereadores e Diário Oficial dos Municípios.

3.2.4 Aplicação da prova será em 26/07/2015, outras informações da prova será divulgado no Edital nº 002/2015 a ser publicado.

3.2.5 Interposição e decisão de recursos referente a prova aplicada será em 28/07/2015.

3.2.6 A publicação dos candidatos aprovados será em 14/08/2015, no site oficial do município <http://www.aguadoce.sc.gov.br>, mural da Prefeitura Municipal de Água Doce, Câmara de Vereadores e Diário Oficial dos Municípios.

3.2.7 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive,

determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08h00 às 17h00.

Locais de votação a serem divulgados no Edital nº 002/2015

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e

nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:
I – Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II – Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I – Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III – As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015, em de edital afixado no site oficial do município <http://www.aguadoce.sc.gov.br>, mural da Prefeitura Municipal de Água Doce, Câmara de Vereadores e Diário Oficial dos Municípios, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 094/2014, de 09 de dezembro de 2014, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia

expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 02 de abril de 2015.

SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALI
PRESIDENTA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ÁGUA DOCE

ANEXO I CRONOGRAMA

Providência	Prazo	Informações Complementares
Publicação do Edital	04/04/2015	Requisitos mínimos: art. 7º da Resolução Conanda nº 170/2014 Ampla divulgação art. 9º, caput e §1º, da Resolução Conanda nº 170/2014
Inscrições	06/04/2015 a 06/03/2015	Requisitos: Art. 133 do ECA, além dos requisitos da legislação municipal (Art. 7º, §2º, da Resolução Conanda nº 170/2014) Impedimentos: Art. 140 do ECA c/c art. 15 da Resolução Conanda nº 170/2014 Não é admitida a composição de chapas segundo orienta o art. 5º, inciso 2 da Resolução Conanda nº 170/2014
Análise das inscrições	05/06/2015 a 11/06/2015	Art. 11, §2º da Resolução Conanda nº 170/2014
Publicação da relação dos candidatos	12/06/2015	Art. 11, §2º da Resolução Conanda nº 170/2014 Relação dos candidatos deve ser encaminhada ao Ministério Público
Impugnação de candidatura	17/06/2015	Proposta por qualquer cidadão, devendo indicar os elementos de prova (Art. 11, §2 Art. 11, §2º da Resolução Conanda nº 170/2014
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	22/06/2015 a 26/06/2015	Art. 11, §3º, inciso I da Resolução Conanda nº 170/2014
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	29/06/2015 a 03/07/2015	Art. 11, §3º, inciso I da Resolução Conanda nº 170/2014
Análise e decisão das impugnações	Até 10/07/2015	Art. 11, §3º, inciso I c/c §6º, inciso III da Resolução Conanda nº 170/2014
Interposição de recursos	13/07/2015 a 17/07/2015	Cabe a plenária do CMDCA julgar os recursos da comissão especial eleitoral (Art. 11, §4º da Resolução Conanda nº 170/2014
Aplicação de prova	26/07/2015	Art.12, §3º da Resolução Conanda nº 170/2014
Interposição e decisão de recursos referente a prova aplicada	28/07/2015	Art.12, §3º da Resolução Conanda nº 170/2014

Publicação dos candidatos aprovados	14/08/2015	Relação dos candidatos deve ser encaminhada ao Ministério Público
Operacionalização da eleição (Seleção das pessoas que trabalharão no pleito, solicitação da lista de eleitores junto ao TER, confecção das cédulas, urnas e reunião com a equipe	Até 18/09/2015	Art. 9º e 11º, §6º, inciso IV e VI da Resolução Conanda nº 170/2014
Solicitação de apoio a Polícia Militar ou a Guarda	22/06/2015 a 26/06/2015	Art. 11, §3º, inciso I da Resolução Conanda nº 170/2014
Divulgação dos locais de votação	Até 18/09//2015	Art. 10, §3º, inciso I da Resolução Conanda nº 170/2014
Eleição	Prazo legal 04/10/2015	Art. 139, §1º do ECA e Art. 5º, inciso I e Art. 14 caput da Resolução Conanda nº 170/2014
Divulgação do resultado	05/10/2015	Publicação no site oficial do município http://www.aguadoce.sc.gov.br , mural da Prefeitura Municipal de Água Doce, Câmara de Vereadores e Diário Oficial dos Municípios (Arts. 11, §6º, inciso VIII e 14, §2º, da Resolução Conanda nº 170/2014
Posse dos eleitos	Prazo legal 10/01/2016	Art. 139, §2º do ECA e Arts. 5º, inciso IV e 14 §2º da Resolução Conanda nº 170/2014

ERRATA AO CONTRATO Nº26/2015

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

ERRATA AO EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2015

No extrato do contrato nº26/2015 publicado em 31/03/2015 edição 1714, fica corrigido conforme segue:

Onde lê-se Valéria Brandalise Bonato leia –se Rodrigo Linneu Bonato.

Publica-se na forma de costume:

Água Doce, 14 de maio de 2015.

Novelli Sganzerla

Prefeito Municipal

ERRATA EDITAL CMDCA Nº 001/2015

ERRATA 001

EDITAL CMDCA Nº 001/2015

SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALLI, Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, faz saber aos interessados que o Edital CMDCA nº. 001/2015 sofre as seguintes alterações:

ANEXO I

CRONOGRAMA
ONDE SE LÊ:

Providência	Prazo	Informações Complementares
Inscrições	06/04/2015 a 06/03/2015	Requisitos: Art. 133 do ECA, além dos requisitos da legislação municipal (Art. 7º, §2º, da Resolução Conanda nº 170/2014) Impedimentos: Art. 140 do ECA c/c art. 15 da Resolução Conanda nº 170/2014 Não é admitida a composição de chapas segundo orienta o art. 5º, inciso 2 da Resolução Conanda nº 170/2014

LEIA-SE:

Providência	Prazo	Informações Complementares
Inscrições	06/04/2015 a 03/06/2015	Requisitos: Art. 133 do ECA, além dos requisitos da legislação municipal (Art. 7º, §2º, da Resolução Conanda nº 170/2014) Impedimentos: Art. 140 do ECA c/c art. 15 da Resolução Conanda nº 170/2014 Não é admitida a composição de chapas segundo orienta o art. 5º, inciso 2 da Resolução Conanda nº 170/2014

Água Doce, 06 de abril de 2015

SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALLI

Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

LEI Nº 2.351/2015

LEI Nº 2.351/2015 – DE 13 DE MAIO DE 2015

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 17.571,47 (dezesete mil e quinhentos e setenta e um reais e quarenta e sete centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O recurso a que se refere o “caput” deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Água Doce e aplicação de recursos próprios.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicação Direta com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.0.3.0002.0/60 Aplicações Diretas R\$ 17.571,47

TOTALR\$ 17.571,47

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a utilização do superávit financeiro do exercício de 2014 verificado na rubrica: 0.1.0002 Receitas de Impostos e Transferências.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de maio de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 175/2015

PORTARIA Nº 175/2015 de 12 de maio de 2015

“CONCEDE PODERES A SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Concede poderes a servidora JUCIANA SOUZA DE ARAUJO SOARES inscrita no CPF nº 016.393.309-09 para realizar movimentações bancárias nas agências ou pela internet, das contas da Prefeitura Municipal de Água Doce cadastradas no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, no Banco do Brasil em Água Doce, representando a Prefeitura Municipal de Água Doce junto a Secretaria de Administração e Fazenda.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 12 de maio de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

PORTARIA 176/2015

PORTARIA Nº 176/2015 de 13 de maio de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA.”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário ELIAS VIECELLI, inscrito sob CPF nº 560.164.689-91, funcionário no cargo de Secretário de Indústria Comércio e Urbanismo, a partir de 13/05/2015 a 11/06/2015, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 13 de maio de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 177/2015

PORTARIA Nº 177/2015 de 13 de maio de 2015
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:
Artigo 1º Conceder férias a funcionária EVARISTA BERNADETE TRENTTO, inscrita sob CPF nº 028.865.979-10, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo, a partir de 13/05/2015 a 11/06/2015, período 13/14.
Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.
Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 13 de maio de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 178/2015

PORTARIA Nº 178/2015 de 13 de maio de 2015
"CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO PARA O CARGO DE MERENDEIRA - APROVADA NO PROCESSO SELETIVO 004/2015"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009; Lei complementar 083/2013:

Resolve:
Artigo 1º Contratar por tempo determinado, Malvina Ferreira Velho, inscrita sob CPF 321.960.249-53, aprovada no processo seletivo 004/2015, no cargo de merendeira, pelo período de 13/05/2015 até 31/12/2014, podendo ser prorrogado obedecendo a previsão legal, mediante nova portaria, ou revogada no caso de cessarem as necessidades.
Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.
Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 13 de maio de 2015
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.029, DE 13 DE MAIO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005 e suas alterações;

DECRETA

Art. 1º. Nomear a Sra. ALESSANDRA MANFÉ, para exercer o Cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 20 HORAS, em caráter temporário, classificado em 1º lugar no Processo Seletivo 003/2014, homologado pelo decreto 1971 de 02 de fevereiro de 2015, para atender as necessidades na execução das Ações e Serviços do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 13 de maio de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 052, DE 13 DE MAIO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, TITULAR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do Artigo 14 e artigo 15 da Lei Complementar nº 012 de 10 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora, MARCIA SCHNEIDER NORDT matrícula nº 471 lotada no cargo de provimento efetivo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, desta Municipalidade, adicional por interesse de qualificação estabelecidos nos § 5º e § 6º do Art. 14 da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005, com a progressão de duas (2) referências pela qualificação em cursos apresentados e deferidos no requerimento 124/2015 de 24 de abril de 2015 de um total de 299 horas.

Art. 2º Serão contadas apenas quarenta (40) ou oitenta (80) horas, segundo dispositivo do § 6º do Art.14 da Lei Complementar 012, de 10 de janeiro de 2005.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 13 de maio de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 053, DE 13 DE MAIO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, TITULAR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do capítulo V, Par. 4º e seguintes do artigo 14 e artigo 15 da Lei Complementar nº 012 de 10 de janeiro de 2005, que "Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais"

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor, GILIARD LINK, matrícula nº 477 lotado no cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, desta Municipalidade, adicional por interesse de qualificação estabelecido na alínea "a" e "b" do Inciso II do artigo 15 da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005, com a progressão de 05(cinco) referências, tendo em vista a conclusão da Pós Graduação "Multiprofissional em Saúde da Família", através do Universidade Federal de Santa Catarina no Polo de Concórdia/SC.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 13 de maio de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 054, DE 13 DE MAIO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, TITULAR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do Artigo 14 e artigo 15 da Lei Complementar nº 012 de 10 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora, BIBIANE APARECIDA DA ROSA AR-RUDA matrícula nº 503 lotada no cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, desta Municipalidade, adicional por interesse de qualificação estabelecidos nos § 5º e § 6º do Art. 14 da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005, com a progressão de duas (2) referências pela qualificação em cursos apresentados e deferidos no requerimento 114/2015 de 01 de abril de 2015 de um total de 534 horas.

Art. 2º Serão contadas apenas quarenta (40) ou oitenta (80) horas, segundo dispositivo do § 6º do Art.14 da Lei Complementar 012, de 10 de janeiro de 2005.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 13 de maio de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 2.025, DE 04 DE MAIO DE 2015

“NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS, E DECLARA A INSERVIBILIDADE”

A Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, senhora CATIA TESSMANN REICHERT, no uso de suas atribuições legais;

Considerando as disposições do art. 13, II, da Lei Orgânica do Município e as disposições do art. 17, II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Considerando que os bens móveis objeto da avaliação de que trata este Decreto, não mais se prestam às suas finalidades, diante do tempo de uso e das efetivas necessidades da Administração Municipal;

Considerando a elevada quilometragem existente e custo de manutenção dos bens móveis objeto de avaliação, demonstrando inviabilidade econômico-financeira, no comparativo custo-benefício, de sua recuperação e manutenção no Patrimônio Público Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica Constituída Comissão Especial de Avaliação dos bens móveis inservíveis que serão leiloados, com a designação dos seguintes membros:

I – Altair Reckshause, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Transportes, que será o Presidente;

II – Diego Marciano Ferrari, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Agricultura e Meio-Ambiente, que será o secretário;

III – Jones José Gastmann, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Urbanismo e Habitação, que atuará como membro;

IV – Otavio Keiber, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de motorista, que atuará como membro;

V – Guilherme Vargas, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, que atuará como membro, e

VI – Joelson Roberto Wuaden, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, que atuará como membro.

Parágrafo único. A avaliação dos bens é exclusiva para a fixação de valor mínimo, com a finalidade de alienação.

Art. 3º A comissão constituída, nos termos do artigo anterior, desempenhara o presente mandato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, podendo-se valer de todas as formas e meios viáveis e necessários ao estabelecimento do valor de avaliação dos bens inservíveis.

Art. 4º Fica declarada a inservibilidade, para as finalidades precípuas, dos bens móveis, conforme relação seguinte:

01 Automóvel FIAT/PALIO EX, ano 2001, modelo 2002, Placas ABY 0331, RENAVAL 772050961, cor branca, Gasolina. Patrimônio nº 3000.

01 Automóvel GM/CORSA CLASSIC, ano/modelo 2003, Placas CZZ 3056, RENAVAL 804520119, cor branca, Álcool. Patrimônio nº 3077.

01 Automóvel VW/GOL SPECIAL 1.0, ano/modelo 2002, Placas MDB 1561, RENAVAL 776160370, cor branca, Gasolina. Patrimônio nº 1194.

01 MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120B, ano 1984. Patrimônio nº 424.

01 ROLO COMPACTADOR DYNAPAC 150, ano 2009. Patrimônio nº 2331.

01 RETROESCAVADEIRA CASE 580L 4 X 2, ano 1998. Patrimônio nº 680.

01 TRATOR VALMET 985, ano 1997 com concha agrícola dianteira série 1443 mod. PAD-500, acoplável para trator agrícola. Patrimônio nº 425 e 1449.

01 CARRETA AGRÍCOLA IBL 3 t CARROCERIA DE MADEIRA, basculante manual, ano 2009. Patrimônio nº 1176.

01 CARRETA AGRÍCOLA IBL 3 t CARROCERIA DE MADEIRA basculante manual, ano 2009. Patrimônio nº 1178.

01 CARRETA AGRÍCOLA TRITON 3 t CARROCERIA DE MADEIRA basculante manual, ano 2009. Patrimônio nº 2323.

01 CARRETA AGRÍCOLA TRITON 3 t CARROCERIA DE MADEIRA basculante manual, ano 2009. Patrimônio nº 2324.

01 CARRETA AGRÍCOLA TRITON 3 t CARROCERIA DE MADEIRA basculante manual, ano 2009. Patrimônio nº 2325

01 CARRETA AGRÍCOLA IAC 3 t, basculante manual, ano 2009. Patrimônio nº 2359.

01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORG.LIQ FATRITOL 4000 l. Patrimônio nº 1159.

01 PLATAFORMA DE CORTE PC 1200 MKM EQUITER, acoplável em ensiladeira, ano 2011. Patrimônio nº 2576.

01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORG.LIQ FATRITOL 4000 l. Patrimônio nº 1174.

01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGANICO LIQUIDO, ENCOMAGUI NOGUEIRA DELN 3000 l. Patrimônio nº 1464.

01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGANICO LIQUIDO CAP 4000 l. Patrimônio nº 2051.

01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LIQUIDO CHIUMENTO 4000 l. Patrimônio nº 2356.

01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LIQUIDO CHIUMENTO 4000 l. Patrimônio nº 2357.

01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO SOLIDO JUMIL 3 t. Patrimônio nº 1179.

03 BOTIJOES DE SÊMEN, modelo GT 21. Patrimônio nº 1058,1059 e 1172.

01 COLHEDORA DE FORRAGENS NOGUEIRA PECUS 9004 SUPER. Patrimônio nº 2052.

01 CAÇAMBA BASCULANTE 5M³, sem caminhão. Patrimônio nº 3136.

01 BARCO (Caiaque) em fibra. Patrimônio nº 2064.

- Mimeografo duplicador á álcool dm96; Patrimônio nº 43.
- Estante biblioteca armário móvel; Patrimônio nº 102.
- Televisor colorido 14 pol. Philco; Patrimônio nº 103.
- Duplicador álcool dm 96; Patrimônio nº 152.
- Televisor colorido 14 polegada Philco; Patrimônio nº 153.
- Televisor colorido 14 polegada Philco; Patrimônio nº 219.
- Biblioteca móvel dobrável; Patrimônio nº 234.
- Televisor colorido 14 pol. Philco; Patrimônio nº 267.
- Radio gravador duplo deck com duas caixas de som; Patrimônio nº 284.
- Biblioteca móvel tipo armário; Patrimônio nº 333.
- Armário formica, três portas, duas gavetas; Patrimônio nº 335.
- Biblioteca móvel armário; Patrimônio nº 345.
- Armário fórmica, três portas duas gavetas; Patrimônio nº 349.
- Balança elétrica, urano, nº 63732; Patrimônio nº 395.
- Cadeira escolar de madeira estrutura de ferro; Patrimônio nº 457.
- Cadeira escolar de madeira estrutura de ferro; Patrimônio nº 469.
- Carteira escolar de madeira estrutura de ferro; Patrimônio nº 475.
- Mesa madeira duas gavetas professor; Patrimônio nº 486.
- Duplicador á álcool dm 96; Patrimônio nº 495.
- Mesa exames médicos, estofados, madeira; Patrimônio nº 521.

- Cadeira giratória, tecido, cinza 2004; Patrimônio nº 605.
- Aparelho telefônico, intelbras Premium; Patrimônio nº 671.
- Impressora Epson LX 300; Patrimônio nº 681.
- Nebulizador; Patrimônio nº 748.
- Cavalete para quadro; Patrimônio nº 751.
- Suporte para bandeira; Patrimônio nº 773.
- Bebedouro tipo pressão bege; Patrimônio nº 878.
- Aquecedor desumidificador nilko 220 v; Patrimônio nº 851.
- Cadeira infantil 3/4 imbuia; Patrimônio nº 904.
- Carteira infantil 3/4 forma oval imbuia; Patrimônio nº 924.
- Armário duas portas; Patrimônio nº 934.
- Estante aço 170 x 0,90 m; Patrimônio nº 1034.
- Impressora Intelbras Epson 300; Patrimônio nº 1061.
- RADIO AIWA CSDA 229 LS; Patrimônio nº 1147.
- Impressora HP Apollo; Patrimônio nº 1171.
- Radio gravador Philips Cr 1565; Patrimônio nº 1182;
- Monitor de computador SM, 550 v, 15 dt15 vsnp/xaz-b; Patrimônio nº 1197.
- Vídeo Cassete Toshiba; Patrimônio nº 1207.
- Retroprojektor grafotec; Patrimônio nº 1209.
- Impressora laser HP; Patrimônio nº 1235.
- Mesa escolar estrutura ferro; Patrimônio nº 1296.
- Mesa infantil estrutura de ferro; Patrimônio nº 1308.
- Mesa escolar estrutura ferro; Patrimônio nº 1309.
- Mesa escolar estrutura ferro; Patrimônio nº 1326.
- Cadeira escolar estrutura ferro; Patrimônio nº 1365.
- No break 1000 kVA 115/220v; Patrimônio nº 1519.
- Microfones ls 202 d (KD); Patrimônio nº 1521.
- Impressora HP 920; Patrimônio nº 1639.
- Batedeira Black e decker; Patrimônio nº 1675;
- Retroprojektor grafotec; Patrimônio nº 1733.
- Mesa para retroprojektor; Patrimônio nº 1734.
- Monitor 15"; Patrimônio nº 1767.
- Mesa gota marfim; Patrimônio nº 1837.
- Processador Athlon XP 2.4, motherboard Asus a7v8x-x; Patrimônio nº 1905.
- Aquecedor de ar elétrico; Patrimônio nº 1921.
- Impressora HP 3550; Patrimônio nº 1926.
- Ventilador portátil 35 cm; Patrimônio nº 1929.
- Aquecedor de ar elétrico; Patrimônio nº 1937.
- Cadeira giratória preta; Patrimônio nº 1993.
- Impressora de cheque dp 20; Patrimônio nº 2029.
- Radio Semp Toshiba grav./cd; Patrimônio nº 2050.
- Televisor Philips 20 polegadas; Patrimônio nº 2244.
- Lavadora de alta pressão weekend Electrolux; Patrimônio nº 2305.
- Aparelho DVD; Patrimônio nº 2622.
- Mesa para computador; Patrimônio nº 2768.
- Arquivo de aço quatro gavetas; Patrimônio nº 2775.
- Biombo metálico, branco, triplo; Patrimônio nº 417.
- Cadeira giratória; Patrimônio nº 2261.
- Cadeira giratória; Patrimônio nº 2263.

- Autoclave 21L inox; Patrimônio nº 2278.
- Nebulizador; Patrimônio nº 2298.
- Nebulizador; Patrimônio nº 2299.
- Nebulizador; Patrimônio nº 2300.
- Nebulizador; Patrimônio nº 2301.
- Poltrona fixa espaldar médio; Patrimônio nº 2384.
- Carrinho bebe duplo marca Hércules; Patrimônio nº 2466.
- Carrinho bebe duplo marca Hércules; Patrimônio nº 2467.
- Televisor colorido 14" Panasonic; Patrimônio nº 3117.
- Balcão pia mdf parte baixo 102x80 cm; Patrimônio nº 3118.
- Aparelho telefônico fax símile PAN KX-FT17; Patrimônio nº 3119.
- Calculadora 682 OLIVETTI; Patrimônio nº 3120.
- Central telefônica INTELBRAS; Patrimônio nº 3121.
- CPU INTEL; Patrimônio nº 3122.
- Impressora de cartucho HP 1522; Patrimônio nº 3123.
- Conjunto de som com gravador, microfone sem fio, pedestais, microfone duplo, caixas acústicas e amplificador; Patrimônio nº 3124.
- Impressora multifuncional cartucho HP 1210; Patrimônio nº 3125.
- Microcomputador Intel teclado e estabilizador; Patrimônio nº 3126.
- Aparelho de som; Patrimônio nº 3127.
- Nobreak 0,6 UPS FORCE; Patrimônio nº 3128.
- CPU PENTIUM III, monitor; Patrimônio nº 3129.
- Mesa escrivaninha uma porta uma gaveta (plenário); Patrimônio nº 3130.
- Mesa escritório creme; Patrimônio nº 3131.
- Escrivaninha MDF cinza; Patrimônio nº 3132.
- Escrivaninha pequena MDF cinza; Patrimônio nº 3133.
- Escrivaninha MDF cinza; Patrimônio nº 3134.
- Aquecedor elétrico; Patrimônio nº 3135.
- Impressora HP colorida A3; Patrimônio nº 2498.
- Microcomputador Pentium 4; Patrimônio FMS nº 37.
- Cadeira madeira estrutura ferro cinza; Patrimônio FMS nº 40.
- Mesa escritório três gavetas 1,05 x 0,6m; Patrimônio FMS nº 53.
- Vídeo cassete Sanyo c/ controle remoto; Patrimônio FMS nº 104.
- Carro Curat. Esmal. Balde/Bacia Inox; Patrimônio FMS nº 9.
- Gabinete Odontológico com Sugador Siena Acoplável Olsen; Patrimônio FMS nº 15.
- Compressor de ar Schulz; Patrimônio FMS nº 16.
- Autoclave vitale cristodi 12 litros; Patrimônio FMS nº 22.
- No Break 1000 kVA 115/220; Patrimônio FMS nº 39.
- Divã p/ Exames Estofado 1.80 x 0,60 x 0,80; Patrimônio FMS nº 148.
- Nobreak 1000 kVA 115/220 v; Patrimônio FMS nº 855.
- Biombo Duplo c/ rodizio; Patrimônio FMS nº 152.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, em 04 de maio de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO FMS- 016_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 016/2015

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, Objetivando a Contratação de empresa para confecção de camisetas em malha, para ser utilizadas pela equipe do NASF no grupo ANCHIE-TA EM MOVIMENTO, nos trabalhos de prevenção na melhoria da

qualidade de vida da população Anchietaense, pago com recursos do NASF. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 16:00 horas do dia 27/05/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 14 de maio de 2015.

MAGLI ROSCETE

Gestora FMS

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO BETHA SISTEMAS Nº005/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 005/2015

Pelo presente contrato, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Vereador Geraldo Garlet, nº. 01, centro, CNPJ sob o nº. 06.054.817/0001-29, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Anchieta - SC, neste ato, representada pelo seu Presidente, Vereador Valderéz Izotton, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual Isenta, este ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional nº 24.757/OAB/SC e inscrito no CPF sob nº. 004.770.259-19 em decorrência do processo de licitação Edital n. 003/2015, na Modalidade de Pregão Presencial, homologado em 14/04/2015 com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, com todas as especificação constantes no processo de licitação Edital n. 003/2015, na Modalidade de Pregão Presencial e anexos, homologado em 14/04/2015, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.
2. Bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:
 - a. Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado.
 - b. Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE.
 - c. Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos.
 - d. Suporte Técnico, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.
 - e. Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.
 - f. Treinamento reforço para aplicativos implantados, quando solicitado;
3. A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferida exclusivamente pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

1. O presente instrumento terá duração de 8,5 meses (oito meses e meio), contados a partir da data de assinatura do contrato, com vigência até 31/12/2015. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos, sendo reajustado pelo INPC ou outro índice que vier a substituí-lo.
2. Fluído o prazo de vigência, os aplicativos licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido à obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formato "txt".

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Pelo Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores disposto na tabela abaixo:
 1. Licenciamento de uso dos aplicativos:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	8,5	Mês	Contabilidade Pública	255,00	2.167,50
2.	8,5	Mês	Compras e Licitações	135,00	1.147,50
3.	8,5	Mês	Folha de Pagamento	200,00	1.700,00
4.	8,5	Mês	Portal da Transparência	130,00	1.105,00
VALOR TOTAL R\$		6.120,00			

2. Serviços Técnicos:

ITEM	UN	SERVIÇOS	UNITÁRIO	TOTAL R\$
1.	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	360,00	360,00
2.	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	65,00	3.250,00
3.	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	0,65	325,00
4.	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco.	125,00	1.250,00
VALOR TOTAL R\$		5.185,00		

2. O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.
3. Os serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial serão pagos via boleto bancário, em parcela única em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.
4. Em caso de atraso incidirão sobre o valor dos licenciamentos do Direito de Uso multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,030% ao dia.
5. Os valores contratados serão corrigidos automaticamente, de acordo com a menor periodicidade permitida em lei, contados da data limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, de acordo com o IGP-M acumulado no período.
6. Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período.
7. Os pagamentos obedecerão ao disposto no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até quinze dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços e boleto bancário.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

1. As despesas decorrentes do Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
01.031.0001.2.001 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades do Poder Legislativo
(04) 3.3.90.39.11 – LOCAÇÃO DE SOFTWARES
2. O Presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório 03/2015, cujos termos desde logo constituem parte integrante da presente avença.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DOS APLICATIVOS

1. A CONTRATADA é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos aplicativos licenciados, concedendo a CONTRATANTE as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.
2. A CONTRATADA deverá possuir irrestrito poder para modificar os códigos-fonte e executáveis durante a vigência contratual, em face de alterações de ordem legal federal ou estadual.
3. Fica vedado a CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos aplicativos licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativos(s).
4. Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os aplicativos deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Caberá a CONTRATANTE:
 - a. Efetuar os pagamentos decorrentes do Licenciamento do Direito de Uso dos aplicativos objeto deste contrato no primeiro dia útil do mês subsequente, e, nos demais casos, em até dez dias após a sua efetiva entrega.
 - b. Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.
 - c. Manter, na operacionalização dos aplicativos, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.
 - d. Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.
 - e. Manter padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as com brevidade.
 - f. Assegurar a configuração adequada do computador e instalação dos aplicativos, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha do computador, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.
 - g. Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos aplicativos.
 - h. Parametrizar a aplicativo, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos aplicativos(s) quando necessário.
 - i. Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.
 - j. Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**1. Caberá a CONTRATADA:**

- a. Quando contratados, conforme valores disposto no Anexo I, converter dados para uso pelos aplicativos, instalar os aplicativos objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como, prestar suporte apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos aplicativos e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.
- b. Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Edital.
- c. Tratar como confidenciais informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.
- d. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- e. Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços.
- f. Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até quatro dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco.

CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO DE IMPLANTAÇÃO

1. O treinamento na operacionalização do aplicativo, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet.
2. A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer das dependências da CONTRATANTE.
3. O treinamento de implantação na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.
4. O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.
5. O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO

1. As melhorias/modificações nos aplicativos poderão ser legais, corretivas ou evolutivas.
2. As melhorias/modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.
3. As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal do licenciamento dos aplicativos.
4. As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos aplicativos à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar.
5. As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos aplicativos durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos aplicativos.
6. As atualizações de cunho corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE.
7. As modificações/melhorias evolutivas ou de natureza legal serão introduzidas nos aplicativos originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte à versão antiga.
8. A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.
9. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

1. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.
2. O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, e compreenderá:
3. Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos aplicativos
4. Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.
5. Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.
6. Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos aplicativos.
7. Desenvolver relatórios específicos.
8. Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.
9. O suporte, embora disponibilizado pela CONTRATADA, somente será prestado caso o interlocutor do CONTRATANTE que tenha cumprido com a etapa descrita na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.
10. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos aplicativos realizada por pessoas não credenciadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

1. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente

em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

2. A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item 5 da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples Apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

2. A rescisão contratual poderá ser:

- a. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato.

2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

3. A penalidade de multa, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

4. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

5. Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

- a. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a cinco anos.
- b. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Anchieta-SC, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Anchieta, 14 de abril de 2015.

VALDEREZ IZOTTON Presidente da Câmara	ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR. BETA SISTEMAS LTDA
--	--

TESTEMUNHAS:

Nome: Jussara Santin
CPF nº 026.265.849-67

Nome: Edeimar Luiz Griebler
CPF nº 060.415.549-28

Antônio Carlos

PREFEITURA

LEI Nº 1.475/2015

LEI Nº 1.475/2015

Autoriza o poder executivo municipal a conceder isenção as taxas que especifica à associação de pais e amigos dos excepcionais – APAE- Antônio Carlos e da outras providências

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a isentar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE – Antônio Carlos do valor consubstanciado na Taxa de Alvará de Construção.

Parágrafo Único. A taxa de Alvará de Construção é composta pela Taxa de Expediente, Taxa de Licença para Execução de Obra e ISS Construção Civil, imposto este que não faz parte da referida autorização.

Artigo 2º. A isenção autorizada por esta Lei é exclusiva para a construção da sede da APAE de Antônio Carlos, a qual será edificada na Rua São Francisco, nº. 747, bairro Centro, neste município de Antônio Carlos.

Artigo 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 4º. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 12 de maio de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.476/2015

LEI Nº 1.476/2015

Concede Revisão Geral Anual de que Trata o Art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida revisão geral de que trata o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, no percentual de 8,12% (oito virgula doze por cento), no vencimento dos servidores municipais, bem como, no subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, na remuneração dos Coordenadores, do Assessor de Comunicação, correspondente a inflação acumulada no período de abril de 2014 a março de 2015, medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e apurada pelo IBGE.

Parágrafo Único - A revisão de que trata este artigo, não é extensiva ao vale alimentação instituído pela Lei 1.379/2012.

Art. 2º O Índice aplicado no artigo anterior servirá como base para reajuste das diárias instituídas pela Lei 558/92, conforme anexo II.

Art. 3º O disposto nesta Lei aplica-se no que couber aos inativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social/RPPS.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações constantes da Lei Orçamentária Anual para 2015.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 12 de maio de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.477/2015

LEI Nº 1.477/2015

DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº. 1014/2005, BEM COMO REVOGA LEI QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei Municipal nº. 1.014, de 10 de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação;

“Artigo 2º - O estágio concedido trata-se de um conjunto de fatores colocados à disposição do estudante, no período de realização do mesmo, sob a forma de espaço físico-operacional, de recursos humanos, técnico e instrumental.

§ 1º - O estágio não gerará vínculo empregatício nos termos da legislação federal aplicável.

§ 2º - O estagiário perceberá uma Bolsa- Auxílio mensal explicitada no ato de compromisso de Estágio, cujos valores são os seguintes:

I. ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

a) R\$400,00 (quatrocentos reais), por 20 (vinte) horas/semanais de estágio;

b) R\$ 600,00 (Seiscentos reais), por 30 (trinta) horas/semanais de estágio;

II. ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO, PROFISSIONALIZANTE OU DE CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.

a) R\$350,00 (Trezentos e cinquenta reais), por 20 (vinte) horas/semanais de estágio;

b) R\$450,00 (quatrocentos e cinquenta s reais), por 30 (trinta) horas/semanais de estágio.”

Art. 2º Fica Revogada a Lei Municipal nº. 1262, de 04 de maio de 2010.

Art. 3º Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 12 de maio de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PORTARIA N 293/2015

PORTARIA Nº 293/2015

Exonera servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, VALERIO BAGATOLI do cargo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a contar de 13 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - . Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de maio de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 15 de maio de 2015.

Ascurra

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 24-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 24/2015

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 09 de junho de 2015, CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente para, PAVIMENTAÇÃO DE RUA COM LAJOTA DE CONCRETO SEXTAVADA E CALÇADA DE CONCRETO (EM PARTE DA RUA RIBEIRÃO SÃO PAULO), conforme Edital. Maiores informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente ou no site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 15 de maio de 2015.
Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO Nº. 037/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/PMBR/2015.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 29/05/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: contratação de empresa especializada para 500 horas de assessoria e suporte técnico ao Setor de Arrecadação, disponibilizando profissionais com conhecimento em Legislação Tributária, Coleta de Dados, Software de apoio para a recuperação Fiscal, atendimento aos contribuintes, ajustes nos cadastros, visando à recuperação de créditos tributários e incremento de arrecadação de Receita Tributária, do município de Balneário Rincão - SC., pelo período de 12 (doze) meses..

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão – SC, 14 de Maio de 2015.

Renato da Silva Vitche

Pregoeiro

DECRETO Nº. 271/2015

DECRETO/GP/Nº 271/2015

CONVOCA A I MINI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO A PARTICIPAR DA IV CONFERÊNCIA REGIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Estado de Santa Catarina, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política Nacional do Idoso no Município de Balneário Rincão;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 230 da Constituição da República Federativa do Brasil, o qual dispõe que "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida";

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.842/94, que dispõe sobre a política Nacional do Idoso, tendo por objetivo assegurar os direitos sociais, criando condições para promover sua autonomia e participação efetiva na comunidade, bem como o Decreto Federal nº 1.948/96, o qual regulamenta a referida Lei;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 10.741/2003, que instituiu o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos;

CONSIDERANDO que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e que o idoso é ainda alvo de muitos preconceitos, sendo-lhes negados, corriqueiramente, os mais básicos dos direitos, cabendo assim, ao Município propiciar políticas públicas condizentes as necessidades da pessoa idosa;

CONSIDERANDO ainda I Mini Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada no Município de Balneário Rincão em 11 de maio do corrente ano, Conferência esta que aprovou propostas em benefício do público idoso, divididas em eixos distintos, tais como, eixo de gestão, financiamento, participação e sistema de garantia de direitos, bem como a eleição de delegados do Poder Público e da Sociedade Civil,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a I Mini Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Balneário Rincão a participar da IV Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 15 de maio do corrente ano, na Sede da Associação Empresarial de Criciúma – ACIC, tendo como tema central: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa – Por um Brasil de todas as idades".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria, partilhadas entre os Municípios participantes, conforme deliberação ocorrida em reunião do Colegiado Regional de Assistência Social da Associação dos Municípios da Região carbonífera – AMREC, ocorrida em 24 de março de 2015.

Art. 3º - Fica ainda determinada a ampla publicação do presente Decreto nos meios de comunicação.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão (SC), 13 de maio de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 13 de maio de 2015.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 010/2015

EDITAL Nº. 010/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO
PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014

O Município de Bela Vista do Toldo, inscrito no CNPJ sob nº01.612.888/0001-86, através do Prefeito Municipal GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, no uso das suas atribuições legais e considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral), bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 232 de 10 de fevereiro de 2015. Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral), para comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Rua Estanislau Schumann nº 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, no prazo de 2 (dois) dias manifestar seu interesse na vaga, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, e/ou requerer o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia legível autenticada);
 - b) Cadastro de Pessoas Físicas - C.P.F (cópia autenticada);
 - c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou site www.receita.fazenda.gov.br);
 - d) Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição; (cópia autenticada);
 - e) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino; (cópia autenticada);
 - f) Certidão de Nascimento e/ou Casamento; (ORIGINAL E CÓPIA);
 - g) Certidão de Nascimento dos filhos (menores de 21 anos); (ORIGINAL E CÓPIA);
 - h) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo, com o competente Registro no Conselho de Classe correspondente, se for o caso;
 - i) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Sana Catarina;
 - j) Declaração de bens que constituem seu patrimônio; (www.pmbvt.sc.gov.br)
 - k) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos a qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitidas pelo respectivo órgão; (www.pmbvt.sc.gov.br)
 - l) 1 Foto 3X4 recente;
 - m) Comprovante de residência e contato atualizados; (CÓPIA);
 - n) Comprovante oficial de abertura de Conta Bancária junto a Caixa Econômica Federal contendo agência e o número da conta, para crédito de salário.
2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente

perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pelo Médico do Trabalho Dr. José Flavio Benetti, na Rua Barão do Rio Branco, nº 1345. O exame deverá ser agendado pelo candidato através do telefone nº 3622-4234.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para realização do exame pré-admissional deverão os concursados apresentar-se no consultório médico munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Setor de Recursos Humanos a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Setor de Recursos Humanos e, Departamento Jurídico.

Bela Vista do Toldo/SC, 15 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e fazenda

EDITAL Nº. 010/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

PATRICIA IURKIV

CARGO: FISIOTERAPEUTA

GISLAINE DOS SANTOS HOLLER

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 011/2015

EDITAL Nº. 011/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO
PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2014

O Município de Bela Vista do Toldo, inscrito no CNPJ sob nº01.612.888/0001-86, através do Prefeito Municipal GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, no uso das suas atribuições legais e considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2014 (Emprego Público), bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 233 de 10 de fevereiro de 2015. Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2014 (Emprego Público), para comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Rua Estanislau Schumann nº 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, no prazo de 2 (dois) dias manifestar seu interesse na vaga, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, e/ou requerer o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré- admissional:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia legível autenticada);
- b) Cadastro de Pessoas Físicas - C.P.F (cópia autenticada);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição; (cópia autenticada);
- e) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino; (cópia autenticada);
- f) Certidão de Nascimento e/ou Casamento; (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento dos filhos (menores de 21 anos); (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo, com o competente Registro no Conselho de Classe correspondente, se for o caso;
- i) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Sana Catarina;
- j) Declaração de bens que constituem seu patrimônio; (www.pmbvt.sc.gov.br)
- k) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos a qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitidas pelo respectivo órgão; (www.pmbvt.sc.gov.br)
- l) 1 Foto 3X4 recente;
- m) Comprovante de residência e contato atualizados; (CÓPIA);
- n) Comprovante oficial de abertura de Conta Bancária junto a Caixa Econômica Federal contendo agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré -admissional a ser realizada pelo Médico do Trabalho Dr. José Flavio Benetti, na Rua Barão do Rio Branco, nº 1345. O exame deverá ser agendado pelo candidato através do telefone nº 3622-4234.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para realização do exame pré-admissional deverão os concursados apresentar-se no consultório médico munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do

exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Setor de Recursos Humanos a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Setor de Recursos Humanos e, Departamento Jurídico.

Bela Vista do Toldo/SC, 15 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e fazenda

EDITAL Nº. 011/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: ODONTÓLOGO ESF

ZENO AMARAL NETO

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 071/2015

DECRETO Nº 071/2015 DE 13 DE MAIO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) a dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2014, apurado em fonte de recurso:

03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0301.04.122.0002.2011	Manutenção da Secretaria de Administração	15.000,00
3.3.90.00/0.3.00.000000	Outras Despesas Correntes	15.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 13 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 072/2015

DECRETO Nº 072/2015 DE 13 DE MAIO DE 2015.

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária Anual para 2015 para ajuste de fonte de recursos.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentária,

Considerando, que o Orçamento da Receita constante da Lei Orçamentária para 2015 prevê a arrecadação de R\$ 76.000,00 na Fonte Recursos: 0.1.38.000175 - Co-Financiamento Proteção Especial de Média Complexidade - FMAS;

Considerando, que o Orçamento da Receita constante da Lei Orçamentária para 2015 prevê a arrecadação de R\$ 104.000,00 na Fonte Recursos: 0.1.38.000156 - Co-Financiamento Proteção Especial de Alta Complexidade - FMAS;

Considerando, que os recursos dessas fontes devem ser destinados, parte para custeio e parte para investimentos;

Considerando, a necessidade de segregar contabilmente o controle contábil da disponibilidade de caixa por destinação de recurso, ou seja, custeio e investimento;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

1100 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	ANULAÇÃO	
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	42.000,00
4.4.00.00	Investimentos	42.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	42.000,00
0.1.38.000156	Co-Financiamento Proteção Especial de Alta Complexidade	42.000,00
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	30.000,00
4.4.00.00	Investimentos	30.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.38.000175	Co-Financiamento Proteção Especial de Média Complexidade	30.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	42.000,00
4.4.00.00	Investimentos	42.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	42.000,00
0.1.38.000173	Co-Financiamento Proteção Especial de Média Complexidade	42.000,00
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	30.000,00
4.4.00.00	Investimentos	30.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.38.000174	Co-Financiamento Proteção Especial de Média Complexidade	30.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 13 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 073/2015

DECRETO Nº 073/2015 DE 14 DE MAIO DE 2015.

Faz ajustes em fontes de recursos.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, Considerando, que no exercício de 2014 o Município registrou na receita, por equívoco, R\$ 9.752,33 na fonte de recurso 0.1.38.000210 - Co-financiamento Proteção Social Básica, quando o correto seria na fonte de recurso 0.1.38.000156 - Co-Financiamento Proteção

Especial de Alta Complexidade;

Considerando, que no exercício de 2014 o Município empenhou, liquidou e pagou por equívoco R\$ 14.419,85 na fonte de recurso 0.1.38.000156 - Co-Financiamento Proteção Especial de Alta Complexidade, quando o correto seria na fonte de recurso 0.1.38.000175 - Co-Financiamento Proteção Especial de Média Complexidade;

Considerando, a necessidade de promover o ajuste nestas fontes de recursos em 2015, inclusive segregando a fonte de recursos 0.1.38.000156 - Co-Financiamento Proteção Especial de Alta Complexidade com destinação para Custeio e Investimento; e a 0.1.38.000175 - Co-Financiamento Proteção Especial de Média Complexidade com destinação para Custeio e Investimento;

DECRETA:

Art. 1º Para corrigir os equívocos ocorridos em 2014, a Diretoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças fica autorizada a ajustar o valor do resultado financeiro dessas fontes de recursos, inclusive segregar por fonte de recursos as parcelas destinadas a custeio e investimento, conforme abaixo demonstrado:

Fonte de Recurso	Resultado Financeiro de 2014	Resultado Financeiro Ajustado em 2015
0.1.38.000210 – Co-Financiamento Proteção Social Básica	36.430,19	26.678,16
0.1.38.000156 – Co-Financiamento Proteção Especial de Alta Complexidade - Custeio	34.452,00	17.044,18
0.1.38.000173 – Co-Financiamento Proteção Especial de Alta Complexidade - Investimento	0,00	41.580,00
0.1.38.000175 – Co-Financiamento Proteção Especial de Média Complexidade - Custeio	90.451,85	45.619,20
0.1.38.000175 – Co-Financiamento Proteção Especial de Média Complexidade – Investim.	0,00	30.412,80
TOTAL	161.334,04	161.334,34

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 14 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DL 163/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 163/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA PARA O EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, A REALIZAR-SE NA PRAÇA NEREU RAMOS E NO ESTACIONAMENTO AO LADO DA IGREJA MATRIZ, NO PERÍODO DE 14 À 17 DE MAIO DE 2015.

EMPRESA CONTRATADA: SERVIG SEGURANÇA PRIVADA LTDA EPP
VALOR: R\$ 3.400,00 (três mil quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: 60 (sessenta dias).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.01.2.075.33.90.39.99.00.00.00

FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

V- quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta,

justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

JUSTIFICATIVA:

Em razão da falta de empresas interessadas em participar do processo de Licitação CV 148/2015, o qual não se pode realizar nova licitação, tendo em vista que não há tempo hábil, pois o Evento Biguaçu 182 anos ocorrerá no período de 14 à 17 de Maio.

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como o valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 13 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA Nº. 02 DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 02 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 20/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 20/2015

Persistindo a necessidade de adequação do item 02, narrado no anexo II do presente edital vinculativo, verificou-se como imperiosa a adequação do café. Desta forma, necessário adequar a data para realização da sessão de licitação. Neste sentido, altera-se o edital.

Onde se lê no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 20/2015–FMS)

(...)AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE COPA E COZINHA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 16/04/2015, às 13h59min do dia 04/05/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 04/05/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (04/05/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos. (...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (04/05/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

LEIA-SE no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 20/2015 – FMS)

(...)AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE COPA E COZINHA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 20/05/2015, às 13h59min do dia 03/06/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 03/06/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (03/06/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos. (...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (03/06/2015) tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

Onde se lê no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 20/2015 – FMS)

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
2	CAFÉ TIPO TORRADO, APRESENTAÇÃO MOÍDO, TIPO DE EMBALAGEM ALTO VÁCUO, VALIDADE PRAZO MÍNIMO DE 1 ANO, A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, NORMAS TÉCNICAS LAUDO DE CLASSIFICAÇÃO DE CAFÉ FEITO PELA ABIC, RENDIMENTO APROXIMADAMENTE 20 GARRAFAS DE 900ML/KG DE CAFÉ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PREFERÊNCIA 100% CAFÉ ARÁBICA OU 20% CONILLON, PACOTE DE 500G.	UN	1.500,00	12,36	18540,00

LEIA-SE no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 20/2015 – FMS)

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
2	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, DUPLAMENTE EMBALADO, SENDO A PRIMEIRA EMBALAGEM EM CAIXA PROTETORA DE PAPELÃO E A SEGUNDA EM EMBALAGEM A VÁCUO LAMINADA, TORRAÇÃO ESCURA, COM ASPECTO EM PÓ HOMOGÊNEO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 100% CAFÉ ARÁBICA NÃO SENDO ADMITIDO CONILLON, PACOTE DE 500 GRAMAS. VALIDADE DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA PELO FORNECEDOR, COM REGISTRO DA DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADA NO RÓTULO DA EMBALAGEM. A MARCA VENCEDORA DEVE POSSUIR CERTIFICADO NO PQC-PROGRAMA DE QUALIDADE DO CAFÉ, DA ABIC, EM PLENA VALIDADE, OU O LAUDO DE AVALIAÇÃO DO CAFÉ, EMITIDO POR LABORATÓRIO ESPECIALIZADO, COM NOTA DE QUALIDADE GLOBAL MÍNIMA DE 4,5 PONTOS E MÁXIMA DE 5,9 NA ESCALA SENSORIAL DO CAFÉ E LAUDO DE ANÁLISE DE MICROSCÓPIA DO CAFÉ, COM TOLERÂNCIA DE NO MÁXIMO 1% DE IMPUREZA; BEBIDA DURA, ADMITINDO-SE RIO, ISENTO DE GOSTO RIO ZONA.	UN	1.500,00	12,36	18540,00

As demais informações constantes no Aviso de Licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 14 de maio de 2015.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO Nº 10.038/2015 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 33/2015 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.038/2015

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 33/2015 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ PARA ATENDER AO PROCESSO JUDICIAL Nº 0300613-922014.8.24.0007, IMPOSTA AO MUNICÍPIO DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA

Valor: R\$17.100,00 (dezesete mil e cem reais).

Vigência: 06/05/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário de Saúde

IN 151/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE 151/2015 PMB
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO CULTURAL PARA O EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, REALIZADO NOS DIAS 14 A 17 DE MAIO.

CONTRATADOS:

SANDRO DE SOUZA PENTEADO (BOI DE MAMÃO): VALOR: R\$ 850,00;

MILTON NEWTON SOUZA (OFICINA DE OLEIROS): VALOR: R\$ 800,00.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 13.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.075

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.39.99.00.00.00

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, após assinatura do contrato.

JUSTIFICATIVA: Devido ao Evento da Praça Cidadã 2015, em comemoração aos 182 anos de emancipação do Município de Biguaçu, houve a necessidade da contratação para compor o quadro de atrações. O processo tem fundamento legal no art. 25, III e parágrafo primeiro da Lei 8.666/93:

- para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

O contratado apresentou os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade.

De acordo com a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo os valores contratados conforme consultas prévias aparentam encontrar-se compatível com o praticado no mercado.

Biguaçu, 12 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

TP 155/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 155/2015 PMB

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a pavimentação com lajotas e drenagem das Ruas Erondina Maria da Silva e Rua Fermina Rosalina Machado, localizadas no Bairro Bom Viver, no Município de Biguaçu, de acordo com projeto, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária, parte integrante deste edital.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:15 horas do dia 03/06/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 13:30 horas do dia 03/06/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 14 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

TP 156/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 156/2015 PMB

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a pavimentação asfáltica e drenagem da Rua João Marcondes de Matos, localizada no Bairro Centro, no Município de Biguaçu, de acordo com projeto, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária, parte integrante deste edital.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 15:15 horas do dia 09/06/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 15:30 horas do dia 09/06/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 14 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

TP 157/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 157/2015 PMB

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a pavimentação com lajotas e drenagem da Rua Virgílio Ceron, localizada no Bairro Bom Viver, no Município de Biguaçu, de acordo com projeto, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária, parte integrante deste edital.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 15:15 horas do dia 03/06/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 15:30 horas do dia 03/06/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 14 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

TP 158/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 158/2015 PMB

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a pavimentação com lajotas e drenagem da Rua Gumerindo Ferreira, localizada no Bairro Praia João Rosa no Município de Biguaçu, de acordo com projeto, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária, parte integrante deste edital.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 15:15 horas do dia 08/06/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 15:30 horas do dia 08/06/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 14 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

TP 159/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 159/2015 PMB

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a pavimentação com lajotas e drenagem da Rua Hélio Laudelino da Silva, localizada no Bairro Bom Viver, no Município de Biguaçu, de acordo com projeto, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária, parte integrante deste edital.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:15 horas do dia 08/06/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 13:30 horas do dia 08/06/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 14 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

TP 160/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 160/2015 PMB

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a pavimentação asfáltica e drenagem da Rua Hermógenes Prazeres, localizada no Bairro Centro, no Município de Biguaçu, de acordo com projeto, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e planilha orçamentária, parte integrante deste edital.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:30 horas do dia 09/06/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 09/06/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 14 de maio de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Credenciamento para serviço de radiodifusão

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

AVISO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO AO CREDENCIAMENTO DE EMISSORAS DE RÁDIO, COM SINAL DE TRANSMISSÃO NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC, PARA VEICULAÇÃO DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

OBJETO: Credenciamento de emissoras de rádio que possuam sinal de transmissão no Município de Biguaçu, para transmissão das sessões ordinárias desta Câmara de Vereadores; das entrevistas com os vereadores e da divulgação das notícias e informações jornalísticas de interesse da municipalidade.

ENTREGA DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO: Local: Setor de Licitação (sl. 302) – Câmara Municipal de Biguaçu/SC - Endereço: Rua: Hermógenes Prazeres nº 79 - Comercial Nagib Garcia, Centro – Biguaçu – SC.

PERÍODO DO CREDENCIAMENTO: de 19/05/2015 a 26/05/2015. Horário: das 13h às 19h.

CONSULTA AO EDITAL: O Edital poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitação (endereço supra), em meio digital, mediante entrega de um pen-drive, no horário das 13h às 19h, ou por e-mail, através do endereço: cmb.licitacao@yahoo.com.br.

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.628/2015

DECRETO Nº 10.628, DE 13 DE MAIO DE 2015.

DELEGA COMPETÊNCIA AO GERENTE ADMINISTRATIVO DA INTENDÊNCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA - IDIVI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência ao Gerente Administrativo da Intendência Distrital de Vila Itoupava - IDIVI, ADIR KRAUSE, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Intendência, no período de 18 a 22 de maio de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.750/2015

PORTARIA Nº 18.750, DE 12 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA RUBIANA KEILLA COELHO ASSINK FERREIRA DO AMARAL PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE APOIO AOS CONSELHOS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, e Memorando GAPREF nº 091/2015, de 12/05/2015, resolve:

NOMEAR

RUBIANA KEILLA COELHO ASSINK FERREIRA DO AMARAL, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Apoio aos Conselhos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a contar de 18 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.751/2015

PORTARIA Nº 18.751, DE 12 DE MAIO DE 2015.

ALTERA O PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MIGUEL ARCANGELO KISNER OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE OPERADOR DE MÁQUINAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento

no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, e de acordo com o Memorando SEDEAD nº 386/2015, de 05/05/2015, resolve:

ALTERAR, a contar de 01 de abril de 2015, o percentual de gratificação de condução do servidor público municipal MIGUEL ARCANGELO KISNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, concedida pela Portaria nº 17.956/2014, para GC de 10% (dez por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.753/2015

PORTARIA Nº 18.753, DE 13 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA MARIA JOSÉ BERNARDES DE ANDRADE PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE PROCEDIMENTOS HOSPITALARES, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

MARIA JOSÉ BERNARDES DE ANDRADE, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Procedimentos Hospitalares, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, no dia 13 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de maio de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.758/2015

PORTARIA Nº 18.758, DE 14 DE MAIO DE 2015.

EXONERA FÁBIO RICARDO DE OLIVEIRA DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE JORNALISMO E NOVAS MÍDIAS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, e conforme Memorando GAPREF nº 092/2015, de 12/05/2015, resolve:

EXONERAR, a contar de 18 de maio de 2015, FÁBIO RICARDO DE OLIVEIRA, do exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Jornalismo e Novas Mídias, símbolo CC-3, na Secretaria

Municipal de Comunicação Social - SECOM, nomeado pela Portaria nº 16.677, de 20/02/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de maio de 2015.
 NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.759/2015

PORTARIA Nº 18.759, DE 14 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA FÁBIO RICARDO DE OLIVEIRA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE NOVAS MÍDIAS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, e Memorando GAPREF nº 092/2015, de 12/05/2015, resolve:

NOMEAR

FÁBIO RICARDO DE OLIVEIRA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Novas Mídias, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Comunicação Social – SECOM, a contar de 19 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de maio de 2015.
 NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal

EXTRATO CONVENIO UNIASSELVI 2015

EXTRATO – CONVÊNIO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA

OBJETO: Cooperação técnica mútua com o objetivo de estabelecer condições de realização do estágio curricular obrigatório dos cursos disponibilizados pela UNIASSELVI com base na Lei Federal nº 11.788, de 25/09/2008, que regulamenta o estágio obrigatório dos alunos do ensino superior.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

PRAZO: De 05 de março de 2015 até 04 de março de 2016.

DATA: 04 de março de 2015.

PORTARIA Nº 384/2015 - SEMUS

PORTARIA Nº 384/2015

DESIGNAR OS REPRESENTANTES QUE IRÃO COMPOR A COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE TODO PROCESSO SELETIVO INTERNO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

DESIGNAR

Os representantes que irão compor a Comissão responsável pela organização e avaliação de todos Processos Seletivos Internos da Secretaria Municipal de Saúde, sem ônus para o Município.

Magda de Brida Avila Barth	Gerência de Ambulatório e Saúde da Família
Eliane Kosinski Von Dentz	Gerência de Ambulatório e Saúde da Família
Jorge Fernando Borges de Moraes	Gerência de Saúde Mental
Dulcineia Baher Andre	Setor Gestão Do Trabalho Em Saúde
Natasha Cristina Vieira	Setor Gestão Do Trabalho Em Saúde
Sheila Sabrina Decker Hammes	Setor Gestão Do Trabalho Em Saúde
Roseli Ludwinsky De Souza	Setor Gestão Do Trabalho Em Saúde
Janete Cristina Stulp	Setor Gestão Do Trabalho Em Saúde
Juliana Ludwig Quintani	Setor Gestão Do Trabalho Em Saúde
Fabiana Gonçalves Félix Maciel	Setor Gestão Do Trabalho Em Saúde
Augusta Rodrigues da Silva	Conselho Municipal de Saúde
Irineu Otte	Conselho Municipal de Saúde
Ieda Bernardina Vargas	Sindicato dos Trab. no Serviço Público Municipal
Marco Antonio De Aviz	Sindicato dos Trab. No Serviço Público Municipal
Jerusa Wilbert	Serviço de Atenção Domiciliar
Terezinha Rosa Dalpizzol	Serviço de Atenção Domiciliar
Nauria Da Silva Guimarães	Escola Técnica de Saúde
Gisele De Cassia Galvão Ruaro	Escola Técnica de Saúde
Wagner Iansen Pansard	Gerência de Saúde Bucal

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em 27 de março de 2015.
 MARIA REGINA DE SOUZA SOAR
 Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 128/2015 - PROEB

PORTARIA RH N.º 128

NOMEIA IVONETE APARECIDA ROSA DA SILVEIRA PARA EXERCÍCIO DO CARGO DE SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS NA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1998, resolve:

NOMEAR,

IVONETE APARECIDA ROSA DA SILVEIRA, para o exercício do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, do Quadro Permanente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, do Grupo Ocupacional - GO, jornada de 40 horas semanal, Faixa de Vencimento " I ", Padrão de Vencimento A.

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU- PROEB, em 14 de maio de 2015

Ricardo Stodiek
 Presidente

PORTARIA Nº 129/2015 - PROEB

PORTARIA RH N.º 129

NOMEA JOÃO CORREIA DA SILVA FILHO

PARA EXERCÍCIO DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO NA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1998, resolve:

NOMEAR,

JOÃO CORREIA DA SILVA, para o exercício do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, do Grupo Ocupacional - GF, jornada de 40 horas semanal, Faixa de Vencimento " I ", Padrão de Vencimento A.

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU- PROEB, em 14 de maio de 2015

Ricardo Stodieck

Presidente

TERMO HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 09-2208/15 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo de INEXIGIBILIDADE Nº. 09-2208/2015 – Contratação de empresa para "aquisição de retentores de partículas para hidrômetros".

Empresa: RISCHBIETER ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (80.444.771/0001-07)

Valor Total: R\$ 45.000,00

BASE LEGAL: Artigo 25, I da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 13/2015 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 013/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE OFICINAS SOBRE ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e suas alterações; e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- o Plano de Ação Plurianual do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente 2014 à 2017 e o Plano de Aplicação do Fundo Infância e Adolescência 2015; Eixo III – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Meta Articulação do Sistema de Garantia de Direitos – Ação Promover e apoiar Capacitação Permanente envolvendo os demais atores do SGD.

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada no dia 23 de Abril de 2015, conforme consta na Ata Nº 05/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o custeio, com recursos do FIA, para contratação de empresa especializada para realização de Oficinas sobre o tema Elaboração e Avaliação de Projetos. As oficinas se destinarão aos Conselheiros de Direitos e profissionais de instituições Governamentais e não governamentais que compõem a Rede Municipal de Atendimento à Crianças e Adolescentes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 27 Abril de 2014.

IVONE SERPA

Coordenadora do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Gestão 2013 - 2015

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 05/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 05/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial TIPO: Menor Preço Global.
 OBJETO: Registro de preços para aquisição de combustível (gasolina comum e etanol), conforme anexo I do Edital.
 DATA DE ABERTURA: 27/05/2015 HORÁRIO: 10:00 horas.
 LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55.
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.30 – Material de Consumo.
 O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima, no horário das 13 horas às 19 horas, de 2ª a 6ª feira, através do telefone (47) 3231-1500 ou no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 15 de maio de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE MAIO DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 12 de maio de 2015.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Fábio Fiedler
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei nº 6.817. Destino: à sanção do Executivo.

Retirada a Cessão do Plenário ao Partido Democrático Trabalhista de Blumenau. Destino: ao arquivo.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 6.822, 6.830

Retirada da Ordem do Dia a Moção nº 86/2015.

Transferidos para a próxima Sessão todos os Requerimentos constantes da pauta, bem como os Requerimentos nºs 576 e 577/2015 e as Moções nºs 86, 87, 88, 89 e 90/2015.

Retirados os Projetos de Lei nºs 6.823, 6.828, 6.829 e 6.839. Destino: ao arquivo.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2325, 2326, 2327 e 2328. Destino: comunique-se e publique-se.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, os Projetos de Lei nºs 6.796 e 6.798.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE MAIO DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 14 de maio de 2015.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Fábio Fiedler
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.822 e 6.830. Destino: à sanção do Executivo.

Em FASE DE DISCUSSÃO EM 1º TURNO PARA OFERECIMENTO DE EMENDAS QUE ENVOLVAM O MÉRITO, A PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 77, de autoria do Vereador Célio Dias, que "ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 11, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU", DURANTE 5 (CINCO) SESSÕES ORDINÁRIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 120, §2º, DO REGIMENTO INTERNO.

Acatados os Requerimentos nºs 591 e 592/2015. Destino: à Ordem do Dia.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2330 e 2331. Destino: comunique-se e publique-se.

As demais matérias despachadas à próxima Sessão.

Bom Retiro

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 03.2015

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 03/2015.

O Prefeito do Município de Bom Retiro, Santa Catarina, Albino Gonçalves Padilha, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, juntamente com a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, senhora Elizabete Werlich Mateus, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, bem como pela existência temporária de vagas e cadastro de reserva para os cargos de **PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 20 E 30 HORAS SEMANAIS, PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL 20 HORAS SEMANAIS, PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS SEMANAIS, MOTORISTA - 40 HORAS SEMANAIS E SERVENTE - 40 HORAS SEMANAIS** uma vez que, mesmo após a chamada de todos os profissionais classificados no Processo Seletivo 02/2015 já realizado este ano, não foram supridas as necessidades do Município, tornam público, pelo presente Edital, as normas para **CHAMADA PÚBLICA**, nos itens a seguir:

1. DAS VAGAS:

Educação Infantil

Local	Nº Vagas	Carga Horária
Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti	02	30 horas
Todas as Creches Municipais	CR	30 horas
Todos os Pré Escolares	CR	20 horas

Ensino Fundamental

Local	Nº Vagas	Carga Horária
Escola do Campo Serra dos Lorenzi	01	20 horas
Núcleo Municipal São José	01	20 horas
CRAS - Centro Referência Assistência Social	01	20 horas
Todas as Escolas Ensino Fundamental	CR	20 horas

Educação Física

Local	Nº Vagas	Carga Horária
Escola do Campo Paraíso da Serra e Pré Escolar São José	01	20 horas

Motorista

Local	Nº Vagas	Carga Horária
Motorista diversas áreas da administração municipal	CR	40 horas

Servente

Local	Nº Vagas	Carga Horária
Servente diversas áreas da administração municipal	CR	40 horas

2. Pelo presente edital, ficam convocados os interessados em assumir a vaga temporária existente e cadastro de reserva de **PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 20 E 30 HORAS SEMANAIS, PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL 20 HORAS SEMANAIS, PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS SEMANAIS, MOTORISTA - 40 HORAS SEMANAIS E SERVENTE - 40 HORAS SEMANAIS**, até 31/12/2015, a comparecerem junto a Secretaria de Administração e Fazenda, na Av. Major Generoso, 19, centro Bom Retiro/SC, no **dia 22/05/2015 das 9h às 11h**, munidos da documentação exigida nos itens que seguem, a fim de participarem da prova de títulos, prova de tempo de serviço e prova de horas de curso, devendo para tanto cumprirem as normas abaixo descritas.

2.1 Tendo em vista que para os cargos de Professor Educação Infantil e Ensino Fundamental teremos cadastro de reserva o candidato poderá se inscrever nas duas opções, ou seja, tanto para a vaga quanto para o cadastro de reserva, respeitando sua carga horária.

3. Considerando que não há tempo hábil para aplicação de provas objetivas e que já está em andamento concurso público; serão classificados os candidatos que comparecerem pela avaliação de títulos, tempo de serviço e horas de curso no magistério, nos seguintes termos:

3.1 DA PROVA DE TÍTULOS:

3.1.1. A Prova de Títulos Acadêmicos é constituída pela análise e pontuação de documentos apresentados pelos candidatos comprovando a conclusão, ou estar cursando curso de graduação ou pós-graduação, que serão avaliados de acordo com a tabela abaixo:

DA PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS	
Título/ documento	Pontuação Máxima
Pós-Graduação na área da Educação	1,50 pontos
Diploma de Licenciatura Plena com Habilitação na Educação	1,20 pontos
Diploma de Habilitação para Magistério (Ensino Médio) e Atestado de Frequência Cursando Licenciatura Específica a partir da 5ª fase	1,00 pontos
Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura Específica na Educação a partir da 5ª fase	0,70 pontos
Diploma de Habilitação Magistério	0,30 pontos
Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura Específica na Educação até a 5ª fase	0,20 pontos

3.1.2 O título deve ser apresentado original e cópia, ou cópia autenticada e ser regularmente emitido por estabelecimento de ensino, reconhecido pelo MEC ou por órgãos públicos dos governos federal, estadual ou municipal.

3.1.3. Os títulos de cursos de pós-graduação não serão avaliados cumulativamente, sendo computado, caso o candidato entregue mais de um diploma ou certificado, o de maior valor acadêmico.

3.2 DA PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO

3.2.1. A Prova de tempo de serviço é constituída pela análise e pontuação de documentos apresentados pelos candidatos comprobatórios do tempo de serviço no Magistério no ensino público ou particular, que serão avaliados de acordo com a tabela abaixo:

DA PONTUAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO	
TEMPO DE SERVIÇO NO MAGISTÉRIO	Pontuação Máxima
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração mínima de 1 ano	0,10
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 1 ano e 1 dia a 2 anos	0,20
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 2 anos e 1 dia a 3 anos	0,30
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 3 anos e 1 dia a 4 anos	0,40
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 4 anos e 1 dia a 5 anos	0,50
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 5 anos e 1 dia a 6 anos	0,60
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 6 anos e 1 dia a 7 anos	0,70
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 7 anos e 1 dia a 8 anos	0,80
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 8 anos e 1 dia a 9 anos	0,90
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com duração superior a 9 anos e 1 dia.	1,00
Pontuação máxima	1,00

3.2.2 Poderão ser apresentados para comprovação do tempo de serviço:

- Certidão e/ou atestado de tempo de serviço emitida por órgão público dos poderes Municipal, Estadual ou Federal, em que conste a identificação do servidor e ter o beneficiário exercido o Magistério pelo tempo especificado em anos, meses e dias; e ou
- Declaração e/ou atestado emitida pela Direção e ou Setor de Recursos Humanos de estabelecimento de ensino particular, constando a identificação do candidato e o tempo de serviço em anos, meses e dias.

3.2.3. Não serão pontuados os documentos que não atenderem estritamente o disposto nos itens 3.1.1, 3.2.1 e 3.3.1, não entregues no prazo e locais determinados, borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível ou ainda não entregues pelo próprio candidato.

3.3 DA PROVA DE HORAS DE APERFEIÇOAMENTO

3.3.1 A pontuação decorrente da contagem de cursos de aperfeiçoamento obedecerá aos critérios constantes da tabela abaixo.

NÚMERO DE HORAS	PONTUAÇÃO
40 HORAS	0,10
41 A 80 HORAS	0,30
81 A 120 HORAS	0,50

3.3.2 Frequência em Cursos de Formação Continuada: somente serão aceitos Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento que estejam devidamente registrados no órgão competente, relativo ao ano de **2013 a 2015**. A carga horária dos Cursos a ser computada não excederá a 120 horas.

3.4. A nota da prova de títulos acadêmicos, tempo de serviço e horas de curso será o somatório dos pontos obtidos na prova de títulos acadêmicos + na prova de tempo de serviço + horas de cursos.

3.5. A nota final das provas será a soma final da pontuação obtida na prova de títulos acadêmicos + pontuação da prova de tempo de serviço + horas de cursos obtendo assim a nota final.

3.6. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota final obtida.

3.7. Ocorrendo empate na pontuação obtida na nota final, terá preferência, para fins de desempate, o candidato que, sucessivamente:

- a) tiver maior idade;
- b) tiver maior número de filhos.

3.8. Os candidatos deverão comparecer no dia 22/05/2015, das 9h às 11h, munidos da seguinte documentação para efetivação de sua inscrição:

- a) Carteira de identidade (cópia);
- b) CPF (cópia);
- c) Título de Eleitor (cópia);
- d) Comprovante de habilitação mediante apresentação de certificado/Comprovante de Frequência ou histórico escolar, expedidos por órgãos competentes (cópia autenticada);
- e) Documento comprobatório de participação em programas de formação continuada, aperfeiçoamento e atualização, expedidos e registrados por órgão competente, realizados em 2013 a 2015 (cópia autenticada).
- f) Atestado de tempo de serviço no magistério expresso por períodos de contratação, em **ANOS, MESES E DIAS**, expedido por órgão competente, (considerados até 22/05/2015) (original ou cópia autenticada);

4 – DA ESCOLHA DE VAGA

4.1 A escolha da vaga ocorrerá no dia **26/05/2015**, às 10:00 h, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

5 – DA CONTRATAÇÃO

5.1 A contratação dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final.

5.2. Os candidatos deverão comparecer no dia **01/06/2015**, no Departamento de Pessoal na Secretaria Administração e Fazenda, munidos da seguinte documentação:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia).
- b) Certidão de nascimento “se solteiro” ou Certidão de casamento (cópia).
- c) CPF (cópia).
- d) Título de Eleitor (cópia).
- e) Comprovante da última votação (cópia).
- f) PIS ou PASEP (cópia).
- g) Comprovante de nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para o cargo.
- h) Comprovante de quitação militar – Certificado de Reservista “se do sexo masculino” (cópia).
- i) Atestado médico oficial admissional de boa saúde física e mental.

- j) Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público e/ou Declaração de Acumulação para Cargo de Professor.
- k) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- l) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- m) Atestado de frequência escolar dos filhos acima de 7 anos.
- n) Uma fotografia colorida 3x4 atual.

5.3 Os documentos solicitados nos incisos “k”, “l”, e “m” do item anterior (4.2) são necessários somente para, se for o caso, cadastramento do salário-família, não sendo obrigatórios para a contratação.

5.4. Toda a documentação deverá ser entregue de forma reunida, não sendo aceito protocolo de parte dos documentos. **O comparecimento dos candidatos sem as documentações legalmente exigidas neste edital e fora do prazo previsto ou o não comparecimento até a data prevista, implicará na desclassificação automática do candidato ora convocado, passando-se a convocação dos demais sucessivamente, sempre respeitando a ordem de classificação.**

Bom Retiro (SC), 13 de maio de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ELIZABETE W. MATEUS
Sec. de Educação Cult. e Esporte

ANEXO I

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO				Nº DE INSCRIÇÃO:	
CHAMADA PÚBLICA EDUCAÇÃO N° 03/2015					
CARGO:					
NOME DO (A) CANDIDATO (A):					
NOME DO PAI:					
NOME DA MÃE:					
DATA DE NASCIMENTO: / /		SEXO: () MASC () FEM		NATURAL DE:	
ESTADO CIVIL:		Nº DE FILHOS:		FONE:	
END. RESIDENCIAL:					
BAIRRO:		CIDADE:			U.F.
RG.:		DATA DE EMISSÃO:		CPF:	
TÍTULO ELEITORAL:				ZONA:	SEÇÃO:
DEFICIENTE: () SIM () NÃO		TIPO DE DEFICIÊNCIA:			
E-mail:					

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Processo Simplificado de Seleção N° 02/2015 e todas as disposições nele contidas.

HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO
TEMPO DE SERVIÇO NO SERVIÇO PÚBLICO NA REFERIDA ÁREA	PONTUAÇÃO
CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA (2013 a 2015)	PONTUAÇÃO
TOTAL GERAL (habilitação + tempo de serviço + horas de curso)	

BOM RETIRO, 22 de maio de 2015.

Assinatura do (a) Candidato (a)

Assinatura do recebedor / responsável

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATO EXTRATO DE ADITIVO Nº. 2º 2015 FMS REFERENTE AO CONTRATO Nº 04 2014 FMS

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

ATO EXTRATO DE ADITIVO Nº. 2º

DO CONTRATO Nº. 04/2014 FMS

Contratante: Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo. Contratada: Construtora F & F Ltda EPP. Espécie: Termo Aditivo nº2/2015 FMS, tem por escopo prorrogação por mais 150 (cento e cinquenta) dias com início em 29/05/2015 e término em 29/10/2015. Data de assinatura: 12 de Maio de 2015.

Assinatura: Charles Rafael Schwambach

Cargo: Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO 38/2015

EXTRATO DE CONTRATO 38/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Auto Elite Ltda

CNPJ: 83.270.397/0005-92

com Sede na Alameda Aristiliano Ramos,1471- Centro

Rio do Sul – SC

Objeto: Aquisição de veículo Automotor para a Secretaria Municipal de Obras de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)

Vigência até 31/07/2015.

Data da assinatura: 13/05/2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

PORTARIA 081/2015

PORTARIA Nº 081/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora Elisabeth Baade Larsen, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Mer./Serv do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeada pela Portaria nº 017/2010, a partir de 07.05.2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 07.05.2015.

Braço do Trombudo, em 13 de maio de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 082/2015

PORTARIA Nº 082 /2015

Admite Professor para atuar em caráter temporário - ACT

Charles Rafael Schwambach, Prefeito municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Marcia Niederhaus Woelcker	40	Professor não Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	07.05.2015 a 20.12.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 07.05.2015.

Braço do Trombudo, em 13 de maio de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 083/2015

PORTARIA Nº 083/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, o servidor Ademar Raduntz, ocupante do cargo de Chefe de Oficina do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 024/2011, a partir de 11.05.2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 11.05.2015.

Braço do Trombudo, em 13 de maio de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 084/2015

PORTARIA Nº 084/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, o servidor Mario Raduntz, ocupante do cargo de Operador de Trator Agrícola, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 009/2014, a partir de 11.05.2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 11.05.2015.

Braço do Trombudo, em 13 de maio de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 085/2015

PORTARIA Nº 085/2015

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

RESOLVE:

Art.1º Nomear Ademir Raduntz, para exercer o cargo de Operador de Máquina, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a partir de 12.05.2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 12.05.2015.

Braço do Trombudo, em 13 de maio de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 086/2015

PORTARIA Nº 086/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, com base no Artigo 52, Inciso I da Lei Orgânica Municipal e amparado no artigo 6º da Lei Complementar 008/99 de 17/11/1999.

RESOLVE:

Art.1º Nomear Mario Raduntz, para exercer o cargo de Chefe de Oficina, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 12.05.2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 12.05.2015.

Braço do Trombudo, em 13 de maio de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 087/2015

PORTARIA Nº 087/2015

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

RESOLVE:

Art.1º Nomear Andreia Rodrigues Lemes, para exercer o cargo de Médico Veterinário, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 12.05.2015.

Art. 2º Fica revogada a portaria nº 068/2015 de 16.04.2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 12.05.2015.

Braço do Trombudo, em 13 de maio de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 088/2015

PORTARIA Nº 088/2015

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Amauri de Barros Junior	05	Professor Habilitado	11.05.2015 a 20.12.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 11.05.2015.

Braço do Trombudo, em 13 de maio de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 16 2015PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015

Número do Registro de Preços: 16/2015		Data do Registro: 14/05/2015		Válido até: 14/05/2016			
Objeto da Compra:		Registro de preços para contratação de empresa especializada em Serviço dedetização, limpeza de reservatório (caixa) de água, com eliminação de Pragas, insetos e outros resíduos depositados pelos mesmos, nas escolas da rede Municipal de Ensino e Refeitório dos Funcionários Públicos Municipais.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Dedetização da escola Básica Adriano Mosimann e limpeza de caixa da água. (16019)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)		0	300,0000	1
2	Dedetização da Escola Nucleada Braço do Trombudo Km 15 e Limpeza de Caixa da água. (16020)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)		0	300,0000	1
3	Dedetização da Escola Nucleada Braço do Trombudo Km e limpeza de caixa da água. (16021)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)		0	300,0000	1
4	Dedetização do Centro de Educação Infantil Tia Edith e Limpeza de Caixa da água. (16022)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)		0	300,0000	1
5	Dedetização do Centro de Educação Infantil Emilia Rinnert e Limpeza de caixa da água. (16023)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)		0	300,0000	1
6	Dedetização do Centro de Educação Infantil Teda Georg e Limpeza de Caixa da água. (16024)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)		0	300,0000	1
7	Dedetização do Centro de Educação Infantil Edson Arndt e Limpeza de Caixa da água. (16025)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02749790980 (9395)		0	300,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 16/2015		Data do Registro: 14/05/2015		Válido até: 14/05/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para contratação de empresa especializada em Serviço dedetização, limpeza de reservatório (caixa) de água, com eliminação de Pragas, insetos e outros resíduos depositados pelos mesmos, nas escolas da rede Municipal de Ensino e Refeitório dos Funcionários Públicos Municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Dedetização do Refeitório Municipal (16083)	Serv	INGOMAR KARDAUKE 02745790980 (9395)		0	250.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015

Número do Registro de Preços: 16/2015		Data do Registro: 14/05/2015		Válido até: 14/05/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para contratação de empresa especializada em Serviço dedetização, limpeza de reservatório (caixa) de água, com eliminação de Pragas, insetos e outros resíduos depositados pelos mesmos, nas escolas da rede Municipal de Ensino e Refeitório dos Funcionários Públicos Municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2015
PROCESSO Nº 23/2015

(9395) - INGOIMAR KARDAUKE 02749790980

Braço do Trombudo, 14 de Maio de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8 2014PMBT

Página: 1/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Número do Registro de Preços: 8/2014 Data do Registro: 15/05/2014 Válido até: 15/05/2015						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis: frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Recarga de gás (GLP) para cilindro de 45kg (8548)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	LIQUIGAS	0	160,0000
2	BACON (5340)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	supergasbras	0	176,0000
3	BIFE DE COXÃO MOLE BOVINO, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8182)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BRACONORT	0	17,6474
4	CARNE BOVINA MOIDA DE 1°, fresca, isenta de cartilagens, ossos. Embalagem plástica de 1kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate e o peso, registro do produto no SIF ou CISPOA. (8186)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Beletti	0	17,6586
5	CARNE BOVINA tipo COXÃO MOLE, peça inteira, fresca, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. Cortado em pedaços para facilitar o preparo. (13390)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	16,3001
6	CARNE BOVINA tipo PALETA SETE, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, Registro do produto no SIF ou CISPOA. (8184)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	16,3014
						11,8218
						11,8228
						15,9870
						15,9882
						10,6738

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 2/20

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Paleta sete	0	10,6746	2
7	COSTELA SUINA SEM BACON, fresca e sem pele, sem excesso de gordura, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. Cortada em pedaços, conforme solicitado. (13391)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	11,6131	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	frigo will	0	11,6140	2
8	COXA COM SOBRECORA DE FRANGO, fresca e ou congelada. Embalagem plástica contendo duas unidades, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (13392)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	4,4403	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	agroveneto	0	4,4406	2
9	FRANGO TIPO COLONIAL, limpo e com miúdos, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. Cortado para facilitar o preparo. (13393)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SACI	0	5,2942	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	macedo	0	5,2946	2
10	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (13394)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LACTOPLASA	0	2,1253	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	terra viva	0	2,1254	2
11	LINGÜÇA MISTA, com identificação do produto, rótulo contendo fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (13395)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONATTI	0	11,4423	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 3/20

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015				
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

12	LINGUICINHA DE FRANGO, embalagem à vácuo com 800 gramas. (13396)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AURORA	0	10,5125	1
13	MÚSCULO BOVINO, sem osso, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. Se pedido precisa cortar em pedaços. (13397)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	9,1463	1
14	OVOS DE GALINHA, tipo 2, grandes, inteiros, sem rachaduras e limpos. Embalagem com 12 unidades, data, validade e avião de origem. (13398)	DZ	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CENTENARIO	0	4,7534	1
15	FILÉ DE PEITO DE FRANGO sem osso, fresco e ou congelado. Embalagem plástica de 1kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (13399)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PERDIGÃO	0	9,3076	1
16	PERNÍL SUÍNO SEM PELE, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (13400)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	8,5485	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 4/20

Número do Registro de Preços: 8/2014			Data do Registro: 15/05/2014			Válido até: 15/05/2015		
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
17	QUEIJO tipo MUSSARELA, isento de bolor e ou mau aspecto de conservação, conservado em embalagem plástica atóxica, contendo marca, data da fabricação e validade na embalagem. Fatiado e separados um a um, embalagem com 400 gramas. (13401)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	TAIO	0	7,8275	1	
18	PRESUNTO COZIDO, sem bolor ou mal aspecto, deverá ser fresco, fatiado, embalagem com 500 gramas. (13402)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONATTI	0	8,4062	1	
19	MASSA PARA LASANHA (fresca) pct de 500 gramas (13403)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DA BOA	0	4,4972	1	
20	BATATA pronta para fritar, fatiadas, pré cozida, embalagem com 2 Kg. (13404)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	15,2754	1	
21	COSTELA BOVINA TIPO RIPA, fresca e sem pele, sem excesso de gordura, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. Cortada em ripa. (13405)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	9,9432	1	
22	PEITO DE FRANGO com osso, fresco e ou congelado, Embalagem plástica de 1Kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (13406)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BIG FRANGO	0	6,8882	1	

Página: 5/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Macedo	0	6,8887	2
23	Acúcar refinado. Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DOCESUCAR	0	7,2373	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	caravelas	0	7,3008	2
24	Arroz parbolizado, pct de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8707)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MINUTINHO	0	8,9247	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	vale	0	9,0023	2
25	Caldo de bacon, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9638)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MAGGI	0	1,0843	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Knorr	0	1,0937	2
26	caldo de feijão (cx c/ 6 und) (7504)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,1028	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	knorr	0	1,1124	2
27	Caldo de galinha, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9637)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MAGGI	0	1,0843	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	knorr	0	1,0937	2
28	CALDO DE LEGUMES, caixa com 6 unidades (8177)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MAGGI	0	1,0843	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 6/20

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	knorr	0	1,0937	2
29	Ervilha lata de 200 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9641)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	STELA DORO	0	1,1955	1
30	EXTRATO DE TOMATE (lata c/ 850 gramas) (13408)	LTA	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	QUERO	0	5,3845	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	goias verde	0	1,2059	2
31	Farinha de mandioca. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8673)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GARCIA	0	3,4939	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Santa Rita	0	3,5243	2
32	FARINHA DE ROSCA, pct 500gr (8172)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LANMASTER	0	3,1417	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ki sabor	0	3,1690	2
33	Farinha de trigo especial. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9643)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PÁNFACIL	0	8,6281	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	nordeste	0	8,7031	2
34	FERMENTO QUÍMICO. (Lata com 250g. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcício, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Com data de fabricação e/ou lote e prazo de validade de, no mínimo 4 meses). (13409)	LTA	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	FLESHMANN	0	4,4299	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 7/20

Número do Registro de Preços: 8/2014 Data do Registro: 15/05/2015 Válido até: 15/05/2015

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Royal	0	4,4684	2
35	Fubá de milho pré-cozida. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de três meses a contar da data de entrega. (9647)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SINHA	0	2,0111	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Polentina	0	2,0286	2
36	LOURO EM FOLHAS, seco, em pacote 5g (8185)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	0,9546	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	0,9629	2
37	MACARRÃO - TIPO ESPAGUETE C/ OVOS, (Pacote de 500 g. Embalagem plástica, transparente, resistente e íntegra. Deve estar inscrita no Ministério da Saúde. Ingredientes: farinha de trigo especial, ovos, glúten natural de trigo, betacaroteno. Deve constar na embalagem instruções de preparo de conservação. Com data de fabricação e/ou lote e prazo de validade de, no mínimo 6 meses. (2156)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	2,0759	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parati	0	2,0940	2
38	MACARRÃO FRESCO tipo TAL HARIM, pct 500gr (8173)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BELA MASSA	0	2,5857	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ines	0	2,6081	2
39	Macarrão parafuso c/ ovos (pct 500gr) (7674)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	2,0852	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parati	0	2,1033	2
40	MACARRÃO TIPO ALETRIA com ovos (pct 500 gramas), (13410)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ISABELA	0	2,2428	1

Página: 8/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Isabela	0	2,2623	2
41	CEBOLINHA DESIDRATADA, seco em flocos. (pct com 5gramas). (13411)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,2048	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,2153	2
42	MARGARINA DE ALTA QUALIDADE com sal (pt de 500 gramas). (13412)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PRIME	0	1,7608	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Mesa	0	1,7762	2
43	Milho lata de 200 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	STELLA DORC	0	1,2419	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	goias verde	0	1,2527	2
44	Orégano (pacote de 6 gr) (8502)	PC	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,1770	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,1872	2
45	Sal refinado (pct 1 kg) (7457)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MARFIM	0	0,9638	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	zizo	0	0,9722	2
46	SUCO EM PÓ, de alta qualidade, sabores naturais, adoçado, pacote com 35g, sendo seu rendimentos de 1lt, em sabores variados (podendo escolher os sabores). (13413)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	POP FRUITA	0	0,5653	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	0,5702	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 9/20

Número do Registro de Preços: 8/2014			Data do Registro: 15/05/2014			Válido até: 15/05/2015		
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
47	TEMPERO EM PASTA completo, sem pimenta pote com 300 gramas. (13414)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,5106	1	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,5238	2	
48	VINAGRE (900 ML) (2573)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	HENNING	0	1,1677	1	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Henning	0	1,1779	2	
49	Creme de leite cx 200 gr (9178)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIRACANJUB	0	1,6218	1	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	1,6359	2	
50	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml, não amassadas, com data de embalagem não superior a 30 dias. Validade mínima 12 meses. (9659)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	COAMO	0	2,7525	1	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Coamo	0	2,7764	2	
51	MANTEIGA COM SAL, obtido do creme de leite pasteurizado, (embalagem de 200 gramas). (13416)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONACOLSI	0	4,1611	1	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	tirol	0	4,1973	2	
52	AZEITE DE OLIVA extra virgem, com acidez máxima de 0,5% (Embalagem com 500 ml). (13417)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DOM FIORELL	0	13,0209	1	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	don florela	0	13,1342	2	
53	ALHO TRITURADO SEM SAL (embalagem com 3 Kg.) (13418)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PUVATO	0	44,0025	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 10/20

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Kaluze	0	44,3851	2
54	CARVÃO (saco com 8Kg). (13419)	UND	COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	lontrense	0	13,8667	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LONTRENSE	0	14,0000	2
55	CANELA EM PÓ (embalagem com 35 gramas) (13420)	UND	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,7423	1
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,7575	2
56	COMINHO embalagem com 35 gramas (13421)	UND	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	2,2891	1
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	2,3090	2
57	MAIONESE (embalagem em balde de 3 Kg.) (13422)	UND	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	D'AJUDA	0	16,9411	1
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	D'ajuda	0	17,0884	2
58	MOSTARDA AMARELA (embalagem de 1 Kg.) (13423)	UND	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	HEMMER	0	6,6263	1
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Calcuta	0	6,6839	2
59	CATCHUP TRADICIONAL (embalagem em bisnaga de 820 gramas). (13424)	UND	LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	D'AJUDA	0	5,2640	1
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	D'ajuda	0	5,3098	2

Página: 11/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Número do Registro de Preços: 8/2014 Data do Registro: 15/05/2014 Válido até: 15/05/2015

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	MAIZENA (embalagem caixa de 500 gramas). (13425)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	6,6356	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maizena	0	6,6933	2
61	MOLHO DE PIMENTA VERMELHA (embalagem em vidro de 200 ml). (13426)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KENKO	0	3,0212	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	d'ajuda	0	3,0475	2
62	BATATA PALHA (pct de 400 gramas) (13427)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LEVIS	0	10,4816	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ki fritas	0	10,5728	2
63	PEPINO EM CONSERVA condimento suave, (embalagem em vidro de 2 Kg.) (13429)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALVEIRA	0	17,8679	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Alveira	0	18,0233	2
64	BETERRABA EM CONSERVA, condimento suave, (embalagem em vidro de 2 Kg.) (13430)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALVEIRA	0	19,2024	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chicarelli	0	19,3694	2
65	AMACIANTE DE CARNE, (embalagem em pote de 120 gramas), (13431)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	4,8006	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	horta sabor	0	4,8424	2
66	ABOBRINHA, unidades de tamanho médio, unidades íntegras, fresca e limpas, sem machucados. (8146)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ITALIA	0	2,7132	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 12/20

Número do Registro de Preços: 8/2014 Data do Registro: 15/05/2015 Válido até: 15/05/2015

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,9800	2
67	Alpim, sem casca e congelado, pacote de 1kg, validade 12 meses, contendo na embalagem informações nutricionais. (12325)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MANDIOCA	0	3,3123	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,5000	2
68	ALFACE LISA ou CRESPA folhas integras, frescas e limpas de tamanho médio. (13432)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	LISA / CRESP	0	1,2745	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,5600	2
69	ALHO grão, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murchos. (13433)	CB	NELSON KNAUL ME (6852)	NACIONAL	0	1,5033	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,2000	2
70	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CATURRA	0	1,5359	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,5900	2
71	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ROXA	0	2,1732	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,0000	2
72	BATATA INGLESA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MONALIZA	0	2,1242	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,6000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 13/20

Número do Registro de Preços: 8/2014			Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015		
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	BROCOLIS, maço frescos e limpos, com cor característica. (8144)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	CHINES	0	3,5212	1
74	CEBOLA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,4379	1
75	CEBOLINHA, congelada, limpa, e sem folhas velhas, cor uniforme, picada e armazenada em pacotes com 200gramas, contendo a data da fabricação. (13434)	PCT	NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	1,9371	1
76	CENOURA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8156)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	2,3121	1
77	CHUCHU, unidades íntegras, frescas, limpas, firme sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isenta de sujidades (8158)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,4379	1
78	Couve flor, Unidades limpas e frescas, sem manchas, com característica. (8721)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	3,5539	1
79	FEIJÃO PRETO, tipo I, natural, constituído de no mínimo 95% de grãos ínteiros e correspondentes à variedade no tamanho e cor. Maduros, limpos e secos. Sem presença de sujidades. (13435)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRETO	0	4,0359	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 14/20

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015				
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

80	FEIJÃO VAGEM, unidades frescas e limpas, com cor característica. Sem presença de sujidades. (13436)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VAGEM	0	5,1634	1
81	FEIJÃO VERMELHO, tipo I, natural, constituído de no mínimo 95% de grãos inteiros e correspondentes à variedade no tamanho e cor. Maduros, limpos e secos. Sem presença de sujidades. (13437)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHO	0	6,7729	1
82	LARANJA, unidades de tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (13438)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PERÁ	0	1,6095	1
83	Maca gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8642)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	GALA	0	3,7500	1
84	Mamão formosa, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12317)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	FORMOSA	0	2,8023	1
85	Pimentão verde, tamanho médio, frescos e limpos, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (12321)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	3,8971	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 15/20

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,1000	2
86	RABANETE, fresco, firme, isento de sujidades, tamanho e coloração uniformes (8147)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHA	0	3,4477	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,2500	2
87	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	3,2026	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,5000	2
88	SALSA LISA, congelada, limpa, e sem folhas velhas, cor uniforme, picada e armazenada em pacotes com 200gramas, contendo a data da fabricação. (13439)	PCT	NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	2,2306	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,0000	2
89	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8155)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	LONGA VIDA	0	3,2761	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,5000	2
90	BATATA AIPO de 1ª qualidade, fresca, firme isento de sujidades, tamanho e coloração uniforme. (13440)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	AIPO	0	6,2500	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	4,7500	2
91	ABACAXI TIPO PÉROLA, doce e em tamanho médio a grande, com grau médio de amadurecimento, sem machucados, frescos e limpos. (13441)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	PÉROLA	0	4,1748	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 16/20

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELIMAR	0	4,0000	2
92	MANGA, unidades integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (13442)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	TOMY	0	3,6765	1
93	MELANCIA, unidades integras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (13443)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,2500	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELIMAR	0	3,1900	2
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,2500	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELIMAR	0	1,0000	2
94	PIMENTÃO AMARELO, tamanho médio, fresco e limpo, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (13444)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	AMARELO	0	7,8023	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELIMAR	0	8,0000	2
95	PIMENTÃO VERMELHO, tamanho médio, fresco e limpo, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (13445)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHO	0	7,8023	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELIMAR	0	8,0000	2
96	UVA VERDE comum, cachos grandes, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (13446)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	6,0212	1
			LANIMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELIMAR	0	6,0000	2
97	UVA ROSADA comum, cachos grandes, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (13447)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ROSADA	0	6,4788	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 17/20

Número do Registro de Preços: 8/2014 Data do Registro: 15/05/2014 Válido até: 15/05/2015

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,0000	2
98	UVA PRETA comum, cachos grandes, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (13448)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRETA	0	6,0212	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	6,0000	2
99	CAQUI CAFÉ, unidades de tamanho médio, frutas integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (13449)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CAFÉ	0	2,8676	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,0000	2
100	GOJABA VERMELHA, unidades de tamanho médio, frutas firmes, limpas, frescas e com grau de amadurecimento médio, sem machucados. (13450)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHA	0	5,4820	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	5,5000	2
101	TANGERINA POCÃ, unidades de tamanho grande, frutas firmes, limpas e frescas, com grau de amadurecimento médio, sem machucados. (13451)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	POCÃ	0	3,2598	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,5000	2
102	ACELGA, folhas integras, frescas e limpas de tamanho médio. (13452)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	CHINESA	0	3,3905	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	3,0000	2
103	RÚCULA, folhas integras, frescas e limpas de tamanho médio. (13453)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	1,7402	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,0000	2

Página: 18/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
104	ALMEIRÃO, folhas íntegras, frescas e limpas de tamanho médio. (13454)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	1,7402	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,0000	2
105	COUVE MANTEIGA, folhas íntegras, frescas e limpas de tamanho médio. (13455)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	MANTEIGA	0	1,8627	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	2,0000	2
106	PEPINO SALADA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (13456)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CAPIRA	0	1,9199	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º: 8/2014

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCELMAR	0	1,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 8/2014

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 15/05/2014		Válido até: 15/05/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios, carnes e gás de cozinha para manutenção do refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2014
PROCESSO Nº 20/2014

(6152) - COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA.
(6852) - NELSON KNAUL ME
(7649) - I. TRAPP & CIA LTDA
(8394) - LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Braço do Trombudo, 15 de Maio de 2014.

Brunópolis

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PUBLICA 01/2015

ESTADO DE STA CATARINA | PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS

Edital de Chamada Pública nº 01/2015

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural. Data e horário: O recebimento dos envelopes nº 01 "documentação" e nº 02 "projeto de venda" será a partir do dia 15 de maio de 2015 e até às 15h00min do dia 29 de maio de 2015. Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na integra, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 16h30min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado www.brunopolis.sc.gov.br.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 702/2015

PORTARIA Nº 702/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Educador Social a Sra. DAIANE FUCKNER MORITZ, matrícula nº 855324, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 20/03/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6088505943.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 20/03/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de março de 2015.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 868/2015

PORTARIA Nº 868/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. KELLY CRISTINA MEDEIROS SOUZA BERGLER, matrícula nº 373699, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 08/04/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 23/04/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 889/2015

PORTARIA Nº 889/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. SEBASTIANA DO ROCIO DOS SANTOS MOREIRA, matrícula nº 796549, exercendo as funções de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 09/04/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 09/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO CONTRATO Nº 003/2015 – FMAS

EXTRATO CONTRATO Nº 003/2015 – FMAS

Espécie: Contrato nº 003/2015 - FMAS, entre o Município de Brusque e a empresa Casa de Assistência Dilony LTDA-ME, em 13/05/2015. Objeto: Prestação de serviços de acolhimento de pessoas idosas através do serviço de alta complexidade para proteção integral do usuário. Valor: R\$ 142.469,10. Fundamento legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 003/2015 – FMAS. Dotação Orçamentária: 3001.2328.33903999/10.000. Vigência: 90 (noventa) dias. Signatários: Rodrigo Voltolini e Nivaldo Alexandre.

PORTARIA Nº 644/2015

PORTARIA Nº 644/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. KATIA MERI FANTINI COELHO, matrícula nº 183229, nomeada por Concurso Público para o provimento do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido entre 13/03/2015 a 27/03/2015.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne ao vencimento do servidor, nos termos do

parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de março de 2015.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 913/2015

PORTARIA Nº 913/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. NEIDE AGOSTINI DALMOLIN, matrícula nº 944190, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 13/04/2015 de 04 (quatro) dias e do dia 17/04/2015 de 19 (dezenove) dias, sendo seu afastamento no dia 28/04/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1037/2015

PORTARIA Nº 1037/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor Sr. ANTÔNIO FURTUNATO, matrícula nº 439371, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 27/04/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 27/04/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1042/2015

PORTARIA Nº 1042/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. MARISTELA APARECIDA ALVES DA SILVA LOPES, matrícula nº 676918, exercendo as funções de Agente Serviços Especiais, lotada no Fundo Municipal de Assistência Social, em decorrência do atestado do dia 29/04/2015 de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo seu afastamento no dia 29/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1043/2015

PORTARIA Nº 1043/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. NEIDE AGOSTINI DALMOLIN, matrícula nº 944190, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência dos atestados do dia 13/04/2015 de 04 (quatro) dias e do dia 17/04/2015 de 19 (dezenove) dias, ficando suspenso a contar de 28/04/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 28/04/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1077/2015

PORTARIA Nº 1077/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor Sr. ALEXANDRE IVAN MAFRA, matrícula nº 13250, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos Públicos, lotado na Secretaria da Fazenda, a contar de 01/05/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1080/2015

PORTARIA Nº 1080/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. DJANE DEUCHER FIGUEIREDO, matrícula nº 4125983, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 04/05/2015 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 03/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1081/2015

PORTARIA Nº 1081/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. FABRICIA MOTTER, matrícula nº 444367, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 04/05/2015 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 19/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1082/2015

PORTARIA Nº 1082/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. ANA MARIA PONCIANO DA SILVA, matrícula nº 780464, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 04/05/2015.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1083/2015

PORTARIA Nº 1083/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. LUCIANO BATISTI, matrícula nº 681156, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 04/05/2015 de 25 (vinte e cinco) dias, sendo seu afastamento no dia 19/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1111/2015

PORTARIA Nº 1111/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. ROSANGELA ALVES PAGANELLI FISCHER, matrícula nº 727849, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 06/05/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1112/2015

PORTARIA Nº 1112/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. JOAO LEONIR MANTOVANI, matrícula nº 467170, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 06/05/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 21/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1131/2015

PORTARIA Nº 1131/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. JULIANA ZEN, matrícula nº 864650, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 07/05/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1171/2015

PORTARIA Nº 1171/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. IRENE CRISTINA WELTER JANNING VALIM, matrícula nº 4123883, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 11/05/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1191/2015

PORTARIA Nº 1191/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. CLAUDETE DA APARECIDA DE ARRUDA, matrícula nº 949302, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 12/05/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 11/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1350/2015

PORTARIA Nº 1350/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. SUZANA ALVES MADUREIRA DA SILVA, matrícula nº 733067, exercendo as funções de Agente Comunitário de Saúde, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 22/05/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1409/2015

PORTARIA Nº 1409/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. PAMELA GARCIA VOGELBACHER, matrícula nº 884731, exercendo as funções de Enfermeira, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 27/05/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 705/2015

PORTARIA Nº 705/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. ANTÔNIO MACHADO, matrícula nº 9237, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 23/03/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 07/04/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de março de 2015.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 745/2015

PORTARIA Nº 745/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. JOSE PEZZINI, matrícula nº 121983, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 26/03/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 10/04/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de março de 2015.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 778/2015

PORTARIA Nº 778/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. ELIZETE WIPPEL MINUZZI, matrícula nº 1000020522, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 30/03/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 14/04/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de março de 2015.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 792/2015

PORTARIA Nº 792/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. KEILA DI PELLI MACHADO, matrícula nº 1052624, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 31/03/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de março de 2015.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 928/2015

PORTARIA Nº 928/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. ALEXANDRE BARCELOS NAZARIO, matrícula nº 725412, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 14/04/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 29/04/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 943/2015

PORTARIA Nº 943/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. FLÁVIO CESAR DE SOUZA, matrícula nº 698792, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 15/04/2015 de 30 (trinta) dias, sendo

seu afastamento no dia 30/04/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 944/2015

PORTARIA Nº 944/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. JANDIRA ANTÔNIA DE SOUZA, matrícula nº 15504, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 15/04/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 30/04/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

DECRETO Nº 7.600, DE 14 DE MAIO DE 2015

DECRETO nº 7.600, DE 14 DE MAIO DE 2015.

Altera redação da área 4 do art. 1º do Decreto 7.565/15, Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terras que menciona e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a redação da área 4 do art. 1º do Decreto 7.565, de 30 de janeiro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

Área 1 -

... ..

Área 4 – 204,15 m2 (duzentos e quatro metros e quinze decímetros quadrados), parte de área maior contendo 400,00 m2, registrada no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, no livro 2-A, matrícula nº 30.089, localizada no bairro Bateas, nesta cidade de Brusque-SC.

..... ”(NR).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

EXTRATO CONTRATO Nº 004/2015 – FMAS

EXTRATO CONTRATO Nº 004/2015 – FMAS

Espécie: Contrato nº 004/2015 - FMAS, entre o Município de Brusque e a empresa Cagere Casa Assistencial EIRELI-EPP, em 13/05/2015. Objeto: Prestação de serviços de acolhimento de pessoas com deficiências através do serviço de alta complexidade para proteção integral do usuário. Valor: R\$ 132.305,01. Fundamento legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 002/2015 – FMAS. Dotação Orçamentária: 3001.2328.33903999/10.000. Vigência: 90 (noventa) dias. Signatários: Rodrigo Voltolini e Maria de Lourdes Dalago.

EXTRATO CONTRATO Nº 053/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 053/2015

Espécie: Contrato nº 053/2015, entre o Município de Brusque e a empresa Geramac Equipamentos LTDA, em 12/05/2015. Objeto: Aquisição de carretas para transporte de mini pá carregadeira. Valor: R\$ 40.200,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 028/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Jaison Homero de Oliveira Knoblauch e Alexandre José Camargo Tortelli.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2015 - FMAS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2015 - FMAS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 002/2015 - FMAS, em 12/05/2015. Objeto: prestação de serviços de alimentação. Valor: R\$ 42.898,45. Origem: Pregão nº 001/2015 - FMAS. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Rodrigo Voltolini.

EXTRATO DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/2012

EXTRATO 15º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/2012

Espécie: 15º Termo Aditivo, Contrato nº 069/2012, entre o Município de Brusque e a Empresa Catedral Construções Civis LTDA, em 13/05/2015. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do contratual, cujo objeto é a execução do remanescente das obras de drenagem pluvial urbana nas bacias Azambuja e Nova Brasília, que constituem a meta 01, município de Brusque, estado de Santa Catarina. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 022/2012. Signatários: Cristiano Bittencourt e José Ângelo Turra.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2014 - FMS

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2014 - FMS

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 006/2014 - FMS, entre o Município de Brusque e a Empresa Sona Construtora Ltda ME, em 07/05/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto é execução das obras de adequações na farmácia do centro de serviços em saúde, município de Brusque. Fundamento legal: artigo 57, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 001/2014 - FMS. Signatários: Ivonir Zanata Webster e Edemilson Pereira.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 032/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 032/2015

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 032/2015, entre o Município de Brusque e a Empresa C. R. Artefatos de Cimento LTDA, em 23/04/2015. Objeto: acréscimo de qualitativo dos serviços que compõe a planilha orçamentária, cujo objeto é a execução de obras de drenagem na Rua Gabriel Siegel, bairro Guarani, município de Brusque. Fundamento legal: Artigo 58, inc. I, da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 015/2014. Signatários: Jaison Homero de Oliveira Knoblauch e Walnei Agilio Raimondi.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2015 - FMS

PREGÃO nº 006/2015 - FMS

Processo Licitatório nº 010/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação (repetição de ato), na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para aquisição de medicamentos emergenciais e o cumprimento de ordens judiciais. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 28/05/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 12/05/2015

IVONIR ZANATA WEBSTER
Secretária de Saúde

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 040/2015

TOMADA DE PREÇO nº 005/2015

OBJETO: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO/IMPLANTAÇÃO DE 05 (CINCO) SALAS DE AULAS ITINERANTES NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

RESULTADO DA PROPOSTA: Após análise da proposta apresentada pela Empresa licitante, conforme exigência editalícia, apresentou menor preço global a empresa CONSTRUTORA WDD LTDA com valor global de R\$ 380.814,86 (trezentos e oitenta mil e oitocentos e quatorze reais e oitenta e seis centavos), que tendo atendido a todas as exigências do edital, foi declarada vencedora do certame licitatório, nos termos da Ata de Licitação e proposta comercial.

14/05/2015

JOSEANA PAES LOPES

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2013 - FMS

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2013 - FMS

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 008/2013 - FMS, entre o Município de Brusque e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Brusque, em 04/05/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto é a prestação de serviços de média e alta complexidade (MAC). Valor: R\$ 64.849,80. Fundamento legal: artigo 57, inciso II, da Lei 8666/93. Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 003/2013 - FMS. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ivonir Zanata Webster e Sebastião Ernani Póia.

LEI COMPLEMENTAR Nº 233, DE 23 DE ABRIL DE 2015

LEI COMPLEMENTAR nº 233, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Acrescenta § 1º-A ao art. 21 da Lei Complementar nº 139/08, alterado pelas Leis Complementares nºs 150/09 e 228/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescentado § 1º-A ao art. 21 da Lei Complementar nº 139, de 23 de dezembro de 2008, alterado pelas Leis Complementares nºs 150, de 20 de novembro de 2009, e 228, de 19 de novembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21
§ 1º
I -
.....
§ 1º-A Tratando-se de Microempreendedor Individual - MEI, o cumprimento do inciso VIII do § 1º deste artigo, poderá ser comprovado com a apresentação de um dos seguintes documentos: ficha matrícula, contrato de locação, fatura de água, luz ou telefone, admitindo-se, na hipótese de o comprovante não estar no nome do postulante, a apresentação da correspondente declaração de residência assinada pelo titular com firma reconhecida em cartório, em caso de impossibilidade do seu comparecimento no ato do requerimento.
.....”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.864, DE 23 DE ABRIL DE 2015

LEI nº 3.864, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA AVELINO PAVESI, a Rua PM-016, transversal da Rua João XXIII, Bairro Primeiro de Maio, localizada a 115,00 metros sentido bairro/centro, antes da Rua Egon Jeske.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 185,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metros para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.865, DE 05 DE MAIO DE 2015

LEI nº 3.865, DE 05 DE MAIO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA ERENEU DALMOLINI, a via classificada como Rua 400 do Loteamento Jardim Residencial Renascer, transversal da Travessa Dom Joaquim, Bairro Dom Joaquim, localizada a 320,00 metros sentido bairro/centro antes da Rua Anselmo Becker.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 500,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.866, DE 04 DE MAIO DE 2015

LEI nº 3.866, DE 04 DE MAIO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA MANOEL LEOPOLDO DE PINHO, a via identificada como Rua 100 do loteamento Residencial DePinho, transversal da Travessa Dom Joaquim, Bairro Dom Joaquim, localizada a 33,00 metros sentido bairro/centro, antes da Rua Elvira Dlamoro Gritti.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 330,00 metros, tendo a pista largura de 8,00 metros e passeios de 2,00 metros para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.867, DE 04 DE MAIO DE 2015

LEI nº 3.867, DE 04 DE MAIO DE 2015

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA HILÁRIO DALMOLINI, a via classificada como Rua 300 do Loteamento Jardim Residencial Renascer, transversal da Travessa Dom Joaquim, Bairro Dom Joaquim, localizada a 320,00 metros sentido bairro/centro antes da Rua Anselmo Becker.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 155,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.868, DE 05 DE MAIO DE 2015

LEI nº 3.868, DE 05 DE MAIO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA ERICO JESKE, a artéria classificada como Rua PM-014, transversal da Rua João XXIII, bairro Primeiro de Maio, localizada a 100,00 metros, sentido bairro/centro, depois da rua Egon Jeske.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 130,00 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.869, DE 05 DE MAIO DE 2015

LEI nº 3.869, DE 05 DE MAIO DE 2015.

Institui o "Programa Fila Zero" no atendimento das pessoas diagnosticadas com câncer.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu

sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Programa Fila Zero" no atendimento de pessoas diagnosticadas com câncer nas unidades de saúde do Município de Brusque/SC.

Parágrafo único. O "Programa Fila Zero" consiste na obrigatoriedade das unidades de saúde do Município de Brusque em priorizar o atendimento aos pacientes diagnosticados com a doença citada no caput deste artigo, sejam agendadas consultas ou exames, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o encaminhamento médico.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.870, DE 08 DE MAIO DE 2015

LEI nº 3.870, DE 08 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e especial no Orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

22.00 Fundação Municipal de Esportes

22.001 Fundação Municipal de Esportes

027.0812.0070.2025 Apoio ao Esporte Amador, Compet. Oficiais e Jasc

4.4.50.00 Transf. a Instit. Privadas s/Fins Lucrativos - Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 94.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1o. desta Lei, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

22.00 Fundação Municipal de Esportes

22.001 Fundação Municipal de Esportes

027.0812.0070.2025 Apoio ao Esporte Amador, Compet. Oficiais e Jasc

3.3.50.00 Transf. a Instit. Privadas s/Fins Lucrativos – Outras Desp. Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 94.000,00

Art. 3º O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151 da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1084/2015

PPORTARIA Nº 1084/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. CRISTIANE DOS SANTOS STRAPASSON, matrícula nº 841269, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 03/05/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 03/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1449/2015

PPORTARIA Nº 1449/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. LUCIA HELENA DA SILVA OLIVEIRA, matrícula nº 673285, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 29/05/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1045/2015

PORTARIA Nº 1045/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. MIRELI APARECIDA RUBICK, matrícula nº 312053, nomeada por Concurso Público para o provimento do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período compreendido entre 28/04/2015 a 07/05/2015.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne ao vencimento do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 28/04/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1069/2015

PORTARIA Nº 1069/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente de Obras o Sr. JOSE ANTÔNIO STOCCO, matrícula nº 1021770, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 01/05/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6079783421.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 791/2015

PORTARIA Nº 791/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Professor a Sra. KEILA DI PELLI MACHADO, matrícula nº 1052624, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 31/03/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6096850239.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de março de 2015.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 10.004, DE 13 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 10.004, DE 13 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município – LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme abaixo nominado:

AGENTE ADMINISTRATIVO

CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE ALMEIDA

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.005, DE 13 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 10.005, DE 13 DE MAIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município – LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante os Edital nº 005/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, conforme abaixo nominado:

ENGENHEIRO CIVIL

BRUNA BUHATEM

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de maio de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 1036/2015

PORTARIA Nº 1036/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º -Suspender do Estágio Probatório o servidor Sr. DIEGO FAGUNDES, matrícula nº 567728, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado no Gabinete do Prefeito, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 08/04/2015 de 30 (trinta) dias, ficando suspenso a contar de 23/04/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26,§ 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 23/04/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1038/2015

PORTARIA Nº 1038/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. IRMGARDT HORN CONSTATINI, matrícula nº 674010, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 27/04/2015 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 27/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 27/04/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1041/2015

PORTARIA Nº 1041/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. SIMONE MACHADO PEREIRA RAIMONDI, matrícula nº 372927, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 29/04/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1044/2015

PORTARIA Nº 1044/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Acidente de Trabalho – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. CAMILA APARECIDA COSTA, matrícula nº 891436, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 27/04/2015 de 04 (quatro) dias e do dia 29/04/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 12/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 27/04/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1054/2015

PORTARIA Nº 1054/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. CLAUDIA PACHECO DA SILVA, matrícula nº 10000000658, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 30/04/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 15/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1074/2015

PORTARIA Nº 1074/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor Sr. NORBERTO VECHI, matrícula nº 2658, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal em Vigilância Sanitária, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01/05/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1075/2015

PORTARIA Nº 1075/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. FABRINE VERDI DE OLIVEIRA SILVA ROSA, matrícula nº 876623, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 04/05/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1076/2015

PORTARIA Nº 1076/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. ELIZETE WIPPEL MINUZZI, matrícula nº 1000020522, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 04/05/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1078/2015

PORTARIA Nº 1078/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. ANA CRISTINA MOURA FERREIRA, matrícula nº 905410, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 01/05/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1079/2015

PORTARIA Nº 1079/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. ROSEMERI ZEN SBARDELATTI, matrícula nº 7781, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 03/05/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 03/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1113/2015

PORTARIA Nº 1113/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. THAIS GULHAK, matrícula nº 1073125, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 06/05/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1172/2015

PORTARIA Nº 1172/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor Sr. LAUDELINO DOMINGOS STUMPF, matrícula nº 11223, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 11/05/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1231/2015

PORTARIA Nº 1231/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no

Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. EVA BRAGA CANDIDO, matrícula nº 1073001, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 14/05/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1251/2015

PORTARIA Nº 1251/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. CLAUDIA PACHECO DA SILVA, matrícula nº 10000000658, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 30/04/2015 de 30 (trinta) dias, ficando suspenso a contar de 15/05/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 703/2015

PORTARIA Nº 703/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. DAIANE FUCKNER MORITZ, matrícula nº 855324, exercendo as funções de Educador Social, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 20/03/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 20/03/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de março de 2015.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 707/2015

PORTARIA Nº 707/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o servidor Sr. IVANOR BORGES DE CHAVES, matrícula nº 476480, exercendo as funções de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência dos atestados do dia 20/03/2015 de 03 (três) dias, do dia 23/03/2015 de 15 (quinze) dias e do dia 13/04/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 24/04/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 20/03/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de março de 2015.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 731/2015

PORTARIA Nº 731/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. MAURICIA CECI DOS SANTOS CONSUL, matrícula nº 1059823, exercendo as funções de Agente Comunitário de Saúde, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 25/03/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de março de 2015.

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 867/2015

PORTARIA Nº 867/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. DIEGO FAGUNDES, matrícula nº 567728, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado no Gabinete do Prefeito, em decorrência do atestado do dia 08/04/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 23/04/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 37, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 37, de 30 de Abril de 2015.

Convoca aprovados em Concurso Público para o preenchimento dos cargos existentes e formação de Cadastro de Reserva na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador - SC, conforme o Edital PM 01/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Programa Equipe Saúde Bucal, e dá outras providências

C O N V O C A:

Os cidadãos, a seguir relacionados, aprovados em Concurso Público para o preenchimento do cargo existente na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, conforme o Edital PM 01/2012, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 5.189, de 04/04/12, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.957, de 02 de abril de 2014, conforme seqüência de classificação:

FISIOTERAPEUTA

Debora Dalla Vecchia Martini

ODONTÓLOGO

Anderson Luiz Ramos

a) Os Convocados deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, da Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo, perder o direito ao Concurso.

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de Abril de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 292

LEI COMPLEMENTAR Nº 292, de 14 de maio de 2015.

Dispõe sobre a criação e transformação de cargos do quadro geral de pessoal da Prefeitura Municipal de Caçador e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

L E I :

Art. 1º Ficam criados no Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal de Caçador, Anexo I, da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011, os cargos relacionados no Anexo I, da presente Lei.

Art. 2º Ficam criadas, na Tabela de Referências Salariais da Prefeitura, Anexo I, da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011, a Hora Plantão, sob a referência R41, com o valor inicial de R\$ 90,00 (noventa reais).

Art. 3º O servidor ocupante do cargo efetivo de Médico, com carga horária semanal de até 40 (quarenta) horas, poderá também optar pela atuação como Médico Plantonista, adicionando horas semanais ao regime de plantão, sem prejuízo de suas atribuições na unidade de saúde à que estiver vinculado.

§ 1º Na hipótese prevista no caput, o salário básico será mantido, acrescido da retribuição pecuniária, referente as horas adicionadas ao regime de plantão, calculada na forma do art. 2º.

§ 2º O servidor ocupante de cargo efetivo de Médico no Município poderá optar pelo regime de Plantonista, desde que a carga horária semanal laborada no regime, acrescida da carga horária semanal do cargo efetivo, fixadas individualmente pela legislação em vigor, não ultrapassem o limite de 60 (sessenta) horas semanais.

Art. 4º A vinculação ao regime de Plantonista, não constitui situação permanente ou definitiva, podendo o servidor ao deixar o regime, por opção própria ou a critério da Administração Municipal, voltar a cumprir a carga horária específica do cargo que ocupa, vedada a incorporação aos vencimentos das respectivas retribuições pecuniárias.

Art. 5º O valor da hora plantão estabelecida para o Médico Plantonista, será corrigido automaticamente na mesma data e de acordo com a legislação salarial, aplicável aos servidores municipais efetivos.

Art. 6º Ficam transformados os cargos, conforme quadro do Anexo II, da presente Lei.

Parágrafo único. O enquadramento dos atuais servidores ocupantes dos cargos ora transformados, dar-se-á automaticamente, desde que

atendido o requisito de habilitação mínima exigida para cada cargo.

Art. 7º Ficam extintas 06 (seis) vagas de Médicos carga horária 40 horas, e 05 (cinco) vagas de médico carga horária 20 horas do Grupo Ocupacional - Superior, 01 (uma) vaga de Técnico em Segurança do Trabalho, 02 (dois) cargos de Técnico em Desenho, do Grupo Ocupacional - Técnico Profissional do Anexo I da Lei Complementar nº 203 de 2011.

Art. 8º Fica alterada a Referência do cargo de Operador de Estação Aeronáutica, passando o mesmo para R38.

Art. 9º As despesas decorrentes de execução desta Lei correrão à conta de verbas próprias do Orçamento vigente.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de maio de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

ANEXO I

CARGOS DO GRUPO OCUPACIONAL – SUPERIOR

CARGO	REFERÊNCIA	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO
Médico Plantonista	41	04		Curso Superior em Medicina com inscrição no respectivo conselho de classe
Advogado do CREAS	28	01	20	Bacharel em Direito, com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil

CARGOS DO GRUPO OCUPACIONAL – TÉCNICO PROFISSIONAL

CARGO	REFERÊNCIA	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO
Técnico em Vigilância em Saúde	30	02	35	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo + Curso Técnico na área e registro no respectivo conselho

CARGOS DO GRUPO OCUPACIONAL – ADMINISTRATIVO

CARGO	REFERÊNCIA	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO
Auxiliar de Farmácia	10	03	35	Ensino Médio Completo e experiência comprovada na área

Atribuições:

Médico Plantonista

- Prestar atendimento de Urgência e Emergência passíveis de tratamento a níveis de pronto atendimento a pacientes tanto adultos como pediátrico sem demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos;
- Atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados de acordo com protocolo de acolhimento realizado pela enfermagem;
- Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários, analisar e interpretar seus resultados; emitir diagnósticos; prescrever tratamentos; orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão;
- Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar;
- Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela SMS;
- Desempenhar as atividades médicas em sintonia com a equipe multidisciplinar e multiprofissional;
- Desempenhar outras atividades necessárias ao bom atendimento dos pacientes, mesmo que não estejam elencadas neste documento;
- Passar o plantão para o colega do plantão seguinte, a ausência antes da chegada do colega será considerado abandono de Plantão de acordo com a lei;
- Trabalhar de forma articulada com os demais membros da equipe multiprofissional;
- Seguir as orientações do Código de Ética Médica e Normas Institucionais;
- Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho;
- Executar outras tarefas correlatas à sua área de competência.

Advogado do CREAS

- Prestar atendimento e consultoria jurídica;
- Receber denúncias;
- Fazer encaminhamentos processuais e administrativos;
- Proferir palestras sobre direitos das crianças, adolescentes, idosos, mulheres, e demais públicos atendidos pelo CREAS;
- Esclarecer procedimentos legais aos profissionais;
- Elaborar levantamento dos casos de violência;
- Acompanhamento dos usuários em Delegacias e Fóruns;
- Realizar outras atividades jurídicas inerentes ao operador do direito.

Técnico em Vigilância em Saúde

- Desenvolver ações de inspeção e fiscalização sanitárias;
- Aplicar a normatização relacionada a produtos, processos, ambientes, inclusive do trabalho, e serviços de interesse da saúde;

- Investigar, monitorar e avaliar riscos e os determinantes dos agravos e danos à saúde e ao meio ambiente;
 - Compor equipes multidisciplinares de planejamento, execução e avaliação do processo de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador;
 - Atuar no controle do fluxo de pessoas, animais, plantas e produtos em locais de grande concentração;
 - Desenvolver ações de controle e monitoramento de doenças, endemias e de vetores;
 - Executar outras atividades de sua competência que lhe forem atribuídas ou determinadas pelo seu superior.
- Auxiliar de Farmácia**
- Realizar tarefas simples em farmácias, estocando e manipulando produtos já preparados para auxiliar o farmacêutico;
 - Colocar etiquetas nos remédios, produtos e outros preparados farmacêuticos;
 - Armazenar os produtos, para facilitar a manipulação e controle dos mesmos;
 - Abastecer as prateleiras com os produtos, para permitir o rápido e permanente atendimento;
 - Zelar pela limpeza das prateleiras, balcões e outras áreas de trabalho, para mantê-los em boas condições de uso;
 - Limpar frascos, provetas e outros instrumentos, esterilizando-os antes e depois do manuseio, para assegurar a pureza dos produtos evitar misturas de substâncias;
 - Efetuar atendimento verificando receitas, embrulhando e entregando os produtos, para satisfazer os pedidos;
 - Registrar os produtos fornecidos, para possibilitar os controles financeiros e estocagem. Auxiliar na preparação de produtos não medicinais, como produtos químicos industriais e agrícolas, sob orientação do farmacêutico;
 - Utilizar recursos de informática;
 - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

ANEXO II

CARGOS TRANSFORMADOS

Denominação dos cargos nas leis anteriores	Cargo	Número total de cargos nas leis anteriores	Número de cargos ocupados e transformados	Vagas extintas	Cargos criados	Número total de cargos	Referência	Carga horária	Habilitação mínima
Agente Administrativo, Auxiliar Administrativo	Auxiliar de Administração	30	21	9	0	21	10	35	Ensino Médio Completo
Fiscal de Posturas, Fiscal de Obras	Fiscal de Obras e Posturas	11	7	1	0	10	22	35	Ensino Médio Completo
Técnico em Higiene Dental	Técnico em Saúde Bucal	05	02	0	0	05	30	35	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo + Curso Técnico na área e registro no respectivo conselho de classe
Auxiliar de Consultório Dentário	Auxiliar em Saúde Bucal	20	15	0	0	20	09	35	Ensino Médio Completo e Registro no Conselho de Classe

Atribuições:

Auxiliar de Administração

- Realizar trabalhos de protocolo, seleção, classificação, registro e arquivamento de documentos administrativos em geral;
- redigir informações de rotina;
- efetuar controle de estocagem;
- digitar textos e relatórios, confeccionar planilhas, alimentar sistemas, efetuar serviço de entrega de documentos;
- Realizar trabalhos de escriturário e recepcionista;
- Aplicar métodos de codificação e preenchimento de fichas;
- Receber, registrar, arquivar e encaminhar documentos;
- Controlar e requisitar material de expediente;
- Executar outras tarefas que se incluam, por similaridade, no mesmo campo de atuação.

Fiscal de Obras e Posturas:

- verificar e orientar o cumprimento da regulamentação urbanística concernente a obras públicas e particulares;
- verificar imóveis recém-construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações sanitárias e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, a fim de opinar nos processos de concessão de "habite-se";
- verificar o licenciamento de construção ou reconstrução, embargando as que não estiverem providas de competente autorização ou que estejam em desacordo com o autorizado;

- embargar construções clandestinas, irregulares ou ilícitas;
- solicitar à autoridade competente a vistoria de obras que lhe pareçam em desacordo com as normas vigentes;
- verificar a colocação de andaimes e tapumes nas obras em execução, bem como a carga e descarga de material na via pública;
- verificar a existência de "habite-se" nos imóveis construídos, reconstruídos ou que tenham sofrido obras de vulto;
- acompanhar os arquitetos e engenheiros da Prefeitura nas inspeções e vistorias realizadas em sua jurisdição;
- inspecionar a execução de reformas de próprios municipais;
- verificar alinhamentos e cotas indicados nos projetos;
- coletar dados para a atualização do cadastro urbanístico do Município;
- verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, em face dos artigos que expõem, vendem ou manipulam e dos serviços que prestam;
- verificar as licenças de ambulantes e impedir o exercício desse tipo de comércio por pessoas que não possuam a documentação exigida;
- verificar a instalação de bancas e barracas em logradouros públicos quanto à permissão para cada tipo de comércio, bem como quanto à observância de aspectos estéticos;
- inspecionar o funcionamento de feiras livres, verificando o cumprimento das normas relativas à localização, à instalação, ao horário e à organização;
- verificar a regularidade da exibição e utilização de anúncios, alto-falantes e outros meios de publicidade em via pública, bem como a propaganda comercial afixada em muros, tapumes e vitrines;
- verificar o horário de fechamento e abertura do comércio em geral e de outros estabelecimentos;
- verificar, além das indicações de segurança, o cumprimento de posturas relativas a fabrico, manipulação, depósito, embarque, desembarque, transporte, comércio e uso de inflamáveis, explosivos e corrosivos;
- tomar providências, comunicando ao órgão responsável, para apreender por infração, veículos, mercadorias, animais e objetos expostos, negociados ou abandonados em ruas e logradouros públicos;
- verificar o licenciamento de placas comerciais nas fachadas dos estabelecimentos respectivos ou em outros locais;
- verificar o licenciamento para realização de festas populares em vias e logradouros públicos;
- verificar o licenciamento para instalação de circos e outros tipos de espetáculos públicos promovidos por particulares, inclusive exigindo a apresentação de documento de responsabilidade de engenheiro devidamente habilitado;
- verificar as violações às normas sobre poluição sonora: uso de buzinas, casas de disco, clubes, boates, discotecas, alto-falantes, bandas de música, entre outras;
- intimar, autuar, interditar, estabelecer prazos e tomar outras providências com relação aos violadores das leis, normas e regulamentos concernentes às obras particulares, posturas municipais e da legislação urbanística;
- realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações;
- emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades encontradas;
- executar outras atribuições afins.

LEI COMPLEMENTAR Nº 293

LEI COMPLEMENTAR Nº 293, de 14 de maio de 2015.

Acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar nº 128 de 2008, que estabelece as Normas para o Parcelamento do Solo para fins Urbanos no Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

L E I :

Art. 1º Ficam acrescidos e alterados os dispositivos abaixo elencados da Lei Complementar nº 128, de 12 de maio de 2008, que estabelece as Normas para o Parcelamento do Solo para fins Urbanos no Município de Caçador, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. O interessado deverá apresentar todos os itens acima mencionados, com 2 (duas) vias da planta do imóvel assinadas pelo proprietário ou seu representante legal e por profissional registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, e cópia em meio digital da planta do imóvel e levantamentos com extensão dwg.” (NR)

“Art. 9º

II -

a)

j) projeto de terraplanagem demonstrando as cotas finais após a execução da movimentação da terra.

V - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT dos profissionais legalmente habilitados;

XXII -

§ 1º

§ 3º O projeto deverá ser assinado em todas as cópias pelo proprietário ou seu representante legal e por profissional responsável, devidamente registrado no CREA e/ou CAU e matriculado na Prefeitura Municipal.” (NR)

"Art. 11.

V -

a)

c) nome dos responsáveis técnicos pelo loteamento, com o respectivo número de registro no CREA e/ou CAU e na Prefeitura Municipal;" (NR)

"Art. 23.

§ 1º Toda gleba a ser loteada deverá destinar no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) de sua área útil para o sistema viário, área institucional e áreas verdes.

§ 2º A área destinada ao equipamento urbano comunitário deverá ser no mínimo igual a 5% (cinco por cento) da área útil do loteamento.

§ 3º A área destinada à área verde e espaço livre de uso público deverá ser no mínimo igual a 10% (dez por cento) da área útil do loteamento." (NR)

"Art. 45.

I -

III - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT de profissional legalmente habilitado;

IV -

Parágrafo único. O interessado deverá apresentar todos os itens acima mencionados com 3 (três) vias da planta do imóvel assinadas pelo proprietário ou seu representante legal e por profissional registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de maio de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

GLOSSÁRIO:

área útil: área total do loteamento descontadas as áreas de preservação permanente exigidas por legislação federal; (NR)

LEI COMPLEMENTAR Nº 294

LEI COMPLEMENTAR Nº 294, de 14 de maio de 2015.

Acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar nº 168 de 2010, que dispõe sobre o Zoneamento, o Uso e a Ocupação do Solo do Município de Caçador e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

L E I :

Art. 1º Ficam acrescentados e alterados os dispositivos abaixo elencados da Lei Complementar nº 168, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre o Zoneamento, o Uso e a Ocupação do Solo do Município de Caçador, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15.

§ 2º Fazem parte integrante da Zona Residencial Quatro - ZR4 os terrenos cuja testada frontal seja feita para as ruas Herculano Coelho de Souza, Carlos Coelho de Souza, Domingos Sorgatto, Benjamin Gioppo, Silvio Gioppo (trecho compreendido entre as ruas Benjamin Gioppo e Antônio Bombassaro), José Ios Junior (trecho compreendido entre as ruas Silvio Gioppo e Av. Albino Phelippe Potrich), Antônio Bombassaro (lado par da rua), Antônio Vivan, Odelir Godino, Frei Rogério, Bahia, Amazonas (trecho compreendido entre as ruas Visconde de Rio Branco e Sergipe), Nelson Eugênio Busatto e Avenida Comendador Selvino Caramori." (NR)

"Art. 22.

§ 2º Nas edificações residenciais será admitido licenciamento das atividades da categoria Não Geradores de Incômodo, a que se refere o inciso VI deste artigo, sem contratação de funcionários e sem estocagem de mercadorias." (NR)

"Art. 23.

I -

VII - habitação multifamiliar.

§ 1º

§ 3º Nas edificações residenciais multifamiliares será admitido licenciamento das atividades da categoria Não Geradores de Incômodo, a que se refere o inciso VI deste artigo, desde que autorizadas pelo condomínio, sem contratação de funcionários e sem estocagem de mercadorias." (NR)

"Art. 34.

§ 4º

a) área comum das edificações com 2 ou mais unidades privativas (escadas, circulações, poço de elevadores, central de gás, central elétrica, central de ar condicionado, hall, área técnica);

k) o ático, desde que a projeção da área coberta não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) sobre a laje de cobertura do último pavimento, podendo a área restante ser utilizada desde que permaneça descoberta, condicionada à execução de sistema de reuso das águas pluviais ou servidas." (NR)

"Art. 37. A Taxa de Permeabilidade mínima é calculada conforme fórmula anexa à Tabela II." (NR)

"Art. 63.

Parágrafo único. Na zona industrial será permitido o parcelamento em lotes com dimensões de 10x240 (testada x área), até o limite de 45% (quarenta e cinco por cento) da área útil do loteamento." (NR)

Art. 2º Fica alterada a Tabela II - Tabela de Parâmetros Construtivos da Lei Complementar nº 168, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre o Zoneamento o Uso e a Ocupação do Solo do Município de Caçador e dá outras providências, conforme tabela em anexo, que fica fazendo parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de maio de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO CIDADE DE CAÇADOR – SC
TABELA II - TABELA DE PARÂMETROS CONSTRUTIVOS

ZONA	PARÂMETROS									
	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO CAB CAMaxCAMin			TAXA DE OCUPAÇÃO Máxima	TAXA DE PERMEABILIDADE Mínima	ALTURA Máxima	RECUO FRONTAL	AFASTAMENTO LATERAL	AFASTAMENTO DE FUNDOS	LOTE MÍNIMO (Testada x Área)
	Básico	Máximo	Mínimo	%	%	pav.	m	M	m	m x m²
ZC				Até 2 pav.= 75 A partir do 2º pav.=60						
ZC 2				Até 2 pav.= 75 A partir do 2º pav.=60						
Setor Estruturante (SE)				Até 2 pav.= 75 A partir do 2º pav.=60						
ZR 1				50						
ZR 2				60						
ZR 3				60						
ZR 4				Até 2 pav.= 75 A partir do 2º pav.=60						
ZR 5				50						
ZEIS 1				50						
ZEIS 2				50						
ZEIS 3				50						
ZRU	Parâmetros de acordo com estudos apresentados pelo interessado e aprovados pelo IPPUC, com parecer favorável da Comissão Técnica de Urbanismo - CTU.									
ZIA 1										
ZIA 2										

AV	Da zona do entorno	Os lotes que contenham bosques poderão ter parâmetros especiais de ocupação, com base nos parâmetros da zona em que estiver inserido, acordo com estudos aprovados pela Comissão Técnica de Urbanismo - CTU, com parecer do IPPUC	
ZS			(9)
ZI			
ZA			
ZEU	Parâmetros de acordo com estudos apresentados pelo interessado e aprovados pelo IPPUC, com parecer favorável da Comissão Técnica de Urbanismo - CTU.		

LEI COMPLEMENTAR Nº 295

LEI COMPLEMENTAR Nº 295, de 14 de maio de 2015.

Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual e aumento real aos Servidores da Câmara Municipal de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

L E I :

Art. 1º Fica concedido aos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, revisão geral anual de 3,145% (três inteiros e cento e quarenta e cinco milésimos por cento), sobre seus vencimentos, referente às perdas salariais verificadas no período de abril de 2014 a março de 2015, de acordo com o Índice Geral de Preços Médio - IGPM, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, e aumento real de 2,99% (dois inteiros e noventa e nove centésimos milésimos por cento), totalizando 6,22% (seis inteiros e vinte e dois centésimos por cento), retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2015.

Art. 2º Fica ainda, concedido aos Vereadores da Câmara Municipal, revisão geral de 3,145% (três inteiros e cento e quarenta e cinco milésimos por cento), sobre seus subsídios, referente ao período de abril de 2014 a março de 2015, de acordo com o Índice Geral de Preços Médio - IGPM, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento da Câmara Municipal de Caçador, exercício de 2015:

01.01 - Câmara Municipal

2.001 - Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de maio de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.222

L E I Nº 3.222, de 14 de maio de 2015.

Declara de utilidade pública a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

L E I :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador, entidade sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.798.653/0001-22 com sede na Rua General Sampaio, nº 200, nesta cidade de Caçador.

Art. 2º Ficam asseguradas a Associação, todas as vantagens, benefícios e prerrogativas previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Lei nº 23 de 09 de setembro de 1971.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de maio de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 48-2015 – PR – 31-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 48-2015 – PR – 31-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE EVENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2015 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/05/2015 as 14h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 27/05/2015 as 14h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 14 de maio de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 54-2015 – PR – 36-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 54-2015 – PR – 36-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 02/06/2015 as 14h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 02/06/2015 as 14h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 13 de maio de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2015

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 02/2015.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caçador convida toda a sociedade civil organizada com atuação e sede no Município de Caçador, bem como os demais municípios, a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO MUNICÍPIO, que se realizará no dia 29 de maio de 2015, às 18h30min, no Plenário Osvaldo José Gomez, sítio à Rua Fernando Machado, 139, com a finalidade demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes ao 1º quadrimestre do exercício de 2015.

Caçador, em 14 de maio de 2015.

Flavio Henrique dos Santos,

Presidente da CMC.

Valmor de Paula,

Presidente da CFOCM.

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 14 DE MAIO DE 2015.

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 14 DE MAIO DE 2015.

Reajusta o valor do Vale-Alimentação dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução nº 20, de 09 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Fica reajustado o valor do Vale-Alimentação dos Servidores Públicos da Câmara Municipal passando de R\$ 200,87 (duzentos reais e oitenta e sete centavos), para R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2015.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 2015.

Flavio Henrique dos Santos,

Presidente.

Fernando Scolaro,

Vice-Presidente.

Glaci Aparecida Cardoso dos Santos Pereira,

1ª Secretária.

Adilberto Santos de Oliveira,

2º Secretário.

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.038/2015

DECRETO N.º 2.038/2015

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da Republica Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a área de terras de 220,00 m² (duzentos e vinte metros quadrados), localizada no Loteamento Albert Hermann Putter, representada pelo Lote n.º 392, situado na Rua Olho de Boneca, n.º 88, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente ao SUL com a Rua Olho de Boneca, onde mede 10,00 m (dez metros); com igual medida nos fundos ao NORTE com a área remanescente 03; estrema ao LESTE com o lote 391, onde mede 22,00 m (vinte e dois metros), com igual medida na estrema ao OESTE com o lote 393.

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de Marilene da Silva, portadora do RG n.º 2.864.269 e inscrita no CPF sob o n.º 807.190.159-87, residente e domiciliada na referida área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 04 de maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.039/2015

DECRETO N.º 2.039/2015

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da Republica Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a área de terras de 185,08 m² (cento e oitenta e cinco vírgula zero e oito metros quadrados), localizada no Loteamento Albert Hermann Putter, representada pelo Lote n.º 314, situado na Rua Margarida, n.º 262, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente ao SUL com a Rua Margarida, onde mede 10,10 m (dez vírgula dez metros); com a mesma medida nos fundos ao NORTE com uma servidão e parte do Lote 339; estrema ao LESTE com o Lote 313, onde mede 18,35 m (dezoito vírgula trinta e cinco metros); e estrema OESTE com o Lote 315, onde mede 18,30 m (dezoito vírgula trinta metros).

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de Marli de Lurdes Gresoski, portadora do RG n.º 6.378.493-1 e inscrita no CPF sob o n.º 810.089.299-72, residente e domiciliada na referida área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 04 de maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.040/2015

DECRETO N.º 2.040/2015

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a área de terras de 523,58 m² (quinhentos e vinte e três vírgula cinquenta e oito metros quadrados), localizada no Loteamento Nilo Vechi, representada pelo Lote n.º 01, situado na Rua João Nestor Simas, n.º 42, Bairro Lídia Duarte, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente ao OESTE com a Rua João Nestor Simas, onde mede 31,04 m (trinta e um vírgula zero e quatro metros), segue com 2,00 m (dois metros) e termina com 13,80 m (treze vírgula oitenta metros); fundos a LESTE com o Lote 002 e Lote "A" do Loteamento Nilo Vechi, onde mede 44,84 m (quarenta e quatro vírgula oitenta e quatro metros); estrema ao NORTE com terras de Lindaura de Souza, onde mede 10,29 m (dez vírgula vinte e nove metros) e estrema ao SUL com o Lote 013 do Loteamento Nilo Vechi, onde mede 12,44 m (doze vírgula quarenta e quatro metros).

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de Wilson Lemes, portador do RG n.º 1.154.288 e inscrito no CPF sob o n.º 525.955.799-91, Dorival Garcia, portador do RG n.º 4.694.843 e inscrito no CPF sob o n.º 146.698.209-82, Elegar Alves dos Santos, portador do RG n.º 4.125.281.0 e inscrito no CPF sob o n.º 518.280.739-20, e Raquel Rosa Santana, portadora do RG n.º 3.337.964 e inscrita no CPF sob o n.º 040.517.649-07, todos residentes e domiciliados na referida área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 04 de maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.040/2015

DECRETO N.º 2.041/2015

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a área de terras de 405,56 m² (quatrocentos e cinco vírgula cinquenta e seis metros quadrados), localizada no Loteamento Albert Hermann Putter, representada pelo Lote n.º 83, situado na Rua Paraná, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente ao SUL com a Rua Paraná, onde mede 15,90 m (quinze vírgula noventa metros); fundos ao NORTE com a Rua B, onde mede 15,50 m (quinze vírgula cinquenta metros); estrema ao LESTE com o Lote 82, onde mede 25,00 m (vinte e cinco metros) e estrema ao OESTE com o Lote 84, onde mede 27,50 m (vinte e sete vírgula cinquenta metros).

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de José Anestor Meneguzzi, portador do RG n.º 6.908.128 e inscrito no CPF sob o n.º 160.679.329-20, residente e domiciliado na referida área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 04 de maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

ECM 003/2015

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 003/2015

A Prefeita Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal n.º 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUA RIO TARUMÃ, no Bairro Taboleiro, totalizando 1.406,49m² (Um Mil Quatrocentos e Seis e Quarenta e Nove Metros Quadrados),

tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA TARUMÃ, que foram valorizados com a execução da obra.

4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de OUT/2014, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 145.119,43 (Cento e Quarenta e Cinco Mil Cento e Dezenove Reais e Quarenta e Três Centavos).

8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais

condições previstas no presente Edital.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 14 de Maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

ECM 004/2015

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 004/2015

A Prefeita Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUA RIO DE JANEIRO, no Bairro Areias, totalizando 3.630,40m² (Três Mil Seiscentos e Trinta e Quarenta Metros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA RIO DE JANEIRO, que foram valorizados com a execução da obra.

4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de OUT/2014, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 345.665,81 (Trezentos e Quarenta e Cinco Mil Seiscentos e Sessenta e Cinco Reais e Oitenta e Um Centavos).

8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 14 de Maio de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

IL 002/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 002/2015 – FMS
Data: 14/05/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA CONserto DOS ELETROCARDIOGRAFOS QUE ESTÃO NO PRONTO SOCORRO DO HOSPITAL E NO ALMOXARIFADO, POIS OS MESMOS ESTÃO APRESENTANDO DEFEITO.

Valor total: R\$ 1.572,56 (Um Mil Quinhentos e Setenta e Dois Reais e Cinquenta e Seis Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde.

Contratada: CASTROBLU MAT. HOSP. LTDA ME

Embasamento legal: Artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993, e demais alterações posteriores.

Camboriú, 14 de Maio de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

LEI N.º 2.811/2015

LEI N.º 2.811/2015

Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros mediante a celebração de convênio entre o Município de Camboriú/Fundação Municipal de Esportes e a Associação Desportiva Atlético Camboriuense e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com a Associação Desportiva Atlético Camboriuense, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.669.927/0001-35, com sede na Rua Saul Dalago, n.º 88, bairro Cedro, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto do convênio consiste na transferência de recursos financeiros destinados à Associação Desportiva Atlético Camboriuense, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto "Formando Valores", que beneficiará crianças, adolescentes e adultos com o ensino e a prática da modalidade esportiva de futsal.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), dividido em 08 (oito) parcelas mensais no valor de R\$ 4.375,00 (quatro mil trezentos e setenta e cinco reais), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente na conta da Instituição.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 10 (dez) meses.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 07 de maio de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.813/2015

LEI N.º 2.813/2015

Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros mediante a celebração de convênio entre o Município de Camboriú/Fundação Municipal de Esportes e a Associação Camboriuense de Judô e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com a Associação Camboriuense de Judô, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.604.619/0001-57, com sede na Rua Guraparim, n.º 746, Taboleiro, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto convênio consiste na transferência de recursos financeiros destinados à Associação Camboriuense de Judô, com o objetivo de custear as despesas com a execução do projeto "Judô para Todos", que beneficiará crianças e adolescentes com o ensino e a prática da modalidade esportiva de judô.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 08 (oito) parcelas mensais no valor de R\$ 3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta reais), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente na conta da Instituição.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 10 (dez) meses.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 13 de maio de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.814/2014

LEI N.º 2.814/2015

Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros mediante a celebração de convênio entre o Município de Camboriú/Fundação Municipal de Esportes e a Associação Beneficente Unidos por Todos - ABUT e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com a Associação Beneficente Unidos por Todos - ABUT de Camboriú, pessoa jurídica de direito privado, sem fins

lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.990.591/0001-45, com sede na Rua Flamboyant, n.º 951, Monte Alegre, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto do convênio consiste na transferência de recursos financeiros destinados à Associação Beneficente Unidos por Todos - ABUT, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto "Futsal Unidos por Todos", que beneficiará crianças e adolescentes com o ensino e a prática da modalidade esportiva de futsal.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 08 (oito) parcelas mensais no valor de R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente na conta da Instituição.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 10 (dez) meses.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 14 de maio de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

PR 007/2015 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2015-FUNDESB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROCEDER A ANÁLISE DE ÁGUA DAS REDES E RAMAIS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, GARANTINDO UMA DISTRIBUIÇÃO DE QUALIDADE AOS MUNICÍPIOS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:30 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Maio de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 14 de Maio de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 40/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS COM SEIS MESES DE GARANTIA, PARA EQUIPAR OS CARROS/CAMINHÕES/ ÔNIBUS/ MOTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE SAÚDE E DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 09 (Nove) de Junho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 14 de Maio de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TP 002/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2015 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DA RUA FORTALEZA, BAIRRO AREIAS, CONFORME MEMORIAL DE ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, PROJETO E PLANILHA EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 02 (Dois) de Junho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 14 de Maio de 2015

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

ANEXO I

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ANEXO I

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Campo Alegre

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 03 DE MAIO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 11 DE 03 DE MAIO DE 2005
APROVAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collê, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições a Programação Pactuada Integrada DA Vigilância a Saúde do ano de 2005, que prevê os parâmetros de acompanhamento das ações de Vigilância a Saúde.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 03 de Maio de 2005.
ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊ
Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos três dias do mês de Maio do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS
Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

DECRETO Nº 9.011 DE 14 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.011 DE 14 DE MAIO DE 2015
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:
Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil, quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 4.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 4.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de Maio de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.012 DE 14 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.012 DE 14 DE MAIO DE 2015
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	

17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental								
300000.00.766 -	Despesas Correntes								
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes								
339000.00.766 -	Aplicações Diretas								
339036.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.000,00							

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de Abril de 2015.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 14 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.013 DE 14 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 9.013 DE 14 DE MAIO DE 2015

DISPÕE SOBRE OS LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS RELATIVO AO ISS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o artigo 146 da Lei 2.293 de 23 de Dezembro de 1997; DECRETA:

CAPÍTULO I Dos Livros em Geral

Art.1º) Os contribuintes que tenham por objeto o exercício de atividade em que o imposto é devido sobre o preço do serviço ou receita bruta, deverão manter, para cada um dos estabelecimentos, os livros fiscais denominados:

I - Livro de Registro de Serviços Prestados - LRSP;

II - Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências - LRUDFTO;

Art.2º) Os livros fiscais serão impressos em folhas numeradas tipograficamente, em ordem crescente.

Art.3º) A primeira e a última folha dos livros serão destinadas aos termos de abertura e encerramento, respectivamente.

CAPÍTULO II Do Livro de Registro de Serviços Prestados

Art.4º) O Livro de Registro de Serviços Prestados, destina-se a registrar:

I - os totais de preços dos serviços prestados, diariamente, com os números das respectivas notas fiscais emitidas;

II - o valor tributável dos serviços prestados, cobrados por substituição e retidos por responsabilidade;

III - a alíquota aplicável;

IV - o valor do imposto a recolher;

V - os números e datas das guias de pagamento relativas ao ISS-QN, com nome do respectivo banco;

VI - valor do imposto cobrado por substituição e retido por

responsabilidade;

VII - coluna para "Observações" e anotações diversas.

Parágrafo Único - No caso de registro de serviços e impostos cobrados por substituição ou retidos por responsabilidade, o contribuinte deverá fazer menção da escrituração na coluna "Observações".

CAPÍTULO III

Do Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência

Art. 5º) O Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, destina-se a registrar:

I - documentos confeccionados por estabelecimentos gráficos ou pelo próprio contribuinte usuário;

II - a lavratura, pelo Fisco, de termos de ocorrências.

CAPÍTULO IV

Da Autenticação de Livro Fiscal

Art.6º) Os livros fiscais deverão ser autenticados pela repartição fiscal competente, antes de sua utilização.

Art.7º) A autenticação será feita mediante sua apresentação à repartição fiscal, acompanhado do comprovante de inscrição.

§ 1º - A autenticação será feita na própria página em que o termo de abertura for lavrado e assinado pelo contribuinte ou seu representante legal.

§ 2º - A nova autenticação só será concedida mediante a apresentação do livro encerrado.

CAPÍTULO V

Da Escrituração de Livro Fiscal

Art.8º) Os lançamentos, nos livros fiscais, devem ser feitos a tinta, com clareza e exatidão, observada rigorosa ordem cronológica e, somados no último dia de cada mês, sendo permitida a escrituração por processo mecanizado ou computação eletrônica de dados, cujos modelos a serem utilizados ficarão sujeitos à prévia autorização no órgão fiscal competente.

§ 1º - Os livros não podem conter emendas, borrões, rasuras, bem como páginas, linhas ou espaços em branco.

§ 2º - Quando ocorrer a existência de rasuras, emendas, ou borrões as retificações serão esclarecidas na coluna "Observações".

§ 3º - A escrituração dos livros fiscais não poderá atrasar mais de 10 (dez) dias.

Art.9º) Nos casos de simples alteração de denominação, local ou atividade, a escrituração continuará nos mesmos livros fiscais, devendo, para tanto, apor, através de carimbo, a nova situação.

Art.10) Os contribuintes que possuírem mais de um estabelecimento, manterão escrituração fiscal distinta em cada um deles.

Art.11) Os livros fiscais, serão de exibição obrigatória à Fiscalização Municipal e deverão ser conservados, no arquivo do contribuinte, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data do encerramento da escrituração.

CAPÍTULO VI

Dos Documentos Fiscais

Art.12) Os contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, devido sobre o preço ou receita bruta, emitirão obrigatoriamente os seguintes Documentos Fiscais:

I - Nota Fiscal de Serviços;

II - Nota Fiscal Fatura de Serviços;

III - Declaração de Serviços de Instituições Financeiras - DESIF;

IV - Declaração Mensal de Substituição e Responsabilidade Tributária - DERET

Art.13) O estabelecimento prestador de serviços imitará a Nota Fiscal de Serviços, sempre que:

- I - executar serviços;
- II - receber adiantamentos ou sinais.

Art.14) Sem prejuízo de disposições especiais, inclusive quando concernentes a outros impostos, a Nota Fiscal de Serviços conterá:

- I - a denominação Nota Fiscal de Serviços;
- II - o número de ordem, número da via e destinação;
- III - natureza dos serviços;
- IV - nome, endereço e os números de inscrição municipal e o CNPJ/MF do estabelecimento emitente;
- V - o nome, endereço e CNPJ/MF do estabelecimento usuário dos serviços;
- VI - a discriminação das unidades e quantidades;
- VII - a discriminação dos serviços prestados;
- VIII - os valores unitários e respectivos totais;
- IX - o nome, o endereço e os números de inscrição estadual e no CNPJ/MF do impressor da nota, a data e a quantidade de impressão, o número de ordem da primeira e da última nota impressa, o número de vias e o número da "Autorização de Impressão de Documento Fiscal"- AIDF;
- X - data da emissão;
- XI - o dispositivo legal relativo à imunidade ou à não-incidência do imposto sobre serviço de qualquer natureza, quando for o caso.

Parágrafo Único – As indicações dos incisos I, II, IV e IX serão impressas tipograficamente.

Art.15) São dispensados da emissão de notas fiscais de serviços:

- I - os estabelecimentos fixos de diversões públicas que vendam bilhetes, cautelas e similares;
 - II - os estabelecimentos de ensino, desde que os documentos a serem emitidos, referentes à prestação dos respectivos serviços, sejam aprovados pela repartição fiscal;
 - III - concessionários de transporte coletivo, exceto quando da ocorrência de serviços especiais contratados por terceiros;
 - IV - demais contribuintes que, pela característica de atividade pela documentação e controle contábil próprio permita a verificação de efetiva receita de prestação, a juízo da repartição fiscal.
- § 1º - Ao profissional autônomo e às empresas que recolham o imposto com base em percentuais fixos da UFIR, bem como as amparadas por imunidade, é facultada a emissão de nota fiscal.
- § 2º - Tratando-se de diversões em caráter permanente, exceto cinemas, a confecção de bilhetes, cautelas e similares, dependerá de prévia autorização da repartição fiscal.

§3º - Tratando-se de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, sociedade de crédito, financiamento e investimentos (financeiras), sociedades de crédito imobiliário, inclusive associações de poupança e empréstimos, sociedade corretoras de título, câmbio e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, a dispensa da emissão de Nota Fiscal de Serviços fica condicionada:

- a) À manutenção, a disposição do Fisco Municipal, de balancetes analíticos, a nível de subtítulo interno;
- b) A apresentação dos livros e documentos legais relacionados ao fato gerador do imposto;
- c) Ao preenchimento e entrega da Declaração de Serviços de Instituições Financeiras DESIF.

Parágrafo Único – Em nenhuma hipótese a DESIF desobriga o contribuinte da utilização do Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência.

Art.16) Os documentos fiscais, serão extraídos por decalque ou carbono, devendo ser manuscritos, a tinta, ou lápis-tinta, ou preenchido por processo mecanizado ou de computação eletrônica, com indicação legível em todas as vias.

Art.17) Quando a operação estiver beneficiada por imunidade, essa

circunstância será mencionada no documento fiscal, indicando-se o dispositivo legal pertinente.

Art.18) Considerar-se-ão inidôneos, fazendo prova apenas a favor do Fisco, os documentos que não obedecerem às normas contidas nesta Lei.

Art.19) As Notas Fiscais serão numeradas tipograficamente, em ordem, de 000001 a 999999, e enfaixadas em blocos uniformes de cinquenta jogos, admitindo-se em substituição aos blocos, que as Notas Fiscais sejam confeccionadas em formulários contínuos.

§1º - Atingindo-se o número de 999.999, a numeração deverá ser reiniciada, aumentando-se outra letra idêntica a da série.

§2º - As Notas Fiscais não poderão ser emitidas fora da ordem do mesmo bloco, nem extraídas de bloco novo sem que se tenha esgotado o de numeração imediatamente anterior.

Art.20) Quando a Nota Fiscal for cancelada conservar-se-ão, no bloco, todas as vias com declaração dos motivos que determinaram o cancelamento.

CAPÍTULO VII

Da Nota Fiscal de Serviços

Art.21) A Nota Fiscal de Serviços, que não será inferior a 115 x 170 mm, será extraída no mínimo, em 3 (três) vias, que terão as seguintes destinações:

- I - a primeira via - usuário dos serviços;
- II - a segunda via - contribuinte;
- III - a terceira via - presa ao bloco, para exibição ao Fisco;

CAPÍTULO VIII

Da Nota Fiscal Fatura de Serviços

Art.22) A Nota Fiscal poderá servir como Fatura, feita a inclusão dos elementos necessários, caso em que a denominação, passa a ser Nota Fiscal Fatura de Serviços.

CAPÍTULO IX

Das Declarações Fiscais

Art.23) As Declarações Fiscais serão preenchidas, mensalmente, inclusive quando não houver receita, substituição ou responsabilidade sujeitas ao ISSQN, quando deverá conter: "NÃO HOUVE MOVIMENTO TRIBUTÁVEL".

Art.24) As Declarações Fiscais, que não serão inferiores a 20 x 30 cm, serão extraídas, no mínimo, em 2 (duas) vias, que terão a seguinte destinação:

- I - a primeira via – Serviço de Tributação e Fiscalização;
- II - a segunda via - arquivo do contribuinte, em ordem cronológica, à disposição do fisco.

Art.25) O contribuinte deverá preencher as Declarações Fiscais e entregá-las até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da ocorrência.

Art.26) O não preenchimento das Declarações Fiscais, a omissão de elementos ou de sua entrega, a repartição competente, nos prazos estabelecidos, implicará penalidades previstas neste Decreto.

CAPÍTULO X

Da Autorização de Impressão de Documento Fiscal

Art.27) Os estabelecimentos gráficos somente poderão confeccionar os documentos fiscais mediante prévia autorização do órgão competente do Serviço de Tributação e Fiscalização da Secretaria Municipal de Finanças.

§1º - A autorização será concedida por solicitação do contribuinte,

mediante preenchimento de Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF, contendo as seguintes indicações mínimas:

I - a denominação Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF;

II - nome, endereço e número de inscrição municipal, e do CNPJ/MF, do estabelecimento gráfico;

III - nome, endereço e número de inscrição municipal e do CNPJ/MF do usuário dos documentos fiscais a serem impressos;

IV - espécie do documento fiscal, série, número inicial e final dos documentos a serem impressos, quantidade e título;

V - observações;

VI - data do pedido;

VII - data da entrega da autorização já deferida e assinatura da pessoa a quem tenha sido entregue.

§2º - Cada estabelecimento gráfico deverá possuir talonário próprio, em jogos soltos, de Autorização de Impressão de Documento Fiscal.

§3º - O formulário será preenchido em 3 (três) vias, com a seguinte destinação:

I - primeira via - repartição fiscal, para juntada ao prontuário do estabelecimento usuário;

II - segunda via - estabelecimento usuário;

III - terceira via - estabelecimento gráfico.

§4º - A autorização de que trata o artigo poderá ser cancelada, a juízo do fisco.

Art.28) Os contribuintes do imposto sobre serviços de qualquer natureza, que também o sejam do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, poderão, caso o Fisco Estadual autorize, utilizar o modelo de Nota Fiscal Estadual, adaptada as operações que envolvam a incidência dos dois impostos.

Parágrafo Único – Após a autorização do Fisco Estadual, o contribuinte deverá submeter a nota fiscal à aprovação ao Fisco Municipal, juntando:

I - cópia do despacho da autorização estadual, atestando que o modelo satisfaz às exigências da legislação respectiva;

II - o modelo de Nota Fiscal adaptada e autorizada pelo fisco Estadual;

III - razões que levaram o contribuinte a formular o pedido.

Art.29) A Autorização de Impressão de Documento Fiscal – AIDF será concedida ao contribuinte mediante a observância dos seguintes critérios:

I - para solicitação inicial, será concedida autorização para a impressão de, no máximo, 02 (dois) talonários;

II - para as demais solicitações, será concedida autorização para a impressão, com base na média mensal de emissão, de quantidade necessária para suprir a demanda do contribuinte, no máximo, por 06 (seis) meses;

Parágrafo único – O disposto no inciso I e II não se aplica a formulários contínuos destinados à impressão de documentos fiscais por processamento eletroeletrônico de dados, quando será concedida autorização para a impressão a juízo da autoridade competente.

Art.30) Nas solicitações de Autorização de Impressão de Documento Fiscal, executando-se os casos de pedido inicial, será exigida a apresentação de fotocópia do último documento fiscal emitido.

Art.31) O prazo para utilização de documento fiscal fica fixado em 12 (doze) meses, contados da data de expedição da AIDF, sendo que o Estabelecimento Gráfico fará imprimir no cabeçalho, em destaque, logo após a denominação do documento fiscal e, também, logo após o número e a data da AIDF constantes de forma impressa, a data limite para seu uso, com inserção da seguinte expressão: "válida (o) para uso até ..." doze meses após a data da AIDF.

Art.32) Encerrado o prazo estabelecido no artigo anterior, os documentos fiscais, ainda não utilizados, serão cancelados pelo próprio contribuinte, que conservará todas as vias dos mesmos, fazendo

constar no Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, na coluna "Observações", as anotações referentes ao cancelamento.

Art.33) Considera-se inidôneo, para todos os efeitos legais, o documento fiscal e gerencial emitido após a data limite de sua utilização, independentemente de formalidade ou atos administrativos de autoridade fazendária municipal.

CAPÍTULO XI

Do Regime Especial de Escrituração de Livro Fiscal e Emissão de Documento Fiscal

Art.34) O Secretário Municipal de Finanças poderá estabelecer, de ofício ou a requerimento do interessado, regime especial para escrituração de livro fiscal e emissão de documento fiscal.

Art.35) O pedido de concessão de regime especial, inclusive através de processamento de dados, será apresentado pelo contribuinte à repartição competente,

Parágrafo Único - O pedido deve ser instruído quanto à identificação da empresa e de seus estabelecimentos, se houver, e com "fac simile" dos modelos e sistemas pretendidos, com a descrição geral de sua utilização.

Art.36) A extensão do regime especial concedido pelo Fisco de outro Município dependerá de aprovação por parte da autoridade competente.

Parágrafo Único – Para aprovação do regime, o contribuinte deverá instruir o pedido com cópia autenticadas de todo expediente relativo à concessão obtida.

Art.37) Na hipótese de contribuinte simultâneo do ICMS e do IS-SQN e que deseje um único sistema de escrituração de livro e emissão de documento fiscal deverá, primeiramente, obter aprovação do Fisco Estadual e, posteriormente cumprir o procedimento estabelecido.

CAPÍTULO XII

Do Extravio e da Inutilização de Livro e Documento Fiscal

Art.38) O extrativo ou inutilização de livros e documentos fiscais deve ser comunicado, por escrito, à repartição fiscal competente, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da ocorrência.

§1º - A comunicação deve mencionar as circunstâncias de fato, esclarecer se houve registro policial, identificar os livros e documentos extraviados ou inutilizados, informar a existência de débito fiscal e dizer da possibilidade de reconstituição da escritura, que deverá ser efetuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§2º - O contribuinte fica obrigado, ainda, a publicar edital sobre o fato, em jornal oficial ou no de maior circulação do Município, que deverá instruir a comunicação prevista no parágrafo anterior.

§3º - A legalização dos novos livros fica condicionada à observância do disposto neste artigo.

CAPÍTULO XIII

Das Disposições Finais

Art.39) Todo contribuinte é obrigado a exibir os livros e documentos fiscais e os documentos gerenciais, os comprovantes da escrita e os documentos instituídos neste Decreto, bem como prestar informações e esclarecimentos sempre que os solicitem as Autoridades Fiscais.

Art.40) Os livros obrigatórios de escrituração e fiscal, bem como os documentos fiscais e não fiscais comprovantes dos lançamentos neles efetuados, deverão ser conservados pelo prazo de 5 (cinco) anos, no estabelecimento respectivo, à disposição da fiscalização,

e dele só poderão ser retirados para atender à requisição da Autoridade Fiscal.

Parágrafo Único – É facultada a guarda do Livro de Registro de Serviços Prestados pelo responsável pela escrita fiscal e comercial do contribuinte.

Art.41) Os contribuintes obrigados à emissão de Nota Fiscal de Serviço poderão manter, em local visível e de acesso ao público, junto ao local de pagamento, ou onde o fisco vier a indicar, mensagem no seguinte teor. "Este estabelecimento é obrigado a emitir Nota Fiscal de Serviço-Reclamações fone 3632-2266.

Parágrafo Único - A mensagem será inscrita em placa ou painel de dimensões não inferiores a 25 cm x 40 cm.

Art. 42) O contribuinte, prestador de serviços de obras de construção civil ou hidráulicas, deverá individualizar, por obra, sua escrituração fiscal.

Parágrafo Único – Ficam dispensadas de efetuar a individualidade na escritura fiscal os contribuintes que, na escrita comercial, efetuam a individualização determinada neste artigo.

Art.43) É facultado ao Contribuinte aumentar o número de vias dos documentos fiscais fazer conter outras indicações de interesse do emitente, desde que não prejudiquem a clareza do documento nem as disposições deste Decreto.

Art.44) Os modelos de Documentos Fiscais, bem como os formulários, serão baixados, através de Portaria do Secretário Municipal de Finanças, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Lei.

Art.45) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.46) Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2.405 de 22 de Abril de 1998.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 14 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE GESTÃO 2006-2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

GESTÃO 2006/2009

CAMPO ALEGRE

2005

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	03
INTRODUÇÃO	04
OBJETIVO GERAL	05
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	05
DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO	06
1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO	06
1.1 Histórico	06
1.2 Aspectos físicos e geográficos	06
1.3 Aspectos demográficos	07
1.4 Aspectos socioeconômicos e de infra-estrutura	09
1.5 Educação	10
1.6 Aspectos gerais com abrangência rural e urbana	11
2 PERFIL EPIDEMIOLÓGICO	12
2.1 Principais indicadores de mortalidade	13
2.2 Morbidade e fatores de risco	17
2.3 Doenças de notificação compulsória	18
2.4 Serviço de Vigilância Sanitária	21
3 DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	22
3.1 Rede física instalada	22
3.2 Programa Saúde da Família – PSF	23
3.3 Atendimento de média e alta complexidade	23
3.4 Prestadores de serviço	24
3.5 Recursos humanos	24
3.6 Capacitação	25
3.7 Produção dos serviços	26
4 RECURSOS FINANCEIROS (%)	29
COMPROMISSOS DE GOVERNO DO MUNICÍPIO	29
ANEXOS	31

IDENTIFICAÇÃO**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE**

Rua: Cel. Bueno Franco, 292 – Fone/ Fax: 47 632-2266
E-mail: gabinete@ecamp.com.br
Responsável Legal: Renato Bahr – Prefeito Municipal
RG: 316.106 – Órgão Expedidor 9/R SSP/SC – CPF: 121.265.519-20
Início da Gestão: 01/01/2005

ESTRUTURA DO PODER EXECUTIVO

Lei de criação do Município de Campo Alegre nº 244 de 17/10/1896
Lei Orgânica do Município de Campo Alegre Data de 05/04/1990
Regime Jurídico Único – Lei Complementar Municipal nº 006 de 19/09/2002
Estrutura das Secretarias Municipais Lei Municipal nº 2.683 de 10/12/2002

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Endereço: Rua Irmã Amália Gheller, 22 – Fone/ Fax: 47 632-2478
E-mail: controle@ecamp.com.br
Responsável Legal: Eliana Pessoa Machado Collêt – Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social – RG: 9/R 1.646.817 SSP/SC – CPF: 808.366.909-15
Início da Gestão: 01/01/2005
Lei de criação nº 2.284 – Data de publicação: 28/10/1997

ENTIDADE EXECUTORA

Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
Equipe técnica responsável pela elaboração
Eliana Pessoa Machado Collêt – Secretária Municipal de Saúde e Bem estar Social
Zurita Maria Pacheco Haas – Chefe da Assistência à Saúde
Flávia Nunes Patrício – Enfermeira
Miriam Giseli de Aguiar – Assessora do Controle e Avaliação
Apoio: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) passa por um processo de implementação, onde superada em grande maioria do território Nacional a Municipalização da gestão e expansão do atendimento entra agora numa fase de aprimoramento das ações visando à qualidade dos serviços e efetivação dos princípios de integralidade e equidade. Neste contexto, os instrumentos de gestão incorporam a lista de documentos formais da política de saúde do Município, porém que se caracteriza pelo dinamismo e flexibilidade do processo de planejamento das ações e serviços de saúde.

O Plano Municipal de Saúde tem por objetivo traçar as diretrizes da Política de Saúde no Município, estabelecendo, com base no diagnóstico de saúde, as prioridades, estratégias e metas de ação da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social que orientarão a programação e avaliação das atividades. Através do Plano Municipal de Saúde, o Município aprofundou o conhecimento de sua realidade, buscando identificar seus principais problemas e direcionando sua ação para uma intervenção de saúde eficiente.

A busca do diagnóstico de saúde, para elaboração do Plano Municipal de Saúde baseou-se em análises documentais, entrevistas e observações de campo.

Sendo sua construção interdisciplinar, interdepartamental e interinstitucional, com início em maio de 2005.

I OBJETIVO GERAL

Garantir o acesso dos cidadãos aos serviços e programas da Atenção Básica, necessária a resolução de seus problemas de saúde e melhoria na qualidade de vida.

II OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Reorganizar a Atenção Básica a fim de ofertar melhores condições de saúde baseados nas necessidades epidemiológicas do município:

1. Ampliar o Programa Saúde da Família em 40% no Município;
2. Ampliar para 100% o Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Município;
3. Ampliar atendimento médico e odontológico nas localidades da zona rural, direcionando o atendimento para os Programas de Atenção Básica;
4. Oportunizar a prevenção e promoção à saúde através de ações multidisciplinares;
5. Implantar as ações de Saúde do Adolescente, visando a integração da Educação e Saúde na Educação Popular;
6. Implantar as ações de Saúde do Idoso, proporcionando melhoria na qualidade de vida e percepções do auto-cuidado;
7. Implantar as ações de Saúde Mental, intervindo preventivamente nas complicações dos agravos e readaptação dos usuários a comunidade;
8. Implementar as ações nos demais Programas Assistenciais de Saúde: Saúde da Criança, Saúde da Mulher, Programa de Crônicos e Degenerativos – Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus e Saúde Bucal;
9. Articular as ações de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental, aprimorando a Vigilância em Saúde no Município;
10. Implementar a informatização do Prontuário Eletrônico – Cartão SUS;
11. Ampliar a vigilância nutricional e alimentar através de ações intersetoriais para o combate das carências nutricionais;

12. Consolidar as ações desenvolvidas em parceria com o Hospital São Luíz;
13. Fortalecer as ações intersetoriais, visando a ampliação das Redes Sociais de apoio e mobilização pela saúde;
14. Fortalecer a participação social na elaboração das Políticas Públicas de Saúde, através da consolidação do Conselho Municipal de Saúde;
15. Implantar os Conselhos Locais de Saúde, mobilizando as comunidades na melhoria das condições de vida;

III DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO

1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO

1.1 Histórico

Os primeiros colonizadores que se instalaram na região onde se encontra o Município de Campo Alegre foram os construtores da Estrada Dona Francisca no ano de 1858. Em 1876 novos colonizadores adquiriram lotes de terras, que faziam parte do território do Contestado "Estado do Paraná", em 1888 o novo povoado torna-se Distrito de São Bento do Sul. A Lei Estadual nº 244 de outubro de 1896 cria o Município. A origem étnica predominante é polonesa, seguida de cabocla, alemã e luso hispânica.

As religiões predominantes são a Católica Apostólica Romana e a Evangélica de Confissão Lutherana, porém com um aumento significativo de outras crenças nos últimos anos.

1.2 Aspectos físicos e geográficos

O Município de Campo Alegre possui área de 506 Km², sendo 132 Km² de área urbana e 374 Km² na área rural, a uma latitude (de Greenwich) 26°11'48"S e longitude (de Greenwich) de 49°15'56"W e altitude de 870 m acima do nível do mar, situado-se na microrregião do Nordeste Catarinense, a uma distância de 242 Km de Florianópolis, sendo seus limites geográficos ao norte com o Estado do Paraná, ao Sul com os Municípios de São Bento do Sul e Jaraguá do Sul, ao Leste com os Municípios de Joinville e Garuva e a Oeste com o Município de São Bento do Sul e o Estado do Paraná.

Apresenta relevo acidentado e clima subtropical, com temperatura média anual de 19° C, o Município é banhado pelos Rios: Negro, São Miguel e Tijucume.

A principal Rodovia é a SC-301, que liga o Município aos Municípios de São Bento do Sul e Joinville.

Campo Alegre pertence a 25ª Gerência de Saúde, a qual abrange os Municípios de: São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra, Papanduva, Itaiópolis, Monte Castelo, tem como Município Pólo Mafra.

O transporte urbano e escolar é realizado pela empresa Raditur, beneficiando cerca de 800 usuários mês e 1.125 alunos da rede pública.

QUADRO 1 – Distâncias dos principais centros urbanos e centros de referências

MUNICÍPIO	DISTÂNCIA EM KM
Florianópolis	242
Joinville	60
São Bento do Sul	16
Blumenau	148
Mafra	75
Bocaina do Sul	380
Curitiba – PR	105
Campina Grande do Sul	150

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Alegre

1.3 Aspectos demográficos

Segundos dados do IBGE, a população residente no Município é de 12.609 habitantes, distribuídos 60% na zona urbana e 40% na zona rural, apresenta uma densidade demográfica de 22 habitantes por Km².

QUADRO 2 – População residente por faixa etária e sexo – 2005população

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
MENOR DE 1 ANO	139	127	266
1 A 4	516	458	974
5 A 9	602	610	1212
10 A 14	579	632	1211
15 A 19	651	673	1324
20 A 29	1206	1053	2259
30 A 39	952	879	1831
40 A 49	772	702	1474
50 A 59	503	439	942
60 A 69	327	328	655
70 A 79	157	187	344
80 E +	60	57	117
IGNORADA	-	-	-
TOTAL	6464	6145	12609

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas.

A Taxa de crescimento estimada é de 2,5% ao ano, ou seja, a população campo-alegrense duplica a cada 28 anos. A faixa etária predominante é de 20 a 29 anos, num total de 17,9% da população. As elevadas taxas de natalidade estão relacionadas a fatores que dificultam a adoção de métodos artificiais de controle da natalidade, como, por exemplo: influência religiosa, baixa escolaridade da população, pobreza, elevado contingente de população rural etc, elevando o contingente populacional nas idades mais sensíveis as condições de vida, como saúde e educação, entre outros.

Os principais eventos do Município:

- Festa da Ovelha;
- Feira Agropecuária;
- Festa Santo Antônio;
- Festa do Milho;
- Festival de Dança;
- Festival de Inverno;
- Festa Junina da Solidariedade.

1.4 Aspectos socioeconômicos e de infra-estrutura

A economia do Município é baseada na agropecuária, sendo que 40% da população habitam a área rural. A criação de bovinos e ovinos é uma das atividades principais da economia local, o extrativismo de erva-mate, carvão, caulim e outros metais tem grande participação nesta atividade.

Campo Alegre é conhecida como o "Paraíso da Serra", pelo seu clima singular e recantos naturais. Nos últimos anos houve um grande investimento em infra-estrutura e divulgação do Município, objetivando o incremento do turismo como fonte de economia, com instalações de Hotéis e Pousadas.

No setor secundário apresenta atividades como reflorestamento, tecelagem, artefatos de madeira, bordados, tricô, alimentos de fabricação artesanal, atividades estas que contribuem para aumentar a renda familiar. Já o setor terciário está estruturado para sustentar as necessidades básicas da comunidade, como supermercados, restaurantes e mercearias, postos de combustíveis, entre outros, totalizando 145 estabelecimentos comerciais, 124 indústrias, 352 estabelecimentos de serviços, 01 veículo de comunicação e 04 estabelecimentos bancários. As carências econômicas e sociais do município diagnosticadas são:

- Baixa renda no setor primário;
- Mão de obra não qualificada;
- Falta de saneamento básico;
- Baixo retorno para o município da arrecadação sobre matéria prima explorada, mineral e florestal.

O índice de desemprego no Município é 15%. A renda familiar é de 02 salários mínimos.

Os grupos sociais organizados realizam trabalhos para o desenvolvimento sustentável do município.

- 02 Clubes de Idosos;
- 10 Associações de Moradores de Bairros;
- Clubes, Entidades, Pastorais e Entidades Religiosas que atuam na comunidade.

Programas municipais:

- Programa Nota em Dia;
- Programa de Distribuição de Semente de Milho;
- Programa de Distribuição de Calcário;
- Programa de Distribuição de Mudas de Batata-Salsa.

Os Conselhos Municipais atuantes são:

- Conselho Municipal de Educação;
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conselho Tutelar;
- Conselho Municipal de Saúde;
- Conselho Municipal da Assistência Social;
- Conselho Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente;
- Conselho Municipal da Defesa Civil –COMDEC;
- Conselho Municipal de Trânsito;
- Conselho Municipal de Trabalho e Renda;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano;
- Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre;

1.5 Educação

O sistema educacional de Campo Alegre abrange atividades de nos níveis de Educação Pré-escola, Ensino fundamental (1º grau), Ensino Médio (2º grau) e Ensino Superior:

- 03 Centros Municipais de Educação Infantil;
- 07 Escolas Municipais de Educação Básica;
- 02 Escolas de Ensino Fundamental Estadual;
- 01 Escola de Educação Básica Estadual;
- 02 Extensões de Escolas de Ensino Médio Particular (IESDE E CENECISTA);
- 01 Extensão de Educação Superior Estadual (UDESC);
- 01 Extensão de Educação Superior Particular (FACINTER);

- 01 Escola de Educação Especial (APAE);
- 01 Extensão de Escola de Ensino Fundamental Estadual (TELESSALA);
- 01 Extensão de Escola de Ensino Fundamental Estadual (TELECURSO);

A política educacional conta com os seguintes programas e projetos inovadores: Nucleação, Informatização, Ampliação de escolas e capacitação profissional.

QUADRO 3 – Número de alunos matriculados nas escolas do município – 2005

ESCOLA	NÚMERO DE ALUNOS
Centros Municipais de Educação Infantil	481
Séries Iniciais do Ensino Fundamental Regular Estadual	270
Séries Finais do Ensino Fundamental Regular Estadual	839
Séries Iniciais do Ensino Fundamental Regular Municipal	790
Séries Finais do Ensino Fundamental Regular Municipal	107
Alfabetização de Adultos Federal	149
Ensino Médio Regular Estadual	548
Ensino Médio Telessala Estadual	93
Extensões de Escolas de Ensino Médio Particular (IESDE)	09
Extensões de Escolas de Ensino Médio Particular (CENECISTA)	22
Extensão de Educação Superior Estadual (UDESC)	65
Extensão de Educação Superior Particular (FACINTER)	34
Escola de Educação Especial (APAE)	28
Extensão de Escola de Ensino Fundamental Estadual (TELESSALA)	224

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

A taxa de alfabetização do município é de 90,7% e a taxa de evasão escolar é de 1,2%. O Município abriga 03 creches que atendem 115 crianças de 0 a 3 anos e 11 meses.

1.6 Aspectos gerais com abrangência rural e urbana

O Município apresenta um total aproximado de 4.091 domicílios e apresenta um déficit habitacional de 114 unidades, os tipos de residência predominantes são mistos (30% de madeira, 30% de alvenaria e 40% mista).

O abastecimento de água é responsabilidade da Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN), possui 03 reservatórios (07 poços artesianos) com uma capacidade total de 1.400 m³. A rede de distribuição tem uma extensão de 29.504 m com uma captação de 15 litros por segundo, atendendo 1.355 ligações (comercial, residencial, industrial) atendendo cerca de 80% da população, compreendendo 100% da área urbana e 20% da área rural, com um consumo médio de 22.638 m³ por mês.

O fornecimento de energia elétrica é realizado pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc S/A, totalizando 2.261 ligações urbanas e 1.830 ligações rurais.

O Município não possui rede de esgoto sanitário, sendo destinado a fossas sépticas e sumidouros.

O lixo comum é recolhido por uma empresa terceirizada e encaminhado para o aterro sanitário. A coleta é realizada para lixo doméstico 2 vezes por semana e para lixo reciclado 1 vez por semana. A média de coleta mensal é de 65 toneladas para o lixo domiciliar e 12 toneladas para o lixo reciclado.

O lixo infectado é coletado por empresa terceirizada, totalizando 1 tonelada e meia, coletado quinzenalmente.

QUADRO 4 – Tratamento do lixo no Município – 2005

TIPO DE LIXO	TRATAMENTO
URBANO	O LIXO ORGÂNICO É ENCAMINHADO PARA O ATERRO SANITÁRIO LEGALIZADO E PRIVADO, LOCALIZADO NA CIDADE DE MAFRA/SC. O LIXO RECICLÁVEL É COLETADO UMA VEZ POR SEMANA PELA EMPRESA TRANSRESÍDUOS, A QUAL FAZ A SEPARAÇÃO E RECICLAGEM.
RURAL	O LIXO DOMÉSTICO É ENTERRADO E AS EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS VOLTAM PARA A REVENDA, O LIXO RECICLÁVEL É COLETADO UMA VEZ POR MÊS PELA EMPRESA TRANSRESÍDUOS, A QUAL FAZ A SEPARAÇÃO E RECICLAGEM.
INDUSTRIAL	O SERVIÇO É REALIZADO PELA PRÓPRIA EMPRESA.
HOSPITALAR	RECOLHIDO PELA EMPRESA PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL S.A.
COMERCIAL	O LIXO É RECOLHIDO PELA EMPRESA TRANSRESÍDUOS.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

2 PERFIL EPIDEMIOLÓGICO

Em 27 de julho de 2000 o município de Campo Alegre assumiu através da Portaria nº 842 a certificação da Gestão das Ações de Epidemiologia e Controle de Doenças nos termos da Portaria Ministerial nº 1399 de 15/02/1999, responsabilizando-se pela execução das ações básicas de epidemiologia, ocorrências mórbidas, controle e intervenções sobre o processo epidemiológico.

O Serviço de Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária são centralizados na Unidade de Saúde Sede, conta com uma equipe composta por: enfermeiro, técnico de enfermagem, agente do Programa da Dengue e Fiscal da VISA, possui ambiente adequado para processamento das informações, efetivação das ações e veículo próprio.

Mensurar o estado de saúde e bem-estar de uma população é necessário para que sejam feitos diagnósticos, realizadas intervenções e

avaliados impactos das mesmas nesta população.

TABELA 1 – Números absolutos para cálculos de indicadores – série histórica, 2000 – 2004.

ANO	2000	2001	2002	2003	2004
POPULAÇÃO	11.634	11.813	11.960	12.113	12.263
NASCIDOS VIVOS	216	180	192	194	148
ÓBITOS	70	70	92	80	66
ÓBITOS MENORES 1 ANO	3	3	5	2	4

Fonte: SIM/ SINASC/ IBGE

2.1 Principais indicadores de mortalidade

A tabela 2 mostra os principais indicadores de mortalidade no Município, sendo estes utilizados para avaliar o estado sanitário de uma dada população. Observa-se à queda no percentual de óbitos mal definidos, configurando o avanço na investigação e busca ativa das declarações de óbitos pelo SVE. E análise da mortalidade proporcional por sexo revela uma concentração de óbitos no sexo masculino, indicando exposição diferenciada a fatores de risco.

O aumento de óbitos infantis e neonatais justifica-se pelo aumento de assistência pré-natal em localidades rurais antes não assistidas, sendo 40% da população rural, proporcionando a evolução da gestação mesmo em caso de anomalias congênitas. A mortalidade infantil inclui mortes em menores de 28 dias e 28 dias a 01 ano, dos 04 óbitos ocorridos, 03 foram de anomalias congênitas.

TABELA 2 – Indicadores de mortalidade, Campo Alegre, 2000 – 2004.

	2000	2001	2002	2003	2004							
MORTALIDADE GERAL POR 1.000 HABITANTES	6,01	5,92	7,69	6,6	5,38							
% DE ÓBITOS POR CAUSAS MAL DEFINIDAS	38,57	31,4	14,1	26,25	3,03							
MORTALIDADE PROPORCIONAL POR SEXO	M 58,5	F 41,4	M 70	F 30	M 61,9	F 38	M 63,7	F 36,2	M 59	F 40,9		
MORTALIDADE INFANTIL	13,82	16,67	26,04	10,31	22,35							
% DE NASCIDOS VIVOS COM BAIXO PESO AO NASCER	5,09	5,00	7,29	4,12	5,03							
MORTALIDADE NEONATAL	4,63	5,56	20,83	10,31	22,35							
% DE ÓBITOS INFANTIS POR CAUSAS MAL DEFINIDAS	33,3	33,3	-	-	-							
COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL PROPORCIONAL	4,28	4,28	5,43	2,5	6,06							

Fonte: SIM/ SINASC

A tabela 3 quantifica os principais grupos de causas de morte no Município, os percentuais são calculados sobre o total de causas definidas, excluindo-se do total as mal definidas. As doenças do aparelho circulatório são as principais causas de óbito no Município, sendo que estas estão relacionadas à Hipertensão Arterial, associadas a outros fatores de risco, fumo, tabagismo, taxa de colesterol, etc. Neste contexto, a reestruturação da atenção primária para ênfase nas atividades educativas, rastreamento precoce dos assintomáticos, tratamento eficaz e outros, colaboram significativamente para redução da morbi-mortalidade por doenças do aparelho circulatório. As neoplasias aparecem em segundo lugar na tabela, sendo os dados compatíveis com coeficientes nacionais, o câncer representa um problema de saúde pública atualmente pelos elevados números que vem apresentando.

As causas externas e doenças do aparelho respiratório também mantêm coeficientes elevados, sendo necessária a implementação de ações que visem o tratamento adequado da IRA em menores de 05 anos e intensificação da campanha contra Influenza nos idosos.

As causas externas, que incluem os acidentes, homicídios e suicídios ganham proporções cada vez maiores em todo o estado de Santa Catarina, neste setor da saúde faz-se necessário à articulação intersetorial para diminuir tais indicadores.

TABELA 3 – Mortalidade proporcional segundo grupo de causas – CID 10, Campo Alegre, 2000- 2004.

	2000	2001	2002	2003	2004
NEOPLASIAS (TUMORES)	9,30	12,50	16,45	16,94	25,00
DOENÇAS ENDOCRINAS NUTRICIONAIS E METABÓLICAS	2,32	6,25	6,32	8,47	7,81
TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS	-	2,08	1,26	3,38	3,12
DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO	44,18	29,16	34,17	33,89	32,81
DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO	16,27	18,75	7,59	6,77	6,25
DOENÇAS DO APARELHO DIGESTIVO	2,32	-	1,26	3,38	-

DOENÇAS DO APARELHO GENITURINÁRIO	-	2,08	-	3,38	-
DOENÇAS DO SISTEMA NERVOSO	-	2,08	1,26	1,69	-
ALG DÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	4,65	4,16	1,26	-	-
ALG AFEC ORIGINADAS NO PERÍODO PERINATAL	-	2,08	3,79	3,38	3,12
ANOMALIAS CONGÊNITAS	-	2,08	-	-	3,12
CAUSAS EXTERNAS	18,60	12,50	10,12	16,94	6,45
MAL DEFINIDAS	38,57	31,40	14,10	26,25	3,03

Fonte: SIM/ SINASC

A tabela 4 demonstra os coeficientes de mortalidade proporcional por faixa etária, representa a importância relativa de cada grupo sobre o total, observa-se a diminuição de óbitos menores de 01 ano, com exceção de mortalidade neonatal e aumentando nas faixa etária acima de 60 anos.

TABELA 4 –Mortalidade proporcional segundo faixa etária, Campo Alegre, 2000 – 2004.

	2000	2001	2002	2003	2004
MENOR DE 1 ANO	2,85	4,41	3,80	2,53	6,34
1 – 4	1,42	-	0,90	-	-
5 – 9	-	2,94	-	-	-
10 – 14	-	-	-	1,23	-
15 – 19	-	-	1,9	1,26	-
20 – 29	1,42	4,41	2,85	2,53	4,76
30 – 39	5,71	2,94	0,90	3,79	1,58
40 – 49	2,85	7,35	3,80	5,06	9,52
50 – 59	17,10	16,17	6,66	11,39	17,46
60 – 69	15,70	16,17	16,19	16,26	19,04
70 – 79	20,0	22,0	18,09	29,11	22,22
80 E +	32,8	23,52	20,0	30,37	19,04
IGN	-	-	-	-	-

Fonte: SIM/ SINASC

A Taxa de mortalidade infantil, demonstrada na Tabela 2, é o termo usado para designar os óbitos de crianças menores de 1 ano de idade, ocorridos em um determinado local e período, ou seja, é o risco de uma criança morrer em 1000 nascidos vivos. Expressa em associação com os demais indicadores à situação de saúde de uma comunidade e as desigualdades de saúde entre grupos sociais e regiões. Em municípios de pequeno porte, como Campo Alegre é importante pactuar o número absoluto de óbitos infantis, pois cada óbito a mais provoca grandes variações da taxa.

Consideram-se altas as taxas de mortalidade de 50 óbitos por 1000 nascidos vivos, médias de 20 a 49/1000 e baixas menos de 20/1000, essa classificação foi desenvolvida em razão aos patamares alcançados em países desenvolvidos.

As estratégias de redução da mortalidade infantil são específicas, por exemplo: cobertura vacinal básica, teste do pezinho, promoção do aleitamento materno, tratamento adequado das diarreias e doenças respiratórias, desmame adequado, nutrição materna, acesso ao pré-natal de qualidade e parto humanizado.

Observa-se a causa de morte em menores de 01 ano principalmente por afecções durante a gestação, neste sentido a assistência pré-natal é de fundamental importância na redução destes agravos.

TABELA 5 – Mortalidade infantil proporcional segundo grupo de causas – CID 10, Campo Alegre, 2000 – 2004.

	2000	2001	2002	2003	2004
ALG AFC PERINATAIS	33,3	50	60	100	50
ANOMALIAS CONGÊNITAS	33,3	-	20	-	50
ALG DÇS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	33,3	50	20	-	-
MAL DEFINIDAS	33,3	-	-	-	-

Fonte: SIM/ SINASC

2.2 Morbidade e fatores de risco

As informações referentes às estatísticas de morbidade são essenciais para o controle de doenças e ou de agravos, sendo relevantes para análise de causa/ efeito e comportamento de uma doença em uma dada população.

A tabela 6 apresenta os principais motivos de internações hospitalares em Campo Alegre, nos últimos 05 anos.

TABELA 6 – Número de internações hospitalares segundo principais grupos de causas, Campo Alegre, 2000 – 2004.

	2000	2001	2002	2003	2004
GRAVIDEZ, PARTO E PUERPERIO	148	192	113	115	110
APARELHO RESPIRATÓRIO	213	162	248	239	235
APARELHO CIRCULATÓRIO	80	91	105	118	112
APARELHO DIGESTIVO	60	87	65	51	45
APARELHO GENITURINÁRIO	63	38	59	55	30
INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	90	91	122	73	68
LESÕES E ENVENENAMENTOS	34	31	61	52	66

NEOPLASIAS	12	27	18	22	28
TRANSTORNOS MENTAIS	08	22	04	08	29
SISTEMA NERVOSO	40	34	11	17	08
ENDÓCRINAS E METABÓLICAS	20	23	18	16	24
TOTAL	998	935	949	854	879

Fonte: SIH/ SUS

Em primeiro lugar ocorrem as internações por doenças do aparelho respiratório, acompanhadas, em segundo lugar, por agravos do aparelho circulatório. Em terceiro lugar as internações por gravidez, parto e puerpério, com uma discreta diminuição nos últimos anos. Estes agravos configuram a desestruturação da atenção básica, onde ações de promoção e prevenção das complicações de gripes e resfriados comuns em idosos e crianças, assim como orientação para o tratamento das complicações da diabetes mellitus e hipertensão arterial ocasionariam a diminuição de hospitalizações na população exposta. Ocupando quarto lugar as internações por doenças infecciosas e parasitárias, que são principalmente relacionadas às questões de saneamento e qualidade da água, causas evitáveis através de articulações intersetoriais e mobilização da comunidade.

2.3 Doenças de notificação compulsória

A notificação é a comunicação da ocorrência de determinada doença ou agravo à saúde feita à autoridade sanitária por profissional de saúde ou cidadão, para fins de adoção de medidas de intervenção pertinentes, desencadeando o processo informação-decisão-ação.

Neste sentido, um trabalho conjunto do Serviço de Vigilância Epidemiológica e Unidades de Saúde é desenvolvido a fim de aumentar a Vigilância em Saúde como estratégia de aperfeiçoamento do estado de alerta para qualquer mudança no perfil epidemiológico no Município.

TABELA 7 – Número de casos notificados por agravo, Campo Alegre, 2000 – 2004.

	2000	2001	2002	2003	2004
ACIDENTES POR ANIMAIS PEÇONHENTOS	4	7	7	9	42
ATENDIMENTO ANTI-RÁBICO	11	14	10	7	27
CONDILOMA ACUMINADO (VERRUGAS ANOGENITAIS)	1	-	-	-	2
DOENÇAS EXANTEMÁTICAS	6	18	6	-	20
HEPATITE VIRAL	66	6	3	7	5
HERPES GENITAL	2	-	-	-	-
SÍNDROME DA ULCERA GENITAL (EXCL.HERPES GENITAL)	1	-	-	-	-
VARICELA	26	3	11	37	30
MALÁRIA	-	1	-	-	-
SÍFILIS EM ADULTO (EXCL. A FORMA PRIMÁRIA)	-	1	-	-	-
LEPTOSPIROSE	-	-	1	-	-
MENINGITE	-	-	1	-	-
CAXUMBA	-	-	-	1	3
SÍNDROME DO CORRIMENTO CERVICAL	-	-	-	-	1
HANTAVIROSE	-	-	-	-	1
TOTAL	117	50	39	61	131

Fonte: SINAN

A tabela 7 apresenta quantitativamente o aumento do número de notificações, configurando resultado positivo das ações desenvolvidas pela equipe.

TABELA 8 – Coeficiente de Incidência por agravo, Campo Alegre, 2000 – 2004.

	2000	2001	2002	2003	2004
ACIDENTES POR ANIMAIS PEÇONHENTOS	3,43	5,92	5,85	7,43	34,24
ATENDIMENTO ANTI-RÁBICO	9,45	11,85	8,36	5,77	22,01
CONDILOMA ACUMINADO (VERRUGAS ANOGENITAIS)	0,85	-	-	-	2,44
DOENÇAS EXANTEMÁTICAS	-	-	-	-	0,81
HEPATITE VIRAL	54,15	2,53	-	2,47	-
HERPES GENITAL	1,71	-	-	-	-
SÍNDROME DA ULCERA GENITAL (EXCL. HERPES GENITAL)	0,85	-	-	-	-
VARICELA	22,34	2,53	9,19	30,54	24,46
MALÁRIA	-	0,84	-	-	-
SÍFILIS EM ADULTO (EXCL. A FORMA PRIMÁRIA)	-	0,84	-	-	-
LEPTOSPIROSE	-	-	-	-	-
MENINGITE	-	-	0,83	-	-
CAXUMBA	-	-	-	0,82	2,44
SÍNDROME DO CORRIMENTO CERVICAL	-	-	-	-	0,81
HANTAVIROSE	-	-	-	-	-

Fonte: SINAN

A tabela 8 demonstra o coeficiente de incidência dos principais agravos notificados, sendo relevantes os casos de acidentes por animais peçonhentos, atendimento anti-rábico e varicela confirmados em todos os anos descritos.

TABELA 9 – Cobertura vacinal (%) por tipo de Imunobiológicos em menores de 01 Ano, Campo Alegre, 2000 – 2004.

	2000	2001	2002	2003	2004
BCG	100,5	86,4	86,5	99,5	80,2
CONTRA HAEMOPHILUS INFLUENZAE TIPO B (HiB)	127,1	111,1	22,4	-	-
CONTRA HEPATITE B	102,3	100,0	99,0	72,9	88,0
CONTRA SARAMPO	95,8	116,1	101,0	1,6	
DUPLA VIRAL	-	-	-	-	-
ORAL CONTRA POLIOMIELITE	117,8	109,4	87,5	80,7	94,8
ORAL CONTRA POLIOMIELITE (CAMP 1ªETAPA)	106,1	115,0	122,4	119,8	115,1
ORAL CONTRA POLIOMIELITE (CAMP 2ªETAPA)	105,6	126,7	135,4	118,8	116,7
TETRAVALENTE (DTP + Hib)	-	-	68,2	80,2	95,8
TRIPLICE BACTERIANA	116,4	107,2	22,9	-	-
TRIPLICE VIRAL	99,1	106,5	95,6	45,8	85,9
TRIPLICE VIRAL CAMP	-	-	-	-	15,1

Fonte: SI/PNI

A tabela 9 demonstra a cobertura vacinal no município nos últimos anos, percebe-se o aumento nas coberturas dos imunobiológicos de rotina após a implantação do Programa Saúde da Família na zona rural, o programa de Imunização compreende uma estratégia na redução da mortalidade infantil.

2.4 Serviço de Vigilância Sanitária

O Controle das Unidades de Saúde se objetiva a não proliferação de fatores de risco para a saúde pública, sendo as unidades vistoriadas a cada 04 meses para acompanhamento e melhoria nos sistemas de limpeza e armazenamento de materiais.

O controle das entidades prestadoras de serviços de saúde: a VISA fiscaliza os registros nos devidos conselhos, verificando o exercício legal da profissão, assim como competências.

A fiscalização dos produtos e orientação para preparo e comercialização destes no Município, abrange desde armazenamento, transporte e vendas. São apuradas denúncias entre outras reclamações.

A fiscalização da potabilidade da água para consumo humano com cronograma próprio e alimentação do Sistema de Informação – SISAGUA.

1 DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

3.1 Rede física instalada

Conhecer a capacidade instalada para atendimento dos usuários do SUS em Campo Alegre, com e sem complemento dos prestadores de serviços contratados e conveniados, com intuito de desenvolver potencial e criar estratégias de melhorar a acessibilidade do usuário na atenção básica.

TABELA 10 – Rede física de Assistência à Saúde. Campo Alegre, 2005.

Estabelecimentos de saúde	Propriedade	Endereço	Tipo de Atendimento
Centro de Saúde – Deonilda Bartsch Bastos.	Pública	Rua: Irmã Amália Gheller, 22 Centro.	básico
Posto de Saúde – Rivaldo Rocha Munhoz	Pública	Rua: Paulo Hornig, 257 Distrito Bateias de Baixo	básico
Posto de Saúde Fragosos	Pública	Rua: Max Otto Becker, 219 Distrito de Fragosos	básico
Posto de Saúde – Pedro Maciel de Souza – PSF	Pública	Estrada Principal, snº localidade Bateias de Cima	básico
Unidade Móvel Médica Odontológica – UMMO	Pública	Localidade Bateias de Cima	básico
Unidade Móvel Odontológica – UMO	Pública	Campo Alegre	básico
Hospital São Luiz	Filantrópica	Rua: Padre Luiz Gilg, 250 Centro	prestador de serviços/ urgência e emergência hospitalização geral
Laboratório Virmond Ltda	Privado / credenciado	Rua: Padre Luiz Gilg, 250 Fundos	análises clínica

O horário de atendimento ao público nas unidades de saúde é das 07:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas.

As unidades de saúde da rede básica oferecem atendimento multi profissional com cronograma próprio dentro dos Programas assistenciais de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde.

3.2 Programa Saúde da Família - PSF

A equipe do PSF – Programa Saúde da Família é composta por 01 médico, 01 enfermeira, 01 técnica de enfermagem e 6 agentes comunitários de saúde, oferece atendimento diferenciado devido ao vínculo com a comunidade adscrita. os atendimentos são prestados em 07 localidades na zona rural, utilizam como estabelecimentos às escolas municipais desativadas.

O estado de conservação das unidades de saúde é regular; os equipamentos estão em bom estado de conservação. A Entidade mantenedora das unidades é a Prefeitura Municipal através do Fundo Municipal de Saúde.

TABELA 11 – Rede física de Assistência à Saúde – consultórios médicos e odontológicos. Campo Alegre, 2005.

Estabelecimentos de saúde	Qtde. consultório médico	Qtde . consultório odontológico
Centro de Saúde – Deonilda Bartsch Bastos.	02	01
Posto de Saúde – Rivaldo Rocha Munhoz	01	01
Posto de Saúde Fragosos	01	01
Posto de Saúde – Pedro Maciel de Souza – PSF	01	00
Unidade Móvel Médica Odontológica – UMMO	00	01
Unidade Móvel Odontológica – UMO	00	01
Estabelecimentos de saúde	Qtde. leitos ativos	Qtde . Equipamento
Hospital São Luiz	34	02 – RX
Postos de Saúde	00	05 – Equipo odonto

3.3 Atendimento de média e alta complexidade

Quanto ao funcionamento dos serviços de Referência e Contra-referência, houve um significativo aumento da demanda atendida ocasionando, muitas dificuldades no atendimento de média e alta complexidade (garantia de acesso, apesar da pactuação na PPI – Programação Pactuada e Integrada).

Os procedimentos de média e alta complexidade são referenciados, conforme Programação Pactuada e Integrada (PPI), para os Municípios de: São Bento do Sul, Joinville, Florianópolis, etc.

3.4 Prestadores de serviço

Existe 01 laboratório de análises clínicas, privado que é credenciado pelo SUS.

O Hospital São Luiz é uma unidade filantrópica, prestadora de serviço ao SUS Campo alegre, que presta atendimento de urgência e emergência, hospitalização geral e parto de baixo risco.

3.5 Recursos humanos

TABELA 12 – Quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social – nível superior, Campo Alegre, 2005.

Profissional nível superior	Qtde. existente	Carga horária semanal	Vínculo Empregatício	Qtde. a contratar	Carga horária semanal
Médico	03	20	Efetivo (01 Estado)	2	20
Médico	01	40	Efetivo	00	00
Médico PSF	01	40	Contrato	01	40
Odontólogo	05	20	Efetivo	00	00
Enfermeiros	01	40	Efetivo	01	40
Enfermeiro PSF	01	40	Contrato	01	40
Psicólogo	01	40	Contrato	00	00
Terapeuta Ocupacional	01	30	Contrato	00	00
Fisioterapeuta	01	30	Efetivo	00	00
Assistente Social	01	40	Efetivo	00	00
Farmacêutico Bioquímico	01	10	Efetivo	00	00

A Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social conta com dois profissionais, sendo um fonoaudiólogo e um nutricionista, ambos lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

TABELA 13 – Quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social – nível médio, Campo Alegre, 2005.

Profissional nível médio	Qtde. existente	Carga horária semanal	Vínculo Empregatício	Qtde. a contratar	Carga horária semanal
Agentes Vigilância Sanitária	02	40	Efetivo	01	40
Auxiliares de Enfermagem	03	40	Efetivo	00	00
Técnicos de Enfermagem	04	40	Efetivo	01	40
Técnico de Enfermagem PSF	01	40	Efetivo	01	40
Auxiliar de Odontologia	03	40	Efetivo	00	00
Agente administrativo	08	40	Efetivo	00	00
Agentes Comunitários de Saúde	07	40	Contrato	13	40

3.6 Capacitação

A Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, pretende, conforme tabelas descritas abaixo, capacitar seus funcionários, para que estes possam melhor atender a população.

TABELA 14 – Metas para capacitação de funcionários da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social de Campo Alegre, 2005.

Profissional Nível Superior	Total atual	Total a contratar	Total a capacitar
Médico	04	02	02
Médico PSF	01	01	02
Enfermeiros	01	01	02
Enfermeiros PSF	01	01	02
Profissional Nível Médio	Total atual	Total a contratar	Total a capacitar
Agentes Vigilância Sanitária	02	01	02
Auxiliares de Enfermagem	03	01	03
Técnicos de Enfermagem	04	01	04
Técnico de Enfermagem PSF	01	00	01
Auxiliar de Odontologia	03	13	03
Agente administrativo	08	00	08

3.7 Produção dos serviços de saúde

TABELA 15 - Número de consulta médica nas Unidades de Saúde, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Produção das Unidades	13.397	14.601	19.104

TABELA 16 - Número de atendimento odontológico nas Unidades de Saúde, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Produção das Unidades	15.433	13.832	15.861

TABELA 17 - Número de consulta de urgência/emergência realizada no Hospital São Luiz, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Produção das Unidades	12	418	207

TABELA 18 - Número de atendimento de enfermagem nas Unidades de Saúde, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Produção das Unidades	41.642	52.174	83.853

TABELA 19 - Programa Saúde Bucal – Quantidade de alunos atendidos, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Produção das Unidades	1.250	2.050	2.050

Os procedimentos desenvolvidos no Programa Saúde Bucal são:

- Bochechos com flúor;
- Distribuição de creme dental e escovas;
- Escovação supervisionada;
- Revelação de placa bacteriana.

TABELA 20 - Serviços especializados conveniados SUS no Município, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Radiologia	3.036	1.860	2.200
Patologia clínica	5.947	7.343	10.680
Fisioterapia	1.254	552	1.702
Terapia Ocupacional	329	280	566
Internações – H.S.L.	836	762	747

TABELA 21 - Serviços de consultas e exames especializados são encaminhados para TFD, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
TFD – Tratamento fora de domicílio	430	405	2.497

TABELA 22 - Consultas e exames especializados encaminhados através do CIS/AMUNESC – Consórcio Intermunicipal de Saúde, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Consultas e exames	522	769	1.062

TABELA 23 - Coleta de material citopatológico, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Material coletado	664	314	713

TABELA 24 - Planejamento familiar, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Preservativo – Pessoas	14.400	14.400	14.400

Anticoncepcional – Mulheres	720	720	720
-----------------------------	-----	-----	-----

TABELA 25 - Medicamentos da farmácia básica, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Medicamentos	14.939	14.126	16.579

TABELA 26 - Programa de Diabetes Mellitus, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Diabéticos cadastrados	75	14	13
Medicamentos	12.000	16.800	36.000
Insulino-dependente	22	22	22

TABELA 27 - Programa de Hipertensão Arterial. Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Hipertensos cadastrados	276	98	78
Medicamentos	37.900	42.360	196.560

TABELA 28 - Assistência ao Pré-Natal, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Consulta médica	457	513	77
Consulta de enfermeiro	444	792	780
Encaminhamento ao serviço de pré-natal de alto risco			10
Vacina antitetânica 3ª dose	53	33	57

TABELA 29 – Ações de Educação em Saúde, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Visitas domiciliares	357	802	397

TABELA 30 - atendimentos de outros profissionais de nível superior, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Psicólogo	239	213	429
Enfermeiro	752	1.477	2.506
Terapeuta Ocupacional	329	280	566
Fisioterapeuta	1.254	552	1.702

TABELA 31 – Triagem neonatal - Teste do pezinho, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Exame	176	194	175

TABELA 32 – Ações de Vigilância Sanitária e Entológica, Campo Alegre, 2002 – 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Atendimentos	337	1.200	* 7.204

* No ano de 2004 foram acrescentadas as ações entológicas realizadas no Município.

TABELA 33 – Ações de Vigilância Epidemiológica, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Atendimentos	3.696	7.377	7.976

TABELA 34 - Serviços prestados pelo Setor de Bem Estar Social, Campo Alegre, 2002 - 2004.

Ano Referencia	2002	2003	2004
Auxílios prestados	1.344	1.201	2.162

4 RECURSOS FINANCEIROS (%)

TABELA 35 – Percentual do orçamento destinada a saúde

Ano Referencia	2002	2003	2004
Percentual para a saúde	15,40	19,00	19,64

IV COMPROMISSOS DE GOVERNO DO MUNICÍPIO

- Manter e incentivar a participação da população através do Conselho Municipal e Conselhos Locais como instâncias norteadoras das políticas de saúde do Município e do controle social;
- Viabilizar a implantação de pronto atendimento 24 horas no Município;
- Manter e ampliar o programa de acompanhamento, monitoramento, distribuição de medicamentos e ações educativas, para diabéticos e hipertensos;

- Ampliar e adequar os postos de saúde do Município, visando adaptar as necessidades do Programa Saúde da Família e continuar melhorando as instalações físicas das unidades;
- Manter e ampliar equipes do Programa Saúde da família, além de articular a integração dos trabalhos do Programa juntamente com ações de saneamento;
- Completar a informatização da Secretaria da saúde integrando todos os serviços visando agilizar ainda mais os atendimentos e efetivar o uso do cartão SUS;
- Manutenção da parceria com o Hospital São Luiz, hospital do Município, intensificando o bom relacionamento, objetivando sempre o bem estar da comunidade e incentivando-o a tornar-se, cada vez mais, referencia de especialidades médicas;
- Implantar agentes comunitários em todas as localidades, coordenadas por um enfermeiro para visitas domiciliares, trazendo os problemas detectados para as Unidades de Saúde;
- Manutenção e ampliação do Programa de Saúde Bucal do Escolar. Levando conhecimento e ações preventivas como palestras, teatros, escovação supervisionada e aplicação de flúor, além de tratamento dentário aos alunos da rede escolar de ensino;
- Atender a demanda do município com assistência básica farmacêutica conforme RENAME, e também, medicamentos eletivos para o controle de doenças específicas;
- Manter e ampliar o tratamento e assistência a dependentes químicos e psicóticos em entidades ou centros especializados;
- Manter e ampliar o programa que prevê ações de enfermagem e de médico com ações educativas e curativas, visando o bem estar do paciente e da família como um todo;
- Manter o programa de encaminhamento de consultas especializadas, garantindo o transporte para tratamento fora do domicílio;
- Manter serviços e ações de saúde através de parcerias e apoio voluntários;
- Manter e ampliar o programa de normatização de rotinas, implantação de protocolos, humanização do atendimento e capacitação dos profissionais, visando sempre, melhorar e agilizar o atendimento na saúde;
- Manter e ampliar o programa específico para fortalecer a atenção à criança, desde o acompanhamento das gestantes no pré-natal, no parto, puerpério, aleitamento materno, além do acompanhamento do desenvolvimento da criança até seus seis anos de vida, visando reduzir ainda mais a mortalidade infantil;
- Manter programa com ações de controle de doenças e endemias, da população em geral, vacinação de rotina e outras campanhas;
- Manter o programa com ações que proporcionam, cada vez mais, a melhoria das condições sanitárias;
- Manter, reestruturar e ampliar as ações de odontologia sanitária.

Este Plano Municipal de Saúde entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006.

Campo Alegre/SC, 15 de Agosto de 2005.

ELIANA PESSÔA MACHADO COLLET

Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

ANEXOS

V PROGRAMAÇÃO ASSISTENCIAL

PROGRAMA	OBJETIVOS/ PRIORIDADES	METAS
Saúde da Criança	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar Vigilância Nutricional • Acompanhamento do desenvolvimento e crescimento; • Promoção do aleitamento materno; • Realização ou referência para exames laboratoriais; • Imunização; • Realizar Imunização; • Realização do esquema vacinal básico de rotina; • Busca de faltosos; • Realização de campanhas de vacina; • Acompanhamento do sistema de informação; • Prestar assistência a IRA em menores de 05anos e doenças diarreicas em menores de 05 anos; • Prestar assistência às doenças prevalentes na infância; • Desenvolver atividades educativas de prevenção e promoção à saúde; • Garantir de acesso a referência hospitalar e ambulatorial especializada/ realização em referência para exames laboratoriais; • Realizar da triagem neonatal – teste do pezinho; • Realizar visitas domiciliares aos recém nascidos de risco; • Articular intersetorialmente o apoio à família e desenvolvimento saudável da criança; 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir mortalidade infantil e neonatal; • Atender 100% das crianças do município. • Imunizar 100% das crianças de 0 a 5 anos; • Diminuir em 50% as internações por IRA e doenças diarreicas em crianças em menores de 5 anos; • Aumentar em 50% o número de ações educativas em escolas, creches e jardins de infância para promoção de saúde; • Identificar e acompanhar em 100% os recém nascidos de risco;

Saúde da Mulher	<ul style="list-style-type: none"> o Prestar assistência Pré-natal o Diagnóstico precoce de gravidez; o Cadastramento de gestantes no 1º trimestre de gravidez; o Classificação de risco gestacional na 1ª consulta; o Suplementação alimentar para gestantes com risco nutricional; o Realização de exames laboratoriais de rotina; o Referência para pré-natal de alto risco; o Vacinação e avaliação do puerpério; o Prevenir o Câncer de colo de útero e de mama o Rastreamento de câncer de colo de útero, coleta de material para citopatológico; o Ações de planejamento familiar; 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastrar 100% das gestantes no SISPRENATAL; • Prestar assistência de qualidade as gestantes do município; • Reduzir a mortalidade materna; • Investigar 100% dos óbitos em mulheres em idade fértil; Implementar em 80% as ações de planejamento familiar;
Controle de doenças crônicas e degenerativas – hipertensão arterial e diabetes mellitus	<ul style="list-style-type: none"> o Realizar diagnóstico clínico; o Cadastrar dos portadores das referidas patologias; o Acompanhar ambulatorial e domiciliar dos pacientes; o Fornecer de medicamentos; o Atender nas crises e outras complicações; o Tratar clínico dos casos; o Diagnosticar precocemente as complicações; o Realizar busca ativa dos casos; o Realizar ações educativas para qualidade de vida dos portadores dos agravos; o Realizar os exames laboratoriais; o Encaminhar para referência e contra referência; o Alimentar do sistema de informação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir em 50% as internações por complicações da hipertensão arterial e diabetes mellitus; • Atender 100% dos usuários portadores destes agravos cadastrados no HIPERDIA; • reduzir mortalidade por doenças do aparelho circulatório em 20% a cada ano;
Saúde Bucal	<ul style="list-style-type: none"> o Prevenir dos problemas odontológicos na população de 0 a 14 anos e gestantes; o Realizar levantamento epidemiológico; o Escovação supervisionada e evidenciação de placa; o Bochechos com flúor; o Educação em saúde bucal; o Cadastrar os usuários; o Alimentar o sistema de informação; o Tratar dos problemas odontológicos prioritariamente em crianças de 0 a 14 anos; o Atender a urgências odontológicas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar em 30% a taxa de cobertura de primeira consulta odontológica ao ano; • Aumentar em 30% a realização de procedimentos coletivos na faixa etária preconizada; • Diminuir em 30% o número de exodontias no município;
Controle da tuberculose - TB e eliminação da Hanseníase - MH	<ul style="list-style-type: none"> o Realizar busca ativa dos casos; o Diagnosticar clinicamente dos casos; o Fornecer acesso a exames para diagnóstico e controle: laboratorial e radiológico para TB; o Cadastrar os portadores; o Oportunizar o tratamento supervisionado dos casos de MH e em TB quando baciloscopia positiva; o Fornecer o medicamento; o Realizar busca ativa dos faltosos; o Controlar as incapacidades físicas; o Realizar medidas preventivas – pesquisa de comunicantes, vacinação e quimioprofilaxia; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento em 50% do percentual de cura nos casos novos de TB; • Diminuição de 30% de abandono do tratamento de TB; • Diminuição em 50% da taxa de mortalidade por TB; • Diminuição de 30% de abandono do tratamento pelo MB; • Aumento de 50% do percentual de cura nos casos novos de MB diagnosticada; • Diminuição em 50% da taxa de mortalidade por MB;
Programa Saúde da Família - PSF	<ul style="list-style-type: none"> o Atender a população com base no diagnóstico epidemiológico da área de atuação da equipe de saúde da família - ESF; o Realizar de ações intersetoriais e multiprofissionais para promoção e prevenção à saúde; o Implantar uma nova ESF com área de abrangência de aproximadamente 4.500 habitantes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar em 50% a população coberta pelo PSF;
Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS	<ul style="list-style-type: none"> o Oferecer atendimento de cadastramento e rastreamento das áreas e situações de risco à saúde através do Agente comunitário de Saúde – ACS. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar para 100% a cobertura do Programa de Agentes Comunitários de Saúde;
Saúde do Idoso	<ul style="list-style-type: none"> Garantir atendimento à população de 60 anos e mais; Oportunizar atendimento próximo a residência; Realizar visitas domiciliares a população idosa acamada e orientar a família para o cuidado intradomiciliar; Vacinar a população idosa contra influenza (gripe) anualmente; Realizar ações intersetoriais para a promoção da qualidade de vida; Prevenir carências nutricionais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Vacinar 95% da população de 60 e mais anos anualmente; • Reduzir em 30% a morbi-mortalidade por doenças do aparelho respiratório e circulatório;

Saúde do adolescente	Prestar assistência à população de 10 a 19 anos; Proporcionar ações educativas multiprofissionais sobre sexualidade e saúde reprodutiva, abuso de álcool e drogas, saúde mental, violência e maus tratos, crescimento e desenvolvimento; Articular ações intersetoriais para promoção da qualidade de vida;	• Aumentar em 50% as ações educativas na faixa etária preconizada;
Implementação da Atenção básica	Reorganização do atendimento básico de médicos e enfermeiros para as unidades do interior com maior frequência e atendendo demanda programática;	• Aumentar em 50% as produções médicas e de enfermagem nas unidades do interior;
Informatização do prontuário eletrônico – Cartão SUS	Proporcionar marcação de consultas e exames; Controlar a dispensação de medicamentos, evitando o uso irracional destes; Fornecer histórico do usuário aos profissionais que estão atendê-lo; Elaborar dados para aperfeiçoamento do perfil epidemiológico;	• Implantar em 100% o Cartão – SUS até 2009;
Conselho Municipal de Saúde	Consolidar a participação do Conselho Municipal de Saúde na formulação de Políticas Públicas de Saúde; Capacitar os conselheiros em assuntos pertinentes a elaborações de políticas públicas;	• Capacitar em 100% os conselheiros municipais de saúde até 2009;
Conselhos Locais de Saúde	Efetuar a participação das comunidades na construção do Sistema Único de Saúde;	• Implantar em 100% os Conselhos Locais de Saúde nas localidades de maior autonomia e articulação popular;

IV QUADRO DE METAS

AÇÃO	OBJETIVO	INDICADOR	META FÍSICA	META FINANCEIRA (R\$)	FONTE DE RECURSOS	EXECUÇÃO ANO
Pagamentos de subsídios, salários, encargos sociais, encargos do Instituto dos Servidores Públicos de Campo Alegre – IPRECAL, salário família e horas extras.	Pagamento dos vencimentos, remuneração, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado na Secretaria Municipal de Saúde.	52	100%	3.979.323,00	PRÓPRIO	2006-2007-2008-2009
Ampliação e restauração do Posto de Saúde de Bateias de Cima.	Atender a demanda dos usuários com qualidade e eficiência.	212 m²	100%	85.101,43 2.630,00	CONV/SUS PRÓPRIO	2006
Aquisição de material de expediente, de processamento de dados, de copa cozinha de limpeza e higiene.	Elevar o padrão de qualidade e eficiência no atendimento prestado a população	25.000	100%	143.895,00 31.105,00	PRÓPRIO PAB	2006-2007-2008-2009
Contratação de serviços diversos para manutenção do patrimônio, serviços de processamento de dados, telecomunicação, gráficos, energia elétrica, água, publicações e outros.	Elevar o padrão de qualidade e eficiência no atendimento prestado a população.	48	100%	260.000,00 11.929,00	PRÓPRIO PAB	2006-2007-2008-2009
Aquisição de equipamentos para manter, modernizar e expandir os serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.	Elevar o padrão de qualidade e eficiência no atendimento prestado a população.	04	100%	5.000,00	PRÓPRIO	2006
Auxílio aos colaboradores da Secretaria de Saúde nas despesas de estadia e alimentação em viagem a serviço, através de diárias.	Pagamento de diárias para cobrir despesas com alimentação do servidor em viagem a serviço.	360	100%	14.000,00 17.880,00	PRÓPRIO PAB	2006-2007-2008-2009
Capacitação e reciclagem dos servidores da Saúde.	Pagamento de despesas com palestrante.	16	100%	4.000,00	PRÓPRIO	2006-2007-2008-2009
Implementação do Conselho Municipal de Saúde, implantação de Conselhos locais de saúde, capacitação de conselheiros e realização de Conferência Municipal de Saúde.	Elevar o padrão de qualidade e eficiência no atendimento prestado a população.	8	100%	1.000,00	PRÓPRIO	2006-2007-2008-2009
Contratação de serviços de consultoria para reorganização das rotinas administrativas.	Reorganizar as rotinas de trabalho da Secretaria de Saúde.	06	100%	6.000,00	PRÓPRIO	2006
Construção de depósitos para o lixo contaminado.	Construir depósitos para as localidades de Fragosos, Bateias de Baixo e Bateias de Cima.	12 m²	100%	4.500,00	PRÓPRIO	2006
Contratação de 01 médico e 01 enfermeiro para o PSF.	Prestar de assistência integral aos usuários realizando atendimentos domiciliares.	52	100%	860.000,00	PRÓPRIO	2006-2007-2008-2009
Pagamento de salários, encargos sociais e benefícios para os Agentes Comunitários.	Remunerar para os Agentes Comunitários.	52	100%	327.672,00 150.655,00	PACS PSF	2006-2007-2008-2009

Aquisição de material de expediente, material de limpeza e higiene, ambulatorial e demais para a manutenção da estrutura e do veículo utilizado pelo PSF.	Elevar o padrão de qualidade e eficiência no atendimento prestado a população	10.000	100%	84.155,00	PSF	2006-2007-2008-2009
Contratação de serviços para a manutenção do veículo utilizado pelo PSF.	Garantir ao veículo seu bom funcionamento.	48	100%	9.280,00	PSF	2006-2007-2008-2009
Aquisição de material ambulatorial para o Programa do PSF.	Atender as necessidades dos usuários.	1.000	100%	2.325,00	PSF	2006-2007-2008-2009
Locação de espaço físico para implantação de equipe do PSF.	Atender cerca de 4.500 pessoas	48	100%	15.000,00	PSF	2006-2007-2008-2009
Aquisição de materiais para o Programa Saúde Bucal.	Melhorar a saúde bucal dos munícipes elevando a qualidade de vida de todos.	65.000	100%	20.000,00	PAB	2006-2007-2008-2009
Aquisição de equipamentos para adaptação de sala para manutenção do programa.	Melhorar a saúde bucal dos munícipes elevando a qualidade de vida de todos.	06	100%	5.000,00	PAB	2006
Aquisição de material odontológico.	Atender os usuários da rede municipal de saúde.	16.000	100%	80.000,00	PAB	2006-2007-2008-2009
Subvenção para o Hospital São Luiz.	Ampliar a qualidade no atendimento aos usuários e contribuir para o bom desempenho do Hospital São Luiz.	48	100%	91.560,00	PRÓPRIOS	2006-2007-2008-2009
Repasse de recurso para os prestadores de serviços referentes a procedimentos básicos PAB-A.	Ampliar a qualidade no atendimento aos usuários e contribuir para o bom desempenho do Hospital São Luiz.	48	100%	127.650,00	PAB	2006-2007-2008-2009
Manutenção do contrato firmado com a iniciativa privada para realização de pronto atendimento em horários diferenciados das Unidades de Saúde.	Ampliar a qualidade no atendimento aos usuários e contribuir para o bom desempenho do Hospital São Luiz.	48	100%	880.000,00	PRÓPRIO	2006-2007-2008-2009
Exames, consultas, remuneração do profissional auditor e despesas administrativas oriundas do Convênio com o CIS/AMUNESC.	Garantir a recuperação da saúde dos nossos munícipes.	48	100%	315.900,00	PRÓPRIO	2006-2007-2008-2009
Exames, consultas, procedimentos e outros realizados em clínicas diversas, bem como aquisição de passagens para deslocamento de pacientes em centro de referência situados a grandes distâncias.	Garantir o acesso do usuário ao tratamento de saúde.	4.000	100%	300.000,00 7.763,00 4.650,00	PRÓPRIO P.E.S.D MAC/TFD	2006-2007-2008-2009
Aquisição de combustível, pneu, peças e outros, para a manutenção dos veículos que se deslocam para atender os usuários fora do município.	Garantir o acesso do usuário ao tratamento de saúde.	25.000	100%	383.030,00 20.000,00	PRÓPRIO MAC/TFD	2006-2007-2008-2009
Contratação de serviços diversos para manutenção e conservação dos veículos.	Conservação dos veículos utilizados para o transporte dos usuários.	48	100%	69.600,00	PRÓPRIO	2006-2007-2008-2009
Auxílio aos motoristas da Secretaria Municipal de Saúde.	Pagamento de auxílio motorista, quando os mesmos deslocam-se a serviço de transporte de pacientes.	4.600	100%	115.700,00	PRÓPRIO	2006-2007-2008-2009
Aquisição de 01 veículo utilitário, novo com 16 lugares.	Garantir o transporte aos usuários do SUS.	01	100%	70.000,00	PRÓPRIO	2006
Aquisição de medicamentos básicos conforme RENAME.	Garantir medicamentos básicos que completem o tratamento médico do usuário.	55.000	100%	54.135,00 54.127,00 196.700,00 204.200,00 102.120,00 142.897,00	F.B. FED. F.B. EST. PRÓPRIO PAB PSF CONV/SUS	2006-2007-2008-2009
Aquisição de medicamentos padronizados.	Garantir medicamentos que não fazem parte da farmácia básica do município e que completem o tratamento médico do usuário.	15.000	100%	280.750,00	PRÓPRIO	2006-2007-2008-2009
Aquisição de moto para auxiliar na realização do Programa de Controle da Dengue.	Melhorar ainda mais o controle de doenças e endemias na população em geral.	01	100%	6.000,00	PPI – EPI-DEMIO	2007

Contratação de serviços de coleta e destinação final do lixo infectante das unidades de saúde do município.		48	100%	43.960,00 1.000,00	V.S. MUNI- CIPAL V.S. FEDE- RAL	2006-2007- 2008-2009
Auxiliar os servidores nas despesas de alimentação e estadia quando em viagem a serviço da Vigilância Sanitária e Epidemiológica.	Auxiliar o servidor quando em viagem a serviço.	175	100%	10.210,00 4.000,00	PPI – EPI- DEMIO V.S. FEDE- RAL	2006-2007- 2008-2009
Aquisição de material de expediente, processamento de dados, limpeza e higiene, material específico para a realização do Programa de Controle da Dengue, material para campanhas de vacinação e demais materiais para manutenção da estrutura e dos veículos da Vigilância Sanitária e Epidemiológica.	Melhorar ainda mais o controle de doenças e endemias na população em geral.	10.000	100%	50.000,00 1.689,00 2.918,00	PPI – EPI- DEMIO V.S. MUNI- CIPAL V.S. FEDE- RAL	2006-2007- 2008-2009
Contratação de serviços diversos para a manutenção e conservação dos veículos, dos serviços de processamento de dados, telecomunicação, serviços gráficos, locação de copiadora e outros.	Melhorar ainda mais o controle de doenças e endemias na população em geral.	48	100%	28.064,00 5.100,00	PPI – EPI- DEMIO V. S. FEDE- RAL	2006-2007- 2008-2009
Aquisição de equipamentos para ampliar e melhorar as salas de vacinas	Melhorar o controle de doenças e endemias na população em geral e diminuir mais o índice de mortalidade infantil.	30	100%	10.000,00	PPI - EPI- DEMIO	2006-2007
Aquisição de material ambulatorial e laboratorial.	Atender e orientar a população conforme determinação da Portaria Ministerial.	20.000	100%	180.000,00	PAB	2006-2007- 2008-2009
Aquisição de equipamentos para desenvolver atividades básicas de saúde.	Atender e orientar a população conforme determinação da Portaria Ministerial.	60	100%	30.000,00	PAB	2006-2007
Confecção de material educativo para desenvolver trabalhos de conscientização.	Orientar a população quanto aos programas desenvolvidos.	48	100%	5.000,00	PAB	2006-2007- 2008-2009
Reposição nutricional	Melhoria no atendimento a gestantes de risco nutricional e desnutrida, bem como reposição nutricional a crianças de 06 a 59 meses.	3.500	100%	5.689,00	V. S. FEDE- RAL	2006-2007- 2008-2009
Contratação de pessoal, lotação na Secretaria Municipal de Saúde.	Atender a população com qualidade e eficiência.	01 psicólogo;	100%	186.732,00	PRÓPRIO	2006-2007- 2008-2009
		01 terapeuta ocupacional;	100%			
		01 auxiliar de odontologia.	100%			

PORTARIA Nº 11.897 DE 14 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.897 DE 14 DE MAIO DE 2015

DISPÕE MODELOS DE DOCUMENTOS FISCAIS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve;

Art.1º) Aprovar os Modelos de Documentos Fiscais e Formulários, parte integrante desta Portaria, a serem utilizados pelo Fisco Municipal e pelos Contribuintes, em cumprimento ao disposto no Art. 43 do Decreto Municipal nº 9.013 de 14 de Maio do corrente ano.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 14 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

"AUTORIZAÇÃO DE IMPRESSÃO DE DOCUMENTO FISCAL"

Nº _____

PEDIDO INICIAL: SIM NÃO

FICA AUTORIZADO _____

(Nome/Razão Social)

INSCR. MUNICIPAL Nº: _____ CNPJ/MF Nº: _____.

RESIDENTE A _____ A IMPRIMIR:

ESPÉCIE DO DOCUMENTO FISCAL: _____ SÉRIE: _____

Nº INICIAL: _____ Nº FINAL: _____ NA QUANTIDADE DE _____ TALONÁRIOS, DO SOLICITANTE

(Nome/Razão Social)

INSCR. MUNICIPAL Nº: _____ CNPJ/MF Nº: _____.

RESIDENTE A _____

OBS:

1) Para solicitação inicial está concedida Autorização para impressão de, no máximo, 02 (zero dois) Talonários, salvo se verificada condição do Parágrafo Único do Art. 36 do Decreto Municipal nº 9.013 de 14 de Maio de 2015.

2) Salvo pedido inicial, nos demais será exigida apresentação da fotocópia do último Documento Fiscal e das três últimas Guias de recolhimento do ISSQN.

Campo Alegre/SC., ____ de _____ de 201__.

Chefe do Serviço de Fiscalização e Tributação

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Ao

Secretário Municipal de Finanças.

_____ vem pela presente

(Nome/Razão Social)

requerer autorização para utilizar o modelo de Nota Fiscal Estadual para as operações que envolvam a incidência de ICMS pela razão _____

(Razões do Pedido)

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

Campo Alegre/SC., ____ de _____ de 201__ .

Requerente

CÓPIA DA NOTA FISCAL ADAPTADA E AUTORIZADO
AUTORIZADA PELO FISCO ESTADUAL

CÓPIA DO DESPACHO/DECISÃO DO FISCO NÃO AUTORIZADO
ESTADUAL QUE AUTORIZA A UTILIZAÇÃO
DE NOTA ADAPTADA.

OBS: _____

Secretário Municipal de Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Ao

Secretário Municipal de Finanças.

_____ vem pela presente

(Nome/Razão Social/ Inscrição Municipal)

requerer concessão de regime especial para escrituração de livro fiscal e emissão de documentos fiscais.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

Campo Alegre/SC., ____ de _____ de 201__.

Requerente

FAX SMILE DOS MODELOS CONCEDIDO

MODELO DE NOTA FISCAL ESTADUAL NÃO CONCEDIDO

OBS: _____

Secretário Municipal de Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

REGISTRO DE EXTRAVIO E/OU INUTILIZAÇÃO
DE LIVRO E/OU DOCUMENTO FISCAL.

CONTRIBUINTE: _____ INSCR. MUNICIPAL Nº: _____.

INUTILIZAÇÃO

EXTRAVIO

LIVROS FISCAIS: _____

DOCUMENTOS FISCAIS: _____

REGISTRO POLICIAL: _____

PUBLICAÇÃO EM JORNAL: _____

EXISTIA DÉBITO FISCAL: SIM NÃO

É POSSÍVEL A RECONSTITUIÇÃO DA ESCRITURA EM ATÉ 60 DIAS? SIM NÃO

OBS: _____

Afirmo serem verdadeiros os fatos acima mencionados.

Assinatura do Contribuinte

(Ciente) da Autoridade Fiscal

SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
SERVIÇO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

ESTE ESTABELECIMENTO É OBRIGADO A EMITIR NOTA FISCAL DE SERVIÇO.

RECLAMAÇÕES – Fone 47 3632-2266 RAMAIS 205 e 213

(NOME FANTASIA)	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS				
RAZÃO SOCIAL	SÉRIE ÚNICA Nº				
Endereço	Nº da Via				
Fone/Fax: 47 3632-0000	CNPJ/MF nº: 00.000.000/0000-00 Inscrição Estadual nº: 999999999-9				
CEP: 89294.000 – Campo Alegre/SC.	Inscrição Municipal nº: 99999-9				
NOME: _____					
ENDEREÇO : _____					
MUNICÍPIO: _____ ESTADO:					
CNPJ/MF Nº: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº:					
PEDIDO Nº _____ CONDIÇÕES DE PAGAMENTO					
NATUREZA DA OPERAÇÃO: _____					
DATA: ____ DE ____ DE 201__.					
QTDE.	UNID.	DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS	VALORES UNITÁRIO TOTAL		
Valor do Serviço: R\$ _____					
R\$ _____					
Total da Nota: R\$ _____					
(Assinatura)					
Dispositivo legal relativo a imunidade ou à não incidência do Imposto quando for o caso.					
Nome da Gráfica, Endereço, CNPJ/MF nº: Inscrição Estadual nº: Município/SC. Quantidade de Talonários ____ nº de vias– nº de Ordem da 1ª a última Nota impressa AIDF – Serviço de Tributação e Fiscalização do Município Campo Alegre/SC. nº: ____ Em: ____/____/201__.					

PORTARIA Nº 11.898 DE 14 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.898 DE 14 DE MAIO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND, ocupante do cargo público e exercendo a função de Farmaceutico, Matrícula Funcional nº 0208, Registro no Sistema sob nº 308800, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, por motivo de doença, pelo período 27 de Abril de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 27 de Abril de 2015 a 11 de Maio de 2015; já o período de 12 de Maio de 2015 a 31 de Dezembro de 2015 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 27 de Abril de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.899 DE 14 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.899 DE 14 DE MAIO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, CÉLIA REGINA DRANCKA COELHO QUEIROZ, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Matrícula Funcional nº 000013, Registro no Sistema sob nº 367000, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período 27 de Abril de 2015 a 30 de Setembro de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 27 de Abril de 2015 a 11 de Maio de 2015; já o período de 12 de Maio de 2015 a 30 de Setembro de 2015 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social

dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 27 de Abril de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.900 DE 14 DE MAIO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.900 DE 14 DE MAIO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, PATRÍCIA NOGUEIRA BATISTA, ocupante do cargo público e exercendo a função de Enfermeira, Matrícula Funcional nº 000687, Registro no Sistema sob nº 955123, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, por motivo de doença, pelo período 06 de Maio de 2015 a 30 de Setembro de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 06 de Maio de 2015 a 20 de Maio de 2015; já o período de 21 de Maio de 2015 a 30 de Setembro de 2015 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 27 de Abril de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 14 de Maio de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/05/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 09 DE JUNHO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 09 DE JUNHO DE 2005

APROVA AS PROPOSTAS CONTEMPLADAS NO PPA 2006/2009 DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE/SC.

Viviane Marta Berlatto de Miranda, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova as Propostas a serem contempladas no PPA 2006/2009 do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 09 de Junho de 2005.

VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e cinco.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 24 DE JUNHO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 24 DE JUNHO DE 2005

APROVA A DESIGNAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA AO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE/SC.

Viviane Marta Berlatto de Miranda, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova a Designação do Controle Social do Programa Bolsa Família ao Conselho de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de Junho de 2005.

VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e quatro dias do mês de Junho do ano de dois mil e cinco.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 30 DE JUNHO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 30 DE JUNHO DE 2005

APROVA A EXCLUSÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DOS PROGRAMAS REMANESCENTES.

Viviane Marta Berlatto de Miranda, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova a exclusão das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e dos Programas Remanescentes (Bolsa Escola e Vale Gás) por não atenderem critérios de elegibilidade dos Programas, sendo assim ficam excluídas as seguintes famílias:

Vilma Maria Correia Lopes;
Ilza Olivia Bueno de Lima;
Maria Paulina Cubas Bueno;
Jucélia Kuyaski Mickus;
Odete Mickus Cordeiro da Cruz;
Marizete Mickus Piski;
Lindamir Aparecida Mickus Piski;
Cirlene Gonçalves de Borba;
Josete de Fátima Pereira de Lima Garcia;
Maria Jora Gonçalves de Borba;
Rosele Jonk;
Tereza Ferreira da Silva Solochinki.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 30 de Junho de 2005.

VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e cinco.

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 17 DE AGOSTO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 17 DE AGOSTO DE 2005

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA II REUNIÃO AMPLIADA DE DEBATE SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto no Art. 2º, Inciso XIII da Lei Municipal nº 2.146/96, publicada na data de 20 de março de 1996; que Institui o CMAS, define sobre a Conferência Municipal, Resolve:

Art.1º) Convocar a II Reunião Ampliada de debate sobre Assistência Social, que equivale a Conferência Municipal, com a finalidade de realizar um debate que constituirá a base para o Plano Decenal de Assistência Social, com estratégias e metas a curto, médio e

longo prazo.

Art.2º) A Reunião Ampliada de Debate sobre a Assistência Social será realizada no Município de Campo Alegre/SC., em data de 24 de Agosto de 2005, no Espaço Cultural Profª. Sirley Maria Neumann Johanson.

Art.3º) O evento terá como tema geral: "SUAS – PLANO 10: Estratégias e Metas para a implementação da Política nacional de Assistência Social".

Art.4º) O Município durante a sua Reunião Ampliada elegerá Delegados para a participação na Conferência Estadual, baseada na Tabela de proporcionalidade populacional e do porte do Município conforme prevê a Política Nacional de Assistência Social, garantindo a paridade entre OG's e ONG's.

Art.5º) Os Delegados eleitos nas Plenárias Municipais receberão suporte financeiro do Município para participarem da Conferência Estadual.

Art.6º) Para organização do Evento poderão ser criados grupos de trabalho denominado de Comissões.

Art.7º) Fica delegado o CMAS para a adoção de outras providências necessárias ao cumprimento do objeto des Resolução.

Art.8º)Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 17 de Agosto de 2005.

VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e publicada a presente Resolução aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco.

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 10 DE JUNHO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 10 DE JUNHO DE 2005

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2004.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Relatório de Gestão do Exercício de 2004.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 10 de Junho de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de Junho do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 10 DE JUNHO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 10 DE JUNHO DE 2005

APROVAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2006-2009.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Plano Plurianual – Período 2009 á 2009.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 10 de Junho de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de Junho do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde

de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 14 DE 10 DE JUNHO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 14 DE 10 DE JUNHO DE 2005

APROVAÇÃO DO EIXO 4 DA POLÍTICA ESTADUAL DA SAÚDE DESCENTRALIZADA.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado sem restrições o Eixo 4 da Política Estadual da Saúde Descentralizada - Incentivo Anual de Média e Alta Complexidade, Habilitação do Município aos Recursos disponíveis.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 10 de Junho de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de Junho do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 10 DE JUNHO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 10 DE JUNHO DE 2005

APROVAÇÃO DA MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE JOINVILLE, PARA ATENDIMENTO NA SAÚDE DOS USUÁRIOS DO KM-48, ALTO DA SERRA E RIO DA PRATA.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada sem restrições a Minuta do Termo de Convênio a ser firmado com o Município de Joinville/SC, para atendimento dos Usuários do KM-48, Alto da Serra e Rio da Prata, para atendimento na Saúde.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 10 de Junho de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos dez dias do mês de Junho do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 16 DE 12 DE JULHO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 16 DE 12 DE JULHO DE 2005

APROVAÇÃO DO PROJETO EM FAVOR DO I.E.A.S – HOSPITAL SÃO LUIZ.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada sem restrições o Projeto da Emenda Parlamentar nº 10940002, em favor do I.E.A.S – Instituto de Ensino e Assistência Social – Hospital São Luiz, para aquisição de equipamentos, no valor de 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 12 de Julho de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos doze dias do mês de Julho do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 17 DE 21 DE JULHO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 17 DE 21 DE JULHO DE 2005

APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2006/2009 DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada sem restrições o Plano Municipal de Saúde referente aos anos de 2006 a 2009, do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 21 de Julho de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e um dias do mês de Julho do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 18 DE 21 DE JULHO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 18 DE 21 DE JULHO DE 2005

APROVAÇÃO DA COMPRA DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E POSTOS DE SAÚDE.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada sem restrições, a compra de equipamentos para a Secretaria Municipal de Saúde e Postos de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., no valor aproximado de até R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 21 de Julho de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e um dias do mês de Julho do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 19 DE 21 DE JULHO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 19 DE 21 DE JULHO DE 2005

APROVAÇÃO DA COMPRA DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;
RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada sem restrições, a compra de medicamentos para a Farmácia Básica do Município de Campo Alegre/SC., no valor aproximado de até R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 21 de Julho de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e um dias do mês de Julho do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 21 DE JULHO DE 2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 19 DE 21 DE JULHO DE 2005

APROVAÇÃO DA COMPRA DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Eliana Pessoa Machado Collêt, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte;
RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada sem restrições, a compra de medicamentos para a Farmácia Básica do Município de Campo Alegre/SC., no valor aproximado de até R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 21 de Julho de 2005.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT

Presidenta do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Registrada e publicada a presente Resolução aos vinte e um dias do mês de Julho do ano de dois mil e cinco.

ZURITA MARIA PACHECO HAAS

Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE PP Nº26/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO Nº 26/2015

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 28 de maio de 2015 às 09h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h e das 13h30min às 17h, diariamente.

Campos Novos, 14 de Abril de 2015.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.286/15 DE 12/05/2015 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.286/15 DE 12/05/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),
DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas no orçamento do Município o valor de R\$ 34.911,70 (Trinta e quatro mil, novecentos e onze reais e setenta centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 32 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA
UNIDADE: 01 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.023 – Reequipamento do Fundo Agropecuário

Elementos de despesa: 01- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 34.911,70

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, ficam anulados os recursos provenientes do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 32 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA
UNIDADE: 01 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.023 – Reequipamento do Fundo Agropecuário

Elementos de despesa: 02- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034 – Aplicações Diretas R\$ 34.911,70

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 12 de maio de 2015.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.287/15 DE 13/05/2015 APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO "RECANTO DAS ÁGUAS" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.287/2015 DE 13/05/2015

APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO "LOTEAMENTO RECANTO DAS ÁGUAS" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado De Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, VIII e XXVI, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 03/2007 - Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, e;

Considerando a documentação juntada nos autos do Processo Administrativo nº 47.557, que se refere a pedido de loteamento e o parecer exarado pelo Setor de Engenharia;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aprovado o loteamento urbano, da categoria convencional, de propriedade de Marcel Luiz Viccari, CPF 608.859.989-87 Celson Facin, CPF 401.000.309-04 e Juliano Rossa, CPF 800.099.569-72, denominado "Loteamento Recanto das Águas", constituído por uma gleba de terras com área total loteada de 39.915,16 m² (trinta e nove mil novecentos e quinze metros e dezesseis centímetros quadrados), inscrita sob a matrícula nº 29.352 no Registro de Imóveis de Campos Novos, localizado no Município de Campos Novos – SC, nas Ruas Getúlio Vargas e Campos Novos, no Distrito de Barra do Leão, nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos anexados ao Processo Administrativo nº 47.557.

Art. 2º. Os usos cabíveis aos lotes do loteamento ora aprovado seguem as diretrizes fixadas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, instituído pela Lei Complementar nº 03/2007.

Art. 3º. A área do loteamento será distribuída da seguinte forma:

a) 71 (setenta e um) lotes destinados à comercialização, com área total de 23.059,22 m²;

b) Área total de 3.000,44 m² a ser incorporada ao patrimônio público e destinada à área verde;

c) Área destinada ao patrimônio público e à instalação de equipamentos urbanos e comunitários, de 3.206,09 m²;

d) Vias públicas com área total de 10.649,41 m².

Art. 4º. Desde a data registro do loteamento no Registro de Imóveis de Campos Novos - SC passarão a integrar o domínio do Município, independentemente de qualquer outro ato, as seguintes áreas:

1) Área das ruas, com 10.649,41 m²;

2) Área verde, com 3.000,44 m²;

3) Área destinada à instalação de equipamentos urbanos e comunitários, com 3.206,09 m².

Art. 5º. As obras de infraestrutura necessárias à implantação do loteamento, quais sejam demarcação dos lotes, instalação de rede de distribuição de água potável, execução do sistema de esgotamento

sanitário, construção do sistema de drenagem pluvial, instalação de rede de energia elétrica e iluminação pública e abertura e pavimentação de ruas, nos termos dos projetos, memoriais descritivos e cronograma apresentados no Processo Administrativo nº 47.557, deverão ser executadas no prazo máximo de 18(dezoito) meses, a contar da emissão do Alvará de Loteamento.

Art. 6º. Todas as obras de infraestrutura, serviços e quaisquer outras benfeitorias feitas pelo loteador nas áreas de uso público, integrarão o patrimônio do Município de Campos Novos, sem que caiba qualquer indenização.

Art. 7º. Recolhidas as taxas e demais encargos, será expedido o alvará de loteamento, mediante assinatura do Termo de Compromisso e do Termo de Cauçionamento, referidos nos arts. 102, 103 e 104 da Lei Complementar nº 03/2007.

Art. 8º. Nos termos do art. 105, da Lei Complementar nº 03/2007, é fixado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste Decreto, para que o loteador promova o registro do loteamento ora aprovado, junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Campos Novos, sob pena de caducidade desta aprovação.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 13 de maio de 2015.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.288/2015 DE 13/05/2015 ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

DECRETO Nº 7.288/2015 DE 13/05/2015

ESTABELECE NOVO HORARIO DE FUNCIONAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica estabelecido a partir de 15 de maio de 2015, o novo horário de funcionamento na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Transportes, Obras e Urbanismo:

- Das 07:00 as 13:00 horas.

Art. 2º. Fica estabelecido a partir de 01 de junho de 2015, o novo horário de funcionamento na sede da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Assistência Social:

- Das 13:00 as 19:00 horas.

Parágrafo único. Os novos horários estabelecidos pelo presente decreto não se aplicam para a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Fundação Cultural Cid Cesar de Almeida Pedroso, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Saúde e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

Art. 3º. O horário de funcionamento das demais secretarias permanece inalterado.

Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 13 de maio de 2015.

Nelson Cruz

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL Nº. 032/2015

EDITAL Nº. 032/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional

de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 12 de maio de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 032/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: SERVENTE FEMININO

NOME: ANA ISABEL OLISCOVICZ SILVEIRA

PORTARIA Nº 430/2015

PORTARIA Nº. 430/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional PATRICIA ALVES, concursada no cargo de Agente Comunitário de saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 29/04/2015, conforme comunicação interna nº 177/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 431/2015

PORTARIA Nº. 431/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; RESOLVE:

AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 03 (três) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora RAQUEL APARECIDA DAMBROSKI, efetiva no cargo de Administrador Escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de maio de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/05/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 46/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 76/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 46/2015

ALTERAÇÃO DE EDITAL

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 28/05/2015, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 16/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 16/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/15

HOMOLOGAÇÃO: 13/05/15

CONTRATADO: QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS COMUNS POR LUMINÁRIAS INTEGRADAS, LOCALIZADAS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE PARTE DO MATERIAL E TODA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 113.906,20 (cento e treze mil novecentos e seis reais e vinte centavos)

DATA: 14/05/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 45/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/15

HOMOLOGAÇÃO: 14/05/15

CONTRATADO: QUARK ENGENHARIA LTDA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADA, PARA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, REDES DE INFORMÁTICA E TELEFÔNICA, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 74.250,00 (setenta e quatro mil duzentos e cinquenta reais)

DATA: 14/05/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º FMAS 05/2015 (PRESENCIAL)

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 05/2015

EDITAL DE PREGÃO N.º FMAS 05/2015 (PRESENCIAL)

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/05/2015, às 14h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE OFICINAS DE ARTESANATO, CUSTOMIZAÇÃO E COSTURA,

REAPROVEITAMENTO DE ALIMENTOS E TERAPIA OCUPACIONAL, QUE SERÃO OFERTADOS NO CRAS I, II E III, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESSE EDITAL. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 29/05/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 51/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 85/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 51/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/05/2015, às 10h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA SEREM USADOS PELA EQUIPE DE PROFISSIONAIS QUE ATUA NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGENCIA- SAMU E PARA AS COZINHEIRAS, AUXILIARES DE COZINHA, SERVENTES E MONITORAS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 29/05/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N.º PMC 19/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 70/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 19/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 02/06/2015, às 14h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RODOLFO LINZMEIER, SITUADO NA RUA JOÃO WATZKO. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 02/06/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N.º PMC 22/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 82/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 22/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 02/06/2015, às 09h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DA REDE ELÉTRICA DE DISTRIBUIÇÃO INTERNA E REDE INTERNA DE TELEFONIA E LÓGICA NO PRÉDIO DO PAÇO MUNICIPAL. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 02/06/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA TOMADA DE PREÇO N.º PMC 17/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 67/2015

TOMADA DE PREÇO N.º PMC 17/2015

RESULTADO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de sua Comissão de Licitação, torna público o RESULTADO FINAL do Processo acima, que tem por objeto Construção de 01 (um) Centro de Eventos no Município de Canoinhas. Valores propostos: 1º empresa ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP com o valor global de R\$ 346.212,16, 2º empresa KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA. – ME com o valor global de R\$ 349.500,05, 3º empresa JRD – LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA com o valor global de R\$ 350.200,00, 4º empresa J. LUMA CONSTRUTORA LTDA com o valor global de R\$ 350.242,25 e 5º empresa J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA com o valor global de R\$ 350.376,93, VENCEDORA empresa ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP com valor global de R\$ 346.212,16. A ata encontra-se apenas ao Processo Licitatório à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura.

Paulo Cesar Safanelli

Comissão de Licitação

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA TOMADA DE PREÇO N.º PMC 18/2015

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 69/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 18/2015, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ESMEL CUNHA, TRECHO ENTRE AS RUAS JULIO BUDANT NETO E THEODORO HUMENHUCK, COM 187,53 METROS DE EXTENSÃO, E EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA MIGUEL SCHIESSL SOBRINHO, TRECHO ENTRE AS RUAS JULIO BUDANT E THEODORO HUMENHUCK, COM 187,53 METROS DE EXTENSÃO, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSARIOS, NESTA CIDADE DE CANOINHAS.

Aos 14 (treze) dias, do mês de maio do ano de 2015, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sra. Cibele Neudorf Batista e Sr. José Marcos Carvalho, nomeados pela Portaria nº 342/2015, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA. – ME, representada pelo Sr. Cleidiomar Oliveira, NOVO ESPAÇO ENGENHARIA CIVIL LTDA – EPP, representada pelo Sr. Augusto Malhovano Neto e ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, sem representante presente. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação das empresas participantes a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. As empresas KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA. – ME, NOVO ESPAÇO ENGENHARIA CIVIL LTDA – EPP participam da licitação na condição de ME/EPP. Os CNPJ de todas as empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que nenhuma das empresas participantes consta como inidônea no referido Portal.

Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas NOVO ESPAÇO ENGENHARIA CIVIL LTDA – EPP e ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA habilitadas no certame e a empresa KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA - ME inabilitada por não apresentar Atestado de Capacidade Técnica de Execução de Obra de Pavimentação e de Colocação de Tubulação de Concreto. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento da documentação apresentada. Não havendo interposição de recursos no prazo estipulado, a comissão de licitação procederá a abertura das propostas das licitantes habilitadas às 9h15min. do dia 25 de maio de 2015. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli Cibebe Neudorf Batista José Marcos Carvalho
Presidente Secretária Membro

NOVO ESPAÇO ENG. CIVIL LTDA – ME
Augusto Malhovano Neto

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº001/2015

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº001/2015

Aos 14 (quatorze) dias do mês de abril de 2015, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS (SC), localizada à Rua Senador Felipe Schmidt nº10, cidade de Canoinhas, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº83.102.384/0001-80, neste ato representada pelo excelentíssimo senhor Luiz Alberto Rincoski Faria, portador da Carteira de Identidade nº482.932 SSP/SC, CPF nº477.740.299-15, no uso da atribuição que lhe confere o cargo de Prefeito, resolve promover adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº71/2013/FNDE/MEC, conforme autorização concedida pelo Ofício nº843/2015 – CGARC/DIRAD/FNDE, cujo objeto trata do Registro de Preços, consignado em Ata, buscando a aquisição de Solução Integrada Interativa de Computador e Projeção, denominada Computador Interativo, para atendimento de escolas e instituições públicas, da educação básica, tecnológica e superior, sendo que esta municipalidade formalizará instrumento contratual com a empresa Positivo Informática S/A, licitante vencedor, inscrita no CNPJ sob o nº81.243.735/0001-48, para aquisição de 14 (quatorze) Computadores Interativos, ao valor unitário de R\$2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais), destinados às Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Canoinhas (SC), 14 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº002/2015

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº002/2015

Aos 14 (quatorze) dias do mês de abril de 2015, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS (SC), localizada à Rua Senador Felipe Schmidt nº10, cidade de Canoinhas, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº83.102.384/0001-80, neste ato representada pelo excelentíssimo senhor Luiz Alberto Rincoski Faria, portador da Carteira de Identidade nº482.932 SSP/SC, CPF nº477.740.299-15, no uso da atribuição que lhe confere o cargo de Prefeito, resolve promover adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº65/2013/FNDE/MEC, conforme autorização concedida pelo Ofício nº243/2015 – CGARC/DIRAD/FNDE, cujo objeto trata do Registro de Preços, consignado em Ata, buscando a aquisição de Equipamentos do tipo tablete doravante denominado Tablete Educacional, para atendimento, no âmbito do Projeto Educação Digital, das instituições educacionais das redes públicas de ensino fundamental e médio, sendo que esta municipalidade formalizará instrumento contratual com a empresa Positivo Informática S/A, licitante vencedor, inscrita no CNPJ sob o nº81.243.735/0001-48, para aquisição de 02 (dois) Tabletes Educacionais Tipo 3 (entre 9 e 10,1 polegadas com conexão 3G), ao valor unitário de R\$520,00 (quinhentos e vinte reais), destinados às Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Canoinhas (SC), 14 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º PMC 45/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 75/2015		Processo Administrativo:	Total dos Itens Vencedores: 74.250,00			
Licitação.....:	45/2015 - PR					
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL					
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADA, PARA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, REDES DE INFORMÁTICA E TELEFÔNICA, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.					

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 16553	- PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - Unidade: hrs						
13002	QUARK ENGENHARIA LTDA - ME	QUARK ENGENHAR	1.000,000	0,0000	49,5000	49.500,00	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 16554	- PEQUENOS REPAROS EM CABEAMENTO DE INFORMÁTICA - Unidade: hrs						
13002	QUARK ENGENHARIA LTDA - ME	QUARK ENGENHAR	200,000	0,0000	49,5000	9.900,00	Venceu	1 *****
Item.....: 3	- 311043825	- PEQUENOS REPAROS EM CABEAMENTO DE TELEFONE - Unidade: hrs						
13002	QUARK ENGENHARIA LTDA - ME	QUARK ENGENHAR	300,000	0,0000	49,5000	14.850,00	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)	
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO	
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO	
MARCIANO FERNANDES CORREA -	EQUIPE DE APOIO	
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC	
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0	

Capinzal

PREFEITURA

FMAS CONTRATO 0179/2015 M

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0179/2015 M

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada...: RECK E CIA LTDA.

Valor : 14.190,00 (quatorze mil cento e noventa reais)

Vigência : Início: 14/05/2015 Término: 16/05/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homem, para serviço de mão-de-obra especializada para prestação de serviço de assistência técnica e manutenção corretiva em aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos, das Secretarias e Fundos

Capinzal, 14 de Maio de 2015

FMS CONTRATO 0179/2015 M

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0179/2015 M

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada...: RECK E CIA LTDA.

Valor : 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 14/05/2015 Término: 16/05/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homem, para serviço de mão-de-obra especializada para prestação de serviço de assistência técnica e manutenção corretiva em aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos, das Secretarias e Fundos

Capinzal, 14 de Maio de 2015

FME PROCESSO LICITATÓRIO 0003/20015 PREGÃO PRESENCIAL 0003/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0003/2015

Pregão Presencial Nº 0003/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de premiação para as competições realizadas pela Fundação Municipal de Esportes de Capinzal/SC

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:05 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 01/06/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 15 de maio de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC CONTRATO 0177/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0177/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: INDUSTRIA DE TINTAS OURO LTDA

Valor : 6.300,00 (seis mil e trezentos reais)

Vigência : Início: 14/05/2015 Término: 16/05/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais para demarcação viária para aplicação em processo mecânico (máquinas apropriadas) ou manual (rolo ou trincha), para atenderas necessidades de pintura, manutenção e melhorias da sinalização horizontal viária em Vias Urbanas do Município

Capinzal, 14 de Maio de 2015

PMC CONTRATO 0178/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0178/2015	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZACAO LTDA EPP	
Valor : 75.710,00 (setenta e cinco mil setecentos e dez reais)	
Vigência : Início: 14/05/2015 Término: 16/05/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2015	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais para demarcação viária para aplicação em processo mecânico (máquinas apropriadas) ou manual (rolo ou trincha), para atenderas necessidades de pintura, manutenção e melhorias da sinalização horizontal viária em Vias Urbanas do Município	
Capinzal, 14 de Maio de 2015	

PMC CONTRATO 0179/2015 M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0179/2015 M	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: RECK E CIA LTDA.	
Valor : 23.650,00 (vinte e três mil seiscentos e cinquenta reais)	
Vigência : Início: 14/05/2015 Término: 16/05/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2015	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homem, para serviço de mão-de-obra especializada para prestação de serviço de assistência técnica e manutenção corretiva em aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos, das Secretarias e Fundos	
Capinzal, 14 de Maio de 2015	

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0105/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0065/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0105/2015

Pregão Presencial Nº 0065/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos e materiais para compor o mobiliário do Centro de Reabilitação e Estratégia Saúde da Família - ESF da Cidade Alta. Com Recursos oriundos da multa imposta à BRF Brasil Foods S/A perante a Justiça do Trabalho, Ação Civil Pública n. 001327-2009-012-12-00-0, movida pelo Ministério Público do Trabalho - MPT.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 28/05/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 15 de maio de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0106/2015 TOMADA DE PREÇO 0007/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 00106/2015

Tomada de Preço para Compras e Serviços Nº 0007/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Assessoria Continuada para Elaboração de Projetos e Gestão de Contratos e Convênios através do Governo Federal no Município de Capinzal/SC, conforme Projeto Básico (Anexo IV).

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 02/06/2015.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmelo Zocolli, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0__49)3555-8739, FAX Nº (0__49) 3555-8744.

Capinzal, 15 de maio de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal de Capinzal

PORTARIA 218/2015

PORTARIA Nº 218, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 218/2015, Claudiane Nunes da Silva, matrícula nº 399620/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Ernesto Hachmann, por não haver professor efetivo na disciplina de Língua Portuguesa.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 219/2015

PORTARIA Nº 219, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 219/2015, Camila Scheuermann, matrícula nº 399833/02, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 220/2015

PORTARIA Nº 220, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 220/2015, Daiane Kely Machado, matrícula nº 399841/02, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 221/2015

PORTARIA Nº 221, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratado, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 221/2015, Gleneste Fernandes Wirth, matrícula nº 403113/02, para exercer as funções do cargo Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Belisário Pena, em substituição a titular Terezinha Ruivo Andrioni, que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 222/2015

PORTARIA Nº 222, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 222/2015, Daiana da Cruz, matrícula nº 407446/02, para exercer as funções do cargo Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Belisário Pena, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 223/2015

PORTARIA Nº 223, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 223/2015, Viviane Carminatti, matrícula nº 407447/02, para exercer as funções do cargo Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em substituição a titular Cimara Moreira Baú,

que atua como Professora Responsável pelo Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente e pela Creche Municipal Primeiros Passos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 224/2015

PORTARIA Nº 224, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:
Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 224/2015, Izabel Cristina Souza, matrícula nº 407449/02, para exercer as funções do cargo Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 225/2015

PORTARIA Nº 225, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:
Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 225/2015, Lucas Guerreiro Camassola, matrícula nº 407457/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha, em substituição ao titular Marcos José Thomaz, que está à disposição da Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 226/2015

PORTARIA Nº 226, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:
Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 226/2015, Bianca Alice Spironelo, matrícula nº 407467/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Wilson Pedro Kleinubing, em substituição a titular Terezinha Ruivo Andrioni, que foi removida para a Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 227/2015

PORTARIA Nº 227, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:
Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 227/2015, Lucinéia Breda de Siqueira, matrícula nº 407465/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em substituição a titular Iliane Aparecida dos Santos, que está à disposição da Direção deste centro de educação infantil.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 228/2015

PORTARIA Nº 228, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 228/2015, Juliana Soares da Silva, matrícula nº 407466/02, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 229/2015

PORTARIA Nº 229, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 229/2015, Lucilene Pacheco dos Santos, matrícula nº 407497/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 230/2015

PORTARIA Nº 230, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 230/2015, Juliane Flaron Debus, matrícula nº 410011/02, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 231/2015

PORTARIA Nº 231, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 231/2015, Tailane Garcia de Matos, matrícula nº 410036/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Sirlei Gerhardt Rosa, que está à disposição da Direção desta escola.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 232/2015

PORTARIA Nº 232, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 232/2015, Samile Barp Lorenz, matrícula nº 410037/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Lucia Regina Dias Bevilaqua, que está à em auxílio doença.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 233/2015

PORTARIA Nº 233, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 233/2015, Diana Paula Ferreira, matrícula nº 410038/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Ernesto Hachmann, em substituição a titular Patricia de Siqueira, à disposição da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 234/2015

PORTARIA Nº 234, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 234/2015, Aline Aparecida Faé Inocenti, matrícula nº 410039/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Ivo Silveira, em substituição a titular Christiane Oliveira de Jesus, à disposição da Direção desta escola.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 235/2015

PORTARIA Nº 235 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratado, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 235/2015, Daniel Marcus Hackbarth Mello-to, matrícula nº 410040/01, para exercer as funções do cargo de Professor de Música, nível 232, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 236/2015

PORTARIA Nº 236 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratado, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 236/2015, Michael de Abreu, matrícula nº 410041/01, para exercer as funções do cargo de Professor de Música, nível 232, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 237/2015

PORTARIA Nº 237 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 237/2015, Carla Surdi, matrícula nº 410042/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em substituição a titular Rafaela Daros, à disposição da Coordenação Pedagógica desta escola.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 238/2015

PORTARIA Nº 238 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 238/2015, Helena Altmann, matrícula nº 410044/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Ernesto Hachmann, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 239/2015

PORTARIA Nº 239 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 239/2015, Michele dos Santos Chaves, matrícula nº 410045/01, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 240/2015

PORTARIA Nº 240 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 240/2015, Denise Aparecida Ribeiro dos Santos, matrícula nº 410046/01, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em substituição a titular Vanessa da Silva, que está à disposição da Biblioteca deste Centro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 241/2015

PORTARIA Nº 241 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 241/2015, Solange Maristela Jordão, matrícula nº 410047/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Izoete dos Santos Riquetti, à disposição da Diretoria de Ensino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 242/2015

PORTARIA Nº 242 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 242/2015, Franciane Vieira Sarmento, matrícula nº 410048/01, para exercer as funções do cargo de Auxíliia de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 243/2015

PORTARIA Nº 243 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 243/2015, Ligia Maria Sutil, matrícula nº 410049/01, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 244/2015

PORTARIA Nº 244 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 244/2015, Wanessa Ribeiro dos Santos, matrícula nº 410050/01, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 245/2015

PORTARIA Nº 245 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 245/2015, Maria Elisa Daneleski Dametto, matrícula nº 410051/01, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 246/2015

PORTARIA Nº 246 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 246/2015, Paloma Barbueno dos Santos, matrícula nº 410052/01, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Creche Municipal Primeiros Passos, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 247/2015

PORTARIA Nº 247 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 247/2015, Adriana Aparecida Telles Lopes Duarte, matrícula nº 410053/01, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Creche Municipal Primeiros Passos, em substituição a titular Luana Gazzola, à disposição da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/17/2015**

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/17/2015

Processo Licitatório Nº CAO/0151/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição e instalação de uma plataforma elevatória com cabine enclausurada, dimensionada para deslocamento de pessoas, com fornecimento de art (projeto e execução).

TIPO: Menor Preço por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 28 de maio de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 15 de maio de 2015.

Francieli da Rosa

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/18/2015

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/18/2015

Processo Licitatório Nº CAO/0159/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de serviços de engenharia, a serem utilizados na execução de pontos de coleta de esgoto sanitário na Sub-bacia A3 em Ouro/SC, compreendendo a prestação dos serviços e o fornecimento dos materiais, (com fornecimento de ART e/ou RRT de execução).

TIPO: Menor Preço Global

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Unitário

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 29 de maio de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 15 de maio de 2015.

Francieli da Rosa

Pregoeira

PORTARIA Nº 37/2015/SIMAE-CAO

PORTARIA Nº 37/2015/SIMAE-CAO, de 15 de maio de 2015.

Nomeia servidor para o quadro funcional da Autarquia, que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Nomear a Sra. NATALIA ZIMMERMANN BOARETTO, nascida em 22/10/1990, para exercer o cargo de provimento efetivo de Engenheiro Sanitarista, Padrão 7.0, Nível 01, Referencia A, do Quadro Pessoal da Autarquia, conforme Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente Portaria.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 48/2015

DECRETO N. 048/2015

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município, e a Lei n. 1.184/2009 de 20/11/2009;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Escolar da Rede Municipal de Ensino, para a gestão 2015 a 2017 do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, com a seguinte composição:

REPRESENTANTE DA DIREÇÃO DA ESCOLA:

Titular: Leandra Rohr

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES:

Titulares: Cleides Foiato

Jussara Odete Corrêa

Suplente: Gicela de Fátima Gilioli Martiori

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E EQUIPE PEDAGÓGICA:

Titulares: Elio Vedovatto

Maikeli Bellei

Suplente: Camila Bellei

REPRESENTANTE DOS ALUNOS:

Titulares: Emanuelli Mattos

Maria Eduarda da Cunha

Suplente: Gian Gabriel Lorenzatto

REPRESENTANTE DE PAIS:

Titulares: Caroline Klauck Menoncim

Eliane Girardelo

Suplente: Gerusa Paula Weber do Nascimento Basso

Art. 2º. Os membros do Conselho, nomeados por este Decreto, exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para os cofres públicos municipais não gerando direito a qualquer vencimento e demais obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º. O mandato dos membros do Conselho será de dois anos.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 49/2013 de 15 de abril de 2013.

Caxambu do Sul/SC 14 de Maio de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

DECRETO 49/2015

DECRETO N. 49/2015

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o recebimento de documento enviado pelo Servidor Público Municipal, Senhor Moacir Rohr solicitando exoneração do Cargo de Técnico em Controle Interno;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado a pedido o Servidor Moacir Rohr, brasileiro, solteiro, portador do CPF/MF sob nº 987.538.609-00 e da Cédula de Identidade sob o nº 12R 3.123.688, ocupante do cargo de Técnico Em Controle Interno, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 14 de maio de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

IVAN CARLOS BELLEI

Sec. Mun. de Administração, Finanças e Planejamento

EXTARTO ATA RP 16/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina												
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL												
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS												
Ata Nº.:	16/2015											
Detentora:	MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA											
Objeto :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS JUNTO À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MUNICIPAL NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.											
Fornecedor: 2590 - MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA												
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total						
7	AGUA DESTILADA 5 LITROS	gl	Aquatec	40,000	14,1000	564,00						
11	BROCA 1031	un	KGS	20,000	11,9900	239,80						
13	PEDRA DE POLIMENTO DE RESINA P/ ALTA ROTAÇÃO	un	Dedeco	15,000	13,9000	208,50						
16	FIBRINA HEMOSPON DE 1,0X1,0X1,0 CM C/ 10	cx	Techenew	40,000	29,1500	1.166,00						
23	REMOVEDOR DE MANCHA TÁRTARO 30 ML	un	Uraby	6,000	20,3000	121,80						
25	OBTURADOR PROVISÓRIO 25 GR	un	Maquira	3,000	18,5000	55,50						
29	ESPATULA DE METAL P/ IRM	un	ABC nº 7	10,000	13,9000	139,00						
30	CALCADOR PARA SILICATO Nº 6335-1	un	ABC	10,000	9,9000	99,00						
31	GERMICIDA LIQUIDO - GERMIRIO 5000ML	un	Wirath	5,000	38,9000	194,50						
37	OLEO LUBRIF. P/INSTRUMENTO ODONT. 200ML	un	Maquira	2,000	21,7000	43,40						
43	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO - PÓ 38 GR	un	Dentsply	10,000	75,4000	754,00						
44	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO - LIQUIDO 15 ML	un	Dentsply	5,000	44,6000	223,00						
50	CANETA ODONTOLÓGICA DE BAIXA ROTAÇÃO (MICRO-MOTOR)	un	Calu	1,000	790,0000	790,00						
60	BICARBONATO DE SÓDIO PÓ 250 GR	un	Maquira 200g	5,000	21,4000	107,00						
62	BROCA DOURADA PARA ACABAMENTO DE RESINA	un	Microdont	15,000	8,8000	132,00						
65	PINO DE METAL PARA REFORÇO 060 C/ 30 UNID	pt	Angelus/meta	5,000	48,8000	244,00						
71	MOLDEIRA GRANDE P/ FLUOR C/100	pt	Preven	3,000	64,5000	193,50						

Vigência : Início : 14/05/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 05/2015.

CAXAMBU DO SUL, 14 de Maio de 2015.

VILMAR FOPPA
GESTOR FMS

EXTRATO ATA RP 14/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina												
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL												
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS												
Ata Nº.:	14/2015											
Detentora:	CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA.											
Objeto :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS JUNTO À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MUNICIPAL NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.											
Fornecedor: 253 - CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA.												
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total						
19	COMPRESSA DE GASES DE 350 GR	pt	ERIMAX	30,000	21,9000	657,00						
39	MASCARA DESCARTAVEL C/50	pt	PROTDESC	20,000	10,5900	211,80						
53	ENVOPE PARA ESTERILIZAÇÃO TAM 150MMX30MM C/ 100	pt	VEDAMAX	10,000	51,3000	513,00						
61	APARELHO FOTOPOLIMERIZADOR	un	ALT	1,000	1.087,0000	1.087,00						

Vigência : Início : 14/05/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 05/2015.

CAXAMBU DO SUL, 14 de Maio de 2015.

VILMAR FOPPA
GESTOR FMS

EXTRATO ATA RP 15/2015-FMS

Estado de Santa Catarina												
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL												
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS												
Ata Nº.:	15/2015											
Deten-tora:	DENTAL OESTE LTDA											
Objeto :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS JUNTO À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MUNICIPAL NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.											
Fornecedor: 1043 - DENTAL OESTE LTDA.												
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total						
5	LUVAS P/ PROCEDIMENTOS "M" C/ 100 UNID	cx	Supermax	70,000	22,8500	1.599,50						
14	SELANTE TUBETES DE 2 GRAMAS	un	Dentsply	30,000	30,9800	929,40						
24	TRICRESOL FORMALINA 10 ML	un	Maquira	3,000	6,9000	20,70						
26	RESINA A2 4 GR	un	Charisma	3,000	66,9000	200,70						
32	FLÚOR GEL 208 GRAMAS (200ML)	un	Iodontosul	50,000	6,6900	334,50						
34	VERNIX FORRADOR DE CAVIDADES 15 ML	un	SSW	2,000	12,6300	25,26						
40	PORTA AMALGAMA	un	Maquira	5,000	12,6300	63,15						
45	CANETA ODONTOLOGICA PARA ALTA ROTAÇÃO	un	Kavo	1,000	860,0000	860,00						
46	MATRIZ DE POLIESTER PARA RESINA PACOTE C/50 UND	pt	Kdent	3,000	10,8300	32,49						
54	COLETOR DE MATERIAIS PERFUROCORTANTES 13 LTS	un	Embalaire	5,000	4,9300	24,65						
56	REVELADOR DE PLACA EVIDENCIADOR 10 ML	un	Biodinâmica	10,000	10,4600	104,60						
66	PINO DE METAL PARA REFORÇO 061 C/ 30 UNID	pt	Europost	5,000	48,7500	243,75						
67	SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL COM 40 UNID	pt	Injecta	5,000	4,6500	23,25						
72	PASTA PROFILÁTICA 90 GR	un	Vigodent	5,000	7,6900	38,45						
73	VIDRO DE PARAMONOCLOROFENOL + CANFORA	un	Maquira	5,000	7,4000	37,00						

Vigência : Início : 14/05/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 05/2015.

CAXAMBU DO SUL, 14 de Maio de 2015.

VILMAR FOPPA
GESTOR FMS

EXTRATO ATA RP 17/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina												
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL												
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS												
Ata Nº.:	17/2015											
Detentora:	ODONTOESTE LTDA ME											
Objeto :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS JUNTO À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MUNICIPAL NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.											
Fornecedor: 1380 - ODONTOESTE LTDA ME												
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total						
4	LUVAS P/ PROCEDIMENTO "P" C/ 100 UNID.	cx	NUGARD	100,000	22,8500	2.285,00						
10	BROCA Nº 1011	un	CHAMPION	20,000	11,9900	239,80						
18	ADESIVO DE RESINA 5,6 ML (6G)	un	SINGLE BON	10,000	157,0000	1.570,00						
21	MERCÚRIO 100G	un	K-DENT	20,000	235,5000	4.710,00						
41	AGULHAS ENDODONTICAS PRIMEIRA SÉRIE 15/45 25MM	un	INJECTA	3,000	63,8000	191,40						
49	PEDRA ARKANÇAS BRANCA	un	MICRODONT	15,000	14,0000	210,00						
58	FOSFATO DE ZINCO PÓ FRASCO 28 G	un	VIGODENT	3,000	16,9900	50,97						
59	FOSFATO DE ZINCO LIQUIDO 10 ML	un	VIGODENTE	3,000	9,5000	28,50						
63	DEDAL DE BORRACHA PARA AMÁLAGAMA	un	JON	10,000	2,9800	29,80						
64	LUVAS DE LÁTEX C/ PALMA DIAMANTADA 37CM TAM P/M	un	SANRO	6,000	15,0000	90,00						
70	IONÔMERO DE VIDRO P/ RESTAURAÇÃO LÍQUIDO 8 GR	un	MAGGION	10,00	25,00	250,00						

Vigência : Início : 14/05/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 05/2015.

CAXAMBU DO SUL, 14 de Maio de 2015.

VILMAR FOPPA
GESTOR FMS

EXTRATO ATA RP 18/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina												
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL												
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS												
Ata Nº.:	18/2015											
Detentora:	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES											
Objeto :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS JUNTO À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MUNICIPAL NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.											
Fornecedor:	2338 - ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES											
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total						
1	ANESTÉSICO ARTICAÍNA C/ VASO CX C/ 50 TUBETES DE 1,8 ML	cx	DFL	20,000	117,9000	2.358,00						
2	ANESTÉSICO LIDOCAÍNA C/ VASO CX C/ 50 TUBETES DE 1,8 ML	cx	SSWHITE	1,000	47,5300	47,53						
3	ANESTÉSICO PRILOCAÍNA C/ VASO CX C/50 TUBETES DE 1,8 ML	cx	CRISTÁLIA	1,000	57,4300	57,43						
8	BROCA 1034	un	FAVA	20,000	11,9900	239,80						
22	LIMALHA 30 GR	un	SSWHITE/TY	20,000	105,6000	2.112,00						
28	FIO DENTAL 100M	un	MED FIO	5,000	2,5700	12,85						
33	ANESTÉSICO TÓPICO GEL 12 GR	un	DFL	5,000	8,4500	42,25						
35	MOLDEIRA DUPLA PARA FLUOR PEQUENA C/100 UNID	pt	PREVEN	3,000	64,5000	193,50						
51	CONTRA ÂNGULO PARA MICROMOTOR	un	KAVO	1,000	825,0000	825,00						
55	BROCA 1012	un	JOTA	20,000	11,8000	236,00						
57	TAÇA DE BORRACHA PARA PROFILAXIA	un	PREVEN	20,000	1,9000	38,00						
69	IONÔMETRO DE VIDRO P/ RESTAURAÇÃO PÓ 10 GR	un	FGM	10,000	27,9900	279,90						

Vigência : Início : 14/05/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 05/2015.

CAXAMBU DO SUL, 14 de Maio de 2015.

VILMAR FOPPA
GESTOR FMS

EXTRATO ATA RP 19/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina												
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL												
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS												
Ata Nº.:	19/2015											
Detentora:	VANUSA DIAS EIRELI - EPP											
Objeto	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, PARA UTILIZAÇÃO NOS ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS JUNTO À UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MUNICIPAL NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.											
Fornecedor: 209 - VANUSA DIAS EIRELI - EPP												
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total						
6	Alcool liquido 70 %	L	TUPI	50,000	8,8400	442,00						
9	BROCA 1035	un	OPTION	20,000	12,0000	240,00						
12	BROCA 1032	un	OPTION	20,000	11,9800	239,60						
15	CABO P/ ESPELHO	un	AAF	50,000	2,9500	147,50						
17	ACIDO GEL PARA RESINA TUBETES 2,5 ML	un	ATACKTEK	10,000	2,1500	21,50						
20	ESPELHO CLÍNICO Nº 5	un	IODONTOSU	100,000	2,9500	295,00						

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

245.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 245/2015

- CONSIDERANDO a apresentação do Atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no artigo 65 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e suas alterações,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Maternidade a servidora pública, JOSIANI MACHADO DE PINHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Anos Iniciais - 40 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por 120 (cento e vinte) dias, conforme consta em Atestado Médico, pelo período de 14.05.15 a 10.09.15.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 14 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

247.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 247/2015

- CONSIDERANDO os efeitos da Portaria nº 245/2015 de 14.05.15, da Servidora JOSIANI MACHADO DE PINHO;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2014/SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário CLAUDINEI DA SILVEIRA, para exercer as funções do cargo de Professor ACT - 20 horas, Nível II, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na turma do 4º ano, anos iniciais, no Centro de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, pelo período de 14.05.2015 a 10.09.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 14 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ANEXO 01 DO DECRETO Nº. 048 DE 14.05.2015

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO			
TERMO DE NOTIFICAÇÃO		Nº. ____ / ____	
DADOS DO NOTIFICADO:			
Nome/Razão Social:			
Endereço:			
Bairro:	CEP:	Cidade:	UF:
CPF/CNPJ:		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço:			
Bairro:		Atividade:	
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO			
Na fiscalização realizada no local descrito em ____ de ____ de ____, às ____: ____ hs ficaram constatadas irregularidades, que podem ser enquadradas nos dispositivos da Legislação Municipal, conforme abaixo discriminadas:			
INFRAÇÃO	ARTIGO	INCISO	PENALIDADE PREVISTA
CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES			
Informamos ao Notificado:			
Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de 15 (quize) dias úteis, a contar da data da ciência, sob pena de se não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas todas as PENALIDADES previstas na Legislação vigente.			
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta Notificação, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal.			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:			
Nome:			
Assinatura/Carimbo:			
_____, ____ / ____ / ____			
RECEBIDO POR:			
Nome/Razão Social:		CPF/CNPJ:	
Assinatura:			
RECEBI EM, ____ / ____ / ____			
() Recusou-se a assinar a notificação:			
TESTEMUNHAS:			
_____ Nome/R.G.		Assinatura: _____	
_____ Nome/R.G.		Assinatura: _____	

ANEXO 02 DO DECRETO Nº. 048 DE 14.05.2015

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO			
AUTO DE INFRAÇÃO		Nº. ____ / ____	
DADOS DO AUTUADO:			
Nome/Razão Social:			
Endereço:			
Bairro:	CEP:	Cidade:	UF:
CPF/CNPJ:		Telefone:	
DADOS DO LOCAL FISCALIZADO			
Endereço:			
Bairro:		Atividade:	

Data da Notificação:		Notificação nº ____ / ____	
PENALIDADES APLICADAS			
Fica o contribuinte acima qualificado ciente que as irregularidades apontadas na notificação nº ____ / ____ não foram cumpridas no prazo determinado, sendo assim lavrado o presente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicado as seguintes PENALIDADES previstas na Legislação vigente:			
INFRAÇÃO	ARTIGO	INCISO	PENALIDADE
CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES			
DETERMINAÇÕES			
Informamos ao autuado: O contribuinte poderá apresentar sua defesa contra a ação da fiscalização, junto à Prefeitura Municipal, no prazo de até 15 (quinze) dias contados a partir da data do recebimento comprovado do Auto de Infração.			
UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO:			
Nome: _____			
Assinatura/Carimbo: _____, ____/____/____			
RECEBIDO POR:			
Nome/Razão Social: _____		CPF/CNPJ: _____	
Assinatura: _____			
RECEBI EM, ____/____/____			
() Recusou-se a assinar a autuação:			
TESTEMUNHAS:			
_____		Assinatura: _____	
Nome/R.G. _____			
_____		Assinatura: _____	
Nome/R.G. _____			

ANEXO 03 DO DECRETO Nº. 048 DE 14.05.2015

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO			
AUTO DE APREENSÃO		Nº. ____ / ____	
DADOS DO AUTUADO:			
Nome/Razão Social: _____			
Endereço: _____			
Bairro: _____	CEP: _____	Cidade: _____	UF: SC
CPF/CNPJ: _____		R.G./INSC. ESTADUAL: _____	
LOCAL DA APREENSÃO			
Endereço: _____			
DESCRIÇÃO DOS BENS APREENDIDOS			
Em fiscalização realizada no local descrito em ____ de ____ de ____, às ____:____ hs foram apreendidos os bens e/ou produtos abaixo relacionados:			
QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO BEM	
Base legal: Art. 20 da Lei Complementar nº 043 de 29.03.2010			
Circunstâncias Atenuantes e Agravantes: _____			

Informamos ao Autuado:

Os bens apreendidos ficarão sob responsabilidade do Município de Chapadão do Lageado, depositados junto ao setor de Fiscalização, localizado na Prefeitura municipal. No caso de não serem reclamados ou retirados dentro do prazo de 30 (trinta) dias para bens não perecíveis e 48 hs (quarenta e oito horas) para bens perecíveis, os objetos apreendidos poderão ser levados a leilão público pelo Município, na forma da lei.

AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELA APREENSÃO:

Nome:

Assinatura/Carimbo:

_____, ____/____/____

CIÊNCIA DO AUTUADO

Assinatura:

() Recusou-se a assinar o auto:

TESTEMUNHAS:

_____, Assinatura: _____

Nome/R.G.

_____, Assinatura: _____

Nome/R.G.

DECRETO Nº. 046 DE 14.05.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº. 046 DE 14.05.2015

Homologa Resolução nº 001/2015 do Conselho Municipal da Saúde do Município de Chapadão do Lageado - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 001/2015, de 30 de abril de 2015, do Conselho Municipal Saúde, que aprova com ressalvas o Relatório Anual de Gestão de 2014, do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 14 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 001/2015

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas competências regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº 0037/97 e Portaria nº336/2013, e de conformidade com a deliberação dada na reunião ordinária ocorrida em 30.04.2015, Ata nº 80.

Considerando os Relatórios Físicos e Financeiros apresentados pelo Contador do Fundo Municipal de Saúde, Senhor Joélsio Machado;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar com ressalvas o Relatório Anual de Gestão de 2014.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 30 de abril de 2015.

LEANDRO MACÁRIO CORREIA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

DECRETO Nº. 047 DE 14.05.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº. 047 DE 14.05.2015

Homologa Resolução nº 002/2015 do Conselho Municipal da Saúde do Município de Chapadão do Lageado - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 002/2015, de 30 de abril de 2015, do Conselho Municipal Saúde, que aprova o Plano de Ações da Vigilância Sanitária Municipal de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 14 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 002/2015

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas competências regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº 0037/97 e Portaria nº336/2013, e de conformidade com a deliberação dada na reunião ordinária ocorrida em 30.04.2015, Ata nº 80.

Considerando a apresentação do Plano de Ações da Vigilância Sanitária do ano de 2014.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Plano de Ações da Vigilância Sanitária Municipal de 2014.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 30 de abril de 2015.

LEANDRO MACÁRIO CORREIA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

DECRETO Nº. 048 DE 14.05.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº. 048 DE 14.05.2015

Institui e Homologa Termos de Fiscalização e dá outras providências.

CONSIDERANDO, o disposto nos arts. 195, 196, 197 e 200 da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional;

CONSIDERANDO, a necessidade de se fazer cumprir e adequar o disposto nas Leis Complementares Municipais nºs 042 de 10.03.2010 - Código de Obras e Edificações e 043 de 29.03.2010 - Código de Posturas;

CONSIDERANDO que a Administração do Município, com o intuito de estabelecer procedimentos oficiais às suas ações, necessita da

instituição de formulários próprios a cada ato;

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município, c/c Constituição Federal e demais Leis pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídos e homologados os termos de fiscalização utilizados por este Município para os procedimentos administrativos do Setor de Fiscalização, em conformidade com as Leis Complementares Municipais acima citadas.

§1º Os termos de fiscalização citados no caput deste artigo estão em anexo a este Decreto, e na seguinte ordem:

I – Anexo 01 – Termo de Notificação;

II – Anexo 02 – Auto de Infração;

III – Anexo 03 – Auto de Apreensão.

§2º Os termos de fiscalização serão preenchidos em 02 (duas) vias, que terão a seguinte destinação:

I – 1ª Via: Órgão Fazendário;

II – 2ª Via: Contribuinte.

§3º Os modelos indicados nos Anexos serão exclusivamente utilizados na impressão em papel do tamanho A4 e sua utilização é obrigatória pelos fiscais deste Município.

Art. 2º O servidor público que, por má fé, extraviar documentos, agir em conluio ou concorrer para uso fraudulento de documentos oficiais será de imediato afastado de suas funções, sem prejuízo da abertura do competente processo administrativo, para fins de aplicação das penalidades previstas em lei.

Art. 3º Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 14 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 33/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 33/2015.

Vigência: 08/05/2015 à 31/12/2015

Processo Licitatório nº 50/2015.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ALEXANDRE SCHAFFER

Valor: R\$ 24.400,00 (vinte e quatro mil quatrocentos);

Objeto O presente contrato tem por objeto à contratação de um (a) engenheiro (a) civil, devidamente inscrito (a) no CREA, para atender a demanda do Município de Chapadão do Lageado – SC, com exceção da área habitacional. O profissional contratado deverá, dentre outras atividades relacionadas à área, elaborar projetos a serem executados com recursos exclusivos do município; acompanhar e fiscalizar a execução de todas as obras do Município seja elas com recursos próprios ou de Convênio/Contrato de Repasse;

avaliar permanentemente a estrutura dos imóveis do Município a fim de garantir a manutenção e os reparos devidos; orientar os servidores que executam serviços na área para realizarem as tarefas de maneira mais adequada; propor projetos que sejam viáveis, visando modernizar a estrutura do Município, em consonância com as normas técnicas aplicáveis a profissão, e de acordo com as quantidades relacionadas no Anexo II - Termo de Referência.

DATA DA ASSINATURA: 08 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 034/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 034/2015.

Vigência: 14/05/2015 à 31/12/2015

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)

Valor: R\$ R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 2.280,00 (dois mil duzentos e oitenta reais).

Objeto: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo o seguinte acesso: I - RGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o RGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais

DATA DA ASSINATURA: 14 de maio de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 246/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 246/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o Art. 70, inciso II da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art.1º Nomear os membros que irão compor a Comissão Central Organizadora - CCO, responsável pela realização da XIII Festa do Colono do Município de Chapadão do Lageado-SC, a realizar-se no dia 25 de julho de 2015, conforme segue:

Presidente: VALCENIR JOSÉ DE OLIVEIRA

Vice-Presidente: ORLI CARLOS PAUL

Tesoureiro: LUIZ CÉZAR SEBOLD

Secretário Geral: CHARLES RODRIGO MICHELS

Coordenação de Alimentação: ROGÉRIO CAPISTRANO

Coordenação de Infra-Estrutura: MARIO DA SILVA

Coordenador de Eventos: ERNESTO JOSÉ FRANCISCO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 14 de maio de 2015.

José Bráulio Inácio

Prefeito Municipal

RREO_1º_BIMESTRE_CHAPADAO_DO_LAGEADO

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

PREVISO		PREVISO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
INICIAL	RECEITAS		No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
9.535.506,75		9.535.506,75	2.036.935,25	21,36	2.036.935,25	21,36	7.498.571,50
9.520.745,75		9.520.745,75	1.886.935,25	19,82	1.886.935,25	19,82	7.633.810,50
225.500,77		225.500,77	13.944,84	6,18	13.944,84	6,18	211.555,93
177.000,00		177.000,00	10.487,19	5,92	10.487,19	5,92	166.512,81
48.500,77		48.500,77	3.457,65	7,13	3.457,65	7,13	45.043,12
30.001,00		30.001,00	8.637,92	28,79	8.637,92	28,79	21.363,08
30.001,00		30.001,00	8.637,92	28,79	8.637,92	28,79	21.363,08
31.001,00		31.001,00	13.599,37	43,87	13.599,37	43,87	17.401,63
11.001,00		11.001,00	13.599,37	123,62	13.599,37	123,62	-2.598,37
20.000,00		20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
8.536.941,98		8.536.941,98	1.835.283,60	21,50	1.835.283,60	21,50	6.701.658,38
8.536.941,98		8.536.941,98	1.835.283,60	21,50	1.835.283,60	21,50	6.701.658,38
697.301,00		697.301,00	15.469,52	2,22	15.469,52	2,22	681.831,48
1.951,00		1.951,00	566,25	29,02	566,25	29,02	1.384,75
10.000,00		10.000,00	12.575,01	125,75	12.575,01	125,75	-2.575,01
2.350,00		2.350,00	2.178,26	92,69	2.178,26	92,69	171,74
683.000,00		683.000,00	150,00	0,02	150,00	0,02	682.850,00
14.761,00		14.761,00	150.000,00	1.016,19	150.000,00	1.016,19	-135.239,00
1.006,00		1.006,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.006,00
1.006,00		1.006,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.006,00
3.755,00		3.755,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.755,00
3.755,00		3.755,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.755,00
10.000,00		10.000,00	150.000,00	1.500,00	150.000,00	1.500,00	-140.000,00
0,00		0,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	-150.000,00
10.000,00		10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
—		—	—	—	—	—	—
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)							
9.535.506,75		9.535.506,75	2.036.935,25	21,36	2.036.935,25	21,36	7.498.571,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	9.535.506,75	9.746.922,59	2.061.995,18	2.061.995,18	7.684.927,41	1.518.323,68	1.518.323,68	8.228.598,91	930.804,03
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	518.611,57	—	2.036.935,25
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.535.506,75	9.746.922,59	2.061.995,18	2.061.995,18	—	1.518.323,68	2.036.935,25	—	2.967.739,28

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										RS 1,00			
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)					
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		%	(b/Total b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%	(d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	Legislativa	9.535.506,75	9.746.922,59	2.061.995,18	2.061.995,18	100,00	1.518.323,68	1.518.323,68	100,00	8.228.586,91			
	Ação Legislativa	660.000,00	660.000,00	79.903,46	79.903,46	3,88	79.601,04	79.601,04	5,24	580.398,96			
	Administração	2.088.036,97	2.088.036,97	398.983,57	398.983,57	19,35	305.838,59	305.838,59	20,14	1.782.198,38			
	Administração Geral	1.207.032,97	1.207.032,97	291.398,50	291.398,50	14,13	203.408,41	203.408,41	13,40	1.003.624,56			
	Administração Financeira	881.004,00	881.004,00	107.585,07	107.585,07	5,22	773.418,93	102.430,18	6,75	778.573,82			
	Defesa Nacional	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00			
	Defesa Civil	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00			
	Segurança Pública	25.000,00	25.000,00	1.941,07	1.941,07	0,09	23.058,93	715,07	0,05	24.284,93			
	Policimento	25.000,00	25.000,00	1.941,07	1.941,07	0,09	23.058,93	715,07	0,05	24.284,93			
	Assistência Social	327.204,00	327.204,00	78.808,52	78.808,52	3,82	248.395,48	71.015,96	4,68	256.188,04			
	Assistência Comunitária	327.204,00	327.204,00	78.808,52	78.808,52	3,82	248.395,48	71.015,96	4,68	256.188,04			
	Saúde	1.612.787,20	1.612.787,20	538.806,54	538.806,54	26,13	1.073.980,66	283.207,94	18,65	1.329.579,26			
	Atenção Básica	1.551.784,20	1.551.784,20	535.495,03	535.495,03	25,97	1.016.289,17	283.207,94	18,65	1.268.576,26			
	Vigilância Sanitária	50.001,00	50.001,00	961,51	961,51	0,05	49.039,49	0,00	0,00	50.001,00			
	Vigilância Epidemiológica	11.002,00	11.002,00	2.350,00	2.350,00	0,11	8.652,00	0,00	0,00	11.002,00			
	Trabalho	22.000,00	22.000,00	3.580,68	3.580,68	0,17	18.419,32	2.180,68	0,14	19.819,32			
	Fomento ao Trabalho	22.000,00	22.000,00	3.580,68	3.580,68	0,17	18.419,32	2.180,68	0,14	19.819,32			
	Educação	2.543.695,58	2.755.111,42	624.049,22	624.049,22	30,26	2.131.062,20	527.906,63	34,77	2.227.204,79			
	Ensino Fundamental	1.751.317,55	1.962.733,39	541.368,56	541.368,56	26,25	1.421.364,83	452.565,94	29,81	1.510.167,45			
	Educação Infantil	783.975,03	783.975,03	74.280,66	74.280,66	3,60	709.694,37	66.940,69	4,41	717.034,34			
	Educação Especial	8.403,00	8.403,00	8.400,00	8.400,00	0,41	3,00	8.400,00	0,55	3,00			
	Cultura	77.001,00	77.001,00	17,91	17,91	0,00	76.983,09	0,00	0,00	77.001,00			
	Diffusão Cultural	77.001,00	77.001,00	17,91	17,91	0,00	76.983,09	0,00	0,00	77.001,00			
	Direitos da Cidadania	48.004,00	48.004,00	435,00	435,00	0,02	47.569,00	226,00	0,01	47.778,00			
	Assistência à Criança e ao Adolescente	48.004,00	48.004,00	435,00	435,00	0,02	47.569,00	226,00	0,01	47.778,00			
	Urbanismo	828.258,00	828.258,00	138.855,22	138.855,22	6,73	689.402,78	124.646,08	8,21	703.611,92			
Infra-Estrutura Urbana	88.756,00	88.756,00	4.454,30	4.454,30	0,22	84.301,70	4.454,30	0,29	84.301,70				
Serviços Urbanos	739.502,00	739.502,00	134.400,92	134.400,92	6,52	605.101,08	120.191,78	7,92	619.310,22				
Habituação	5.005,00	5.005,00	0,00	0,00	0,00	5.005,00	0,00	0,00	5.005,00				
Habituação Rural	5.005,00	5.005,00	0,00	0,00	0,00	5.005,00	0,00	0,00	5.005,00				
Saneamento	20.002,00	20.002,00	1.905,48	1.905,48	0,09	18.096,52	1.689,92	0,11	18.312,08				
Saneamento Básico Urbano	20.002,00	20.002,00	1.905,48	1.905,48	0,09	18.096,52	1.689,92	0,11	18.312,08				
Gestão Ambiental	180.002,00	180.002,00	35.269,61	35.269,61	1,71	144.732,39	25.547,24	1,68	154.454,76				
Preservação e Conservação Ambiental	157.502,00	157.502,00	35.269,61	35.269,61	1,71	122.232,39	25.547,24	1,68	131.954,76				
Turismo	22.500,00	22.500,00	0,00	0,00	0,00	22.500,00	0,00	0,00	22.500,00				
										Continua 1/2			

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.535.506,75	9.746.922,59	2.061.995,18	2.061.995,18	7.684.927,41	1.518.323,68	100,00	8.228.598,91
Agricultura	611.009,00	611.009,00	88.622,06	88.622,06	522.386,94	67.819,90	4,47	543.189,10
Extensão Rural	611.009,00	611.009,00	88.622,06	88.622,06	522.386,94	67.819,90	4,47	543.189,10
Transporte	312.501,00	312.501,00	63.445,12	63.445,12	249.055,88	20.987,37	1,38	291.513,63
Transporte Rodoviário	312.501,00	312.501,00	63.445,12	63.445,12	249.055,88	20.987,37	1,38	291.513,63
Desporto e Lazer	113.001,00	113.001,00	7.371,72	7.371,72	105.629,28	6.941,26	0,46	106.059,74
Desporto Comunitário	113.001,00	113.001,00	7.371,72	7.371,72	105.629,28	6.941,26	0,46	106.059,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	9.535.506,75	9.746.922,59	2.061.995,18	2.061.995,18	7.684.927,41	1.518.323,68	100,00	8.228.598,91

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
ESPECIFICAÇÃO	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015			
RECEITAS CORRENTES (I)	889.585,15	1.048.315,34	1.196.146,56	902.412,91	803.022,54	1.102.032,85	924.115,21	904.422,87	1.020.802,52	1.459.269,72	1.132.931,36	1.108.203,44	12.461.553,47	9.683.143,75	
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.333,87	36.798,41	20.641,78	12.503,61	1.306,37	72.569,24	16.332,71	15.320,31	23.101,74	110.887,21	4.459,24	9.485,60	331.741,29	225.500,77	
I.P.T.U.	1.676,07	33.518,92	14.517,85	1.347,44	570,37	81,13	377,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.086,55	25.000,00	
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
I.S.S.	1.145,84	1.008,93	1.046,63	3.697,93	738,00	9.909,15	6.530,38	2.482,00	4.705,04	65.056,88	2.636,50	2.560,37	101.487,85	60.000,00	
I.T.E.I.	882,81	944,65	917,43	5.775,00	0,00	11.180,30	1.806,44	4.563,71	11.319,93	1.371,78	0,00	5.246,68	44.007,73	12.000,00	
Outras Receitas Tributárias	2.633,15	1.325,91	4.159,67	1.693,44	0,00	51.397,66	9.619,12	8.274,60	7.076,77	44.459,55	1.832,74	1.678,55	134.146,16	128.500,77	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.722,79	3.854,26	3.057,97	3.410,27	2.841,64	2.670,30	2.486,07	2.956,46	3.400,50	3.590,80	4.273,18	4.384,74	40.698,38	30.001,00	
RECEITA PATRIMONIAL	8.090,92	8.653,73	9.256,67	162	2.276,05	35.143,15	12.376,84	14.238,89	10.952,00	21.879,72	4.653,16	8.946,21	136.463,26	31.001,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	830.892,72	887.176,14	1.159.749,33	883.835,50	795.305,18	989.346,46	883.002,70	888.977,80	980.415,12	1.317.059,94	1.111.746,46	1.077.736,69	11.785.246,04	8.709.339,98	
Cota-Parte do FPM	376.793,29	430.046,10	573.069,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.002,94	371.503,84	491.732,86	791.599,69	599.335,67	611.805,61	5.895.321,97	4.057.086,67	
Cota-Parte do ICMS	236.578,18	231.788,27	236.286,66	238.227,63	221.694,39	232.274,25	248.996,56	257.006,23	283.107,92	272.426,58	281.903,94	250.911,82	2.991.174,63	1.818.043,66	
Cota-Parte do IPVA	17.128,15	21.523,99	21.126,27	5.171,42	15.950,40	22.525,93	12.780,66	11.042,05	9.212,62	3.620,05	7.057,04	10.736,21	157.874,79	80.000,00	
Cota-Parte do ITR	28,00	0,00	6,65	0,00	0,00	10,25	740,19	793,78	48,56	0,00	0,00	21,00	1.648,43	1.500,00	
Outras Transferências Correntes	92.438,57	93.845,05	209.090,89	96.899,85	83.152,93	173.425,92	112.425,35	108.547,45	70.991,41	125.953,30	103.596,94	93.487,77	1.353.845,63	1.855.308,65	
Transferências da LC 61/1969	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências da LC 87/1966	0,00	1.024,83	1.024,83	1.024,83	1.024,83	1.024,83	1.024,83	1.024,83	1.024,83	2.049,66	0,00	0,00	10.246,30	13.000,00	
Transferências do FUNDEB	107.926,53	108.947,90	119.124,73	112.791,58	104.386,00	111.661,23	113.952,17	119.057,62	124.236,92	121.410,46	119.862,87	110.774,28	1.374.132,29	884.401,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.544,85	111.832,80	3.432,61	2.661,71	1.351,90	2.263,70	2.516,89	2.699,31	2.933,16	5.882,05	7.799,32	7.670,20	161.787,90	697.301,00	
DEDUÇÕES (II)	126.747,03	137.575,68	167.070,04	135.564,88	122.298,14	141.611,01	132.046,58	128.047,33	157.912,76	164.521,39	178.816,34	175.983,21	1.768.594,39	175.900,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	126.747,03	137.575,68	167.070,04	135.564,88	122.298,14	141.611,01	132.046,58	128.047,33	157.912,76	164.521,39	178.816,34	175.983,21	1.768.594,39	175.900,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	732.838,12	910.739,66	1.029.076,52	766.848,03	680.724,40	960.421,84	792.068,63	776.375,54	862.896,76	1.294.748,33	954.115,02	932.220,23	10.692.959,08	9.517.243,75	
FONTE															

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Feb 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.412.555,26	1.412.555,26	1.881.008,53
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.700.543,36	1.700.543,36	2.700.429,27
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	287.988,10	287.988,10	819.420,74
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.412.555,26	-1.412.555,26	-1.881.008,53
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.412.555,26	-1.412.555,26	-1.881.008,53

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2015 (C - A)
VALOR	-468.453,27	-468.453,27

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-435.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Feb 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	9.509.744,75	1.873.335,88	1.916.448,63
Receita Tributária	225.500,77	13.944,84	7.957,09
I.P.T.U.	25.000,00	0,00	0,00
I.S.S.	60.000,00	5.186,87	4.784,83
I.T.B.I.	12.000,00	5.246,68	1.180,58
I.R.R.F.	80.000,00	53,64	0,00
Outras Receitas Tributárias	48.500,77	3.457,65	1.991,68
Receita de Contribuição	30.001,00	8.637,92	6.285,13
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	30.001,00	8.637,92	6.285,13
Receita Patrimonial Líquida	20.000,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	31.001,00	13.599,37	12.541,62
(-) Aplicações Financeiras	11.001,00	13.599,37	12.541,62
Transferências Correntes	8.536.941,98	1.835.283,60	1.896.186,90
F.P.M.	3.957.086,67	968.913,09	984.019,48
I.C.M.S.	1.768.043,66	426.252,78	385.441,58
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.811.811,65	440.117,73	526.725,84
Demais Receitas Correntes	697.301,00	15.469,52	6.019,51
Dívida Ativa	2.350,00	2.178,26	159,84
Diversas Receitas Correntes	694.951,00	13.291,26	5.859,67
RECEITAS DE CAPITAL (II)	14.761,00	150.000,00	0,00
Operações de Crédito (III)	1.006,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	3.755,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	10.000,00	150.000,00	0,00
Convênios	10.000,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	150.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	10.000,00	150.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.519.744,75	2.023.335,88	1.916.448,63

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	8.876.115,75	1.832.070,79	1.410.168,95	1.338.778,74	1.287.451,25
Pessoal e Encargos Sociais	4.444.134,97	916.267,12	893.635,90	916.267,12	893.467,90
Juros e Encargos da Dívida (IX)	15.000,00	389,26	0,00	389,26	0,00
Outras Despesas Correntes	4.416.980,78	915.414,41	516.533,05	422.122,36	393.983,35
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	8.861.115,75	1.831.681,53	1.410.168,95	1.338.389,48	1.287.451,25
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	810.806,84	229.924,39	151.758,50	179.544,94	126.391,60
Investimentos	740.806,84	219.718,14	151.758,50	169.338,69	126.391,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	70.000,00	10.206,25	0,00	10.206,25	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	740.806,84	219.718,14	151.758,50	169.338,69	126.391,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	60.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-

Município de Chapadão do Lageado - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	9.661.922,59	2.051.399,67	1.561.927,45	1.507.728,17	1.413.842,85
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-142.177,84	-28.063,79	354.521,18	515.607,71	502.605,78
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				421.038,00	

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS				R\$ 1,0
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)					
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014										
PODER/ÓRGÃO																	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)																	
EXECUTIVO																	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	53.144,80	234.843,30	56.516,56	-	231.471,54	-	547.404,06	168.051,23	167.621,68	-	379.782,38	611.253,92					
Fundo de Assistência Social	53.144,80	231.492,91	53.166,17	0,00	231.471,54	0,00	546.267,90	166.915,07	166.486,52	0,00	379.782,38	611.253,92					
GABINETE DO PREFEITO E VICE	0,00	1.300,36	18,00	0,00	1.282,36	0,00	570,63	0,00	0,00	0,00	570,63	1.852,99					
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	129,65	129,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	0,00	180.650,00	5.000,00	0,00	175.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175.650,00					
SECRETARIA DA FAZENDA	33.750,00	33.563,44	32.169,06	0,00	35.144,38	0,00	5.906,85	5.400,13	4.970,58	0,00	936,27	36.080,65					
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00	243,64	243,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.984,40	1.820,00	1.820,00	0,00	1.164,40	1.164,40					
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	19.394,80	8.282,93	8.282,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CHAPADÃO DO LAGEADO	0,00	7.322,89	7.322,89	0,00	19.394,80	0,00	536.805,02	159.694,94	159.694,94	0,00	377.111,08	396.505,88					
Fundo Municipal de Saúde	0,00	3.350,39	3.350,39	0,00	0,00	0,00	1.136,16	1.136,16	1.136,16	0,00	0,00	0,00					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	3.350,39	3.350,39	0,00	0,00	0,00	1.136,16	1.136,16	1.136,16	0,00	0,00	0,00					
TOTAL (III) = (I + II):	53.144,80	234.843,30	56.516,56	0,00	231.471,54	0,00	547.404,06	168.051,23	167.621,68	0,00	379.782,38	611.253,92					
FONTE:																	

FONTE:

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	179.850,00	179.850,00	12.810,86	7,12
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	26.200,00	26.200,00	2.273,31	8,68
1.1.1- IPTU	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	150,00	150,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	1.854,76	185,48
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	50,00	50,00	418,55	837,10
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	13.000,00	13.000,00	5.246,68	40,36
1.2.1- ITBI	12.000,00	12.000,00	5.246,68	43,72
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	150,00	150,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	800,00	800,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	50,00	50,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	60.650,00	60.650,00	5.237,03	8,63
1.3.1- ISS	60.000,00	60.000,00	5.186,87	8,64
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	150,00	150,00	50,16	33,44
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	450,00	450,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	50,00	50,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	80.000,00	80.000,00	53,64	0,07
1.4.1- IRRF	80.000,00	80.000,00	53,64	0,07
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.004.630,33	6.004.630,33	1.770.999,62	29,49
2.1- Cota-Parte FPM	4.057.086,67	4.057.086,67	1.211.141,28	29,85
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.057.086,67	4.057.086,67	1.211.141,28	29,85
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.818.043,66	1.818.043,66	532.815,76	29,31
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	35.000,00	35.000,00	9.228,33	26,37
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	21,00	1,40
2.6- Cota-Parte IPVA	80.000,00	80.000,00	17.793,25	22,24
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	6.184.480,33	6.184.480,33	1.783.810,28	28,84
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	166.001,00	166.001,00	51.195,02	30,84
5.1- Transferências do Salário-Educação	91.001,00	91.001,00	45.406,58	49,90
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	35.000,00	35.000,00	3.561,42	10,18
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	2.227,02	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,00	1,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	113.258,00	113.258,00	1.634,06	1,62
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	289.260,00	289.260,00	53.029,08	18,33
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	175.900,00	175.900,00	354.199,55	201,36
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	100.000,00	100.000,00	242.228,19	242,23
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	50.000,00	50.000,00	106.562,98	213,13
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	2.600,00	2.600,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	7.000,00	7.000,00	1.845,67	26,37
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	4,20	1,40
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	16.000,00	16.000,00	3.558,51	22,24
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	884.401,00	884.401,00	230.637,15	26,08
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	884.401,00	884.401,00	230.637,15	26,08
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	708.501,00	708.501,00	-123.562,40	-17,44
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	563.211,00	563.211,00	129.630,52	23,02	129.630,52	23,02
13.1- Com Educação Infantil	198.210,00	198.210,00	54.613,87	27,55	54.613,87	27,55
13.2- Com Ensino Fundamental	365.001,00	365.001,00	75.016,65	20,55	75.016,65	20,55
14- OUTRAS DESPESAS	323.690,00	323.690,00	64.089,43	19,80	64.089,43	19,80
14.1- Com Educação Infantil	129.690,00	129.690,00	5.077,52	3,92	5.077,52	3,92
14.2- Com Ensino Fundamental	194.000,00	194.000,00	59.011,91	30,42	59.011,91	30,42
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	886.901,00	886.901,00	193.719,95	21,84	193.719,95	21,84
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%						
16.2 - FUNDEB 40%						
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					193.719,95	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					56,21	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					27,79	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					16,01	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					1.643,40	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)ª	1.546.120,08		1.546.120,08		445.952,57	28,84
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	761.473,03	761.473,03	74.280,66	9,75	66.940,69	8,79
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.496.711,55	1.496.711,55	328.727,36	21,96	279.599,75	18,68
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	559.001,00	559.001,00	134.028,56	23,98	134.028,56	23,98
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	937.710,55	937.710,55	194.698,80	20,76	145.571,19	15,52
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.258.184,58	2.258.184,58	403.008,02	17,85	346.540,44	15,35
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-123.562,40	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					-	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					-	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-123.562,40	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					470.102,84	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					26,35	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	91.001,00	91.001,00	16.500,00	18,13	16.500,00	18,13
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	194.507,00	405.922,84	204.541,20	50,39	164.866,19	40,62
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	285.509,00	496.924,84	221.041,20	44,48	181.366,19	36,50
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.543.693,58	2.755.109,42	624.049,22	22,65	527.906,63	19,16

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		1.643,40	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		230.637,15	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		62.718,27	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		62.718,27	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		169.562,28	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	1.006,00	0,00	1.006,00
DESPESAS			
DESPESAS DE CAPITAL	810.806,84	179.544,94	580.882,45
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	810.806,84	179.544,94	580.882,45
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-809.800,84	-	-579.876,45

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							R\$ 1,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		3.755,00				2,40	3.752,60
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		3.755,00				0,00	3.755,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA		0,00				2,40	-2,40
TOTAL		3.755,00				2,40	3.752,60
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)							
Despesas de Capital		3.504,00					3.504,00
Investimentos		3.504,00					3.504,00
TOTAL		3.504,00					3.504,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h-i)
		408,39				-187.262,54	-186.854,15

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
					Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			180.601,00	180.601,00	13.231,70	7,33		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			25.000,00	25.000,00	0,00	0,00		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			12.000,00	12.000,00	5.246,68	43,72		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			60.000,00	60.000,00	5.186,87	8,64		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			80.000,00	80.000,00	53,64	0,07		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			1.001,00	1.001,00	60,06	6,00		
Dívida Ativa dos Impostos			2.350,00	2.350,00	2.178,26	92,69		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			250,00	250,00	506,19	202,48		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			6.099.630,33	6.099.630,33	1.782.199,62	29,22		
Cota-Parte FPM			4.057.086,67	4.057.086,67	1.211.141,28	29,85		
Cota-Parte ITR			1.500,00	1.500,00	21,00	1,40		
Cota-Parte IPVA			80.000,00	80.000,00	17.793,25	22,24		
Cota-Parte ICMS			1.818.043,66	1.818.043,66	532.815,76	29,31		
Cota-Parte IPI-Exportação			35.000,00	35.000,00	9.228,33	26,37		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			108.000,00	108.000,00	11.200,00	10,37		
Desoneração ICMS (LC 87/96)			13.000,00	13.000,00	0,00	0,00		
Outras			95.000,00	95.000,00	11.200,00	11,79		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			6.280.231,33	6.280.231,33	1.795.431,32	28,59		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
					Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			264.601,00	264.601,00	59.174,10	22,36		
Provenientes da União			264.601,00	264.601,00	59.174,10	22,36		
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE			3,00	3,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			2.501,00	2.501,00	2.413,42	96,50		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			267.105,00	267.105,00	61.587,52	23,06		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
					Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES			1.549.279,20	1.549.279,20	535.575,54	34,57	283.207,94	18,28
Pessoal e Encargos Sociais			764.002,00	764.002,00	158.358,87	20,73	158.358,87	20,73
Outras Despesas Correntes			785.277,20	785.277,20	377.216,67	48,04	124.849,07	15,90
DESPESAS DE CAPITAL			58.508,00	58.508,00	3.231,00	5,52	0,00	0,00
Investimentos			58.508,00	58.508,00	3.231,00	5,52	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	58.508,00	58.508,00	3.231,00	5,52	0,00	0,00
Investimentos	58.508,00	58.508,00	3.231,00	5,52	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	1.607.787,20	1.607.787,20	538.806,54	33,51	283.207,94	17,61
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/iv)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/iv)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	355.347,56	355.347,56	72.649,81	13,48	57.020,81	20,13
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	351.841,56	351.841,56	72.649,81	13,48	57.020,81	20,13
Recursos de Operações de Crédito	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	3.503,00	3.503,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	355.347,56	355.347,56	72.649,81	13,48	57.020,81	20,13
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.252.439,64	1.252.439,64	466.156,73	86,52	226.187,13	79,87
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						12,60
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						-43.127,57

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
		-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	1.551.784,20	1.551.784,20	535.495,03	99,39	283.207,94	100,00
Vigilância Sanitária	50.001,00	50.001,00	961,51	0,18	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	11.002,00	11.002,00	2.350,00	0,44	0,00	0,00
TOTAL	1.612.787,20	1.612.787,20	538.806,54	100,00	283.207,94	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de Chapadao do Lageado - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

Chapadao do Lageado, 14/05/2015

Município de Chapadao do Lageado - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		9.535.506,75		
Previsão Atualizada		9.535.506,75		
Receitas Realizadas		2.036.935,25		
Déficit Orçamentário		412.192,46		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		164.716,19		
DESPESAS				
Dotação Inicial		9.535.506,75		
Créditos Adicionais		211.415,84		
Dotação Atualizada		9.746.922,59		
Despesas Empenhadas		2.061.995,18		
Despesas Liquidadas		1.518.323,68		
Despesas pagas		930.804,03		
Superavit Orçamentário		518.611,57		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		2.061.995,18		
Despesas Liquidadas		1.518.323,68		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		10.692.959,08		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.055.972,92	0,00
Resultado Primário		0,00	515.607,71	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	547.404,06	0,00	167.621,68	379.782,38
EXECUTIVO	547.404,06	0,00	167.621,68	379.782,38
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	287.988,10	0,00	56.516,56	231.471,54
EXECUTIVO	287.988,10	0,00	56.516,56	231.471,54
TOTAL:	835.392,16	0,00	224.138,24	611.253,92
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		470.102,84	25%	26,35
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		129.630,52	60%	56,21
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.006,00	
Despesa de Capital Líquida		179.544,94	631.261,90	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Chapadão do Lageado - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00		
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		0,00	15,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2015-PMC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2015 – PMC

Objeto: aquisição de uma retroescavadeira nova, para ampliação da frota da SEMADRA, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 814235/2014/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA, com contrapartida do Município de Concórdia, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08h:15min do dia 01/06/2015.

Início da Sessão: dia 01/06/2015, às 08:30h, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 14 de maio de 2015.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário SEMADRA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015 - PMC

Objeto: Aquisição de peças e serviços para conserto do motor do caminhão basculante VW 11.140, PMC 080, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor preço global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 28/05/2015.

Abertura: dia 29/05/2015 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 13 de maio de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 54/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 54/2015 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de empresa para fornecimento de mudas de parreiras para diversificação de culturas e utilização em áreas demonstrativas conforme projetos futuros e também em andamento no interior do município, para o exercício 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por lote

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 02/06/2015.

Abertura: dia 03/06/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 14 de Maio de 2015.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento e Meio Ambiente

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO CONCORRENCIA Nº 1/2015 – PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
CONCORRÊNCIA Nº 01/2015 – PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra de duplicação da Rua Senador A. F. X. Fontana, localizada neste Município, com recursos oriundos do Convênio nº 800158/2013, através do Processo nº 1013907-59/2013, celebrado com a Caixa Econômica Federal e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo "D" do Edital.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Comissão Permanente de Licitação torna público que na data de 14/05/2015 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante: WJC CONSTRUTORA LTDA. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 07/05/2015, restando o processo FRACASSADO. Fica a disposição da licitante, se tiver interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 14 de maio de 2015.

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO

Presidente da CPL

DECRETO Nº 399/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 399/2015, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ELSIO JOSE LUCHETTA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2015, ao servidor ELSIO JOSE LUCHETTA, ocupante do cargo de Motorista, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 10 de novembro de 2008 a 9 de novembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento

Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 400/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 400/2015, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 3/2013.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 3/2013, de 14 de agosto de 2013;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "33" (trinta e três) o número de vagas para o cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, disponibilizadas no Edital nº 3/2013.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 401/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 401/2015, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 380/2015, de 10 de abril de 2015, que concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 380/2015, de 10 de abril de 2015, que concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam concedidos, no mês de abril de 2015, à servidora MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO, ocupante do cargo de Escriturário, 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertidos em pecúnia, equivalentes à remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I – 1 (um) mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 5 de janeiro de 2005 a 4 de janeiro de 2010;

II – 1 (um) mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 5 de janeiro de 2010 a 4 de janeiro de 2015." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 402/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 402/2015, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Revoga a gratificação, pelo exercício de função de chefia, concedida ao servidor VANDERLEI ROBERTO TESSMANN

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA :

Art. 1º Fica revogada, a partir de 1º de maio de 2015, a gratificação pelo exercício de função de chefia, concedida ao servidor

VANDERLEI ROBERTO TESSMANN, ocupante do cargo de Mecânico, pelo Decreto nº 104/2015, de 30 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 403/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 403/2015, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora CRISTINA GORETE GNOATTO DA SILVA MORAES.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2015, à servidora CRISTINA GORETE GNOATTO DA SILVA MORAES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de julho de 2007 a 3 de julho de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 404/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 404/2015, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor EDGAR GERMANO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos, no mês de maio de 2015, ao servidor EDGAR GERMANO, ocupante do cargo de Servente Braçal, 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertidos em pecúnia, equivalentes à remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I – 1 (um) mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2008;

II – 1 (um) mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	MAURÍ MARAN Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 405/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 405/2015, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ROSANGELA DA CRUZ.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2015, à servidora ROSANGELA DA CRUZ, ocupante do cargo de Servente Braçal, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 13 de outubro de 2009 a 12 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 406/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 406/2015, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora LOURDES SGARBOSSA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonera, a pedido, a servidora LOURDES SGARBOS-SA, do cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, a partir de 4 de maio de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 407/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 407/2015, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Dá nova redação ao item 1 da alínea "b" do inciso VI do art. 2º do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013 e alterações, que constituem e designam comissões especiais.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; nos arts. 20 a 27 e 33 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e nos Decretos nºs. 4.068, de 26 de janeiro de 1999 e 5.705, de 14 de maio de 2012.

DECRETA:

Art. 1º O item 1 da alínea "b" do inciso VI do art. 2º do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013 e alterações, que constituem e designam comissões especiais com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais, para efeitos de estágio probatório e avaliação de desempenho para fins de Promoção Horizontal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

1. SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 408/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 408/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARISA MELANIA ROSSETT COREZZOLLA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2015, à servidora MARI-SA MELANIA ROSSETT COREZZOLLA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 19 de junho de 2008 a 18 de junho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 409/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 409/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor DENILSON JOSE CHIAPETTI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 5.089 dias, ou seja: 13 (treze) anos, 11 (onze) meses e 14 (catorze) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor DENILSON JOSE CHIAPETTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 10855-03, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em 16 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 410/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 410/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARCELA PICININ NESI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2015, à servidora MARCELA PICININ NESI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 39926-02, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 411/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 411/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora REGINA MARIA NUNES GOLFE.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2015, à servidora

REGINA MARIA NUNES GOLFE, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 26 de janeiro de 2008 a 25 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 412/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 412/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 286/2015, de 11 de março de 2015, que concede gozo de licença-prêmio ao servidor ROBERTO CARLOS DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 286/2015, de 11 de março de 2015, que concede gozo de licença-prêmio ao servidor ROBERTO CARLOS DOS SANTOS, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2015, ao servidor ROBERTO CARLOS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Mecânico, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 16 fevereiro de 2009 a 15 de fevereiro de 2014” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER Prefeito Municipal, em exercício	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 413/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 413/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 857/2013, de 18 de setembro de 2013 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Saúde – CMS.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 56, de 20 de outubro de 1992 e alterações e no Decreto nº 5.227, de 14 de agosto de 2007.

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 1º do Decreto nº 857/2013, de 18 de setembro de 2013 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Saúde – CMS, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – o item 4 da alínea “a” passa a vigorar com a seguinte redação:

“4. CARLOS ALBERTO BROCH, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;” (NR)

II – o item 4 da alínea “b” passa a vigorar com a seguinte redação:

“4. ANA CAMILA FUHRMANN MÜLLER, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER Prefeito Municipal, em exercício	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 126/2013 -PMC

Contrato Nº : 126/2013

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : PÁTRIA SERVIÇOS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 29/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de vistoria em veículos junto a 14ª CIRETRAN de Concórdia.

Vigência : Início: 02/05/2015 Término: 01/08/2015

Assinatura : 30/04/2015

Valor R\$: 10.397,70 (Dez Mil, Trezentos e Noventa e Sete Reais e Setenta Centavos)

Dotação : 194 - 12.001.2043.333903905000000.01110000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 156/2013 -PMC

Contrato Nº : 156/2013

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : MUNDOSSEG CORRETORA DE SEGUROS SOCIEDADE SIMPLES LTDA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 15/2013

Objeto : Contratação de empresa do ramo de seguros para segurar as dependências do Centro Administrativo Municipal, conforme especificações constantes neste termo e na proposta comercial da contrato.

Vigência : Início: 14/05/2015 Término: 13/05/2016

Assinatura : 12/05/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 20 - 04.001.2007.333903969000000.01000001

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 344/2014 -PMC

Contrato Nº : 344/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : MARAN MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 28/2014

Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada global (material e mão de obra) para aquisição com fornecimento e instalação de guarda-corpos e corrimãos em tubos de aço galvanizado, no município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos “A” e “B” do edital.

Vigência : Início: 11/05/2015 Término: 19/09/2015

Assinatura : 11/05/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO 7º TA CONTRATO Nº 225/2014 -PMC

Contrato Nº : 225/2014

Aditivo Nº : 7 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 3/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), pavimentação asfáltica de diversas ruas deste município.

Vigência : Início: 30/04/2015 Término: 08/08/2015

Assinatura : 30/04/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO DO CONTRATO Nº 143/2015 -PMC

Contrato Nº : 143/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA ME

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 6/2015

Objeto : Contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), para execução de serviços especializados na manutenção do sistema de iluminação pública, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo

D deste Edital.

Vigência : Início: 04/05/2015 Término: 03/07/2015

Assinatura : 04/05/2015

Valor R\$: 11.837,60 (Onze Mil, Oitocentos e Trinta e Sete Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 123 - 08.001.1009.344905198000000.01080000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 145/2015 -PMC

Contrato Nº : 145/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : JAIR CARLOS MALTAURO

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 22/2015

Objeto : Prestação de serviço musical em ritmos variados e sonorização para o Encontro Municipal de Mulheres, com base na Lei Municipal nº 2.752, de 13 de dezembro de 1993.

Vigência : Início: 04/05/2015 Término: 03/07/2015

Assinatura : 04/05/2015

Valor R\$: 3.795,00 (Três Mil e Setecentos e Noventa e Cinco Reais)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903923000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 146/2015 -PMC

Contrato Nº : 146/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CERVY LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 11/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para possível contratação, durante o exercício de 2015, de horas máquinas e transporte de terra e calcário, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Transportes e Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 04/05/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 04/05/2015

Valor R\$: 83.940,00 (Oitenta e Três Mil e Novecentos e Quarenta Reais)

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903961000000.01000001

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903999000000.01000001

Dotação : 131 - 08.001.2029.333903999000000.01000001

Dotação : 158 - 10.001.2037.333903999000000.01000001

Dotação : 161 - 10.001.2038.333903999000000.01000001

Dotação : 176 - 11.001.2041.333903999000000.01000001

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 3/2015

MUNICÍPIO DE CONCORDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 3/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO e o LIONS CLUBE DE CONCORDIA, inscrita no CNPJ sob nº 83.222.331/0001-01, com sede na Rua Leonel Mosele, 693, Condomínio Ipê, Apartamento 202, Concórdia, SC, neste ato representado pela sua Presidenta, senhora DIAN CARLA BOMBAZARO.

OBJETO: Dá nova redação à Cláusula Segunda – do Prazo.

DATA DA ASSINATURA: 4 de maio de 2015.

LEI Nº 4.753, DE 7 DE MAIO DE 2015.

MUNICÍPIO DE CONCORDIA

LEI Nº 4.753, DE 7 DE MAIO DE 2015.

Autoriza celebrar convênios com entidades, com a finalidade de atender as prioridades estabelecidas pela população nas audiências do programa denominado Orçamento Participativo – OP.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica autorizada a celebração de convênios, com a finalidade de atender as prioridades estabelecidas pela população nas audiências do programa de governo denominado Orçamento Participativo – OP, na forma abaixo:

I – com recursos do Município, para as entidades constantes no Anexo I desta Lei;

II – com recursos da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, para as entidades constantes no Anexo II desta Lei;

III – com recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária – FUMDEAGRO, para as entidades constantes no Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. As ações e obrigações das partes serão fixadas nos Termos de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município, pertinentes ao exercício de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de maio de 2015.	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON Diretora Administrativa	

ANEXO I

RECURSOS DO MUNICÍPIO

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação Comunitária Três de Outubro	80.633.688/0001-86	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores da comunidade, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Sociedade de Cantores Alerta	83.222.273/0001-08	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Paulino e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Clube de Mães Nossa Senhora da Saúde	80.640.915/0001-09	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Pinhal Poletto e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Moradores do Bairro Vista Alegre	80.627.367/0001-79	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Grupo de Veteranos Nossa Senhora de Lourdes da Vila Itaíba	80.640.931/0001-93	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Veteranos Concórdia	78.478.674/0001-93	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos Associados e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Associação de Moradores do Bairro Imigrantes	80.641.061/0001-77	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Imigrantes e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores do Bairro Jardim	80.638.240/0001-55	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Sociedade Esportiva e Cultural Lajeano	80.627.318/0001-36	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Lajeano e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Moradores do Bairro Petrópolis	80.641.244/0001-92	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Associação Comunitária do Bairro Guilherme Reich	78.479.052/0001-80	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)
Associação de Moradores de Linha Marchesan	05.918.663/0001-03	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Marchesan e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Moradores do Bairro Floresta	78.510.096/0001-25	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Grupo de Idosos Nossa Senhora de Lurdes	00.751.127/0001-42	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Tamanduá e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Associação de Mães Dona Regina	00.245.933/0001-49	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Rigon e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
Associação Agrícola de Cachimbo	00.461.691/0001-20	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Cachimbo e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Associação Comunitária Imperial	83.508.002/0001-13	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais);
Associação de Pequenos Agricultores de Canhada Funda	05.810.463/0001-32	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Canhada Funda e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Associação de Moradores da Vila Jacob Biezu	00.791.250/0001-97	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Vila Jacob Biezu e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores Fontana	95.995.502/0001-06	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Fontana e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)
Associação de Moradores do Bairro dos Industriários	80.623.457/0001-91	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro dos Industriários e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)
Associação de Moradores do Bairro Sintrial-Quintino	01.501.266/0001-80	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Sintrial-Quintino e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação Comunitária de Três de Outubro	80.633.688/0001-86	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Três de Outubro e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Associação de Moradores de Linha Santa Catarina	10.564.205/0001-53	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Santa Catarina e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural São José	80.633.928/0001-42	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de São José e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores da Área Urbana de Planalto	13.277.180/0001-03	Conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Planalto e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Associação de Moradores de Linha Tateto	05.990.487/0001-10	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Tateto e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Moradores de São Luiz	01.347.479/0001-08	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Luiz e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Associação de Moradores de Linha São Geraldo	07.086.898/0001-01	Conjunção esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores da Comunidade, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais)
Associação Comunitária de Alto Periquito	03.186.175/0001-23	Conjunção esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Alto Periquito e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Associação de Moradores do Bairro Primavera	72.446.495/0001-98	Conjunção esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Primavera e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Sociedade Comunitária do Poço Artesiano de Linha Vitória	04.941.297/0001-40	Conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Vitória, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
Associação de Moradores do Bairro Arvoredo	01.331.178/0001-88	Conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Arvoredo e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
Associação de Moradores do Bairro Liberdade	72.499.619/0001-01	Conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Liberdade e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Associação de Moradores de Linha Pinhal	02.877.297/0001-01	Conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Pinhal e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Associação Comunitária de Lauro Muller	80.626.997/0001-29	Conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Pinhal e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
Associação de Moradores de Linha Presidente Castelo	07.129.548/0001-85	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Presidente Castelo e população em geral, estruturação de local adequado para o desenvolvimento das atividades esportivas, podendo o Município participar com o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

ANEXO II
RECURSOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FMEC

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Sociedade Esportiva e Recreativa Boa esperança	80.631.062/0001-30	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Boa Esperança e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Esporte Clube Vasquinho	78.507.142/0001-37	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Oito de Maio e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
Sociedade Esportiva e Recreativa de Linha Kaiser	80.912.785/0001-08	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Kaiser e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Associação Atlética Coqueiros	80.623.143/0001-99	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Coqueiros e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)
Cruzeiro Esporte Clube de Linha 24 de Fevereiro	80.638.943/0001-83	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha 24 de Fevereiro e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Esporte Clube Cultural de Santo Antônio	80.633.738/0001-25	Conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Santo Antônio e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Sociedade Esportiva, Recreativa e de Socialização Primavera – SERS Primavera	78.479.037/0001-01	Conjunção esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Engenho Velho e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
Esporte Clube Bangu	75.319.749/0001-03	Conjunção esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores da Comunidade de Lajeado dos Pintos e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais)
SER Cultural	05.918.667/0001-91	Conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro São Cristóvão e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Associação de Moradores de Linha Presidente Castelo	07.129.548/0001-85	Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Presidente Castelo e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)

ANEXO III
RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA – FUMDEAGRO

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação Agrícola de Linha Cedro	06.226.396/0001-76	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Cedro e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)
Associação de Moradores de Barra Seca	01.672.924/0001-05	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Seca e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 40.874,00 (quarenta mil, oitocentos e setenta e quatro reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores de Linha Marchesan	05.918.663/0001-03	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Marchesan e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Moradores de Planalto	01.647.800/0001-61	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Planalto e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais)
Associação de Moradores de Linha Pinhal	02.877.297/0001-01	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Pinhal e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais)
Associação de Agricultores de Linha Kaiser e Lageado Medeiros	06.313.267/0001-15	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Kaiser e Lageado Medeiros e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)
Associação de Moradores de Linha Maria Goreti	02.579.611/0001-61	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Maria Goreti e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Associação Agrícola de Cachimbo	00.461.691/0001-20	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Cachimbo e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)
Associação de Moradores de Linha Laranjeiras	20.297.228/0001-00	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Laranjeiras e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores de Linha Três Barras	01.691.389/0001-03	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Três Barras e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 36.632,00 (trinta e seis mil, seiscentos e trinta e dois reais)
Associação Agrícola, de Linha São Paulo	03.618.174/0001-00	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Paulo e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Associação Agrícola de Lageado dos Pintos	00.258.695/0001-62	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Lageado dos Pintos e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)
Associação de Moradores de Linha Gasperini	01.690.696/0001-02	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Gasperini e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)
Associação de Moradores de Lageado Guilherme	01.377.790/0001-91	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Guilherme e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)
Associação de Agricultores de Três de Outubro	08.199.502/0001-03	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Três de Outubro e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 14.744,00 (quatorze mil, setecentos e quarenta e quatro reais)
Associação de Moradores de Barra Bonita	02.409.869/0001-10	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Bonita e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores de Linha Schiavini	05.615.236/0001-56	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Schiavini e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 7.5000,00 (sete mil e quinhentos reais)
Associação de Moradores de Barra do Tigre	01.487.220/0001-54	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Tigre e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais)
Associação de Moradores Unidos da Barra do Pinhal	00.914.336/0001-00	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Pinhal e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais)
Associação de Agricultores Familiares de Barra do Lajeado Paulino	08.036.240/0001-58	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Pinhal e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Moradores de Alto Suruvi	01.657.119/0001-02	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Alto Suruvi e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais)
Associação de Empreendedores 29 de Abril de Linha Tiradentes	08.009.697/0001-73	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Tiradentes e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)
Associação de Pequenos Agricultores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida e Barra do Jacutinga	04.908.684/0001-85	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida e Barra do Jacutinga, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores de Engenho Velho	01.585.990/0001-30	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Engenho Velho e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Associação de Moradores de Agricultores, de Santo Antônio	00.701.996/0001-62	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Santo Antônio e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)
Associação de Moradores de Presidente Kennedy	02.624.055/0001-56	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Presidente Kennedy e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)
Associação de Moradores de Terra Vermelha	00.258.091/0001-60	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Terra Vermelha e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais)
Associação de Moradores de Tamanduá	02.357.755/0001-73	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Tamanduá e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 60.122,00 (sessenta mil, cento e vinte e dois reais)
Associação de Moradores de Barra Fria	01.491.743/0001-74	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Fria e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)
Associação de Moradores de Rui Barbosa	01.404.596/0001-58	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Rui Barbosa e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 59.950,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta reais)

Entidade	CNPJ	Objeto do convênio
Associação de Moradores de Linha Guarani	01.703.934/0001-52	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Guarani e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Associação de Pequenos Agricultores de Linha Boa Esperança	02.805.517/0001-83	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Boa Esperança e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 24.950,00 (vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta reais)
Associação Comunitária de Cachimbo	06.313.694/0001-01	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Cachimbo e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)
Associação de Moradores de Linha Caravágio	02.342.693/0001-26	Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Caravágio e região, aumento da produção e desenvolvimento do meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

LEI Nº 4.755, DE 11 DE MAIO DE 2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.755, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Autoriza o Município celebrar convênios com Entidades.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênios com as seguintes entidades:

I – Conselho Comunitário de Barra do Tigre, inscrito no CNPJ sob nº 80.630.866/0001-15, objetivando a conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Tigre e população em geral, estruturação e manutenção de local para o desenvolvimento das atividades esportivas, culturais, gastronômicas, confraternizações e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II – Associação S.E.R Gasperini, inscrita no CNPJ sob nº 82.811.233/0001-39, objetivando a conjunção de esforços no sentido de proporcionar aos moradores da comunidade de Linha Gasperini, local para desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacional, entre outros eventos sociais e esportivos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

III – Associação Recanto do Idoso de Concórdia, inscrita no CNPJ

sob nº 06.540.506/0001-70, objetivando a conjunção de esforços no sentido de propiciar conforto e bem-estar aos idosos acolhidos pela entidade na modalidade asilar através da pintura da área externa da estrutura física da instituição, podendo o Município participar com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais);

Art. 2º Fica a Fundação Municipal de Esportes – FMEC, autorizada a celebrar convênio com o Clube dos Corredores de Concórdia – CCC, inscrito no CNJ sob nº 08.719.697/0001-67, objetivando a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte, tendo como finalidade a representação do Município e seus apoiadores em corridas rústicas regionais, estaduais, nacionais e internacionais, bem como em eventos sociais relacionados a atividade física, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Art. 3º Fica a Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, autorizada a celebrar convênios com as seguintes entidades:

I – Associação Natureza Sempre Viva, inscrita no CNPJ sob nº 17.237.323/0001-04, objetivando a conjunção de esforços no sentido de trabalhar a Educação Ambiental, proporcionando conhecimento do meio ambiente e de medidas de preservação ambiental em escolas do Município, podendo a FUMDEMA participar com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

II – Associação de Catadores de Bentevi, inscrita no CNPJ sob nº 17.620.235/0001-89, objetivando a conjunção de esforços no sentido de realizar a coleta semanal do material reciclado no Município, proporcionando qualidade de vida à população e mantendo a cidade mais limpa, podendo a FUMDEMA participar com o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de maio de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4749

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.749, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

Institui o Estatuto do Pedestre no Município de Concórdia; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído o Estatuto do Pedestre no Município de Concórdia, dispondo sobre direitos e deveres do pedestre no uso do espaço público, na forma desta Lei.

Parágrafo único. É assegurado ao pedestre prioridade sobre todos os demais meios de transporte.

Art. 2º Para fins desta Lei, pedestre é todo aquele que utiliza as vias, os passeios públicos, as calçadas, as praças e os parques, a pé ou em cadeira de rodas, bem como o ciclista, desmontado, empurrando a bicicleta.

Art. 3º O pedestre tem direito a:

I – priorização de sua condição de pedestre no planejamento da paisagem, do mobiliário e do tráfego urbano;

II – calçadas limpas, conservadas, com piso antiderrapante, em inclinação e largura adequadas à circulação e mobilidade, livres e desimpedidas de quaisquer obstáculos;

III – conservação adequada dos equipamentos públicos e do mobiliário urbano;

IV – sistemas contínuos de circulação a pé, com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas;

V – educação para o comportamento no trânsito;

VI – sistema de sinalização eficiente;

VII – sinalização que lhe permita a travessia de via de um lado a outro, sem interrupção;

VIII – faixas de segurança nas vias públicas, na trajetória perpendicular e diagonal, sinalizadas horizontal e verticalmente;

IX – iluminação pública nas calçadas, nas praças, nos parques, nos passeios, nos terminais e nas paradas de transporte coletivo;

X – passarelas que lhe permitam a travessia de um lado a outro da via, em caso de vias com canteiro central, adotando semáforos para pedestres quando for conveniente;

XI – ciclovias com sistema de sinalização horizontal e vertical, utilizando materiais refletivos para a visualização noturna de ciclistas e de pedestres;

XII – sinalização luminosa e sonora nas portas de garagens, com colocação de espelhos angulares nas laterais, permitindo a visualização pelo pedestre;

XIII – alerta contra risco à sua integridade;

XIV – instalações sanitárias de uso gratuito;

XV – abrigos contra intempéries;

XVI – zonas amplas, inseridas coerentemente dentro da organização geral do espaço urbano, para circulação exclusiva de pedestres;

XVII – transporte coletivo eficiente e de qualidade;

XVIII – equipamento e mobiliário urbano que facilite a mobilidade e acessibilidade de pessoas com deficiência e idosos.

§ 1º A travessia diagonal, de que trata o inciso VIII deste artigo, será assegurada nos cruzamentos de vias onde a sinalização semafórica permitir.

§ 2º No cruzamento de vias, onde não houver sinalização semafórica, as faixas de segurança poderão ser recuadas respeitando o caminhar natural dos pedestres.

Art. 4º O sistema de sinalização que trata esta Lei deverá seguir as normas:

I – da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

II – vigentes nos órgãos que compõem do Sistema Nacional de Trânsito; e

III – internacionais consagradas.

Art. 5º Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão ser equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave, intermitente e sem estridência, ou com mecanismo alternativo que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas portadoras de deficiência visual, se a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem.

Parágrafo único. O tempo mínimo de abertura do semáforo para pedestres será de 20 (vinte) segundos.

Art. 6º O pedestre também tem direito a informações sobre:

I – denominação de próprios públicos, vias e logradouros públicos;

II – locais públicos para a prática de esportes;

III – acesso a serviços de utilidade pública;

IV – condições de iluminação, pavimentação, conservação e escoamento de água pluvial dos logradouros públicos;

V – índices de ocorrência de acidentes, assaltos e violência física nos logradouros públicos;

VI – melhores rotas para deslocamento e roteiros turísticos, a serem desenvolvidos a pé, em cadeira de rodas ou por meio do transporte público;

VII – local e forma para registro de suas sugestões, reclamações e denúncias ao poder público.

Art. 7º São deveres do pedestre:

I – comportar-se de modo a não impedir terceiros do exercício dos direitos previstos nesta Lei;

II – caminhar somente nas calçadas;

III – atravessar as vias públicas utilizando, quando existir, as faixas de segurança e as passarelas;

IV – atender à sinalização de trânsito;

V – observar o semáforo das vias públicas e fazer a travessia somente quando estiver aberto;

VI – proceder de modo respeitoso relativamente aos motoristas e ao tráfego de veículos;

VII – não lançar lixo, resíduos, detritos, impurezas e objetos em geral nos logradouros e passeios públicos.

Art. 8º Será considerada conduta antissocial todo comportamento individual ou em grupo, de concessionárias e permissionárias de serviços públicos ou autorizatários, que promova a desarmonia, impedindo ou restringindo o pedestre de exercer sem constrangimentos seu direito de circulação.

Art. 9º Fica criada a Semana do Pedestre que terá lugar na primeira

semana de setembro de cada ano, com atividades e campanhas de ampla divulgação na comunidade, dos direitos e deveres do pedestre.

Art. 10. O Executivo Municipal regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 11. As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações do orçamento do Município de Concórdia.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ELMO ANTONIO RICHARDI

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, em exercício

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4750

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.750, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a revisão geral anual das remunerações, o pagamento do auxílio-alimentação, a concessão de abono e de cesta alimentação.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º Sobre o valor do vencimento, salário, provento, pensão e bolsa de contraprestação pagos no mês de março de 2015, aos agentes públicos ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, aos agentes políticos e aos estagiários, incluídas a Autarquia e as Fundações Públicas Municipais, incidirá revisão geral anual da remuneração, de 100% (cem por cento) da inflação medida no período de 1º de abril de 2014 a 31 de março de 2015, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 2º Os benefícios previdenciários que não são revistos de forma paritária, para os fins que dispõe o § 8º do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e demais situações previstas na mesma, serão reajustados de forma a preservar o valor real, na mesma data e nos mesmos índices do reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º O auxílio-alimentação, instituído pelo art. 2º da Lei Complementar nº 452, de 28 de abril de 2006 e fixado pela Lei Complementar nº 668, de 11 de abril de 2014 e alteração, terá reajuste de 100% da inflação medida no período de 1º de abril de 2014 a 31 de março de 2015, pelo INPC-IBGE, a ser pago em pecúnia na folha de pagamento dos servidores ativos, dividido em 12 (doze) parcelas mensais, a partir do mês de abril de 2015.

Parágrafo único. O auxílio de que trata o caput deste artigo será devido, também, aos servidores que estiverem em gozo de férias e licença-prêmio.

Art. 4º Será concedido abono de R\$ 200,00 (duzentos reais), em parcela única, no mês de dezembro de 2015, para os servidores integrantes dos Quadros de Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta, ativos, com exceção dos agentes políticos e dos estagiários.

§ 1º O abono tem caráter indenizatório, sem incidência de encargos, será pago proporcional aos meses de exercício, e a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

§ 2º O abono será concedido, também:

I – aos inativos do Município e aos contratados para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;

II – aos servidores que estiverem em gozo de férias ou licença, com exceção das licenças para acompanhar cônjuge ou companheiro ou para tratar de interesses particulares.

§ 3º Para os servidores com carga horária igual ou inferior a 20 (vinte) horas semanais, o abono corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido no caput deste artigo.

§ 4º Os servidores inativos, no exercício de outro cargo na Administração Municipal, farão jus à concessão de somente 1 (um) abono.

Art. 5º Fica o Município autorizado a conceder cesta alimentação, exceto aos agentes políticos, aos ocupantes de cargos em comissão dos níveis 1 e 2, e aos estagiários, nos seguintes termos:

I – aos Servidores ativos, 5 (cinco) cestas, nos meses de maio, julho, setembro e novembro de 2015 e fevereiro de 2016;

II – aos Servidores inativos e pensionistas do IPRECON, 6 (seis) cestas, nos meses de maio, julho, setembro e novembro de 2015 e janeiro e março de 2016.

§ 1º A cesta alimentação prevista no caput deste artigo será devida, também, aos servidores que estiverem em gozo de férias, afastamentos involuntários ou licença, com exceção das licenças para acompanhar cônjuge ou companheiro ou para tratar de interesses particulares.

§ 2º Ato do Poder Executivo fixará os quantitativos e produtos para composição da cesta alimentação, prevista no caput deste artigo.

Art. 6º Fica o Município autorizado a conceder no mês de dezembro de 2015, para os servidores integrantes dos Quadros de Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta, ativos, inativos e pensionistas do IPRECON, 1 (um) peru temperado, com peso mínimo de 3,8 kg (três quilos e oitocentos gramas).

Art. 7º Fica o Município autorizado a custear despesas com aquisição de doses da vacina para prevenção da influenza A H1N1, no ano de 2016, para os servidores municipais, não integrantes das faixas definidas pelo Ministério da Saúde, mediante contrapartida de 50% (cinquenta por cento) do valor da vacina, a ser descontada em folha de pagamento, dos optantes.

Art. 8º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4751

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
LEI Nº 4.751, DE 29 DE ABRIL DE 2015.
Autoriza o Município efetuar despesas.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a efetuar despesas decorrentes do Acordo Coletivo firmado entre o Município e o Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região – SSMCR, conforme Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Fica, ainda, autorizado a reembolsar o desconto dos dias paralisados, por ocasião da greve, mediante a apresentação de plano individual, para reposição das horas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 29 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

DÉCIMA TERCEIRA PROPOSTA DE NEGOCIAÇÃO SALARIAL, ENTRE O SINDICATO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA E REGIÃO - SSMCR E O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, OBJETIVANDO A FIXAÇÃO DA POLÍTICA DE RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E OS TRABALHADORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CONCÓRDIA – ANO 2015/2016.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

Cláusula Primeira – As cláusulas do Título I, denominado “Das Disposições Gerais” da presente pauta, vigorarão a partir de 1º de abril de 2015 a 28 de fevereiro de 2016.

Cláusula Segunda – Anualmente as Comissões de Negociação, constituídas pelo Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região e o Município de Concórdia, reunir-se-ão para a negociação visando à renovação da pauta ora pactuada, ficando aqui estabelecido, para 2016, como data-base, o mês de março.

§ 1º As Comissões Paritárias de Negociação serão constituídas anualmente, por representantes do Sindicato e do Município, as quais serão nomeadas de ofício por cada parte.

§ 2º As Comissões Permanentes de Negociação permanecerão ativas após a aprovação do presente acordo e reunir-se-ão bimestralmente, mediante apresentação da pauta dos assuntos a serem discutidos, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

Cláusula Terceira – O Sindicato terá livre acesso aos locais de trabalho para entrega de periódicos e editais aos Servidores.

§ 1º O Município permitirá que o Sindicato mantenha um quadro de avisos visível nos locais de trabalho para divulgação das atividades Sindicais.

§ 2º O Município, quando solicitado mediante protocolo na Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, autorizará reuniões nos setores ou secretarias, podendo, em caso de impossibilidade de sua realização, marcar nova data em comum acordo com o Sindicato.

§ 3º Nas reuniões pedagógicas, será oportunizado espaço ao Sindicato, de até 30 (trinta) minutos para divulgação das atividades sindicais.

Cláusula Quarta – O Município reconhece o Sindicato como representante da categoria dos Servidores Municipais de Concórdia para a negociação coletiva e demais questões atinentes às relações de trabalho.

Cláusula Quinta – O Município procederá ao desconto na folha de pagamento dos Servidores quanto: às mensalidades (desde que autorizadas por escrito pelo servidor); e das contribuições financeiras legalmente instituídas pelo Sindicato, mediante autorização em assembleia.

§ 1º O Município fornecerá ao Sindicato, mensalmente, a relação dos Servidores filiados, com o respectivo valor da mensalidade e outras informações solicitadas, quando forem de interesse da categoria profissional e, individualmente, desde que o interessado autorize.

§ 2º O Município encaminhará ao Sindicato, mensalmente, cópias de todas as rescisões de contratos de trabalho, havidas com os Servidores.

Cláusula Sexta – O Município manterá à disposição do Sindicato 3 (três) Servidores Públicos Municipais, eleitos, com remuneração integral do cargo efetivo, de forma definitiva, nos termos do art. 126 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, para desenvolver as atividades sindicais da categoria, inclusive àquelas relacionadas à coordenação e execução do “REDE VIDA VIVA”.

Parágrafo único - Poderá ser cedido mais 1 (um) servidor, com remuneração integral do cargo efetivo, com ônus para o Sindicato, que efetuará o ressarcimento mensalmente ao Município do valor da remuneração mais encargos.

Cláusula Sétima – Necessitando algum membro da diretoria do Sindicato ou por esse indicado, ausentar-se por motivo de participação em cursos de formação, congressos, plenárias, simpósios ou outra necessidade comprovada, deverá ser formalizado o pedido

com, no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, sem prejuízo de sua remuneração.

§ 1º Para fins de pagamento do prêmio assiduidade, a liberação prevista nesta cláusula será limitada a 7 (sete) dias de trabalho para cada dirigente, na vigência do presente instrumento.

§ 2º Cada dirigente da executiva e conselho fiscal, titulares e suplentes, terá liberação de meio período mensal e a cada trimestre, mais 1/2 (meio) dia, sempre coincidindo com o período anterior, para participação nas reuniões de direção, conforme calendário pré-estabelecido e aprovado entre as partes, sem prejuízo de sua remuneração, inclusive para fins de pagamento do prêmio assiduidade.

Cláusula Oitava – O Município, com a participação do Sindicato, manterá um programa permanente de qualificação do Servidor Público, compreendendo:

I – viabilização de cursos de aperfeiçoamento sobre:

a) a importância social do serviço público e o papel do Servidor;

b) aperfeiçoamento profissional conforme as atividades específicas de cada segmento do serviço público municipal, extensivo a todos os Servidores, no curso da jornada de trabalho e, caso não seja possível, que as horas necessárias sejam remuneradas como extras, com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, desde que convocados para tal finalidade;

II – será viabilizada a liberação de até 5 (cinco) monitores da “REDE VIDA VIVA”, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, pelo período máximo de 16 (dezesesseis) dias de trabalho para cada monitor, no período de vigência do presente instrumento, sem prejuízo de sua remuneração e do pagamento do prêmio assiduidade;

III – será viabilizada a liberação de monitores da “REDE VIDA VIVA”, sem prejuízo de sua remuneração;

IV – as etapas de formação da “REDE VIDA VIVA” se darão no curso da jornada de trabalho, sendo que os Servidores inscritos não sofrerão nenhum prejuízo em sua remuneração;

V – o Sindicato encaminhará ao Município relatório anual e lista de presenças.

Cláusula Nona – O Município garantirá aos Servidores, no ambiente de trabalho, boas condições, permitindo a prestação de serviços públicos de qualidade aos munícipes, ficando a Medicina do Trabalho, em conjunto com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, encarregadas das providências necessárias à aplicabilidade da presente cláusula, preservado o direito de acompanhamento e fiscalização do Sindicato.

§ 1º Será mantido local adequado para a realização de lanches, bem como disponibilizada água potável em quantidade e qualidade, a cada setor ou secretaria, em especial em relação à Garagem da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras – SEMURB, cujo edital de licitação está publicado, com abertura prevista para 6 de abril de 2015.

§ 2º Será assegurado aos Servidores que necessitem utilizar uniforme, local adequado para guarda dos mesmos e de seus objetos pessoais.

Cláusula Décima – O Município providenciará transporte a todos os servidores da educação, incluindo-se os Professores e Especialistas em Educação, desde o início das aulas, no período de recesso escolar e após o encerramento do período de aulas, caso estes devam

cumprir horário nas escolas.

Cláusula Décima Primeira – O Município encaminhará, com informação ao Sindicato da categoria, os procedimentos legais para:

I – Viabilizar estudos visando encontrar alternativas para redução da sobrecarga de trabalho dos agentes de alimentação e nutrição e serviços gerais, mediante: aquisição de equipamentos, em especial de 3 (três) máquinas de lavar louça e 2 (duas) panificadoras; dinamização da rotina de trabalho; admissão de pessoal através de concurso público, discutidas no âmbito das Comissões Permanentes de Negociação constantes na Cláusula Segunda, § 2º, desta Pauta.

II – assegurar que as Secretárias Escolares desenvolvam suas atividades exclusivamente na secretaria da escola;

III – garantir a presença de 1 (um) Especialista em Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nas unidades de ensino com mais de 50 (cinquenta) e menos de 150 (cento e cinquenta) alunos;

IV – garantir a presença de 1 (um) Especialista em Educação com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nas unidades de ensino do Município com mais de 150 (cento e cinquenta) alunos;

V – garantir a presença de 2 (dois) Especialistas em Educação, 1 (um) Secretário Escolar e conforme necessidade, de 1 (um) estagiário na área administrativa, nas unidades de ensino do Município com mais de 400 (quatrocentos) alunos;

VI – garantir a presença de um segundo professor em sala de aula sempre que houver aluno com necessidades especiais matriculado, nos moldes estatuídos pelo art. 59, da Lei Federal nº 9.394/96 – LDB, observando-se o parecer técnico emitido por especialista que integre os quadros do serviço público municipal;

VII – realizar estudo para a implementação de eleições para coordenador de CMEI e CEBES, exceto nos locais onde haja servidor efetivo no cargo;

VIII – estabelecer que os exames médicos e laboratoriais exigidos aos servidores pelo Município ou pela Lei, sejam custeados integralmente pelos cofres públicos, inclusive os periódicos e decorrentes de acidente de trabalho ou doenças relacionadas ao trabalho;

IX – o Município reconhecerá os atestados médicos emitidos pelo pronto-socorro como justificativa hábil à ausência ao trabalho.

X – custear e disponibilizar vacina contra a gripe A (H1N1), até o final dos meses de abril de 2015 e março de 2016, aos Servidores que manifestarem interesse e não integrarem as faixas etárias da campanha de vacinação promovida pela Secretaria da Saúde, com ampla divulgação em todos os locais de trabalho, mediante contrapartida do servidor de 50% (cinquenta por cento) do custo de aquisição, descontado em folha de pagamento;

XI – viabilizar espaço com materiais adequados para planejamento das atividades e realização de rotinas administrativas em todos os locais de trabalho, a serem especificados no âmbito da Comissão Permanente de Negociação da Cláusula Segunda, § 2.º, do presente.

Cláusula Décima Segunda – Fica facultada às Agentes de Serviços Gerais e Agentes de Alimentação e Nutrição, no dia da reunião pedagógica, a carga horária de 6 (seis) horas, mediante organização da jornada de trabalho pela gestora da unidade;

Cláusula Décima Terceira – O Município se compromete a realizar

estudo para a eficaz substituição de Auxiliares de Creche, em gozo de licença-maternidade, licença-prêmio e demais afastamentos legalmente previstos, por intermédio de pessoal contratado em caráter temporário ou concurso público para cargo efetivo.

Cláusula Décima Quarta – O Município se compromete em discutir o decreto de ampliação da carga horária dos profissionais do Magistério com o Sindicato, em 2015.

Cláusula Décima Quinta - Seja garantido aos Servidores regidos pela CLT, o direito de acompanhar os filhos até 16 (dezesesseis) anos, em consultas médicas, exames, internação hospitalar e/ou vacinação, pelo limite de 10 (dez) dias, contínuos ou não, durante a vigência do acordo, mediante atestado médico, sem desconto ou compensação dos dias mencionados.

Cláusula Décima Sexta – Seja garantido a todos os Servidores empossados, treinamento com informações sobre a função que irão exercer, bem como acerca da legislação municipal relativa ao Servidor Público, com a participação do Sindicato.

Cláusula Décima Sétima – O Município contratará seguro contra terceiros para os veículos da Municipalidade, caminhões e máquinas pesadas.

Cláusula Décima Oitava – As horas extras serão pagas de acordo com os arts. 85, 86 e 87 da Lei Complementar nº 90/94, facultado ao Servidor, de forma individual, a compensação.

§ 1º Efetuar a compensação da jornada laborada, de forma individual, para os Servidores que trabalhem em setores considerados essenciais e nas unidades de ensino, exceto professores, nos dias considerados pelo Município como ponto facultativo.

§ 2º Considera-se como jornada efetivamente trabalhada, o período que os Servidores efetivos não gratificados, destinam à organização de eventos, desfiles e festas juninas nas escolas, além de reuniões que promovam ou participem fora da jornada normal de trabalho, desde que relacionadas com a atividade laborativa que desenvolvam e mediante convocação.

Cláusula Décima Nona – O pedido de concessão de férias do servidor deve anteceder em 30 (trinta) dias o período de gozo requerido, e a informação acerca do deferimento deverá anteceder em 15 (quinze) dias referido período, com comunicação direta ao servidor, garantindo-se ao casal de servidores o direito de gozo de férias na mesma época.

Cláusula Vigésima – O Município pagará o 13º (décimo terceiro) salário em 2 (duas) parcelas: a primeira no mês de julho e a segunda até o 20º (vigésimo) dia do mês de dezembro de cada ano.

Cláusula Vigésima Primeira – A licença-prêmio poderá ser concedida em período de continuidade à licença maternidade, para tratamento de saúde ou outras necessidades urgentes, analisadas e negociadas entre o Servidor, o Município e o Sindicato.

Parágrafo Único. O servidor em gozo de licença-prêmio fará jus a todos os direitos e vantagens do seu cargo efetivo, inclusive ao pagamento de auxílio-alimentação, excetuando-se os adicionais de insalubridade e periculosidade.

Cláusula Vigésima Segunda – O Município manterá assistência odontológica para os Servidores e seus dependentes, por intermédio de consultório odontológico, com atendimento através de profissional habilitado, em tempo integral, ao longo dos 12 (doze) meses do ano.

Cláusula Vigésima Terceira – O Servidor que exercer atividade de

vigilante, quando laborar em domingos e feriados, terá direito às horas trabalhadas em dobro, bem como, obrigatoriamente, terá direito a 1 (um) domingo por mês para seu descanso.

Parágrafo Único. Havendo necessidade do Servidor vigilante trabalhar, em jornada extraordinária, o seu pagamento obedecerá aos seguintes percentuais:

I – até 2 (duas) horas extras diárias, a remuneração será com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal;

II – as horas extras realizadas em domingos e feriados terão um acréscimo de 100% (cem por cento) sobre a hora normal;

III – todo Servidor terá direito a uma cópia do seu ponto de registro das horas trabalhadas.

Cláusula Vigésima Quarta – O Município encaminhará, mensalmente, ao Sindicato, relação de todos os Servidores que recebem o adicional com os devidos percentuais.

Cláusula Vigésima Quinta – O Município se compromete em discutir eventuais aspectos relativos à legalidade do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS (LC 572/2010), nos pontos levantados pelo Sindicato e pela Administração Municipal, no âmbito das Comissões Permanentes de Negociação constantes na Cláusula Segunda, § 2º, desta Pauta e, ainda:

I – alteração na tolerância de até 2 (duas) horas por mês, e até 5 (cinco) dias no ano, sem prejuízo no recebimento do Prêmio Assiduidade, concedido aos servidores submetidos ao regime da Lei Complementar 602/2011.

TÍTULO II DAS CLÁUSULAS ESPECÍFICAS CAPÍTULO I

Cláusula Vigésima Sexta – Os valores das diárias elencados no Decreto 3.547/1994 serão atualizados anualmente pelo INPC-IBGE ou outro índice que venha substituí-lo.

Cláusula Vigésima Sétima – Será concedido, a partir do mês de abril de 2015, na revisão geral anual da remuneração, 8,42% (oito, virgula quarenta e dois por cento) correspondente a 100% (cem por cento) da inflação, medida no período de 1º de abril de 2014 a 31 de março de 2015, pelo INPC-IBGE.

Parágrafo único. O reajuste terá como base o salário relativo ao mês de março de 2015.

Cláusula Vigésima Oitava – Benefícios:

I – o auxílio-alimentação terá o reajuste de 100% da inflação, medida no período de 1º de abril de 2014 a 31 de março de 2015, pelo INPC-IBGE, com o valor fixado em R\$ 1.626,36 (um mil, seiscentos e vinte e seis reais e trinta e seis centavos), a ser pago em pecúnia na folha de pagamento dos servidores ativos, em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 135,53 (cento e trinta e cinco reais e cinquenta e três centavos), a partir do mês de abril de 2015;

a) para os Servidores com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, o auxílio-alimentação corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido neste inciso;

b) não será concedido auxílio-alimentação aos agentes políticos e estagiários;

II – o Município fornecerá, no período de vigência da presente pauta, cestas alimentação aos servidores da seguinte forma:

a) aos Servidores ativos, 5 (cinco) cestas, nos meses de maio, junho, setembro e novembro de 2015 e janeiro de 2016;

b) aos Servidores inativos e pensionistas do IPRECON, 6 (seis) cestas, nos meses de maio, julho, setembro e novembro de 2015 e janeiro e março de 2016;

§ 1º A Cesta Alimentação será composta pelos seguintes itens: 5 (cinco) quilogramas de arroz parboilizado, 5 (cinco) quilogramas de açúcar cristal, 5 (cinco) quilogramas de farinha de trigo especial, 2 (dois) quilogramas de feijão preto, 2 (dois) quilogramas de fubá, 2 (dois) quilogramas de macarrão com ovos, 2 (duas) latas de óleo de soja, com 900 (novecentos) mililitros cada e 4 (quatro) litros de leite longa vida.

§ 2º A concessão da Cesta Alimentação será mediante vale, entregue pela Diretoria de Recursos Humanos;

§ 3º Para os Servidores em auxílio doença e aos inativos que possuem outro vínculo com o Município, a concessão da cesta será única, conforme previsto na alínea "b" desta cláusula.

III – no mês de dezembro de 2015, o Município disponibilizará 1 (um) peru com peso mínimo de 3,8 (três quilos e oitocentos gramas), a todos os Servidores, mediante vale, entregue pela Diretoria de Recursos Humanos;

IV – será concedido, no mês de dezembro de 2015, a razão de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração superior a 15 (quinze) dias, a todos os Servidores ativos e inativos, com exceção dos agentes políticos e estagiários, abono de caráter indenizatório, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais);

V – Excepcionalmente, no mês de janeiro de 2016, será concedido abono de caráter indenizatório, no valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais), a razão de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração superior a 15 (quinze) dias, a todos os Servidores ativos e inativos, com exceção dos agentes políticos e estagiários;

VI – aos Servidores com carga horária igual ou inferior a 20 (vinte) horas semanais, os abonos de que tratam o inciso IV e V, corresponderão a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido.

VII – para os casos de encerramento do contrato de trabalho, anteriores ao mês de janeiro de 2016, o pagamento será efetuado na rescisão, na forma do inciso V.

VIII- o Município encaminhará Projeto de Lei solicitando autorização para reembolsar o desconto dos dias paralisados, por ocasião da greve, mediante a apresentação de plano individual, para reposição das horas.

Cláusula Vigésima Nona – O documento final da presente negociação será complementado mediante assinatura das leis, decretos e demais atos próprios, objetivando dar-lhe valor jurídico.

E, por estarem entre si ajustados e de acordo, firmam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Concórdia, SC, 27 de abril de 2015.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

VALDOMIRO TAFAREL

Presidente do SSMC

TAYSON SANDER BASEGGIO

Coordenador Municipal de Concórdia

LEI ORDINARIA Nº 4752

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.752, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Institui a Semana de Conservação do Livro e do Material Didático no âmbito do Município de Concórdia e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Concórdia, a Semana de Conservação do Livro e do Material Didático, a ser comemorada anualmente na semana em que recair o dia 29 de outubro.

Parágrafo único. Durante a semana que se refere o caput deste artigo será estimulada a realização de diversas atividades nas Escola da Rede Estadual de Ensino, visando promover a conservação, cuidado e o uso adequado do livro e do material didático, podendo ser realizadas parcerias com organizações sociais, entidades públicas ou privadas.

Art. 2º O Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de abril de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 81/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 81/2015, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando a CI DRH 303/2015, de 23 de abril de 2015, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 1º de maio de 2015, o Adicional de Insalubridade concedido ao servidor ALCEU ROQUE RIBEIRO, ocupante do cargo de Servente Braçal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 82/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 82/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora DAIANE FRIGO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 102148-02, integrante do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em pós-graduação, na área específica de atuação, sobre o vencimento-base.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de abril de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 83/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 83/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Processo Seletivo Público nº 8/2014, de 24 de novembro de 2014;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar para "7" (sete) o número de vagas disponibilizadas para o cargo de Auxiliar de Creche, para fins de aproveitamento dos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital nº 8/2014.

Parágrafo único. O candidato aprovado será investido no cargo por ato próprio, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 84/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 84/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde na CI SEMUS 244/2015, protocolizada em 27 de abril de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a expressão: "a partir de 16 de abril de 2015" para: "no período de 16 a 21 de abril de 2015", constante no inciso III do art. 1º da Portaria nº 74/2015, de 16 de abril de 2015, que convoca a servidora SARAONICE SARTURI PROVENCÍ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 85/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 85/2015, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º A alínea "b" do inciso III do art. 2º da Portaria nº 42/2014, de 25 de fevereiro de 2014 e alterações, que instaura Sindicância, a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor SADI DOMINGOS ALBIERO, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, Grupo Ocupacional Operacional – GO, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

b) MARITANIA VIVAN DUARTE, ocupante do cargo de Agente Administrativo." (NR)

Art. 2º A alínea "a" do inciso III do art. 2º da Portaria nº 159/2014, de 3 de setembro de 2014 e alteração, que instaura Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora SONIA CARMEN DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional – GO, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

a) FABIELE MAIER DUARTE, ocupante do cargo de Agente Administrativo;" (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 86/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 86/2015, DE 4 DE MAIO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nos arts. 127-A e 127-B da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, acrescidas pela Lei Complementar nº 463, de 22 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por 1 (um) ano, a partir de 20 de maio de 2015, o prazo da licença para acompanhamento de excepcional, objeto da Portaria nº 148/2014, concedida à servidora GESSI DE BITENCOURT RODRIGUES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, respeitado o cumprimento de 25 (vinte e cinco) horas semanais, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 87/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 87/2015, DE 4 DE MAIO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – ANDERSON DAL PRA DAL VESCO, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, no período de 4 a 15 de maio de 2015;

II – ANDREIA FATIMA VARELA KAFER, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 13536-02 e 13536-03, no período de 11 a 25 de maio de 2015;

III – ANGELO BENINI FANTIN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 19 a 29 de maio de 2015;

IV – ARETUZA HACK FORNARI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, no período de 4 a 12 de maio 2015;

V – DIANA FATIMA BOCCHI ANDRIOLLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, a partir de 19 de maio de 2015;

VI – EDSON FABRICIO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 19 a 29 de maio de 2015;

VII – ELIANE FRANCHINI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 41149-07 e 41149-11, no período de 4 a 18 de maio de 2015;

VIII – GENECI PERKA, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 4 a 18 de maio de 2015;

IX – JANICE PAULA DE FRANCESCHI GASPERINI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, no período de 4 a 13 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 230/2015

DECRETO N. 230/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ISABEL CRISTINA TOZZO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 231/2015

DECRETO N. 231/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. KELY ALINE SABADIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 232/2015

DECRETO N. 232/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhamento de tratamento de saúde de membro da família à Servidora Municipal, Sra. JULIANA BREANCINI, ocupante do cargo de professora lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 12 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

DECRETO N. 233/2015

DECRETO N. 233/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Concede à Servidora Municipal, Sra. MARIA TERESINHA LUZA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 01/02/2014 à 31/01/2015, que serão gozadas a partir do dia 01/06/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de maio do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARIA TERESINHA LUZA Ciente em: ____/____/2015

DECRETO N. 234/2015

DECRETO Nº 234 /2015, DE 12 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, APROVADA EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida , a partir de 13/05/2015 ,em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. FERNANDA MICHELLE MULLER NICHEL BUSS , ocupante do cargo de Psicóloga, carga horária 20 h, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de maio de 2015

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 235/2015

DECRETO Nº 235 /2015, DE 12 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADA EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido , a partir de 13/05/2015 ,em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. RUDINEI CORADI, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º O Servidor ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de maio de 2015

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 236/2015

DECRETO Nº 236 /2015, DE 12 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, APROVADA EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida , a partir de 14/05/2015 ,em caráter temporário por excepcional interesse público,a Sra. LIGIA CARLA PEDROSO, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A Servidora ficará sujeita ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipal, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de maio de 2015

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 237/2015

DECRETO N. 237/2015 DE 14 DE MAIO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ISABEL CRISTINA TOZZO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 13/05/2015.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 238/2015

DECRETO Nº 238/2015, DE 14 DE MAIO DE 2015

"ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 225/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto Nº 225/2015 no seguinte termo:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Fica admitida , a partir de 12/05/2015 ,em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. KELI MAGALI DE OLIVEIRA, na função de Assistente Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

LEIA-SE:

Art. 1º Fica admitida , a partir de 12/05/2015 ,em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. KELI MAGALI DE OLIVEIRA DUARTE, na função de Assistente Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Os demais artigos permanecem inalterados e em pleno vigor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 14 de maio de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Coronel Martins

PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS PROCESSO LICITATORIO Nº. 003/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 003/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Pregão Presencial FUNSAU n. 003/2015, até às 8:15 horas do dia 27 de maio de 2015 e fará abertura das mesmas às 08:45 hs do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada em Gestão Pública para locação de sistema informatizado de gestão de saúde pública para a Secretaria de Saúde do Município de Coronel Martins, SC, compreendendo conversão, customização, instalação, implantação, treinamento de usuários e locação com manutenção e suporte técnico operacional, a ser executado de forma continuada, necessários à modernização da prestação de serviços públicos à população do município, incluindo todas as características deste edital e seus anexos. tipo menor preço global, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. A íntegra o Edital e de mais documentos poderão ser obtidos junto à sede do Município de Coronel Martins – SC ou através do e-mail compras@coronelmartins.sc.gov.br com a Comissão de Licitação, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 15 de maio de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PROCESSO 04/2015 FMEC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL ESPORTE E CULTURA CORREIA PINTO

Página: 1/6

Processo Nº.: 4/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2014

No dia 29 do mês de Setembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUNDAÇÃO MUNICIPAL ESPORTE E CULTURA CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.380.667/0001-60, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88650-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VÂNIO FOSTER, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2014, Processo Licitatório nº. 4/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TROFÉUS, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
103	AIRTON JOSE ZANCHIN ME	
104	CASA DOS TROFÉUS LTDA	1, 2, 3, 4, 5
102	EDUARDO FERREIRA CAVALHEIRO ME	
105	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO	
107	JACINTA JANUARIO ANTUNES EPP	
106	JLM COM. PROD. ALIMENTICIOS LTDA.	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AIRTON JOSE ZANCHIN ME	20.082.569/0001-50		-
CASA DOS TROFÉUS LTDA	02.593.018/0001-70	SERGIO LEANDRO MAES	028.877.779-47
EDUARDO FERREIRA CAVALHEIRO ME	19.979.380/0001-86	EDUARDO FERREIRA CAVALHEIRO	884.478.630-34
GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO	14.034.833/0001-88	SERGIO CORREIA DE SIQUEIRA	637.769.959-04
JACINTA JANUARIO ANTUNES EPP	08.388.116/0001-51	HUMBERTO MEIER	040.865.459-77
JLM COM. PROD. ALIMENTICIOS LTDA.	14.741.096/0001-53	MARCOS EDINEI TRUPPEL	019.039.839-67

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TROFÉUS, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 104 - CASA DOS TROFÉUS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	TROFÉU TAÇA DE NO MÍNIMO 88 CM DE ALTURA - 1º LUGAR	UN	JEBS	70,000	164,3500	11.504,50
2	TROFÉU TAÇA DE NO MÍNIMO 79 CM DE ALTURA - 2º LUGAR	UN	JEBS	70,000	152,5600	10.679,20
3	TROFÉU TAÇA DE NO MÍNIMO 72 CM DE ALTURA - 3º LUGAR	UN	JEBS	70,000	132,9000	9.303,00
4	TROFÉU TAÇA DE NO MÍNIMO 66 CM DE ALTURA - 4º LUGAR	UN	JEBS	70,000	131,3200	9.192,40
5	MEDALHAS DE NO MÍNIMO 40 X 55 MM. BANHADAS NA CORES DOURADA, PRATEADA E BRONZE, COM PERSONALIZAÇÃO DO ENVENTO A SER DEFINIDO - ADESIVO COLADO NA FRENTE DA MEDALHA, COM IMPRESSÃO DIGITAL E RECORTE ELETRÔNICO SEM RESINA, ADESIVO MEDINDO APROXIMADAMENTE 28 MM, COM FITA DE NO MÍNIMO 20 MM DE LARGURA POR 80 CM DE COMPRIMENTO EM COR A SER DEFINIDA.	UN	JEBS	1.800,000	3,2100	5.778,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL ESPORTE E CULTURA CORREIA PINTO

Página: 2/6
Processo Nº.: 4/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2014

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou coroná".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO MUNICIPAL ESPORTE E CULTURA CORREIA PINTO

Página: 3/6
Processo Nº.: 4/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL ESPORTE E CULTURA CORREIA PINTO

Página: 4/6
Processo Nº.: 4/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL ESPORTE E CULTURA CORREIA PINTO

Página: 5/6
Processo Nº.: 4/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2014

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.
- 9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.
- 9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
 - b) cancelamento do preço registrado;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
 - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO MUNICIPAL ESPORTE E CULTURA CORREIA PINTO

Página: 6/6
Processo Nº.: 4/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2014

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 29 de Setembro de 2014.

VÂNIO FOSTER
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AIRTON JOSE ZANCHIN ME	CNPJ: 20.082.569/0001-50	_____
CASA DOS TROFÉUS LTDA	CNPJ: 02.593.018/0001-70	_____
EDUARDO FERREIRA CAVALHEIRO ME	CNPJ: 19.979.380/0001-86	_____
GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO	CNPJ: 14.034.833/0001-88	_____
JACINTA JANUARIO ANTUNES EPP	CNPJ: 08.388.116/0001-51	_____
JLM COM. PROD. ALIMENTICIOS LTDA.	CNPJ: 14.741.096/0001-53	_____

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE LEILÃO Nº 99/2015

EDITAL DE LEILÃO Nº 99/2015

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, devidamente inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõe a Lei No. 8.666 de 21.06.93 e suas alterações e Lei Municipal nº 96/2013 e 5.153/2014, tornam público que a partir das 14:00 horas do dia 01/06/2015, no Auditório do Paço Municipal, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de leilão, destinado a alienação dos bens móveis e imóveis, de acordo com as condições previstas neste edital. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 13 de Maio de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA EVENTOS REALIZADOS PELA SMLC NO ANO DE 2015, CONFORME PREVISÃO DE ATIVIDADES E EVENTOS ESPORTIVOS DESTE ANO, MEMORANDO E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 28/05/2015.

A partir das 14:00 horas do dia 28/05/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 14 de Maio de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 1957/2015

DECRETO 1957, de 09 de abril de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1378, de 15 de dezembro de 2014 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 25.500,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 1.030 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE

34 - 4.4.90.00.00.00.00.03.0612 – 38 - 13 – Aplicações Diretas R\$ 25.500,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 09 de abril de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 1957/2015, de 09 de abril de 2015

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0612 – 38 - 13 – Recursos pmaq

Ativo Financeiro	180.000,00
(-) Passivo Financeiro	(0)
Superávit Financeiro	180.000,00
Deduções	
Decreto n.º 1957/2015	25.500,00
Saldo	154.500,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE

Técnico Contábil

DECRETO 1958/2015

DECRETO 1958, de 09 de abril de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO. E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, e autorizada conforme Lei nº 1378 de 15 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Erval velho Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 86.200,00 para a SUPLEMENTAÇÃO da dotação abaixo;

ÓRGÃO – 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE – 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV. –1.030 – CONST. AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE

4 – 4.4.90.00.00.00.0607R\$ 86.200,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 607 transferências de Convênios União/Saúde § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho – Estado de Santa Catarina, em 09 de abril de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1959/2015

DECRETO 1959, de 09 de abril de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1378, de 15 de dezembro de 2014 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 13.800,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 1.028 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAT.PERMANENTE - FMS

33 - 4.4.90.00.00.00.00.03.0612 – 38 - 29 – Aplicações Diretas R\$ 13.800,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 09 de abril de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 1957/2015, de 09 de abril de 2015

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0612 – 38 - 29 – Recursos Outros União Saúde

Ativo Financeiro	180.000,00
(-) Passivo Financeiro	(0
Superávit Financeiro	180.000,00
Deduções	
Decreto n.º 1957/2015	25.500,00
Decreto n.º 1959/2015	13.800,00
Saldo	140.700,00

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

DECRETO 1960/2015

DECRETO 1960, de 17 de abril de 2015.

Abre CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei nº 1387, de 17 de abril de 2015, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR na seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão 06 SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Unidade 01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Proj.Ativ. 2029 MANUT. DA SEC. DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Elemento - 3.3.50.00.00.00.00.0300 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 48.454,25

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 17 de abril de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Anexo I – DECRETO N.º 1960/2015, de 17 de abril de 2015

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO Exercício de 2014

Fonte de Recurso 0300 – Recursos Ordinários

Ativo Financeiro	2.353.559,60
(-) Passivo Financeiro	(492.176,26)
Superávit Financeiro	1.861.383,34
Deduções	
Decreto n.º 1954/2015	200.000,00
Decreto n.º 1955/2015	25.000,00
Decreto n.º 1960/2015	48.454,25
Saldo	1.587.929,09

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2014– Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

DECRETO 1961/2015

DECRETO 1961, de 22 de abril de 2015.

Homologa Inscrições do Processo Seletivo n. 002/2015, de que trata o Edital n. 002, de 17 de março de 2015 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal de acordo com o Edital n. 002, de 17 de março de 2015, homologa as inscrições do Processo Seletivo nº 002/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições para o Processo Seletivo n. 002/2015, originado pelo Edital n. 002, de 17 de março de 2015, conforme abaixo:

Cargo: Agente de Serviços Gerais I

Insc:	Nome	Classificação
1234	JONEI DE MORAES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS I
1251	ANTONINHO AMALCABURIO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS I
1271	TIAGO ANTONIO TIBES DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS I
1273	ODAIR JOSE DE MORAIS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS I
1277	MARCOS ADRIANO DE MORAIS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS I

Cargo: Agente de Serviços Gerais II

Insc:	Nome	Classificação
1223	ROSELI PADILHA VETTORI	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
1230	SABRINA NEVES DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
1241	LURDES NOELI DA COSTA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II

1248	IVONE CONTINI	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
1249	NAIANA PIOVESAN DOARTE SOARES	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
1255	MARCIA PADILHA DA LUZ	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
1260	MARIANA APARECIDA DE LIMA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
1264	ROSE MARIA CASSANIGA NUNES	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
1266	GRAZIELA LUANA MUHL-BRANDT	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
1269	LILIANE TONIAL	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
1270	CARMEM APARECIDA DEMORI	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
1287	CELIA APARECIDA MANGOLTE	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
1288	ALINE DE FÁTIMA DORINI	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
1289	LUCIMARA MARCIANO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
1290	DALVANA CONTINI	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II
1293	DIONILCE ANTUNES DE OLIVEIRA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS II

Cargo: Operador de Máquinas

Insc:	Nome	Classificação
1233	MAURO JUNIOR URBANSKI	OPERADOR DE MAQUINAS
1246	IVONEI RECALCATTI	OPERADOR DE MAQUINAS
1259	AILSON DOS SANTOS	OPERADOR DE MAQUINAS
1281	GIEZI LUIZ PALAVRO	OPERADOR DE MAQUINAS
1285	JACIR GONÇALVES	OPERADOR DE MAQUINAS
1295	ANDRÉ MARIANI	OPERADOR DE MAQUINAS
1299	ITACIR TRIQUES	OPERADOR DE MAQUINAS
1300	ALBINO RETORE NETO	OPERADOR DE MAQUINAS
1301	BRUNO CESAR FRACARO	OPERADOR DE MAQUINAS

Cargo: Professor de Educ. Infantil e Séries Iniciais

Insc:	Nome	Classificação
1222	KEZI DE OLIVEIRA	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1224	LUCIMAR PERES	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1225	SANDRA ANDREIA RECALCATTI	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1226	IVAN LUCAS DADALT	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1227	LUCIMAR RODRIGUES DA SILVA	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1228	ELIBIA DIAS FLORES	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1229	FERNANDO POGGERE	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1231	MARCIA ANTONIA DADALT FEDRIGO	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1232	CRISTIANE CORDEIRO ROSSA ALVES	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1235	NEIDY DAYANA DE ALMEIDA FILIPPIN	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1238	JAQUELINI STORTI CASSANIGA	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1239	ROSENILDE PEDROZO DE ALMEIDA	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1240	LUCELIA SOBRINHO	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1242	FRANCELI FRIGO	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1243	NELI TEREZINHA ASCARI	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL

1244	ANA CARLA SILVA	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1245	VALESCA ZABLOSKI	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1252	ANTONIETA CRISTINA M.BAIO-CO	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1254	DEBORA REGINA CELLA	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1256	LIZETE DE CASTRO OTERBACH	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1257	JANE DE LURDES FRACARO	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1258	DEBORA CRISTIANE BITTEN-COURT	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1262	SILVANA MAIA DE CASTRO	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1263	SANDRA REGINA MARCON FATTORI	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1267	TAILINI GREICI DO NASCIMENTO	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1274	ANA CRISTINA GARIPUNA	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1275	MARISETE ALVES DIAS	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1276	LEANDRA BALTAZAR ANASTÁCIO	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1278	KELLY ANILY PEREIRA BRES-SAN	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1279	ALINE MARIANI	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1280	ANDRE SANTOS MICHELON	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1282	JULIANA KLEIN	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1283	IODETE CORDOVA PASSOS	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1284	JÉSSICA RIBEIRO	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1286	ANA PAULA FIORESE	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1291	TAÍNA BIANCA RAMOS DA CUNHA	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1292	LALESCA BELOTTO	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1297	PRISCILA DE QUADROS	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL
1298	LUCIANE CUNHA	PROF. SERIES INICIAIS E ED. INFANTIL

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 22 de abril de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 22 de abril de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

DECRETO 1962/2015

DECRETO Nº 1962, de 27 de abril de 2015.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

**CAPÍTULO I
DA NATUREZA**

Artigo 1º - O Conselho Municipal do meio Ambiente – COMDEMA, órgão consultivo, deliberativo, normativo e de assessoramento do Poder Executivo Municipal, composto paritariamente por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, tem como objetivos básicos as análises, aprovações, implantações, e acompanhamento de projetos de significativo impacto ambiental local, visando a preservação e conservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental do Município.

**CAPÍTULO II
DA FINALIDADE**

Artigo 2º. Conselho Municipal do meio Ambiente – COMDEMA é responsável pela avaliação da Política Municipal do meio Ambiente e o cumprimento dos princípios constitucionais de participação, publicidade e cooperação na gestão do meio ambiente, em conformidade com os órgãos que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), bem como seus respectivos regulamentos, tendo como competências:

I – Assessorar, estudar e propor às instâncias do Governo Municipal diretrizes das políticas governamentais para o meio ambiente e seus recursos;

II – Deliberar sobre os padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

III – Garantir dispositivos de acesso à informação à comunidade sobre as políticas, diretrizes, normas, regulamentos e procedimentos ambientais;

IV – Propor ao poder executivo e/ou ao legislativo, projetos de lei, decretos e regulamentações referentes à proteção conservação ambiental no Município;

V – Manter intercâmbio, apreciar, apresentar sugestões e proceder, quando julgar necessário, à realização de estudos sobre alternativas e possíveis consequências ambientais associadas a projetos públicos e/ou privados, requisitando aos órgãos do Sisnama competentes, bem como a entidades privadas, as informações indispensáveis à apreciação dos estudos ambientais pertinentes e seus respectivos relatórios de impactos ambientais, no caso de empreendimentos ou atividades e impacto local para fins do exercício da competência do licenciamento ambiental municipal, bem como das atividades potencialmente poluidoras previstas em listagem aprovada por Resoluções do CONAMA e COMDEMA;

VI – Fiscalizar os Licenciamentos de atividades locais efetivas ou potencialmente poluidoras, a ser concedidos pela União, pelos Estados, e Município, visando o controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos naturais;

VII – Sugerir ao Órgão Ambiental Municipal, Estadual e Federal, a concessão de incentivos e benefícios fiscais e financeiros, visando à melhoria da qualidade ambiental; e/ou determinar a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

VIII – Exigir dos órgãos competentes o poder de polícia relacionados com a Política Municipal do Meio Ambiente;

IX – Definir parâmetros e dar pareceres sobre manutenção a

projetos de jardinagem e arborização das vias e logradouros públicos;

X – Sugerir prioridades para o atendimento de projetos a serem executados pelo Executivo Municipal, em conformidade com a legislação em vigor, bem como exercer a fiscalização, o controle e o fomento à proteção dos recursos ambientais;

XI – Promover a integração na gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental, articular a viabilidade técnica, econômica e financeira de programas e projetos de investimento e apoiar a integração entre as políticas públicas e setoriais, visando o desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas;

XII – Promover a articulação e a integração entre o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), com iniciativas locais que promovam a participação de todas as instituições e segmentos da Comunidade para propor políticas públicas ambientais de estudos, monitoramento, planos, programas e projetos às diretrizes e metas estabelecidas para a Bacia Hidrográfica, com vistas a garantir a conservação e a proteção dos recursos ambientais;

XIII – Acompanhar a implementação e administração do Unidades de Conservação no Município;

XIV – Apreciar e decidir a respeito das infrações ambientais, em segunda instância administrativa, os recursos interpostos em razão de aplicação de penalidades baseadas em legislação ambiental municipal;

XV – Encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de danos ao patrimônio histórico, cultural e ambiental de que tomar conhecimento;

XVI – Incentivar o uso de mecanismos de desenvolvimentos limpos (MDL's) no âmbito do município;

XVII – Incentivar a estruturação e o fortalecimento institucional do Comitê de Bacia Hidrográfica local;

XVIII – Avaliar regularmente a implementação e a execução da política e normas ambientais do município;

XIX – Estabelecer sistema de divulgação de suas atividades;

XX – Promover a integração dos órgãos colegiados do meio ambiente;

XXI – Deliberar sobre os casos omissos, elaborar e alterar o seu regimento interno, submetendo-o a deliberação do COMDEMA e à aprovação do Prefeito Municipal;

**CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO**

Artigo 3º. A estrutura organizacional do Conselho Municipal do Meio Ambiente é Composta de:

I -Plenário;

II -Presidência;

III -Secretaria Executiva; e

IV -Câmaras Técnicas Permanentes e Especiais;

Parágrafo único – O Presidente do COMDEMA poderá instituir Câmaras Técnicas Especiais, por proposição aceita pelo Plenário, com objetivos e prazo de duração determinados, para desenvolver trabalhos com base em estudos, pesquisas e investigações consignados em processos a serem remetidos à Presidência, que encaminhará ao Plenário do COMDEMA para apreciação.

Subseção I**Das Reuniões e Deliberações**

Artigo 4º. O plenário do COMDEMA reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, ou de seu substituto na forma deste Regimento, ou atendendo à iniciativa formalizada de 2/3 (dois terços) de seus Conselheiros.

§ 1º. Na primeira reunião anual, o plenário do COMDEMA aprovará o calendário de reuniões ordinárias para o ano vigente.

§ 2º. As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas, por escrito ou durante as reuniões ordinárias.

§ 3º. A Plenária poderá ser convocada extraordinariamente pelo seu Presidente ou atendendo à iniciativa formalizada de 2/3 (dois terços) de seus Conselheiros.

§ 4º. O quórum mínimo das Reuniões Plenárias do COMDEMA será de metade de seus membros e de maioria simples dos presentes para manifestações de caráter deliberativo e normativo.

a. Em segunda chamada, o COMDEMA poderá se reunir com número inferior ao quórum do parágrafo anterior, observado o mínimo de 20% dos membros, para os encaminhamentos de caráter consultivo.

b. Para questões de caráter normativo e/ou deliberativo deverá ser Obrigatoriedade respeitado o quórum deste parágrafo. Não havendo quórum até a hora estabelecida para o início da sessão, será dada uma tolerância de trinta minutos para a chegada dos demais membros. Persistindo o número abaixo do quórum mínimo, lavrar-se-á termo de presença, ficando o expediente e a ordem do dia transferido para a próxima reunião ordinária, podendo o Presidente convocar reunião extraordinária para deliberar sobre a pauta.

Artigo 5º. Ao Plenário compete:

I - discutir e deliberar sobre assuntos relacionados com a competência do Conselho;

II - julgar e decidir sobre assuntos encaminhados à sua apreciação; e

III - julgar os recursos interpostos decorrentes das infrações ambientais Municipais;

Artigo 6º. As matérias a serem submetidas à apreciação do COMDEMA serão organizadas preferencialmente de acordo com a ordem cronológica de entrada e escala de distribuição. As decisões serão adotadas pelo voto da maioria simples dos Conselheiros presentes à reunião e só poderão ser modificadas, revistas ou reconsideradas por 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário, cabendo ao Presidente os votos simples e de qualidade.

§ 1º. As votações serão abertas, registrando-se em ata a declaração nominal de voto quando a pedido de algum Conselheiro, ou se assunto tratado for de caráter polêmico.

§ 2º. Os pedidos de reconsideração deverão ser formulados, no prazo de cinco dias úteis da publicação da decisão impugnada, através de petição fundamentada dirigida ao Presidente.

Artigo 6º. As reuniões do COMDEMA obedecerão à pauta apresentada pelo Presidente.

§ 1º. Qualquer Conselheiro poderá solicitar inclusão de matéria na pauta da reunião do dia mediante solicitação assinada por pelo menos um terço dos membros presentes, apresentada com até 10 (dez) minutos de antecedência para o início da reunião, mediante aprovação pelo plenário, respeitada a ordem do dia previamente estabelecida.

§ 2º. As matérias incluídas na pauta que, por qualquer motivo, não forem apreciadas, deverão constar obrigatoriamente da ordem do dia da sessão ordinária imediata, ou em decorrência de sua urgência e ou relevância, em reunião extraordinária.

Artigo 7º. Qualquer Conselheiro poderá pedir retificação da Ata quando de sua votação, devendo a retificação ser aprovada por maioria simples dos Conselheiros presentes.

§ 1º. As retificações constarão da própria ata.

§ 2º. A Ata, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente, Secretário Executivo e demais Conselheiros presentes à sessão.

Artigo 8º. Iniciada a ordem do dia, o relator procederá à leitura de seu relatório e proferirá o seu voto fundamentado.

§ 1º. O Presidente abrirá a discussão, concedendo a palavra ao membro do COMDEMA que a solicitar.

§ 2º. Durante a leitura do relatório e voto do relator, não será permitido aparte.

Artigo 9º. Para cada matéria submetida à apreciação do COMDEMA

haverá um relator.

Artigo 10. O relator terá o prazo definido pelo presidente do COMDEMA, para apresentar seu voto que deverá ser distribuído aos demais Conselheiros com a antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas antes da sessão.

Parágrafo único. Não sendo relatado processo em duas reuniões ordinárias consecutivas, o Presidente designará novo relator, quando a apreciação da matéria será transferida improrrogavelmente para a sessão subsequente.

Artigo 11. A apreciação de processos constantes na ordem do dia obedecerá a seguinte disposição:

I – instalação dos trabalhos pela Presidência do Conselho;

II - discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

III - apresentação do parecer pelo relator;

IV - discussão de matérias da pauta do dia;

V – apreciação dos pareceres e deliberações oriundas das Câmaras Técnicas;

VI - agenda livre para, a critério da Presidência do Conselho, serem discutidos ou levados ao conhecimento do Plenário assuntos de interesse geral; e

VII - encerramento da reunião pela Presidência do Conselho.

§ 1º. Desde que solicitado por qualquer Conselheiro e aprovado por 2/3 dos membros presentes, poderá ser dispensada a leitura do relatório cuja cópia tenha sido antecipadamente distribuída ao Colegiado, procedendo-se, porém, à leitura da(s) sua(s) conclusão(ões).

§ 2º. O relator disporá de até vinte minutos para expor seu relatório e voto, tendo, ainda, dez minutos para explicar eventual alteração de posição antes de proclamado o resultado.

§ 3º. Qualquer Conselheiro poderá falar sobre a matéria em discussão durante três minutos, prorrogáveis, a juízo do Presidente, por mais três minutos.

§ 4º. Após as considerações finais do relator, o Presidente procederá à votação e proclamará o resultado, só admitindo o uso da palavra para o encaminhamento da votação ou invocação de questão de ordem.

§ 5º. A questão de ordem a que se refere o parágrafo anterior só poderá referir-se ao descumprimento de normas regimentais, ou legais ou para esclarecimento das mesmas, e quando atinentes à matéria em apreciação.

Artigo 12. Um ou mais Conselheiros poderão formular pedido de vista da matéria incluída na ordem do dia.

§ 1º. Formulado o pedido de vista, a matéria será automaticamente retirada da ordem do dia, ficando a discussão e votação transferidas para a próxima reunião do Colegiado.

§ 2º. Considerar-se-á intempestivo o pedido de vista formulado após o encerramento da discussão do respectivo processo.

§ 3º. Em caso de pedido de vista de mais de um Conselheiro, os Conselheiros que a solicitaram, terão prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para exame do respectivo processo, para efeitos de ordem, em caso de prazo sucessivo, o direito a preferência será do membro mais idoso para o mais jovem.

Artigo 13. O Plenário decidirá sobre os pedidos de preferência para discussão e votação de qualquer matéria incluída na ordem do dia.

Artigo 14. Os votos dos Conselheiros poderão ser transcritos em ata, consignando-se o autor.

Artigo 15. Das reuniões ordinárias e extraordinárias serão lavradas atas assinadas pelos membros do COMDEMA presentes, distribuídas cópias aos Conselheiros e arquivadas por ordem cronológica, ficando sob a responsabilidade da Secretaria Executiva.

Artigo 16. O Presidente do COMDEMA poderá, convidar técnicos, especialistas e/ou representantes de instituições com atuação na área ambiental, para participar das suas reuniões possibilitando

aos mesmos emitir parecer sobre assunto de sua especialidade.

Artigo 17. As deliberações do plenário serão tomadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente ou seu substituto na forma deste Regimento, no caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 18. As deliberações de competência do COMDEMA, no que couber, serão aprovadas por Resoluções, assinadas pelo Presidente ou seu substituto, na forma deste Regimento, e numeradas cronologicamente.

Parágrafo único. As demais decisões serão formalizadas através de pareceres ou enunciados que, aprovados pelo Plenário, serão assinados pelo Presidente ou seu substituto, na forma deste Regimento, e numerados cronologicamente.

Artigo 19. As decisões da Plenária serão formalizadas em Resoluções e outras deliberações, sendo imediatamente publicada na imprensa oficial do Município ou em jornal local de grande circulação ou afixadas em local de grande acesso público, após cada sessão. Parágrafo único. Os pareceres ou enunciados serão encaminhados aos interessados, para efeito de orientação no tocante à adoção de medidas que visem à defesa e preservação do meio ambiente.

Artigo 20. O suplente da COMDEMA poderá, na ausência ou impedimento do seu titular, comparecer e votar nas reuniões do Plenário.

Subseção II Da Presidência

Artigo 21. O Secretário Municipal de Agricultura e Saneamento Ambiental será o Presidente do COMDEMA, sendo, na sua ausência, substituído pelo Vice Presidente, eleito por maioria simples, dentre os Conselheiros aptos a votar e serem votados.

Artigo 22. Compete ao Presidente do COMDEMA:

I – Presidir as reuniões do Conselho, decidir questões de ordem, apurar e proclamar resultados das votações;

II – convocar as reuniões;

III– submeter ao Plenário matéria para sua apreciação e deliberação;

IV– designar relatores e despachar processos;

V – subscrever as Resoluções aprovadas pelo COMDEMA;

VI – representar o COMDEMA em suas relações com terceiros ou indicar um Conselheiro para esta finalidade;

VII – convidar pessoas ou entidades para participarem das reuniões do COMDEMA;

VIII– encaminhar aos órgãos do Poder Executivo Municipal e suas Autarquias ou Fundações, informações, pleitos, representações, etc., com vistas ao pleno exercício dos poderes do COMDEMA;

IX– baixar as normas da Política Municipal do meio Ambiente formuladas e aprovadas pelo Conselho e, outras diretrizes de competência do COMDEMA, procedendo sua implementação e fiscalização;

X– de ofício, ou por proposta de qualquer membro do Conselho, solicitar a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais e as entidades privadas que se interessem pela política do meio ambiente, o apoio técnico necessário ao exame das matérias a serem discutidas e definidas pelo Plenário, respeitada a competência privativa do COMDEMA;

XI – outras atribuições que lhe forem conferidas pelo COMDEMA.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso IV deste artigo, o Relator, no prazo de quinze dias, prorrogáveis por mais quinze, apresentará relatório circunstanciado sobre a matéria objeto de parecer ou decisão, que será submetido à votação do Plenário, na forma do artigo 18 deste Regimento.

Subseção III Da Secretaria Executiva

Art. 23. A Secretaria Executiva será dirigida por um(a) Secretário(a) Executivo(a), Conselheiro(a), designado pelo Secretário Municipal de Agricultura e Saneamento Ambiental.

Artigo 24. Os serviços administrativos da Secretaria Executiva serão desenvolvidos com o apoio técnico e operacional de servidores requisitados de órgãos e entidades da Administração Municipal.

Artigo 25. Os documentos enviados ao Conselho, bem como os recursos administrativos, serão recebidos, registrados e autuados pela Secretário Executivo.

Artigo 26. Os documentos enviados ao COMDEMA serão complementados com informações referentes ao assunto neles abordados e encaminhados à Presidência do Conselho para exame, se for o caso, pelas Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos. § 1. A Presidência poderá mandar devolver ao interessado documentos recebidos que tratem de assuntos que possam ser solucionados por outro órgão ou entidade da Administração Municipal. § 2. O prazo para a apresentação dos relatórios das Câmaras Técnicas, das Comissões e dos Grupos de Estudos será fixado pela Presidência do Conselho. § 3. Os recursos administrativos recebidos e autuados pela Secretaria Executiva serão encaminhados a Câmara Técnica de Recursos Administrativos pelo Presidente.

Artigo 27. O Secretário Executivo do Conselho deverá comparecer a todas as reuniões do Plenário, incumbindo-lhe secretariar os trabalhos das reuniões.

Parágrafo único – O Secretário Executivo, quando ausente a qualquer reunião plenária ou de Câmara Técnica, terá designado o seu substituto pelo Presidente do COMDEMA.

Artigo 28. São atribuições da Secretaria Executiva:

I – assinar as correspondências juntamente com o Presidente;

II – preparar, junto com a Presidência, as pautas de reuniões;

III – assessorar a Presidência e o Plenário na organização das matérias submetidas ao COMDEMA, para decisão ou parecer;

IV – receber e encaminhar à Presidência e ao Plenário as matérias submetidas ao COMDEMA;

V – organizar e manter em arquivo toda a documentação de interesse do COMDEMA, inclusive as correspondências recebidas e enviadas;

VI – outras atribuições que lhe forem conferidas pela Presidência e pelo Plenário.

VII – fornece suporte técnico, administrativo e jurídico ao Conselho e ao seu presidente, através de manifestações nos processos administrativos em tramitação no COMDEMA, podendo para tanto requisitar apoio técnico alheio ao Conselho, preferencialmente através de equipe disponibilizada por meio de Consórcio Público;

CAPITULO III DAS CÂMARAS TÉCNICAS

Artigo 29. Ficam instituídas as seguintes Câmaras Técnicas Permanentes junto ao COMDEMA, tendo como objetivo analisar e relatar ao plenário, processos, planos, projetos e atividades, no âmbito dos seguintes assuntos:

I - Saneamento Ambiental;

II - Educação Ambiental;

III - Zoneamento Ambiental;

IV - Fiscalização Ambiental;

V - Gestão de Unidades de Conservação e Proteção da Paisagem;

VI - Especializada de Recursos Administrativos e de Apreciação de Assuntos Jurídicos.

Sessão I

Da composição

Artigo 30. As Câmaras Técnicas, observado o critério de representação paritária, serão, constituídas a critério do Presidente do

COMDEMA.

Artigo 31. As Câmaras Técnicas serão compostas por membros do plenário do COMDEMA, ou por profissionais habilitados, cidadãos com experiência no âmbito das atribuições de cada Câmara Técnica, indicados por membros do COMDEMA e designado por seu Presidente, objetivando atender à diversidade de interesses multidisciplinares de seus componentes.

Artigo 32. As Câmaras Técnicas serão presididas por um de seus integrantes, indicado pelo presidente do COMDEMA ou eleito dentre os membros do Plenário.

Artigo 33. A substituição de um membro de Câmara Técnica será feita mediante solicitação do responsável por sua indicação e posterior designação pelo presidente do COMDEMA.

Artigo 34. A ausência não justificada a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas em período anual, sem prévia justificativa aceita pelo Plenário, implicará a substituição do membro da Câmara Técnica.

Sessão II
Da competência

Artigo 35. As Câmaras Técnicas terão as seguintes competências:
I - As Câmaras Técnicas deverão atender às solicitações que lhes forem encaminhadas pelo presidente do COMDEMA;
II -Opinar sobre consulta formulada na área de sua especialidade;
III – Submeter à apreciação do plenário, assunto da área de sua atuação que entenderem necessários ou convenientes;
IV –Apreciar os processos que lhe forem submetidos e sobre eles emitir parecer que será objeto de decisão do plenário, promovendo inclusive, as diligências determinadas;
V – Promover a elaboração de estudos, pesquisas e levantamentos a serem utilizados nos trabalhos do plenário;

Artigo 36. As competências e características específicas das Câmaras Técnicas Permanentes serão estabelecidas pelo Regimento Interno das Câmaras Técnicas, elaborado pelos integrantes da plenária do COMDEMA, aprovado por metade mais um de seus membros e editado por Decreto do Executivo Municipal, sendo o mesmo procedimento previsto para futuras alterações.

Sessão III
Do funcionamento

Artigo 37. O Presidente do COMDEMA estabelecerá o prazo de funcionamento de cada Câmara Técnica Especial.

Artigo 38. O Presidente da Câmara Técnica poderá relatar processos ou designar relatores que participarão da votação para decisão de encaminhamentos.
Parágrafo único – Em cada Câmara Técnica, o processo já devidamente ordenado e informado, será encaminhado ao relator.

Artigo 39. As Câmaras Técnicas se reunirão com quórum de metade mais um de seus membros.
Parágrafo único – em caso de tomada de decisões de encaminhamento, deverá ser observado o quórum de maioria simples dos mesmos.

Artigo 40. A Câmara Técnica de Fiscalização Ambiental terá seu funcionamento permanente na análise de processos de fiscalização.

Sessão IV
Da Assessoria Jurídica

Artigo 41. A Câmara Especializada de Recursos Administrativos e de Apreciação de Assuntos Jurídicos, contará com o Assessor Jurídico do COMDEMA como um de seus membros, devendo emitir parecer sobre recursos a serem decididos em segunda instância pelos plenários do COMDEMA, bem como questões jurídicas a ela encaminhadas pelos presidentes das demais Câmaras Técnicas.

Artigo 42. A Assessoria Jurídica é parte integrante da Secretaria Executiva do COMDEMA e a ela subordinada.
Parágrafo único - A Assessoria Jurídica será composta por 1(um) único Técnico designado pelo Presidente do COMDEMA, devendo a escolha recair obrigatoriamente em técnico de nível superior, com registro profissional junto à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Sessão V
Da Assessoria Técnica

Artigo 43. A Assessoria Técnica será de responsabilidade do Órgão Ambiental Municipal, que poderá valer-se de técnicos próprios ou em Consórcio Público com esta atribuição.

CAPÍTULO IV
DOS RECURSOS

Artigo 44. Os recursos serão encaminhados a Câmara Técnica de Recursos Administrativos e distribuídos ao Relator pelo presidente da Câmara mediante sorteio pela Secretaria Executiva, de forma igualitária, tendo por base a relação dos membros do COMDEMA, abrindo-se prazo de 20 dias para a devolução do processo com o respectivo Parecer.

Artigo 45. Os processos de recursos que versem sobre matéria idêntica e interpostos pelo mesmo interessado, serão distribuídos, por conexão, ao mesmo Relator.

Artigo 46. O relatório elaborado será assinado pelo Conselheiro Relator e sua apresentação será por ele efetuada, ou, quando não for possível, pela Secretaria Executiva.

Artigo 47. O Conselheiro titular ou suplente, representante do Órgão Ambiental Municipal não poderá ser Relator ou votar em processo de recursos interpostos de decisão da mesma Entidade que representa.

Parágrafo Único. O mesmo critério se aplica a entidades a quem forem delegadas competências de fiscalização e atuação, nos processos a elas concernentes.

Artigo 48. A intimação da decisão do Conselho ao recorrente, após a publicação do acórdão no Diário Oficial do Estado, será efetuada pela Secretaria Executiva.

Artigo 49. Transitada em julgado a decisão, será o processo baixado ao Órgão Ambiental pela Secretaria Executiva para dar cumprimento à decisão do Conselho.

Artigo 50. O Presidente decidirá sobre o encaminhamento, em diligência, dos processos de recurso aos órgãos e entidades, a pedido do Conselheiro Relator.

Parágrafo Único. A diligência interrompe o prazo fixado para a apresentação do relatório pelo tempo que transcorrer.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 51. O desempenho das funções de representante do COMDEMA não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Artigo 52. Os Órgãos e Entidades da Administração Municipal, integrantes do Sistema Municipal do meio Ambiente, quando solicitadas pelo presidente do COMDEMA, deverão prestar as informações necessárias à execução das atribuições do Conselho.

Artigo 53. Os recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao funcionamento do COMDEMA serão providos por dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

Artigo 54. Os atos do COMDEMA são de domínio público, ficando sua eficácia condicionada à publicidade administrativa, a ser realizada de forma resumida, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ou veículo de comunicação de circulação local.

Artigo 55. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão solucionados pela Presidência do Conselho, ouvido o Plenário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 27 de abril de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 27 de abril de 2014.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

DECRETO 1963/2015

DECRETO nº 1963, de 27 de abril 2015.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMDEMA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº 1384, de 25 de março de 2015.

DECRETA:

Artigo 1º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente, criado pela Lei Municipal nº 0944/2001 e alterações dadas pela Lei 1384 de 25 de março de 2015 será presidido pelo Secretário de Agricultura e Saneamento Ambiental, fica composto pelos seguintes membros:

I - Representantes do Poder Público:

a) Secretária de Agricultura e Saneamento Ambiental:

Titular: Cesar Basilio Bulla

Suplente: Gelson Claudir Lorenzetti

b) Representantes da Secretaria de Administração e Finanças:

Titular: Alessandra Tonial

Suplente: Alduir Antonio Mocelin

c) Representantes da Secretaria de Saúde:

Titular: Ronei Dalla Costa

Suplente: Lucia Jacinta Recalcatti

d) Representante da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos:

Titular: Ivo Jandir Alberti

Suplente: José Carlos Marcon

e) Representantes da EPAGRI:

Titular: Darci Severino Galio

Suplente: Roseli Parisentti Castaldello

II - Representantes da Sociedade Civil:

a) Representantes Associação Comercial e Industrial:

Titular: Wilmar Parisentti

Suplente: Marcos Antonio Parmagnani

b) Representantes de Clubes de Serviços ou Sindicais:

Titular: Luciane Bordin Bulla

Suplente: Christian Conte

c) Representantes de Associação de Moradores:

Titular: Adriana Canci

Suplente: Maria Luiza Provensi Gemelli

d) Representantes da Educação:

Titular: Vania Recalcatti Piovezan

Suplente: Rejane Maria Provensi Barcaro

Artigo 2º - As funções dos membros do conselho não serão remuneradas, por serem consideradas honoríficas e de relevante interesse público.

Artigo 3º - O mandato dos Membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitido uma recondução.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 27 de abril de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 27 de abril de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

DECRETO 1964/2015

DECRETO 1964, de 05 de maio de 2015.

Homologa Resultado Final do Processo Seletivo n. 002/2015, de que trata o Edital n. 002, de 17 de março de 2015 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal de acordo com o Edital n. 002, de 17 de março de 2015, homologa classificação e resultado final do processo seletivo nº 002/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica de acordo com o disposto no Edital do Processo Seletivo n.002/2015, de 17 de março de 2015, homologado o resultado final, da seguinte forma:

Cargo: Agente de Serviços Gerais II

Insc:	Nome	Classificação
1249	NAIANA PIOVESAN DOARTE SOARES	1º lugar
1290	DALVANA CONTINI	2º lugar
1288	ALINE DE FATIMA DORINI	3º lugar
1264	ROSE MARIA CASSANIGA NUNES	4º lugar
1287	CELIA APARECIDA MANGOLTE	5º lugar
1269	LILIANE TONIAL	6º lugar
1241	LURDES NOELI DA COSTA	7º lugar
1223	ROSELI PADILHA VETTORI	8º lugar
1255	MARCIA PADILHA DA LUZ	9º lugar
1266	GRAZIELA LUANA MUHLBRANDT	10º lugar
1248	IVONE CONTINI	11º lugar

Cargo: Operador de Máquinas

Insc:	Nome	Classificação
1246	IVONEI RECALCATTI	1º lugar
1300	ALBINO RETORE NETO	2º lugar
1301	BRUNO CESAR FRACARO	3º lugar
1285	JACIR GONÇALVES	4º lugar

Cargo: Agente de Serviços Gerais I

Insc:	Nome	Classificação
1273	ODAIR JOSE DE MORAIS	1º lugar

Cargo: Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais

Insc:	Nome	Classificação
1298	LUCIANE CUNHA	1º lugar
1238	JAQUELINI STORTI CASSANIGA	2º lugar
1229	FERNANDO POGGERE	3º lugar
1282	JULIANA KLEIN	4º lugar
1224	LUCIMAR PERES	5º lugar
1231	MARCIA ANTONIA DADALT FEDRIGO	6º lugar

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 05 de maio de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 05 de maio de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

DECRETO 1965/2015

DECRETO 1965, de 08 de maio de 2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-SC E CRIA COMISSÃO ORGANIZADORA.

Walter kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º- Fica convocada a I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o tema Mobilizando, Implementando e Monitorando a Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios". Tem como objetivo geral mobilizar, implementar e monitorar a Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Fortalecendo os conselhos dos direitos da criança e do adolescente

Art. 2º- O tema da conferência será trabalhado por meio de cinco eixos temáticos, a saber:

Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes;
Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos;
Eixo 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes;
Eixo 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos;
Eixo 5 – Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Art.3º- A Conferência será realizada no dia 22 de maio do ano de 2015, nas dependências do Auditório Prefeito Honório Piovezan, junto ao Centro Educacional Balduino Luiz Martini, com início às 13h15min e término às 16h15min.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 08 de maio de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 08 de maio de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1966/2015

DECRETO 1966, de 11 de maio de 2015.

Decreta Luto Oficial e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que consta no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Falecimento do Senador Luiz Henrique da Silveira ocorrido no dia 10 de maio do corrente ano,

Considerando o vasto currículo de serviços políticos e administrativos prestados pelo Senador Luiz Henrique da Silveira, a República ao Estado de Santa Catarina e em especial ao Município de Erval Velho, através de obras que muito contribui para o desenvolvimento econômico, social e por constituir-se sua carreira política um exemplo à todas as gerações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Luto Oficial por três dias em todo o território do Município de Erval Velho.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de maio de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 11 de maio de 2015.

Gelson Camilo Dalmedico
Diretor Administração e Finanças

LEI 1386/2015

Lei n. 1386, de 17 de abril de 2015.

"INSTITUI A POLITICA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL E SEUS PROCEDIMENTOS DOS BENS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE erval velho E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A presente lei aplica-se aos bens móveis e imóveis pertencentes aos Poderes Executivo e Legislativo, Fundos Municipais e demais órgãos da administração direta, estabelecendo normas e procedimentos no tocante à identificação, ao controle, a guarda, a baixa, a reavaliação, a redução ao valor recuperável, a depreciação, a amortização e a exaustão dos bens do ativo sob sua responsabilidade, a fim de:

I - Zelar pelos bens públicos;

II - Gerenciar administração do Patrimônio Público;

III - Designar responsáveis pela guarda e manutenção dos bens públicos;

IV - Manter registros confiáveis dos bens públicos;

V - Garantir a manutenção do sistema de custos, conforme

estabelece o inciso VI do § 3º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como os Princípios de Contabilidade.

§ 1º Ficam dispensados dos procedimentos a que se refere o caput os bens que não ultrapassem o prazo de vida útil de 2 (dois) anos; ou cujo custo de aquisição, valor recuperável ou valor reavaliado, seja inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais) em se tratando de bens móveis classificados como mobiliário; ou cujo custo de aquisição, valor recuperável ou valor reavaliado, seja inferior a R\$ 500,00 (quatrocentos reais) em se tratando de bens não classificados como mobiliário.

§ 2º A dispensa dos procedimentos aos bens que se refere o parágrafo primeiro deste artigo, não dispensa a Administração a proceder outros meios de controle patrimonial, nem tampouco a responsabilidade por danos aos referidos bens dispensados.

Artigo 2º - Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - Patrimônio Público: Todos os bens móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município, conforme estabelece a Lei Orgânica.

II - Avaliação Patrimonial: Atribuição de valor monetário a itens do Ativo e do Passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos Atos e dos Fatos Administrativos;

III - Mensuração: A constatação de valor monetário para itens do Ativo e do Passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas;

IV - Reavaliação: Adoção do valor de mercado ou consenso para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil;

V - Redução ao valor recuperável: Ajuste ao valor de mercado ou de consenso para bens do Ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil;

VI - Valor da reavaliação ou valor da redução do Ativo a valor recuperável: Diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado ou de consenso, com base em laudo técnico;

VII - Valor de aquisição: Soma do preço de compra do bem com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocá-lo em condição de uso;

VIII - Valor de mercado ou valor justo: valor pelo qual um Ativo pode ser intercambiado ou um Passivo pode ser liquidado;

IX - Valor bruto contábil: Valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

X - Valor líquido contábil: O valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

XI - Valor recuperável: Valor de mercado de um Ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior;

XII - Amortização: Redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive Ativos Intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

XIII - Depreciação: Redução do valor dos Bens Tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

XIV - Exaustão: Redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis;

XV - Valor depreciável, amortizável e exaurível: Valor original de um Ativo deduzido do seu valor residual;

XVI - Valor residual: Montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um Ativo no fim de sua vida útil, deduzidos os gastos esperados para sua alienação;

XVII - Vida útil: O período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o Ativo;

XVIII - Laudo técnico: Documento hábil, conforme padrão definido pelo Setor de Contabilidade, com as informações necessárias ao registro contábil;

XIX - Termo de responsabilidade: Termo assinado pelo responsável por bens públicos o qual se compromete a cuidar, zelar e proteger os bens ali relacionados, sob pena de ressarcimento aos cofres municipais caso seja identificado mal uso, avaria dolosa ou perda do bem.

XX - Termo de doação: Termo pelo qual a entidade pública recebe ou transfere bens públicos em conformidade com a legislação pertinente.

XXI - Termo de transferência: Termo pelo qual o bem é transferido de responsável ou localização.

XXII - Centro de Custo Patrimonial: Classificação inferior do órgão e unidade orçamentária para melhor controle, apuração e separação dos bens públicos.

XXIII - Setor de Patrimônio: Setor administrativo que através de competente Portaria, ficam os servidores designados, responsáveis pela administração e controle dos bens públicos. Na hipótese de que por qualquer motivo não exista servidores designados para este fim, compete ao Secretário de Administração e Finanças todas as suas responsabilidades.

Artigo 3º - Ficam os setores de Contabilidade do Executivo e do Legislativo autorizados a promover a revisão e a atualização das definições constantes, para atender às normas de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e Secretaria do Tesouro Nacional, devendo apresentar proposta de emenda a lei ao Chefe do Poder Executivo.

Artigo 4º - O Poder Executivo deverá nomear através de Portaria publicada no Diário Oficial dos Municípios, COMISSÃO PERMANENTE DE PATRIMÔNIO composta por no mínimo 04 (quatro) integrantes, sendo 50% (cinquenta por cento) servidores efetivos e composta por:

- um Contador;
- um Engenheiro
- um servidor do Setor de Patrimônio;
- um Advogado

Parágrafo Único - As atividades realizadas pela Comissão referida neste caput não serão remuneradas.

CAPÍTULO II
DA AVALIAÇÃO, REAVLIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Artigo 5º - Os Bens Móveis e Imóveis serão avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Artigo 6º - Independentemente do disposto no artigo anterior, os bens do Ativo deverão ser reavaliados ou reduzidos ao valor recuperável na forma do art. 1º inciso V desta Lei.

§ 1º A reavaliação de Bens Móveis poderá ser realizada por lotes, quando se referir a conjunto de bens similares, postos em operação com diferença de no máximo 60 (sessenta) dias, com vida útil idêntica e utilizados em condições semelhantes.

§ 2º Uma vez realizada a reavaliação prevista no caput deste artigo, deve-se observar a periodicidade recomendada pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Artigo 7º - Compete à Comissão descrita no artigo 4º desta Lei elaborar laudo técnico, que deve conter, ao menos, as seguintes informações:

I - Descrição detalhada de cada bem avaliado.

a) Sendo bem imóvel a correspondente documentação, incluindo o número do registro no Cartório de Registro de Imóveis; e quando houver o número da inscrição imobiliária do bem imóvel no Cadastro Imobiliário Municipal, tratando-se de imóvel urbano ou no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, tratando-se de imóvel rural.

b) Sendo bem móvel a correspondente documentação, incluído a nota fiscal de compra, termo de doação ou cessão.

II - Critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação técnica, inclusive elementos de comparação adotados;

III - Vida útil do bem;

IV - o valor residual; e

V - Data de avaliação.

Artigo 8º - Em atenção à data de aquisição dos bens já existentes no Município, nas situações em não for possível confirmar precisamente a sua data de aquisição ou data de conclusão, presumira-se como verdadeira a informação constante no sistema informatizado de controle patrimonial.

CAPÍTULO III DA DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Artigo 9º - O valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado mensalmente, deve ser reconhecido nas contas de resultado do exercício.

§ 1º Deverá ser adotado para cálculo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão o Método das Quotas Constantes, bem como os critérios definidos pela Secretaria da Receita Federal, por meio da Instrução Normativa nº 162, de 31 de dezembro de 1998, atualizada.

§ 2º A Comissão descrita no artigo 4º desta Lei poderá elaborar laudo informando outras taxas de depreciação, amortização e exaustão diferentes das definidas pela Secretaria da Receita Federal, conforme a individualidade dos bens ou das classes dos bens no âmbito Municipal, prevalecendo o laudo sobre a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal.

§ 3º A depreciação, a amortização ou a exaustão de um Ativo começam no primeiro dia do mês subsequente daquele que o item estiver em condições de uso.

§ 4º A depreciação e a amortização não cessam quando o ativo torna-se obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.

§ 5º A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

§ 6º Para fins do cálculo da depreciação, da amortização e da exaustão de bens imóveis deve-se excluir o valor do terreno em que estão instalados.

Artigo 10 - Não estão sujeitos ao regime de depreciação, amortização ou exaustão:

I - Bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções;

II - Bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;

III - Bens imóveis que não estejam alugados e que não estejam em uso;

IV - Terrenos rurais e urbanos.

Artigo 11 - A vida útil deve ser definida com base em parâmetros e índices admitidos em norma ou laudo técnico específico.

§ 1º Os seguintes fatores devem ser considerados ao se estimar a vida útil de um Ativo:

I - Capacidade de geração de benefícios futuros;

II - O desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;

III - A obsolescência tecnológica; e

IV - Os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.

§ 2º O valor residual e a vida útil de um Ativo devem ser revisados, pelo menos, no final de cada exercício pela comissão descrita no artigo 4º desta Lei, promovendo-se as alterações quando as expectativas diferirem das estimativas anteriores.

§ 3º Os órgãos e entidades informarão a vida útil de seus bens, de modo a aproximar os índices utilizados na depreciação, na amortização e na exaustão do efetivo consumo desses recursos ao longo do tempo.

Artigo 12 - Poderá ser adotado o procedimento de depreciação acelerada, conforme o caso, quando as circunstâncias de utilização do bem o justificar, sendo necessário laudo da comissão descrita no artigo 4º desta Lei, bem como o índice de depreciação a ser utilizado.

Artigo 13 - Nos casos de bens reavaliados, a depreciação, a amortização ou a exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o novo valor, considerada a vida útil indicada no correspondente laudo.

CAPÍTULO IV DA AQUISIÇÃO DE NOVOS ATIVOS

Artigo 14 - Em toda solicitação de compra de bens sujeitos a esta Lei, o setor de Compras, antes de proceder à aquisição de novos bens deverá consultar o Setor de Patrimônio sobre a existência de bens sem utilização ou subutilizados utilizados que possam atender

a solicitação do requerente, o qual deverá emitir Parecer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

§ 1º Caso haja bem disponível o Setor de Compras comunicará o fato ao Setor requerente para que este proceda a transferência física do bem.

§ 2º Na hipótese do Setor requerente não concordar com o Parecer do Setor de Patrimônio, caberá ao Gestor da Entidade definir sobre a compra de novo ativo ou utilização de outro, devendo expressar sua decisão em Parecer.

Artigo 15 - O Setor de Compras deve comunicar ao Setor de Patrimônio sobre todos os recebimentos de bens sujeitos a esta Lei no prazo máximo de dois dias úteis.

Artigo 16 - Na ocorrência de recebimentos de bens pelo Município sem o conhecimento do Setor de Compras, inclusive as Cessões de Uso e Doações, compete ao Gestor da Entidade comunicar o fato ao Setor de Patrimônio.

CAPÍTULO V DA UTILIZAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS

Artigo 17 - Compete ao Setor de Patrimônio identificar de maneira padronizada todos os bens públicos sujeitos a presente Lei, bem como atribuir a cada bem o seu responsável, emitindo o Termo de Responsabilidade.

§ 1º Poderão ser responsáveis por patrimônio público apenas:

I - Servidores concursados;

II - Servidores em Cargo de Comissão;

III - Agentes Políticos.

§ 2º No momento de assinatura do Termo de Responsabilidade, o Setor de Patrimônio deverá informar ao responsável do bem sobre todas as normas da presente Lei, e ao responsável aceitando todos os termos assinar o documento e conferir todos os bens ao qual deve zelar.

§ 3º Qualquer pessoa é parte legítima para denunciar ao Setor de Patrimônio sobre qualquer irregularidade, mau uso, avaria dolosa ou perda do bem, o qual deverá apurar a denúncia. Se confirmando a denúncia o Setor de Patrimônio deve imediatamente relatar o fato ao Controle Interno para dar início ao pertinente processo administrativo.

§ 4º É permitido aos responsáveis por bens públicos, em especial aqueles com muitos bens em sua responsabilidade, desenvolver mecanismos e controles de responsabilidade quando os bens são utilizados por outras pessoas não descritas no parágrafo primeiro deste artigo.

§ 5º Na ocorrência do parágrafo anterior, o controle adicional de bens não exige o responsável, respondendo este por todos os atos e fatos que ocorrem ao bem, inclusive ressarcimento no valor do dano, sendo-lhe permitido ingressar com processo ou ação regressiva.

§ 6º Uma vez apurada a irregularidade, mau uso, avaria dolosa ou perda do bem, cabe ao Controle Interno iniciar e encaminhar todos os procedimentos necessários para a recuperação do valor do bem aos cofres municipais.

Artigo 18 - O termo de responsabilidade deverá ser impresso em 02 (duas) vias, sendo uma via do responsável, uma via arquivada

junto ao Setor de Patrimônio.

Parágrafo Único - O Setor de Recursos Humanos deverá comunicar imediatamente ao Setor de Patrimônio sobre qualquer pedido de desligamento funcional, para que este verifique a situação dos bens sobre a responsabilidade da pessoa a ser desligada.

Artigo 19 - O Setor de Patrimônio deverá criar rotinas para verificação física periódica de todos os bens sujeitos a esta Lei.

Parágrafo Único - Verificando-se qualquer irregularidade o Setor de Patrimônio deverá, se possível, sanar a irregularidade e notificar os responsáveis. Caso não seja possível deverá comunicar o fato imediatamente ao Controle Interno para que este o faça.

CAPÍTULO VI DA BAIXA DOS BENS

Artigo 20 - Uma vez identificada pelo Setor de Patrimônio, ou a este comunicado a obsolescência de bens, o Setor deverá verificar se há utilização dos referidos bens em Setor diverso daquele onde ele encontra-se, não se encontrando nova utilização o Setor de Patrimônio deve optar por:

I - Permanecer com bem para utilização futura, ou

II - Declarar conjuntamente com o Secretário de Administração e Finanças como inservível o bem, para que a Administração possa alienar ou doar o bem respeitando a legislação pertinente.

Parágrafo Único - Ocorrendo as opções descritas nos incisos I e II deste Artigo, o Setor de Patrimônio deverá comunicar o fato ao Setor de Contabilidade para que este verifique se mantém o ativo nas contas patrimoniais ou se transfere o valor contábil para a conta estoques.

CAPÍTULO VII DA FISCALIZAÇÃO

Artigo 21 - Compete ao Controle Interno Municipal, o acompanhamento sistemático e permanente da execução das medidas constantes nesta Lei e dos resultados obtidos, com o objetivo de editar normas complementares, visando garantir o seu cumprimento.

Parágrafo Único - Havendo descumprimento do disposto nesta Lei por qualquer servidor ou setor, deverá comunicar o fato ao Controle Interno.

Artigo 22 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 17 de abril de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 17 de abril de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI 1387/2015

Lei nº 1387, de 17 de abril de 2015.

“AUTORIZA EFETUAR REPASSE FINANCEIRO A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES SÃO MATEUS, entidade privada sem fins lucrativos inscrita no CNPJ MF sob o nº 15.666.904/0001-28 a importância de R\$ 48.454,25 (quarenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) para aquisição de materiais e equipamentos visando à melhoria do sistema de abastecimento de água conforme Plano de Aplicação em anexo.

Artigo 2º - Os recursos repassados só poderão ser aplicados para pagamento das despesas constantes no plano de aplicação e deverá ser prestado contas ao Poder Executivo Municipal no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento.

Artigo 3º - Para fazer face a despesa do Artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR por conta do Superávit Financeiro do Exercício Anterior Recursos Ordinários na seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão 06 SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Unidade 01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Proj.Ativ. 2029 MANUT. DA SEC. DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Elemento - 3.3.50.00.00.00.00.0300 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 48.454,25

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 17 de abril de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 17 de abril de 2015.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR 059/2015

Lei Complementar n. 059, de 17 de abril de 2015.

CRIA A POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – PMMA, O FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – FMMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS****CAPÍTULO I****DEFINIÇÕES**

Artigo 1º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - Meio Ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - Degradação da Qualidade Ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - Poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) Prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) Criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) Afetem desfavoravelmente a biota;

d) Afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) Lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - Poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - Recursos Ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

VI – Órgão Ambiental Capacitado: Secretaria Municipal de Agricultura e Saneamento Ambiental, responsável pela execução da Política Municipal do Meio Ambiente, com a utilização de técnicos próprios ou em Consórcio Público.

TÍTULO II**DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, DIRETRIZES E INSTRUMENTOS

Artigo 2º - São Princípios da Política Municipal do Meio Ambiente:

- I - Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III - Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV - Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V - Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI - Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII - Acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII - Recuperação de áreas degradadas;
- IX - Proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X - Educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Artigo 3º - São objetivos da Política Municipal do Meio Ambiente:

- I - Proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente para as presentes e futuras gerações;
- II - Compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
- II - Remediar ou recuperar áreas degradadas;
- III - Assegurar a utilização adequada e sustentável dos recursos ambientais;
- IV - Gerar benefícios sociais e econômicos;
- V - Incentivar a cooperação com outros Municípios e a adoção de soluções consorciadas em relação a gestão ambiental;
- VI - Proteger e recuperar processos ecológicos essenciais para a reprodução e manutenção da biodiversidade;
- VII - Fazer cumprir os critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais; e
- VIII - Desenvolver programas de difusão e capacitação para o uso e manejo dos recursos ambientais nas propriedades rurais.
- VII - Impor ao poluidor e ao predador, a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.
- VIII - Promover ações consorciadas com municípios da região em relação à preservação ambiental;

Artigo 4º - São diretrizes da Política Municipal do Meio Ambiente:

- I - A integração das ações nas áreas de saneamento ambiental, saúde pública, recursos hídricos, desenvolvimento local e ação social;
- II - A cooperação administrativa entre os órgãos municipais e estaduais do Meio ambiente;
- III - A cooperação entre o poder público, o setor produtivo e a sociedade civil;
- IV - A cooperação institucional entre os órgãos do Estado os demais Municípios, estimulando a busca de soluções consorciadas ou compartilhadas;
- V - O desenvolvimento de programas de capacitação técnica na área do Meio ambiente;
- VI - A preferência nas compras e aquisições de produtos compatíveis com os princípios e diretrizes desta Lei;
- VII - A limitação pelo poder público das atividades poluidoras ou degradadoras, visando à recuperação das áreas impactadas ou a manutenção da qualidade ambiental;
- VIII - A adoção, pelas atividades de qualquer natureza, de Meios e sistemas de segurança contra acidentes que acarrete risco à saúde pública ou ao meio ambiente;
- IX - A criação de serviços permanentes de segurança e prevenção de acidentes danosos ao meio ambiente; e
- X - A instituição de programas de incentivo à recuperação de vegetação nas margens dos mananciais.

Artigo 5º - São instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente:

- I - Os padrões de qualidade ambiental;
- II - O zoneamento ambiental;
- III - A avaliação de impactos ambientais;
- IV - O licenciamento ambiental;
- V - Fiscalização e aplicação de sanções e medidas compensatórias devidas ao não cumprimento das medidas necessárias à proteção do meio ambiente ou correção da degradação ambiental;
- VI - A criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Municipal,
- VII - O sistema municipal de informações sobre o meio ambiente;
- VIII - A Educação Ambiental;
- IX - O Conselho Municipal do Meio Ambiente CONDEMA;
- X- O Fundo Municipal do Meio Ambiente.
- XI - Os planos, projetos, programas e ações, desenvolvidos pelo Município ou em Consórcio público, relacionados à gestão ambiental pública;

CAPÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Artigo 6º - Os órgãos e entidades, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Municipal do Meio Ambiente - SIMMA, assim estruturado:

- I - Órgão Consultivo e Deliberativo - Conselho Municipal do Meio Ambiente: CONDEMA, responsável pelo acompanhamento da implementação da Política Municipal do Meio Ambiente, bem como dos demais planos relativos à área;
- II - Órgão Executivo - Órgão Ambiental Municipal - representado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Saneamento Ambiental,

responsável pela execução da Política Municipal do Meio Ambiente;

III - As demais Secretarias Municipais e organismos da Administração Municipal, direta e indireta, bem como as instituições governamentais e não governamentais com atuação no Município, cujas ações, enquanto órgãos seccionais, interferirão no desenvolvimento socioeconômico, integrado e sustentável, na pesquisa, preservação e conservação dos recursos ambientais presentes e nos padrões de apropriação e utilização destes recursos.

Parágrafo 1º - Fica instituído, como Órgão Ambiental Capacitado, que utilizará técnicos próprios, ou contratados para projetos específicos, ou em Consórcio, devidamente habilitados e em número compatível com a demanda das ações administrativas e ambientais de sua competência, nos termos do Parágrafo Único do Art. 5º da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011;

CAPÍTULO III

DO ÓRGÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

Artigo 7º - À Secretaria Municipal de Agricultura e Saneamento Ambiental caberá executar a Política Municipal do Meio Ambiente nos termos desta Lei, bem como:

I - Definir, implantar e administrar os espaços geográficos e seus componentes a serem especialmente protegidos;

II - Incentivar a execução de pesquisas e capacitação tecnológica para a resolução dos problemas ambientais locais e disponibilizar as informações sobre estas questões;

III - Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do Município e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa de material genético;

IV - Preservar o equilíbrio do ecossistema local, promovendo o seu manejo sustentável, assim como sua restauração;

V - Proteger e preservar a biodiversidade;

VI - Promover a captação de recursos financeiros junto a órgãos e entidades públicas e privadas e orientar a aplicação destes em atividades relacionadas com a preservação, conservação, recuperação e pesquisa ambiental, assim como melhoria da qualidade de vida da população local;

VII - Estimular e contribuir para a recuperação de vegetação em áreas urbanas, objetivando, especialmente, atingir índices mínimos de cobertura vegetal;

VIII - Aprovar, mediante Licenças, Certidões, Autorizações Ambientais, planos, programas, atividades e obras públicas ou privadas, que possam causar impacto significativo ao meio ambiente nos limites do território do Município, nos termos da legislação em vigor;

IX - Manifestar-se oficialmente, em caráter deliberativo e com base em parecer técnico, sobre a qualidade, condições e viabilidade ambiental de empreendimentos efetiva e potencialmente poluidores, com impacto ambiental no município, em procedimentos de licenciamento ambiental de competência dos órgãos Estaduais ou Federais, sob pena de nulidade das licenças eventualmente emitidas;

X - Exigir, sempre que necessário, a adoção de medidas mitigadoras e/ou compensatórias que deverão ser adotadas pelo empreendedor antes do início da implantação do empreendimento, tanto nos licenciamentos de sua competência, como nos de competência estadual ou federal;

XI - Convocar audiências públicas, nos termos da legislação em vigor, conforme dispuser a regulamentação desta Lei, para informar e ouvir a opinião da população local a respeito de planos, programas, atividades e obras públicas ou privadas potencialmente causadoras de impactos ambientais no Município, assim como sobre as medidas mitigadoras e compensatórias a serem exigidas;

XII - Assessorar o Poder Executivo Municipal nas questões relativas ao uso do solo urbano ou rural e demais temas relacionados à proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

XIII - Celebrar com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que tenham cometido infrações ambientais no Município, Termos de Ajustamento de Conduta, nos termos da legislação em vigor, objetivando a paralisação e a recuperação dos danos ambientais;

XIV - Articular com os órgãos executores da política de saúde no Município, e demais áreas da administração pública municipal, os planos, programas e projetos, de interesse ambiental, visando uma eficiente integração, bem como a adoção de medidas pertinentes, especialmente as de caráter preventivo, no que diz respeito aos impactos ambientais sobre a saúde pública, inclusive em ambiente de trabalho.

Parágrafo Único - Para execução de suas atribuições, tornando-se capacitado, o Órgão Ambiental Municipal poderá valer-se de técnicos da Administração Municipal ou em Consórcio, conforme Contrato de Programa específico.

CAPÍTULO IV

DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Artigo 8º - São ações administrativas do Município:

I - Executar e fazer cumprir, em âmbito municipal, as Políticas Nacional, Estadual e Municipal do Meio Ambiente e demais políticas relacionadas à proteção do meio ambiente;

II - Exercer a gestão dos recursos ambientais no âmbito de suas atribuições;

III - Formular, executar e fazer cumprir a Política Municipal do Meio Ambiente;

IV - Promover, no Município, a integração de programas e ações de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, relacionados à proteção e à gestão ambiental;

V - Articular a cooperação técnica, científica e financeira, em apoio às Políticas Nacional, Estadual e Municipal do Meio Ambiente;

VI - Promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à proteção e à gestão ambiental, divulgando os resultados obtidos;

VII - Organizar e manter o Sistema Municipal de Informações sobre Meio Ambiente;

VIII - Prestar informações aos Estados e à União para a formação e atualização dos Sistemas Estadual e Nacional de Informações sobre Meio Ambiente;

IX - Elaborar o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais;

X - Definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;

XI - Promover e orientar a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente;

XII - Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, na forma da lei;

XIII - Exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for

cometida ao Município;

XIV - Observadas as atribuições dos demais entes federativos, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos:

- a) Que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais do Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; ou
- b) Localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);

XV - Observadas as atribuições dos demais entes federativos aprovar:

- a) A supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em florestas públicas municipais e unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);
- b) A supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Município.

Parágrafo Único: para execução destas ações o município está autorizado a celebrar convênios de cooperação com a União, Estado e com outros Municípios, nos Termos da Legislação em vigor.

TÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 9º - Fica instituído o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, com o objetivo de implementar ações destinadas a uma adequada gestão dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local.

Art. 10º - Constituirão recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente:

I - Dotações orçamentárias a ele destinadas;

II - Créditos adicionais suplementares a ele destinados;

III - Produto de multas impostas por infração à Legislação Ambiental, lavradas pelo Município ou repassadas pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente;

IV - Produto de licenças ambientais emitidas pelo Município;

V - Doações de pessoas físicas e jurídicas;

VI - Doações de entidades nacionais e internacionais;

VII - Recursos oriundos de acordos, contratos, consórcios e convênios;

VIII - Preços públicos cobrados por análises de projetos ambientais e/ou dados requeridos junto ao cadastro de informações ambientais do Município;

IX - Rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;

X - Indenizações decorrentes de cobranças judiciais e extrajudiciais de áreas verdes, Devidas em razão de parcelamento irregular ou clandestino do solo;

XI - Compensação financeira ambiental;

XII - Outras receitas eventuais.

§ 1.º - As receitas descritas neste artigo, serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, instalada no Município.

§ 2.º - Os recursos do fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, quando não estiverem sendo utilizados na consecução de suas finalidades, objetivando o aumento de suas Receitas, cujos resultados serão revertidos a ele.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Artigo 11 - Compete ao Conselho Municipal do Meio Ambiente estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com a Política Municipal do Meio Ambiente, obedecidas as diretrizes Federais e Estaduais.

Artigo 12 - O Fundo Municipal do Meio Ambiente será administrado pela Secretaria responsável pela gestão do meio ambiente no Município, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente.

CAPÍTULO III

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Artigo 13 - Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente serão aplicados na execução de projetos e atividades que visem:

I – Custear e financiar as ações de controle, fiscalização e defesa do meio ambiente, exercidas pelo Poder Público Municipal;

II – Financiar planos, programas, projetos e ações, governamentais ou não governamentais que visem:

a) A proteção, recuperação ou estímulo ao uso sustentável dos recursos naturais no Município;

b) O desenvolvimento de pesquisas de interesse ambiental;

c) O treinamento e a capacitação de recursos humanos para a gestão ambiental;

d) O desenvolvimento de projetos de educação e de conscientização ambiental;

e) O desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações constantes na Política Municipal do Meio Ambiente;

f) Outras atividades, relacionadas à preservação e conservação ambiental, previstas em resolução do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Artigo 14 - O Conselho Municipal do Meio Ambiente editará resolução estabelecendo os termos de referência, os documentos obrigatórios, a forma e os procedimentos para apresentação e aprovação de projetos a serem apoiados pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente, assim como a forma, o conteúdo e a periodicidade dos relatórios financeiros e de atividades que deverão ser apresentados pelos beneficiários.

Artigo 15 - Não poderão ser financiados pelo Fundo Municipal do Meio Ambiente, projetos incompatíveis com a Política Municipal do Meio Ambiente, assim como com quaisquer normas e/ou critérios de preservação e proteção ambiental, presentes nas Legislações Federal, Estadual ou Municipal vigentes.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 16 – As disposições pertinentes ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Artigo 17 – As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município.

Artigo 18 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 17 de abril de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 17 de abril de 2015.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR 060/2015

Lei Complementar n. 060, de 17 de abril de 2015.

DISPÕE SOBRE A TAXA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS PELO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - Fica instituída a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais no âmbito do Município de Erval Velho.

Artigo 2º - A Taxa de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o Exercício do Poder de Polícia ou a Prestação de Serviços pelo Município ou Consórcio Público através de atribuições delegadas, para análise prévia de licenças ambientais, análise de estudos de impacto ambiental, autorização de corte de vegetação, autorização para tratamento ou disposição de resíduos, pareceres técnicos e outras atividades de acordo com a legislação ambiental vigente.

Artigo 3º - O Contribuinte da Taxa de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço sujeito à sua incidência ou for o destinatário do exercício do Poder de Polícia.

Artigo 4º - Os serviços e atividades sujeitos à Taxa de Prestação de Serviços Ambientais são os especificados no Anexo Único desta Lei.

Artigo 5º - A Taxa de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade.

Artigo 6º - Os valores arrecadados relativos à Taxa de Prestação de Serviços Ambientais serão integralmente recolhidos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA que determina através na Lei de criação a aplicação dos recursos arrecadados.

Artigo 7º - Os valores constantes do Anexo único, serão reajustados na mesma proporção das correções adotadas pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA.

Artigo 8º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 17 de abril de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 17 de abril de 2015.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

TAXA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

1. NORMAS GERAIS PARA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DA TAXA DE SERVIÇOS AMBIENTAIS:

1.1. A determinação do valor da taxa, a quantificação do serviço e o cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

1.2. Não poderá haver duplicação de componentes de custo para efeito de cobrança de um ou mais serviços, quando existirem fatores comuns na equação de preços.

1.3. A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

1.4. O valor máximo para efeito de cobrança dos serviços de licenciamento será o valor correspondente ao da classe III item B, definidos nas Tabelas 02 e 03.

2. DETERMINAÇÃO DO VALOR DA TAXA PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a determinação dos valores a serem cobrados pelos pedidos de análise das Licenças Ambientais de que trata a Lei nº 5.793, de 15 de outubro de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 14.250, de 05 de junho de 1981, e o Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, as atividades são enquadradas em três classes I, II e III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01:

TABELA Nº 01

ENQUADRAMENTOS DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE CAUSADORAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR GERAL				
		P	M	G
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	I	I	I
	M	II	II	II
	G	III	III	III

2.1. O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2. O porte do empreendimento, também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos nas Resoluções CONSEMA nº 01/2006, 02/2006, 04/08, 14/12, bem como as demais resoluções do CONAMA, CONSEMA ou Conselho Municipal do Meio Ambiente, que dispõe sobre Licenciamento, Cadastramento ou Autorização Ambiental.

2.3. O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos na Resolução acima mencionada.

TABELA Nº 02

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS EM REAIS (R\$)

LICENÇAS	CLASSE					
	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	212,52	317,47	634,96	951,15	1.268,64	1.902,31
LAI	528,71	792,41	1.588,24	2.377,23	3.169,65	4.754,48
LAO	1.057,42	1.586,13	3.407,37	4.754,47	6.339,30	9.508,96
TOTAL	1.798,65	2.696,01	5.630,57	8.082,85	10.777,59	16.165,75

TABELA Nº 03

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS ANUAL EM REAIS (R\$) PARA AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIAS E FLORESTAIS

LICENÇAS	CLASSE					
	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	209,92	240,06	386,96	464,41	774,67	928,84
LAI	581,18	696,38	1.161,06	1.393,27	1.058,59	2.786,57
LAO	387,03	464,41	774,03	928,84	1.548,09	1.857,71
TOTAL	1.178,13	1.400,85	2.322,05	2.786,52	3.381,35	5.573,12

TABELA Nº 04

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$) PARA AS ATIVIDADES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIA E FLORESTAL, PARA PORTE ATÉ Q(I)<50

LAP	LAI	LAO	TOTAL
R\$ 126,35	315,89	R\$ 386,64	R\$ 828,89

TABELA Nº 05

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$) PARA AS ATIVIDADES DE BENEFICIAMENTO, FIAÇÃO E TECELAGEM DE FIBRAS TÊXTEIS VEGETAIS, ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00 M2

LICENÇAS	LAP	LAI	LAO	TOTAL
----------	-----	-----	-----	-------

P, M	126,88	306,66	623,89	1.057,43
------	--------	--------	--------	----------

TABELA Nº 06

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$) PARA AS ATIVIDADES DE FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS, COM ESTAMPARIA E/OU TINTURA, ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00 m², CONFECÇÕES DE ROUPAS E ARTEFATOS TÊXTEIS DE CAMA, MESA, COPA E BANHO, COM TINGIMENTO ATÉ O LIMITE DE AU 500,00M² E SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE LAVAÇÃO, TINGIMENTO, ALVEJAMENTO, ESTAMPARIA E/OU AMACIAMENTO, COM PORTE DE 200,00m² A 500,00m²

LICENÇAS	LAP	LAI	LAO	TOTAL
P,G	190,33	459,96	935,81	1.586,10

TABELA Nº 07

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$), PARA AS ATIVIDADES DE ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS DE CLASSE IIB, ATÉ O LIMITE DE AU = 1000,00 M² E PARA CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COM OU SEM TRATAMENTO ORGÂNICO ATÉ O LIMITE DE QT <= 30.

LICENÇAS	LAP	LAI	LAO	TOTAL
P,M	136,14	329,04	669,44	1.134,62

2.4. As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo por decisão motivada, o prazo ser dilatado ou reduzido com aumento ou diminuição proporcional nos valores a serem cobrados pelo Município;

2.5. A cobrança da Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor;

2.6. Nos casos de pedidos de renovação de Licenças, será cobrado o valor referente à classificação da atividade;

2.7. Nas tabelas acima, cada classe apresenta duas subdivisões (A e B) sendo que nestas a primeira letra indica o porte da atividade e a segunda letra estabelece o potencial poluidor.

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA:

Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, conforme fórmula abaixo:

3.1. Custo total das análises

CT = TT + VT + CE + CA, onde:

a) Trabalho Técnico

TT = T x H (R\$ 61,01/hora)

b) Vistoria Técnica

VT = T x D (R\$ 149,13/dia) + V x R (R\$ 0,89/Km)

c) Consultoria Externa

CE = Cc x H

d) Custo Administrativo

CA = (TT + VT + CE) x 0,10

Legenda:

CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa
CA	Custo Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhados
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
Cc	Custo de Consultoria por Hora

4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE VEGETAÇÃO, AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

Pr (R\$) = 12,24 para corte isolado de até 05 (cinco) árvores em zona urbana

Pr (R\$) = 75,23 para corte isolado de 06 (seis) até 20 (vinte) árvores em zona urbana

Pr (R\$) = 137,23 + 0,03 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte de até 5,0 ha;
 Pr (R\$) = 75,23 para corte de árvores em área urbana ou rural que acarretem risco a vida ou ao patrimônio;
 Pr (R\$) = 75,23 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades ou posses de comunidades tradicionais;
 Pr (R\$) = 75,23 para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades)
 Pr (R\$) = 137,23 para corte/supressão ou exploração de vegetação para fins agrossilvopastoris, no limite de até 2,0 ha.
 Isento – para corte/supressão ou exploração de vegetação no caso de pequenos produtores rurais ou posses das populações tradicionais, limitando em até 2,0 ha por ano;
 Isento – autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar.

5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE AUTORIZAÇÃO DE CORTE DE VEGETAÇÃO - AUC, PARA FLORESTAS PLANTADAS EM ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC), COM RECOMPOSIÇÃO VEGETAL:

Pr (R\$) = 137,23 para AU até 3,0 ha;

Pr (R\$) = 137,23 + 20 x AU para área útil em hectare de 3,0 até 10,0 ha.

Legenda:

AU	área útil
AM	área em metros quadrados

6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APP,UC, ETC) POR MEIO DE PLANTIO:

Pr (R\$) = 75,23 para intervenção em APP até o limite máximo 5.000m²

Pr (R\$) = 75,23 + 0,03 x AM para intervenção em APP acima de 5.000m²

7. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APP,UC, ETC) POR MEIO DE ENROCAMENTO, MURO DE ARRIMO OU GABIÃO:

Pr (R\$) = 212,52 para intervenção até o limite 100 metros lineares.

8. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL NOS CASOS DE EM QUE ESTIVER RELACIONADO A ATIVIDADE OU EMPREENDIMENTO NÃO PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO OU QUE DEPENDA DE CADASTRAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DAS DEMAIS ATIVIDADES:

Pr (R\$) = 212,52

9. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE ANÁLISE, VISTORIA E ASSINATURA DOS PEDIDOS DE AVERBAÇÃO DA RESERVA LEGAL:

Pr (R\$) = 75,23 para propriedades com área até 50,00 ha.

Pr (R\$) = 75,23 para propriedades com área acima de 50,00 ha.

Isento: Averbação da Reserva Legal para pequeno produtor rural ou posse rural familiar, conforme legislação Federal.

10. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE CONSULTA AMBIENTAL PARA TERRAPLENAGEM URBANA E RURAL:

Pr (R\$) = 75,23 para AM menor que 1.000m²

Pr (R\$) = 75,23 + 0,03 x AM, para AM maior que 1.000m²

11. CERTIDÕES E DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = R\$ 75,81

12. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA

Pr = R\$ 75,81

12.1 AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA para a suinocultura

Pr = R\$ 37,90

Conforme consta na Resolução nº 01/06, entenda-se porte Único = Autorização Ambiental - AuA

13. AUTORIZAÇÃO PARA TRATAMENTO E/OU DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DE OUTROS ESTADOS:

13.1. Resíduos Classe I

Pr = R\$ 25,26 por tonelada

13.2. Resíduo Classe II

Pr = R\$ 10,10 por tonelada

14. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Pr = R\$ 202,17

15. AGROTÓXICO:

15.1.	Aplica-se à Tabela nº 03 para o Licenciamento Ambiental de empresas com atividades abaixo relacionadas:
15.1.1.	Atividade de aplicação aérea de agrotóxico
15.1.2.	Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos
15.2	Autorizações Ambientais:
15.2.1	Aplicação nas lavouras de agrotóxicos por aeronaves: Pr = R\$ 37,90 por propriedade/ano.
15.2.2.	Aplicação de agrotóxico em ambientes urbanos: Pr = R\$ 37,90
15.2.3.	Aplicação de agrotóxico em ambiente de armazenagem em contêiner (expurgo): Pr = R\$ 13,27
15.2.4.	Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos: Pr = R\$ 37,90
15.2.5.	Atividades referentes à comercialização de agrotóxicos: Pr = R\$ 37,90

16. CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA:

O Licenciamento Ambiental da atividade acima enquadra-se na Tabela nº 02. Quando comprovada a utilização para uso em atividade agrícola, pecuária e florestal, será utilizada a Tabela nº 04.

Os poços artesianos já existentes que não disponham de Licenciamento Ambiental, pagarão apenas os custos referentes a Licença Ambiental de Operação - LAO.

13. LISTAGEM DE VALORES PARA A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:

01.54.00	- Granja de suínos – terminação Pr = R\$ 25,61 + 0,10 x NC
01.54.01	- Unidade de Produção de Leitão - UPL Pr = R\$ 25,61 + 0,17 x NM
01.54.02	- Granja de suínos – Creche Pr = R\$ 25,61 + 0,04 x NC
01.54.03	- Granja de suínos - Ciclo Completo Pr = R\$ 25,61 + 0,50 x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 1,50 para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 1,25 para Licença Ambiental de Operação - LAO.

14. LISTAGEM DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS, EXCETO AQUELAS JÁ ENQUADRADAS NA TABELA Nº 03 E NO ÍTEM 5:

01.12.01	Culturas Permanentes Pomares e Cultivos de Palmáceas e Musáceas Pr = R\$ 25,61 + 2,15 x AU
01.35.00	Florestamento e Reflorestamento de Essências Arbóreas Pr = R\$ 25,61 + 2,15 x AU
01.40.00	Projeto Agrícola Irrigado Pr = R\$ 25,61 + 2,15 x AU
01.51.00	Criação de Animais Confinados de Grande Porte (bovinos, eqüinos, etc.) Pr = R\$ 25,61 + 0,16 x AU
01.52.00	Criação de Animais Confinados de Médio Porte (suínos, ovinos, caprinos, etc.) Pr = R\$ 25,61 + 0,17 x AU
01.70.00	Criação de Animais Confinados de Pequeno Porte (avicultura, cunicultura) Pr = R\$ 25,61 + 0,0008 x NC
01.70.01	Depósito de Cama de Aviário e/ou Dejetos Orgânicos Pr = R\$ 37,90 + 15 x AU
01.80.00	Incubatório de Aves Pr = R\$ 37,90 + 35 x AU
03.31.00	Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Açudes (SISTEMA I): Pr = R\$ 25,61 + 3,75 x AU

03.31.01	Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Viveiros (SISTEMA II): Pr = R\$ 24,26 + 35 x AU
03.31.02	Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo em Águas Mornas (SISTEMA III): Pr = R\$ 25,61 + 7 x AU
03.31.03	Unidades de Piscicultura em Monocultivo de Águas Frias (SISTEMA IV) Pr = R\$ 25,61 + 210 x AU
03.31.05	Unidades de Produção de Alevinos (SISTEMA VI) Pr = R\$ 25,61 + 7 x AU
26.50.00	Abate de animais em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal Pr = R\$ 25,61 + 0,14 x NC/dia Aplica-se esta fórmula para atividades com abate de até 1.000 cabeças dia.

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 1,50 para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 1,25 para Licença Ambiental de Operação - LAO.

Legenda:

Pr	Preço Básico da Licença
AU	Área Útil em Hectare
AM	Área em m ²
NC	Nº de Cabeças
NM	Nº de Matrizes
LAP	Licença Ambiental Prévia
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAO	Licença Ambiental de Operação
AuA	Autorização Ambiental
AuC	Autorização de Corte de Vegetação

LEI COMPLEMENTAR 061/2015

Lei Complementar n. 061, de 17 de abril de 2015.

“INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - Fica instituída no âmbito do MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO a NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e, documento de natureza digital, processado em rede de computadores e armazenado em base de dados informatizada sob a responsabilidade da Administração Municipal.

§ 1º- A NFS-e deverá ser emitida quando da prestação de serviços, em substituição ao documento fiscal convencional.

§ 2º- Cabe aos anexos I e II da presente Lei:

I - disciplinar a emissão da NFS-e;

II - instituir e regular o uso do Recibo Provisório de Serviço - RPS, como documento auxiliar da NFS-e;

III - definir os contribuintes obrigados ao uso da NFS-e e os impedidos;

IV- estabelecer o cronograma de implantação, com as datas de início da obrigatoriedade de emissão da NFS-e, por atividade e por faixa de receita bruta;

V - normatizar a opção pelo uso da NFS-e do contribuinte desobrigado à sua emissão.

Artigo 2º- Respeitadas as imunidades e isenções, os contribuintes obrigados ou que optarem pela emissão de NFS-e deverão recolher o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN com base no preço do serviço.

Parágrafo Único - O disposto no “caput” não prejudica o regime de recolhimento dos contribuintes sujeitos à tributação fixa.

Artigo 3º- Ao descumprimento das obrigações decorrentes desta Lei Complementar aplicam-se as penalidades previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 027 de 03 de dezembro de 2009) e suas alterações posteriores, no que couber.

§ 1º- Sem prejuízo do disposto no “caput”, serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - MULTA de R\$ 30,00 (trinta reais), por NFS-e não emitida ou emitida em desacordo com as normas regulamentares;

II - MULTA de R\$ 30,00 (trinta reais), por RPS não convertido em NFS-e ou convertido fora do prazo regulamentar;

III - MULTA de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês ou fração, até a regularização, para o contribuinte que, obrigado à emissão da NFS-e,

deixar de adotar quaisquer dos procedimentos determinados pela legislação.

IV - MULTA de R\$ 100,00 (cem reais) por evento, para o descumprimento de qualquer obrigação acessória relativa à NFS-e, para a qual não haja previsão de penalidade específica.

§ 2º- Para fins de capitulação da penalidade por descumprimento da obrigação principal, considera-se fraude a não conversão do Recibo Provisório de Serviço - RPS em NFS-e ou a conversão fora do prazo regulamentar.

§ 3º- Os valores das penalidades constantes deste artigo serão atualizados monetariamente na mesma forma e pelos mesmos índices aplicados às demais penalidades previstas no Código Tributário Municipal.

Artigo 4º- O ISSQN apurado pelas NFS-e emitidas e não pago ou pago a menor no prazo legal poderá ser inscrito em dívida ativa com os acréscimos legais cabíveis, na forma da legislação.

Artigo 5º- Os anexos I e II fazem parte integrante da presente lei, os quais regulamentam sua aplicação.

Artigo 6º- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 17 de abril de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 17 de abril de 2015.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I
"REGULAMENTA O USO E EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA NFS-e NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Artigo 1º- Este Anexo regulamenta a Lei Complementar que "INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CAPÍTULO I DA EMISSÃO DA NOTA

Artigo 2º - O acesso à ferramenta de escrita fiscal e de emissão e gerenciamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, se dará por login e senha de acesso no padrão fornecido pela ferramenta SERVIÇOS ON-LINE TRIBUTAÇÃO disponibilizada pela Prefeitura no site: www.ervalvelho.sc.gov.br, ou outro que venha a substituí-lo.

Artigo 3º- O prestador de serviço deverá efetuar a solicitação de acesso para a utilização do sistema para emissão de NFS-e através de SERVIÇOS ON-LINE TRIBUTAÇÃO, na opção solicitação de acesso.

§1º- Ao concluir a solicitação o contribuinte deverá emitir o documento disponibilizado e protocolar o mesmo na Prefeitura deste município.
§2º- Fica dispensado o parágrafo anterior ao contribuinte que efetuar a solicitação de acesso utilizando a certificação digital.

Artigo 4º - A NFS-e obedecerá ao modelo a ser instituído pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e conterá, no mínimo:

- I - número seqüencial;
- II - código de verificação de autenticidade;
- III - data e hora da emissão;
- IV - identificação do prestador de serviços, apresentando:
 - a) nome empresarial;
 - b) endereço físico;
 - c) endereço de correio eletrônico (e-mail);
 - d) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
 - e) inscrição no Cadastro Mobiliário municipal;
- V - identificação do tomador dos serviços, contendo:
 - a) razão social ou nome empresarial;
 - b) endereço físico;
 - c) endereço de correio eletrônico (e-mail);
 - d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
 - e) inscrição no Cadastro Mobiliário Municipal se houver;
- VI - discriminação do serviço e o código correspondente, conforme item da Lista de Serviços de que trata o Código Tributário Municipal.
- VII - o valor total da operação;
- VIII - a base de cálculo do ISSQN e a dedução efetuada, quando permitida pela legislação municipal ou determinada por decisão judicial;
- IX - alíquota e valor do ISSQN;
- X - indicação das seguintes informações, se ocorridas:
 - a) isenção ou imunidade relativa ao ISSQN;

- b) serviço não tributado pelo Município;
- c) retenção de ISSQN na fonte;
- d) número e data do documento emitido, nos casos de substituição;
- e) número e data do RPS convertido.

Parágrafo Único - A numeração da NFS-e será gerada pelo sistema emissor, em ordem crescente sequencial específica para cada estabelecimento prestador de serviços.

Artigo 5º - O prestador de serviços obrigado ou optante deverá emitir NFS-e para todos os serviços prestados, sendo vedada a utilização de outro documento fiscal.

Parágrafo Único - Os documentos fiscais convencionais autorizados pelo Fisco e não utilizados deverão ser entregues à Administração Tributária Municipal para destruição, no momento da solicitação para acesso ao sistema sendo pré-requisito para a liberação do acesso.

Artigo 6º - Cada NFS-e conterá apenas um código de serviço.

Artigo 7º - A NFS-e emitida será enviada por "e-mail" ao tomador do serviço ou, por solicitação deste, será impressa em via única.

CAPÍTULO II DO CANCELAMENTO E ALTERAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Artigo 8º - A NFS-e poderá ser cancelada ou substituída pelo emitente antes do pagamento do imposto.

CAPÍTULO III DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS - RPS

Artigo 9º- Os contribuintes poderão emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS para formalizar operações de prestação de serviços, convertendo-os posteriormente em NFS-e:

- I- na impossibilidade de conexão com o sistema de emissão da NFS-e disponibilizado pelo Município;
- II - por opção do prestador, atendendo as necessidades de sua atividade.

Artigo 10 - É obrigatória a conversão do RPS em NFS-e até o quinto dia do mês seguinte à sua emissão.

Artigo 11 - O RPS será identificado pela expressão "Recibo Provisório de Serviços - RPS", não podendo ser confundido com documento fiscal.

Artigo 12 - O RPS terá formato livre, mas observará obrigatoriamente o seguinte:

- I - será numerado em ordem crescente seqüencial, iniciada pelo numeral 1, com a identificação da série RPS;
- II - será emitido contendo apenas um código de serviço por documento;
- III - conterá todas as informações necessárias à emissão da NFS-e e ainda:
 - a) a data de emissão;
 - b) a mensagem: "Este documento será convertido em NFS-e até o quinto dia do mês seguinte. Para confirmar, acesse <<http://www.ervalvelho.sc.gov.br>>".

§ 1º- O prestador deverá solicitar a autorização para a confecção do RPS na fazenda municipal.

§ 2º- O RPS emitido será entregue ao tomador do serviço, mantendo-se os dados pelo prestador até a conversão em NFS-e.

Artigo 13 - A conversão de RPS em NFS-e será efetuada diretamente no sistema ou por transmissão em lotes, na forma definida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

§1º- A correção de quaisquer inconsistências nas informações transmitidas deverá ser efetuada no prazo definido para a conversão do RPS em NFS-e.

§2º- A falta de conversão do RPS em NFS-e configura não emissão de documento fiscal, sujeitando o obrigado às penalidades previstas na legislação.

CAPÍTULO IV DA CARTA DE CORREÇÃO ELETRÔNICA - CC-E

Artigo 14 - Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§ 1º - É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§ 2º - Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo à base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§ 3º - Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§ 4º - Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

CAPÍTULO V

DO RECOLHIMENTO DO ISSQN

Artigo 15 - O recolhimento do ISSQN referente às NFS-e deverá ser efetuado exclusivamente no documento de arrecadação emitido pelo próprio sistema gerador do documento eletrônico, observados os prazos estabelecidos em lei ou regulamento.

Parágrafo Único. Não se aplica o disposto no caput:

I - Ao ISSQN retido na fonte por meio de sistema próprio dos governos federal, estadual e municipal;

II - às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativamente aos serviços prestados.

CAPÍTULO VI**DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Artigo 16 - As NFS-e poderão ser consultadas em sistema próprio do Município de Erval Velho, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados da sua emissão.

Parágrafo Único - Após o prazo previsto no caput, a consulta às NFS-e emitidas poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

Artigo 17 - Os contribuintes não obrigados ou não optantes pelo sistema de emissão de NFS-e e os tomadores de serviços estabelecidos no Município ficam sujeitos a informar suas operações ou prestações na forma da legislação.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO II

“INSTITUI E REGULAMENTA O LIVRO ELETRÔNICO COMO DECLARAÇÃO MENSAL PARA LANÇAMENTO DAS BASES TRIBUTÁVEIS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS PARA A APURAÇÃO DO ISSQN MENSAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Artigo 1º- Fica criado o LIVRO ELETRÔNICO informatizado e disponibilizado no sitio da página web desta municipalidade www.ervalvelho.sc.gov.br para escrituração e declaração mensal do ISSQN decorrente de serviços prestados e tomados por empresas sediadas no Município de Erval Velho (SC) ou por tomadores de serviços executados neste Município.

Artigo 2º- Os prestadores e tomadores de serviços, ainda que imunes ou isentos, estão obrigados ao cumprimento das obrigações acessórias previstas neste Anexo e na legislação tributária em vigor.

CAPÍTULO II**DA DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS E APURAÇÃO DE ISSQN**

Artigo 3º- Ficam obrigados a declarar, mensalmente, na página da web, os serviços prestados e/ou contratados, os contribuintes e tomadores de serviços, a saber:

I - As pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as MEs e EPPs, optantes do Simples Nacional ou não;

II - As pessoas jurídicas de direito público, ainda que imunes ou isentas, inclusive os órgãos da Administração direta ou indireta da União, do Estado e do Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município de Erval Velho (SC);

III- Os prestadores, tomadores ou intermediários de serviços, ainda que não cadastrados como contribuintes do ISSQN neste Município, salvo os legalmente dispensados da retenção do ISSQN;

Parágrafo Único. Ficam dispensados da declaração prevista neste artigo os prestadores de serviços que recolhem o ISSQN na modalidade fixa.

Artigo 4º- A Declaração de ISSQN Próprio e a Declaração de ISSQN Retido, com a apuração deste imposto, é uma obrigação tributária acessória e serão geradas por programa de software específico, denominado Livro Eletrônico, disponibilizado no endereço eletrônico do Município de Erval Velho, www.ervalvelho.sc.gov.br.

§ 1º- O Livro Eletrônico conterá:

I - As informações cadastrais do responsável legal e contábil da Pessoa Jurídica declarante;

II - As informações cadastrais do responsável pelas declarações, contador ou pessoa por ele indicada;

III - Os dados de identificação do prestador e tomador dos serviços;

IV - Todos os serviços prestados e tomados pelo declarante, baseados ou não em documentos fiscais ou gerenciais, emitidos ou recebidos em razão da prestação de serviços, sujeitos ou não a incidência do ISSQN, ainda que não devido ao Município de Erval Velho (SC);

V - O item da lista de serviços, o valor e o mês de competência dos serviços tomados ou prestados;

VI - O registro das deduções na base de cálculo, quando admitidas pela legislação do ISSQN deste Município;

VII- O registro da inexistência de serviço prestado ou tomado, no período de referência da Declaração Mensal de Serviços, se for o caso;

VIII- O registro do imposto devido, inclusive sobre regime de estimativa, e do imposto retido na fonte ou por substituição de responsabilidade tributária;

IX - Outras informações de interesse do Fisco Municipal.

§ 2º- Ao processar a Declaração, automaticamente será gerado o imposto devido e disponibilizado na mesma ferramenta, o documento de arrecadação do ISSQN apurado conforme as informações prestadas na mesma declaração;

§ 3º- A Declaração de ISSQN próprio e a Declaração de ISSQN Retido, de que trata o caput deste artigo, formaliza o lançamento e constitui confissão a obrigação tributária, tornando-se, também, instrumento hábil e suficiente para a exigência do ISSQN próprio e retido de terceiros resultante das informações nela prestadas que não tenha sido recolhido no prazo regulamentar.

Artigo 5º- Ficam substituídas as guias e os "carnês" de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN pela Guia de Pagamento do ISS, gerada e emitida através do programa Livro Eletrônico após o registro da Declaração Mensal, no endereço supramencionado, inclusive para as empresas prestadoras de serviços, não optantes do Simples Nacional e enquadrada no regime de recolhimento do ISSQN calculado pela receita bruta mensal.

Artigo 6º- O descumprimento ao disposto neste Anexo sujeita o infrator às sanções previstas na legislação tributária Municipal em vigor, sem prejuízo de outras cominações legais aplicáveis, em especial se:

I - deixar de remeter à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no prazo previsto no art. 7º, a Declaração de ISS e/ou Declaração de ISS Retido, independentemente do pagamento do imposto;

Artigo 7º - É obrigatório o cumprimento das obrigações acessórias até o quinto dia do mês seguinte à prestação dos serviços.

Artigo 8º- Ficam substituídas as guias e os "carnês" de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN pela Guia de Pagamento do ISS, gerada e emitida através do programa Livro Eletrônico após o registro da Declaração Mensal, inclusive para as empresas prestadoras de serviços, não optantes do Simples Nacional e enquadradas no regime de recolhimento do ISSQN calculado pela receita bruta mensal.

Artigo 9º- O descumprimento ao disposto neste Anexo sujeita o infrator às sanções previstas na legislação tributária municipal em vigor, sem prejuízo de outras cominações legais aplicáveis, em especial se:

I - deixar de remeter à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no prazo previsto no art. 7º, a Declaração de ISS e/ou Declaração de ISS Retido, independentemente do pagamento do imposto;

CAPÍTULO III DOS LIVROS FISCAIS

Artigo 10 - O Livro de Registro de Serviços Prestados e o Livro de Registro de Serviços Tomados deverão, no final de cada exercício, ser processados eletronicamente com os dados fornecidos nas declarações mensais, constantes do endereço mencionado no art. 4º, pelos contribuintes prestadores e tomadores de serviços, sendo facultativa sua impressão.

Artigo 11 - Os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e Cartórios Extrajudiciais, estabelecidos no Município de Erval Velho (SC), deverão apresentar mensalmente ao Fisco Municipal as informações fiscais sobre os serviços prestados, podendo estes cadastrar seu próprio plano de contas, vinculando as contas aos seus respectivos COSIF's.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não exclui a obrigação da apresentação ao Fisco Municipal, da declaração mensal dos serviços tomados prevista no artigo 3º deste Anexo.

Artigo 12 - Os estabelecimentos de crédito, financiamento, investimento e bancários estão dispensados da emissão de notas fiscais de serviços e escrituração de livros fiscais, ficando, porém, obrigados, a manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central.

§ 1º- Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a discriminação dos serviços e os valores mensais de receitas correspondentes.

§ 2º- Como contratante de serviços, os estabelecimentos mencionados no caput deste artigo deverão escriturar, no mesmo endereço eletrônico, as notas fiscais de serviços tomados e os recibos de todos os serviços contratados, na forma dos artigos 3º e 4º deste Anexo.

Artigo 13 - O recolhimento do imposto, retido na fonte ou por substituição de responsabilidade Tributária, far-se-á em nome do responsável pela retenção ou do substituto da responsabilidade, através de documento de arrecadação emitido mediante a Declaração prevista no artigo 4º deste Anexo, observando-se o prazo de pagamento previsto na legislação tributária municipal.

§ 1º- O não recolhimento do ISSQN retido, no prazo estabelecido, será considerado apropriação indébita, ficando o responsável sujeito às penalidades previstas no Código Tributário Municipal sem prejuízo da responsabilidade cível e criminal.

§ 2º- Consideram-se substituto da responsabilidade tributária, independente da retenção na fonte do ISS, todos os tomadores de serviços previstos no Código Tributário Municipal.

§ 3º- O pagamento do ISSQN, somente dar-se-á por meio do documento hábil, DAM previsto no artigo 5º deste Anexo, sendo vedado o pagamento por qualquer outro meio.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 14 - A apuração do ISSQN a pagar será feita, ao final de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis em sua escrita fiscal e sua movimentação financeira e bancária, os quais estarão sujeitos a posterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 1º- O prestador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, todas as receitas decorrentes da prestação de serviços, com seus respectivos valores do imposto que sofreu retenção na fonte ou que seja devido a outro Município, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISS para recolhimento do imposto devido.

§ 2º- O responsável tomador dos serviços sujeitos ao imposto deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas e os Recibos comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções de ISSQN devidas, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISSQN para recolhimento do valor apurado com vencimento no dia 15 de mês subsequente à sua competência.

§ 3º- Fica o tomador dispensado da retenção na fonte do Imposto sobre Serviços – ISSQN, comprovado através de Nota Fiscal Avulsa, emitida pela Prefeitura Municipal de Erval Velho.

Artigo 15 - Os contribuintes do ISSQN, que comprovadamente não prestaram serviços sujeitos ao ISSQN, deverão informar através do Livro Eletrônico, a ausência de movimentação econômica por não auferir receita decorrente da prestação de serviços naquele período.

§ 1º- A falta de emissão de nota fiscal de prestação de serviços não comprova que não houve prestação de serviços prevista no caput deste artigo tampouco o desobriga do pagamento do ISSQN devido sobre a receita bruta mensal auferida com esta operação.

§ 2º- Fica o tomador do serviço dispensado de efetuar a declaração mensal de serviços tomados quando houver previsão legal para dispensa da retenção do ISSQN do prestador.

Artigo 16 - Os responsáveis contábeis, de todas as pessoas jurídicas mencionadas no caput do artigo 3º deste Anexo, deverão efetuar os seus respectivos cadastros no site do Município www.ervalvelho.sc.gov.br, no link LIVRO ELETRÔNICO, para obter permissão e liberação da senha e a chave de integridade para acesso ao sistema.

Artigo 17 - O suporte técnico desta ferramenta eletrônica, o cadastramento de cada usuário e a liberação da Chave de Fidelidade, bem como o manual de operações do módulo Declarante do Livro Eletrônico e o formato dos arquivos de importação de documentos, emitidos e recebidos, estarão à disposição dos contabilistas, dos contribuintes ou qualquer outro obrigado, no endereço eletrônico constante do artigo 4º deste regulamento e pelo Departamento de Fiscalização da Secretaria da Fazenda do Município de Erval Velho (SC).

Artigo 18 - As infrações cometidas a este regulamento serão punidas com as sanções previstas na legislação tributária municipal vigente.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

PORTARIA 3089/2015

PORTARIA 3089, de 27 de abril de 2015.

Exonera estagiária que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 1125, de 16 de março de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir a pedido o contrato da estudante, KAROLAINE RECALCATTI, contratada por tempo determinado na forma de estagiária, pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social, conforme consta na Portaria n.2937, de 07 de abril de 2014 e prorrogada pela Portaria n. 3084, de 07 de abril de 2015.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 27 de abril de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3090/2015

PORTARIA 3090, de 04 de maio de 2015.

Nomeia por Concurso Servidor que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009 e em especial o disposto no Edital n. 001, de 23 de outubro de 2014 do Concurso Público Municipal n. 001/2014,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear por Concurso DAIANA BERTOTTI, brasileira, solteira, nascida em 06 de maio de 1986, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 08 – A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos de R\$ 2.591,02 (Dois mil quinhentos e noventa um reais e dois centavos).

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 04 de maio de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3091/2015

PORTARIA 3091, de 04 de maio de 2015.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 04 de maio à 02 de junho de 2015, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Altair dos Santos Camargo	Agente de Serviços Gerais I	18/02/2013	A	17/02/2014
Ana Claudia Piovezan Bof	Fiscal Sanitário	01/03/2013	A	28/02/2014
Gizelle Fornari	Aux. Tec. Contabilidade	01/03/2013	A	28/02/2014
Luis Alberto Saccol	Motorista	15/09/2012	A	14/09/2013
Saulo Daniel Marin	Diretor de Planejamento e Coordenação	05/02/2014	A	04/02/2015

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 04 de maio de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3092/2015

PORTARIA 3092, de 07 de maio de 2015.

Cessa efeitos da Portaria nº 2935 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Cessar efeitos da Portaria nº 2935, de 03 de abril de 2014, que designa a servidora MIRIAN TEREZINHA BORDIN PIOVESAN, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Tributos Municipais, para desempenhar concomitantemente as funções de Fiscal de Tributos Municipais enquanto perdurasse o afastamento da servidora Angelita dos Prazeres Boeira Girardi.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 07 de maio de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA 3093/2015

PORTARIA 3093, de 11 de maio de 2015.

Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a servidora abaixo mencionado pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 04 de maio à 02 de junho de 2015, conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Lucia Jacinta Recalcatti	Técnico em Enfermagem	01/02/2014	A	31/01/2015

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 11 de maio de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Gelson Camilo Dalmedico
Diretor de Administração e Finanças

PORTARIA 3094/2015

PORTARIA 3094, de 11 de maio de 2015.

Cessa efeitos da Portaria nº 2595 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Cessar efeitos da Portaria nº 2595, de 30 de março de 2012, que concedia Adicional de Insalubridade, em grau médio, a servidora MARIA ELOIZA TEODORO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais II, tendo em vista a transferência da servidora do Posto de Saúde para o Prédio da Administração Municipal.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 11 de maio de 2015.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Gelson Camilo Dalmedico
Diretor de Administração e Finanças.

PORTARIA 3095/2015

PORTARIA 3095, de 11 de maio de 2015.

Concede Adicional de Insalubridade a servidor que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 25, da Lei Complementar n. 020, de 08 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Adicional de Insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento) do Salário Mínimo Nacional, em grau médio, a servidora Cristiane de Fátima Giaretta, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais II, de acordo com Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT emitido pela empresa PORTALMED – Segurança e Saúde no Trabalho, passando a exercer suas atividades junto ao Posto de Saúde a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 11 de maio de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Gelson Camilo Dalmedico
Diretor de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO 01 CAPACITAÇÃO ELEIÇÕES

Resolução Normativa 01/2015

A Comissão Especial Eleitoral Permanente, delegada pelo CMDCA a conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, dispõe sobre o processo de capacitação para os candidatos a Conselheiros Tutelares - Gestão 2016/2020, conforme Edital 001/2015 do CMDCA, conforme Ata 02/2015 realizada no dia 07/05/2015.

Art.1º A capacitação para os candidatos a conselheiros tutelares, conforme Edital 001/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada no dia 22 de maio do ano de 2015, nas dependências do Centro Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, das 18h às 22h.

Parágrafo único: O Certificado será emitido somente para os candidatos que cumprirem a carga horária total.

Art.2º A capacitação será administrada pela empresa VIVER DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA ME, situada na cidade de Chapecó – Santa Catarina.

Art.3º O conteúdo da capacitação dar-se-á em torno do estudo e debate do Estatuto da Criança e do Adolescente, envolvendo leis complementares e conhecimento sobre a política da infância.

Art.4º O controle da frequência dos candidatos será por meio de lista de presença assinada no início e no término da capacitação.

Art.5º No local será entregue certificado de conclusão da capacitação aos candidatos participantes, com carga horária de 4 horas.

Art.6º A título de comprovação para fins de habilitação dos candidatos ao pleito eleitoral será utilizada a lista de presença, com os referidos registros da carga horária e comprovabilidade de efetiva participação na capacitação.

Parágrafo Único: Uma cópia do certificado deverá ser anexada aos documentos de inscrição do candidato.

Art.7º Como parte da capacitação será utilizado como instrumento de estudo um simulado contendo 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha referente ao conteúdo previsto para a prova de conhecimento específico.

Art.8º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Erval Velho, 13 de maio de 2015.

Adriana Canci
Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 019-2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 019/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no Processo Seletivo que trata o Edital de Processo Seletivo nº001/2015.

Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 50, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário:

Das 08:00h as 12:00h e das 13:30h as 17:30h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

Certidão de nascimento ou de casamento se for o caso;

Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet);

Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino);

Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

Registro no órgão competente (depende do cargo);

Cédula de Identidade;

CPF;

Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado.

01 foto 3x4 recente;

Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP;

Comprovante de conta corrente em Banco;

Comprovante de residência-atualizado;

Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir.

Carteira de motorista; (depende do cargo).

Carteira de vacinação;

Declaração negativa de acumulação de cargo público, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a, b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II.

Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra Hepatite B

- Contra Tétano

- Contra Febre Amarela

- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra tétano

- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocado o próximo candidato da relação de classificação.

Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, 13 de Maio de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

ANEXO I

CARGO:PROFESSOR DE ARTES- 20H NÃO HABILITADO

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
EDILSE MARIA REBELATTO BAZI	6º

ANEXO II

DECLARAÇÃO

NOME:
ESTADO CIVIL:
ENDEREÇO RUA:
BAIRRO:
CIDADE:
TELEFONE:
CPF:
CÉDULA DE IDENTIDADE:
EMPREGO:
HORAS SEMANAIS:
LOCAL DE TRABALHO:
DATA DESTA DECLARAÇÃO:

DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressalvado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal.

Assinatura do Declarante

EXTRATO 1CONTRATO_ BRASILLUDICO EDITORA - ACERVO BOBLOGRÁFICO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0057/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Brasilludico Editora de Livros Ltda Me

Objeto: Aquisição de acervo bibliográfico, contendo diversos títulos da literatura infantil e infanto juvenil, caixa e baús a serem destinados aos alunos da rede municipal de ensino do município de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 309.204,96 (trezentos e nove mil duzentos e quatro reais e noventa e seis centavos).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas

vigentes, Processo Licitatório nº 0034/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0018/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de maio de 2015.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIAPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO CONTRATO_00422015 - CLÍNICA RODRIGUES

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0042/2015

Contratante: Fundo municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratada: Clínica de Ortopedia e Traumatologia Rodrigues S/S Ltda Me.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de consultas e exames em diversas áreas da saúde.

Valor 2.996.500,00.

Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0026/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0011/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 14 de maio de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPLA DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO CONTRATO_1 EXPLOBAL - DETONAÇÃO DE ROCHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0058/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Explobal Serviços de Desmonte de Rochas Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de perfuração e detonação de rochas, incluindo fornecimento de explosivos e acessórios necessários para a execução dos serviços.

Valor: R\$ 79.800,00 (setenta e nove mil e oitocentos reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0036/2015, na Modalidade Pregão Presencial nº 0019/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de maio de 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 00112015 CLÍNICA RODRIGUES

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 0011/2015

Processo Licitatório nº: 0026/2015

Contratada: Clínica de Ortopedia e Traumatologia Rodrigues S/S Ltda Me.

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de consultas e exames em diversas áreas da saúde

Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0026/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0011/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 14 de maio de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPLA DE SAÚDE PÚBLICA

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 63/PMF/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 63/PMF/2015

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 63/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E DRENAGEM NA RODOVIA EMA DE CÉSARO CAVALER MINATTO, OBJETIVANDO A RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, POR MEIO DO CONTRATO Nº. 800333/2013 E PROCESSO Nº. 2624.1014081-26/2013 – PRODESA, FIRMADO JUNTO AO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

Às dezesseis horas do dia onze de maio do ano de dois mil e quinze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, juntamente com o Engº Sr. Luiz Renato Steiner, e o representante da empresa COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM LTDA EPP, Sr. Erikson Daros Graf, para reavaliação do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 63/PMF/2015. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo acusou o recebimento de Ofício CT GIGOV/CR 403/2015 emitido de Caixa Econômica Federal para verificação dos resultados do Processo Licitação. Isto posto, a comissão analisou detalhadamente a planilha orçamentária vencedora e percebeu que no item 2.3 da referida planilha, o valor unitário multiplicado pelo quantitativo não confere com o valor total do item. Sobre este aspecto, o representante da empresa COMPACTAR manifestou-se na intenção de reemitir a planilha sanando o equívoco ocorrido, sem alterar o valor global da proposta, tal intenção foi aceita pelos presentes que representavam o Município. Ainda, para fins de cumprimento com as exigências oficiais pela CAIXA, o representante da empresa vencedora comprometeu-se também a entregar, declaração informando CNAE que representa a atividade de maior receita da empresa, e entregar ainda a planilha detalhada da composição do BDI adotado pela empresa. Foi frisado ainda que serão mantidas todas as demais condições licitadas, visto que cumpre com o disposto do edital. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 11 de maio de 2015.

VALDECIR TISCOSKI KEND

Presidente da Comissão de Licitação

BERNARDO TROMBIM

Membro da Comissão

RENATA PEREIRA FRITZEN

Membro da Comissão

LUIZ RENATO STEINER

Engenheiro Civil

COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM LTDA EPP

Emerson Pereira da Luz

AVISO DE ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/PMF/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 79/PMF/2015

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa especializada para locação de máquinas impressoras, multifuncionais e digitalizadoras, com fornecimento de suprimentos, incluindo manutenção legal, corretiva e suporte técnico, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha.

DATA DE ABERTURA: Dia 19 de maio de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: licitações@forquilha.sc.gov.br e processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 04 de maio de 2015.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 84/PMF/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Concorrência Pública do tipo maior preço Nº. 84/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objeto a concessão onerosa de uso de espaço público para instalação de antena de telefonia móvel pelo prazo de 20 (vinte) anos. O espaço público a ser concedido é o que se segue: 01 (um) terreno no Bairro Saturno, anexo ao Cemitério Municipal, com área de 900 m² (novecentos metros quadrados).

DATA DE ABERTURA: Dia 18 de junho de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br e licitações@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 14 de maio de 2015.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitações

EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 67/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – COOP. DE PROD. AGRIC. FAMILIAR DE FORQUILHINHA

DO OBJETO – O presente contrato tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

VALOR – R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA – 31/07/2015

DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (73)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 70/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA – 30 de abril de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal**EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 71/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA

DO OBJETO – contratação de empresa para prestar serviços na recuperação de pavimentação à base de lajota de concreto pré-moldado, nos logradouros municipais, por meio da Secretaria de Infraestrutura do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais)

VIGÊNCIA – 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0701.2032.3390 (115)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 68/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 05 de maio de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal**RECIDO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - PREGÃO 76/2015**

Vistos, etc.

Recebo o Recurso Administrativo do Pregão 76/PMF/2015 interposto pela licitante STEKERT ENGENHARIA LTDA. contra decisão da Comissão de Pregão que aceitou o lance final ofertado pela licitante JEREMIAS E JACINTO SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. ME., bem como dos lances ofertados pelos demais licitantes, apontados no recurso como inexequíveis.

Comunique-se os demais licitantes, nos termos do Art. 4, Inciso XVIII, da Lei nº. 10.520/02, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis. Retornem os autos à Comissão de Pregão para processamento devido.

Forquilha/SC, 14 de maio de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012_2015- RP-0008

Aviso do Pregão Presencial nº 0012/2015 – FMS
Registro de Preços nº 0008/2015
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS para aquisições de combustível para abastecimento dos veículos que fazem o deslocamento dos pacientes para tratamento de saúde na cidade de Florianópolis/SC. Validade da Ata de Registro de Preços: junho de 2015 a janeiro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 28.05.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 14 de abril de 2015.
Nilce Pinz
Secretária Municipal de Saúde

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0064_2015-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0064/2015 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para recuperação de bomba de alta pressão e unidade injetora para manutenção do veículo micro-ônibus City Class 70C16 Nº 250, placas MIE-0758 de uso do transporte escolar do Município Julgamento: Menor preço por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:15 horas do dia 28.05.2015. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 14 de maio de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0065_2015-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0065/2015 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para o fornecimento de materiais e prestação de serviços para instalação e estruturação da rede elétrica e lógica do CITRAN, junto a Delegacia de Polícia Civil de Fraiburgo. Julgamento: Menor preço por LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 27.05.2015. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 14 de maio de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

PORTARIA Nº 1135/2015

PORTARIA Nº 1135, DE 14 DE MAIO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; em conformidade com comunicação interna nº 0707/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DANIELI DALAGNOL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 081.064.949-77, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de maio de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1136/2015

PORTARIA Nº 1136, DE 14 DE MAIO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; em conformidade com comunicação interna nº 0708/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LANA OLIVEIRA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.375.899-07, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de maio de 2015 até 19 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de maio de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1137/2015

PORTARIA Nº 1137, DE 14 DE MAIO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0709/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária do servidor RAFAEL SAVIAN FERNANDES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 058.363.009-09, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, a partir de 15 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1138/2015

PORTARIA Nº 1138, DE 14 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JULIANA APARECIDA VICENTE VELOSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 059.483.779-03, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1139/2015

PORTARIA Nº 1139, DE 14 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SOLANGE GRANEMANN PRESTES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 040.645.239-38, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de maio de 2015 até 17 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de maio de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 084/2015**DECRETO Nº. 084, DE 14 DE MAIO DE 2015.**

HOMOLOGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0010, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado da prova prática, assim como a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0010, de 13 de abril de 2015, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 14 DE MAIO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0010 DE 13 DE ABRIL DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Instrutor de Trabalhos	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO				
Código:	1	Área de Atuação:	Geral				
Disciplina:	Instrutor de Trabalhos Culturais (masculino)						

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	2	ARNALDO DOS SANTOS	38	38,33

Critérios de Desempate					
1º	2º	3º	4º	5º	
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento	
0	0	0	NÃO	28/12/1993	

DECRETO Nº 085/2015**DECRETO Nº 085, DE 14 DE MAIO DE 2015.**

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0011, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0011 de 17 de abril de 2015, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 14 DE MAIO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0011 DE 17 DE ABRIL DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:

Agente Comunitário de Saúde

Código:

1

Disciplina:

Agente Comunitário de Saúde - Localidade Dez de Novembro

Quadro:

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Área de Atuação:

Geral

Critérios de Desempate

	1º	2º	3º	4º	5º	6º			
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	1	CLARICE MARIA ANGOLERI	11	3	2	NÃO	0	08/08/1976	3
2	4	MARIZA APARECIDA MELO	6	0	0	NÃO	0	16/03/1979	0
3	3	ANA CARLA DE OLIVEIRA	6	0	0	NÃO	0	29/01/1995	0
4	2	JULIANA HEPP RIOS	0	0	0	NÃO	0	28/12/1982	3

Frei Rogério

PREFEITURA

PRAZO DE VALIDADE DAS ATAS 01;02;03;04;05 E 06/2015 , MERENDA ESCOLAR

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, torna público aos interessados que as atas de nº 01; 02; 03; 04; 05 e 06/2015, provenientes do processo licitatório nº 004/2015, na modalidade de Pregão Presencial 002/2015, Registro de Preços, 001/2015 firmadas no dia 13/02/2015, com os seguintes fornecedores:

ELZA CLEMENTINA SOLAGNA HAAG –ME,

SILVANA F. RICHTER- ME

MERCADO RZ,

MF MERCADO EIRELI - ME

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA,

NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, respectivamente, encontram-se dentro de seu prazo de validade.

Frei Rogério, 13 de maio de 2015

Cópias das atas em sua íntegra e ou informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750, ou através do fone 49 3257 0000 eo do e-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 031/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 031/2015, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 022/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 27 de maio de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E ESPORTIVOS PARA SER UTILIZADO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ARNALDO FRANCISCO DOS SANTOS, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 14 de maio de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 88/2015; IL nº. 007/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: DANIEL VICENTIN - ME; CNPJ nº: 22.319.170/0001-46; Objeto: locação de stand da prefeitura municipal de Garopaba com 100 m² na zona 01 para estar participando do 2º moto praia que acontecerá entre os dias 15 a 17 de maio na cidade de Garopaba/SC; Valor: R\$: 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); Data da Assinatura: 10/02/2014.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 084/2015

DECRETO N.º 084, DE 14 DE MAIO DE 2015.
HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 15, DE 08 DE MAIO DE 2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 15, de 08 de maio de 2015, do Conselho Municipal de Saúde, que "Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, referente ao 1º quadrimestre de 2015", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de maio de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Anexo Único
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 15 de 08 de maio de 2015.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, referente ao 1º quadrimestre de 2015.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 08 de maio de 2015, no uso de suas atribuições:

RESOLVE aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, referente ao 1º quadrimestre de 2015.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 08 de maio de 2015.
ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

DECRETO Nº 085/2015

DECRETO N.º 085, DE 14 DE MAIO DE 2015.
DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas temporários que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando a importância da área de Urgência e Emergência enquanto componente da assistência à saúde;

Considerando a necessidade de contratação para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde entre outros tipos de afastamentos;

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2015, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo

Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

Art. 4º. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

Art. 5º. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº025/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 025/2015. Processo nº 088/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: DANIEL VICENTIN ME CNPJ: 22.319.170/0001-76; Objeto: locação de stand da prefeitura municipal de Garopaba com 100 m² na zona 01 para estar participando do 2º moto praia que acontecerá entre os dias 15 a 17 de maio na cidade de Garopaba/SC; Valor Total: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); Data da Assinatura: 08/05/2015.

LEI Nº 1.885, DE 13 DE MAIO DE 2015

LEI Nº 1.885, DE 13 DE MAIO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo a adquirir por desapropriação amigável ou judicial, o BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, do bem imóvel de propriedade dos senhores ANA MARIA DE SOUZA CARDOSO, inscrito no CPF 032.341.039-17, JOÃO CARDOSO, inscrito no CPF 507.068.379-91, VANDERLEY DE SOUZA, inscrito no CPF 671.543.799-87, VANDERLEIA GONÇALVES DE SOUZA, inscrito no CPF 000.101.509-51, LUIZ HENRIQUE DE SOUZA, inscrito no CPF 845.402.309-72, ROSIMERE DE SOUZA, inscrito no CPF 987.349.209-78, e AMILTON DE SOUZA, inscrito no CPF 046.717.579-90, sediado à Rua Pedro Manoel de Lima (GRP-401), s/nº, Bairro Macacú, Município e Comarca de Garopaba, assim especificado:

I – Cadastro do imóveis Registro Geral, Matrícula nº 2.518 e R. 13-2.518/23/4/2015: UM TERRENO rural situado no lugar denominado

Macacú, Bairro Macacú, neste município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, em forma de um retângulo, o qual mede 308,24 m² (trezentos oito metros e vinte quatro centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente ao sul extremando com terras da Prefeitura Municipal de Garopaba, numa extensão de 13,71 m (treze metros e setenta e um centímetros) e com terras de Tancredo Pires, numa extensão de 4,82 m (quatro metros e oitenta e dois centímetros) e 3,09 m (três metros e nove centímetros) no total de 7,91 m (sete metros e noventa e um centímetros), e fundos ao norte confrontando com Área Remanescente de propriedade de Ana Maria de Souza Cardoso, João Cardoso, Vanderley de Souza, Vanderleia Gonçalves de Souza, Luiz Henrique de Souza, Rosimere de Souza e Amilton de Souza com extensão de 15,98 m (quinze metros e noventa oito centímetros); confrontando no lado leste com Área Remanescente de propriedade de Ana Maria de Souza Cardoso, João Cardoso, Vanderley de Souza, Vanderleia Gonçalves de Souza, Luiz Henrique de Souza, Rosimere de Souza e Amilton de Souza com extensão de 14,60 m (quatorze metros e sessenta centímetros); e no lado oeste com terras de Mauricio Pedro de Souza numa extensão de 17,30 m (dezessete metros e trinta centímetros).

Art. 2º. A área a que se refere o artigo anterior destina-se a ampliação do espaço pertencente ao Município de Garopaba destinado a Unidade Básica de Saúde do bairro.

Art. 3º. É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de emissão provisória do Município, na posse da área a ser expropriada.

Art. 4º. A presente declaração de utilidade pública servirá de instrumento da desapropriação e legalização do imóvel a serem processadas posteriormente na forma da legislação vigente.

Art. 5º. O valor da indenização estabelecida na presente Lei é de R\$ 35.003,73 (trinta e cinco mil, três reais e setenta e três centavos) decorrente de avaliação elaborada por Comissão Permanente de Avaliação Bens Imóveis, instituída através da Portaria n.º 132/2014.

Art. 6º. A partir desta data não será permitido ao proprietário do imóvel caracterizado no Art. 1º desta Lei efetuar naquela área nenhum tipo de serviços ou benfeitorias.

Art. 7º. Fica a Assessoria Jurídica do Município de Garopaba autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata a presente Lei, por via negociada ou judicial.

Art. 8º. A indenização e demais gastos previstos na presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 15/ 05/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

ERRATA EDITAL PMG 024/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ERRATA EDITAL PMG Nº 24/2015
Processo Licitatório PMG nº 024/2015
Modalidade: Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a execução de pavimentação asfáltica nas ruas Afonso Pereira da Rocha, Tiradentes, Casemiro de Abreu, Ester Girardi e Ladislau Ostrowski, em uma extensão total de 1.175,22 metros, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Contrato de Financiamento nº 0350.037-20 – Pró Transporte/Caixa Econômica Federal/Prefeitura Municipal de Garuva, de acordo com o Memorial descritivo, planilha orçamentária e projetos anexos.

No item 4.6.14 do edital, alíneas "a" e "b", leia-se:

a) Certidão do registro e regularidade da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA OU CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, da jurisdição da sede da licitante, na forma da Lei, que comprove a sua capacidade para execução de obras da natureza do objeto licitado, com indicação inclusive dos seus responsáveis técnicos registrados. A empresa que for sediada em outra jurisdição e, conseqüentemente, for registrada no CREA/CAU de origem, deverá apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA/CAU - SC, em conformidade com o que dispõe a Lei Federal Nº 5.194/66, em consonância com o Art. 1º - item II da Resolução Nº 413/97 do CONFEA.

b) Apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica, firmado (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado (s) no CREA/CAU, acompanhado (s) pela devida CAT – Certidão de Acervo Técnico, que demonstre que o responsável técnico pertencente ao quadro efetivo da empresa proponente ou que mantenha vínculo contratual eventual com a mesma, executou atividades no ramo do objeto, que comprove a execução de obra, contendo no mínimo 50% (cinquenta por cento) do objeto do edital.

GARUVA, 14 de maio de 2015.
IVANDRO SÉRGIO LOPES
Presidente da Comissão de Licitações

PORTARIA Nº 77/2015

PORTARIA Nº 077 de 12 de maio de 2015
"Cria a Comissão e realização do Teste Seletivo para provimento de 27 (vinte e sete) vagas de estagiários."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, uso das atribuições que lhe são conferidas as alíneas "c", do inciso II, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Garuva.

RESOLVE:

Art. 10. – Determinar a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento de 27 (vinte e sete) vagas de estagiário.
Art. 2º - Criar a Comissão para realização do Processo Seletivo Simplificado, a qual ficará responsável por organizar, planejar,

coordenar e acompanhar todas as etapas da execução do mencionado processo

Art. 30. – A comissão será composta pelos servidores públicos municipais: Jakson César Hattenhauer, Aline Krause Tondorf, Heloíse Gonçalves Nunes Lemos e Susan Lopes Constantino, sendo presidido pelo primeiro.

ART. 40 - Competirá a comissão:

I – Elaborar os editais;

II – Receber e homologar inscrições;

III – Classificar os candidatos atribuindo a respectiva pontuação;

IV – Homologar a seleção;

V – Apreciar e julgar recursos;

VI – Decidir com base na Lei Municipal sobre pontos omissos do edital;

VII –Elaborar e corrigir as provas;

VIII –Exercer demais atos necessários a execução completa do Processo.

Parágrafo único – A critério da comissão poderá ser contratado profissional capacitado para proceder à elaboração e correção das provas.

ART. 50. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 81/2015

PORTARIA Nº 081 de 14 de maio de 2015
"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DO SERVIDOR ADAMASTOR SAAD BENEDET JUNIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
Considerando, Processo nº 1438/2015;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 001/1998;

RESOLVE:

ART. 10. – Remover o servidor ADAMASTOR SAAD BENEDET JUNIOR, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, mantida a carga horária de 220 horas mensais.

ART. 20. – Esta Portaria entra em vigor a contar de 18 de maio de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.425, DE 12 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 6.425, DE 12 DE MAIO DE 2015.

SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 08 SECR. MUNIC. DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 14 DITRAN - DIRETORIA DE TRÂNSITO	
Função: 26 TRANSPORTE	
SubFunção: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
Programa: 0015 Gestao do Ditrان	
Atividade: 2078 Manutenção da Ditrان	
Dotação: 316 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00

Órgão: 08 SECR. MUNIC. DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Atividade: 2072 Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	
Dotação: 318 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Órgão: 08 SECR. MUNIC. DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	
Dotação: 319 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 411.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de maio de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 32/2015

RESOLUÇÃO Nº 32/2015

Autoriza a abertura e o processamento de procedimento licitatório para a aquisição, através de compra, de aparelhos de ar condicionado tipo split, novos, instalados, com fornecimento de materiais e equipamentos para a instalação e mão de obra.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, inciso I, da Lei Orgânica Municipal e art. 45, incisos I e IX, do Regimento Interno da Edilidade.

CONSIDERANDO a necessidade constante de manter um clima agradável aos servidores da Edilidade durante a realização dos seus trabalhos diários, principalmente em virtude das altas temperaturas que assolam nossa região na estação do verão;

CONSIDERANDO a necessidade de manter a temperatura ideal para o funcionamento dos equipamentos de informática situados nos ambientes de trabalho e assim evitar que sejam danificados;

CONSIDERANDO a necessidade de substituir equipamentos antigos, que já não cumprem de forma satisfatória o seu objetivo e consomem um grande volume de energia;

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como o disposto nas Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002;

CONSIDERANDO o Orçamento, o Termo de Referência e a Minuta do Edital de Licitação e do Contrato elaborados pela Presidência da Edilidade, bem como a informação do setor de contabilidade acerca da dotação orçamentária e financeira;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a abertura e o processamento de procedimento licitatório para a aquisição, através de compra, de aparelhos de ar condicionado tipo split, novos, instalados, com fornecimento de materiais e equipamentos para a instalação e mão de obra, nos moldes estabelecidos no ofício Presidência nº 13/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pelo orçamento vigente da Câmara Municipal de Gaspar, na seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 – Programa: 0001 – Manutenção do Legislativo, Ação: 1.10001 – Aquisição de Materiais Permanentes, Modalidade: 3.4.4.90. – Aplicações Diretas, Dotação: 3.4.4.90.52 – Equipamentos e materiais permanentes.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara Municipal de Gaspar, em 14 de maio de 2015.

MESA DIRETORA

José Hilário Melato	Ivete Mafrá Hammes
Vereador – Presidente	Vereadora – Vice Presidente
Hamilton Graf	Giovano Borges
Vereador – Primeiro Secretário	Vereador – Segundo Secretário

Governador Celso Ramos

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

ERRATA PREGÃO 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE - GOVERNADOR CELSO RAMOS –SC

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 10/2015

OBJETO: O PRESENTE PREGÃO PRESENCIAL TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

OBS: O QUADRO DEMONSTRATIVO, ANEXO I DO EDITAL, APRESENTAVA ALGUNS ERROS, OS MESMOS FORAM CORRIGIDOS, ASSIM GERANDO NOVO QUADRO E DISPONIBILIZANDO MAIS (02) DOIS LOTES. ESTAMOS PUBLICANDO NOVO EDITAL COM O QUADRO DEMONSTRATIVO JÁ CORRIGIDO E JUNTO NOVO ARQUIVO DE AUTO COTAÇÃO, QUE SE ENCONTRA DISPONIVEL NO SITE DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, CITO www.samaegcr.com.br

TENDO EM VISTA QUE AS ALTERAÇÕES ACIMA MENCIONADAS, AFETARÃO NA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS POR PARTE DOS LICITANTES, FICA ESTABELECIDO NOVO PRAZO PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME, QUAL SEJA 26.05.2015 ÀS 09:00 HRS, EM CONSONÂNCIA COM O ART. 21, § 4º, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, ENCERRANDO O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ÀS 08:45 HRS, PERMANECENDO INALTERADOS OS DEMAIS DISPOSITIVOS ESPOSADOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Governador Celso ramos, 14 de Maio de 2015

ALCIDES PEREIRA

DIRETOR GERAL

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 029/2015 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 029, DE 14 DE MAIO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADACÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1981, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS		
14.03	DEP ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		
2.039	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR		
3.3.90.00.00.00.00.00.0165	Aplicações Diretas	R\$	4.329,00
-			

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
0165	Transf. Estado - At. Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar - Estadual	R\$ 4.329,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 14 de Maio de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 14 de Maio de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EDITAL Nº 01/2015 CMDCA

EDITAL DE ESCOLHA DOS MEMBROS

DO CONSELHO TUTELAR ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

EDITAL CMDCA Nº 01/2015

DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 13 de março de 2015, nas dependências da Prefeitura de Grão-Pará, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, considerando o disposto nos artigos 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução do CONANDA nº 170/2014 e nos artigos 35 a 54 da Lei Municipal nº 1.954/2014, e respectivas alterações legislativas, abre inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares, para

atuarem no Conselho Tutelar do Município de Grão-Pará, e dá outras providências.

1 DO CARGO E DAS VAGAS

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros tutelares e para cada titular, a de um suplente.

1.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo de escolha.

2 DA REMUNERAÇÃO, DA CARGA HORÁRIA E DO MANDATO

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1.954/2014, é assegurado o direito a:

I – vencimento de R\$ 921,21 (novecentos e vinte e um reais e vinte e um centavos), mais o acréscimo de 35% (trinta e cinco por cento), referente aos plantões e a outros casos de emergência que envolvam o atendimento dos Conselheiros Tutelares, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II – cobertura previdenciária;

III – gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV – licença-maternidade;

V – licença-paternidade;

VI – gratificação natalina.

2.2 Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta da Lei Municipal nº 1.954/2015, e respectivas alterações.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com o Município de Grão-Pará.

2.5 O atendimento do Conselheiro Tutelar será realizado nos dias úteis, no horário compreendido das 8 às 18 h, para atendimento ao público e execução de suas atividades, de acordo com o artigo 47, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Municipal nº 1.954/2015.

2.5.1 Plantão noturno das 18 às 8 h do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de fim de semana (sábado e domingo) e em feriados.

2.5.3 Para os plantões noturnos e de fim de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, nos termos do respectivo Regimento Interno.

3 DO PROCESSO DE ESCOLHA

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período de 18 de maio de 2015 a 17 de julho de 2015, em dias úteis, no horário das 13 às 18 h, junto à presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Prefeitura de Grão-Pará, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato de inscrição:

I – reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;

II – idade superior a 21 (vinte e um) anos, a ser comprovada por Certidão de Nascimento/Casamento ou Carteira de Identidade;

III – residir no Município, demonstrada por comprovante de residência;

IV – conclusão de ensino médio, comprovada por meio de Certificado ou Diploma de Conclusão do Ensino Médio.

3.1.2.1 A todos os candidatos que tiverem deferida sua candidatura, será oferecido Curso de Capacitação sobre o conteúdo da Lei nº 8.069/1990, num total de 08 (oito) horas, entre o dia 31 de julho de 2015 e o dia 07 de agosto de 2015, ou em outra data, a juízo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, cuja participação é obrigatória, sob pena de exclusão do candidato deste processo de escolha.

3.1.2.2 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar, quesito este que poderá ser comprovado por meio de declaração firmada pelo candidato.

3.1.2.3 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, ou seja, são impedidos de servir o mesmo conselho, marido e mulher, ascendente e descendente, sogro (a), genro ou nora, irmãos, cunhados, tios e sobrinhos, madrasta e enteado.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos, conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 30 de julho de 2015, no Mural do Átrio da Prefeitura de Grão-Pará, Câmara de Vereadores, Fórum desta Comarca e Diário Oficial Municipal, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 31 de julho de 2015 a 06 de agosto de 2015, em dias úteis, no horário das 13 às 18 h, junto à presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Prefeitura de Grão-Pará, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000.

3.2.2.1 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA notificará, no período de 07 de agosto de 2015 a 13 de agosto de 2015, os candidatos impugnados para defesa.

3.2.2.2 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 14 de agosto de 2015 a 20 de agosto de 2015, em dias úteis, no horário das 13 às 18 h, junto à presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Prefeitura de Grão-Pará, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000.

3.2.2.3 A comissão eleitoral/comissão especial terá o período para apresentar resposta quanto às impugnações até o dia 27 de agosto de 2015.

3.2.2.4 O recurso contra a resposta da comissão eleitoral/comissão especial poderá ser dirigido à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA até o dia 03 de setembro de 2015, devendo a plenária decidir a respeito até o dia 10 de setembro de 2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiverem suas inscrições aprovadas será publicado até o dia 15 de setembro de 2015, no Mural do Átrio da Prefeitura de Grão-Pará, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de candidatos habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado, 04 de outubro de 2015.

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição, não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, “boca de urna”.

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou por meio de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitida a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que

prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao Cargo de Conselheiro Tutelar propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como por meio de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão eleitoral/comissão especial processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão eleitoral/comissão especial, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias úteis ou conforme prazos previamente fixados neste Edital.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão eleitoral/comissão especial e das decisões do próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, data estabelecida para eleição unificada, no horário das 8 às 17 h, no Centro de Convivência dos Idosos, situado na Rua Aderbal Ramos da Silva, s/nº, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação, será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira de identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença e mencionado na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público pelo Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em um dos candidatos inscritos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros tutelares serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público, conforme a lista de eleitores fornecida pelo Cartório Eleitoral.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabine indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome o número do candidato escolhido.

3.5.2.2 Em caso de, na cédula de votação, o eleitor identificar seu voto, por meio de qualquer sinal, rasura ou mesmo votar em mais de um candidato, o voto será considerado nulo, sendo aceito apenas um "X", maiúsculo ou minúsculo, dentro do local disponível para voto na cédula para votação.

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação dos números e nomes dos candidatos.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão eleitoral/comissão especial, sempre em número máximo de cinco pessoas na Mesa Receptora de Votos.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário, um Secretário e dois membros, todos escolhidos pela Comissão eleitoral/comissão especial.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente no ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo motivo de força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos ou, imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão eleitoral/comissão especial.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão eleitoral/comissão especial.

3.7.4 Compete aos componentes da Mesa Receptora de Votos:

I – Cumprir as Normas de Procedimentos estabelecidas pela Comissão eleitoral/comissão especial;

II – Registrar na ata as impugnações de votos.

3.7.5 Na Mesa Receptora de Votos, será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive, quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I – Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III – As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração será aberta ao público e dar-se-á pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na sede do Centro de Convivência dos Idosos, situado na Rua Aderbal Ramos da Silva, s/nº, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão eleitoral/comissão especial.

3.8.2 Após a apuração dos votos, em 48 (quarenta e oito) horas, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão eleitoral/comissão especial, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.8.3 Após o término das votações, o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a ata de votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referente à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência no Conselho Tutelar e, persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso. Persistindo o empate, será realizado sorteio público. Não possuindo nenhum dos dois candidatos experiência com Conselho Tutelar, terá preferência o que tiver maior idade. Persistindo o empate, será realizado sorteio público.

4 Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado, imediatamente, após a apuração, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura de

Grão-Pará, Câmara de Vereadores, Fórum desta Comarca e no Diário Oficial Municipal, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1.954/2014, sem prejuízo das demais leis pertinentes e respectivas alterações.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

5.3 A eleição e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas mera expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão eleitoral/comissão especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante do Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro em exercício perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, na pessoa do Promotor de Justiça, com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Grão-Pará/SC, 14 de maio de 2015.

JANE BONIN

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Anexo I – CRONOGRAMA

Atos	Datas/Períodos/Prazos
Publicação do Edital	15/05/2015
Inscrições	18/05/2015 a 17/07/2015
Publicação dos Candidatos Inscritos	30/07/2015
Impugnação das Candidaturas	31/07/2015 a 06/08/2015
Curso de Capacitação sobre a Lei 8.069/1990	31/07/2015 a 07/08/2015
Notificação dos Candidatos Impugnados para Defesa	07/08/2015 a 13/08/2015
Manifestação dos Candidatos Impugnados	14/08/2015 a 20/08/2015
Resposta pela Comissão eleitoral/comissão especial Especial quanto à Manifestação dos Candidatos Impugnados	Até 27/08/2015
Recurso dos Candidatos Impugnados contra Resposta da Comissão eleitoral/comissão especial Especial diretamente à plenária do CMDCA	Até 03/09/2015
Decisão da Plenária do CMDCA em relação a Recurso dos Candidatos Impugnados contra Resposta da Comissão eleitoral/comissão especial Especial	Até 10/09/2015
Publicação do Edital com a Relação dos Candidatos que tiverem aprovadas suas Candidaturas/Inscrições	Até 15/09/2015
Eleição Unificada	04/10/2015, das 8 às 17 h
Apuração do Resultado da Eleição	Imediatamente, após fechamento da urna
Divulgação do Resultado da Eleição	Imediatamente, após sua apuração
Impugnação ao Resultado da Eleição	Em até 48 horas da divulgação, devendo ser decidido a seu respeito em 24 horas, ouvido o MP
Posse dos Conselheiros Eleitos	10/01/2016
Mandato dos Conselheiros Empossados	10/01/2016 a 09/01/2020

Grão-Pará/SC, 14 de maio de 2015.

JANE BONIN

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Anexo II – FICHA DE INSCRIÇÃO

Inscrição nº:

Nome do Candidato:

CPF nº:

RG nº:

Naturalidade:

Endereço do Candidato:

.....

.....

Telefone para Contato:

E-mail para Contato:

Apresentou Certidão Negativa de Antecedentes Criminais?
(.....) Sim (.....) Não

Possui idade superior a 21 (vinte e um) anos, comprovada por

Certidão de Nascimento/Casamento ou Carteira de Identidade?
(.....) Sim (.....) NãoReside no Município demonstrada a residência por comprovante de residência hábil?
(.....) Sim (.....) NãoPossui Ensino Médio comprovado pela apresentação do Certificado ou Diploma de Conclusão do Ensino Médio?
(.....) Sim (.....) NãoÉ servidor público municipal de Grão-Pará e tem a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar demonstrada por meio de Declaração?
(.....) Sim (.....) Não

Grão-Pará/SC, de de 2015.

Nome e Assinatura do Candidato

LEI MUNICIPAL 2.000/2015

LEI MUNICIPAL Nº 2.000/2015

(De 12 de maio de 2015)

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS Nº 1.934, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (PPA), E Nº 1.981/2014, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014, (LDO), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, da Lei Municipal nº 1.934, de 26 de novembro de 2013, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2015, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Grão-Pará até os valores abaixo relacionados:

14.00	FUNDO MUNICIPAL D SAÚDE - FMS		
14.01	FUNDO MUNICIPAL D SAÚDE - FMS		
1.019	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UBS E EQUIPAMENTOS PARA SUS MUNICIPAL		
4.4.90.00. 00. 00. 00. 00.0002	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
4.4.90.00. 00. 00. 00. 00.00023	Aplicações Diretas	R\$	12.000,00

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar definido no artigo segundo desta Lei, ficam utilizados os seguintes recursos:

14.00	FUNDO MUNICIPAL D SAÚDE - FMS		
14.01	FUNDO MUNICIPAL D SAÚDE - FMS		
1.009	CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS		
4.4.90.00. 00. 00. 00. 00.00023	Aplicações Diretas	R\$	12.000,00
14.02	DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA		
2.034	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		

3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0002	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
-----------------------------------	--------------------	-----	-----------

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 12 de maio de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 12 de maio de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PR 18/2015 RECAPE DE PNEUS

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 50/2015

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 18/2015-PR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECAPE DE PNEUS. Data e Horário de Abertura: 29/05/2015, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 06 de maio de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

DECRETO DF 030/2015 - ORÇAMENTO**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000030/15 de 15 de Maio de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002000/15 de 12 de Maio de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(002)4.4.90.00.00.00.00.00.1.009-0023 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
(069)4.4.90.00.00.00.00.00.1.019-0023 - Aplicacoes Diretas	12.000,00

Total Suplementação:	62.000,00
-----------------------------	------------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**

(002)4.4.90.00.00.00.00.00.1.009-0023 - Aplicacoes Diretas	12.000,00
--	-----------

14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA

(007)3.3.90.00.00.00.00.00.2.034-0002 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
--	-----------

Total Anulação:	62.000,00
------------------------	------------------

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 de Maio de 2015.**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 15 de Maio de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

CONVITE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 1º QUADRIMESTRE DE 2015

Convite – Audiência Pública para avaliação das metas fiscais do 1º Quadrimestre de 2015

Conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 9º, §4º), a Prefeitura de Guaraciaba, através da Secretaria Municipal da Administração e Finanças, realiza uma Audiência Pública para apresentação da avaliação das Metas Fiscais do Orçamento Fiscal, relativo ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2014. A Audiência acontece na quinta-feira, dia 28 de Maio, às 13:30 horas, no Auditório da Câmara Municipal (Rua Ademar de Barros, nº 85, Centro, Guaraciaba/SC).

Guaraciaba/SC aos 12/05/2015.

Convite – Audiência Pública para apresentação do Relatório quadrimestral de Gestão de Saúde – 1º Quadrimestre de 2015

A Prefeitura Municipal de Guaraciaba, através da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, realiza uma Audiência Pública para apresentação do Relatório Anual de Gestão de Saúde 2014. A Audiência acontece na quinta-feira, dia 28 de Maio, às 14:30 horas, no Auditório da Câmara Municipal (Rua Ademar de Barros, nº 85, Centro, Guaraciaba/SC).

Guaraciaba/SC aos 12/05/2015.

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS 71.2015 PMGBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015

PROCESSO Nº 71/2015 HOMOLOGAÇÃO: 14/05/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FLORES DE ESTAÇÃO

SORTIDAS, SUBSTRATO ORGÂNICO E FARELO DE OSSO DE PERU PARA ATENDER A DEMANDA NOS SERVIÇOS DE PLANTIO DE FLORES E FERTILIZAÇÃO DO SOLO PARA PLANTIO NA PRAÇA MUNICIPAL E CANTEIRO EM RUAS DA CIDADE NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA.

CONTRATADO: SHEILA FLORICULTURA LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.184,50 (cinco mil cento e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos)

=====

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 45/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preços 45/2015
Processo Licitatório: 45/2015
Tipo: Menor Preço - Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA LEOPOLDO FRIEDEL, NO BAIRRO ILHA DA FIGUEIRA EM GUARAMIRIM/SC, COM EXTENSÃO DE 260 METROS, EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 785596/2013 DO MINISTÉRIO DAS CIDADES.

Entrega dos Envelopes: 03/06/2015 às 09h00min
Abertura dos Envelopes: 03/06/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 14 de maio de 2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE RP Nº04/2015 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2015 - HSA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2015

Objeto: Aquisição de filmes de raio x, fixador e revelador.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º03/2015 - HSA
Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o nº 84.092.709/0001-54, com sede na Rua João Butschardt, n.º 05, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: FUJIFILM DO BRASIL LTDA, com sede na Av. Ibirapuera, nº2.315, em São Paulo, SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 60.397.874/0001-56
Valor: R\$ 89.200,00 (oitenta e nove mil e duzentos reais)
Vigência: Início: 11/05/2015 Término: 10/05/2016.

Guaramirim-SC, 15 de maio de 2015.
MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA HSA

EXTRATO DE ATA DE RP Nº05/2015 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2015 - HSA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2015

Objeto: Aquisição de soros e soluções.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º06/2015 - HSA
Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o nº 84.092.709/0001-54, com sede na Rua João Butschardt, n.º 05, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: ALTERMED MAT. MED. HOSP. LTDA, com sede na

Estrada Boa Esperança, 2320, em Rio do Sul, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 00.802.002/0001-02
Valor: R\$ 17.795,00 (dezessete mil setecentos e noventa e cinco reais).

Fornecedor: METROMED COM. MAT. MED. HOSP. LTDA, com sede na Estrada Boa Esperança, 1918, em Rio do Sul, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 83.157.032/0001-22

Valor: R\$ 61.800,00 (sessenta e um mil e oitocentos reais).

Fornecedor: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, com sede na Rua Uruguai, 1538D, em Chapecó, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 85.247.385/0001-49

Valor: R\$ 52.550,00 (cinquenta e dois mil quinhentos e cinquenta reais).

Vigência: Início: 14/05/2015 Término: 13/05/2016.

Guaramirim-SC, 15 de maio de 2015.
MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA HSA

PORTARIA Nº. 381/2015

PORTARIA Nº. 381/2015

NOMEIA membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº 003/2015, da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados como membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº 003/2015, da Prefeitura Municipal de Guaramirim, para os cargos de Enfermeiro PSF e Médico Clínico Geral e Médico PSF:

- Cheila Patricia Rohweder;
- Adriana Rampon Stanguerlin de Andrade;
- Denise Malmann Varnier;
- Tanisse Amorim Ferrari Chaves;
- Luciana Leite.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de maio de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - FMS PL 07

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 07/2015 - Pregão Presencial Nº. 06/2015.

Objeto: Aquisição de veículo automotor zero km para ser utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul no transporte de pacientes, em execução ao Convenio nº. 2014TR002791 (Processo nº. SDR30 00001108/2014), através do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira e o município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 28/05/2015.

(Documentos as 08:15 horas / Abertura as 08:30 horas).

Editais e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal informações pelo fone 49 36420122 ou no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 14 de maio de 2015.

Vera L. Segat,

Secretária Municipal de Saúde.

DECRETO MUNICIPAL 064_2015

Decreto Municipal 064/2015

PROMOVE DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial a Lei Municipal nº 753/87 de 07 de Agosto de 1987, em seu capítulo I, Artigo 2º, Parágrafo 3º e Art. 9º, alterado pela Lei 1.811/2006 de 24 de abril de 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica AUTORIZADO o DESDOBRAMENTO dos LOTES URBANOS nºs 6 (seis) e 6-A (seis-A), com as respectivas áreas de 1.250,0m² (Hum mil e duzentos e cinquenta metros quadrados), e 1.190,0m² (hum mil cento e noventa metros quadrados, sem acessões, situado na Rua Olavo Bilac de Souza, na Linha Pessegueiro, no Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, objeto da matrícula nº 129, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC, de propriedade de Valdeci Ely, CPF nº 563.530.909-78, Gorete Fernandes Ely, CPF nº 021.157.499-60, Alevino Vichiatti, CPF nº 715.699.019-53 e Zulmira Maria Schiavo Vichiatti, CPF nº 927.664.639-68. Com o parcelamento do solo as áreas passam a ter as seguintes descrições:

ÁREA PRIMITIVA: (MAT. 129)

LOTES URBANOS nºs 6 (seis) e 6-A (seis - A), com as respectivas áreas de 1.250,0m² (Hum mil e duzentos e cinquenta metros quadrados), e 1.190,0m² (hum mil cento e noventa metros quadrados, sem acessões, situado na Linha Pessegueiro, no Município de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com o Lote nº 1-A e travessão, numa extensão de 42,80 metros;

SUL, Com uma rua (atual rua Olavo Bilac de Souza), numa extensão

de 76,0 metros;

LESTE, Com o Lote 01, numa extensão de 31,70 metros.

SUDOESTE, Com o Lote nº 39, numa extensão de 15,30 metros;

NOROESTE, Com o lote D e chácara 01, numa extensão de 41,70 metros.

ÁREA DESDOBRADA 01

LOTE FORMADO PELA PARTE DO LOTE URBANO nº 6 (seis) com área de 625,0m² (seiscentos e vinte e cinco metros quadrados), sem acessões, situado na Rua Olavo Bilac de Souza, na Linha Pessegueiro, no Município de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com o Lote nº 1-A, medindo de 19,42 metros;

SUL, Com a Rua Olavo Bilac de Souza, medindo de 18,51 metros;

LESTE, Com o Lote 01, medindo de 31,70 metros.

OESTE, Com a parte do mesmo lote urbano nº 06, medindo de 35,01 metros;

ÁREA DESDOBRADA 02

LOTE FORMADO PELA PARTE DOS LOTES URBANOS nºs 6 (seis) e 6-A (seis A) com as respectivas áreas de 322,94m² (Trezentos e vinte e dois metros e noventa e quatro décimos quadrados), e 366,85m² (Trezentos e sessenta e seis metros e oitenta e cinco décimos quadrados), perfazendo um total de 689,79m² (seiscentos e oitenta e nove metros e setenta e nove décimos quadrados), sem acessões, situados na Rua Olavo Bilac de Souza, na Linha Pessegueiro, no Município de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com o Lote nº 1-A, medindo de 19,03 metros;

SUL, Com a Rua Olavo Bilac de Souza, medindo de 18,69 metros;

LESTE, Com a parte do mesmo Lote Urbano nº 06, medindo de 35,06 metros.

OESTE, Com as partes dos mesmos lotes urbanos nºs 06 e 6-A, medindo de 38,66 metros.

ÁREA DESDOBRADA 03

LOTE FORMADO PELA PARTE DOS LOTES URBANOS nºs 6 (seis) e 6-A (seis A) com as respectivas áreas de 259,61m² (Duzentos e cinquenta e nove metros e sessenta e um décimos quadrados) e 415,0m² (Quatrocentos e quinze metros quadrados), perfazendo um total de 674,61m² (seiscentos e setenta e quatro metros e sessenta e um décimos quadrados), sem acessões, situados na Rua Olavo Bilac de Souza, na Linha Pessegueiro, no Município de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com o Lote nº 1-A, medindo de 4,35 metros;

SUL, Com a Rua Olavo Bilac de Souza, medindo de 18,80 metros;

LESTE, Com as partes dos mesmos lotes urbanos nºs 06 e 6-A, medindo de 38,66 metros.

OESTE, Com as partes dos mesmos lotes urbanos nºs 06 e 6-A, medindo de 29,66 metros;

NOROESTE, Com a chácara 01 e com o Lote D, medindo 17,08 metros.

ÁREA DESDOBRADA 04

LOTE FORMADO PELA PARTE DOS LOTES URBANOS nºs 6 (seis)

e 6-A (seis A) com as respectivas áreas de 46,35m² (Quarenta e seis metros e trinta e cinco décimos quadrados) e 404,25m² (Quatrocentos e quatro metros e vinte e cinco décimos quadrados), perfazendo um total de 450,60m² (Quatrocentos e cinquenta metros e sessenta décimos quadrados), sem acessões, situados na Rua Olavo Bilac de Souza, na Linha Pessegueiro, no Município de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações:

SUL, Com a Rua Olavo Bilac de Souza, medindo de 20,0 metros;
LESTE, Com as partes dos mesmos lotes urbanos nºs 06 e 6-A, medindo de 29,66 metros.

SUDOESTE, Com o Lote Urbano nº 39, medindo de 15,30 metros;
NOROESTE, Com a chácara 01, medindo 24,62 metros.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em 22 de Abril de 2015

63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

• Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária da Administração e Fazenda

DECRETO MUNICIPAL Nº 65_2015

Decreto Municipal 065/2015

PROMOVE DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial a Lei Municipal nº 753/87 de 07 de Agosto de 1987, em seu capítulo I, Artigo 2º, Parágrafo 3º e Art. 9º, alterado pela Lei 1.811/2006 de 24 de abril de 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica AUTORIZADO o DESDOBRAMENTO dos LOTES URBANOS nºs 16 (dezesesseis) e 17 (dezessete), com as respectivas áreas de 1.100,0m² (Hum mil e cem metros quadrados), e 1.100,0m² (hum mil e cem metros quadrados), totalizando uma área de 2.200,0m² (dois mil e duzentos metros quadrados), sem acessões, situado na Rua Do Comércio, esquina com a Rua Cedro, na Linha Pessegueiro, no Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, objeto da matrícula nº 949, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC, de propriedade de Antônio Martins da Rosa, CPF nº 526.451.429-15 e Salete Terezinha da Rosa, CPF nº 022.502.479-94. Com o parcelamento do solo as áreas passam a ter as seguintes descrições:

ÁREA PRIMITIVA: (MAT. 949)

LOTES URBANOS nºs 16 (dezesesseis) e 17 (dezessete), com as respectivas áreas de 1.100,0m² (Hum mil e cem metros quadrados), e 1.100,0m² (hum mil e cem metros quadrados), sem acessões, situado na Rua Do Comércio, esquina com a Rua Cedro, na Linha Pessegueiro, no Município de Guarujá do Sul, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com o Lote nº 15, numa extensão de 50,0 metros;
SUL, Com a Rua Cedro, numa extensão de 50,0 metros;
LESTE, Com a Rua Do Comércio, numa extensão de 44,0 metros.

OESTE, Com o Lote Urbano nº 24, e parte do Lote Urbano nº 14, numa extensão de 44,0 metros;

ÁREA DESDOBRADA

LOTE FORMADO PELAS PARTES DOS LOTES URBANOS nºs 16 (dezesesseis), com área de 550,0m² (Quinhentos e cinquenta metros quadrados), e 17 (dezessete) com área de 50,0m² (Cinquenta metros quadrados), perfazendo a área total de 600,0m² (Seiscentos metros quadrados) sem acessões, situado na Rua Do Comércio, a uma distância de 20,0 metros da esquina com a Rua Cedro, na Linha Pessegueiro, no Município de Guarujá do Sul, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com o Lote nº 15, medindo de 25,0 metros;

SUL, Com a parte do mesmo Lote Urbano nº 17, medindo de 25,0 metros;

LESTE, Com a Rua Do Comércio, medindo de 24,0 metros.

OESTE, Com a parte dos mesmos Lotes Urbanos nº 16 e 17, medindo de 24,0 metros.

ÁREA REMANESCENTE

LOTE FORMADO PELAS PARTES DOS LOTES URBANOS nºs 16 (dezesesseis), com área de 550,0m² (Quinhentos e cinquenta metros quadrados), e 17 (dezessete) com área de 1.050,0m² (Hum mil e cinquenta metros quadrados), perfazendo a área total de 1.600,0m² (Hum mil e seiscentos metros quadrados) sem acessões, situado na Rua Do Comércio, esquina com a Rua Cedro, na Linha Pessegueiro, no Município de Guarujá do Sul, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com o Lote nº 15, medindo de 25,0 metros;

SUL, Com a Rua Cedro, medindo de 50,0 metros;

LESTE, Com a Rua Do Comércio, medindo de 20,0 metros.

OESTE, Com o Lote Urbano nº 24, e parte do Lote Urbano nº 14, numa extensão de 44,0 metros;

Novamente ao Norte, Com parte do mesmo Lote Urbano nº 17, medindo 25,0 metros;

E novamente ao Leste, Com a parte dos mesmos Lotes Urbanos nº 16 e 17, medindo de 24,0 metros.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em 22 de Abril de 2015

63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

• Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária da Administração e Fazenda

DECRETO MUNICIPAL Nº 71_2015

Decreto Municipal 071/2015

REGULAMENTA A EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial a Lei Complementar nº 21/2015 de 07 de Abril de 2015.

D E C R E T A:

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO DA NFS-e

Art. 1º Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e – o documento obrigatório emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio do Município de Guarujá do Sul, SC, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços das pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as isentas ou imunes, estabelecidas no Município de Guarujá do Sul, SC.

CAPÍTULO II DA OBRIGATORIEDADE DA EMISSÃO DA NFS-e

Art. 2º A utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, para todos os contribuintes prestadores de serviços devidamente inscritos, licenciados e ativos no Município, optantes ou não do Simples Nacional, independente de gozar de isenção, imunidade ou qualquer outro benefício fiscal será obrigatória a partir de 01/01/2016.

Parágrafo único. Às pessoas jurídicas não prestadoras de serviços ou não responsáveis pelo recolhimento do imposto, fica facultada a utilização do sistema da NFS-e para efeito de importação e exportação de dados.

CAPÍTULO III DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e

Seção I Do Acesso pelo Contribuinte

Art. 3º O acesso à ferramenta de emissão e gerenciamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e – se dará por login e senha de acesso, no padrão fornecido pela ferramenta CIDADÃO WEB, disponibilizada pelo Município no site <http://www.guarujadosul.sc.gov.br>.

Art. 4º O prestador de serviços deverá efetuar a solicitação de acesso para a utilização do sistema par emissão de NFS-e através do CIDADÃO WEB, na opção solicitação de acesso.

§ 1º Ao concluir a solicitação, o contribuinte deverá emitir o documento disponibilizado e protocolar o mesmo na Prefeitura deste Município.

§ 2º As pessoas jurídicas deverão encaminhar o formulário com firma reconhecida do seu representante legal, acompanhado do Contrato Social e sua última alteração, se houver.

§ 3º Os condomínios residenciais e comerciais deverão encaminhar o formulário com firma reconhecida do síndico ou responsável, acompanhado da cópia da ata da Assembleia que o elegeu.

§ 4º Os órgãos da administração pública direta, autarquias e fundações da União, dos Estados e dos Municípios deverão encaminhar o formulário acompanhado da cópia do ato administrativo que nomeia e autoriza o servidor a representa-lo.

§ 5º Para os casos em que o signatário do formulário for procurador, além do disposto anteriormente é obrigatório anexar a procuração pública, autorizando o procurador a representa-lo neste ato

§ 6º Os documentos fiscais convencionais autorizados pelo Fisco e não utilizados deverão ser entregues à Administração Tributária Municipal para destruição, no momento da solicitação para acesso ao sistema, sendo pré-requisito para a liberação do acesso.

Art. 5º Após a solicitação da senha web, na forma antes disposta,

e comprovação da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio daquela e, em seguida será encaminhada, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem de desbloqueio.

§ 1º No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail), informado no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º Decorrido o prazo de trata o parágrafo anterior sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, com em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 6º A senha web representa a assinatura eletrônica da pessoa jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 7º A pessoa jurídica detentor da senha web será responsável por todos os atos praticados no sistema da Nota Fiscal Eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

Seção II Do Acesso pela Administração Fazendária

Art. 8º O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterà dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso

Art. 9º A senha de acesso prevista do artigo anterior, será outorgada ao Fiscal de Tributos Municipal ou a quem ele delegar, a qual conterà as seguintes funções:

I - Habilitar e desabilitar usuários;

II - Criar ou modificar perfis de utilização do sistema;

III - Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

Art. 10 Aos funcionários da Administração Fazendária será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

CAPÍTULO IV DA EMISSÃO DA NOTA

Art. 11 A NFS-e será gerada eletronicamente ("on line") através do "link" denominado "NFS-e" disponível no site do Município de Guarujá do Sul, no endereço <http://www.guarujadosulsc.gov.br>.

Art. 12 A NFS-e obedecerá o modelo a ser instituído pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, e conterà, no mínimo:

I – número sequencial;

II – código de verificação de autenticidade;

III – data e hora da emissão;

IV – identificação do prestador de serviços, apresentando:

a) nome empresarial;

b) endereço físico;

c) endereço de correio eletrônico (e-mail);

d) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

e) inscrição no Cadastro Mobiliário municipal;

V – identificação do tomador dos serviços, contendo, no mínimo:

a) nome ou nome empresarial;

b) endereço físico;

c) endereço de correio eletrônico (e-mail), se houver;

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

e) inscrição no Cadastro Mobiliário municipal, se houver;

VI – discriminação do serviço e o código correspondente, conforme item da Lista de Serviços de que trata a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

VII – o valor total da operação;

VIII - a base de cálculo do ISSQN e a dedução efetuada, quando permitida pela legislação municipal ou determinada por decisão judicial;

IX – alíquota e valor do ISSQN;

X – indicação das seguintes informações, se ocorridas:

a) isenção ou imunidade relativa ao ISSQN;

b) serviço não tributado pelo Município de Guarujá do Sul/SC;

c) retenção de ISSQN na fonte;

d) número e data do documento emitido, nos casos de substituição;

e) número e data do RPS convertido;

§1º A numeração da NFS-e será gerada pelo sistema emissor, em ordem crescente sequencial específica para cada estabelecimento prestador de serviços.

§2º O sistema da NFS-e permitirá o uso da logomarca da empresa prestadora dos serviços.

Art. 13 O prestador de serviços obrigado ou optante deverá emitir NFS-e para todos os serviços prestados, sendo vedada a utilização de outro documento fiscal.

Art. 14 Cada NFS-e conterá apenas um código de serviço.

Art. 15 A NFS-e emitida será enviada por “e-mail” ao tomador do serviço ou, por solicitação deste, será impressa em via única.

CAPÍTULO V DA ALTERAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Art. 16 A NFS-e não poderá ser cancelada, mas somente substituída pelo emitente antes do pagamento do imposto.

Art. 17 Não se admite substituição da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação.

Seção I Da Carta de Correção

Art. 18 Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da “Carta de Correção”, destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§1º - É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§2º - Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo a base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§3º - Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§4º - Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

Art. 19 São permitidas por processo administrativo correções referentes a tributação das notas do simples nacional que foram emitidas com a opção simples erradas, convertendo-as para o regime tributário correspondente a opção do prestador.

Art. 20 É permitido correções na NFS-e referente a natureza de operação quando não ocorreu a emissão da guia.

CAPÍTULO VI DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS - RPS

Art. 21 Os contribuintes poderão emitir Recibo Provisório de

Serviços – RPS para acobertar operações de prestação de serviços, convertendo-os posteriormente em NFS-e:

I - na impossibilidade de conexão com o sistema de emissão da NFS-e disponibilizado pelo Município;

II – por opção do prestador, atendendo as necessidades de sua atividade.

Art. 22 É obrigatória a conversão do RPS em NFS-e até cinco dias após à sua emissão.

Art. 23 O RPS será identificado pela expressão “Recibo Provisório de Serviços – RPS”, não podendo ser confundido com documento fiscal.

Art. 24 O RPS terá formato livre, mas observará obrigatoriamente o seguinte:

I – será numerado em ordem crescente sequencial, iniciada pelo numeral 1, com a identificação da série RPS;

II – será emitido contendo apenas um código de serviço por documento;

III - conterá todas as informações necessárias à emissão da NFS-e e ainda:

a) a data de emissão;

b) a mensagem: “Este documento será convertido em NFS-e até o cinco dias da emissão do mesmo. Para confirmar, acesse <http://www.guarujadosul.sc.gov.br>.”

§1º O prestador deverá solicitar a autorização para a confecção do RPS na fazenda municipal.

§2º O RPS emitido será entregue ao tomador do serviço, mantendo-se os dados pelo prestador até a conversão em NFS-e.

Art. 25 A conversão de RPS em NFS-e será efetuada diretamente no sistema ou por transmissão em lotes, na forma definida pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

§1º A correção de quaisquer inconsistências nas informações transmitidas deverá ser efetuada no prazo definido para a conversão do RPS em NFS-e.

§2º A falta de conversão do RPS em NFS-e configura não emissão de documento fiscal, sujeitando o obrigado às penalidades previstas na legislação.

CAPÍTULO VII DA DISPENSA

Art. 26 Estão dispensados da emissão da NFS-e, mas podem optar por sua emissão, os contribuintes devidamente inscritos e licenciados no Município:

I – Os profissionais Autônomos;

II – Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidos no Município;

III – O microempresário individual optante do SIMPEI;

IV – Os prestadores cujos serviços estejam previstos nas hipóteses de incidência descritas no subitem 21.01 da lista anexa à Lei Complementar 116/2003;

V – As empresas, os templos religiosos, os partidos políticos e suas fundações, as instituições filantrópicas e demais relacionadas no art. 150, VI da CF/88 reconhecida imunidade tributária pelo Município.

CAPÍTULO VIII DO RECOLHIMENTO DO ISSQN

Art. 27 O recolhimento do ISSQN referente às NFS-e deverá ser

efetuado exclusivamente no documento de arrecadação emitido pelo próprio sistema gerador do documento eletrônico, observados os prazos estabelecidos em lei ou regulamento.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput:

I – Ao ISSQN retido na fonte por meio de sistema próprio dos governos federal, estadual e municipal;

II – às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativamente aos serviços prestados.

CAPÍTULO IX DAS PENALIDADES

Art. 28 Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

I - 50 UFRM's para cada NFS-e não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;

II – 50 UFRM's para cada emissão indevida de NFS-e tributáveis como isentos, imunes, ou não tributáveis;

III – 50 UFRM's para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada.

Art. 29 Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á multa de valor igual a:

I - 45 UFRM's para cada RPS emitido e não convertido em NFS-e, no prazo legal;

II - 45 UFRM's para cada RPS não convertido em NFS-e e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos regulamentados.

Art. 30 O uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres ou registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais, configura crime, nos termos da lei, sujeitando-se às sanções penais.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31 As NFS-e poderão ser consultadas em sistema próprio do Município de Guarujá do Sul/SC, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados da sua emissão.

Parágrafo único. Após o prazo previsto no caput, a consulta às NFS-e emitidas poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

Art. 32 Os contribuintes não obrigados ou não optantes pelo sistema de emissão de NFS-e e os tomadores de serviços estabelecidos no município ficam sujeitos a informar suas operações ou prestações na forma da legislação.

Art. 33 Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em 30 de Abril de 2015

63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

• Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretária da Administração e Fazenda

DECRETO MUNICIPAL Nº 72_2015

Decreto Municipal 072/2015

INSTITUI E REGULAMENTA O LIVRO ELETRÔNICO COMO DECLARAÇÃO MENSAL PARA LANÇAMENTO DAS BASES TRIBUTÁVEIS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS, PARA A APURAÇÃO DO ISSQN MENSAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial os artigos 213 e 308 da Lei Municipal 1603/2002 de 23 de dezembro de 2002, e alterações posteriores, e a Lei Complementar nº 21/2015 de 07 de Abril de 2015.

D E C R E T A:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica criado o Livro Eletrônico informatizado e disponibilizado no sítio da página web desta municipalidade www.guarujadosul.sc.gov.br para escrituração e declaração mensal do ISSQN decorrente de serviços prestados e tomados por empresas sediadas no Município de Guarujá do Sul ou por tomadores de serviços executados neste município.

Art. 2º Os prestadores e tomadores de serviços, ainda que imunes ou isentos, estão obrigados ao cumprimento das obrigações acessórias previstas neste Decreto e na legislação tributária em vigor.

CAPÍTULO II DA DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS E APURAÇÃO DE ISSQN

Art. 3º Ficam obrigados a declarar, mensalmente, na página da web, os serviços prestados e/ou contratados, os contribuintes e tomadores de serviços, a saber:

I - As pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as MEs e EPPs, optantes do Simples Nacional ou não;

II - As pessoas jurídicas de direito público, ainda que imunes ou isentas, inclusive os órgãos da Administração direta ou indireta da União, do Estado e do Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município de Guarujá do Sul;

III – Os prestadores, tomadores ou intermediários de serviços, ainda que não cadastrados como contribuintes do ISSQN neste município, salvo os legalmente dispensados da retenção do ISSQN;

Parágrafo Único. Ficam dispensados da declaração previstas neste artigo os prestadores de serviços que recolhem o IISQN na modalidade fixa.

Art. 4º A Declaração de ISSQN Próprio e a Declaração de ISSQN Retido, com a apuração deste imposto, é uma obrigação tributária acessória e serão geradas por programa de software específico, denominado Livro Eletrônico, disponibilizado no endereço eletrônico do Município de Guarujá do Sul, www.guarujadosul.sc.gov.br.

§ 1º O Livro Eletrônico conterá:

I - As informações cadastrais do responsável legal e contábil da Pessoa Jurídica declarante;

II - As informações cadastrais do responsável pelas declarações,

contador ou pessoa por ele indicada;

III - Os dados de identificação do prestador e/ou tomador dos serviços;

IV - Todos os serviços prestados e tomados pelo declarante, baseados ou não em documentos fiscais ou gerenciais, emitidos ou recebidos em razão da prestação de serviços, sujeitos ou não a incidência do ISSQN, ainda que não devido ao município de Guarujá do Sul, (SC);

V - O item da lista de serviços, o valor e o mês de competência dos serviços tomados ou prestados;

VI - O registro das deduções na base de cálculo, quando admitidas pela legislação do ISSQN deste Município;

VII - O registro da inexistência de serviço prestado ou tomado, no período de referência da Declaração Mensal de Serviços, se for o caso;

VIII - O registro do imposto devido, inclusive sobre regime de estimativa, e do imposto retido na fonte ou por substituição de responsabilidade tributária;

IX - Outras informações de interesse do Fisco Municipal.

§ 2º Ao processar a Declaração, automaticamente será gerado o imposto devido e disponibilizado na mesma ferramenta, o documento de arrecadação do ISSQN apurado conforme as informações prestadas na mesma declaração;

§ 3º A Declaração de ISSQN próprio e a Declaração de ISSQN Retido, de que trata o caput deste artigo, formaliza o lançamento e constitui confissão a obrigação tributária, tornando-se, também, instrumento hábil e suficiente para a exigência do ISSQN próprio e retido de terceiros resultante das informações nela prestadas que não tenha sido recolhido no prazo regulamentar.

Art. 5º Ficam substituídas as guias e os "carnês" de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN pela Guia de Pagamento do ISS, gerada e emitida através do programa Livro Eletrônico após o registro da Declaração Mensal, a partir 01/01/2016, competência 12/2015, no endereço supramencionado, inclusive para as empresas prestadoras de serviços, não optantes do Simples Nacional e enquadradas no regime de recolhimento do ISSQN calculado pela receita bruta mensal.

Art. 6º O descumprimento ao disposto neste Decreto sujeita o infrator às sanções previstas na legislação tributária Municipal em vigor, sem prejuízo de outras cominações legais aplicáveis, em especial se:

I - deixar de remeter à Secretaria Municipal da Fazenda, a Declaração de ISS e/ou Declaração de ISS Retido, independentemente do pagamento do imposto;

II - apresentar a Declaração de ISS próprio e/ou Declaração de ISS Retido de terceiros com omissões ou dados inexatos ou inverídicos.

Art. 7º A Declaração, que trata o artigo 4º deste Decreto, deverá ser feita e enviada mensalmente, com ou sem movimento, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao fato gerador do tributo.

Art. 8º O contribuinte e/ou o substituto tributário, além de observar as obrigações constantes do artigo 4º, deverá entregar declaração retificadora, no caso de erro na elaboração de declaração já apresentada ou de apresentação da mesma de forma incompleta ou inexata.

Parágrafo Único - A retificação de dados ou informações constantes do Livro Eletrônico, e já apresentadas, somente está protegida da aplicação de penalidade se realizada e entregue até o último dia útil anterior ao início de qualquer medida de fiscalização relacionada à verificação ou apuração do imposto devido e declarado.

Art. 9º A retificação da declaração poderá ser efetuada por meio eletrônico mediante apresentação de nova declaração.

§ 1º A declaração retificadora mencionada no caput deste artigo terá a mesma natureza da declaração originalmente apresentada, e conterá todas as informações, inclusive os itens não alterados, servindo para aumentar ou reduzir os valores de débitos do ISS já informados.

§ 2º Não será aceita a retificação que tenha por objeto alterar os débitos fiscais relativos ao ISS:

I - cujos saldos a pagar já tenham sido inscritos em Dívida Ativa, nos casos que importe alteração do valor;

II - cujos valores das diferenças apuradas em procedimentos de auditoria interna, relativos às informações inexatas ou incompletas das notas fiscais dos prestadores, intermediários e tomadores registrados no Livro Eletrônico, já tenham sido inscritos em Dívida Ativa;

III - em relação ao o sujeito passivo já tenha sido notificado do início de procedimento fiscal.

§ 3º A retificação de valores da declaração que resulte em alteração do montante do débito já inscrito em Dívida Ativa do Município, somente poderá ser efetuada pelas entidades competentes nos casos em que houver prova inequívoca da ocorrência de erro fático no preenchimento da declaração.

Art. 10 Os comprovantes de Pagamento do ISS ou de retenção feita pelo tomador do serviço, os documentos fiscais, emitidos ou não, ou recebidos em razão de serviços prestados, tomados ou vinculados, das deduções legais e demais comprovantes dos dados e informações contidas na declaração, deverão ficar em poder do responsável legal, para imediata exibição ao Fisco sempre que solicitados, pelo período de 05 (cinco) anos contados da data prevista para apresentação da declaração de cada competência à Secretaria Municipal da Fazenda.

CAPÍTULO III DOS LIVROS FISCAIS

Art. 11 O Livro de Registro de Serviços Prestados e o Livro de Registro de Serviços Tomados deverão, no final de cada exercício, ser processados eletronicamente com os dados fornecidos nas declarações mensais, constantes do endereço mencionado no art. 4º, pelos contribuintes prestadores e tomadores de serviços, sendo facultativa sua impressão.

Art. 12 Os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidos no Município de Guarujá do Sul (SC), deverão apresentar mensalmente ao Fisco Municipal as informações fiscais sobre os serviços prestados, podendo estes cadastrar seu próprio plano de contas, vinculando as contas aos seus respectivos COSIFs.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não exclui a obrigação da apresentação ao Fisco Municipal, da declaração mensal dos serviços tomados prevista no artigo 3º deste Decreto.

Art. 13 Os estabelecimentos de crédito, financiamento, investimento e bancários estão dispensados da emissão de notas fiscais de serviços e escrituração de livros fiscais, ficando, porém, obrigados, a manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central.

§ 1º Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a discriminação dos serviços e os valores mensais de receitas correspondentes.

§ 2º Como contratante de serviços, os estabelecimentos mencionados no caput deste artigo deverão escriturar, no mesmo endereço eletrônico, as notas fiscais de serviços tomados e os recibos de todos os serviços contratados, na forma dos artigos 3º e 4º deste

Decreto.

Art. 14 O recolhimento do imposto, retido na fonte ou por substituição de responsabilidade Tributária, far-se-á em nome do responsável pela retenção ou do substituto da responsabilidade, através de documento de arrecadação emitido mediante a Declaração prevista no artigo 4º deste Decreto.

§ 1º O não recolhimento do ISSQN retido, no prazo estabelecido, será considerado apropriação indébita, ficando o responsável sujeito às penalidades previstas, sem prejuízo da responsabilidade cível e criminal.

§ 2º Consideram-se substituto da responsabilidade tributária, independente da retenção na fonte do ISS, todos os tomadores de serviços previstos no parágrafo 2º do artigo 195 da Lei Complementar nº 4.090/2010.

§ 3º O pagamento do ISSQN, somente dar-se-á por meio do documento hábil, DAM previsto no artigo 5º deste Decreto, sendo vedado o pagamento por qualquer outro meio.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 A apuração do ISSQN a pagar será feita, ao final de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou responsável pelo imposto, mediante lançamentos contábeis em sua escrita fiscal e sua movimentação financeira e bancária, os quais estarão sujeitos a posterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 1º O prestador de serviços deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, todas as receitas decorrentes da prestação de serviços, com seus respectivos valores do imposto que sofreu retenção na fonte ou que seja devido a outro município, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISS para recolhimento do imposto devido.

§ 2º O responsável tomador dos serviços sujeitos ao imposto deverá escriturar por meio eletrônico, disponibilizado via Internet, mensalmente, as Notas Fiscais ou Faturas e os Recibos comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções de ISSQN devidas, emitindo ao final do processamento a Guia de Pagamento do ISSQN para recolhimento do valor apurado com vencimento no dia 15 de mês subsequente à sua competência.

§ 3º Fica o tomador dispensado da retenção na fonte do Imposto sobre Serviços – ISSQN, comprovado através de Nota Fiscal Avulsa, emitida pelo Município de Guarujá do Sul.

Art. 16 Os contribuintes do ISSQN, que comprovadamente não prestaram serviços sujeitos ao ISSQN, deverão informar através do Livro Eletrônico, a ausência de movimentação econômica por não auferir receita decorrente da prestação de serviços naquele período.

§ 1º A falta de emissão de nota fiscal de prestação de serviços não comprova que não houve prestação de serviços prevista no caput deste artigo tampouco o desobriga do pagamento do ISSQN devido sobre a receita bruta mensal auferida com esta operação.

§ 2º Fica o tomador do serviço dispensado de efetuar a declaração mensal de serviços tomados quando houver previsão legal para dispensa da retenção do ISSQN do prestador.

Art. 17 Aos prestadores de serviços fica vedado o recolhimento da Guia de Pagamento do ISSQN com valor inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

§ 1º Quando o valor do imposto resultar inferior a R\$ 10,00 (dez reais), deverá ser acumulado com o imposto correspondente ao período ou períodos subsequentes, até que o somatório seja igual ou superior a R\$ 10,00, (dez reais), ocasião em que será pago ou recolhido, obedecido o prazo estabelecido na legislação para este último período de apuração, sem os acréscimos de mora.

Art. 18 Os responsáveis contábeis, de todas as pessoas jurídicas

mencionadas no caput do artigo 3º deste Decreto, deverão efetuar os seus respectivos cadastros no site do Município www.guarujadosul.sc.gov.br, no link LIVRO ELETRÔNICO, para obter permissão e liberação da senha e a chave de integridade para acesso ao sistema.

Art. 19 O suporte técnico desta ferramenta eletrônica, o cadastramento de cada usuário e a liberação da Chave de Fidelidade, bem como o manual de operações do módulo Declarante do Livro Eletrônico e o formato dos arquivos de importação de documentos, emitidos e recebidos, estarão à disposição dos contabilistas, dos contribuintes ou qualquer outro obrigado, no endereço eletrônico constante do artigo 4º deste regulamento e pelo Departamento de Fiscalização da Secretaria da Fazenda do Município de Guarujá do Sul.

Art. 20 As infrações cometidas a este regulamento serão punidas com as sanções previstas na legislação tributária municipal vigente.

Art. 21 Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em

30 de Abril de 2015

63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

• Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária da Administração e Fazenda

DECRETO MUNICIPAL Nº 79_2015

Decreto Municipal 79/2015

DISPÕE SOBRE DELEGAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO SIM, SISBI/POA, SISBI/POV, SISBI/IA.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e com fundamento no artigo 63 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal 1.574/2002 de 23 de julho de 2002.

Considerando o Município dispor de Lei nº 1.574/2002 de 23 de julho de 2002 do Serviço Municipal de Inspeção – SIM, para origem animal e vegetal;

Considerando o Município possui apenas um médico veterinário para execução da Lei, e que o mesmo encontra-se em período de férias;

Considerando que o município dispõe de Lei nº 2.173/2012 de 12/03/2012, que autoriza a participação no CONSAD – Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local do Extremo Oeste;

Considerando o contrato de programa celebrado entre o município e consórcio que outorga os serviços ao mesmo.

DECRETA:

Art. 1º - Que as atribuições do SIM ficam designadas ao Consórcio - Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local do Extremo Oeste, com vistas a equivalência conforme Portaria 337 de

15 de setembro de 2014 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para com a padronização dos procedimentos documentais de registro de estabelecimento.

Parágrafo único: Assim também registros de produtos, rótulos e serviços diante do contrato de rateio celebrado entre o Consórcio e o Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em 11 de Maio de 2015
63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.
José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

• Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretária da Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 52 E 55

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 52/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 28/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: BOSA & BOSA LTDA EPP.
OBJETO: Aquisição de Merenda Escolar (gêneros alimentícios) e Gás de Cozinha para atender a Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 8.020,40
VIGENCIA: 30/12/2015
Guarujá do Sul, SC, 13 de maio de 2015..
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 53/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 28/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: SUPERMERCADO E TRANSPORTES GALLERT LTDA ME .
OBJETO: Aquisição de Merenda Escolar (gêneros alimentícios) e Gás de Cozinha para atender a Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 25.569,70
VIGENCIA: 30/12/2015
Guarujá do Sul, SC, 13 de maio de 2015.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 54/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 28/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: AP OESTE DISTR. E COM. DE ALIMENTOS LTDA EPP
OBJETO: Aquisição de Merenda Escolar (gêneros alimentícios) e

Gás de Cozinha para atender a Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 4.613,10
VIGENCIA: 30/12/2015
Guarujá do Sul, SC, 13 de maio de 2015.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 55/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 28/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2015
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: NILOSUL IND. E COM. LTDA
OBJETO: Aquisição de Merenda Escolar (gêneros alimentícios) e Gás de Cozinha para atender a Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 1.350,00
VIGENCIA: 30/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 13 de maio de 2015.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3.413/2015

DECRETO Nº. 3.413/2015.

CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), de acordo com as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 6ª Conferência Municipal de Saúde, a se realizar no dia 24 de junho de 2015, das 08h00min às 17h00min, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Herval d'Oeste (SC), com o tema: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas – Direito do Povo Brasileiro".

Art. 2º. A 6ª Conferência Municipal de Saúde será presidida pela Secretária Municipal de Saúde e pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 3º. O regimento interno da 6ª Conferência Municipal de Saúde será aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º. Ficam convocados 02 (dois) funcionários ativos de cada Unidade de Saúde, os quais estarão representando os demais funcionários pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, a participarem da 6ª Conferência Municipal de Saúde do Município de Herval d'Oeste (SC).

Art. 5º. As despesas com a organização e realização da 6ª Conferência Municipal de Saúde, correrão por conta de recursos orçamentários consignados ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 13 de maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito

PORTARIA Nº 625/2015

PORTARIA Nº 625/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora LARIANE ASSIS XAVIER SANTOS DE CARVALHO (Matr. 2575), nascida aos 11/05/1983, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 6/C, anexo XI, a partir de 11 de maio de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 626/2015

PORTARIA Nº 626/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 14 de maio de 2015, da servidora SARAY TEREZINHA DIMBARRÉ (Matr. 2893), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Convênios e Projetos Institucionais, Nível – DAS-1, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Maio de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 627/2015

PORTARIA Nº 627/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 14 de maio de 2015, do servidor ELTON VOLNEI MAS-CARELLO (Matr. 2785), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Maio de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 628/2015

PORTARIA Nº 628/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 14 de maio de 2015, do servidor DIRCEU ADÃO FELINI (Matr. 952), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas I, Nível – 7, Referência "F", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Maio de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 629/2015

PORTARIA Nº 629/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 19 (dezenove) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 271/2015, da Servidora KÁTIA FÁTIMA GIACOMELLI HACK (Matr. 1392), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Procurador, Nível – 12/2, Referência "E", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de junho de 2013 e 08 de junho de 2014, para serem gozadas a partir de 14 de maio de 2015 a 01 de junho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Maio de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 091/2015

PORTARIA Nº 091, 11 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE 22 (VINTE E DOIS) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal em exercício do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008; tudo combinado com a Lei Municipal nº 461, de 25 de abril de 2011, bem como o Decreto nº 2.195, de 12 de maio de 2011 e o requerimento da servidora protocolado em 07 de maio de 2015, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora JUSTINA INES DALMOLIN, ocupante do cargo efetivo de Servente – Nível 1 – Referência E, 22 (vinte e dois) dias e 04h32min de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 01.07.2000 a 19.12.2002.

Parágrafo único. A remuneração do servidor, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. O servidor usufruirá a Licença Prêmio no período de 11 de maio de 2015 a 02 de junho de 2015 (04h32min).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 11 DE MAIO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 030 - 2015 PMI - AQUISIÇÃO DE MACADAMÉ (ESTADO)

PROCESSO Nº. 115/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2015 – PMI Prefeitura Municipal de Ilhota	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - UNITÁRIO (COM BASE NO MAIOR DESCONTO)
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MACADAMÉ PARA MELHORIA DAS ESTRADAS NO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O CONVÊNIO Nº 2014TR3699, PROCESSO Nº SDR15 6160/2014, CELEBRADO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 28/05/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 28/05/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

terras da parcela 04, do mesmo desmembramento; lado esquerdo ao oeste em três linhas, partindo da frente em direção aos fundos onde mede a primeira em uma linha sinuosa em 98,99 metros com terras da parcela 02, do mesmo desmembramento, a segunda em direção ao leste em 12,00 metros e a terceira linha segue em direção ao sul em 41,24 metros, ambas confrontando com terras da parcela 05, do mesmo desmembramento, sem benfeitorias, distando pelo lado esquerdo, cerca de 873,50 metros da esquina da rua 21 de junho. Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA.

Art. 2º. Permanecem inalterados os demais artigos e dispositivos da presente Lei.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, em 13 de maio de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

ALEX MIRANDA
PREGOEIRO OFICIAL
Ilhota, 15 de maio de 2015.

LEI ORDINÁRIA 1792 2015

Lei 1792, de 13 de maio de 2015

Altera o donatário da doação de que trata a Lei nº 1759, de 09 de dezembro de 2013, passando a ser o Estado de Santa Catarina.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. No art. 1º da Lei nº 1759, de 09 de dezembro de 2013, onde se lê " para a Secretaria de Segurança do Estado de Santa Catarina" leia-se " para o " Estado de Santa Catarina" passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

" Por meio de presente Lei fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar área de 883,02m² (memorial descritivo anexo I) do terreno cuja descrição da matrícula , ao Estado de Santa Catarina: Um terreno situado no município de Ilhota, no bairro Centro, à rua Leoberto Leal, designado sob área remanescente, do desmembramento sem denominação especial, contendo a área de 9.251,58m², limitando-se na frente ao norte numa linha sinuosa em 78,19 metros com o lado par da rua Leoberto Leal; fundos ao sul numa linha reta onde mede 57,62 metros com terras da parcela 05 do mesmo desmembramento; lado direito ao leste, em 109,58 metros com

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO PMI Nº. 036/2015

A Prefeitura Municipal de Imaruí, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando processo de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico através do site www.bll.org.br. Para o Registro de Preço para eventual aquisição de trator e implementos agrícolas para a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário. Cadastro das propostas por meio de sistema eletrônico até as 13h50min do dia 27/05/2015. Informações e entrega do Edital, no Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Imaruí, ou pelo telefone (48) 3643-0161, pelo e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imaruí, 14 de Maio de 2015.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO PMI Nº. 037/2015

A Prefeitura Municipal de Imaruí, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando processo de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico através do site www.bll.org.br. Para o Registro de Preço para eventual aquisição de caminhão basculante 4x2 (toco) para a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário. Cadastro das propostas por meio de sistema eletrônico até as 13h50min do dia 29/05/2015. Informações e entrega do Edital, no Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Imaruí, ou pelo telefone (48) 3643-0161, pelo e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imaruí, 14 de Maio de 2015.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO PMI Nº. 038/2015

A Prefeitura Municipal de Imaruí, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando processo de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico através do site www.bll.org.br. Para o Registro de Preço para eventual aquisição de retroescavadeira para a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuário. Cadastro das propostas por meio de sistema eletrônico até as 13h50min do dia 02/06/2015. Informações e entrega do Edital, no Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Imaruí, ou pelo telefone (48) 3643-0161, pelo e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imaruí, 14 de Maio de 2015.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

ATA Nº 11 - 04 DE MAIO DE 2015 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI

Ata nº 11 - 04 de maio de 2015

Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Idoso - CMI

Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e quinze, segunda-feira, às quatorze horas, reuniram-se, na sala de reuniões do Gabinete do prefeito de Imbituba, na Prefeitura Municipal de Imbituba/PMI, situada à rua Ernâni Cotrin, 601, Centro, os conselheiros do Conselho Municipal dos Idosos/CMI, para discutirem os que está definido a seguir: O presidente do CMI Luiz de, agradeceu a presença de todos que se encontravam no recinto e apresentou a nova secretária executiva do CMI, Myrella Duarte, em substituição à Adriana Fornasa que, em decorrência de uma nova estrutura funcional na PMI, assumiu novas funções na SEASH. A seguir, colocou-se em votação ofício encaminhado por João Batista Laurindo, presidente da Associação Imbitubense de Pessoas com Deficiência Física/AIPODEF, solicitando substituição dos representantes da entidade na CMI, passando a integrar o quadro dos conselheiros, como titular, João Batista Laurindo, e, suplente, Antônio Fernando Louzada Brasil, que, colocado em votação, foi aceito por unanimidade. Falou-se, também, das dificuldades encontradas pelo CMI em participar de encontros e formações, sob constantes alegações da SEASH de "falta de dinheiro", o que encaminha para a necessidade de discutirmos a criação de um fundo para tais finalidades. Ato contínuo, o presidente discorreu sobre a realização da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa – Por um Brasil para todas as idades", como encontro preparatório para encontros em todos os níveis (municipal, regional, estadual e nacional), objetivando enfatizar a necessidade de colocar a temática da pessoa idosa no cenário político nacional. Entre os encaminhamentos, o presidente falou dos compromissos do CMI com a Conferência. Em princípio, o grupo definiu, como data para a realização do evento, o dia 30/06/2015, podendo sofrer alteração, se necessário. O presidente ressaltou ser imperativo convocar entidades, com ligação, entre outras, à questão dos problemas que envolve a pessoa idosa, encaminhando ofício a todas para participarem. Para isto, a realização de pré-conferência, com discussões sobre a temática e os eixos é central. Dentre todos os convidados, falou-se da importância do convite às entidades religiosas (igrejas e outros grupos) para participarem. Decidiu-se pela realização de nova reunião extraordinária, no dia 18/05/2015, para complementação de discussões sobre a Conferência, para a formação de Comissões e agendamento de audiência com o prefeito Jaison Cardoso e a secretária Selma Westphal, para dar início aos trabalhos voltados para a realização da Conferência. Em seguida, partiu-se para discussões de assuntos diversos, focando-se na necessidade de reuniões setoriais, envolvendo, principalmente, as outras secretarias que fazem parte do CMI. Questionado pelo vice-presidente do CMI Salomão Santos, sobre as dificuldades na aquisição de passagens gratuitas em ônibus intermunicipais, o presidente falou sobre a necessidade de uma reeleitura no Estatuto do Idoso, por apresentar lacunas que levam em um reestudo no mesmo. Por meio de solicitação da conselheira Maria do Carmo Massih, com referência à visita ao Asilo de Imbituba, o presidente discutiu-se sobre a urgência em serem criadas Comissões para tratar dos diversos assuntos atinentes ao CMI, entre eles, a inscrição destas entidades no Conselho. Considerando-se as diversas palestras realizadas pela SEASH, sem a participação do CMI, falou-se sobre a necessidade de prestação de contas das mesmas, pela Secretaria, o que foi aprovado por todos os conselheiros presentes, por unanimidade. O vice-presidente Salomão enfatizou, ainda, o encaminhamento ao prefeito municipal de solicitação para a confecção de camisetas, de crachás e de carteira de identificação de conselheiros, em momentos de apresentação para as funções desempenhadas pelos conselheiros. Às dezessete horas e trinta minutos o presidente deu a reunião por encerrada, agradecendo a presença de todos. A Secretária dos Conselhos Sociais de Imbituba, Myrella Duarte, na ausência do Secretário/ACIM Nilo Carvalho, que não justificou sua ausência, produziu esta ata, assinada por mim e pelos demais presentes ao encontro.

Imbituba, 04 de maio de 2015

Luiz de Freitas
Presidente/CMI

Myrella Duarte
Secretária dos Conselhos

PORTARIA PMI/GGP Nº 292/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 292, de 13 de maio de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Cuidador/Educador Residente, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 3.330 de 30 de abril de 2008 e Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 05/2015, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Rodolfo de Souza Ávila	Cuidador/Educador Residente – 40h	053.896.199-60	13/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de maio de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 293/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 293, de 13 de maio de 2015.

Dispõe sobre a Admissão de Médica Ginecologista - NASF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 3.135, de 25 de julho de 2007, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2014, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Flávia Moreno Lahude	Médica Ginecologista NASF	572.026.210-53	13/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 13 de maio de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/PGM Nº 002, DE 12 DE MAIO DE 2015

PORTARIA PMI/PGM Nº 002, de 12 de maio de 2015.

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo disciplinar e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar supostas omissões quanto às denúncias requeridas e representadas pelo Sr. Sérgio de Oliveira, através do Requerimento nº 019/SDO/PMI, Representação nº 20081220, Carta nº 198, Carta nº 205/SDO, Carta 206/SDO, Carta 209/SDO, Requerimento nº 035 e Representação nº 129, conforme processo administrativo 6237/2015.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar:

I – Simone Hipólito Martins, matrícula nº 5128, Administradora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;

II – Cristiano Abílio João, Assistente Administrativo, matrícula nº 1722, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e
III – Flávio da Rosa, matrícula nº 4412, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis pelo mesmo período, na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de maio de 2015.
Daniel Vinício Arantes Neto
Procurador-Geral do Município

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha
Controlador Geral do Município

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO Nº 30/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba, comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 27 de maio de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial com Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível contratação de empresa para aquisição de material gráfico para uso da Secretaria Municipal de Saúde.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, nº. 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira e no site www.imbituba.sc.gov.br, através do Link Portal da Transparência.

Imbituba, 15 de maio de 2015.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de Saúde

Indaial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2015 REVOGAÇÃO

MUNICIPIO DE INDAIAL

REVOGAÇÃO DO EDITAL

Processo Licitatório nº 058/2015.

Pregão Presencial nº 025/2015-10430

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores para frota de veículos, caminhões e tratores..

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 101/2015.

Pregão Presencial nº 044/2015-10430

Com Registro de Preços.

Objeto: Aquisição de pneus, câmaras e protetores para pneus.

Entrega dos envelopes: 28/05/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 28/05/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE Nº 04/2015

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação nº 04/2015

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de show musical para Festa de Aniversário Político-administrativo do Município.

Fornecedor: CEU E CANTOS SONORIZAÇÕES LTDA - ME.

Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Iomerê, 14 de maio de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 05/2015

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação nº 05/2015

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de show musical para Festa de Aniversário Político-administrativo do Município.

Fornecedor: GRUPO MUSICAL SAN MARINO LTDA - EPP.

Valor: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Iomerê, 14 de maio de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 28 de maio de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL, POSTO DE SAÚDE DA LOCALIDADE DE RIO BRANCO E ESF DA LOCALIDADE DE SÃO PASCOAL NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, INDICAÇÃO DE OBJETO DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 23840001, FUNCIONAL PROGRAMÁTICA Nº 10.301.2015.8581 (ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE - NO ESTADO DE SANTA CATARINA) GND 4, E DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 06089.125000/1140-01". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 14 de maio de 2015.
GISELI KEMPINSKI
Gestora do FMS

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2015
PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 06 de junho de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de 10.000 toneladas de pedra brita tipo bica corrida, para uso diversos, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 14 de maio de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 152/2015

PORTARIA Nº. 151/2015.
DISPENSA A PEDIDO PROFESSORA ADMITIDA POR PRAZO DE-TERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E :

Art 1st - Dispensar a pedido, a contar da data de 09/05/2015 a servidora FRANCIELE KARINA DOS SANTOS, das atividades de Monitora de Creche (44 h/sem), para a qual foi admitida em caráter temporário através da Portaria nº 482/2014, com redação dada pela Portaria nº 502/2014 de 12/11/2015.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09/05/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 11 de Maio de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N.º 153/2015

PORTARIA N.º 153/2015.
"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art 1st - Conceder Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 04/05/2015 à 02/06/2015, a servidora efetiva VERA LÚCIA BORGES.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/05/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Maio de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 154/2015

PORTARIA N º 154/2015.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Art 1st - Conceder Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 09/05/2015 à 06/08/2015, a servidora efetiva KARINA JURASZEK.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09/05/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Maio de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 155/2015

PORTARIA Nº 155/2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA EFETIVA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Art 1st - Considerar alterada em caráter temporário, desde a data de 16/03/2015, a carga horária de trabalho da professora DANICE DOS SANTOS, passando de 20 para 40 horas semanais cuja remuneração complementar corresponderá ao valor fixado em Lei equivalente ao nível 1-A da Tabela de valores dos professores do município.

Art 2nd - A referida alteração será em caráter não efetivo e terá validade a contar de 16/03/2015 até 17/07/2015, para atuação em vaga excedente junto ao ensino fundamental do GE Zélia Milles.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16/03/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Maio de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 156/2015

PORTARIA N º 156/2015.

REDUZ CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Art. 1º - REDUZIR a pedido, 20 h/sem da carga horária de trabalho da professora ACT FRANCIELI LEMES BARBOSA, nascida em 26/02/1983, portadora do CPF n º 058.019.879-08, RG. n º 4.581.755, SESP/SC, passando assim, de 40 h/sem para 20 h/sem, a contar de 28/04/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Maio de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 157/2015

PORTARIA N º. 157/2015.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Art. 1º. PRORROGAR os efeitos da Portaria nº 527/2014 de 08/12/2014, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora CARLA CRISTIANE RODRIGUES DAS CHAGAS KONOPKA com carga horária de 44 h/sem, para até a data de 17/07/2015, atuar nas atividades de Monitora de Creche, em vaga excedente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Maio de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 158/2015

PORTARIA N º 158/2015.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013 e LC nº 056/2012 de 10/02/2012,

R E S O L V E:

Art 1st - CONTRATAR CATIA APARECIDA CUNHA, nascida em 01/09/1986, portadora do CPF n º 060.422.319-60 RG. n º 5.064.498-0, SESP/SC, para no período de 11/05/2015 a 17/07/2015, exercer as atividades de Professora de Educação Física ACT (30h/sem), conforme classificação em Chamada Pública da Secretaria Municipal da Educação Edital n º 007/2015/SME, homologado e 05/05/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº 0262015, para atuar junto ao NE Presidente Adolfo Konder.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Maio de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 159/2015

PORTARIA N º. 159/2015.

"CONSIDERA EM LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e em conformidade com o disposto no art. 114 da LC 01/97, de 30/12/1997,

R E S O L V E:

Art 1st - Considerar licenciado para Tratar de Assuntos Particulares (Licença não Remunerada), no período de 01/04/2015 a 31/03/2016, o servidor efetivo DALMO EDSON STEIN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 01/04/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Maio de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 160/2015

PORTARIA N º. 160/2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI – Quadro de Funções Gratificadas, da Lei Complementar nº 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 066/2013, de 19/04/2013,

R E S O L V E:

Art 1st - DESIGNAR CLÓVIS GONSALVES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), para exercer a Função Gratificada de Chefe dos Serviços de Coleta de Lixo, percebendo gratificação mensal equivalente a Chefia II do Quadro de Funções Gratificadas.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de Maio de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 161/2015

PORTARIA N º 161/2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E:

Art. 1º - ALTERAR a carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora FLÁVIA NOGARA CUSTÓDIO DOS SANTOS, nascida em 05/01/1994, portadora do CPF nº 089.657.669-82, RG. n º 5.731.480 SESP/SC, contratada para as atividades de Professora ACT através da Portaria nº 049/2015 de 13/02/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº 016/2015/SME, passando de 20 para 40 h/sem, para no período de 04/05/2015 à 17/07/2015, atuar no ensino fundamental do NE Guilherme Bossow, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 13 de Maio de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 28 de maio de 2015, para contratação de serviço de transporte escolar de alunos do ensino fundamental que frequentam o Programa Mais Educação na EMEB João Henrique Pille, para o ano letivo 2015. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 28 de maio de 2015 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 14 de maio de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 80 DE 11 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 80 DE 11 DE MAIO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Município de Itapiranga- SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 120 – Recursos de Impostos para Educação, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais):

06.01 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental	
12.361.0066.2029- Manutenção e Desenv. das Atv. da Educação Ensino Fundamental	
33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
06.02 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto – Educação Infantil	
12.365.0070.2034- Manutenção das Ativ. Da Educação Infantil	
33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 11 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e JANAÍNA GIEHL DETERS

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referência:

VIGÊNCIA: 07/05/2015 a 30/10/2015

Itapiranga – SC, 07 de maio de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015 PROCESSO Nº 52/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015
PROCESSO Nº 52/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 29 de maio de 2015, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos para uso das Unidades de Saúde, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 13 de maio de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

RH - PORTARIA Nº 1210/2015

PORTARIA Nº 1210/2015.
De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ANA CRISTINA CORDEIRO MARCONDES, matrícula nº 605336, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: José Antônio Soares
- 2º membro: Maria Helena Zanotto
- 3º membro: Gilmar Santin
- 4º membro: Joelma Aparecida Rosa

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

RH - PORTARIA Nº 1211/2015

PORTARIA Nº 1211/2015.
De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ELIANA APARECIDA KRAUSE DA CRUZ, matrícula nº 621641, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: José Antônio Soares
- 2º membro: Maria Helena Zanotto
- 3º membro: Liamar Rodrigues Pereira
- 4º membro: Berenice de Fátima Hau Maoski

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

RH - PORTARIA Nº 1212/2015

PORTARIA Nº 1212/2015.
De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ANA PAULA VIEIRA, matrícula nº 1211153, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: José Antônio Soares
 - 2º membro: Maria Helena Zanotto
 - 3º membro: Liamar Rodrigues Pereira
 - 4º membro: Maria Terezinha Pereira de Oliveira Wunsch
- ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1213/2015

PORTARIA Nº 1213/2015.
De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) MAIRELI DITTRICH, matrícula nº 1211161, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: José Antônio Soares
2º membro: Maria Helena Zanotto
3º membro: Liamar Rodrigues Pereira
4º membro: MariaTerezinha Pereira de Oliveira Wunsch

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1214/2015

PORTARIA Nº 1214/2015.
De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) RENATA MARIA MILDEMBERGER, matrícula nº 1221620, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: José Antônio Soares
2º membro: Maria Helena Zanotto
3º membro: Gilmar Santin
4º membro: Berenice de Fátima Hau Maoski

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1215/2015

PORTARIA Nº 1215/2015.
De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) MARCIA SUTIL DE OLIVEIRA ARINS, matrícula nº 617725, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Marcela Cristina Soares
2º membro: Madalena da Silva Costa
3º membro: Elisete Budal Arins da Silva
4º membro: Silvana da Silva Costa Oliveira

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1216/2015

PORTARIA Nº 1216/2015.
De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ELIZABETE ROSA ZAKAKUK, matrícula nº 588504, no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR I, os seguintes Membros:

1º membro: Patrícia Machado Pereira
2º membro: Fabiani Roberta Pereira
3º membro: Rosiclei Nunes Barbosa
4º membro: Sônia Weiss

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1217/2015

PORTARIA Nº 1217/2015.

De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ANA PAULA DUTKA DE MIRANDA, matrícula nº 562203, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Patrícia Machado Pereira
- 2º membro: Fabiani Roberta Pereira
- 3º membro: Rosiclei Nunes Barbosa
- 4º membro: Sônia Weiss

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1218/2015

PORTARIA Nº 1218/2015.

De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) LUCÉLIA RANATA BORGES, matrícula nº 626082, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Patrícia Machado Pereira
- 2º membro: Fabiani Roberta Pereira
- 3º membro: Rosiclei Nunes Barbosa
- 4º membro: Sônia Weiss

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1219/2015

PORTARIA Nº 1219/2015.

De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JANAINA SARTOR, matrícula nº 607924, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Patrícia Machado Pereira
- 2º membro: Fabiani Roberta Pereira
- 3º membro: Rosiclei Nunes Barbosa
- 4º membro: Sônia Weiss

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1220/2015

PORTARIA Nº 1220/2015.

De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JULIANA YUMI MORI GALLEAS, matrícula nº 1211048, no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Patrícia Machado Pereira
- 2º membro: Fabiani Roberta Pereira
- 3º membro: Rosiclei Nunes Barbosa
- 4º membro: Sônia Weiss

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1221/2015

PORTARIA Nº 1221/2015.
De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) DENISE ALVES, matrícula nº 619540, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Patrícia Machado Pereira
- 2º membro: Fabiani Roberta Pereira
- 3º membro: Rosiclei Nunes Barbosa
- 4º membro: Sônia Weiss

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1222/2015

PORTARIA Nº 1222/2015.
De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) SILVANA DE SOUZA SPECK, matrícula nº 585246, no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Dionísio Tesluk
- 2º membro: Luiz Pereira
- 3º membro: Andréia Zimmermann de Souza
- 4º membro: Maria Izolete Linhares

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1223/2015

PORTARIA Nº 1223/2015.
De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) EDINEI JOSÉ MARTINI, matrícula nº 622346, no cargo de PROFESSOR I 30HS, os seguintes Membros:

- 1º membro: Dionísio Tesluk
- 2º membro: Luiz Pereira
- 3º membro: Andréia Zimmermann de Souza
- 4º membro: Maria Izolete Linhares

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1224/2015

PORTARIA Nº 1224/2015.
De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) LUCILENE APARECIDA BRODOWSKI, matrícula nº 1209132, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Dionísio Tesluk
- 2º membro: Luiz Pereira
- 3º membro: Andréia Zimmermann de Souza
- 4º membro: Maria Izolete Linhares

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1225/2015

PORTARIA Nº 1225/2015.

De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) KELI ADRIANA DE SOUZA SPECK, matrícula nº 588490-11 e 588490-12, no cargo de PROFESSOR I 20hs e PROFESSOR I 20hs, os seguintes Membros:

1º membro: Dionísio Tesluk
2º membro: Luiz Pereira
3º membro: Andréia Zimmermann de Souza
4º membro: Maria Izoete Linhares

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1226/2015

PORTARIA Nº 1226/2015.

De: 04 de maio de 2015.

Revoga Portaria que nomeia a Comissão Individual do Estágio Probatório,
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica revogada a Portaria nº 1427/2014, que nomeia a Comissão Individual do Estágio Probatório, do(a) Servidor(a) GISELE FABIANE DE SOUZA, matrícula 1211080, investido(a) no cargo de RECEPCIONISTA, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1227/2015

PORTARIA Nº 1227/2015.

De: 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora GISELE FABIANE DE SOUZA, matrícula nº 1211080, no cargo de RECEPCIONISTA, os seguintes Membros:

1º membro: Izabel Correia da Silva
2º membro: Jairo Severino de Freitas
3º membro: Leandro Machado da Silva
4º membro: Eliana Nehring Belo

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1228/2015

PORTARIA Nº 1228/2015.

De: 04 de maio de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 04 de maio de 2015 à 02 de junho de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) ELÁSIO FRISANCO, matrícula 605239, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1229/2015

PORTARIA Nº 1229/2015.

De: 04 de maio de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

MANOEL DA ROCHA, matrícula 2690, ocupante do cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, para a referência Nível I - P, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1230/2015

PORTARIA Nº 1230/2015.

De: 04 de maio de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

MARGOT HELENA SÁ RIBAS, matrícula 568562, ocupante do cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, para a referência Nível II - H, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1231/2015

PORTARIA Nº 1231/2015.

De: 04 de maio de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

MARIA DE LOURDES BASE, matrícula 604160, ocupante do cargo de COZINHEIRA, para a referência Nível II - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1232/2015

PORTARIA Nº 1232/2015.

De: 04 de maio de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, matrícula 604810, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para a referência Nível VI - O, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1233/2015

PORTARIA Nº 1233/2015.

De: 04 de maio de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

AIROMAR DA SILVA, matrícula 1309, ocupante do cargo de MOTORISTA, para a referência Nível III - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1234/2015

PORTARIA Nº 1234/2015

De: 04 de maio de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 04 de maio de 2015 a 02 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) AMAURI DE JESUS PEREIRA, matrícula 990, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1235/2015

PORTARIA Nº 1235/2015

De: 04 de maio de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 04 de maio de 2015 a 02 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) JOÃO CLAUDIO SOARES, matrícula 2623, investido (a) no cargo de FISCAL DE MEIO AMBIENTE II, na Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1236/2015

PORTARIA Nº 1236/2015

De: 04 de maio de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 04 de maio de 2015 a 02 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) LUCIANO PELLISSARI, matrícula 4685, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1237/2015

PORTARIA Nº 1237/2015

De: 04 de maio de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 04 de maio de 2015 a 23 de maio de 2015, ao (a) servidor (a) MARIA IZABEL BLANSKI, matrícula 563412, investido (a) no cargo de SECRETÁRIA, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

RH - PORTARIA Nº 1238/2015

PORTARIA Nº 1238/2015

De: 04 de maio de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 04 de maio de 2015 a 02 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) ADMIR JOSÉ COELHO, matrícula 564516, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1239/2015

PORTARIA Nº 1239/2015

De: 04 de maio de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 04 de maio de 2015 a 02 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) JOÃO JOSÉ DA CUNHA, matrícula 604496, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1240/2015

PORTARIA Nº 1240/2015

De: 04 de maio de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 04 de maio de 2015 a 23 de maio de 2015, ao (a) servidor (a) MARIZA APARECIDA FILLA, matrícula 605611, investido (a) no cargo de TELEFONISTA, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1241/2015

PORTARIA Nº 1241/2015

De: 04 de maio de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 04 de maio de 2015 a 06 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) JENECI APARECIDA LUIZ DA SILVA, matrícula 607738, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1242/2015

PORTARIA Nº 1242/2015

De: 04 de maio de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 04 de maio de 2015 a 23 de maio de 2015, ao (a) servidor (a) DANIEL AMARAL DE FARIA, matrícula 616885, investido (a) no cargo de MÉDICO P.S.F., na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1243/2015

PORTARIA Nº 1243/2015

De: 04 de maio de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 04 de maio de 2015 a 23 de maio de 2015, ao (a) servidor (a) VANESSA DIBAX, matrícula 617563, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1244/2015

PORTARIA Nº 1244/2015

De: 04 de maio de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 04 de maio de 2015 a 02 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) ROSANA MARIA DE LIMA BRAUER, matrícula 620165, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1245/2015

PORTARIA Nº 1245/2015

De: 04 de maio de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 04 de maio de 2015 a 23 de maio de 2015, ao (a) servidor (a) CHRISTIANE CHRISTINE CAMPANA PERES, matrícula 720739, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,.

Itapoá - SC, 04 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

SECRETARIA DE SAÚDE: EDITAL 027/2015 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 027/2015

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

SECRETARIA DE SAÚDE

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidato(s) para contratação temporária de Auxiliar de Enfermagem, com vistas a garantir o bom andamento dos serviços. O Teste Seletivo Simplificado será realizado nos termos da Lei Complementar Municipal nº 16/2007 de 03 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar 01 (um) candidato, mais cadastro de reserva, para ser(em) contratado(s), em caráter temporário, para o cargo de Auxiliar de Enfermagem.

1.2 - As atribuições da função são: a) fazer curativos diversos, desinfetando o ferimento e aplicando os medicamentos apropriados, conforme prescrição médica, aplicando as técnicas assépticas; b) aplicar medicamento por via oral e parenteral, conforme prescrição médica; c) executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas; d) ministrar medicamentos e tratamentos aos pacientes, observando os horários e doses prescritos pelo Médico responsável; e) verificar sinais vitais dos pacientes, empregando técnicas e instrumentos apropriados; f) orientar pacientes em assuntos de sua competência; g) preparar pacientes para consultas e exames; h) lavar e esterilizar instrumentos médicos utilizando produtos e equipamentos apropriados; i) auxiliar Médicos e Enfermeiros no preparo do material a ser utilizado nas consultas, bem como no atendimento aos pacientes; j) auxiliar no controle de estoque de medicamentos, materiais e instrumentos médicos, a fim de solicitar reposição, quando necessário; k) fazer visitas domiciliares, a escolas e creches segundo programação estabelecida, para atender pacientes e coletar dados de interesse médico; l) participar de campanhas de vacinação; m) auxiliar no atendimento da população em programas de emergência; n) manter o local de trabalho limpo e arrumado; o) executar outras atribuições afins.

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pela Prefeitura; b) disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Prefeitura.

1.4 - O contratado terá direito a remuneração inicial bruta mensal: R\$ 1.145,25 (Hum mil cento e quarenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), e cumprirá jornada de trabalho de 40 horas semanais, conforme escala do setor onde for lotado. O contratado fará jus ao pagamento de férias e 13º salário proporcionais.

1.5 - O contrato terá vigência de 1 (um) ano ou até a homologação do Concurso Público.

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, aplicando-se ao contrato quanto aos vencimentos, gratificações, adicionais e concessões de direito de petição, adiantamentos, proibições, responsabilidades e penalidades contidas nas Leis Municipais nº 76/2001 e 155/2003, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social.

1.7 - O candidato contratado, durante a prestação de serviço temporária, será continuamente avaliado observado os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento de prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

2 - DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1 - O candidato deverá atender, cumulativamente, no ato da contratação, aos seguintes requisitos: a) estar quite com as obrigações eleitorais; b) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino; c) estar em pleno gozo de seus direitos políticos; d) não estar incompatibilizado com o disposto no art. 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que proíbe a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas. São aplicadas também as restrições à contratação de aposentados previstas no artigo 37, § 10 da CRFB/88; e) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função; g) ser aprovado no Processo Seletivo Simplificado; h) possuir curso de auxiliar de enfermagem e habilitação legal para o exercício da profissão, COREN SC.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições serão efetuadas, nos dias 27 e 28 de Maio de 2015, exclusivamente na forma descrita neste Edital.

3.2 - As inscrições deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no horário das 08:00 às 13:00 horas, mediante o pagamento da taxa de protocolo no valor de R\$ 12,00 (doze reais).

3.3 - No ato da inscrição os candidatos deverão entregar cópia dos seguintes documentos: a) Carteira de identidade; b) CPF; c) Comprovante de escolaridade do Auxiliar de Enfermagem ou histórico escolar do referido curso; d) comprovante de residência juntamente com contatos telefônicos.

3.4 - A entrega da cópia dos documentos para a inscrição é de inteira responsabilidade do candidato. O candidato que não entregar a documentação terá sua inscrição indeferida.

4 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

4.1 - O Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 027/215 - Secretaria de Saúde consistirá na realização de prova objetiva.

4.2 - A prova objetiva será de caráter eliminatório e classificatório, sendo que o candidato será classificado no presente processo

seletivo simplificado se obtiver nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova objetiva.

4.3 - Caso ocorra empate na pontuação, serão utilizados os seguintes critérios para desempate:

PRIMEIRO	Maior nota na prova de Técnicas Básicas em Enfermagem
SEGUNDO	Maior idade.

5 - DA PROVA OBJETIVA

5.1 - A prova será composta de questões de múltipla escolha.

5.2 - Serão 30 (trinta) questões. Sendo 20 (vinte) questões em Técnicas Básicas em Enfermagem com valor de cada questão 4,0 (quatro pontos), 10 (dez) questões em Língua Portuguesa com valor de cada questão de 2,0 (dois pontos).

5.2.1 - Cada questão apresentará quatro alternativas (A, B, C e D) e uma única resposta correta.

5.3 - O conteúdo programático para a prova objetiva será:

5.3.1 - TÉCNICAS BÁSICAS EM ENFERMAGEM: a) sinais vitais; b) administração de medicamentos via oral e parenteral; c) Doenças transmissíveis; d) noções de epidemiologia, esterilização e desinfecção, doenças de notificação compulsória, isolamento, infecção hospitalar, vacinas; e) Socorros de urgência.

5.3.2 - LÍNGUA PORTUGUESA: a) Compreensão e interpretação de texto; b) significação das palavras; c) Pontuação; d) Ortografia oficial. Acentuação gráfica; e) Classes das palavras; f) Concordância nominal e verbal; g) Regência nominal e verbal.

6 - DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

6.1 - A prova objetiva será realizada na data inicialmente prevista de 07 de Junho de 2015.

6.2 - O local e horário da prova objetiva serão comunicados dia 01 de Junho de 2015, através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá e divulgado no site da prefeitura: www.itapoa.sc.gov.br.

6.3 - Ao candidato só será permitida a participação na prova objetiva, na data, horário e local a serem divulgados de acordo com as informações constantes no item 6.2.

6.4 - Não será permitida, em hipótese alguma, realização da prova em outro dia, horário ou fora do local designado.

6.5 - Não será permitido ingresso de candidato no local de realização da prova após o horário previsto para o início da mesma.

6.6 - O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 10 (dez) minutos do horário previsto para o início da prova, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e original de um dos documentos de identidade a seguir: Cédula Oficial de Identidade; Carteira de Identidade expedida pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social com fotografia; Certificado de Reservista; Passaporte Brasileiro (ainda válido); Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por Lei, valem como documento de identidade ou Carteira Nacional de Habilitação com fotografia (na forma da Lei nº 9.503/97).

6.6.1 - Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas

condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

6.6.2 - O comprovante do protocolo de inscrição não terá validade como documento de identidade.

6.6.3 - Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas em formulário próprio.

6.6.4 - Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas.

6.7 - Não haverá, sob pretexto algum, segunda chamada da prova. O não comparecimento acarretará a eliminação automática do candidato, seja qual for o motivo alegado.

6.8 - São vedados: o porte e/ou uso de armas, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como: agendas, telefones celulares, "pagers", microcomputadores portáteis ou similares.

6.9 - Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que: a) chegar ao local de prova após o horário estipulado para início das mesmas; b) durante a realização da prova, for surpreendido em comunicação com outro candidato ou pessoa não autorizada; c) for surpreendido na sala de prova portando armas ou aparelhos eletrônicos; d) não realizar a prova.

7 - DOS RECURSOS

7.1 - A interposição de recursos em relação as questões da prova objetiva deverá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, nos dias 08 e 09 de Junho de 2015 das 08:00 às 13:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados nos dias estabelecidos para tanto.

7.2 - A classificação se fará em lista única, divulgada através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá, relacionando os candidatos não eliminados, segundo a ordem decrescente da nota obtida.

7.3 - A divulgação Parcial da classificação será dia 11 de Junho de 2015, a partir das 10:00 horas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

7.4 - A interposição de recursos da divulgação parcial poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 12 de Junho de 2015 das 08:00 às 13:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

7.4 - A divulgação da classificação final será dia 16 de Junho de 2015, a partir das 10:00 horas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

8 - DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

8.1 - Somente será considerado não eliminado na prova objetiva o candidato que obtiver nota mínima de 60 (sessenta) pontos.

8.2 - Os candidatos serão listados segundo a ordem decrescente da nota final da Prova Objetiva.

8.3 - Em caso de igualdade na nota final de classificação, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que: a) Obtiver maior pontuação em Técnicas Básicas em Enfermagem; b) Tiver maior idade.

8.4 - A classificação dos candidatos no presente Edital de Processo Seletivo Simplificado não gera o direito a firmarem contrato, ficando a critério da Secretaria de Saúde, de acordo com a necessidade, do serviço à convocação dos classificados para contratação.

8.5 - O candidato após convocação deverá comparecer para contratação na data e local informado, munido da documentação solicitada no ato da convocação. As demais convocações se houver necessidade, serão realizadas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

8.6 - O candidato que for convocado para contratação e não comparecer no local e data divulgada no edital ou não apresentar qualquer um dos documentos citados no ato da convocação, será desclassificado para todos os fins, sendo convocado o candidato seguinte na lista de classificação.

8.7 - A aprovação e classificação final no Processo Seletivo Simplificado não asseguram ao candidato o direito de contratação, mas apenas a expectativa de realização de tal ato, segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e conveniência da Secretaria de Saúde.

9 - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

9.2 - O candidato que, no ato da inscrição, prestar declaração falsa ou inexata ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processos Seletivos Simplificados, conforme Decreto Municipal 2319/2014 de 19/11/2014 nomeada para tal fim, observada a legislação vigente.

9.4 - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de Maio de 2015.

Cristian Angelo Grassi
Secretário de Saúde

Marciane Rech
Enfermeira Coordenadora ESF

Joseane Maria Soares de Lima
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 400 DE 15 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 400 de 15 de outubro de 2014

“INDICA NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS”

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga/SC, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 65 da lei Orgânica do Município de Ituporanga e de conformidade com o Decreto nº 396 de 05 de maio de 2015;

DECRETA

Art. 1º. Ficam indicados e nomeados os membros para comporem a Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis que compõe o patrimônio público do Município de Ituporanga, a qual será composta pelos seguintes membros: Bruna Rudolfo, Maurício Fernando Amaral, Ademir Klaumann e José Adelino Souza, sob a presidência da Senhorita Bruna Rudolfo.

Art 2º . O membros desta comissão não receberão nenhuma remuneração por parte desta Prefeitura.

Art 3º . Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º . Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 14 de maio de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

EDITAL DE PREGÃO Nº 22/2015 AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, GASOLINA, GRAXAS, ÓLEOS LUBRIFICANTES DIVERSOS, PARA TODA A FROTA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº22/2015

Processo: 32/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, GASOLINA, GRAXAS, ÓLEOS LUBRIFICANTES DIVERSOS, PARA TODA A FROTA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 27 de maio de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 27 de maio de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 15 de maio de 2015

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Joaçaba

PREFEITURA

56/2013 PMJ TA 04

CONTRATO Nº 56/2013/PMJ – TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa REALMAC MAQ. E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.231.890/0001-00, estabelecida na AV. LICÍNIO CORDOVA, 411-D, Bairro SÃO CRISTÓVAO, no Município de CHAPECÓ/SC, representada neste ato pelo Sr. ANTELMO JOSÉ CAZALLI, portador da Carteira de Identidade nº 1.614.029 e CPF nº 492.136.959-34, residente e domiciliado na cidade de CHAPECÓ/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 56/2013/PMJ, firmado em 10/04/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 34/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 21/2013/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços "outsourcing" de impressão e fotocópias, com cessão de equipamentos (multifuncionais e impressoras monocromáticas a laser) novos, conforme especificações do Anexo I do Edital, destinados à manutenção das atividades de setores das diversas secretarias da Administração Municipal, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor unitário da impressão/fotocópia fica reajustado em 8,4160%, relativos à variação do INPC/IBGE no período de abril de 2014 a março de 2015, passando de R\$ 0,063 para R\$ 0,068, a contar de 01 de maio de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, por seus representantes legais, em 04 vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 12 de maio de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - CONTRATANTE
RAFAEL LASKE - PREFEITO

REALMAC MAQ. EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA
ANTELMO JOSÉ CAZALLI

Testemunhas:

1. _____

2. _____

67/2013 PMJ TA 04

CONTRATO Nº 67/2013/PMJ – TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.725.725/0001-35, estabelecida na Rua 220, nº 200, Centro, no Município de Itapema (SC), doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, portador da Carteira de Identidade nº 220.562/SC e CPF nº 181.488.089-53, residente e domiciliado na Rua 288, nº350, Bairro Meia Praia na cidade de Itapema (SC), celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 67/2013/PMJ, firmado em 20/05/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 48/2013/PMJ – Inexigibilidade nº 3/2013/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, sob a forma de cessão de uso de software, de sistema que permita à geração e à disponibilização no site da Prefeitura de Joaçaba, da base de dados contendo a legislação do Município de Joaçaba, incluindo o texto integral das leis, mecanismos de busca e de remissão (referências entre as normas incluídas), bem como a consolidação por dentro do texto, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor do contrato fica reajustado em 8,3407% relativo à variação do INPC/IBGE no período de maio de 2014 a abril de 2015, passando o valor mensal de R\$ 884,81 para R\$ 958,60 (novecentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a contar de 01 de junho de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 12 de maio 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATANTE

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA
CONTRATADA
CARLITO MELLO DE LIZ

Testemunhas:

1. _____

2. _____

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - METAS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - 1º QUADRIMESTRE DE 2015**EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, convida todos os munícipes para participarem da Audiência Pública de demonstração da avaliação das Metas Fiscais do Município de Joaçaba referente ao 1º Quadrimestre de 2015, conforme estabelece artigo 9º, §4º da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que acontecerá no dia 29 de Maio de 2015, às 16:30 horas, nas dependências do Auditório da Prefeitura Municipal de Joaçaba (antiga Câmara de Vereadores), à Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro.

Joaçaba, 14 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ERRATA ORDEM DE RETOMADA DE OBRA Nº 02

PREFEITURA DE JOAÇABA – SC

Errata à Ordens de Retomada de Obra, intitulada "ORDEM DE RETOMADA DE OBRA Nº 02 – CONTRATO Nº 148/2014/PMJ LOTE 10", publicada no DOM em 06/05/2015 (edição nº 1733 – página 276):

1) Na referida ordem, onde se lê:

"JND – CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA – Fabiano Tarcísio Bello";

Leia-se:

"SETEP CONSTRUÇÕES LTDA – Ademir Locks".

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, SC, 14 de maio de 2015.

EXTRATO PLL 53/2015/PMJ - PP 37/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015/PMJ

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a confecção e o fornecimento de uniformes, destinados aos servidores da 11ª CIRETRAN. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 10/06/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 10/06/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 14 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

PORTARIA N.º 4316

PORTARIA Nº 4.316 DE 11 DE MAIO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANA MARIA DE SOUZA, Professor Nível "I" (Sem Habilitação – Cargo em Extinção), Classe "A-VII" para a Classe "A-VIII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 11 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4317

PORTARIA Nº 4.317 DE 11 DE MAIO DE 2015

"RETIFICA PORTARIA DE ENQUADRAMENTO E CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR A PORTARIA N.º 4.164/2012 na qual ENQUADRA o(a) Servidor(a) ARLETE TERESINHA CAMPOS PASQUALI, Professor Licenciatura Plena, Classe "A", para o cargo de Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "C-II", de acordo com os anexos I, III, IV e V da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Onde lê-se: Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "C-II",
Leia-se: Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "A-I".

Art. 2º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ARLETE TERESINHA CAMPOS PASQUALI, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "A-I", para a Classe "A-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, promoção concedida pela avaliação feita referente ao ano de 2012, concedida em janeiro de 2013.

Art. 3º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ARLETE TERESINHA CAMPOS PASQUALI, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "A-II", para a Classe "A-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, promoção concedida pela avaliação feita referente ao ano de 2013, concedida em janeiro de 2014.

Art. 4º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ARLETE TERESINHA CAMPOS PASQUALI, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "A-III", para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 11 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4318

PORTARIA Nº 4.318 DE 05 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) CLAUDIA MARIA AMORIN, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Saúde, Classe “B-VIII”, para o cargo de Técnico de Enfermagem, Classe “B-IX”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 05 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4319

PORTARIA Nº 4.319 DE 11 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CLEUZA MARIA SOARES PASTORI, Professor Pós Graduado Nível “I” (Pós-Graduação – cargo em extinção), Classe “I-III”, para a Classe “I-IV”, de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, promoção concedida pela avaliação feita referente ao ano de 2013, concedida em janeiro de 2014.

Art. 2º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CLEUZA MARIA SOARES PASTORI, Professor Pós Graduado Nível “I” (Pós-Graduação – cargo em extinção), Classe “I-IV”, para a Classe “I-V”, de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 11 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4320

PORTARIA Nº 4.320 DE 11 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) DEISE CRISTINA CRIPPA, Professor Nível II (Pós-Graduação), Classe “B-I”, para a Classe “B-I”, de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 11 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4321

PORTARIA Nº 4.321 DE 11 DE MAIO DE 2015

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) DESIREE APARECIDA PINO GOMES, Fiscal de Vigilância Sanitária, Classe “D-III”, para a Classe “D-IV”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2015, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 11 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4322

PORTARIA Nº 4.322 DE 11 DE MAIO DE 2015
"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A)
QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) CAROLINE RECALCATTI DA ESPADA VACCARI, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro de Educação Infantil Menino Deus, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 211 de 05 de dezembro de 2011 e n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 11 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4323

PORTARIA Nº 4.323 DE 11 DE MAIO DE 2015
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) RUTH SPECHT, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro de Educação Infantil Menino Deus, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 211 de 05 de dezembro de 2011 e n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 11 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4324

PORTARIA Nº 4.324 DE 12 DE MAIO DE 2015
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 01/05/2015, do(a) Sr.(a) GUSTAVO HENRIQUE BOCALON CAGLIARI, das funções de MEDICO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de processo seletivo n.º 009/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de maio de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4325

PORTARIA Nº 4.325 DE 12 DE MAIO DE 2015
"RETIFICAR PORTARIA N.º 4.281/2015".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 4.281/2015 na qual nomeia, o(a) Sr.(a) ELIANE CRISTINE SOUZA MALISKA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Onde lê-se: ELIANE CRISTINE SOUZA MALISKA, leia-se: ELISANGELA CRISTINE DE SOUZA MALISKA.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010

JOAÇABA (SC), em 12 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4326

PORTARIA Nº 4.326 DE 13 DE MAIO DE 2015
"CONTRATA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – CONTRATAR o(a) Sr.(a) GIOVANI SPINELLI DE ALMEIDA, pelo período de 13 de maio de 2015 a 12 de novembro de 2015, para exercer o cargo de Advogado, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito Municipal – Divisão da Procuradoria Geral do Município, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo inciso III do art. 2º da Lei Complementar nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 002/2015, para substituição de atestado médico e posterior licença maternidade da Sra. Geovana Aparecida Denardi Facin.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4327

PORTARIA Nº 4.327 DE 13 DE MAIO DE 2015
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) VALDECIR VALENTIN DAROLD, Motorista, para exercer as funções de Assistente de Infraestrutura Rural, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, de acordo com as Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003, n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 em especial n.º 299 de 20 de março de 2015.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de maio de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4328

PORTARIA Nº 4.328 DE 13 DE MAIO DE 2015
"RETIFICAR PORTARIA N.º 4.308/2015".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 4.308/2015 na qual prorroga o contrato de trabalho até 02 de novembro de 2015 do(a) Servidor(a) Sr.(a) CIANA ELISA LORASCHI, para exercer o cargo de Farmacêutico Bioquímico/Analista Clínico, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 008/2014/FMS, para substituição da licença maternidade, férias e licença prêmio da Sra. Eliane Klotz.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de maio de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010. JOAÇABA(SC), em 07 de maio de 2015.

MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

Onde lê-se: MARCOS WEISS
Prefeito em exercício
Leia-se: RAFAEL LASKE

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010

JOAÇABA (SC), em 13 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4329

PORTARIA Nº 4.329 DE 13 DE MAIO DE 2015
"REMOVE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei RESOLVE

Art. 1º. REMOVER DE OFÍCIO o(a) Servidor(a) Sr.(a). IVONE AUGUSTA BRANCO SGARIA, Professor Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), lotado no Centro Educacional Clara Zomkowski, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para o Centro de Educação Infantil Tempo de Aprender, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais de acordo com o art. 37, § 6º, b da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e alterações.

Art. 2º. Para efeitos deste ato o mesmo terá validade desde 16 de abril de 2015 mediante processo n.º 137.968/2015, parecer jurídico e memorando interno n.º 109/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos 16 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4330

PORTARIA Nº 4.330 DE 13 DE MAIO DE 2015
"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

R E S O L V E,

Art. 1º – DESIGNAR a servidora Sra. RITA VALERIA WEISS para acompanhar e fiscalizar o contrato n.º 77/2015/FMS, proveniente do Processo de Licitação n.º 11/2015/FMS – Tomada de Preços n.º 01/2015/FMS de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93, em substituição a Sra. Ariela Augustin designado para tal fiscalização anteriormente.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 13 de maio de 2015, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 13 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PRÉ-HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JOAÇABA
--	--

PRÉ-HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 de 13 de Abril de 2015.

Ficam PRÉ-HOMOLOGADAS as inscrições para o Concurso Público nº 002/2015 destinadas à contratação de Cuidador em conformidade com normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente municipal.

ENCONTRAM-SE ABERTO OS PRAZOS RECURSAIS PARA OS CANDIDATOS QUE NÃO ESTIVEREM SENDO LISTADOS ABAIXO DO PERÍODO DE 14/05/2015 ATÉ 15/05/2015 ATRAVÉS DO E-MAIL CONTATO@APRENDERSC.COM.BR

Conforme Edital:

6.3. Os portões do local de prova serão fechados 10 (dez) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – observando-se o horário oficial de Brasília/DF, ou seja, SERÁ FECHADO PONTUALMENTE AS 08h20, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL DAS PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

6.4. O local de aplicação da prova objetiva será no PRÉDIO DO CERT – Centro Educacional Roberto Trompowsky - Avenida Santa Terezinha, 49, Centro – Joaçaba – SC, com início das provas as 08h30min.

CUIDADOR		
Inscrição	Candidato	Situação
1306	NEUSA DE FÁTIMA GERVASIO	DEFERIDO(A)
1308	CLAIR DO AMARAL	DEFERIDO(A)
1309	JÉSSICA ANTUNES MARTINS FERREIRA	DEFERIDO(A)
1310	NATALIA LUE KUZNIER MOREIRA	DEFERIDO(A)
1311	CLAUDIA MARA GHISLENI BELOTTO	DEFERIDO(A)
1315	HEKIMELI DE ALMEIDA	DEFERIDO(A)
1318	IVA LUIZA DA SILVA	DEFERIDO(A)
1319	VANIA PELIZZER	DEFERIDO(A)
1320	MARIZETE APARECIDA VARELA DA SILVA	DEFERIDO(A)
1329	FABIANE APARECIDA BENITES	DEFERIDO(A)
1344	CRISTIANO RODRIGO MOREIRA	DEFERIDO(A)
1347	MARIA CELITA ALTENHOFEN	DEFERIDO(A)
1349	LINDALVA BEVILACQUA BELOTTO	DEFERIDO(A)
1350	NATALIE CAROLINE SEIDENFUS	DEFERIDO(A)
1351	KARINE FERREIRA MARTINS DA ROSA	DEFERIDO(A)
1358	GRASIELE ZANELLA	DEFERIDO(A)
1364	ADRIANA POSPOR	DEFERIDO(A)
1366	CLAUDIA SCHULZ FERNANDES	DEFERIDO(A)
1380	DIONARA BRANDALISE	DEFERIDO(A)
1381	ROSINEI FATIMA DE LIMA LECHNER	DEFERIDO(A)
1397	PATRICIA BOTTEGA	DEFERIDO(A)
1404	JULIANA PAULA DOS SANTOS	DEFERIDO(A)

Publica-se e registra-se

APRENDER.COM

Joaçaba(SC) – 14 de Maio de 2.015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RETOMADA DE OBRA Nº 03/2015

ORDEM DE RETOMADA DE OBRA Nº 03/2015

Determino à empresa SETEP CONSTRUÇÕES LTDA a retomada dos serviços relativos à pavimentação asfáltica em C.A.U.Q. da RUA SEVERINO FUGA, bairro Vila Pedrini, (lote 4) objeto do contrato nº 148/2014/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 117/2013/PMJ – Edital CC nº 9/2013/PMJ, cuja ordem de serviço inicial foi recebida em 07/05/2014. A retomada dos trabalhos acontecerá a contar de 04/05/2015.

Joaçaba, SC, 30 de abril de 2015
MUNICÍPIO DE JOAÇABA SETEP CONSTRUÇÕES LTDA
Secretário de Infraestrutura Ademir Locks
Venilton Rogerio Teles

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PREGÃO 0008/2015 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0008/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2015

PROTOCOLO JHL 0162/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0008/2015 – Licitação 0008/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de Materiais diversos para serem utilizados na estação elevatória de esgoto e rede de coleta a ser executada nos fundos da Rua Eliziário de Carli e manutenção das elevatórias de esgoto, de propriedade do SIMAE, no município de Joaçaba-SC.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 27/05/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 27/05/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 15/05/2015 a 27/05/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 14 de Maio de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

HOMOLOGAÇÃO PR15/2015 SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2015 - PR
	Processo Administrativo: 22/2015 Processo de Licitação: 22/2015 Data do Processo: 28/04/2015

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 22/2015
 b) Licitação Nr.: 15/2015-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 14/05/2015
 e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE BOBINAS PARA IMPRESSÃO DE FATURAS E COMUNICADOS DOS USUÁRIOS DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA, PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

(em Reais R\$)					
	Unid.	Qtidade	Desccto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>REGISPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BOBINAS LTDA (7299)</u>					
1 BOBINA TERMICA PARA IMPRESSAO DE FATURAS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. - Marca: REGISPEL	BO	2.520,00	0,0000	5,48	13.809,60
Total do Fornecedor:					13.809,60
Total Geral:					13.809,60

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 369.696,08

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

HOMOLOGAÇÃO TP 0002/2015 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2015 - TP
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 11/2015 Processo de Licitação: 11/2015 Data do Processo: 26/02/2015

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 11/2015
b) Licitação Nr.: 2/2015-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 14/05/2015
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REDES COLETORAS E LIGAÇÕES DOMICILIARES DE ESGOTO NOS BAIRROS JARDIM ITALIA E ANZOLIN EM JOAÇABA, NA RUA INDEPENDÊNCIA EM HERVAL D'OESTE E RUA THEOBALDO HORN EM LUZERNA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA (7362)

1 EXECUÇÃO DE REDES COLETORAS E LIGAÇÕES DOMICILIARES DE ESGOTO NOS BAIRROS JARDIM ITALIA E ANZOLIN EM JOAÇABA, RUA INDEPENDENCIA EM HERVAL D'OESTE E LIGAÇÃO ENTRE AS RUAS TEOBALDO HORN E RUA JOSE PEDRO MARTENDAL EM LUZERNA, CONFORME PLANILHAS ORÇAMENTARIAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS. - Marca: VIGA PAVIMENTAÇÕES	SV	1,00	0,0000	934.740,80	934.740,80
---	----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 934.740,80

Total Geral: 934.740,80

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

TOMADA DE PREÇO**Nr.: 2/2015 - TP**

Processo Administrativo: 11/2015
Processo de Licitação: 11/2015
Data do Processo: 26/02/2015

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (16) Saldo: 1.181.635,10

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 60/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 60/2013 – 4º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – cep:88.501.900.

CONTRATADO: ELIDIO ADALBERTO HERTIG, inscrito no CPF/MF sob n.º 032.275.619-72, residente e domiciliado nesta cidade de Lages, SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel sito à Rua Moises Furtado nº 155, centro, nesta cidade de Lages, SC, onde será instalada a Diretoria de Trânsito e Escola de Trânsito de Lages.

DA VIGENCIA:

Fica a partir do mês de Janeiro/2015 o valor reajustado, conforme índice IGP-M o valor mensal de R\$ 2.149,47 (dois mil cento e quarenta e nove reais e quarenta e sete centavos).

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Janeiro de 2015

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO CONTRATO 196/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 196/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ABRIX CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 07.973.179/0001-02, com sede a Avenida Josué Di Bernardi, 508/111 sl 05 – Campinas CEP 88101-200 – São José/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 130/2015, correlato à Tomada de Preços nº 17/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Construção de Pontilhão na Avenida Belizário Ramos, altura do Fórum Nereu Ramos, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 04 (quatro) meses, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

2.3 De Entrega, em 05 (cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Infraestrutura, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 100.498,86 (cem mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos).

Lages, 06 de Maio de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 197/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 197/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 07.703.684/0001-50 com sede Rua Antônio Edu Vieira, 646 – S-01 Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 67/2015, correlato à Tomada de Preços nº 11/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Ampliação do CEIM Iraci Souza Steinke, nesta cidade, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 06 (seis) meses, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

2.3 De Entrega, em 05 (cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Infraestrutura, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 159.533,48 (cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos)

Lages, 11 de Maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 199/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 199/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

LOCADOR: MENFIS IMOBILIÁRIA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 83.162.057/0001-14, estabelecida na Rua Pres. Nereu Ramos, 84 – Centro – Lages, CEP 88502-170.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 157/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sala comercial sito à Rua Sebastião Furtado, 81 – Centro – Lages/SC onde será utilizado como sede da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A validade e vigência do contrato terão início após cumpridas as formalidades legais e perdurarão até o prazo total para cumprimento das obrigações assumidas pelas partes. O período de vigência do

contrato será pelo período de 05/05/2015 a 31/12/2015, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 124.923,16 (cento e vinte quatro mil, novecentos e vinte e três reais e dezesseis centavos) **CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E PAGAMENTO**

3.1. O valor da locação será R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais) mensais

Lages, 05 de Maio de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

PP 06 E 07-2015 FMAS; PP 29-2015 SMS**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 06/2015 FMAS

Objeto: Aquisição de Materiais de Consumo, Higiene e Limpeza

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 03/06/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 57.403,74

Modalidade: PP 07/2015 FMAS

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 08/06/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 61.142,14

Modalidade: PP 29/2015 SMS

Objeto: Fornecimento de passagens rodoviárias para pacientes do tratamento fora do domicílio.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 27/05/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 326.075,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 14 de maio de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 54-2015 PML.**RERRATIFICAÇÃO**

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2015 PML

OBJETO: AQUISIÇÃO MATERIAL HOSPITALAR PARA AS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR DO 5º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento, conforme segue abaixo:

- Na qualificação técnica, subitem 16.4.1, onde se lê "dos fabricantes", leia-se "dos licitantes";

- No Anexo II – Termo de Referência, Item 13, leia-se: Luva de látex para procedimentos, ambidestras, não estéril, levemente pulverizada com pó bio-absorvível, superfície lisa, espessura mínima 0,08 mm e comprimento mínimo 230 mm, caixa com 100 unidades. Tamanho P;

- No Anexo II – Termo de Referência, Item 14, leia-se: Luva de

látex para procedimentos, ambidestras, não estéril, levemente pulverizada com pó bio-absorvível, superfície lisa, espessura mínima 0,08 mm e comprimento mínimo 230 mm, caixa com 100 unidades.

Tamanho M;

- No Anexo II – Termo de Referência, Item 15, leia-se: Luva de látex para procedimentos, ambidestras, não estéril, levemente pulverizada com pó bio-absorvível, superfície lisa, espessura mínima 0,08 mm e comprimento mínimo 230 mm, caixa com 100 unidades. Tamanho G.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 14:30 horas do dia 19/05/2015, para às 09:00 do dia 27/05/2015.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 14 de maio de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 310 DE 15 DE MAIO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 310 DE 15 DE MAIO DE 2015

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS VEREADORES E SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Laguna aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Legislativo autorizado a conceder a revisão geral anual, que incidirá sobre o vencimento do mês de maio de 2015, dos servidores ativos, inativos e pensionistas, abrangendo os cargos de provimento efetivo, em comissão e os subsídios dos vereadores no percentual cumulativo de 8,17% (oito, vírgula dezessete por cento).

Parágrafo único - Para atribuição do percentual previsto no caput deste artigo foi considerado IPCA/IBGE durante o período de maio de 2014 a abril de 2015.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar correrão por conta de dotação própria do orçamento de 2014.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de maio de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.803 DE 08 DE MAIO DE 2015

LEI Nº 1.803 DE 08 DE MAIO DE 2015

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 2º DA LEI Nº 1.485, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011

O Presidente da Câmara Municipal da Laguna faz saber a todos os habitantes do Município que, de acordo com o art. 31, inciso XVI, do Regimento Interno, combinado com o art. 48, § 3º, da Lei Orgânica do Município, promulga a presente Lei:

Art. 1º. O art. 2º da Lei da nº 1.485, de 27 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. O imóvel descrito no artigo anterior deverá ser vendido pelo Donatário, no prazo de até 60 (sessenta) meses, sob pena de revogação da doação e, reversão do bem ao patrimônio público municipal.”

Art. 2º. A presente lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

ROBERTO CARLOS ALVES

Presidente

Lauro Muller**PREFEITURA****CANCELAMENTO EDITAL DE PREGAO Nº17/2015 FMS**

CANCELAMENTO EDITAL DE PREGAO Nº17/2015 FMS
PROCESSO Nº17/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, o certame que ocorreria no dia 20 de maio de 2015 às 10:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição uma incubadora neonatal conforme especificações previstas na minuta do Edital, esta cancelado devido a futuras alterações no seu termo de referencia maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 14 de maio de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

PORTARIA Nº 147/2015

PORTARIA Nº 147/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, TATIANE PEREIRA BARBOSA, para a função de Servente, em Caráter Temporário, pelo período de 06 de Março de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 148/2015

PORTARIA Nº 148/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, EZEQUIEL JOSÉ BORGES, para a função de Professor I – Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 04 de Março de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 149/2015

PORTARIA Nº 149/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, ISABEL APARECIDA DA SILVA FONTANELLA, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 04 de Março de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 150/2015

PORTARIA Nº 150/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

R E S O L V E:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública MARIA LUIZA CORREA PANDINI, professora II - Educação Física, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 02 de março de 2015 à 18 de dezembro de 2015, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador por 30 (trinta) horas semanais e na CME – Comissão Municipal dos Esportes por 10 (dez) horas semanais, com lotação junto a Secretaria da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 151/2015

PORTARIA Nº 151/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

R E S O L V E:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública DRIELE DA ROSA SILVEIRA, Professora I – Ensino Fundamental, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 03 de março de 2015 à 18 de dezembro de 2015, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto a Secretaria da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 152/2015

PORTARIA Nº 152/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, JUCIMARA FELISBINO, para a função de Professora I – Ensino Fundamental, em Caráter Temporário, pelo período de 04 de Março de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 153/2015

PORTARIA Nº 153/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, HERNANDES ARAÚJO, para a função de Professor I – Educação Física, em Caráter Temporário, pelo período de 06 de Março de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Sagrada Família, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição a funcionária efetiva Flora Gomes da Silva Madeira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 154/2015

PORTARIA Nº 154/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, LIDIANE BORGES, para a função de Professor I – Ensino Fundamental, em Caráter Temporário, pelo período de 09 de Março de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 155/2015

PORTARIA Nº 155/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, RAYANE PESCADOR, para a função de Professor I – Ensino Fundamental, em Caráter Temporário, pelo período de 04 de Março de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 156/2015

PORTARIA Nº 156/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

R E S O L V E:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública ROSEANE APARECIDA MARCOS MENDES, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 09 de março de 2015 à 18 de dezembro de 2015, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Sagrada Família, com lotação junto a Secretaria da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 157/2015

PORTARIA Nº 157/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

R E S O L V E:

Art. 1º - TRANSFERIR TEMPORARIAMENTE, da Escola de Educação Infantil Pequeno Príncipe para o Centro de Educação Infantil Irani Vargas, a professora CÍNARA DOS SANTOS, pelo período de 02 de Março de 2015 à 18 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 158/2015

PORTARIA Nº 158/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

R E S O L V E:

Art. 1º - TRANSFERIR TEMPORARIAMENTE, da Escola Municipal Ligia Chaves Cabral para a Escola Municipal Emília Mamede Soares, a professora CLAUDIA ANTUNES CARDOSO, pelo período de 02 de Março de 2015 à 18 de Dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 159/2015

PORTARIA Nº 159/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, DEISE CARDOSO, Técnica em Enfermagem do SAMU, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Saúde, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 160/2015

PORTARIA Nº 160/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

R E S O L V E:

Art. 1º - PRORROGAR, até 01 de Abril de 2015, os efeitos da Portaria nº 403/2014, de 01/09/14, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de LUANA MANOEL NASÁRIO, para a função de Recepcionista.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 161/2015

PORTARIA Nº 161/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA ROSIANA DOS SANTOS RABELO, para a função de Professor I - Matemática, em Caráter Temporário, pelo período de 12 de Março de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12/03/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 162/2015

PORTARIA Nº 162/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública RITA DE CÁSSIA CITADIN LOCATELLI, elevando de Professora MAG - LP – 4C para MAG - LP – 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 163/2015

PORTARIA Nº 163/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ROSANE DA SILVA ANTUNES MANARIM, elevando de Professora MAG - LP – 4B para MAG - LP – 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 164/2015

PORTARIA Nº 164/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública LUCAS LUCIANO MEDEIROS, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 165/2015

PORTARIA Nº 165/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública VANDERLEIA BATISTA VELHO, elevando de Professora MAG - LP – 4B para MAG - LP – 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 166/2015

PORTARIA Nº 166/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública KARINE CIMOLIN, elevando de Professora MAG - LP - 4C para MAG - LP - 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 167/2015

PORTARIA Nº 167/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública LARISSA FERNANDES DIAS, elevando de Professora MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 168/2015

PORTARIA Nº 168/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública REJANE VASIELEVSKI MIRANDA, elevando de Professora MAG - LP - 4D para MAG - LP - 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 169/2015

PORTARIA Nº 169/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ROSINETE NUNES, elevando de Professora MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MARÇO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

PRORROGAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº18/2015 FMS

PRORROGAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº18/2015 FMS

PROCESSO Nº18/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que tinha como data dia 20 de maio de 2015 às 9:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de Material Expediente e limpeza para o exercício de 2015 pelo Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller, Lage, foi prorrogado para dia 22 de maio de 2015 às 08:30h maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 14 de maio de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

PRORROGAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº19/2015 HMHL

PRORROGAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº19/2015 HMHL

PROCESSO Nº19/2015

O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o presente edital que tinha como data dia 19 de maio de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para Aquisição de MATERIAL DE MANUTENÇÃO/CONSTRUÇÃO, para o exercício de 2015, para atender as necessidades do Hospital Municipal Henrique Lage, foi prorrogado para dia 22 de maio de 2015 às 11:00h maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 14 de maio de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

PRORROGAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº20/2015 HMHL

PRORROGAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº20/2015 HMHL

PROCESSO Nº20/2015

O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que tinha como data dia 19 de maio de 2015 às 10:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para Aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE, para exercício de 2015, para atender as necessidades do Hospital Municipal Henrique Lage, foi prorrogado para dia 22 de maio de 2015 às 09:30h maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 14 de maio de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

PRORROGAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº18/2015 HMHL

PRORROGAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº18/2015 HMHL

PROCESSO Nº18/2015

O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE, por meio do PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o certame agendado para 12 de maio de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para para contratação de empresas do ramo pertinente para reforma estrutural da sala de radiologia do Hospital Municipal Henrique Lage, no Município de Lauro Muller/SC, esta prorrogado para dia 2 de junho de 2015 as 8hs e 30 min maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 14 de maio de 2015.

JAIR FERNANDES MADEIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTRATO Nº 037/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 037/2015 - PMLL

Contratação de empresa para prestação de serviço com aquisição de peças para a Revisão de Garantia dos Tratores Valtra, modelo A750, 4x4, cor amarelo, fabricação 2014, sendo o número de série: v750395478, v750395485 e v50395412, pertencente à Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente, do Município de Leoberto Leal.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkühl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa TRATORVALE COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rodovia BR 470, nº 7005, Bairro Santa Galo, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 07.089.536/0001-74, neste ato representada pelo Senhor Dirceu Antônio Dresch Junior, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições na Dispensa de Licitação nº 005/2015 – Processo Licitatório nº 028/2015, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – Contratação de empresa para prestação de serviço com aquisição de peças para a Revisão de Garantia dos Tratores Valtra, modelo A750, 4x4, cor amarelo, fabricação 2014, sendo o número de série: v750395478, v750395485 e v50395412, pertencente à Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente, do Município de Leoberto Leal.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material ou serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º. Materiais ou serviços, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO – Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 30/08/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PAGAMENTO – Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 3.523,50 (três mil quinhentos e vinte e três reais e cinquenta centavos), sendo pago em duas parcelas no valor de R\$ 1.761,75 (um mil setecentos e sessenta e um reais e setenta e cinco centavos). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O pagamento da 1ª parcela em até 30 (trinta) dias e o pagamento da 2ª parcela em até 60 (sessenta) dias, após a efetiva entrega do material/execução dos serviços, através de depósito em conta bancária do fornecedor, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

II – As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não

cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I – A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Disponibilizar os materiais e executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Entregar os materiais executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Prestar garantia dos materiais e serviços de no mínimo 06 (seis) meses.

II – O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos materiais e serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito na Cláusula Terceira deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO – Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA – DA MULTA – Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA HABILITAÇÃO – A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a fornecer os materiais e prestar os serviços aqui avençados, rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA – DO FORO – Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de Materiais e Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 11 de maio de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	TRATORVALE COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA Dirceu Antônio Dresch Junior Contratada
---	--

Testemunhas:

ALINE KRAUS CPF/MF nº 075.870.389-90	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

DECRETO N.º 049/2015

DECRETO Nº 049, DE 14 DE MAIO DE 2015.

“CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM ESTÁGIO PROBATÓRIO”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, formada pelos seguintes Servidores: Silvânia Capistrano Lopes, Lizandro Kreusch, Dauri Pedro Meira, Rosemary da Silva Franzen e Fabrícia Knaul, para sob a Presidência do primeiro, preparar, executar e julgar a Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

Art. 2º A Comissão ora constituída, seguirá as normas do Decreto nº 16, de 08 de maio de 2001, que baixou instruções especiais sobre Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório, e as disposições legais em vigor, tomadas às providências necessárias a sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo poderá contratar empresa especializada na área para assessorar a Comissão na elaboração, execução e julgamento da Avaliação do Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 031 de 16 de junho de 2009.

Leoberto Leal, 14 de maio de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.144/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.144, DE 13 DE MAIO DE 2015

“Dá nova redação ao Art. 182 da Lei Complementar nº 615/2008, transformando o seu parágrafo único e acrescentando-lhe o parágrafo segundo e outras providências.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela, tendo sancionado, publica a

seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 182 da Lei Complementar nº 615 de 31 de dezembro de 2008, a qual dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Leoberto Leal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 182. A presente Lei não se aplica:

I. Aos projetos definitivos de loteamentos, desmembramentos e remembramentos que, na data de sua publicação, já estiverem com os seus projetos definitivos protocolados ou aprovados pela Prefeitura, para os quais continua prevalecendo a legislação anterior até o prazo previsto pelo respectivo cronograma de obras;

II. Às vias públicas que, antes da publicação desta Lei:

a) Já se encontram abertas e denominadas oficialmente, dentro das medidas determinadas por Leis Municipais, como a:

- 1 – Rua Jorge Lacerda até o fim do perímetro urbano;
- 2 – Rua Leonardo Franzen e Rua Mainolvo Lehmkuhl até o fim do perímetro urbano;
- 3 – Rua Angelo Silva até o fim do perímetro urbano;
- 4 – Avenida Adolfo Scheidt;
- 5 – Rua Aquino de Campos;
- 6 – Rua Padre José Eli;
- 7 – Rua Padre Augusto Schwirling até o fim do perímetro urbano;
- 8 – Rua Plácido Valeriano de Souza;
- 9 – Rua Paulo Guchert;
- 10 – Rua Hilário Guchert;
- 11 – Rua Vendelino Franzen;
- 12 – Rua Irma França da Silva;
- 13 – Rua Raulino Lopes;
- 14 – Rua Virgílio Patrício da Cunha;
- 15 – Rua Norberto Schmitt;
- 16 – Rua Leopoldo Scheimann;
- 17 – Rua Gustavo Marian;
- 18 – Rua Vereador Tito Scheidt;
- 19 – Rua Vereador Paulino Plácido de Souza;
- 20 – Rua Gasparino Varela Ramos;
- 21 – Rua Arnaldo Fritzen;
- 22 – Rua Silvéria Ferreira de Campos;
- 23 – Rua Carlos Guchert.

b) Davam acesso a localidades rurais como o denominado PATRIMÔNIO (localidade).

Parágrafo Primeiro: Após vencido o prazo do cronograma de obras de que trata o Inciso I deste Artigo, os pedidos de revalidação da licença dos referidos parcelamentos somente serão concedidos se obedecidas as disposições desta Lei.

Parágrafo Segundo: O Município poderá executar a melhoria, manutenção, pavimentar ou asfaltar, tubular, colocar meio-fio, bocas-de-lobo, rede elétrica, construir as calçadas das vias públicas a que se refere este Artigo, respeitando a Lei mencionada na alínea “a” do inciso II deste Artigo, independentemente de qualquer prazo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias, em especial a Lei Complementar nº 1.118 de 12 de fevereiro de 2015.

Leoberto Leal, 13 de maio de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 079/2015

Portaria n.º 079, de 17 de abril de 2015

"Concede Adicional de Graduação de Nível Superior e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal do município de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o servidor público municipal CASSIANO GREICK EGER, inscrito sob a matrícula nº 1071, ocupante do cargo público de provimento efetivo de Técnico Agrícola, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, ao patamar de 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento do cargo, conforme previsão legal do art. 33, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002, e Processo Administrativo nº 942/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 17 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 080/2015

Portaria n.º 080, de 17 de abril de 2015.

"Concede Adicional de Graduação de Pós Graduação e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal do município de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora pública municipal BIANCA DANIELA MEIRA, inscrita sob a matrícula nº 1658, ocupante do cargo público de provimento efetivo de Farmacêutica, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, Adicional de Graduação de Pós Graduação, ao patamar de 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento do cargo, conforme previsão legal do art. 33, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002 e Processo nº 936/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º de março de 2015, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 17 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 081/2015

Portaria n.º 081, de 17 de abril de 2015

"Concede Adicional de Pós Graduação e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal do município de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora pública municipal CACILDA BRUZADELLI BORGES, inscrita sob a matrícula nº 1709, ocupante do cargo público de provimento efetivo de Odontóloga 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, ao patamar de 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento do cargo, conforme previsão legal do art. 33, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002, e Processo Administrativo nº 962/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 17 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

Lindóia do Sul

PREFEITURA

ADENDO 01/2015 EDITAL PREGÃO 25/2015

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

ADENDO 01/2015 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, altera o Edital de Licitação nº 34/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 25/2015, no seu anexo “E”, cujo o objeto é seleção de empresa(s) do ramo de seguros para firmar contrato(s) de seguro de veículos e de uma retro escavadeira da frota do Município de Lindóia do Sul. Desta forma designa que os envelopes de propostas e de documentação para habilitação deverão ser entregues até as 08:15 horas do dia 28 de maio de 2015, com abertura as 08:30 horas do mesmo dia. A íntegra do Adendo e do Edital original poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, ou através da internet no endereço, www.lindoiadosul.sc.gov.br, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 13 de maio de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

PORTARIA 070/15

PORTARIA Nº 070/15 de 06 de maio de 2015

“ATRIBUI JORNADA ESPECIAL DE HORA-AULA EXCEDENTE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUI temporariamente, até 18 de dezembro de 2015, JORNADA ESPECIAL DE HORAS-AULA EXCEDENTES a servidora ANELIZE SANTANNA SIMON, Professora III, Classe “L”, 40 horas semanais, no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano de até 06 horas-aula semanal, conforme comunicação da Unidade Escolar, para atender aos alunos com dificuldades de aprendizado, a partir de 04 de maio de 2015, com fundamento no §4º do art. 13 da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003, alterado pela Lei Complementar nº 122 de 10 de dezembro de 2013.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de maio de 2015.

Luzerna(SC), 06 de maio de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 071/15

PORTARIA Nº 071/15 de 11 de maio de 2015

“PRORROGA LICENÇA GESTAÇÃO CONCEDIDA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com Lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008, que estabeleceu a prorrogação de 60 (sessenta) dias no tempo de duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII do art.7º da Constituição Federal, elevando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias o prazo deste benefício e com supedâneo ainda no art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR, nos termos do art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009 e alterações posteriores, por mais 60 (sessenta) dias a licença gestação da servidora MARIA RITA NOGUEIRA PASA, Coordenadora de Controle Interno, DAS CC-2, a partir de 12 de maio de 2015.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de maio de 2015.

Luzerna(SC), 11 de maio de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 072/15

PORTARIA Nº 072/15 de 13 de maio de 2015

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art.7º, inciso XVIII, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à JOANA REGENSBURGER, Psicóloga, 40 horas semanais, na Estratégia Saúde da Família por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 05 de maio de 2015.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de maio de 2015.

Luzerna(SC), 13 de maio de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

portaria 3339

Portaria nº 3339, de 30 de abril de 2015.

“Designar servidor para desempenhar funções de motorista II, e dá outras providências”

Emerson Zanella, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que:

- » Não há hospitais, nem profissionais médicos especialistas no município de Macieira;
- » Para tratamento de saúde da população em geral, há necessidade de deslocamentos frequentes de pacientes para serem atendidos em centros maiores que possuem estrutura e profissionais necessários;
- » O Poder Público Municipal, em conformidade com dispositivo constitucional, tem o dever de garantir aos seus administrados, no mínimo a saúde básica necessária;
- » Neste contexto, o município de Macieira possui atualmente 03 ambulâncias para atender as demandas dos munícipes em transportes destinados à tratamento de saúde em centros maiores, mas não possui motoristas com as atribuições vinculadas a condução de ambulâncias;
- » Preocupado com este impasse, a administração municipal constatou que no setor de Assistência Social há motorista I efetivo que frequentemente encontra-se “ocioso”; e
- » Sendo assim, visando a manutenção dos serviços de transportes de munícipes através das ambulâncias do município, garantindo desta forma complementar o atendimento básico da saúde, corroborando com o respeito aos princípios constitucionais da legalidade, economicidade, celeridade e eficiência, o Prefeito Municipal

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor do quadro efetivo, Sr Adelir da Silva, ocupante do cargo de Motorista I, para desempenhar as funções de Motorista II, quando necessário, para atender chamados de emergência medica, e transportes de pacientes a municípios vizinhos, sem alteração salarial, conforme termo de aceite.

§ 1º. Esta designação não caracteriza “desvio de função”, uma vez que tal motorista designado além de já desempenhar atividades de transportes de munícipes da Assistência Social, também possui a Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria “C”, exigida pela legislação nacional de trânsito.

§ 2º. Para o fiel cumprimento das atribuições do cargo ora designado, o servidor se enquadrará na Lei Complementar nº 48, de 22/01/2013, sendo que, tão logo seja aberta nova vaga e preenchida, retornará ao cargo de origem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira (SC), em 04 de maio de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº 3851

DECRETO Nº 3851

Data: 12.05.2015.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR VENDAVAL – COBRADE: 1.3.2.1.5, CONFORME IN/MI 01/2012.

O Prefeito Municipal de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006.

Considerando os fortes ventos que atingiram nosso Município no dia 03 de Maio de 2015, provocando danos em residências, indústrias e estabelecimentos comerciais, conforme o FIDE (formulário de informações do desastre).

Considerando que, como consequências deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constantes no FIDE (formulário de informações do desastre), anexo a este Decreto;

Considerando a decisão do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, conforme ata da reunião do dia 08 de Maio de 2015, em anexo, relatando que a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada no município de Mafra Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como

VENDAVAL – COBRADE: 1.3.2.1.5, conforme IN/MI 01/2012

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Diretoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Diretoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I-adentrar nas residências, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II-usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo Único – Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias, contados a partir da caracterização do desastre.

Art.6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mafra, em 12 de Maio de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

DÉBORA SCARDANZAN

Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº. 3847

DECRETO Nº. 3847

Data: 28 de Abril de 2015.

REVOGA O DECRETO Nº. 3811, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE FIXOU PRAZO MÁXIMO PARA ENCAMINHAMENTO DE PROJETOS DE LEI REFERENTE À CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, AUXÍLIO E CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA NO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Ofício Nº 090/SMA de 27 de Abril de 2015:

DECRETA

Art. 1º - Revoga-se o Decreto 3811/2014, de 10 de dezembro de 2014, que fixou prazo máximo para encaminhamento de projetos de lei referente à concessão de subvenção social, auxílio e contribuição financeira no exercício de 2015 e dá outras providências.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 28 de Abril de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

DÉBORA SCARDANZAN

Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº. 3852

DECRETO Nº. 3852

DATA: 12.05.2015.

AUTORIZA O REAJUSTE DA TARIFA PRATICADA NA CIDADE DE MAFRA DO TRANSPORTE URBANO.

O Prefeito Municipal de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 74 da Lei Orgânica do Município,

Considerando os elevados custos para manutenção de transporte coletivo urbano;

Considerando também a solicitação da Empresa VIAÇÃO SANTA CLARA LTDA. datada de 11 de Maio de 2015, a qual presta serviços desta natureza no Município de Mafra;

CONSIDERANDO ainda, os reajustes autorizados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ANTT;

DECRETA:

Art.1º - Fica, majorada, a partir da 0 (zero) hora do dia 17 de Maio de 2015, para R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) o preço das passagens urbanas de transporte Coletivo Municipal, da Empresa Viação Santa Clara Ltda.

Art. 2º - Os cartões do vale transporte adquiridos em data anterior a vigência da nova tarifa manterão sua validade por tempo indeterminado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Mafra, em 12 de Maio de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

DÉBORA SCARDANZAN

Secretário Municipal de Administração

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE ABERTURA DA 02ª SESSÃO DA TP 15/2015

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

AVISO DE realização da 2ª Reunião de análise da proposta Técnica
REFERENTE À TOMADA DE PREÇO Nº 015/2015

OBJETO:

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Maracajá – SC, torna publico que recebemos da subcomissão técnica o resultado da das Propostas Técnicas (invólucros n. 01 e n. 03), as planilhas de julgamento e demais documentos elaborados pela Subcomissão Técnica.

Informamos ainda que a 2ª reunião para análise da documentação da proposta técnica por esta Comissão de Licitação, ocorrerá no dia 18 de maio de 2015 às 15:00 hs, na sala de licitação do município de Maracajá – SC

Maracajá – SC, 14 de maio de 2015.

Itaionara Tramontin Recco
Presidente da Comissão

DECRETO 27/2015

DECRETO Nº 27 DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO CONSELHO DO FUNDEB.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere a Lei Municipal nº 738 de 11 de março de 2008 e a Lei Municipal nº 744 de 20 de maio de 2008 que dá nova redação aos incisos I, II, III, IV, V e VI do artigo 2º da Lei Municipal nº 738 de 11 de março de 2008:

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de acompanhamento do Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – Conselho do FUNDEB, no âmbito do Município de Maracajá, conforme segue:

I) Dois representantes do Poder Executivo Municipal:

- A – Rosane Savi Costa (titular);
- B – Itaionara Tramontin Recco (suplente);
- C – Renan Machado Fregulia (Titular);
- D – Janaina Ramos (suplente);

II) Um representante dos professores da Educação Básica Pública;

- A – Silvana Laurentino Costa (titular);
- B – Maria Doralice de Jesus (suplente);

III) Um representante dos diretores das Escolas Básicas Públicas:

- A – Danúbia Rocha de Oliveira de Araújo (titular);
- B – Rosinéia Aparecida Gonçalves (suplente);

IV) Um representante dos servidores técnico administrativos das Escolas Básicas Públicas:

- A – Vanessa de Fáveri da Silva (titular);
- B – Simoni Freitas Bitencourt (suplente);

V) Dois representantes dos pais de alunos da Educação Básica Pública:

- A – Ivan Ronchi (titular);
- B – Giovana Trevisol Teixeira (suplente);
- C – Marília Berti Cardoso (titular);
- D – Rosilaine Dassoler (suplente);

VI) Um representante do Conselho Municipal de Educação:

- A – Cristina Farias de Souza (titular)
- B – Michele Goulart da Rocha Nolla (suplente);

VII) Um representante do Conselho Tutelar:

- A – Maritânia Frassetto de Araújo (titular);
- B – Márcia de Oliveira Pereira (suplente);

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de Abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 28/2015

DECRETO Nº 28 DE 22 DE ABRIL DE 2015.

CONVOCA A 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Maracajá:

DECRETA:

Art. 1º A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art. 2º Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, no data de 1 de Junho de 2011, fica convocada a 2ª Conferência de Saúde do Município para o dia 14 de Julho de 2011.

Art. 3º O tema central da Conferência será "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro".

Art. 4º A Conferência de Saúde, será realizada no Parque Ecológico de Maracajá.

Art. 5º A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal e Coordenada pelo Diretor Municipal de Saúde.

Art. 6º As normas de organização e funcionamento da Conferência, serão expedidas em Portaria deliberadas pelo Conselho Municipal

de Saúde e publicadas pelo Departamento Municipal de Saúde.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de Abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 22 de Abril de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 29/2015

DECRETO Nº 29 DE 28 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no exercício das funções inerentes a seu cargo, e;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros para comporem a Comissão de Concurso Público para acompanhamento, fiscalização e avaliação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Maracajá para provimento de cargos do quadro de pessoal, que passa a vigorar com os seguintes membros:

- I – Maria Helena Pereira Marques - Matrícula nº 0312;
- II - Adenauer Espíndola Serafim - Matrícula nº 0050;
- III – Evânio Macalossi - Matrícula nº 0529;
- IV – Simone Costa Martinello - Matrícula nº 0512;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 28 de Abril de 2015.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 28 de Abril de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 30/2015

DECRETO Nº 30 DE 06 DE MAIO DE 2015.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A SERVIDORA DENÍZIA FERREIRA MARANGONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Denízia Ferreira Marangoni;
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho a servidora;

Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 006/2015 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Denízia Ferreira Marangoni;
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 31 de março de 2015, a Aposentadoria por Invalidez da servidora DENÍZIA FERREIRA MARANGONI, brasileira, nascida em 15 de maio de 1972, portadora do CPF nº 887.391.639-20, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, matrícula nº 0692.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 006/2015 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Os proventos de aposentadoria por Invalidez da servidora homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera a servidora DENÍZIA FERREIRA MARANGONI, brasileira, nascida em 15 de maio de 1972, portadora do CPF nº 887.391.639-20, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, matrícula nº 0692, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 06 de Maio de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 06 de maio de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 31/2015

Decreto nº 31 de 06 de MAIO de 2015.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 001/2015, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O CARGO DE AGENTE SOCIAL DO PELC NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, em especial o art.73,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam Homologados as Inscrições do Processo Seletivo Nº 001/2015 para a contratação temporária no Cargo de Agente Social do Programa de Esporte e Laser na Cidade - PELC, publicado nesta data.

Art. 2º Determina a publicação de todos os candidatos inscritos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 06 de Maio de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 06 de Maio de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO 001/2015
RELAÇÃO DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS
ORDENADO ALFABETICAMENTE

CARGO: Agente Social para a Oficina de Dança - Pelc		
DEPARTAMENTO DE ESPORTES		
NR. INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RG
Não houve inscritos	Não houve inscritos	Não houve inscritos

Maracajá/SC, 06 de Maio de 2015.

Ednei Pedro Rocha
Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

De acordo, homologo as inscrições acima em 06 de Maio de 2015:

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

DECRETO 32/2015

Decreto nº 32 de 06 de MAIO de 2015.

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, em especial o art.73,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica Homologado o Regimento Interno do Conselho Tutelar do Município de Maracajá, publicado nesta data, que acompanha este decreto municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 06 de Maio de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 06 de Maio de 2015.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO TUTELAR DE MARACAJÁ

CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regimento Interno disciplinar, e o funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Maracajá/SC.

Art. 2º O Conselho Tutelar é composto por 5(cinco) membros e serão escolhidos pelo voto facultativo direto e secreto de cidadãos maracajenses, mediante apresentação de Título de Eleitor deste município e documento de identificação com foto.

Art. 3º O Conselho Tutelar funcionará na Rua: João Carradore, nº 196, Centro, Maracajá/SC.

Art. 4º O conselho Tutelar dará atendimento ao Público das 8:00h as 12:00h e das 13h e 30min. As 17:30h, de segunda a sexta feira. Parágrafo Único - aos sábados, domingos, feriados e período noturno, permanecerá um plantão mediante escala de serviços, sob a orientação e responsabilidade de um dos membros do Conselho Tutelar.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 5º Compete aos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo das atribuições conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

- I. zelar pelos direitos da criança e do adolescente;
- II. manter conduta pública e particular ilibada;
- III. zelar pelo prestígio da instituição;
- IV. indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;
- V. obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;
- VI. comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VII. desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;
- VIII. adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidades no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;
- IX. tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- X. identificar-se em suas manifestações funcionais;
- XI. atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;
- XII. assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária do município para garantia do atendimento integral aos direitos da criança e do adolescente;
- XIII. exercer, com ética, os princípios da autonomia e permanência de ações, nos termos da legislação federal, e suplementarmente da legislação municipal;
- XIV. inserir dados on line das crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar no Sistema de Informações para Infância e Adolescência SIPIA/CT/WEB;
- XV. acompanhar os casos atendidos no Conselho Tutelar inserindo as informações referentes ao acompanhamento no SIPIA/CT/WEB.
- XVI. apresentar trimestralmente relatório do SIPIA/CT/WEB dos atendimentos prestados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- XVII. prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos.
- XVIII. ter conhecimentos básicos em informática nos programas: excel, powerpoint, word e internet.

XIX. dar devolutiva ao denunciante, quando este for parte da rede socioassistencial, das requisições feitas pelo Conselho Tutelar.

SEÇÃO I DAS GARANTIAS DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 6º O servidor público municipal que vier exercer mandato de Conselheiro Tutelar ficará licenciado do seu cargo, emprego ou função, podendo, entretanto optar pela respectiva remuneração.

Parágrafo Único - O tempo de serviço prestado no exercício do mandato de Conselheiro Tutelar será computado para todos os efeitos legais.

Art. 7º Ao Conselheiro Tutelar será assegurada a percepção das seguintes vantagens:

- I. gratificação natalina;
- II. férias anuais remuneradas acrescidas do terço constitucional;
- III. contribuição ao Regime Geral da Previdência Social;
- IV. licença-maternidade;
- V. licença-paternidade;
- VI. licença para tratamento de saúde.

Art. 8º A jornada de trabalho do Conselheiro Tutelar é de 40 (quarenta) horas semanais.

§1º Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, o exercício do mandato de Conselheiro Tutelar exigirá do seu ocupante dedicação integral e exclusiva ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse tutelado por esta lei.

§2º O regimento interno do Conselho Tutelar, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, determinará as diretrizes e os critérios de procedimentos de plantão e das atividades funcionais da jornada semanal de trabalho.

Art. 9º O exercício da função de Conselheiro Tutelar exige carga horária semanal de trabalho com o expediente diário e plantão na sede do Conselho Tutelar, além de sua participação em reuniões de trabalho fora da sede do Conselho e eventual presença em atos públicos, sempre que for solicitado.

§1º A divulgação de escala de serviço será fixada no Quadro de Publicações Oficiais do Município de Maracajá ou outro espaço destinado para tal fim e feita, ainda, nas instituições relacionadas ao atendimento a crianças e adolescentes, devendo ser oficiado o Juízo de Direito e a Promotoria de Justiça com competência e atribuição, respectivamente, para a área da Infância e da Juventude.

§2º O desenvolvimento de carga horária, plantão noturno e finais de semana constituem atividades inerentes à função, não se admitindo o pagamento de horas extraordinárias ou qualquer outra vantagem, a qualquer título.

Art. 10 Os Conselheiros Tutelares receberão o subsídio mensal fixado em R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), vedando o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou espécie de remuneração, salvo as vantagens previstas no Art. 48 desta Lei.

Parágrafo Único - O valor do subsídio mensal passa a valer a partir da próxima gestão dos conselheiros tutelares a tomar posse no dia 10/01/2016.

Art. 11 Os Conselheiros Tutelares receberão diárias ou ajuda de custo quando da participação em eventos de capacitação e nas situações de representação do Conselhos realizadas fora do município, mediante aprovação prévia do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 12 O mandato do Conselheiro Tutelar será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução.

Art. 13 As férias anuais dos Conselheiros somente poderão ser gozadas por um de cada vez, mediante autorização do CMDCA.

SEÇÃO II DOS SUPLENTE

Art. 14 Todos os candidatos que participarem do pleito, a partir do sexto mais votado serão considerados suplentes.

Art. 15 Na hipótese de vacância ou de substituição temporária por férias ou outra licença do titular, será convocado a assumir o suplente, segundo a ordem de classificação.

Art. 16 Sempre que necessária a convocação de suplente, e não houver nenhum na lista, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo seletivo para preenchimento do cargo vago e definição de novos suplentes, pelo tempo restante do mandato dos demais membros.

Art. 17 Os suplentes serão convocados por ordem de classificação, nos casos de:

- I. férias anuais dos conselheiros titulares;
- II. licenças a que fazem jus os titulares, desde que excedam há 30 dias;
- III. vacância, por renúncia, destituição ou perda da função, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo.

Art.18 Durante a substituição temporária, terá o substituto direito à mesma remuneração do substituído e aplicam-se as normas da Administração Pública Municipal.

SEÇÃO III DOS SEUS IMPEDIMENTOS E DA SUA COMPETÊNCIA

Art. 19 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto e madrastra e enteado.

Parágrafo Único - Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca.

SEÇÃO IV DAS FALTAS FUNCIONAIS

Art. 20 Comete falta funcional o Conselheiro Tutelar que:

- I. exercer outra atividade profissional no exercício do mandato;
- II. acumular outra atividade, mesmo que de forma voluntária, simultaneamente às atividades exercidas como conselheiro tutelar;
- III. exercer a função abusivamente em benefício próprio;
- IV. receber, em função do cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos e diligências;
- V. ter faltas injustificadas;
- VI. proceder de forma desidiosa;
- VII. não cumprir a carga horária e plantões;
- VIII. ter inidoneidade moral;
- IX. romper o sigilo legal, repassando informações a pessoas não autorizadas, sobre casos analisados pelo Conselho e das quais dispõe somente em virtude da sua função;
- X. fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções;
- XI. abusar da autoridade que lhe foi conferida, excedendo os justos limites no exercício da função ou exorbitando de suas atribuições no Conselho;
- XII. recusar-se ou omitir-se a prestar o atendimento que lhe compete, seja no expediente normal de funcionamento do Conselho

Tutelar, seja durante seu turno de plantão;
XIII. aplicar medida contrariando decisão colegiada do Conselho Tutelar, e desta forma causando dano, mesmo que somente em potencial, a criança, adolescente ou a seus pais ou responsável;

CAPÍTULO V DO PROCESSO DISCIPLINAR E DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 21 O processo disciplinar para apurar os fatos e aplicar penalidade a Conselheiro Tutelar que praticar falta funcional será conduzido por Comissão de avaliação de processo disciplinar especialmente designada, formada por 01 (um) representante do Executivo Municipal, 01 (um) representante de entidade não-governamental, 2 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um governamental e outro não-governamental e 01 (um) representante do próprio Conselho Tutelar, de todos sendo exigido conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 22 Os representantes supracitados serão indicados, respectivamente:

- I. o representante do Executivo, pelo Prefeito Municipal;
- II. o representante governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela maioria dos conselheiros governamentais, e o representante não-governamental pela maioria dos conselheiros não-governamentais do referido Conselho;
- III. o representante do Conselho Tutelar, pela maioria dos conselheiros tutelares, neste caso estando impedido de votar o indiciado.

Art. 23 Conforme a gravidade do fato e das suas conseqüências e a reincidência ou não, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. suspensão não remunerada de 01 (um) a 90 (noventa) dias;
- III. perda do mandato.

§1º No caso de ausência nas convocações do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselheiros poderão ser penalizados conforme Capítulo V do processo disciplinar e das sanções disciplinares.

§2º A penalidade de suspensão não-remunerada poderá ser convertida em multa, na mesma proporção da remuneração do Conselheiro penalizado e dos dias afastados. Sendo esta revertida ao Fundo da Infância e Adolescência - FIA.

Art. 24 O processo disciplinar terá início mediante peça informativa escrita de iniciativa de membro do CMDCA, do Ministério Público ou de qualquer interessado, contendo a descrição dos fatos e, se possível, a indicação de meios de prova dos mesmos.

§1º Fica assegurado o direito ao devido processo legal, à ampla defesa e ao exercício do contraditório, garantida a presença de advogado.

§2º Se o indiciado não constituir advogado, ser-lhe-á designado defensor gratuito.

Art. 25 Instaurado o processo disciplinar, o indiciado será citado pessoalmente, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, para ser interrogado pela Comissão de Avaliação de Processo Disciplinar.

§1º Esquivando-se o indiciado da citação, será o fato declarado por 2 (duas) testemunhas, e dar-se-á prosseguimento ao processo disciplinar à sua revelia. Se o citado, deixar de comparecer, o processo também seguirá. Em ambos os casos ser-lhe-á nomeado defensor gratuito.

§2º Comparecendo o indiciado, assumirá o processo no estágio em que se encontrar.

Art. 26 Após o interrogatório, o indiciado será intimado do prazo de

3 (três) dias úteis para apresentação de defesa prévia, em que poderá juntar documentos, solicitar diligências e arrolar testemunhas, no número máximo de 3 (três).

Art. 27 Na oitiva das testemunhas, primeiro serão ouvidas as indicadas na denúncia e as de interesse da Comissão de avaliação de processo disciplinar, sendo por último as arroladas pela defesa. Parágrafo Único - O indiciado e seu defensor serão intimados das datas e horários das audiências, podendo se fazer presentes e participar.

Art. 28 Concluída a instrução do processo disciplinar, o indiciado e seu defensor serão intimados do prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa final.

Parágrafo Único - Encerrado o prazo, a Comissão de avaliação do processo disciplinar emitirá relatório conclusivo no prazo de 10 (dez) dias, manifestando-se quanto à procedência ou não da acusação, e no primeiro caso, sugerindo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a penalidade a ser aplicada.

Art. 29 A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com quórum mínimo de 2/3 de membros, decidirá o caso, aplicando quaisquer das penalidades previstas nesta Lei em seu art. 64.

§1º Da decisão que aplicar qualquer medida disciplinar, em 10 (dez) dias, poderá ser apresentado recurso ao Prefeito Municipal, de cuja decisão final não caberá qualquer outro recurso administrativo, dando-se então publicidade e comunicando-se ao denunciante.

§2º Constatada a prática de crime ou contravenção penal, o fato será ainda informado ao Ministério Público, com cópia da decisão final.

Art. 30 Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

- I. receber esta penalidade em processo administrativo-disciplinar;
- II. deixar de residir no município;
- III. for condenado por decisão irrecorrível pela prática de crime ou contravenção penal incompatíveis com o exercício da função.

Parágrafo Único - A perda do mandato será decretada por ato do Prefeito Municipal após deliberação neste sentido pela maioria de 2/3 (dois terços) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Município de Maracajá/SC, 06 de Maio de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal
Maracajá/SC

DECRETO LEGISLATIVO 002/2015

DECRETO Nº 02 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

O Presidente da Câmara Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, especialmente as conferidas através do Artigo 31, Inciso V, do Regimento Interno, obedecendo ao exposto no Artigo 51, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883 de 8 de junho de 1994,

DECRETA:

Art. 1º Designa para compor a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Maracajá, para todas as modalidades de licitações, com competência para processar e julgar habilitação preliminar, a inscrições em Licitações processadas pela Câmara Municipal, com mandato até 31 de dezembro de 2015, os seguintes membros:

. Geovana Trevisol Teiteira, inscrita no CPF sob o nº 044.673.819-02, presidente;
. Andreia Marques, inscrita no CPF nº 767.414.199-34, membro;
. Elizabete Maria de Souza, inscrita no CPF nº 039.962.509-75, membro;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá, Câmara Municipal de Maracajá, 18 de fevereiro de 2015.

Valdecir Idalino Stefeneti
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO 003/2015

DECRETO Nº 03 DE 17 DE ABRIL DE 2015.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA DE VEREADORES DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdecir Idalino Stefeneti, Presidente da Câmara Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO, que do dia 21 de abril de 2015 é feriado nacional dia de "TIRADENTES", conforme o Artigo 2º, da Lei Federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995;

CONSIDERANDO, que é usual a administração municipal instituir Ponto Facultativo, no 20 de abril de 2015, dia que antecede o feriado do dia 21 de abril de 2015, prolongando assim o feriados aos servidores;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica Decretado o Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de Maracajá, no dia 20 de abril de 2015, antecedendo ao feriado nacional do dia de TIRADENTES durante todo o expediente.

Art. 2º Este Ponto Facultativo poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, 17 de abril de 2015.

Valdecir Idalino Sefetenti
Presidente

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 17 de Abril de 2015.

Rodinei Dassoler da Silva
Secretário

LEI 1025/2015

LEI Nº 1025 DE 06 DE MAIO DE 2015.

DÁ NOME A QUADRA POLIESPORTIVA LOCALIZADA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA EULÁLIA OLIVEIRA DE BEM NESTE MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de "HERCÍLIO JOSÉ DE SOUZA" a Quadra Poliesportiva Municipal, localizada na Escola de Educação Básica Eulália Oliveira de Bem, Espigão Grande, Maracajá, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 06 de Maio de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 06 de Maio de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

PORTARIA 150/2015

Portaria Nº 150, de 18 de março de 2015.

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 18 de março de 2015, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, AURIDÉIA RÉUS CARDOSO MORAES CPF 001.196.060-46, matrícula Nº 1937, nascida em 21 de janeiro de 1980.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 170/2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 18 de março de 2015.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 151/2015

PORTARIA Nº. 151 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor Helder Francisco Loch, ocupante do Cargo de Contador, referente ao período aquisitivo de 7/3/2014 à 6/3/2015, com gozo em 2/3/2015 e término em 11/3/2015.

Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 20 (vinte) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de março de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 18 de março de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 152/2015

Portaria nº 152 de 18 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 2 de março de 2015, ROSILEA DA SILVA TEIXEIRA BARBOSA, brasileira, maior, nascida em 6 de julho de 1972 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 908.934.099-87, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M.Eulália Oliveira de Bem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 18 de março de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 153/2015

Portaria nº 153 de 18 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 12 de março de 2015, FERNANDA GLEIKA MARTINELLO, brasileira, maior, nascida em 24 de outubro de 1990 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 079.973.609-05, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M.Eulália Oliveira de Bem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 18 de março de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 154/2015

Portaria nº 154 de 18 de março de 2015.

NOMEIA VERA LUCIA SILVEIRA CANDIDO, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE AGRICULTURA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e 427 de 7 de outubro de 1997, e em concordância com o Decreto 257 de 13 de agosto de 2010, de conformidade com o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir do dia 2 de março de 2015, VERA LUCIA SILVEIRA CANDIDO, brasileira, maior, nascida em 1º de maio de 1969, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 675.134.509-78, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Agricultura, símbolo CC-4, com gratificação mensal de 100% (cem por cento) do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º A servidora contratada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 18 de março de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 18 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 155/2015

Portaria Nº 155, de 18 de março de 2015.

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 27 de março de 2015, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, GESIANE BASILIO DE ALMEIDA SOMARIVA CPF 009.183.319-19, matrícula Nº 1811, nascida em 4 de abril de 1981.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 186/2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 18 de março de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 156/2015

Portaria nº 156 de 23 de março de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 23 de março de 2015, SUZEN DA ROCHA, brasileira, maior, nascida em 28 de setembro de 1991 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 080.576.109-80, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, para preenchimento de vaga excedente no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 23 de março de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 23 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 157/2015

PORTARIA Nº 157 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

DESIGNA ENGENHEIRO CIVIL PARA ATUAR COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO EM CERTAME LICITATÓRIO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o senhor Rafael Savi Costa, portador do CPF nº 059.320.869-20, documento de identidade nº 5.045.996 SSP/SC, profissão Engenheiro Civil registrado no CREA/SC sob o nº 119529-1, para atuar como responsável técnico para acompanhar a visita técnica e emitir atestado, referente a licitação nº 10/2015, modalidade Concorrência Pública, que tem como objeto a Construção de Unidade Escolar com 12 Salas - Padrão FNDE.

Parágrafo único - A visita técnica será realizada na Rua: Antônio Manoel Farias, esquina com a Rua Antônio Machado, Centro do município de Maracajá/SC, no dia 26/03/2015 às 14:00horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 23 de março de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 23 de março de 2015.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

PORTARIA 158/2015

Portaria Nº 158, de 25 de março de 2015.

EXONERA, A PEDIDO, O SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com as Leis Nº 426 de 1º de outubro de 1997 e Nº 985 de 12 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor público JOSÉ PAULO FARIAS, CPF 712.297.609-20, matrícula Nº 720, nascido em 24 de janeiro de 1972, nomeado pelo Decreto nº 66 de 10 de abril de 2006, para exercer o cargo de Assistente Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 25 de março de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 25 de março de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 159/2015

PORTARIA Nº. 159 DE 1º DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias aos servidores que se relacionam:

Fulvia Silva da Rosa, ocupante do Cargo de Enfermeiro, referente ao período aquisitivo de 14/3/2014 a 13/3/2015, com gozo em 1º/4/2015 e término em 30/4/2015.

Bento Luiz Mota, ocupante do Cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários, referente ao período aquisitivo de 2/3/2012 a 1º/3/2013, com gozo em 13/4/2015 e término em 12/5/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá, em 1º de abril de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de abril de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 160/2015

Portaria nº 160 de 1º de abril de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear CAMILA INÁCIO PREMOLI, brasileira, maior, nascida em 18 de maio de 1994, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 098.015.639-40, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. MAG 80%, para preenchimento de vaga excedente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de abril de 2015.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de abril de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 161/2015

Portaria Nº 161, de 6 de abril de 2015.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO, A SERVIDORA MARIA DAS GRAÇAS CONTI FAGUNDES.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e 427 de 7 de outubro de 1997, e em concordância com o Decreto 257 de 13 de agosto de 2010, de conformidade com o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 6 de abril de 2015, a servidora MARIA DAS GRAÇAS CONTI FAGUNDES, CPF 733.254.909-30, matrícula 1227, nascida em 4 de março de 1971, nomeada para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Compras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 298 de 27 de junho de 2013.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 6 de abril de 2015.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 6 de abril de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 162/2015

PORTARIA Nº. 162 DE 6 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor Vilmar Leandro, ocupante do Cargo de Diretor do Departamento de Saúde, referente ao período aquisitivo de 16/8/2013 à 15/8/2014, com gozo em 1º/4/2015 e término em 10/4/2015.

Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 20 (vinte) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de abril de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 6 de abril de 2015.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 6 de abril de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 163/2015

PORTARIA Nº. 163 DE 6 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor Carlos Fernando Costa, ocupante do Cargo de Vigilante Sanitário, referente ao período aquisitivo de 1º/4/2013 à 31/3/2014, com gozo em 15/4/2015 e término em 24/4/2015.

Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 20 (vinte) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 6 de abril de 2015.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 6 de abril de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 164/2015

PORTARIA Nº. 164 DE 6 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias a servidora Elizandra Bonfante Leandro, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 18/3/2013 à 17/3/2014, com gozo em 15/4/2015 e término em 24/4/2015.

Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 20 (vinte) dias de férias da servidora supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 6 de abril de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 6 de abril de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 165/2015

Portaria nº 165 de 16 abril de 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NOVA HABILITAÇÃO A PROFESSORA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município, e artigo 20, da Lei Complementar n.º 06 de 20 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão funcional por nova habilitação a Professora da Rede Municipal de Ensino, conforme quadro abaixo:

Nome	Matrícula	Do Nível - Ref.	Para Nível - Ref.
Sandra Maria Souza	697	LP – 1E	LP – 4 A

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 16 de abril de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 16 de abril de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 166/2015

Portaria nº 166 de 17 de abril de 2015.

NOMEIA ALACIDE LUIZ ROCHA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS.

O Prefeito Wagner da Rosa, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e 427 de 7 de outubro de 1997, e de conformidade com os inciso V e VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, ALACIDE LUIZ ROCHA, brasileiro, maior, nascido em 4 de novembro de 1966, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 619.811.849-53, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, com gratificação mensal de 100% (cem por cento).

Art. 2º Ao servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 17 de abril de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 17 de abril de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 167/2015

Portaria Nº 167, de 17 de abril de 2015.
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir do dia 22 de abril de 2015, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Servente de Escola - ACT, EDINÉIA MOTA CPF 068.868.489-09, matrícula Nº 1887, nascida em 30 de março de 1989.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 034/2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 17 de abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 17 de abril de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 168/2015

PORTARIA Nº 168 DE 22 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MORGANA STECKERT NOLLA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 102 da Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora pública Morgana Steckert Nolla, referente ao período de 23/5/2002 à 22/5/2007.

Art. 2º A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97, é de 30 dias e iniciará em 22/4/2015 à 21/5/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 22 de abril de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 169/2015

Portaria Nº 169, de 22 de abril de 2015.
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir do dia 22 de abril de 2015, o servidor público nomeado para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, CLAUDIONEI NICOLAU FRANCISCO CPF 557.169.030-53, matrícula Nº 1849, nascido em 10 de outubro de 1972.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 311/2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 22 de abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 22 de abril de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 170/2015

Portaria Nº 170, de 23 de abril de 2015.

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir do dia 23 de abril de 2015, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Servente de Escola - ACT, SANDRA DE FATIMA KUCHERTT CANDIDO CPF 005.019.919-64, matrícula Nº 1886, nascida em 7 de dezembro de 1977.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 033/2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 23 de abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 23 de abril de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 171/2015

Portaria nº 171 de 23 de ABRIL de 2015.

NOMEIA MARCIO MICHEL JUMES DE SOUZA, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE COMPRAS.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e 427 de 7 de outubro de 1997, e em concordância com o Decreto 257 de 13 de agosto de 2010, de conformidade com o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir do dia 7 de abril de 2015, MARCIO MICHEL JUMES DE SOUZA, brasileiro, maior, nascido em 15 de fevereiro de 1978, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 020.443.939-64, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Agricultura, com gratificação mensal de 100% (cem por cento) do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º O servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 7 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 23 de abril de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 23 de abril de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 172/2015

PORTARIA Nº 172 DE 28 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA SUELEN CALEGARI MONTEIRO ZANDONADI.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a partir do dia 20 de abril de 2015, a servidora SUELEN CALEGARI MONTEIRO ZANDONADI, ocupante do cargo de Assistente Social, a contar de 20/42015 a 16/10/2015, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 20 de abril de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 28 de abril de 2015.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 28 de abril de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 52/2015

DECRETO Nº 52, DE 14 DE MAIO DE 2015

Aprova desdobro de lote urbano para fins de anexação e unificação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovado o desdobro para fins de anexação e unificação dos imóveis: Lote Urbano nº (2), Lote Urbano nº (3) e Lote Urbano nº (4), todos da Quadra nº (01), situados no Loteamento "Colibri", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha e, localizados no lado ímpar da Rua Euclides Mario Canalle, com as áreas respectivas de: (385,26 m², 349,96 m² e 432,96 m²); sem edificações; Objetos das Matrículas 20.503, 20.731 e 20.651, respectivamente, do Ofício de Registro de Imóveis, desta Comarca; de propriedade de Gilmarcio Gattelli, brasileiro, casado, soldador, portador da CI RG nº 13/R 4.157.972-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 032.026.269-30, residente e domiciliado na Rua Euclides Mario Canalle, nº 261, Bairro Madalozzo, nesta Cidade e Almir Kremer, brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF sob nº 384.358.619-53, residente e domiciliado na Rua Euclides Mario Canalle, nº 241, Bairro Madalozzo, nesta Cidade, que será desdobrado, e anexado, formando assim novos lotes urbanos, conforme descrição abaixo, mapa, memorial descritivo e ART assinados pela Engenheira Civil Dirlani Göttems Frömming, CREA-SC 076510-5, nas dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

ÁREA A DESMEMBRAR:

Parte do Lote Urbano nº (3), da Quadra nº (1), área desmembrada de 121,05 m², situado no Loteamento "Colibri", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, localizado no lado ímpar da Rua Euclides Mario Canalle, distando 86,169 metros da esquina formada pela Rua Padre Réus, de propriedade de Almir Kremer, M. 20.731, sem edificações; Confrontando:- ao Noroeste, com parte do lote urbano nº (3) área remanescente, na extensão de 34,85 metros, de Almir Kremer, M. 20.731;- ao Sudeste, com o lote urbano nº (2), na extensão de 34,23 metros, de Gilmarcio Gattelli, M. 20.503;- ao Nordeste, por duas linhas, com parte da chácara rural nº (16), do Bloco "A", de Alternative Indústria e Comércio de Confecções Ltda., M. 18.791, uma na extensão de 1,41 metro, e outra, na extensão de 2,16 metros;- ao Sudoeste, com a Rua Euclides Mario Canalle, na extensão de 3,50 metros.

ÁREA REMANESCENTE:

Parte do Lote Urbano nº (3), da Quadra nº (1), área remanescente de 228,91 m², situado no Loteamento "Colibri", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, localizado no lado ímpar da Rua Euclides Mario Canalle, distando 79,669 metros da esquina formada pela Rua Padre Réus, de propriedade de Almir Kremer, M. 20.731, sem edificações; Confrontando:- ao Noroeste, com o lote urbano nº (4), na extensão de 35,58 metros, de Almir Kremer, M. 20.651;- ao Sudeste, com parte do mesmo lote urbano nº (3) área desmembrada, na extensão de 34,85 metros, de Almir Kremer, M. 20.731;- ao Nordeste, com parte da chácara rural nº (16), do Bloco "A", de Alternative Indústria e Comércio de Confecções Ltda, M.

18.791, na extensão de 6,54 metros;- ao Sudoeste, com a Rua Euclides Mario Canalle, na extensão de 6,50 metros.

ANEXAÇÃO

Lote Urbano nº (2) e Parte do Lote Urbano nº (3), da Quadra nº (1), situado no Loteamento "Colibri", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha e, localizado no lado ímpar da Rua Euclides Mario Canalle, distando 86,169 metros da esquina formada pela Rua Padre Réus, com as áreas respectivas de: (385,26 m² e 121,05 m²), perfazendo a área total de "Quinhentos e seis metros e trinta e um centímetros quadrados" (506,31 m²), sem edificação, de propriedade de Gilmarcio Gattelli, confrontando:- ao Noroeste, com parte do mesmo lote urbano nº (3), na extensão de 34,85 metros, de Almir Kremer, M. 20.731;- ao Sudeste, com o lote urbano nº (1), na extensão de 31,60 metros, de Jaime Roberto Orlandi, M. 19.950;- ao Nordeste, por duas linhas, com parte da chácara rural nº (16), do Bloco "A", uma na extensão de 1,41 metro, outra na extensão de 14,16 metros, totalizando 15,57 metros, de Alternative Indústria e Comércio de Confecções Ltda., M. 18.791;- ao Sudoeste, com a Rua Euclides Mario Canalle, na extensão de 15,21 metros.

UNIFICAÇÃO

Lote Urbano nº (4) e Parte do Lote Urbano nº (3), da Quadra nº (1), situado no Loteamento "Colibri", nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha e, localizado no lado ímpar da Rua Euclides Mario Canalle, distando 67,719 metros da esquina formada pela Rua Padre Réus, com as áreas respectivas de: (432,90 m² e 228,91 m²), perfazendo a área total de "Seiscentos e sessenta e um metros e oitenta e sete centímetros quadrados" (661,87 m²), de propriedade de Almir Kremer, sem edificações; confrontando: ao Noroeste, com o lote urbano nº (5), na extensão de 36,92 metros, de Lorival Dalmagro, M. 20.517;- ao Sudeste, com parte do mesmo lote urbano nº (3), na extensão de 34,85 metros, de Gilmarcio Gattelli;- ao Nordeste: com parte da chácara rural nº (16), do Bloco "A", na extensão de 18,56 metros, de Alternative Indústria e Comércio de Confecções Ltda., M. 18.791;- ao Sudoeste, com a Rua Euclides Mario Canalle, na extensão de 18,45 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 30, de 27 de março de 2015.

Maravilha - SC, 14 de maio de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 53/2015

DECRETO Nº 53, DE 14 DE MAIO DE 2015

Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.850, de 6 de maio de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

07.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
07.01 – Fundo Mun. de Desenvolvimento Agropecuário
20 – Agricultura
20.606 – Extensão Rural
20.606.0013 – Agricultura Fortalecida
20.606.0013.2.115 – MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários
4.0.00.00 – Despesas de Capital
4.4.00.00 – Investimentos
4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

07.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
07.01 – Fundo Mun. de Desenvolvimento Agropecuário
20 – Agricultura
20.606 – Extensão Rural
20.606.0013 – Agricultura Fortalecida
20.606.0013.1.074 – AQUISIÇÃO DE UM BRITADOR MÓVEL
Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários
4.0.00.00 – Despesas de Capital
4.4.00.00 – Investimentos
4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 14 de maio de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Meleiro

PREFEITURA

AVISO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO

O Município de Meleiro/SC comunica que os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentários referente ao 2º bimestre de 2015, de que trata o Art. 52, 54 e 63 da Lei Complementar 101, de 05 de maio de 2000 (LRF), encontra-se publicado no MURAL PÚBLICO deste Município, localizado na Praça da Matriz e no Prédio da Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 849/2001, ou à disposição dos interessados junto a Secretaria de Administração e Finanças.

JONNEI ZANETTE
PREFEITO MUNICIPAL

CONVITE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CONVITE

JONNEI ZAZETTE, Prefeito Municipal, vem por meio deste convidar Vossa Senhoria para Audiência Pública no dia 02.06.2015, às 18:00 hs, na dependência da Câmara Municipal de Meleiro, para demonstração das metas fiscais do 1º Quadrimestre de 2015, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00 e a discussão para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO para o Ano de 2016.

Certo de seu comparecimento antecipo agradecimento.

Meleiro (SC), 05 de Maio de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONSULTA PÚBLICA Nº. 001/2015

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
--	---

EDITAL DE CONSULTA PÚBLICA nº. 001/2015

A Secretaria Municipal de Educação do município de Meleiro, em cumprimento a Lei Federal nº 13005/2014 de 25/06/2014, do Plano Nacional de Educação, convida a população para a realização da 1ª consulta Pública, integrante do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Meleiro, com o objetivo de garantir a participação da população e associações representativas de comunidades.

DATA: 28 de maio de 2015

HORÁRIO: 18:30 horas

LOCAL: Auditório Pedro Paulo Mezari na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole.

ENDEREÇO: Rua Coronel Vidal Ramos nº 20, Bairro - Centro, Meleiro-SC

Meleiro, 14 de maio de 2015.

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário Municipal de Educação de Meleiro

Informações:

Secretaria Municipal de Educação

Endereço: Rua 7 de Setembro, 371, Centro, Meleiro/SC,

Tel: (48) 35-378400 Site: www.meleiro.sc.gov.br

E-mail: educacao@meleiro.sc.gov.br

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 273/2015

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 273/2015 – Modalidade Pregão Presencial
Registro de Preços n. 027/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial Registro de Preços n. 027/2015, para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS DE CONSUMO PARA DAR CONTINUIDADE ÀS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 28/05/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 15 de Maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0144/2015

DECRETO Nº 0144/2015 DE 13.05.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.198/2015,

Considerando não haver inscritos para o cargo no Processo Seletivo nº 002/2014,

Considerando a necessidade de atendimento aos alunos na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller - Departamento Municipal de Educação,

Considerando o afastamento da Servidora titular do cargo, Marivete Ana Santolin, em licença para tratamento de saúde conforme Portaria nº 058/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, a Sra. BRENDA CAROLINE FERREIRA STREIS, portadora do CPF nº 096.893.619-96, RG nº 6.683.677, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS ACT, com atribuição de exercício na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller, com carga horária de 40 horas semanais, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Educação e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária

de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 029/2015, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 13.05.2015 a 02.06.2015, percebendo os vencimentos previstos em Lei Municipal, sendo Nível 13, Referência "A" da Tabela de Isonomia Salarial.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 13 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Chefe de Setor

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 029/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: BRENDA CAROLINE FERREIRA STREIS, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 096.893.619-96, RG nº 6.683.677, residente e domiciliada na Rua Alziro Petry, 06, Bairro Alvorada – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS.

LOCAL DE TRABALHO: atribuição de exercício na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller e lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em substituição à Servidora efetiva Marivete Ana Santolin, que encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde, bem como não haver inscritos para o cargo no Processo Seletivo 002/2014, conforme fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Educação. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009 e 2.198/2015.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 13 de maio de 2015. Término: 02 de junho de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.000,30 (Um mil reais e trinta centavos) conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal – Nível 13, Referência "A" da Tabela de Isonomia Salarial.

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é no turno Matutino/Vespertino, 40 (quarenta) horas semanais, e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação,

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. **SEGURIDADE SOCIAL:** Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 13 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

BRENDA CAROLINE FERREIRA STREIS
Contratada

Testemunhas:

1. 2.

EXTRATO DE CONTRATO 46/2015

Extrato de Contrato nº 46/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 131/2015

Contrato n. 46/2015

Contratada: SCS COMÉRCIO LTDA ME

Valor: R\$ 28.277,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que realizou contrato com SCS COMÉRCIO LTDA ME, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2015.

Modelo (SC), 14 de Maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 060/2015

PORTARIA Nº 060/2015 de 12.05.2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE VALOR COMPLEMENTAR DE PENSÃO À IRACI PAINI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 971/1990, 1.513/2002, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o pagamento na folha do mês de maio/2015, à Pensionista IRACI PAINI, o valor complementar de R\$ 366,18 (Trezentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos) relativo ao reajuste de pensão, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.198/2015, incluído o valor do reajuste que percebeu no período de fevereiro a abril de 2015, conforme memória de cálculo anexo na pasta funcional.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 12 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

CHEFE DE SETOR

PORTARIA Nº 061/2015

PORTARIA Nº 061/2015 de 15.05.2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2015 do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 110/2015 em 06.04.2015, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando o pedido de desistência e reclassificação para o final da lista pelo segundo classificado, convocado pela Portaria nº 053/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Agente de Saúde Pública, a Sra. JANETE TIECKER, aprovada no Concurso Público nº 001/2015 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 15 de maio de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

CHEFE DE SETOR

Ciente em: ____/____/____.

JANETE TIECKER

Navegantes

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº010/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº010/2015

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 010/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 010/2015 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Fornecedor: Tecnoal Comercial Distribuidora Ltda.

Valor Total: R\$ 1.440.546,50.

Fornecedor: Artefatos de Cimento Gaspar Ltda.

Valor Total: R\$ 30.000,00

Fornecedor: CCME Comercio e Representações

Valor Total: R\$ 137.456,25

Fornecedor: Tanako Materiais para Construção Ltda.

Valor Total: R\$ 131.821,50.

Vigência: 2503/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

FORNECEDOR: ESGOTOU LIMPEZA E DESENTUPIDORA LTDA -

VALOR TOTAL: R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais)

FORNECEDOR: J.T.B. TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 479.960,00 (quatrocentos e setenta e nove mil novecentos e sessenta reais)

FORNECEDOR: ANA AREIAS, ARGAMASSA E SERVICOS LTDA -

VALOR TOTAL: R\$ 83.450,00 (oitenta e três mil quatrocentos e cinquenta reais)

FORNECEDOR: MAURICEIA ARAGÃO FERREIRA DIAS

VALOR TOTAL: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

FORNECEDOR: TANAKO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA -

VALOR TOTAL: R\$ 88.200,00 (oitenta e oito mil e duzentos reais)

FORNECEDOR: ETER TRANSPORTES E SERVICOS LTDA - ME

VALOR TOTAL: R\$ 124.800,00 (cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais)

Vigência: 11.03.2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº024/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN Nº024/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços PMN 024/2015, relativa ao Pregão Presencial 024/2015, contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

FORNECEDOR: TODT MÓVEIS LTDA-EPP

VALOR TOTAL: R\$ 104.878,50 (cento e quatro mil oitocentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos)

FORNECEDOR: BONA GENTE COMERCIAL LTDA - EPP

VALOR TOTAL: R\$ 48.099,00 (quarenta e oito mil e noventa e nove reais)

FORNECEDOR: IRMÃOS PACHECO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME

VALOR TOTAL: R\$ 1.948,00 (um mil novecentos e quarenta e oito reais)

FORNECEDOR: LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP

VALOR TOTAL: R\$ 248.000,00 (duzentos e quarenta e oito mil reais)

FORNECEDOR: ALA COMERCIO LTDA ME

VALOR TOTAL: R\$ 11.740,00 (onze mil setecentos e quarenta reais)

FORNECEDOR: NORMELIA LOTTERMANN - EPP

VALOR TOTAL: R\$ 23.660,00 (vinte e três mil seiscentos e sessenta reais)

Vigência: 16.03.2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº243.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN N243/214.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços PMN 243/2014, relativa ao Pregão Presencial 243/2014, contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Fornecedor: MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA

VALOR :R\$ 7.350,00 (sete mil trezentos e cinquenta reais)

Fornecedor: CCME COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA-ME

VALOR: R\$ 339.696,00.

Fornecedor:: ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 51.666,50

Fornecedor: TANAKO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA -EPP

VALOR: R\$ 40.934,50

Vigência: 2303.2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº027/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN Nº027/2015 – Ret. O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços PMN 027/2015, relativa ao Pregão Presencial 027/2015, contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

FORNECEDOR: OSVALDO DIAS DA SILVA - EIRELI

VALOR TOTAL: R\$ 1.204.800,00 (um milhão duzentos e quatro mil oitocentos reais)

FORNECEDOR: CARLOS GIOVANI TRENTINI - ME

VALOR TOTAL: R\$ 129.360,00 (cento e vinte e nove mil trezentos e sessenta reais)

AValiação AMOSTRAS PP 63/2015 PMN

Avaliação e Conclusão da Fase de Amostras do Processo Licitatório A Equipe de apoio de apoio de licitação, informa avaliação dos proponentes habilitados para fornecimento de itens descritivos do Processo Licitatório nº 63/2015 – PR.

LICISUL COMERCIAL LTDA - ME. ITENS		
Item	Avaliação	Descritivo
16	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou
18	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou

COMER- CIAL STORIN- NY LTDA -EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
23	Reprovado	

JP DE LIMA COMÉRCIO DE PROD. DE LIMPEZA LTDA – EPP. ITENS		
Item	Avaliação	Descritivo
9	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou
22	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou

JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTOS LTDA – ME		
Item	Avaliação	Descritivo
5	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou
11	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou
17	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou

COMERCIAL MULTIVILLE LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
1	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou
13	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
6	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou
21	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou

MÁXIMA PAPELARIA LTDA EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
15	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou

COMERCIAL ESQUADRO		
Item	Avaliação	Descritivo
3	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou
24	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou
26	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou

REGLY & REGLY COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E ALIMENTÍCIOS		
Item	Avaliação	Descritivo
7	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou
10	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou
12	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou
14	Reprovado	Não apresentou amostra/fracassou

MARIA BENEDITA CORREA -- PREGOEIRA SUBSTITUTA
DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO
CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.
FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.
PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.
JOSEZITE DOS SANTOS --EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 14 DE MAIO DE 2015.

NAVEGANTESPREV**PORTARIA N.º 022 DE 14 DE MAIO DE 2015 "DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES".**

PORTARIA N.º 022 DE 14 DE MAIO DE 2015

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

O DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela lei complementar 99 de maio de 2014 e a lei complementar 152 de 25 de maio de 2012 e de conformidade com a Lei 8.666, de 21 de setembro de 1993 e a Lei 8.883, de 08 de junho de 1994, RESOLVE:

I - Instituir a Comissão Permanente de Licitação que terá a seguinte composição:

- a) GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES - PRESIDENTE
- b) MARGARETH BERLINK DA COSTA - MEMBRO;
- c) ALESSANDRA CRISTINA HOEHN - MEMBRO

II – A presente Comissão Permanente de Licitações terá vigência de 12 meses.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 14 DE MAIO DE 2015.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2015.

Nova Trento

PREFEITURA

CANCELAMENTO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 003/2015

CANCELAMENTO DE EDITAL

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 046/2015

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 003/2015

OBJETO: Execução de serviços com fornecimento de material para Reforma e Ampliação da Creche do Santo Antonin, cidade de Nova Trento/SC, incluindo o fornecimento dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários.

O Presidente da Comissão de Licitações da Prefeitura de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais, informa que foi cancelado o processo Licitatório supra referido, pelo seguinte motivo:

Justificativa: Na planilha houverem diversos erros de cálculo, o que altera o valor total da obra. Faremos as correções necessárias e reabriremos em breve novo certame.

Nova Trento, 14 de maio de 2015.

Aprigio José Botameli

Presidente da Comissão de Licitações

PORTARIA Nº 475/2015

PORTARIA Nº 475/2015 de 13 de maio de 2015.

CONSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DOS BENS INSERVÍVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO, PARA FINS DE ALIENAÇÃO.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, de 04/04/90, RESOLVE:

Artigo 1º - Fica constituída uma COMISSÃO DE AVALIAÇÃO composta pelos Senhores: ALCIRES LUIZ DALRI, brasileiro, Servidor Público Municipal desde 06/09/1995, matrícula Funcional nº 548, ocupante do cargo de Motorista de Transporte Escolar, CPF nº 377.259.129-9, GILMAR DA LUZ, brasileiro, Servidor Público Municipal desde 01/01/2009, matrícula Funcional nº 3088, ocupante do cargo de Gerente de Serviços de Mecânica, CPF nº 469.237.210-91; JAIME CADORIM, brasileiro, Servidor Público Municipal desde 12/01/2000, matrícula Funcional nº 928, ocupante do cargo de Diretor de Departamento de Transportes CC-16, CPF nº 223.382.689-20; e ADILSON LUIZ DEMONTI, brasileiro, Servidor Público Municipal desde 01/03/1991, matrícula Funcional nº 208, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, CPF nº 504.922.509-44, todas pessoas idôneas, residentes nesta cidade de Nova Trento/SC, para procederem a avaliação dos veículos e outros bens inservíveis pertencentes a Prefeitura de Nova Trento, para fins de alienação:

Artigo 2º - A comissão ora constituída, realizará a avaliação e apresentará o competente "LAUDO DE AVALIAÇÃO" assinado pelo seus membros no prazo de até 5 (cinco) dias.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Nova Trento, 13 de maio de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

Registrado em livro próprio e publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios(29/05/2013), nos termos do Art. 1º , parágrafo único, do Decreto nº 039/2009

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 417/2015 "A"

PORTARIA Nº 417/ 2015 "A"

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 375/2015, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", GISELIA DA CUNHA SANTOS, matrícula nº 6673, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 22 de abril de 2015 a 11 de maio de 2015, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 373/2015 (Licença Tratamento de Saúde), aguardando resultado pericial.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 27 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora GISELIA DA CUNHA SANTOS, brasileira, convivente em união estável, residente e domiciliado na Rua Ida Franzoi Voltolini, s/n, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 034.481.129-84, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação,

Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 373/2015 (Licença Tratamento de Saúde), aguardando resultado pericial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 22 de abril de 2015 a 11 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – por acordo entre as partes;
- II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.
- V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi	Giselia da Cunha Santos
Secretário Municipal de Educação	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, 22 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 463/2015 "A" CORRETA

PORTARIA Nº 463/ 2015 "A"

Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal GIULIA GRACIELE RAISER, matrícula nº 6251, ocupante do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Municipal Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 04 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 07 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 471/2015

PORTARIA Nº 471/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 417/2015 "A", que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", GISELIA DA CUNHA SANTOS, matrícula nº 6673, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 12 de maio de 2015 a 23 de maio de 2015, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 468/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 11 de maio de 2015.

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LIDIANE DE SOUZA KOERCHS, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Tijucas, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 053.130.559-76, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil - Creche), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rosi - Centro, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 468/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 12 de maio de 2015 a 23 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – por acordo entre as partes;
- II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.
- V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início,

intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 12 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Lidiane de Souza Koerchs

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, 12 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 473/2015

PORTARIA Nº 473/ 2015

Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal FIDELIS RODRIGUES PEREIRA, matrícula nº 5728, ocupante do cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 04 de maio de 2015, em virtude de aposentadoria por invalidez.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 12 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 474/2015

PORTARIA Nº 474/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 009/2015, de 29/04/2015, Decreto de Convocação nº 073/2015, TAINARA DA SILVA, matrícula nº 6696, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de maio de 2015 até a nomeação do Concurso Público nº 002/2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretario Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 13 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora TAINARA DA SILVA brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Irmãos Scalvin, nº 91, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 100.190.649-77, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais

efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 13 de maio de 2015 até a nomeação do Concurso Público nº 002/2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de maio de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Tainara da Silva
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de maio de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretor do Departamento de Recursos Humanos

PROCESSO 055/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 036/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 055/2015 – Pregão Presencial nº 036/2015
Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de enxoval (material de cama e banho) para utilização no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição – HIC de Nova Trento, conforme especificações e quantidades constantes no anexo I, que fica fazendo parte integrante deste edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 01/06/2015 até as 14:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 32673211 / (48) 32673213 – e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO Nº 056/2015 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 056/2015 – Inexigibilidade de Licitação nº 005/2015

Objeto: Chamamento Público para Credenciamento e Contratação de Pessoa(s) Jurídica(s) para fornecimento de medicamentos éticos, genéricos e similares com descontos predefinidos sobre os preços da tabela ABCFARMA, não constantes na relação nacional de medicamentos essenciais - RENAME, através de requisições/autorizações emitidas pelo Fundo de Saúde do Município de Nova Trento, para entrega direta ao paciente na sede do município.

Julgamento: Credenciamento. Entrega de Documentação e Propostas: de 18/05/2015 até 18/12/2015 às 14:00 horas; Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3213 – Email: compras@novatrento.sc.gov.br. Site: www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO Nº 057/2015 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 057/2015 – Inexigibilidade de Licitação nº 006/2015

Objeto: Chamamento Público para credenciar pessoas jurídicas, para executar as ações voltadas ao acolhimento social, desenvolvendo ações de prevenção, reabilitação, reinserção social e ocupacional de usuários de substâncias psicoativas, relacionados no anexo I.

Julgamento: Credenciamento. Entrega de Documentação e Propostas: de 18/05/2015 até 18/12/2015 às 14:00 horas; Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3213 – Email: compras@novatrento.sc.gov.br. Site: www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO Nº 058/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 058/2015 – Pregão Presencial nº 037/2015
Objeto: Aquisição de 01 (um) Veículo novo (Zero Quilômetro), ano fabricação 2015, modelo 2015, capacidade para transportar no mínimo 07 (sete) pessoas, modelo furgão, motor 1.8, ou superior, bicombustível álcool/gasolina, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital.

Julgamento: Menor Preço por item. Entrega dos envelopes: 28/05/2015 até as 14:30 horas. Abertura: 28/05/2013 – 14:35 Horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 – Fax: 48.3267 3213 – site: www.novatrento.sc.gov.br – e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO Nº 059/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 059/2015 – Pregão Presencial nº 038/2015
Objeto: Aquisição de 01 (um) Fogão Industrial em Inox 30 x 30, 08 (oito) bocas, para ser utilizado no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Nova Trento, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital.

Julgamento: Menor Preço por item. Entrega dos envelopes: 28/05/2015 até as 16:00 horas. Abertura: 28/05/2013 – 16:05 Horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 – Fax: 48.3267 3213 – site: www.novatrento.sc.gov.br – e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO Nº 060/2015 - LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 060/2015 – Leilão Público nº 001/2015
Objeto: É objeto da presente licitação a alienação de bens inseríveis para o município de Nova Trento, estando entre eles três Ônibus escolares e uma retroescavadeira, discriminados conforme o anexo I do Edital.

Julgamento: Maior Lance ou Oferta. Data do Leilão: 03/06/2015 às 14:30 horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 – Fax: 48.3267 3213 – site: www.novatrento.sc.gov.br – e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

Orleans

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 09/2015 - SAMAE

SAMAE DE ORLEANS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.09/2015

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.09/2015 cujo objeto é contratação de horas de maquina Escavadeira. Entrega de documentação e propostas até as 10:00 horas do dia 28 de maio de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 , por e-mail: licitacao@samaeorleans.sc.gov.br .

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SAMAE ORLEANS

Ouro

PREFEITURA

DISPENSA 0008/2015 - CONTRATO 035/2015

MUNICÍPIO DE OURO - SC

Processo Licitatório n. 0038/2015

Dispensa de Licitação n. 0008/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO Contratado: ODETE SGARBOSSA VOSE. Objeto: Locação de um imóvel, para implantação de uma unidade de saúde. Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: 01/05/2015 até 31/12/2015. Ouro, 30/04/2015, Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Processo Licitatório n. 0038/2015

Dispensa de Licitação n. 0008/2015

CONTRATO N° 035/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ODETE SGARBOSSA VOSE.

Objeto: Locação de um imóvel, para implantação de uma unidade de saúde.

Vigência: 01/05/2015 até 31/12/2015.

Valor total: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

Data de assinatura: 30/04/2015.

Ouro Verde

PREFEITURA

EDITAL ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE EDITAL Nº001/A/2015. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes CMDCA de Ouro Verde-SC, TORNA PÚBLICO que realizara Processo de escolha em data unificada para membros do Conselho Tutelar. Inscrições: de 10/06/2015 á 10/07/2015, Maiores informações e Edital na íntegra, poderão ser obtidos no mural Publico, a partir da data de abertura das inscrições. Ouro Verde, 14 de maio de 2015. Almeri Lourdes Festa - Presidente do CMDCA.

PORTARIA Nº001

PORTARIA N.º 001/2015
"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. MAGDA ZENI GERLACH JORGENSEN, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 01/09/2012 a 31/08/2013, que serão gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/02/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 05 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº002

PORTARIA N.º 002/2015
"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. DIRLEI PASINI GUIOTTO, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 03/04/2013 a 02/04/2014, que serão gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/02/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 05 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº0020

PORTARIA N.º 020/2015
"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal a Servidora Pública Municipal Sra. Francieli Rebeschini, ocupante do Cargo Efetivo de Fisioterapeuta 16:00 hs. semanais, período aquisitivo de 02 de janeiro de 2012 a 01 de janeiro de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de janeiro de 2015.

NILSON SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº003

PORTARIA N.º 003/2015
"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARILDE DE LIMA, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 12/03/2013 a 11/03/2014, que serão gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/02/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 05 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº004

PORTARIA N.º 004/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. CAROLINE MARIA STEFANI, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 02/05/2013 a 01/05/2014, que serão gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/02/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 05 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº005

PORTARIA N.º 005/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. FRANCIELI REBESCHINI, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 02/01/2014 a 01/01/2015, que serão gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/02/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 05 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº006

PORTARIA N.º 006/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARILETE ALVES DE QUADRA, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 02/11/2013 a 01/11/2014, que serão gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/02/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 05 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº007

PORTARIA N.º 007/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. EMANOELA BENEDETTI CATAPAM, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 01/11/2013 a 31/10/2014, que serão gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/02/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 05 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº008

PORTARIA N.º 008/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. LEODOMIR ALVES DE QUADRA, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 13/02/2013 a 12/02/2014, que serão gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/02/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 05 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº009

PORTARIA N.º 009/2015
"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. FERNANDA RITA BARETTA OESTERREICH, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, correspondente ao período aquisitivo de 02/05/2013 a 01/05/2014, que serão gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/02/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 07 de Janeiro de 2015.
NILSON SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº010

PORTARIA N.º 010/2015
"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ANGELICA GUIOTTO, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, correspondente ao período aquisitivo de 02/06/2012 a 01/06/2013, que serão gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/02/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 07 de Janeiro de 2015.
NILSON SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº011

PORTARIA N.º 011/2015
"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. MILTON JUAREZ PASIN, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 04/04/2013 a 03/04/2014, que serão gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/02/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 08 de Janeiro de 2015.
NILSON SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº012

PORTARIA N.º 012/2015
"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ANDREIA APARECIDA GUIOTTO KOSINSKI, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014, que serão gozadas no período de 02/01/2015 a 31/01/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/02/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de Janeiro de 2015.
NILSON SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº013

PORTARIA N.º 013/2015
"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. IZABEL FERREIRA, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento

e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº014

PORTARIA N.º 014/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. LIDIANE VITORIA BOLZAN, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 02/04/2013 a 01/04/2014, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº015

PORTARIA N.º 015/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ELI CLEIDE BALBINOT, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão, correspondente ao período aquisitivo de 08/11/2013 a 07/11/2014, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº016

PORTARIA N.º 016/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. ARTUR JOSÉ BIOTO, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, correspondente ao período aquisitivo de 16/03/2013 a 15/03/2014, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº017

PORTARIA N.º 017/2015

“CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. DENILSON DO PRADO, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, correspondente ao período aquisitivo de 01/11/2013 a 31/10/2014, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº018

PORTARIA N.º 018/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. MARCELO LUIS BRANCHER, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 07/11/2013 a 06/11/2014, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº019

PORTARIA N.º 019/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. ALMIR BALENA, lotado junto a Secretaria Municipal de Agricultura, correspondente ao período aquisitivo de 01/04/2013 a 31/03/2014, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº021

PORTARIA N.º 021/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. VANDERLEI BENEDETTI, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 07/11/2013 a 06/11/2014, que

serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 28 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº022

PORTARIA N.º 022/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. NILCE SALETE SOMAVILA, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 13/01/2014 a 12/01/2015, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 28 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº023

PORTARIA N.º 023/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. LEONIRA BORTOLOTTI, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 13/01/2014 a 12/01/2015, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 28 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº024

PORTARIA N.º 024/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARISA CNCI TOMKELSKI, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 13/01/2014 a 12/01/2015, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 28 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº025

PORTARIA N.º 025/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. JULIANA BALENA, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 01/11/2013 a 31/10/2014, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 28 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº026

PORTARIA N.º 026/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. EVA DE MELLO DE SIQUEIRA, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 13/02/2014 a 12/02/2015, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 28 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº027

PORTARIA N.º 027/2015

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde em exercício,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

R E S O L V E:

1 – Conceder licença Maternidade, a Servidora Pública Municipal Sra. NADIA MARIA BARRETA CANDIDO, por período de 180 (cento e oitenta), dias, a contar a partir de 26 de Janeiro de 2015, conforme atestado Médico.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 28 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº028

PORTARIA N.º 028/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. GILSO LUIZ CONTE, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, correspondente ao período aquisitivo de 09/02/2013 a 08/02/2014, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 28 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº029

PORTARIA N.º 029/2015
"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. VALMIR SIQUEIRA, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, correspondente ao período aquisitivo de 01/11/2013 a 31/10/2014, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 28 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº030

PORTARIA N.º 030/2015
"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito do Município de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. LEA CRISTINA CAVALLI MARQUES, lotada junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, correspondente ao período aquisitivo de 20/06/2013 a 19/06/2014, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 29 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº031

PORTARIA N.º 031/2015
"DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal a Servidora Pública Municipal Sra. Alessandra Olívia Ferneda de Siqueira, ocupante do Cargo Efetivo de Almojarife, período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 02 de fevereiro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº032

PORTARIA N.º 032/2015
"DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal a Servidora Pública Municipal Sra. Ana Paula Remor Bassotti, ocupante do Cargo Efetivo de Professor II, 20 Hs. Semanais, período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 02 de fevereiro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº033

PORTARIA N.º 033/2015

"DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal a Servidora Pública Municipal Sra. Salete Cadini, ocupante do Cargo Efetivo de Professor II, 20:00 Hs. Semanais, período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 02 de fevereiro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº034

PORTARIA N.º 034/2015

"DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal a Servidora Pública Municipal Sra. Cinthia Regina Selig, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Agrônomo, período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 02 de fevereiro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº035

PORTARIA N.º 035/2015

"DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal o Servidor Público Municipal Sr. Douglas Costacurta, ocupante do Cargo Efetivo de Gestor Municipal de Convênios, período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 02 de fevereiro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº036

PORTARIA N.º 036/2015

"DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal o Servidor Público Municipal Sr. Gilso Ribeiro Pinto, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista, período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 02 de fevereiro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº037

PORTARIA N.º 037/2015

"DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal o Servidor Público Municipal Sr. Leonardo Brisola, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Biblioteca, período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 02 de fevereiro de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº038

PORTARIA N.º 038/2015

"DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal a Servidora Pública Municipal Sra. Camila Pasin, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social 20:00 Hs. Semanais, período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 02 de fevereiro de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº039

PORTARIA N.º 039/2015

"DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal a Servidora Pública Municipal Sra. Sandra da Silva, ocupante do Cargo Efetivo de Psicólogo 08:00 Hs. Semanais, período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 02 de fevereiro de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº040

PORTARIA N.º 040/2015

"DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal a Servidora Pública Municipal Sra. Juliana Fernandes Vieira, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Clínico Geral 16:00 Hs. Semanais, período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 02 de fevereiro de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº041

PORTARIA N.º 041/2015

"DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal a Servidora Pública Municipal Sra. Izabel Ferreira, ocupante do Cargo Efetivo de Monitor de Programas Sociais 26:00 Hs. Semanais, período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 02 de fevereiro de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº042

PORTARIA N.º 042/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. JULIANA FERNANDES VIEIRA, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 05 de fevereiro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº043

PORTARIA N.º 043/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. SERGIO LUIZ FELISBERTO DE FREITAS, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, correspondente ao período aquisitivo de 02/01/2014 a 01/01/2015, que serão gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 05 de fevereiro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº044

PORTARIA N.º 044/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. CLEVI FROSI, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 01/11/2013 a 31/10/2014, que serão

gozadas no período de 01/02/2015 a 02/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 03/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 11 de fevereiro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº045

PORTARIA N.º 045/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. VALDEMIRO FRANCISCO CECHIN, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, correspondente ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015, que serão gozadas no período de 01/03/2015 a 30/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de fevereiro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº046

PORTARIA N.º 046/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. JOÃO CANTON, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, correspondente ao período aquisitivo de 05/04/2013 a 04/04/2014, que serão gozadas no período de 01/03/2015 a 30/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de fevereiro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº047

PORTARIA N.º 047/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. ISMAEL DE OLIVEIRA DA LUZ, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão, correspondente ao período aquisitivo de 12/03/2013 a 11/03/2014, que serão gozadas no período de 01/03/2015 a 30/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de fevereiro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº048

PORTARIA N.º 048/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. RONALDO PRATTO, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão, correspondente ao período aquisitivo de 01/07/2011 a 30/06/2012, que serão gozadas no período de 01/03/2015 a 30/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de fevereiro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº049

PORTARIA N.º 049/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. EDSON LUIZ SANTOS, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, correspondente ao período aquisitivo de 18/02/2014 a 17/02/2015, que serão gozadas no período de 01/03/2015 a 30/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 24 de fevereiro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº050

PORTARIA N.º 050/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ROSELI ROSA, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 19/09/2013 a 18/09/2014, que serão gozadas no período de 01/03/2015 a 30/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 24 de fevereiro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº051

PORTARIA N.º 051/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. VILSON MIGUEL BIOTTO, lotado junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 07/11/2013 a 06/11/2014, que serão gozadas no período de 01/03/2015 a 30/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 25 de fevereiro de 2015.
ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº052

PORTARIA N.º 052/2015
"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. VALDUIR DE MELO, lotado junto a Secretaria Municipal de Agricultura, correspondente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014, que serão gozadas no período de 01/03/2015 a 30/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de fevereiro de 2015.
ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº053

PORTARIA N.º 053/2015
"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARGARETE BONADIMAN LARA, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 02/08/2012 a 01/08/2013, que serão gozadas no período de 01/03/2015 a 30/03/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 31/03/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 03 de março de 2015.
ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº054

PORTARIA N.º 054/2015
"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

R E S O L V E:

1 – Conceder licença Maternidade, a Servidora Pública Municipal Sra. PATRICIA REGINA GUEDES GUIOTTO, por período de 180 (cento e oitenta), dias, a contar a partir de 26 de fevereiro de 2015, conforme atestado Médico.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 04 de março de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº055

PORTARIA N.º 055/2015
"COLOCA SERVIDOR À DISPOSIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com Art. 103, Inciso II, da Lei Complementar 022/2005:

R E S O L V E:

Art 1º – Em conformidade com o Art. 103, da Lei Complementar 022/05, coloca o servidor municipal Valduir de Melo, matrícula 687, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, sob o CPF N.º 064.175.629-13, à disposição com ônus da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, por prazo indeterminado.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 11 de março de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº056

PORTARIA N.º 056/2015
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

R E S O L V E:

1 – Conceder licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal Sra. FERNANDA RITA BARETTA OESTERREICH, por prazo indeterminado a partir de 05 de março de 2015, conforme atestado Médico.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 16 de março de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº057

PORTARIA N.º 057/2015

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS QUE FAZEM PARTE DO CONSELHO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Rosane Minetto Selig, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

Resolve:

1 - Nomear os membros do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Membro Efetivo: Almeri Lourdes Festa

Membro Suplente: Elaine Maria Scheis;

Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social:

Membro Efetivo: Camila Pasin

Membro Suplente: Isabel Ferreira;

Secretaria Municipal de Agricultura:

Membro Efetivo: Luiz Carlos de Lima Roza

Membro Suplente: Sandra Mara Alves da Maia;

Secretaria Municipal de Saúde:

Membro Efetivo: Clevi Frosi

Membro Suplente: Vanderlei Benedetti;

Secretaria Municipal de Administração e Gestão:

Membro Efetivo: Pedro Luiz Rebeschini

Membro Suplente: Alexsandra O. Fernalda de Siqueira;

Centro de Ensino Especial:

Membro Efetivo: Iracema Ricardo

Membro Suplente: Sílvia Auler;

Representante do Colégio Estadual Celestino do Nascimento:

Membro Efetivo: Janaina Lorenzon

Membro Suplente: Delvi F. Christani;

Representante da Associação de Idosos de Ouro Verde:

Membro Efetivo: Dulir Rodrigues dos Santos

Membro Suplente: Anair Pasini Lazarotto;

Representante do Clube de Mães:

Membro Efetivo: Sandra Berlezi

Membro Suplente: Denuir Quichini Biotto;

Representante da Associação de Veteranos de Ouro Verde:

Membro Efetivo: Marcos Antonio Macari

Membro Suplente: Cleonice de Oliveira da Luz Tirelli;

Representante da APP do Colégio Municipal Benvenuto Tacca:

Membro Efetivo: Karine Remor

Membro Suplente: Carlos Alberto dos Santos;

Representante do Fórum Violência e Exploração Infância Juvenil:

Membro Efetivo: Idacy Salete da Silva

Membro Suplente: Elizabete Rodrigues dos Santos Siqueira.

2 - O trabalho desenvolvido por este conselho não será remunerado, sendo considerado serviço Público relevante.

3 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 25 de março de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

PORTARIA Nº058

PORTARIA N.º 058/2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

Resolve:

1 - Nomear os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Almeri Lourdes Festa

Vice- Presidente: Denuir Quichini Biotto

Primeiro Secretário: Elaine Maria Scheis

Segundo Secretário: Idacy Salete da Silva

Primeiro Tesoureiro: Marcos Antonio Macari

Segundo Tesoureiro: Clevi Frosi.

2 - O trabalho desenvolvido por este conselho não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

3 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 25 de março de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº059

PORTARIA N.º 059/2015

"DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal o Servidor Público Municipal Sr. Roque Ancelmo Kosinski, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Rolo Compactador, período aquisitivo de 02 de março de 2012 a 01 de março de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 31 de março de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº060

PORTARIA N.º 060/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. GILSO LUIZ CONTE, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, correspondente ao período aquisitivo de 09/02/2014 a 08/02/2015, que serão gozadas no período de 01/04/2015 a 30/04/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 04/05/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 31 de março de 2015.

ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº061

PORTARIA N.º 061/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. ISMAEL

ANTONIO CAVALHEIRO DA SILVA, lotado junto a Secretaria Municipal de Agricultura, correspondente ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015, que serão gozadas no período de 01/04/2015 a 30/04/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 04/05/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 31 de março de 2015.

ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº062

PORTARIA N.º 062/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Conceder Férias ao Servidor Público Municipal Sr. GETULIO RIBEIRO DE FREITAS, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão, correspondente ao período aquisitivo de 01/11/2009 a 31/10/2010, que serão gozadas no período de 01/04/2015 a 30/04/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 04/05/2015.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 31 de março de 2015.

ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº063

PORTARIA N.º 063/2015

"DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o direito ao gozo de férias pelo único técnico contábil titular do cargo, Sr. Getúlio Ribeiro de Freitas, no período de 01/04/2015 a 30/04/2015;

CONSIDERANDO, que a contratação temporária de servidores para o exercício da função demanda tempo e dispêndio de dinheiro público;

CONSIDERANDO, que o Município não possui outra pessoa com habilitação profissional para o desempenho da função, a não ser a designada neste ato;

CONSIDERANDO, o pequeno espaço de tempo (trinta dias) em que a situação perdurará;

CONSIDERANDO, a essencialidade do desempenho da função às atividades da Administração Pública;

CONSIDERANDO, a necessidade de servidor com habilitação para o desempenho das funções;

R E S O L V E,

1 - DESIGNAR a Sra Aleksandra Olivia Ferneda de Siqueira, inscrita no CRC-SC n. 0377130/O-7, ocupante do cargo efetivo de Almoxarife, para desempenhar as funções do funcionário efetivo em seu período de gozo de férias no período de 01/04/2015 até 30/04/2015;

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 31 de março de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº064

PORTARIA N.º 064/2015

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

R E S O L V E:

1 – Conceder licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal Sr. ANTONINHO CELSO LAZARINI, por período de 90 dias, conforme atestado Médico.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 01 de abril de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº065

PORTARIA N.º 065/2015

“DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal a Servidora Pública Municipal Sra. Francieli Rebeschini, ocupante do Cargo Efetivo de Fisioterapeuta 16:00 hs. Semanais, período aquisitivo de 02 de

janeiro de 2012 a 01 de janeiro de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 08 de abril de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº066

PORTARIA N.º 066/2015

“DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal o Servidor Público Municipal Sr. Sergio Luiz Felisberto de Freitas, ocupante do Cargo Efetivo de Opedrador de Motoniveladora, período aquisitivo de 19 de dezembro de 2011 a 18 de dezembro de 2014, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 08 de abril de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº067

PORTARIA N.º 067/2015

“DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal a Servidora Pública Municipal Sra. Luciane Aparecida Ferreira, ocupante do Cargo Efetivo de Monitor de Programas Sociais 20:00 hs. semanais, período aquisitivo de 01 de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 08 de abril de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº068

PORTARIA N.º 068/2015

"DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal o Servidor Público Municipal Sr. João Canton, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Rolo Compactador, período aquisitivo de 05 de abril de 2012 a 04 de abril de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 08 de abril de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº069

PORTARIA N.º 069/2015

"DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar N.º 022/2005.

R E S O L V E:

1 – Declarar Estável no Serviço Público Municipal a Servidora Pública Municipal Sra. Lidiane Vitoria Bolzan, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social 20:00 horas semanais, período aquisitivo de 02 de abril de 2012 a 01 de abril de 2015, em Conformidade com o Artigo 23 da Lei Complementar n.º 022/2005.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 08 de abril de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº070

PORTARIA N.º 070/2015

"DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

1 – Designar o Servidor Público Municipal Sr. VALDECIR CECHIN, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista, para responder como Dirigente de Atividades Operacionais, junto a Secretaria Municipal de Agricultura.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 0145/2013.

Ouro Verde (SC), em 13 de abril de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº071

PORTARIA N.º 071/2015

"CESSA EFEITOS DE PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

1 – Cessar os efeitos da Portaria n.º 057/2012, que designou o servidor público Municipal Cleomar Plazdo dos Santos, a responder como Agente Operacional Junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, voltando o mesmo as suas funções do cargo efeito de Vigia.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 13 de abril de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº072

PORTARIA N.º 072/2014

"DESIGNA SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Designar o Servidor Público Municipal Sr. Marcos Antonio Macari, ocupante do Cargo efetivo de Motorista, para responder como Dirigente de Educação Infantil, Junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a portaria 022/2014.

Ouro Verde (SC), em 13 de Abril de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº073

PORTARIA N.º 073/2015

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

1 – Nomear a Comissão para compor a Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social, composta pelos seguintes membros:

Da esfera Governamental:

Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Elaine Scheis;

Suplente: Leonice Siqueira

Representante da Secretaria Municipal de Plan. Assistência Social:

Titular: Ivonete Lazarotto Selig;

Suplente: Clarice Canton.

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: Almir Balena;

Suplente: Cinthia Regina Selig.

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Elizabete de Fátima Alves Paz Moro;

Suplente: Margarete Bonadiman Lara.

Representante da Secretaria Municipal Administração e Gestão:

Titular: Cassiê Fontana Santos;

Suplente: Lidiane Vitoria Bolzan.

Representante do Ensino Especial:

Titular: Edite de Quadra;

Suplente: Neuza Fátima Tacca Barreta.

Da esfera não Governamental:

Representante das Crianças e Adolescentes:

Titular: Luciana Mees;

Suplente: Denuir Quichini.

Representante dos Usuários Idosos:

Titular: Anair Pasini Lazarotto;

Suplente: Maria Recalcatti.

Representante das Usuárias Camponesas (Agricultoras):

Titular: Neivete Aparecida Michelin Berlezi;

Suplente: Gema dos Santos.

Representante dos Usuários Homens:

Titular: Aristides Pereira;

Suplente: Altair Rodrigues dos Santos.

Representante das Usuárias Mulheres:

Titular: Claudete Dartora;

Suplente: Ivete Costa.

Representante dos Trabalhadores:

Titular: Alexsandra O. F. de Siqueira;

Suplente: Debora Mazzucatto.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de abril de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PREGÃO 0023

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Sistema Registro de Preço 0023/2014 O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de preço visando a eventual e futura aquisição de materiais odontológicos para manutenção das atividades junto à secretaria de Saúde do Município de Ouro Verde – SC. Entrega dos Envelopes: Até as 08h30min dia 29/05/2015. Início da sessão Pública. Às 08h35min dia 29/05/2015. Base legal: lei nº10. 520 de 17 de julho de 2002, c/aplicação subsidiária da lei 8.666/93 e suas alterações. Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 14 de maio de 2015. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

LRF 1º ANEXO III

Município de OURO VERDE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

ESPECIFICAÇÃO														PREVISÃO
														ATUALIZADA 2013
mar-2014	abr-2014	mai-2014	jun-2014	jul-2014	ago-2014	set-2014	out-2014	nov-2014	dez-2014	jan-2015	fev-2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)														
976.656,76	1.092.212,69	1.107.495,15	1.462.385,65	1.180.793,81	1.059.301,97	1.112.387,89	990.267,86	2.118.119,54	1.429.941,23	1.273.979,77	1.759.089,61	15.562.831,93	508.195.674,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA														
13.477,69	21.891,64	11.713,20	42.148,12	21.462,27	67.454,98	126.975,61	30.914,63	101.298,15	67.880,76	21.217,15	26.131,65	552.565,85	106.496.000,00	
I.P.T.U.														
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.228,61	12.263,08	369,80	177,34	405,94	0,00	0,00	48.444,77	22.500.000,00	
I.R.R.F.														
1.459,93	84.718	0,00	0,00	0,00	0,00	55.840,45	0,00	39.768,96	24.430,78	0,00	119,70	122.467,00	9.600.000,00	
I.S.S.														
9.419,03	6.435,78	2.916,25	2.283,32	5.935,51	6.320,60	10.577,80	4.863,54	29.859,89	24.620,26	16.273,35	13.975,93	133.391,26	43.540.000,00	
I.T.B.I.														
1.886,37	11.525,47	8.121,48	39.619,60	15.419,81	24.053,20	47.917,33	25.473,20	31.487,76	17.574,06	4.943,80	1.497,20	229.519,28	9.180.000,00	
Outras Receitas Tributárias														
712,36	3.083,21	675,47	235,20	106,95	852,57	376,95	208,09	4,20	849,72	0,00	10.638,82	17.743,54	21.676.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES														
3.419,15	3.592,69	3.179,99	3.413,16	3.590,49	3.323,63	3.604,70	4.316,25	4.238,14	4.599,45	4.673,09	4.119,92	46.070,66	19.024.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL														
4.191,70	4.809,80	8.282,29	7.848,32	16.198,30	10.471,95	11.290,65	11.923,24	9.527,53	14.213,38	13.488,04	11.325,13	123.570,33	27.523.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA														
571,48	945,90	1.627,76	317,65	377,89	1.370,72	512,47	333,46	279,06	141,90	94,60	112,32	6.865,22	13.000,00	
RECEITA DE SERVIÇOS														
148,50	314,25	54,00	1.237,00	29,00	27,00	80,60	0,00	600,00	0,00	0,00	2.820,80	5.311,15	127.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES														
950.704,14	1.055.844,19	1.078.635,03	1.404.403,21	1.133.649,74	961.800,48	960.021,66	939.645,76	1.996.860,89	1.335.231,33	1.229.973,88	1.714.139,62	14.760.909,93	327.511.000,00	
Cota-Parte do F.P.M.														
376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	491.732,86	540.132,51	598.335,67	611.805,61	5.634.854,79	62.975.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.														
335.066,92	326.827,16	332.217,31	332.760,46	313.208,55	328.590,19	352.329,01	363.251,73	400.734,65	386.025,03	399.837,98	350.960,61	4.215.859,60	85.200.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.														
16.242,90	21.705,34	22.524,57	19.814,72	23.806,38	13.551,61	16.067,53	17.092,75	10.012,16	5.648,24	6.233,19	12.791,90	186.484,29	26.760.000,00	
Cota-Parte do ITR.														
22,84	123,94	123,93	0,00	0,00	107,44	3.903,31	19.191,79	784,42	426,39	200,29	0,00	24.864,35	60.000,00	
Outras Transferências Correntes														
159.413,45	211.675,95	79.268,13	554.356,72	364.194,50	103.708,21	126.304,73	97.140,78	1.018.464,99	325.929,40	158.002,76	674.425,79	3.873.885,41	92.281.000,00	
Transferências da LC 61/1969														
4.591,64	5.000,26	5.438,60	5.179,96	5.321,45	5.485,23	5.161,90	5.527,95	6.347,74	6.263,38	8.216,69	4.888,40	67.423,20	1.775.000,00	
Transferências da LC 87/1996														
0,00	1.466,72	1.466,72	1.466,72	1.466,72	1.466,72	1.466,72	1.466,72	1.466,72	2.933,44	0,00	0,00	14.667,20	460.000,00	
Transferências do FUNDEB														
58.553,10	58.995,72	64.506,47	61.044,64	56.525,51	60.465,03	61.705,52	64.470,20	67.307,35	66.872,94	64.147,30	59.267,31	743.861,09	58.000.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES														
4.144,09	481,422	4.002,88	3.018,19	5.486,12	14.853,21	9.902,20	3.134,52	5.315,77	7.874,41	4.533,01	440,17	67.518,79	27.501.674,00	
DEDUÇÕES (II)														
146.847,32	157.034,31	186.971,89	157.800,17	142.585,75	159.525,28	154.402,07	155.606,79	182.217,54	186.285,60	201.564,57	196.089,10	2.028.630,39	48.280.000,00	
Compensação Financ. entre Regimes Previdência														
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor														
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.604.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB														
146.547,32	157.034,31	186.971,89	157.800,17	142.585,75	159.525,28	154.402,07	155.606,79	182.217,54	186.285,60	201.564,57	196.089,10	2.028.630,39	35.446.000,00	
Outras Contribuições Sociais														
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	
Outras Transf. de Conv. dos Municípios														
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)														
830.109,44	935.178,38	920.523,26	1.304.585,48	1.038.208,06	899.776,69	957.985,82	834.661,07	1.935.902,00	1.241.655,63	1.072.415,20	1.563.000,51	13.534.001,54	459.915.674,00	

FONTE:

OURO VERDE, 11/05/2015

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

GETULIO RIBEIRO DE FREITAS
Técnico em Contabilidade CRC/SC 025.867/O-0

OSMAR FACCIO
Controlador Geral do Município

LRF 1º ANEXO IV

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuição dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (VI)=(IV+V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII)=(III-VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		APORTES REALIZADOS				
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		0,00				
Plano Financeiro		0,00				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00				
Recursos para Formação de Reserva		0,00				
Outros Aportes para o RPPS		0,00				
Plano Previdenciário		0,00				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00				
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00				
Outros Aportes para o RPPS		0,00				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor		0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA					
	2015	2014				
Caixa	0,00	0,00				
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00				
Investimentos	0,00	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014		
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00		
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00		
Para Cobertura Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI)=(VIII+IX-X)	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

						Continuação
RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)						Em Reais
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII)=(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2691-8552-577). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:33.

LRF 1º ANEXO IV

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuição dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (VI)=(IV+V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII)=(III-VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		APORTES REALIZADOS				
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		0,00				
Plano Financeiro		0,00				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00				
Recursos para Formação de Reserva		0,00				
Outros Aportes para o RPPS		0,00				
Plano Previdenciário		0,00				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00				
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00				
Outros Aportes para o RPPS		0,00				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor		0,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA					
	2015	2014				
Caixa	0,00	0,00				
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00				
Investimentos	0,00	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014		
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00		
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00		
Para Cobertura Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI)=(VIII+IX-X)	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

						Continuação
RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)						Em Reais
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII)=(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2233-7046-648). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:33.

LRF 1º ANEXO V**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2014 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	856.606,97	856.606,97	764.132,94
Deduções(II)	1.676.102,43	1.676.102,43	2.692.108,17
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.127.595,43	2.127.595,43	2.688.108,17
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	4.000,00
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	451.493,00	451.493,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-819.495,46	-819.495,46	-1.927.975,23
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-819.495,46	-819.495,46	-1.927.975,23
RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA		
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)	
VALOR	-1.108.479,77	-1.108.479,77	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência			0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/12/2014	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2092-2202-771). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:34.

LRF 1º ANEXO VI

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.642.600,00	2.610.602,54		0,00
Recargas Tributárias	373.330,88	47.348,80		0,00
IPTU	51.840,02	0,00		0,00
ISS	96.067,75	30.149,28		0,00
ITBI	72.797,39	6.441,00		0,00
IRRF	124.880,84	119,70		0,00
Outras Receitas Tributárias	27.744,88	10.638,82		0,00
Recargas de Contribuições	45.463,53	8.793,01		0,00
Recargas Previdenciárias	0,00	0,00		0,00
Outras Receitas de Contribuições	45.463,53	8.793,01		0,00
Recarga Patrimonial Líquida	0,00	0,00		0,00
Recarga Patrimonial	53.900,00	24.813,17		0,00
(-) Aplicações Financeiras	53.900,00	24.813,17		0,00
Transferências Correntes	12.054.772,57	2.546.459,83		0,00
FPM	5.680.000,00	968.913,09		0,00
ICMS	4.016.000,00	595.839,06		0,00
Convênios	122.742,53	692.740,16		0,00
Outras Transferências Correntes	2.236.030,04	288.967,52		0,00
Demais Receitas Correntes	169.033,02	8.000,90		0,00
Dívida Ativa	6.709,90	250,41		0,00
Diversas Receitas Correntes	162.323,12	7.750,49		0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	653.500,00	14.350,00		0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00		0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00		0,00
Alienação de Bens (V)	21.500,00	14.350,00		0,00
Transferência de Capital	632.000,00	0,00		0,00
Convênios	632.000,00	0,00		0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00		0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00		0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	632.000,00	0,00		0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.274.600,00	2.610.602,54		0,00

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)		DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Continuação
										Em Reais
DESPESAS CORRENTES (VIII)		11.682.318,52		2.518.572,88		0,00		1.395.592,75		0,00
Pessoal e Encargos Sociais		6.540.601,53		980.222,66		0,00		980.222,66		0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)		163.680,00		13.801,38		0,00		8.361,42		0,00
Outras Despesas Correntes		4.978.036,99		1.524.548,84		0,00		407.008,67		0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)		11.518.638,52		2.504.771,50		0,00		1.387.231,33		0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)		2.038.924,70		164.997,04		0,00		139.329,03		0,00
Investimentos		1.182.524,70		67.412,00		0,00		46.855,00		0,00
Inversões Financeiras		71.000,00		0,00		0,00		0,00		0,00
Concessão de Empréstimos (XII)				0,00		0,00		0,00		0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)				0,00		0,00		0,00		0,00
Demais Inversões Financeiras				0,00		0,00		0,00		0,00
Amortização da Dívida (XIV)		785.400,00		97.585,04		0,00		92.474,03		0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)		1.253.524,70		67.412,00		0,00		46.855,00		0,00
Reserva de Contingência (XVI)		5.000,00								
Reserva RPPS (XVII)		0,00								
DESPA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)		12.777.163,22		2.572.183,50		0,00		1.434.086,33		0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)		497.436,78		38.419,04		0,00		1.176.516,21		0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				0,00		0,00		327.754,84		0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL										VALOR CORRENTE
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência										
										0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1659-9848-228). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:34.

LRF 1º ANEXO VII

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Em Reais	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a + b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) EXECUTIVO	0,00	451.493,00	451.493,00	0,00	0,00	0,00	973.469,74	262.288,05	262.288,05	0,00	711.181,69	711.181,69
Fundo Municipal de Saúde de Ouro Verde	0,00	548,00	548,00	0,00	0,00	0,00	150.297,04	30.335,18	30.335,18	0,00	119.961,86	119.961,86
Município de Ouro Verde	0,00	450.945,00	450.945,00	0,00	0,00	0,00	823.172,70	231.952,87	231.952,87	0,00	591.219,83	591.219,83
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	451.493,00	451.493,00	0,00	0,00	0,00	973.469,74	262.288,05	262.288,05	0,00	711.181,69	711.181,69

FONTE: Sistema e-Pública (1979-2501-2778). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:35.

LRF 1º ANEXO VIII

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% c= (b/a)x100
			Até o Bimestre (b)		
1-Receita de impostos	353.245,90	353.245,90	36.709,98		10,39
1.1-Receita resultante do IPTU	55.760,76	55.760,76	0,00		0,00
1.1.1-IPTU	51.840,02	51.840,02	0,00		0,00
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	0,00		0,00
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	1.920,74	1.920,74	0,00		0,00
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	0,00		0,00
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00		0,00
1.2-Receita resultante do ITBI	72.797,39	72.797,39	6.441,00		8,85
1.2.1-ITBI	72.797,39	72.797,39	6.441,00		8,85
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00		0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00		0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00		0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00		0,00
1.3-Receita resultante do ISS	99.806,91	99.806,91	30.149,28		30,21
1.3.1-ISS	96.067,75	96.067,75	30.149,28		31,38
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00		0,00
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	2.589,16	2.589,16	0,00		0,00
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	150,00	150,00	0,00		0,00
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00		0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	124.880,84	124.880,84	119,70		0,10
1.4.1-IRRF	124.880,84	124.880,84	119,70		0,10
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00		0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00		0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00		0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	12.416.031,32	12.416.031,32	1.988.270,34		16,01
2.1-Cota Parte FPM	7.100.000,00	7.100.000,00	1.211.141,28		17,06
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	7.100.000,00	7.100.000,00	1.211.141,28		17,06
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00		0,00
2.2-Cota Parte ICMS	5.020.000,00	5.020.000,00	744.798,59		14,84
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	19.181,37	19.181,37	0,00		0,00
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	62.754,40	62.754,40	13.105,09		20,88
2.5-Cota-Parte ITR	24.095,55	24.095,55	200,29		0,83
2.6-Cota-Parte IPVA	190.000,00	190.000,00	19.025,09		10,01
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00		0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	12.769.277,22	12.769.277,22	2.024.980,32		15,86
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% c= (b/a)x100
			Até o Bimestre (b)		
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00		0,00
5-Transferências do FNDE	148.300,00	148.300,00	34.989,33		23,59
5.1-Transferências do Salário-Educação	66.000,00	66.000,00	26.417,08		40,03
5.2-Transferências Diretas - PDDE	1.000,00	1.000,00	420,00		42,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	31.000,00	31.000,00	3.432,00		11,07

1 / 4

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

5.4-Transferências Diretas - PNATE	36.000,00	36.000,00	3.934,36	10,93
5.5-Outras transferências do FNDE	9.900,00	9.900,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	4.400,00	4.400,00	785,89	17,86
6-Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1-Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	148.300,00	148.300,00	34.989,33	23,59

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.470.655,23	2.470.655,23	397.653,67	16,10
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.420.000,00	1.420.000,00	242.228,19	17,06
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	1.004.000,00	1.004.000,00	148.959,53	14,84
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	3.836,20	3.836,20	0,00	0,00
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	0,00	0,00	2.621,02	0,00
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	4.819,03	4.819,03	40,05	0,83
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	38.000,00	38.000,00	3.804,88	10,01
11-Receitas recebidas do FUNDEB	731.827,37	731.827,37	123.732,18	16,91
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	729.627,37	729.627,37	123.414,61	16,91
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	2.200,00	2.200,00	317,57	14,44
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.741.027,86	-1.741.027,86	-274.239,06	15,75

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	731.827,37	731.827,37	121.261,53	16,57	121.261,53	16,57	0,00
13.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	731.827,37	731.827,37	121.261,53	16,57	121.261,53	16,57	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	731.827,37	731.827,37	121.261,53	16,57	121.261,53	16,57	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1- FUNDEB 60%							0,00
16.2- FUNDEB 40%							0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							2.787,68
17.1- FUNDEB 60%							0,00
17.2- FUNDEB 40%							2.787,68
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							2.787,68
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) ¹							118.473,85
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							98,00
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							-2,25
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %							4,25
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							2.787,68
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²							2.787,68

Continua 2 / 4

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB									
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS						
			Até o Bimestre (b)		% c= (b/a)x100				
22- Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) ³			3.192.319,30		3.192.319,30		506.245,08		15,86
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10			
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	125.764,93	125.764,93	29.038,41	23,09	20.639,58	16,41	0,00		
23.1-Creche	125.764,93	125.764,93	29.038,41	23,09	20.639,58	16,41	0,00		
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	125.764,93	125.764,93	29.038,41	23,09	20.639,58	16,41	0,00		
23.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.532.807,26	1.532.807,26	275.734,75	17,99	240.797,74	15,71	0,00		
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	731.827,37	731.827,37	121.261,53	16,57	121.261,53	16,57	0,00		
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	800.979,89	800.979,89	154.473,22	19,29	119.536,21	14,92	0,00		
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
26-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
28-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.658.572,19	1.658.572,19	304.773,16	18,38	261.437,32	15,76	0,00		
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						Valor			
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)						-274.239,06			
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício						0,00			
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)						317,57			
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB						2.787,68			
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos						0,00			
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino						0,00			
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)						0,00			
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)						-271.133,81			
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						532.571,13			
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %						26,30			
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE									
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10			
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
41-Custeadas com contrib social salário-educação	67.100,00	75.521,98	8.391,80	11,11	4.019,80	5,32	0,00		
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	67.100,00	75.521,98	8.391,80	11,11	4.019,80	5,32	0,00		
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	134.200,00	151.043,96	16.783,60	11,11	8.039,60	5,32	0,00		
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	1.792.772,19	1.809.616,15	321.556,76	17,77	269.476,92	14,89	0,00		
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					0,00		0,00		
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					0,00		0,00		
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					0,00		0,00		
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS					VALOR				
					FUNDEB (h)		FUNDEF		
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					2.787,68		0,00		
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					123.414,61		0,00		
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					126.403,17		0,00		

Continua 3 / 4

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

		Continuação
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	124.049,21	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ extras)	2.353,96	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	317,57	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	116,69	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2496-7351-180). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:36.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

LRF 1º ANEXO XII

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	353.245,90	353.245,90	36.709,98	10,39
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	51.840,02	51.840,02	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	72.797,39	72.797,39	6.441,00	8,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	96.067,75	96.067,75	30.149,28	31,38
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	124.880,84	124.880,84	119,70	0,10
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	4.509,90	4.509,90	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.150,00	1.150,00	0,00	0,00
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.416.031,32	12.416.031,32	1.988.270,34	16,01
Cota-parte FPM	7.100.000,00	7.100.000,00	1.211.141,28	17,06
Cota-parte ITR	24.095,55	24.095,55	200,29	0,83
Cota-parte IPVA	190.000,00	190.000,00	19.025,09	10,01
Cota-parte ICMS	5.020.000,00	5.020.000,00	744.798,59	14,84
Cota-parte do IPI - Exportação	62.754,40	62.754,40	13.105,09	20,88
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	19.181,37	19.181,37	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	19.181,37	19.181,37	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.769.277,22	12.769.277,22	2.024.980,32	15,86

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.090.576,74	1.090.576,74	154.741,41	14,19
Provenientes da União	490.712,56	490.712,56	97.172,87	19,80
Provenientes dos Estados	52.800,00	52.800,00	2.851,63	5,40
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	547.064,18	547.064,18	54.716,91	10,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.090.576,74	1.090.576,74	154.741,41	14,19

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	2.250.977,79	2.332.849,57	658.019,68	28,21	296.583,69	12,71	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.240.020,61	1.242.094,44	206.445,92	16,62	206.445,92	16,62	0,00
Juros e Encargos da Dívida	33.000,00	33.000,00	8.000,00	24,24	2.560,04	7,76	0,00
Outras Despesas Correntes	977.957,18	1.057.755,13	443.573,76	41,94	87.577,73	8,28	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	197.000,00	227.450,00	34.333,03	15,09	10.222,02	4,49	0,00
Investimentos	65.000,00	95.450,00	19.000,00	19,91	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	132.000,00	132.000,00	15.333,03	11,62	10.222,02	7,74	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.447.977,79	2.560.299,57	692.352,71	27,04	306.805,71	11,98	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	540.712,56	653.034,34	162.300,03	23,44	72.809,86	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	535.712,56	648.034,34	162.300,03	23,44	72.809,86	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	547.712,56	660.034,34	162.300,03	23,44	72.809,86	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.900.265,23	1.900.265,23	530.052,68	76,56	233.995,85	76,27	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5} **11,56**

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100] ⁶ **-69.751,20**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2010	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2010 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PREPROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	2.539.329,79	2.647.298,82	708.386,74	99,84	323.981,54	100,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	22.824,00	26.913,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	22.824,00	23.087,24	1.141,80	0,16	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.591.977,79	2.704.299,57	709.528,54	100,00	323.981,54	100,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2386-8442-955). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:39.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

Município de Ouro Verde
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

PRREO - ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

R\$ 1,00

[illegible]

FONTE: Sistema e-Pública (2409-4183-168). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:39.

LRF 1º ANEXO XIV

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		13.350.000,00			
Previsão Atualizada		13.350.000,00			
Receitas Realizadas		2.649.765,71			
Déficit Orçamentário		0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		327.754,84			
DESPESAS					
Dotação Inicial		13.350.000,00			
Créditos Adicionais		376.243,22			
Dotação Atualizada		13.726.243,22			
Despesas Empenhadas		2.683.569,92			
Despesas Liquidadas		1.534.921,78			
Despesas Pagas		1.402.512,90			
Superávit Orçamentário		1.114.843,93			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		2.683.569,92			
Despesas Liquidadas		1.534.921,78			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		2.635.415,71			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00			
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		0,00	-1.108.479,77	0,00	
Resultado Primário		0,00	1.176.516,21	0,00	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		451.493,00	0,00	451.493,00	0,00
Poder Executivo		451.493,00	0,00	451.493,00	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		973.469,74	0,00	262.288,05	711.181,69
Poder Executivo		973.469,74	0,00	262.288,05	711.181,69
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		1.424.962,74	0,00	713.781,05	711.181,69
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		532.571,13	25,00	26,30	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		121.261,53	60,00	98,00	
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		233.995,85	15,00	11,56	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)					0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1610-2499-340). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:40.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

LRF 2º ANEXO I

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	13.350.000,00	13.350.000,00	1.750.197,76	13,11	4.399.963,47	32,96	8.950.036,53	
RECEITAS CORRENTES	12.696.500,00	12.696.500,00	1.107.090,65	8,72	3.743.506,36	29,48	8.953.993,64	
RECEITA TRIBUTÁRIA	373.330,88	373.330,88	55.237,44	14,80	102.586,24	27,48	270.744,64	
Impostos	345.586,00	345.586,00	49.277,14	14,26	85.987,12	24,88	259.598,88	
Taxas	26.744,88	26.744,88	5.960,30	22,29	16.599,12	62,06	10.145,76	
Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	45.463,53	45.463,53	9.212,50	20,26	18.005,51	39,60	27.458,02	
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
Contribuição de Iluminação Pública	43.463,53	43.463,53	9.212,50	21,20	18.005,51	41,43	25.458,02	
RECEITA PATRIMONIAL	53.900,00	53.900,00	29.064,14	53,92	53.877,31	99,96	22,69	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	53.900,00	53.900,00	29.064,14	53,92	53.877,31	99,96	22,69	
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	22.495,32	22.495,32	577,76	2,57	784,68	3,49	21.710,64	
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Agropecuárias	22.495,32	22.495,32	577,76	2,57	784,68	3,49	21.710,64	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	48.977,80	48.977,80	624,87	1,28	3.445,67	7,04	45.532,13	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.054.772,57	12.054.772,57	1.007.514,17	8,36	3.553.974,00	29,48	8.500.798,57	
Transferências Intergovernamentais	11.932.030,04	11.932.030,04	1.636.821,28	13,72	3.490.940,95	29,25	8.441.489,09	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	122.742,53	122.742,53	-629.307,11	-512,7	63.433,05	51,68	59.309,48	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

1 / 3

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

PREÇO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)										Em Reais
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)										
Superávlt Financeiro										
Reabertura de Créditos Adicionais										
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.350.000,00	14.535.392,40	2.405.588,68	5.089.158,60	9.446.233,80	2.281.411,69	3.816.333,47	3.606.047,11	10.719.058,93	
DESPESAS CORRENTES	11.383.751,18	11.773.574,29	1.843.717,16	4.362.290,04	7.411.284,25	1.801.155,91	3.196.748,66	2.987.357,30	8.576.825,63	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.535.740,02	6.540.601,53	963.400,23	1.943.622,89	4.596.978,64	963.400,23	1.943.622,89	1.943.622,89	4.596.978,64	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	163.680,00	163.680,00	17.170,20	30.971,58	132.708,42	19.287,39	27.648,81	14.927,54	136.031,19	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.684.331,16	5.069.292,76	863.146,73	2.387.695,57	2.681.597,19	818.468,29	1.225.476,96	1.028.806,87	3.843.815,80	
DESPESAS DE CAPITAL	1.961.248,82	2.756.818,11	561.871,52	726.868,56	2.029.949,55	480.255,78	619.584,81	618.689,81	2.137.233,30	
INVESTIMENTOS	1.104.848,82	1.900.418,11	451.887,71	519.299,71	1.381.118,40	406.049,13	452.904,13	452.009,13	1.447.513,98	
INVERSÕES FINANCEIRAS	71.000,00	71.000,00	0,00	0,00	71.000,00	0,00	0,00	0,00	71.000,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	785.400,00	785.400,00	109.983,81	207.568,85	577.831,15	74.206,65	166.680,68	166.680,68	618.719,32	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.350.000,00	14.535.392,40	2.405.588,68	5.089.158,60	9.446.233,80	2.281.411,69	3.816.333,47	3.606.047,11	10.719.058,93	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.350.000,00	14.535.392,40	2.405.588,68	5.089.158,60	9.446.233,80	2.281.411,69	3.816.333,47	3.606.047,11	10.719.058,93	
SUPERÁVIT (XIII)							583.630,00			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.350.000,00	14.535.392,40	2.405.588,68	5.089.158,60	9.446.233,80	2.281.411,69	4.399.963,47	3.606.047,11	10.135.428,93	

FONTE: Sistema e-Pública (1749-7912-760). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:43.

LRF 2º ANEXO II

Município de Ouro Verde
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
				(b/total b)			(d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	13.350.000,00	14.535.392,40	2.405.588,68	5.089.158,60	100,00	2.281.411,69	3.816.333,47	10.719.058,93
LEGISLATIVA	838.585,00	838.585,00	109.775,49	198.570,69	3,90	110.535,60	198.570,69	5,20
Ação Legislativa	838.585,00	838.585,00	109.775,49	198.570,69	3,90	110.535,60	198.570,69	5,20
ADMINISTRAÇÃO	2.602.017,76	2.602.017,76	254.370,64	949.165,59	18,65	1.652.852,17	279.916,41	15,18
Administração Geral	2.602.017,76	2.602.017,76	254.370,64	949.165,59	18,65	1.652.852,17	279.916,41	15,18
SEGURANÇA PÚBLICA	12.600,00	33.599,39	12.279,44	12.279,44	0,24	21.319,95	12.279,44	0,32
Policimento	11.600,00	21.327,75	1.007,80	1.007,80	0,02	20.319,95	1.007,80	0,03
Defesa Civil	1.000,00	12.271,64	11.271,64	11.271,64	0,22	1.000,00	11.271,64	0,30
ASSISTÊNCIA SOCIAL	937.630,54	997.810,13	213.421,85	435.777,73	8,56	562.032,40	171.375,94	7,87
Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00	20.000,00	1.205,00	1.653,00	0,03	18.347,00	1.653,00	0,04
Assistência Comunitária	917.630,54	977.810,13	212.216,85	434.124,73	8,53	543.685,40	170.170,94	7,82
SAÚDE	2.591.977,79	2.781.132,80	512.553,63	1.222.082,17	24,01	1.559.050,63	458.037,75	20,49
Atenção Básica	2.539.329,79	2.724.132,05	509.364,97	1.217.751,71	23,93	1.506.380,34	454.883,61	20,41
Vigilância Sanitária	22.824,00	26.913,51	149,79	149,79	0,00	26.763,72	149,79	0,00
Vigilância Epidemiológica	22.824,00	23.087,24	3.038,87	4.180,67	0,08	18.906,57	3.004,35	0,08
Alimentação e Nutrição	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	2.599.914,72	2.707.432,98	401.764,16	740.683,17	14,55	1.966.749,41	651.768,74	17,08
Alimentação e Nutrição	56.000,00	57.700,47	6.619,93	12.277,06	0,24	45.423,41	6.256,83	0,23
Ensino Fundamental	2.363.549,79	2.397.286,54	307.913,60	596.137,07	11,71	1.801.149,47	279.561,37	13,81
Ensino Médio	16.000,00	16.000,00	-800,00	700,00	0,01	15.300,00	200,00	0,01
Ensino Superior	15.000,00	15.000,00	500,00	15.000,00	0,29	0,00	5.900,00	0,15
Educação Infantil	127.264,93	199.445,57	87.530,63	116.569,04	2,29	82.876,53	109.893,07	2,88
Educação de Jovens e Adultos	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00
Educação Especial	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00
CULTURA	58.000,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	657.769,19	713.544,49	103.529,07	223.573,90	4,39	489.970,59	58.828,91	3,86
URBANISMO	90.475,00	137.700,88	0,00	46.855,00	0,92	90.845,88	0,00	1,23
Infra-Estrutura Urbana	567.294,19	575.843,61	103.529,07	176.718,90	3,47	399.124,71	58.828,91	2,63
Serviços Urbanos	90.000,00	90.000,00	7.603,37	7.603,37	0,15	82.396,63	7.603,37	0,20
HABITAÇÃO	90.000,00	90.000,00	7.603,37	7.603,37	0,15	82.396,63	7.603,37	0,20
Habituação Urbana	70.000,00	713.107,11	354.815,08	354.815,08	6,97	358.292,03	354.815,08	9,30
SANEAMENTO	70.000,00	713.107,11	354.815,08	354.815,08	6,97	358.292,03	354.815,08	9,30
Saneamento Básico Urbano								

1 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
					% (b/total b)		% (d/total d)	
GESTÃO AMBIENTAL	201.000,00	201.000,00	46.348,10	84.512,16	1,66	38.428,10	76.592,16	2,01
Preservação e Conservação Ambiental	201.000,00	201.000,00	46.348,10	84.512,16	1,66	38.428,10	76.592,16	2,01
AGRICULTURA	702.000,00	702.000,00	81.392,12	208.387,82	4,09	94.941,95	170.933,49	4,48
Extensão Rural	702.000,00	702.000,00	81.392,12	208.387,82	4,09	94.941,95	170.933,49	4,48
INDÚSTRIA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	878.600,00	987.258,14	217.178,40	348.926,76	6,86	202.149,94	312.610,21	8,19
Transporte Rodoviário	878.600,00	987.258,14	217.178,40	348.926,76	6,86	202.149,94	312.610,21	8,19
DESPORTO E LAZER	97.825,00	97.825,00	9.402,41	23.572,41	0,46	11.517,37	14.403,04	0,38
Desporto Comunitário	97.825,00	97.825,00	9.402,41	23.572,41	0,46	11.517,37	14.403,04	0,38
ENCARGOS ESPECIAIS	1.004.080,00	1.004.080,00	81.154,92	279.208,31	5,49	99.810,14	208.108,73	5,45
Serviço de Dívida Interna	784.080,00	784.080,00	81.154,92	169.208,31	3,32	81.154,83	169.208,22	4,43
Outros Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	0,00	110.000,00	2,16	18.655,31	38.900,51	1,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.350.000,00	14.535.392,40	2.405.588,68	5.089.158,60	100,00	2.281.411,69	3.816.333,47	100,00
								10.719.058,93

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1102-7175-523). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:43.

LRF 2º ANEXO III

Município de OURO VERDE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

ESPECIFICAÇÃO	R\$ 1,00												PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	maio-2014	jun-2014	jul-2014	ago-2014	set-2014	out-2014	nov-2014	dez-2014	jan-2015	fev-2015	mar-2015	abr-2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.107.495,15	1.462.385,65	1.180.793,81	1.059.301,97	1.112.387,89	990.267,86	2.118.119,54	1.429.941,23	1.273.979,77	1.759.089,61	3.447.751,07	1.106.381,50	14.946.095,05
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.713,20	42.148,12	21.462,27	67.454,98	126.975,61	30.914,63	101.128,15	67.880,76	21.217,15	26.131,65	21.718,78	33.518,66	572.433,96
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	36.228,61	12.263,08	369,80	177,34	405,94	0,00	0,00	0,00	0,00	48.444,77
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	55.840,45	0,00	39.768,96	24.430,78	0,00	119,70	0,00	0,00	120.159,89
I.S.S.	2.916,25	2.293,32	5.935,51	6.320,60	10.577,80	4.863,54	29.659,89	24.620,26	16.273,35	13.875,93	12.942,07	17.634,67	148.113,19
I.T.B.I.	8.121,48	39.619,60	15.419,81	24.053,20	47.917,33	25.473,20	31.487,76	17.574,06	4.943,80	1.497,20	5.240,00	13.460,40	234.807,84
Outras Receitas Tributárias	675,47	235,20	106,95	852,57	376,95	208,09	4,20	849,72	0,00	10.638,82	9.536,71	2.423,59	19.908,27
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.179,99	3.413,16	3.590,49	3.322,63	3.604,70	4.316,25	4.238,14	4.599,45	4.673,09	4.119,92	4.201,40	5.011,10	21.676,000,00
RECEITA PATRIMONIAL	8.282,29	7.848,32	16.198,30	10.471,95	11.290,65	11.923,24	9.527,53	14.213,38	13.488,04	11.325,13	15.949,47	13.114,67	143.632,97
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.627,76	317,65	377,89	1.370,72	512,47	333,46	279,06	141,90	94,60	112,32	251,20	326,56	5.745,59
RECEITA DE SERVIÇOS	54,00	1.237,00	29,00	27,00	80,60	0,00	600,00	0,00	0,00	2.820,80	214,60	410,27	5.745,59
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.078.635,03	1.404.403,21	1.133.649,74	961.800,48	960.021,66	939.645,76	1.996.860,89	1.335.231,33	1.229.973,88	1.714.139,62	301.330,37	1.050.425,72	14.106.117,69
Cota-Parte do F.P.M.	573.089,30	429.779,99	389.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	491.732,86	540.132,51	599.335,67	611.805,61	446.610,52	480.331,82	5.754.557,74
Cota-Parte do I.C.M.S.	332.217,31	332.760,46	313.208,55	328.590,19	352.329,01	363.251,73	400.764,65	386.025,03	393.837,98	350.960,61	352.466,30	378.895,12	4.285.296,94
Cota-Parte do I.P.V.A.	22.524,57	19.814,72	23.806,38	13.551,61	16.067,53	17.092,75	10.012,16	5.645,24	6.233,19	12.791,90	22.189,35	24.032,85	193.785,25
Cota-Parte do ITR.	123,93	0,00	0,00	107,44	3.903,31	19.191,79	764,42	425,39	200,29	0,00	474,23	804,79	25.996,59
Outras Transferências Correntes	79.268,13	554.355,72	364.194,50	103.708,21	126.304,73	97.140,78	1.018.044,99	326.925,40	158.002,76	674.425,79	-582.025,29	92.205,86	3.012.996,58
Transferências da LC 61/1999	5.438,60	5.179,96	5.321,45	5.485,23	5.161,90	5.527,95	6.347,74	6.263,38	8.216,69	4.888,40	4.795,33	5.022,38	67.649,01
Transferências da LC 87/1996	1.466,72	1.466,72	1.466,72	1.466,72	1.466,72	1.466,72	1.466,72	2.933,44	0,00	0,00	0,00	0,00	5.998,97
Transferências do FUNDEB	64.506,47	61.044,64	56.525,51	60.465,03	61.705,52	64.470,20	67.307,35	66.872,94	64.147,30	59.287,31	57.799,93	62.543,93	58.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.002,88	3.018,19	5.486,12	14.853,21	9.902,20	3.134,52	5.315,77	7.874,41	4.533,01	440,17	1.085,25	3.774,52	63.420,25
DEDUÇÕES (II)	186.971,88	157.800,17	142.585,75	159.525,28	154.402,07	155.606,79	182.217,54	188.285,60	201.564,57	196.089,10	165.106,94	179.134,98	2.069.290,66
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	186.971,88	157.800,17	142.585,75	159.525,28	154.402,07	155.606,79	182.217,54	188.285,60	201.564,57	196.089,10	165.106,94	179.134,98	2.069.290,68
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transf. de Conv. dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	920.523,26	1.304.585,48	1.038.208,06	899.776,69	957.985,82	834.661,07	1.935.902,00	1.241.655,63	1.072.415,20	1.563.000,51	178.644,13	927.446,52	12.875.804,37

FONTE:

OURO VERDE, 11/05/2015

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

GETULIO RIBEIRO DE FREITAS
Técnico em Contabilidade CRO/SC 025.8670/O-0

OSMAR FACCIO
Controlador Geral do Município

LRF 2º ANEXO IV

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuição dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (VI)=(IV+V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII)=(III-VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		APORTES REALIZADOS					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00	
Plano Financeiro						0,00	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00	
Recursos para Formação de Reserva						0,00	
Outros Aportes para o RPPS						0,00	
Plano Previdenciário						0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00	
Outros Aportes para o RPPS						0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor						0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS				PERÍODO DE REFERÊNCIA			
				2015	2014		
Caixa				0,00		0,00	
Bancos Conta Movimento				0,00		0,00	
Investimentos				0,00		0,00	
Outros Bens e Direitos				0,00		0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014		
RECEITAS CORRENTES (VIII)		0,00	0,00	0,00		0,00	
Receita de Contribuições		0,00	0,00	0,00		0,00	
Patronal		0,00	0,00	0,00		0,00	
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00		0,00	
Ativo		0,00	0,00	0,00		0,00	
Inativo		0,00	0,00	0,00		0,00	
Pensionista		0,00	0,00	0,00		0,00	
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00		0,00	
Ativo		0,00	0,00	0,00		0,00	
Inativo		0,00	0,00	0,00		0,00	
Pensionista		0,00	0,00	0,00		0,00	
Para Cobertura Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00		0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00		0,00	
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00		0,00	
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00		0,00	
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00		0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (IX)		0,00	0,00	0,00		0,00	
Alienação de Bens		0,00	0,00	0,00		0,00	
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00		0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI)=(VIII+IX-X)		0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

						Continuação
RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)						Em Reais
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII)=(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2358-6156-914). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:44.

LRF 2º ANEXO IV

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuição dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (VI)=(IV+V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII)=(III-VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		APORTES REALIZADOS					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00	
Plano Financeiro						0,00	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00	
Recursos para Formação de Reserva						0,00	
Outros Aportes para o RPPS						0,00	
Plano Previdenciário						0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00	
Outros Aportes para o RPPS						0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor						0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS				PERÍODO DE REFERÊNCIA			
				2015	2014		
Caixa				0,00		0,00	
Bancos Conta Movimento				0,00		0,00	
Investimentos				0,00		0,00	
Outros Bens e Direitos				0,00		0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014		
RECEITAS CORRENTES (VIII)		0,00	0,00	0,00		0,00	
Receita de Contribuições		0,00	0,00	0,00		0,00	
Patronal		0,00	0,00	0,00		0,00	
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00		0,00	
Ativo		0,00	0,00	0,00		0,00	
Inativo		0,00	0,00	0,00		0,00	
Pensionista		0,00	0,00	0,00		0,00	
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00		0,00	
Ativo		0,00	0,00	0,00		0,00	
Inativo		0,00	0,00	0,00		0,00	
Pensionista		0,00	0,00	0,00		0,00	
Para Cobertura Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00		0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00		0,00	
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00		0,00	
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00		0,00	
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00		0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (IX)		0,00	0,00	0,00		0,00	
Alienação de Bens		0,00	0,00	0,00		0,00	
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00		0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI)=(VIII+IX-X)		0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

						Continuação
RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)						Em Reais
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII)=(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1634-4453-805). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:44.

LRF 2º ANEXO V

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2014 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	856.606,97	764.132,94	689.926,29
Deduções(II)	1.676.102,43	2.692.108,17	2.008.076,65
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.127.595,43	2.688.108,17	2.001.209,40
Demais Haveres Financeiros	0,00	4.000,00	6.867,25
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	451.493,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-819.495,46	-1.927.975,23	-1.318.150,36
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-819.495,46	-1.927.975,23	-1.318.150,36
RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA		
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)	
VALOR	609.824,87	-498.654,90	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência			0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/12/2014	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1286-0110-025). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:45.

LRF 2º ANEXO VI

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.642.600,00	3.688.629,05		0,00
Recetas Tributárias	373.330,88	102.586,24		0,00
IPTU	51.840,02	0,00		0,00
ISS	96.067,75	60.726,02		0,00
ITBI	72.797,39	25.141,40		0,00
IRRF	124.880,84	119,70		0,00
Outras Recetas Tributárias	27.744,88	16.599,12		0,00
Recetas de Contribuições	45.463,53	18.005,51		0,00
Recetas Previdenciárias	0,00	0,00		0,00
Outras Recetas de Contribuições	45.463,53	18.005,51		0,00
Receta Patrimonial Líquida	0,00	0,00		0,00
Receta Patrimonial	53.900,00	53.877,31		0,00
(-) Aplicações Financeiras	53.900,00	53.877,31		0,00
Transferências Correntes	12.054.772,57	3.553.974,00		0,00
FPM	5.680.000,00	1.710.147,02		0,00
ICMS	4.016.000,00	1.180.920,38		0,00
Convênios	122.742,53	63.433,05		0,00
Outras Transferências Correntes	2.236.030,04	599.473,55		0,00
Demais Recetas Correntes	169.033,02	14.063,30		0,00
Dívida Ativa	6.709,90	768,79		0,00
Diversas Recetas Correntes	162.323,12	13.294,51		0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	653.500,00	657.457,11		0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00		0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00		0,00
Alienação de Bens (V)	21.500,00	14.350,00		0,00
Transferência de Capital	632.000,00	643.107,11		0,00
Convênios	632.000,00	643.107,11		0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00		0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00		0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	632.000,00	643.107,11		0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.274.600,00	4.331.736,16		0,00

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Em Reais

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.773.574,29	4.362.290,04	0,00	3.196.748,66	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	6.540.601,53	1.943.622,89	0,00	1.943.622,89	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	163.680,00	30.971,58	0,00	27.648,81	0,00
Outras Despesas Correntes	5.069.292,76	2.387.695,57	0,00	1.225.476,96	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.609.894,29	4.331.318,46	0,00	3.169.099,85	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.756.818,11	726.868,56	0,00	619.584,81	0,00
Investimentos	1.900.418,11	519.299,71	0,00	452.904,13	0,00
Inversões Financeiras	71.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Demaís Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	785.400,00	207.568,85	0,00	166.680,68	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.971.418,11	519.299,71	0,00	452.904,13	0,00
Reserva de Contingência (XVI)	5.000,00				
Reserva RPPS (XVII)	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.586.312,40	4.850.618,17	0,00	3.622.003,98	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-311.712,40	-518.882,01	0,00	709.732,18	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	427.401,33	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência					
0,00					

FONTE: Sistema e-Pública (1857-4653-354). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:45.

LRF 2º ANEXO VII

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) EXECUTIVO	0,00	451.493,00	451.493,00	0,00	0,00	0,00	973.469,74	516.449,45	516.449,45	0,00	457.020,29
Fundo Municipal de Saúde de Ouro Verde	0,00	548,00	548,00	0,00	0,00	0,00	150.297,04	37.803,42	37.803,42	0,00	112.493,62
Município de Ouro Verde	0,00	450.945,00	450.945,00	0,00	0,00	0,00	823.172,70	478.646,03	478.646,03	0,00	344.526,67
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	451.493,00	451.493,00	0,00	0,00	0,00	973.469,74	516.449,45	516.449,45	0,00	457.020,29

FONTE: Sistema e-Pública (1788-4766-883). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:46.

LRF 2º ANEXO VIII

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% c= (b/a)x100
			Até o Bimestre (b)		
1-Receita de impostos	353.245,90	353.245,90	86.652,30		24,53
1.1-Receita resultante do IPTU	55.760,76	55.760,76	596,18		1,07
1.1.1-IPTU	51.840,02	51.840,02	0,00		0,00
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	0,00		0,00
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	1.920,74	1.920,74	518,38		26,99
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	77,80		7,78
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00		0,00
1.2-Receita resultante do ITBI	72.797,39	72.797,39	25.141,40		34,54
1.2.1-ITBI	72.797,39	72.797,39	25.141,40		34,54
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00		0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00		0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00		0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00		0,00
1.3-Receita resultante do ISS	99.806,91	99.806,91	60.795,02		60,91
1.3.1-ISS	96.067,75	96.067,75	60.726,02		63,21
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	69,00		6,90
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	2.589,16	2.589,16	0,00		0,00
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	150,00	150,00	0,00		0,00
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00		0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	124.880,84	124.880,84	119,70		0,10
1.4.1-IRRF	124.880,84	124.880,84	119,70		0,10
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00		0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00		0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00		0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	12.416.031,32	12.416.031,32	3.709.482,00		29,88
2.1-Cota Parte FPM	7.100.000,00	7.100.000,00	2.137.683,62		30,11
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	7.100.000,00	7.100.000,00	2.137.683,62		30,11
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00		0,00
2.2-Cota Parte ICMS	5.020.000,00	5.020.000,00	1.476.150,01		29,41
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	19.181,37	19.181,37	5.998,97		31,27
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	62.754,40	62.754,40	22.922,80		36,53
2.5-Cota-Parte ITR	24.095,55	24.095,55	1.479,31		6,14
2.6-Cota-Parte IPVA	190.000,00	190.000,00	65.247,29		34,34
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00		0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	12.769.277,22	12.769.277,22	3.796.134,30		29,73
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% c= (b/a)x100
			Até o Bimestre (b)		
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00		0,00
5-Transferências do FNDE	148.300,00	148.300,00	69.603,01		46,93
5.1-Transferências do Salário-Educação	66.000,00	66.000,00	40.469,05		61,32
5.2-Transferências Diretas - PDDE	1.000,00	1.000,00	420,00		42,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	31.000,00	31.000,00	7.656,00		24,70

1 / 4

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

5.4-Transferências Diretas - PNATE	36.000,00	36.000,00	20.789,52	57,75
5.5-Outras transferências do FNDE	9.900,00	9.900,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	4.400,00	4.400,00	268,44	6,10
6-Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1-Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	148.300,00	148.300,00	69.603,01	46,93

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.470.655,23	2.470.655,23	741.895,59	30,03
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.420.000,00	1.420.000,00	427.536,60	30,11
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	1.004.000,00	1.004.000,00	295.229,63	29,41
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	3.836,20	3.836,20	1.199,79	31,28
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	0,00	0,00	4.584,57	0,00
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	4.819,03	4.819,03	295,84	6,14
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	38.000,00	38.000,00	13.049,16	34,34
11-Receitas recebidas do FUNDEB	731.827,37	731.827,37	244.419,19	33,40
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	729.627,37	729.627,37	243.758,47	33,41
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	2.200,00	2.200,00	660,72	30,03
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.741.027,86	-1.741.027,86	-498.137,12	28,61

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	731.827,37	731.827,37	232.328,18	31,75	232.328,18	31,75	0,00
13.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	731.827,37	731.827,37	232.328,18	31,75	232.328,18	31,75	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	731.827,37	731.827,37	232.328,18	31,75	232.328,18	31,75	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1- FUNDEB 60%							0,00
16.2- FUNDEB 40%							0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							2.787,68
17.1- FUNDEB 60%							0,00
17.2- FUNDEB 40%							2.787,68
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							2.787,68
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) ¹							229.540,50
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							95,05
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							-1,14
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %							6,09
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							2.787,68
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²							2.787,68

Continua 2 / 4

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100			
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) ³	3.192.319,30	3.192.319,30	949.033,58	29,73			
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	125.764,93	125.764,93	44.388,40	35,29	37.712,43	29,99	0,00
23.1-Creche	125.764,93	125.764,93	44.388,40	35,29	37.712,43	29,99	0,00
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	125.764,93	125.764,93	44.388,40	35,29	37.712,43	29,99	0,00
23.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.532.807,26	1.532.807,26	514.765,15	33,58	458.554,57	29,92	0,00
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	731.827,37	731.827,37	232.328,18	31,75	232.328,18	31,75	0,00
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	800.979,89	800.979,89	282.436,97	35,26	226.226,39	28,24	0,00
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.658.572,19	1.658.572,19	559.153,55	33,71	496.267,00	29,92	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						Valor	
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)						-498.137,12	
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício						0,00	
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)						660,72	
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB						2.787,68	
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos						0,00	
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino						0,00	
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)						0,00	
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)						-494.688,72	
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						990.955,72	
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %						26,10	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10	
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	67.100,00	75.521,98	48.317,78	63,98	45.550,97	60,31	0,00
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	67.100,00	75.521,98	48.317,78	63,98	45.550,97	60,31	0,00
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	134.200,00	151.043,96	96.635,56	63,98	91.101,94	60,31	0,00
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	1.792.772,19	1.809.616,15	655.789,11	36,24	587.368,94	32,46	0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM (g)	
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					0,00	0,00	
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					0,00	0,00	
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS					VALOR		
					FUNDEB (h)		FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					2.787,68	0,00	
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					243.758,47	0,00	
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					240.206,28	0,00	

Continua 3 / 4

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

		Continuação
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	235.115,86	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ extras)	5.090,42	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	660,72	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	7.000,59	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1677-3173-035). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:46.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

LRF 2º ANEXO XII

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	353.245,90	353.245,90	86.652,30	24,53
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	51.840,02	51.840,02	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	72.797,39	72.797,39	25.141,40	34,54
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	96.067,75	96.067,75	60.726,02	63,21
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	124.880,84	124.880,84	119,70	0,10
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	69,00	3,45
Dívida Ativa dos Impostos	4.509,90	4.509,90	518,38	11,49
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.150,00	1.150,00	77,80	6,77
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.416.031,32	12.416.031,32	3.709.482,00	29,88
Cota-parte FPM	7.100.000,00	7.100.000,00	2.137.683,62	30,11
Cota-parte ITR	24.095,55	24.095,55	1.479,31	6,14
Cota-parte IPVA	190.000,00	190.000,00	65.247,29	34,34
Cota-parte ICMS	5.020.000,00	5.020.000,00	1.476.150,01	29,41
Cota-parte do IPI - Exportação	62.754,40	62.754,40	22.922,80	36,53
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	19.181,37	19.181,37	5.998,97	31,27
Desoneração ICMS (LC 87/96)	19.181,37	19.181,37	5.998,97	31,27
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.769.277,22	12.769.277,22	3.796.134,30	29,73

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.090.576,74	1.090.576,74	271.650,96	24,91
Provenientes da União	490.712,56	490.712,56	201.861,75	41,14
Provenientes dos Estados	52.800,00	52.800,00	6.178,26	11,70
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	547.064,18	547.064,18	63.610,95	11,63
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.090.576,74	1.090.576,74	271.650,96	24,91

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	2.250.977,79	2.332.849,57	1.000.395,08	42,88	667.615,86	28,62	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.240.020,61	1.242.094,44	405.643,16	32,66	405.643,16	32,66	0,00
Juros e Encargos da Dívida	33.000,00	33.000,00	8.000,00	24,24	4.677,23	14,17	0,00
Outras Despesas Correntes	977.957,18	1.057.755,13	586.751,92	55,47	257.295,47	24,32	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	197.000,00	304.283,23	172.794,73	56,79	65.511,07	21,53	0,00
Investimentos	65.000,00	172.283,23	111.462,61	64,70	45.067,03	26,16	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	132.000,00	132.000,00	61.332,12	46,46	20.444,04	15,49	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.447.977,79	2.637.132,80	1.173.189,81	44,49	733.126,93	27,80	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	540.712,56	729.867,57	346.821,41	29,56	202.708,17	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	535.712,56	648.034,34	270.063,80	23,02	192.346,14	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	66.395,58	66.395,58	5,66	0,00	0,00	0,00

1 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	5.000,00	15.437,65	10.362,03	0,88	10.362,03	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	547.712,56	736.867,57	346.821,41	29,56	202.708,17	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.900.265,23	1.900.265,23	826.368,40	70,44	530.418,76	72,35	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5} **13,97**

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100] ⁶ **-39.001,38**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2010	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2010 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PREPROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	2.539.329,79	2.724.132,05	1.217.751,71	99,65	778.865,15	99,60	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

	R\$ 1,00						
Vigilância Sanitária	22.824,00	26.913,51	149,79	0,01	149,79	0,02	0,00
Vigilância Epidemiológica	22.824,00	23.087,24	4.180,67	0,34	3.004,35	0,38	0,00
Alimentação e Nutrição	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.591.977,79	2.781.132,80	1.222.082,17	100,00	782.019,29	100,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1476-3507-058). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:47.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

Município de Ouro Verde
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

PRREO - ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

R\$ 1,00

[illegible]

FONTE: Sistema e-Pública (1556-2204-366). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:47.

LRF 2º ANEXO XIV

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2015/Bimestre Março-Abril

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		13.350.000,00			
Previsão Atualizada		13.350.000,00			
Receitas Realizadas		4.399.963,47			
Déficit Orçamentário		0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		427.401,33			
DESPESAS					
Dotação Inicial		13.350.000,00			
Créditos Adicionais		1.185.392,40			
Dotação Atualizada		14.535.392,40			
Despesas Empenhadas		5.089.158,60			
Despesas Liquidadas		3.816.333,47			
Despesas Pagas		3.606.047,11			
Superávit Orçamentário		583.630,00			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		5.089.158,60			
Despesas Liquidadas		3.816.333,47			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		3.742.506,36			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00			
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		0,00	-498.654,90	0,00	
Resultado Primário		0,00	709.732,18	0,00	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		451.493,00	0,00	451.493,00	0,00
Poder Executivo		451.493,00	0,00	451.493,00	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		973.469,74	0,00	516.449,45	457.020,29
Poder Executivo		973.469,74	0,00	516.449,45	457.020,29
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		1.424.962,74	0,00	967.942,45	457.020,29
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		990.955,72	25,00	26,10	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		232.328,18	60,00	95,05	
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		530.418,76	15,00	13,97	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)					0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1796-9469-506). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:48.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

LRF ANEXO I

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	13.350.000,00	13.350.000,00	2.649.765,71	19,85	2.649.765,71	19,85	10.700.234,29	
RECEITAS CORRENTES	12.696.500,00	12.696.500,00	2.635.415,71	20,76	2.635.415,71	20,76	10.061.084,29	
RECEITA TRIBUTÁRIA	373.330,88	373.330,88	47.348,80	12,68	47.348,80	12,68	325.982,08	
Impostos	345.586,00	345.586,00	36.709,98	10,62	36.709,98	10,62	308.876,02	
Taxas	26.744,88	26.744,88	10.638,82	39,78	10.638,82	39,78	16.106,06	
Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	45.463,53	45.463,53	8.793,01	19,34	8.793,01	19,34	36.670,52	
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
Contribuição de Iluminação Pública	43.463,53	43.463,53	8.793,01	20,23	8.793,01	20,23	34.670,52	
RECEITA PATRIMONIAL	53.900,00	53.900,00	24.813,17	46,04	24.813,17	46,04	29.086,83	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	53.900,00	53.900,00	24.813,17	46,04	24.813,17	46,04	29.086,83	
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	22.495,32	22.495,32	206,92	0,92	206,92	0,92	22.288,40	
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Agropecuárias	22.495,32	22.495,32	206,92	0,92	206,92	0,92	22.288,40	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	48.977,80	48.977,80	2.820,80	5,76	2.820,80	5,76	46.157,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.054.772,57	12.054.772,57	2.546.459,83	21,12	2.546.459,83	21,12	9.508.312,74	
Transferências Intergovernamentais	11.932.030,04	11.932.030,04	1.853.719,67	15,54	1.853.719,67	15,54	10.078.310,37	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	122.742,53	122.742,53	692.740,16	564,38	692.740,16	564,38	-569.997,63	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

1 / 3

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

PRÉ-PROJEÇÃO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)										Continuação
OUTRAS RECEITAS CORRENTES										Em Reais
	97.559,90	97.559,90	4.973,18	5,10	4.973,18	5,10	92.586,72			
Multas e Juros de Mora	14.750,00	14.750,00	2.073,05	14,05	2.073,05	14,05	12.676,95			
Indenizações e Restituições	31.100,00	31.100,00	1.750,56	5,63	1.750,56	5,63	29.349,44			
Receita da Dívida Ativa	6.709,90	6.709,90	250,41	3,73	250,41	3,73	6.459,49			
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Receitas Correntes Diversas	45.000,00	45.000,00	899,16	2,00	899,16	2,00	44.100,84			
RECEITAS DE CAPITAL	653.500,00	653.500,00	14.350,00	2,20	14.350,00	2,20	639.150,00			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
ALIENAÇÃO DE BENS	21.500,00	21.500,00	14.350,00	66,74	14.350,00	66,74	7.150,00			
Alienação de Bens Móveis	16.000,00	16.000,00	14.350,00	89,69	14.350,00	89,69	1.650,00			
Alienação de Bens Imóveis	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00			
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	632.000,00	632.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	632.000,00			
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios	632.000,00	632.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	632.000,00			
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.350.000,00	13.350.000,00	2.649.765,71	19,85	2.649.765,71	19,85	10.700.234,29			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.350.000,00	13.350.000,00	2.649.765,71	19,85	2.649.765,71	19,85	10.700.234,29			
DÉFICIT (VI)										
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.350.000,00	13.350.000,00	2.649.765,71	19,85	2.649.765,71	19,85	10.700.234,29			

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

Em Reais

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, indso I, alíneas “a” e “b” do indso II e § 1º)									
SAÍDA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)									
Superávit Financeiro									
Reabertura de Créditos Adicionais									
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.350.000,00	13.726.243,22	2.683.569,92	2.683.569,92	11.042.673,30	1.534.921,78	1.534.921,78	1.402.512,90	12.191.321,44
DESPESAS CORRENTES	11.383.751,18	11.682.318,52	2.518.572,88	2.518.572,88	9.163.745,64	1.395.592,75	1.395.592,75	1.263.183,87	10.286.725,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.535.740,02	6.540.601,53	980.222,66	980.222,66	5.560.378,87	980.222,66	980.222,66	980.222,66	5.560.378,87
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	163.680,00	163.680,00	13.801,38	13.801,38	149.878,62	8.361,42	8.361,42	8.361,42	155.318,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.684.331,16	4.978.036,99	1.524.548,84	1.524.548,84	3.463.488,15	407.008,67	407.008,67	274.599,79	4.571.028,32
DESPESAS DE CAPITAL	1.961.248,82	2.038.924,70	164.997,04	164.997,04	1.873.927,66	139.329,03	139.329,03	139.329,03	1.899.595,67
INVESTIMENTOS	1.104.848,82	1.182.524,70	67.412,00	67.412,00	1.115.112,70	46.855,00	46.855,00	46.855,00	1.135.669,70
INVERSÕES FINANCEIRAS	71.000,00	71.000,00	0,00	0,00	71.000,00	0,00	0,00	0,00	71.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	785.400,00	785.400,00	97.585,04	97.585,04	687.814,96	92.474,03	92.474,03	92.474,03	692.925,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.350.000,00	13.726.243,22	2.683.569,92	2.683.569,92	11.042.673,30	1.534.921,78	1.534.921,78	1.402.512,90	12.191.321,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.350.000,00	13.726.243,22	2.683.569,92	2.683.569,92	11.042.673,30	1.534.921,78	1.534.921,78	1.402.512,90	12.191.321,44
SUPERÁVIT (XIII)							1.114.843,93		
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.350.000,00	13.726.243,22	2.683.569,92	2.683.569,92	11.042.673,30	1.534.921,78	2.649.767,51	1.402.512,90	11.076.477,51

FONTE: Sistema e-Pública (8856-9943-39). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:31.



LRF ANEXO II

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais SALDO (e) = (a - d)	
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)		% (d/total d)
								% (b/total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	13.376.243,22	13.726.243,22	2.683.569,92	2.683.569,92	100,00	1.534.921,78	1.534.921,78	100,00	12.191.321,44
LEGISLATIVA	838.585,00	838.585,00	88.795,20	88.795,20	3,31	749.789,80	88.035,09	5,74	750.549,91
Ação Legislativa	838.585,00	838.585,00	88.795,20	88.795,20	3,31	749.789,80	88.035,09	5,74	750.549,91
ADMINISTRAÇÃO	2.602.017,76	2.602.017,76	694.794,95	694.794,95	25,89	1.907.222,81	299.369,73	19,50	2.302.648,03
Administração Geral	2.602.017,76	2.602.017,76	694.794,95	694.794,95	25,89	1.907.222,81	299.369,73	19,50	2.302.648,03
SEGURANÇA PÚBLICA	12.600,00	22.327,75	0,00	0,00	0,00	22.327,75	0,00	0,00	22.327,75
Policimento	11.600,00	21.327,75	0,00	0,00	0,00	21.327,75	0,00	0,00	21.327,75
Defesa Civil	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	937.630,54	987.810,13	222.355,88	222.355,88	8,29	775.454,25	128.846,66	8,39	868.963,47
Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00	20.000,00	448,00	448,00	0,02	19.552,00	448,00	0,03	19.552,00
Assistência Comunitária	917.630,54	977.810,13	221.907,88	221.907,88	8,27	755.902,25	128.398,66	8,37	849.411,47
SAÚDE	2.591.977,79	2.704.299,57	709.528,54	709.528,54	26,44	1.994.771,03	323.981,54	21,11	2.380.318,03
Atenção Básica	2.539.329,79	2.647.298,82	708.386,74	708.386,74	26,40	1.938.912,08	323.981,54	21,11	2.323.317,28
Vigilância Sanitária	22.824,00	26.913,51	0,00	0,00	0,00	26.913,51	0,00	0,00	26.913,51
Vigilância Epidemiológica	22.824,00	23.087,24	1.141,80	1.141,80	0,04	21.945,44	0,00	0,00	23.087,24
Alimentação e Nutrição	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
EDUCAÇÃO	2.599.914,72	2.629.495,38	338.919,01	338.919,01	12,63	2.290.576,37	270.597,05	17,63	2.358.898,33
Alimentação e Nutrição	56.100,00	57.700,47	5.657,13	5.657,13	0,21	52.043,34	2.352,25	0,15	55.348,22
Ensino Fundamental	2.363.549,79	2.391.529,98	288.223,47	288.223,47	10,74	2.103.306,51	247.605,22	16,13	2.143.924,76
Ensino Médio	16.000,00	16.000,00	1.500,00	1.500,00	0,06	14.500,00	0,00	0,00	16.000,00
Ensino Superior	15.000,00	15.000,00	14.500,00	14.500,00	0,54	500,00	0,00	0,00	15.000,00
Educação Infantil	127.264,93	127.264,93	29.038,41	29.038,41	1,08	98.226,52	20.639,58	1,34	106.625,35
Educação de Jovens e Adultos	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
Educação Especial	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
CULTURA	58.000,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00	0,00	0,00	58.000,00
Difusão Cultural	58.000,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00	0,00	0,00	58.000,00
URBANISMO	657.769,19	713.544,49	120.044,83	120.044,83	4,47	593.499,66	88.291,58	5,75	625.252,91
Infra-Estrutura Urbana	90.475,00	137.700,88	46.855,00	46.855,00	1,75	90.845,88	46.855,00	3,05	90.845,88
Serviços Urbanos	567.294,19	575.843,61	73.189,83	73.189,83	2,73	502.653,78	41.436,58	2,70	534.407,03
HABITAÇÃO	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00
Habituação Urbana	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00
SANEAMENTO	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
Saneamento Básico Urbano	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00

1 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
					% (b/total b)		% (d/total d)	

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

GESTÃO AMBIENTAL	201.000,00	201.000,00	38.164,06	38.164,06	1,42	38.164,06	38.164,06	162.835,94
Preservação e Conservação Ambiental	201.000,00	201.000,00	38.164,06	38.164,06	1,42	38.164,06	38.164,06	162.835,94
AGRICULTURA	702.000,00	702.000,00	126.995,70	126.995,70	4,73	75.991,54	75.991,54	626.008,46
Extensão Rural	702.000,00	702.000,00	126.995,70	126.995,70	4,73	75.991,54	75.991,54	626.008,46
INDÚSTRIA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Promoção Industrial	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
TRANSPORTE	878.600,00	987.258,14	131.748,36	131.748,36	4,91	110.460,27	110.460,27	876.797,87
Transporte Rodoviário	878.600,00	987.258,14	131.748,36	131.748,36	4,91	110.460,27	110.460,27	876.797,87
DESPORTO E LAZER	97.825,00	97.825,00	14.170,00	14.170,00	0,53	2.885,67	2.885,67	94.939,33
Desporto Comunitário	97.825,00	97.825,00	14.170,00	14.170,00	0,53	2.885,67	2.885,67	94.939,33
ENCARGOS ESPECIAIS	1.004.080,00	1.004.080,00	198.053,39	198.053,39	7,38	108.298,59	108.298,59	895.781,41
Serviço de Dívida Interna	784.080,00	784.080,00	88.053,39	88.053,39	3,28	88.053,39	88.053,39	696.026,61
Outros Encargos Especiais	220.000,00	220.000,00	110.000,00	110.000,00	4,10	20.245,20	20.245,20	199.754,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.350.000,00	13.726.243,22	2.683.569,92	2.683.569,92	100,00	1.534.921,78	1.534.921,78	12.191.321,44



Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1871-6349-051). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 14/05/2015 e hora de emissão: 09:32.

Paial

PREFEITURA

PP 008/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 008/2015

Objeto: Registro de preços possível aquisição de materiais para limpeza, higienização e manutenção das atividades gerais da Básica de Saúde do Fundo Municipal de Saúde conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08hs30min do dia 29/05/2015

Abertura: 29/05/2015 as 08hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 14 de maio de 2015.

Elizete E. Vortmann

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ATA Nº 15

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL**

Departamento de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretária de Saúde a senhora ELISETE ESPOSITO WORTMANN, inscrita no CPF/MF sob nº 008.116.999-00, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007 e 71/2005, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 007/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **A G KIENEN & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ 82.225.947/0001-65, representada neste ato pelo Sr. ADEMIR GERALDO KIENEN, portador do CPF nº. 329.374.669-15, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
7	200,00	Fr	AZITROMICINA PO PARA SUSPENSÃO DILUENTE ORAL FRASCO 600MG	PHARLAB	1,98	396,00
15	600,00	Compr	CILOSTAZOL 50MG	EUROFARMA	0,22	132,00
30	5.000,00	Compr	FLUOXETINA 20 MG	TEUTO	0,063	315,00
44	1.000,00	Compr	LOVASTATINA 20 MG	SANDOZ	1,246	1.246,00
45	1.000,00	Compr	MELOXICAM 15 MG	PHARLAB	0,082	82,00
46	5.000,00	Compr	MESILATO DE DOXAZOSINA 2 MG	EMS	0,07	350,00
52	1.000,00	Compr	METOPROLOL, SUCCINATO 50 MG	ASTRAZENECA	1,13	1.130,00
TOTAL DO FORNECEDOR (R\$)					3.651,00	

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAIAL

Departamento de Compras e Licitações

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 13 de maio de 2015.

ADEMIR GERALDO KIENEN

Administrador

DETENTORA DA ATA

ELIZETE E. VORTMANN

Gestora Municipal

ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Jania Lucia Dala Vale
CPF: 005.696.699-79

Antonio Soster
CPF: 486.301.449-04

Visto:
Assessor Jurídico

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59

ATA Nº 16

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL**

Departamento de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2015**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretária de Saúde a senhora ELISETE ESPOSITO WORTMANN, inscrita no CPF/MF sob nº 008.116.999-00, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007 e 71/2005, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 007/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa **ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ 20.590.555/0001-48, representada neste ato pelo Sr. ANDERSON RIBEIRO LAZZARI, portador do CPF nº. 050.166.999-09, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
6	300,00	Compr	ARIPIRAZOL 10 MG	ACHE	10,10	3.030,00
40	800,00	Compr	LEVOTIROXINA SODICA 88 MCG	MERCK	0,204	163,20
64	400,00	Compr	TANSULOSIDA, CLORIDRATO 0,4 MG LIBERAÇÃO PROLONGADA	GEOLAB	1,735	694,00
TOTAL DO FORNECEDOR (R\$)					3.887,20	

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 13 de maio de 2015.

ANDERSON RIBEIRO LAZZARI
Administrador
DETENTORA DA ATA

ELIZETE E. VORTMANN
Gestora Municipal
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Jania Lucia Dala Vale
CPF: 005.696.699-79

Antonio Soster
CPF: 486.301.449-04

Visto:
Assessor Jurídico

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59

ATA Nº 18



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAIAL

Departamento de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretária de Saúde a senhora ELISETE ESPOSITO WORTMANN, inscrita no CPF/MF sob nº 008.116.999-00, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007 e 71/2005, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 007/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa **CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ 03.652.030/0001-70, representada neste ato pelo Sr. EDIVAR SZYMANSKI, portador do CPF nº.670.481.290-34, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
4	1.500,00	Compr	ALOPURINOL 100MG	SANVAL	0,042	63,00
23	2.500,00	Compr	ESPIROLACTONA 25 MG	ASPEN PHARMA	0,109	272,50
36	5.000,00	Compr	IBUPROFENO 300 MG	GEOLAB	0,055	275,00
38	50,00	Fr	LEVOMEPROMAZINA 4% 40MG/ ML 20 ML	CRISTALIA	6,95	347,50
39	1.500,00	Compr	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG	MERCK	0,123	184,50
42	1.000,00	Fr	VITAMINA D. COLECALCIFEROL 5,0 MCG/ GOTA. SOLUÇÃO ORAL - GOTAS. FRASCO DE 20 ML.	ARTE NATIVA	5,90	5.900,00
47	2.000,00	Compr	MESILATO DOXAZOSINA 04 MG	EMS	0,28	560,00
49	5.000,00	Compr	METFORMINA 500 MG	TEUTO	0,049	245,00
60	800,00	Compr	QUETIAPINA 25 MG	EMS	0,33	264,00
72	3.000,00	Compr	ESTOGÊNIO CONJUGADO 0,625 MG	MABRA	0,397	1.191,00
76	3.000,00	Compr	ACETATO DE DEXTROALFATOCOFEROL + ÁCIDO ASCÓRBICO + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + SULFATO DE MANGANÊS + LUTEÍNA + ÓXIDO DE ZINCO + CIANOCOBALAMINA + RIBOFLAVINA + MONONITRATO DE TIAMINA + ÁCIDO FÓLICO + ÔMEGA 3 + NIACINA + SELÊNIO + VITAMINA A + COBRE + ÁCIDO DOCOSAHEXAENÓICO (DHA) + ÁCIDO EICOSAPENTAENÓICO (EPA) + ZEAXANTINA	NOVARTIS	2,72	8.160,00
TOTAL DO FORNECEDOR (R\$)					17.462,50	

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAIAL

Departamento de Compras e Licitações

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 13 de maio de 2015.

EDIVAR SZYMANSKI
Administrador
DETENTORA DA ATA

ELIZETE E. VORTMANN
Gestora Municipal
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Jania Lucia Dala Vale
CPF: 005.696.699-79

Antonio Soster
CPF: 486.301.449-04

Visto:
Assessor Jurídico

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59

ATA Nº 19

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL**

Departamento de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2015**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretária de Saúde a senhora ELISETE ESPOSITO WORTMANN, inscrita no CPF/MF sob nº 008.116.999-00, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007 e 71/2005, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 007/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ 94.516.671/0001-53, representada neste ato pelo Sr. ADEMAR PAULO SCHUSTER, portador do CPF nº. 219.912.940-34, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	2.500,00	Compr	ACIDO VALPROICO 250 MG	BIOLAB	0,204	510,00
19	2.000,00	Compr	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 25MG	CRISTALIA	0,218	436,00
31	1.000,00	Compr	FLUTAMIDA 250 MG	BLAU	4,00	4.000,00
TOTAL DO FORNECEDOR (R\$)					4.946,00	

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 13 de maio de 2015.

ADEMAR PAULO SCHUSTER
Administrador
DETENTORA DA ATA

ELIZETE E. VORTMANN
Gestora Municipal
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Jania Lucia Dala Vale
CPF: 005.696.699-79

Antonio Soster
CPF: 486.301.449-04

Visto:
Assessor Jurídico

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59

ATA Nº 20

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL**

Departamento de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2015**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretária de Saúde a senhora ELISETE ESPOSITO WORTMANN, inscrita no CPF/MF sob nº 008.116.999-00, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007 e 71/2005, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 007/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa **DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.-ME**, inscrita no CNPJ 05.201.539/0001-22, representada neste ato pelo Sr. LUIZ SULCHINSKI, portador do CPF nº. 533.508.209-72, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
3	500,00	Compr	AGOMELATINA 25 MG	SERVIER	7,98	3.990,00
17	8,00	Amp	CIPIONATO DE TESTOSTERONA 200MG/2ML INJETÁVEL	GERMED	12,33	98,64
29	400,00	Compr	EZETIMIBA 10 MG	SUPERA	2,05	820,00
TOTAL DO FORNECEDOR (R\$)						4.908,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 13 de maio de 2015.

LUIZ SULCHINSKI
Administrador
DETENTORA DA ATA

ELIZETE E. VORTMANN
Gestora Municipal
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Jania Lucia Dala Vale
CPF: 005.696.699-79

Antonio Soster
CPF: 486.301.449-04

Visto:
Assessor Jurídico

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59

ATA Nº 21

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL**

Departamento de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretária de Saúde a senhora ELISETE ESPOSITO WORTMANN, inscrita no CPF/MF sob nº 008.116.999-00, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007 e 71/2005, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 007/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa **DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ 02.520.829/0001-40, representada neste ato pelo Sr. ODAIR JOSÉ BALESTRIN, portador do CPF nº. 811.773.489-34, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
24	10.000,00	UN	ENALAPRIL 5 MG	CIMED	0,055	550,00
33	20.000,00	Compr	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	TEUTO	0,016	320,00
53	1.500,00	Cart	NORETISTRTONA 0,35 MG C/ 35 COMP.	BIOLAB	5,915	8.872,50
63	20.000,00	Compr	SINVASTATINA 20 MG	SANVAL	0,064	1.280,00
70	3.000,00	Compr	ACIDO VALPROICO 500 MG	BIOLAB	0,62	1.860,00
TOTAL DO FORNECEDOR (R\$)					12.882,50	

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 13 de maio de 2015.

ODAIR JOSÉ BALESTRIN
Administrador
DETENTORA DA ATA

ELIZETE E. VORTMANN
Gestora Municipal
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Jania Lucia Dala Vale
CPF: 005.696.699-79

Antonio Soster
CPF: 486.301.449-04

Visto:
Assessor Jurídico

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59

ATA Nº 22

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL**

Departamento de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretária de Saúde a senhora ELISETE ESPOSITO WORTMANN, inscrita no CPF/MF sob nº 008.116.999-00, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007 e 71/2005, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 007/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa **LA DALLA PORTA JUNIOR**, inscrita no CNPJ 11.145.401/0001-56, representada neste ato pelo Sr. LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR, portador do CPF nº. 016.047.580-58, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
10	5.000,00	Compr	CARBAMAZEPINA 200 MG (GENÉRICO)	TEUTO	0,072	360,00
14	1.000,00	Compr	CEFALEXINA 500 MG	TEUTO	0,162	162,00
16	1.000,00	Compr	CIMETIDINA 200 MG	PRATI	0,066	66,00
20	10.000,00	Compr	DIOSMINA +HESPERIDINA 450/50 MG	BRAINFARMA	0,215	2.150,00
21	4.000,00	Compr	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	SOBRAL	0,064	256,00
32	3.000,00	Compr	FUROSIMIDA 40 MG	PRATI	0,038	114,00
TOTAL DO FORNECEDOR (R\$)					3.108,00	

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAIAL

Departamento de Compras e Licitações

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 13 de maio de 2015.

LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR
Administrador
DETENTORA DA ATA

ELIZETE E. VORTMANN
Gestora Municipal
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Jania Lucia Dala Vale
CPF: 005.696.699-79

Antonio Soster
CPF: 486.301.449-04

Visto:
Assessor Jurídico

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59

ATA Nº 23

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL**

Departamento de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretária de Saúde a senhora ELISETE ESPOSITO WORTMANN, inscrita no CPF/MF sob nº 008.116.999-00, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007 e 71/2005, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 007/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa **LICIMED – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES**, inscrita no CNPJ 04.071.245/0001-60, representada neste ato pelo Sr. NICOLLE SILVEIRA VICARI, portador do CPF nº. 009.346.750-82, para o fornecimento dos materiais descritos nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
56	3.000,00	Compr	PAROXETINA 10 MG	EUROFARMA	1,103	3.309,00
TOTAL DO FORNECEDOR (R\$)					3.309,00	

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAIAL

Departamento de Compras e Licitações

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 13 de maio de 2015.

NICOLLE SILVEIRA VICARI
Administrador
DETENTORA DA ATA

ELIZETE E. VORTMANN
Gestora Municipal
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Jania Lucia Dala Vale
CPF: 005.696.699-79

Antonio Soster
CPF: 486.301.449-04

Visto:
Assessor Jurídico

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59

ATA Nº 24

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL**

Departamento de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2015**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretária de Saúde a senhora ELISETE ESPOSITO WORTMANN, inscrita no CPF/MF sob nº 008.116.999-00, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007 e 71/2005, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 007/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa **MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ 94.894.169/0001-86, representada neste ato pelo Sr. MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS portador do CPF nº.374.624.900-72, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
13	9,00	Fr	CASSIA ANGUSTIFOLIA +ASSOCIAÇÕES GELÉIA LAX. POTE 250G	HYPERMARCAS/COSMED	34,90	314,10
18	3.000,00	Compr	CLORTALIDONA 25 MG	BRAINFARMA	0,061	183,00
27	2.000,00	Compr	ETINILESTRADIOL+GESTODENO 0,02+0,075 MG	E.M.S/LEGRAND	0,35	700,00
28	8.000,00	Compr	ETINILESTRADIOL 0,03MG+ LEVONORGESTREL 0,15MG	MABRA	0,02	160,00
34	30,00	Amp	HIDROCORTISONA SOL. INJETAVEL 500MG	TEUTO	6,78	203,40
35	2.000,00	Compr	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20 MG	ZYDUS	0,065	130,00
41	1.400,00	Compr	LORATADINA 10 MG	GEOLAB	0,046	64,40
51	100,00	Amp	METOCLOPRAMIDA INJETÁVEL	ISOFARMA	0,26	26,00
59	8.000,00	Compr	PROPANOLOL 40 MG	OSORIO	0,013	104,00
61	2.000,00	Compr	RAMIPRIL 5 MG	MEDLEY	0,79	1.580,00
67	4.000,00	Compr	VENLAFAXINA 37,5 MG	RANBAXY	0,34	1.360,00
68	10.000,00	Compr	VENLAFAXINA 75 MG	RANBAXY	0,719	7.190,00
75	3.000,00	Compr	PLANTAGO OVATA FORSK PÓ EFERVECENTE. EMBALAGEM 5 G	NATULAB	0,69	2.070,00
TOTAL DO FORNECEDOR (R\$)					14.084,90	

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAIAL

Departamento de Compras e Licitações

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 13 de maio de 2015.

MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS
Administrador
DETENTORA DA ATA

ELIZETE E. VORTMANN
Gestora Municipal
ÓRGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Jania Lucia Dala Vale
CPF: 005.696.699-79

Antonio Soster
CPF: 486.301.449-04

Visto:
Assessor Jurídico

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59

ATA Nº 25

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL**

Departamento de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2015**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretária de Saúde a senhora ELISETE ESPOSITO WORTMANN, inscrita no CPF/MF sob nº 008.116.999-00, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007 e 71/2005, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 007/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa **PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ 85.247.385/0001-49, representada neste ato pelo Sr. CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI portador do CPF nº.076.332.029-39, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
5	10.000,00	Compr	ANLÓDIPINO 5MG	VITAPAN	0,021	210,00
26	2.000,00	Compr	ENALAPRIL 20MG	VITAPAN	0,05	100,00
58	1.500,00	Compr	PREDNISONA 5MG	VITAPAN	0,065	97,50
74	2.000,00	Compr	VERAPAMIL 80 MG	TEUTO	0,049	98,00
TOTAL DO FORNECEDOR (R\$)					505,50	

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAIAL

Departamento de Compras e Licitações

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 13 de maio de 2015.

CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI
Administrador
DETENTORA DA ATA

ELIZETE E. VORTMANN
Gestora Municipal
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Jania Lucia Dala Vale
CPF: 005.696.699-79

Antonio Soster
CPF: 486.301.449-04

Visto:
Assessor Jurídico

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59

ATA Nº 26



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAIAL

Departamento de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretária de Saúde a senhora ELISETE ESPOSITO WORTMANN, inscrita no CPF/MF sob nº 008.116.999-00, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007 e 71/2005, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 007/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa **S & R DISTRIBUIDORA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ 04.889.315/0001-92, representada neste ato pelo Sr. SÉRGIO JACIR PORTELA portador do CPF nº. 182.633.649-49, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
2	10,00	Amp	ADRENALINA INJETAVEL 01 MG/ML.	HIPOLABOR	1,215	12,15
8	5.000,00	Compr	ATENSINA 0,100MG	BOEHRINGER	0,17	850,00
22	300,00	Amp	DIPROPIANATO BETAMETASONA+FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA	PHARLAB	2,59	777,00
25	10.000,00	Compr	ENALAPRIL 10 MG	VITAPAN	0,039	390,00
37	1.000,00	Compr	LEVODOPA+BENSERAZIDA 100MG/25MG BD	ROCHE	0,90	900,00
48	5.000,00	Compr	METFORMINA 850MG	GEOLAB	0,06	300,00
50	1.000,00	Compr	METROCILOPRAMIDA 10MG	BELFAR	0,06	60,00
54	15.000,00	Compr	OMEPRAZOL 20MG	HIPOLABOR	0,04	600,00
65	1.500,00	Compr	VARFARINA SÓDICA 2,5 MG	FARMOQUIMICA	0,27	405,00
73	2.000,00	Compr	VIT COMPLEXO B-B1 5MG, B2-2MG, B6-2MG, B5-3MG, PP - 20 MG	VITAMED	0,047	94,00
TOTAL DO FORNECEDOR (R\$)					4.388,15	

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAIAL

Departamento de Compras e Licitações

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 13 de maio de 2015.

SÉRGIO JACIR PORTELA
Administrador
DETENTORA DA ATA

ELIZETE E. VORTMANN
Gestora Municipal
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Jania Lucia Dala Vale
CPF: 005.696.699-79

Antonio Soster
CPF: 486.301.449-04

Visto:
Assessor Jurídico

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59

ATA Nº17

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL**

Departamento de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015**

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.399.310/0001-47, neste ato representada pela Secretária de Saúde a senhora ELISETE ESPOSITO WORTMANN, inscrita no CPF/MF sob nº 008.116.999-00, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 57/2007 e 71/2005, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 007/2015, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ 00.802.002/0001-02, representada neste ato pelo Sr. ANACLETO FERRARI, portador do CPF nº. 523.140.819-00, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição dos itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa detentora desta Ata.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
11	15.000,00	Compr	CARBONATO DE CALCIO 600 MG+ COLECALCIFEROL 400 UI	Imec	0,31	4.650,00
12	5.000,00	Compr	CARVEDILOL 25 MG	Torrent	0,115	575,00
43	2.000,00	Compr	LOSARTANA 25 MG	Torrent	0,103	206,00
55	100,00	Fr	PROTETOR SOLAR FATOR 30. FRASCO 120 ML	Moph	5,45	545,00
57	600,00	Compr	PAROXETINA 25 MG CR (GENÉRICO)	GlaxoSmithKline	2,837	1.702,20
66	15.000,00	Compr	VENLAFAXINA 150 MG	Torrent	0,84	12.600,00
69	1.500,00	Compr	ZOLPIDEM 10MG	Zydus	0,36	540,00
TOTAL DO FORNECEDOR (R\$)					20.818,20	

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal de Saúde de Paial não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAIAL

Departamento de Compras e Licitações

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 007/2015 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Itá - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Paial, SC, 13 de maio de 2015.

ANACLETO FERRARI,
Administrador
DETENTORA DA ATA

ELIZETE E. VORTMANN
Gestora Municipal
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

Jania Lucia Dala Vale
CPF: 005.696.699-79

Antonio Soster
CPF: 486.301.449-04

Visto:
Assessor Jurídico

Rua Goiás, 400 – Centro – fone/fax (49)451-0045
e-mail: compras@paial.sc.gov.br - 89765-000 – Paial – SC.
CNPJ 01.614.376/0001-59

Palhoça

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N.º013/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

CONTRATO N.º013/2015 – Pregão n.º 010/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica CONTROLE AMBIENTAL TROMBIN LTDA ME. OBJETO: prestação de serviços técnicos especializados de desinsetização, desratização de áreas internas, externas, bem como limpeza e desinfecção dos reservatórios de água (caixa de água), nas Unidades de Saúde da rede Municipal de Saúde e demais setores da Secretaria Municipal de saúde. VALOR: R\$ 13.999,00 (treze mil novecentos e noventa e nove reais). DATA: 27/04/2015.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º017/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º017/2015 – contratante : MUNICÍPIO DE PALHOÇA - contratada CAIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. OBJETO: locação de um imóvel para Funcionamento do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO. - VALOR: R\$ 224.400,00 (duzentos e vinte e quatro mil e quatrocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "17.01.1.043.3.3.3.90.39.10.00.00.00 DATA: 14/05/2015.

EXTRATO DE TERMO DE ALTERAÇÃO N.º012/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO DE ALTERAÇÃO N.º 012/2015, PRIMEIRO TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 005/2015 – DL n.º005/2015 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIDADELA ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA. OBJETO: Fica alterado a finalidade da locação do imóvel para Centro de Bem Estar Animal do Município. DATA: 16/04/2015.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 056/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº.056/2015

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 056/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que por objeto a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos para atender as necessidades das unidades escolares deste município, no Sistema Registro de Preços, mediante entrega parcelada para Secretaria Municipal de Educação.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ADL COMERCIAL EIRELI EPP, ficou classificada no item 01, em seu menor preço, totalizando a importância de R\$59.200,00 (cinquenta e nove mil e duzentos reais).

MJG - TECN. E SERVICOS DE IMPORMATICA LTDA, ficou classificada no item 02, em seu menor preço, totalizando a importância de R\$56.750,00 (cinquenta e seis mil e setecentos e cinquenta reais).

Palhoça, 13 de abril de 2015.

SHIRLEY REGINA DE FARIAS

Pregoeira – Portaria 1579/2015

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 373/2015.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 373/2015.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E O CONSELHO COMUNITÁRIO PACHECOS PARA ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça o Conselho Comunitário Pachecos para atendimento na educação infantil cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de maio de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 143/2015

MINUTA DE CONVÊNIO Nº, DE DE 2015.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Conselho Comunitário Pachecos para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 0045773569-79., doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato, representado por sua gestora, SHIRLEY NOBRE SCHARF, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 290.536.769-53, doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO PACHECOS entidade privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 19.324.812/0001-10 com sede Rua Natalino Campos Schaimann s/nº, bairro Pachecos, neste Município, representada neste ato pelo seu presidente e representante legal MARCILEI APARECIDA MATOS, brasileira, solteira, professora, portador da cédula de identidade n.º 3.218.497, e, inscrita no CPF sob o nº 026.132.539-67 residente e domiciliada na Rua Januário Pereira de Lima n.96, Pachecos, Palhoça- SC, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº, de de de 2015, e Decreto Legislativo nº/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil – primeiro nível da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem

seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), sendo: 08 (oito) parcelas no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) cada, e uma parcela no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao Fundeb.

II – O número de crianças atendidas será de 25 (vinte e cinco) conforme apresentado no plano de trabalho.

Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	10/04/2015	R\$ 6.000,00
02	10/05/2015	R\$ 6.000,00
03	10/06/2015	R\$ 6.000,00
04	10/07/2015	R\$ 6.000,00
05	10/08/2015	R\$ 6.000,00
06	10/09/2015	R\$ 6.000,00
07	10/10/2015	R\$ 6.000,00
08	10/11/2015	R\$ 6.000,00
09	07/12/2015	R\$ 12.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Básica – segundo nível da Educação Básica ensino fundamental, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim.

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento;

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos e o cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças e adolescentes matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças e adolescentes, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;
- e) aquisição de material de expediente;
- f) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);
10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.
11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;
12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;
13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;
14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro

responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica – ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/
prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.
....., em...../...../.....
Nome:
Cargo:
Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III – No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III – Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV – Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

Parágrafo único. As receitas financeiras auferidas na forma desta cláusula serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 01 – Secretaria Municipal de Educação

Função 0012 – Educação

Subfunção 0365 – Educação Infantil

Programa 0010 – Educação

Ação 1047 – Subvenções Sociais a Entidades

Elemento 3335000000000000 – Transfêrencia a instituições privadas s/ fins lucrativos

Vínculo 01190207 – Transf. FUNDEB 40%

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2015.

§ 1º Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

§ 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

§ 3º Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 25 de março de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Shirley Nobre Scharf

CONSELHO COMUNITÁRIO PACHECOS
Marcilei Aparecida Matos

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

PROJETO DE LEI Nº 523/2015.

PROJETO DE LEI Nº 523/2015.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário do Pachecos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário do Pachecos, inscrito no CNPJ/MF nº 19.324.812/0001-10 com sede Rua Natalino Campos Schaimann, s/n, bairro Pachecos, CEP 88.131-000, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade 01 – Secretaria Municipal de Educação
Função 0012 – Educação
Subfunção 0365 – Educação Infantil
Programa 0010 – Educação
Ação 1047 – Subvenções Sociais a Entidades
Elemento 3335000000000000 – Transfêrencia a instituições privadas s/ fins lucrativos
Vínculo 01190207 – Transf. FUNDEB 40%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de maio de 2015.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Palmitos

PREFEITURA

1º ADENDO AO PROCESSO 53/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

1º ADENDO

O MUNICÍPIO DE PALMITOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Independência, nº 100, centro, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que houve ALTERAÇÕES no EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2015 – MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO Nº 11/2015. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura e no site do município. Palmitos, 14 de maio de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2015

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 006/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 24/03/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa REGLY & REGLY COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E ALIMENTICIOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 07.175.527/0001-04, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de higiene, limpeza e consumo em geral, para a manutenção do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade no fornecimento do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 35.735,00 (trinta e cinco mil, setecentos e trinta e cinco reais), relativos aos itens 53 e 54, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 006/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do

objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 006/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue diretamente na sede do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Jacob Schadeck, nº 1207, Centro, Papanduva/SC, conforme solicitação em até 05 dias úteis após o recebimento da requisição ou pré empenho emitido pelo Fundo Municipal de Saúde, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – A disponibilização dos itens adjudicados deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante.

4.3 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.3 – A CONTRATADA deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 006/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o objeto no prazo estabelecido nesta Ata de Registro de Preços;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará a contratada a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de

empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 24 de março de 2015.

Márcio Wisniewski - Pregoeiro

Erli Edvina Wunsche Bacellar - Equipe de Apoio

Otávio Hunka - Equipe de Apoio

Sonia Terezinha Mendes Novack - Equipe de Apoio

Regly & Regly Comércio de Produtos de Limpeza e Alimentícios Ltda EPP

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 017/2015

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 018/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 08/04/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob nº 09.008.570/0001-00, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de higiene, limpeza e consumo em geral, para a manutenção do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser

realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 30.114,68 (trinta mil, cento e quatorze reais e sessenta e oito centavos), relativos aos itens 02, 13, 19, 20, 22, 24, 25, 33, 34, 35, 37, 41, 42, 43, 44, 48, 63, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 82, 85, 86, 88, 109, 110, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 132, 133, 140, 142, 145, 149, 153, 154, 161, 165, 167, 168, 179 e 180, objetos do pregão presencial registro de preços 018/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 018/2015 e seus anexos;

b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue diretamente na sede do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Jacob Schadeck, nº 1207, Centro, Papanduva/SC, conforme solicitação em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da requisição ou pré empenho emitido pelo Fundo Municipal de Saúde, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 018/2015 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;

b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 - quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal;

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei

8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 08 de abril de 2015.

Márcio Wisniewski - Pregoeiro

Erli Edivina Wunsche Bacellar - Equipe de Apoio

Otávio Hunka - Equipe de Apoio

Eliton Luis de Souza Prestes - Equipe de Apoio

Diego Alessandro Carl – Pela Contratada

Marli dos Santos da Cunha Ramos

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 018/2015

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 018/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 08/04/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa M. MOBILE EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 15.764.033/0001-85, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de higiene, limpeza e consumo em geral, para a manutenção do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 37.588,91 (trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e um centavos), relativos aos itens 01, 12, 15, 16, 18, 28, 29, 30, 31, 38, 39, 40, 46, 47, 50, 52, 53, 60, 61, 62, 64, 67, 72, 83, 90, 92, 94, 99, 108, 115, 130, 134, 137, 138, 139, 146, 147, 148, 151, 156, 157, 163, 169, 170, 174, 175 e 178, objetos do pregão presencial registro de preços 018/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do

aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 018/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue diretamente na sede do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Jacob Schadeck, nº 1207, Centro, Papanduva/SC, conforme solicitação em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da requisição ou pré empenho emitido pelo Fundo Municipal de Saúde, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 018/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal;

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 08 de abril de 2015.

Márcio Wisniewski - Pregoeiro

Erli Edivina Wunsche Bacellar - Equipe de Apoio

Otávio Hunka - Equipe de Apoio

Eliton Luis de Souza Prestes - Equipe de Apoio

Luiz Amarildo Mueller – Pela Contratada

Marli dos Santos da Cunha Ramos

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2015

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 018/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 08/04/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 07.634.816/0001-16, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de higiene, limpeza e consumo em geral, para a manutenção do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 39.342,56 (trinta e nove mil, trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis reais), relativos aos itens 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 14, 17, 21, 23, 26, 27, 32, 45, 49, 51, 65, 66, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 87, 89, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 112, 113, 114, 121, 122, 126, 131, 135, 136, 141, 143, 144, 150, 152, 155, 159, 160, 162, 164, 166, 171, 172, 173, 176 e 177, objetos do pregão presencial registro de preços 018/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 018/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue diretamente na sede do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Jacob Schadeck, nº 1207, Centro, Papanduva/SC, conforme solicitação em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da requisição ou pré empenho emitido pelo Fundo Municipal de Saúde, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 018/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal;

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei

8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 08 de abril de 2015.

Márcio Wisniewski - Pregoeiro

Erli Edivina Wunsche Bacellar - Equipe de Apoio

Otávio Hunka - Equipe de Apoio

Eliton Luis de Souza Prestes - Equipe de Apoio

Charles Gilson Ritzmann – Pela Contratada

Marli dos Santos da Cunha Ramos

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO Nº 027/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 027/2015, referente ao Edital de Tomada de Preços 033/2015. Objeto: Este contrato tem por objeto a construção de um Ginásio de Esportes no Bairro São Cristóvão, nesta municipalidade. Contratada: J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, totalizando o montante de R\$ 496.852,29 (quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e nove centavos). Vigência: A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da sua assinatura e término previsto para 180(cento e oitenta) dias após o recebimento, pela Contratada, da Ordem de Serviço.

Papanduva/SC, 13 de maio de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2534, DE 13.05.2015 - SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE FRANCISCO SLABISKI

Decreto nº 2534, de 13.05.2015.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE FRANCISCO SLABISKI.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

D E C R E T A

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de FRANCISCO SLABISKI, com a área total de 1.158,26m² (hum mil cento e cinquenta e oito reais e vinte e seis décimos quadrados), no lado par da Rua Tenente Ernesto Greinert, esquina com o lado par da Rua Dom Pedro I, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva/SC – devidamente registrado sob a matrícula nº 9.277, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote A – 579,13m²

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Dom Pedro I, esquina com o lado par da Rua Tenente Ernesto Greinert, com base no Ponto OPP.

Frente:- 33,04 metros com o Município pela Rua Dom Pedro I, lado par;

Fundos:- 36,20 metros com a Matrícula nº 978-Itaiópolis/SC de Francisco Slabiski;

Lado Direito:- 13,00 metros com o Município pela Rua Tenente Ernesto Greinert, lado par;

Lado Esquerdo:- 20,82 metros com o Lote "B" Desmembrado.

Descrição do Lote B – 579,13m²

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Dom Pedro I, distante 33,04 metros da esquina com o lado par da Rua Tenente Ernesto Greinert, com base no Ponto OPP.

Frente:- 25,61 metros com o Município pela Rua Dom Pedro I, lado par;

Fundos:- 4,01 metros com a Matrícula nº 978-Itaiópolis/SC de Francisco Slabiski; 14,80 metros com a Matrícula nº 8.180-Papanduva/SC de Matilde Kachoroski Rodrigues, Lote 04; 6,99 metros com a Matrícula nº 1.385-Papanduva/SC de Mario Slabiski;

Lado Direito:- 20,82 metros com o Lote "A" Desmembrado;

Lado Esquerdo:- 24,00 metros, com a Matrícula nº 9.245-Papanduva/SC de Alexandra Baruffi.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 13 de maio de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira

Procurador Jurídico

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 084/2014, de 17/07/2014.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo financeiro de R\$ 21.827,23, bem como a supressão financeira de R\$ 42.353,96 em virtude de readequação do projeto contratado e em conformidade com a planilha e parecer do engenheiro anexo. Fica portanto suprimido o valor de R\$ 20.526,73 do valor global do contrato supra citado. Contratado: J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA - EPP.

Papanduva, 14 de maio de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

COMUNICADO 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

COMUNICADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, TORNA NULO O ADENDO ADITADO AO PROCESSO SELETIVO 001/2015 PARA O CARGO DE ODONTÓLOGO, POR RESOLUÇÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

Passo de Torres – SC 14 de maio de 2015.
Comissão Provisória do Processo Seletivo Simplificado
Alexandre Angelo Felipe
Presidente

Marinelma Gonçalves Scheffer
Membro

Marilda Rodrigues da Silva Ferreira
Membro

LEI 992/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
LEI Nº 992 DE 14 DE MAIO DE 2015.

“FIXA O VALOR DAS DIÁRIAS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, AOS SERVIDORES E AOS VEREADORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É fixado o valor das diárias dos servidores para indenizar despesas de hotel e alimentação, quando em viagem para fora da sede do município, a serviço ou para participar de curso de especialização, a qual somente se dará com a devida autorização do Presidente do Poder Legislativo, as quais serão indenizadas de acordo com o Anexo I desta Lei.

Art. 2º Ao Vereador que viajar para as atividades relacionadas com o exercício do mandato parlamentar ou representação do Poder Legislativo, devidamente autorizado pelo Presidente do Poder Legislativo, será assegurado o pagamento das diárias, entendidas despesas de hotel e alimentação, de acordo com os valores fixados no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único - Os valores previstos no Anexo I somente serão pagos quando o deslocamento for devidamente autorizado e num raio superior a 60 km.

Art. 3º Fica estabelecido que a liberação dos valores das diárias se dará antecipadamente, porém a antecipação dos valores das diárias não exime o beneficiário da prestação de contas.

Art. 4º O vereador e o servidor que fizerem uso das diárias deverão prestar contas ao Presidente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do retorno ao município, apresentando atestado ou certificado de frequência, documento fiscal ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino, conforme a solicitação prévia da diária.

Art. 5º Se o beneficiário não prestar contas no prazo fixado no artigo anterior, deverá ressarcir, como penalidade pelo atraso, o equivalente a 100% (cem por cento) do valor recebido, ficando o beneficiário impedido de solicitar novas diárias até a prestação de contas da atual.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 6º Havendo a necessidade de deslocamento via aérea, esta se dará mediante autorização do Presidente, devendo a Câmara de Vereadores efetuar a compra das respectivas passagens.

Art. 7º O deslocamento dos funcionários e dos vereadores deste Poder se dará mediante prévia autorização expressa da Presidência, a qual formará o processo de despesa.

Art. 8º Os valores previstos no Anexo I da presente Lei serão reajustados anualmente por ato próprio do Presidente da Câmara de Vereadores.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 24 de março de 2015.

Art. 10 Ficam revogadas as leis nº 729/2011, 788/2011, 883/2013 e 983/2015.

Passo de Torres, 14 de maio de 2015.

Paulo Roberto Cordeiro

Prefeito Municipal em exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de maio de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

ANEXO I

TABELA DE DIÁRIAS

CARGOS	VALORES SEM PER- NOITE	VALORES C/ PERNOI- TE	VALORES PARA BRASILIA e FORA DO PAÍS	VALORES PARA MEIA DIARIA	VALORES FORA DO ESTADO , NÃO LIMI- TROPES	
VEREADORES, SERVIDORES E CARGO COMISSIONADO	R\$ 170,00	R\$ 250,00	R\$ 650,00	R\$ 85,00	R\$ 250,00	

Passos Maia

PREFEITURA

EDITAL CMDCA Nº 01/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PASSOS MAIA – EDITAL DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

Edital CMDCA nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Passos Maia.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 07 de maio de 2015, em sua sede localizada, a Rua Judite Romanini, 670-Centro, Passos Maia-SC, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e nos arts. 45,46,47,48,49,50,51,52,53 e 54 da Lei Municipal nº048 de 05 de maio de 2015, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Passos Maia, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.3 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.4 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 048 de 05 de Maio de 2015, é assegurado o direito a: I – vencimento de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II – cobertura previdenciária;

III – gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV – licença-maternidade;

V – licença-paternidade;

VI – gratificação natalina.

2.2 Não poderão candidatar-se ao cargo, os servidores públicos, haja visto que deverão exercer a função de Conselheiro Tutelar em caráter exclusivo, nos termos do inciso VI do art. 49 e o art. 70 da Lei Complementar 048, de 05 de maio de 2015¹.

2.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

2.4 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.5 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.6 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.6.1 Sobreaviso, diurno das 12h00 às 13h30, e noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.6.2 Sobreaviso de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.6.3 Para os sobreavisos, diurno, noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

¹Art. 49 - VI – apresentação de declaração que tenha disponibilidade em exercer a função pública de Conselheiro Tutelar em caráter exclusivo, sob as penas das sanções legais.

Art. 70. O exercício do cargo de Conselheiro Tutelar não pode ser acumulado com qualquer função pública ou privada, inclusive cargo de confiança da administração e cargo público eletivo.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 18/05/2015 à 26/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público, nas dependências do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, Rua Judite Romanini, 670-Centro, Passos Maia.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I – Reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II – Idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III – Residir no município de Passos Maia, no mínimo 1 ano, comprovadamente;

IV – Conclusão de Ensino Médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio;

V – Apresentação de declaração que tenha disponibilidade em exercer a função pública de Conselheiro Tutelar em caráter exclusivo, sob as penas das sanções legais;

VI – Reconhecida a experiência no trato com Criança e Adolescente, de forma profissional ou voluntariado, por um período de no mínimo 1 ano;

VII – Certificado de conclusão e/ou termo de compromisso de concluir curso básico de informática, quando eleito;

3.1.3 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 29/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal de Passos Maia, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 2 dias (30/06 e 01/07/2015), no horário de atendimento ao público

no CRAS de Passos Maia.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 2 dias (02 e 03/07/2015, no horário de atendimento ao público na sede CRAS de Passos Maia.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 08/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 09/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal de Passos Maia, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Passos Maia, poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.4.1 Os eleitores que necessitarem de transporte para se deslocarem até o local de votação, deverão utilizar os meios de transporte público, que será disponibilizado pela Administração Municipal.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 8h00 às 17h00, nos seguintes locais:

· Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida no Assentamento Zumbi dos Palmares, interior.

· Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Duque de Caxias na Comunidade de Vila Indumel, interior.

· Sala da EJA, anexo a Secretaria Municipal de Educação, Rua Judite Romanini Nº 670, centro.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Passos Maia, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em apenas um candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.4.7 É vedada a candidatura por chapas

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Passos Maia, em eleição presidida pela Comissão de Eleição do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município de Passos Maia até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pela comissão de eleição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 Em reunião com a Comissão especial eleitoral e os candidatos será definido sobre a numeração e a ordem dos candidatos na cédula oficial.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:
I – Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II – Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I – Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III – As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do CRAS de Passos Maia, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que residir a mais tempo no município.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05 de outubro, em de edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal de Passos Maia, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 048. De 05 de Maio de 2015, sem prejuízo das demais leis inerentes ao exercício da função.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Passos Maia.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Serrada para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Passos Maia 12 de Junho de 2015.

Dirce D. B. Meotti

Presidente do CMDCA

CRONOGRAMA

LANÇAMENTO DO EDITAL	12/05/2015
PERÍODO DE INSCRIÇÕES	18/05/2015 À 26/06/2015
RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS	29/06/2015
PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATOS	30/06/2015 À 01/07/2015
PRAZO PARA RECURSOS DE CANDIDATOS IMPUGNADOS	02/07/2015 À 03/07/2015
PRAZO PARA RESPOSTA DA COMISSÃO ELEITORAL AOS RECURSOS	08/07/2015
PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS	09/07/2015
ELEIÇÃO	04/10/2015
PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS ELEITOS	05/10/2015
CAPACITAÇÃO PARA OS CANDIDATOS ELEITOS E SEUS SUPLENTEs	07/12/2015 À 11/12/2015
POSSE DOS CANDIDATOS ELEITOS	09/01/2016

Paulo Lopes**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 09/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015

O Município de Paulo Lopes torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando o Registro de Preço pelo período de 12 meses aquisição de materiais de manutenção para prédios municipais e para uso da Secretaria de Transporte, Obra e Serviços Urbanos de Paulo Lopes. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, até as 08h55min do dia 27/05/2015.

A sessão se dará a partir das 09h00min do dia 27/05/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.paulolopes.sc.gov.br.

Paulo Lopes, 14 de maio de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

130

PORTARIA Nº 130/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER: temporariamente o prazo para a Conclusão do Processo, instaurado pela Portaria nº 99/2015 e Portaria nº 115/2015 (incêndio e danos causados ocorridos na garagem da Secretaria Municipal de Saúde no dia 23/03/2015), composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI, motivo: aguardar os documentos disponibilizados pela perícia técnica.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 13 de maio de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

131

PORTARIA Nº 131/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o disposto na Portaria nº 110/2015 de 13 de abril de 2015, que designa os servidores WAGNER BORGES FIGUEIREDO, TÂNIA MARA TOMAZI SANTANA, e JULIANA BUENO PERCIANI, para compor a COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, visando apurar o descumprimento das cláusulas contratuais do contrato nº 01/2015 – FUMTUR

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 13 de maio de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

132

PORTARIA Nº 132/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI, sob a presidência do primeiro, para compor a COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, visando apurar o descumprimento das cláusulas contratuais do contrato nº 01/2015 – FUMTUR, firmado com a Empresa CMB PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 14 de maio de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2331

DECRETO Nº. 2331/2015

AUTORIZA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES DE PENHA "11 DE AGOSTO", NO VALOR DE R\$- 231.000,00 (DUZENTOS E TRINTA E UM MIL REAIS), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art.1º - Fica autorizado a transferência de recursos financeiros a entidade Associação Municipal dos Estudantes de Penha "11 de agosto", inscrita sob CNPJ: 09.035.912/0001-73, no valor de R\$- 231.000,00 (duzentos e trinta e um mil reais), autorizado pela art. 17 da Lei Municipal nº 2.734, de 10 de dezembro de 2014, art. 21 da Lei Municipal nº 2.724, de 23 de setembro de 2014 e Lei Municipal nº 2762, de 14 de maio de 2015;

Art.2º - A dotação decorrente com a execução do presente Decreto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino

Atividade: 2.023 –Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0001 – Recursos Próprios

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00– Aplicações Diretas

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 14 de maio de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2332
DECRETO Nº 2332/2015
NOMEIA OS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO JARI NO MUNICÍPIO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 9.503 do Código de Trânsito Brasileiro, com as diretrizes para estabelecimento do regimento interno da JARI e com a Lei Municipal nº 1849/02, datada de 11 de junho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º -Fica nomeada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, sendo composta pelos seguintes membros:

I - Representante Presidente da JARÍ
Nelson Fantoni

II – Representante do Órgão Executivo de Trânsito Municipal
José Roberto de Souza Silva

III – Representante dos Taxistas
Sebastião Antonio Bento

§ 1º - O mandato dos membros da JARI terá a duração de 01 (um) ano, vedada a recondução.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1614/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 14 de maio de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2761
LEI Nº. 2761/2015
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A DOAR BENS MÓVEIS, COM INSCRIÇÃO NO PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA PARA A SOCIEDADE CORPO DE BOMBEIRO VOLUNTÁRIO DE PENHA.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o chefe do poder executivo de Penha/SC a doar para a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Penha - inscrita no CNPJ sob o nº 04.206.618/0001-63, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1770/2001, os bens móveis abaixo relacionados:

I. Um Caminhão marca Mercedes Benz, modelo L 1113, Espécie ESP/CAMINHÃO/BOMBEIRO, placa MDR8930, ano de fabricação 1979, modelo 1979, código de RENAVAM Nº 558102000, nº chassi 34403312441396

II. Um Caminhão marca Mercedes Benz, modelo L 1519, Espécie CAR/CAMINHÃO/C.ABERTA, placa LZN0287, ano de fabricação 1984, modelo 1984, código de RENAVAM Nº 558104053, nº chassi 34501312608163

Art. 2º A doação será concretizada através da assinatura do termo de doação de entrega dos bens móveis que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 3º A doação de que trata esta lei é feita sem ônus para a Municipalidade.

Art. 4º Está Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 14 de maio de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2762

LEI Nº. 2762/2015

AUTORIZA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES DE PENHA "11 DE AGOSTO", NO VALOR DE R\$- 231.000,00 (DUZENTOS E TRINTA E UM MIL REAIS), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica autorizado a transferência de recursos financeiros a entidade Associação Municipal dos Estudantes de Penha "11 de agosto", inscrita sob CNPJ: 09.035.912/0001-73, no valor de R\$-231.000,00 (duzentos e trinta e um mil reais), autorizado pela art. 17 da Lei Municipal nº 2.734, de 10 de dezembro de 2014, art. 21 da Lei Municipal nº 2.724, de 23 de setembro de 2014;

Art.2º - A dotação decorrente com a execução da presente Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino

Atividade: 2.023 –Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0001 – Recursos Próprios

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00– Aplicações Diretas

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 14 de maio de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 -CONVOCAÇÃO PROVA DE TÍTULOS

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

CONVOCAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

Por este instrumento, convoca-se os candidatos abaixo relacionados para realização de PROVA DE TÍTULOS, a ser realizada no dia 17 de maio de 2015, na E.B.M RUBENS JOÃO DE SOUZA, localizada na rua Calixto Luiz Onório nº 325– Centro de Penha – SC, com início às 8h00min e término às 11h00min.

O local de acesso para entrega de títulos será fechado às 11h00min.

ADVOGADO CREAS						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
22441	ADRIANA PAVESI DALMARCO	0,80	0,80	0,40	5,60	7,60
24311	ADRIANA SPECART	0,80	0,80	0,40	5,88	7,88
23184	ADRIANA STRENNER	0,60	1,00	0,20	3,92	5,72
22383	ALAN VIEIRA	0,60	1,00	0,20	4,76	6,56
21586	ALEXANDRA DE SOUZA CALDEIRA	0,80	0,80	0,40	4,48	6,48
23688	ALEXIS THOMAZ SCHROEDER	1,00	0,60	0,20	5,32	7,12
21972	ALINE LOUISE NEVES DE OLIVEIRA	0,80	0,80	0,60	5,32	7,52
21465	ALINE TREIN	0,80	1,00	0,60	4,76	7,16
21649	ANA CAROLINA MARINHO DE MORAES	0,80	0,80	0,20	5,04	6,84
23585	ANDREIA KOHELLA	0,40	0,60	0,20	6,16	7,36
20535	ANDRELIZE MARIA NICOLAU	1,00	0,80	0,20	4,48	6,48
21921	ANDRESSA GISELLE COUTO	0,80	0,80	0,60	3,08	5,28

19798	ANTONIO ROBERTO DE GODOY FILHO	0,80	0,60	0,60	4,20	6,20
24806	BARBARA BATHKE GONÇALVES	0,80	0,60	0,20	4,76	6,36
21898	CARLA MARIANE SILVA DE ASSIS	0,60	0,60	0,60	4,20	6,00
23207	CARLA MYLAINE DE CAMARGO	0,40	0,20	0,40	4,48	5,48
24769	CARLOS LUCIANO VEIGA	0,80	0,80	0,20	3,92	5,72
21604	DANIELE CARDOSO MURARO	0,60	0,80	0,00	3,92	5,32
21768	DEYVID INÁCIO ESPINDOLA LUZ	0,80	0,80	0,00	3,92	5,52
23267	DIEGO LUNARDI	0,80	0,60	0,20	4,20	5,80
24295	DJENIFFER MAYARA RODRIGUES	0,80	0,20	0,40	5,04	6,44
22990	ELI CUBAS DE SIQUEIRA	1,00	0,40	0,20	4,20	5,80
22807	EURICO DOS SANTOS JÚNIOR	0,80	0,60	0,40	4,20	6,00
22389	EVERSON BOHR	0,20	0,60	0,60	3,64	5,04
22533	FABIANA JANAINA VARGAS FISCHER	0,80	0,80	0,20	5,60	7,40
20728	FABIANO BASTOS GARCIA TEIXEIRA	0,80	1,00	0,60	5,32	7,72
21357	FRANCIANE WAGNER MOREIRA CORRÊA	0,80	0,00	0,00	4,20	5,00
21037	FRANCISCA DI PAULA CHAGAS DE LIMA	1,00	0,20	0,20	4,20	5,60
24452	GABRIELA DUARTE RODRIGUES	0,80	0,20	0,20	3,92	5,12
19931	GIOVANNI GONÇALVES	0,80	1,00	0,40	3,08	5,28
21811	GISELE AMORIM SOTERO PIRES	0,20	0,40	0,40	4,48	5,48
19727	GRAZZIELE MORATELLI VOLPI	1,00	0,60	0,40	3,36	5,36
23955	HELENA COLOMBI CAMARA	0,80	0,80	0,00	3,64	5,24
21963	IURI ALCÂNTARA SABINO MARTINS	0,80	0,80	0,40	5,04	7,04
19789	JESSICA VIEIRA	0,60	0,80	0,00	4,76	6,16
24515	JORGE ADRIANO FILHO	0,80	0,80	0,20	3,92	5,72
21821	JOSÉ GRAVA NETO	0,80	1,00	0,40	6,16	8,36
24943	JOSÉ PAULO WEIDE	0,60	0,80	0,20	4,76	6,36
24494	JOSUÉ TORBES RIBEIRO DA SILVA	0,80	0,80	0,60	5,60	7,80
20833	LEANDRO SOUZA GOTER	0,60	0,40	0,20	4,20	5,40
20408	LELAYNE THAYSE FLAUSINO	0,80	0,80	0,20	3,36	5,16
20233	LETICIA TAVARES	0,40	0,60	0,00	4,20	5,20
19813	LILIAN LOPES DE OLIVEIRA	0,60	0,80	0,40	4,20	6,00
22372	LISIANY FERRARI NUNES	0,80	0,40	0,20	4,20	5,60
21694	LUCAS RAMON BEIRO	0,60	1,00	0,00	4,48	6,08
22564	LUIZ GUSTAVO WIPPEL	0,60	0,80	0,40	3,36	5,16
23496	MANOELA MOSER	0,60	0,00	0,40	4,20	5,20
22436	MARAISA KARINA MARTINS DE SOUZA	1,00	0,40	0,40	4,20	6,00
21273	MARCELO WORMSBECKER	0,80	0,60	0,20	4,48	6,08
23846	MARCOS DA ROCHA	1,00	1,00	0,00	5,88	7,88
23694	MARCOS PAULO CREPALDI	0,80	0,80	0,40	4,48	6,48
23278	MARIA LUIZA ROTTILI ROEDER	0,80	0,80	0,60	4,48	6,68
23122	MARISA ELAINE RIBEIRO CIPRIANO	0,80	0,40	0,00	5,60	6,80
20476	MATHEUS MARCONDES ROMEIRO SOBRINHO	0,60	0,60	0,20	3,64	5,04
20523	MAURI CARLOS DOS SANTOS	0,40	0,80	0,40	3,92	5,52
23393	NAIARA PIVATTO FAGUNDES	0,40	0,60	0,40	5,60	7,00
20130	OSCAR RODRIGO VOIT	0,80	1,00	0,00	4,76	6,56
20665	PÂMELA RAISSA PEREIRA	0,80	0,60	0,20	4,48	6,08
20846	PATRICIA CARDOSO MARTINS	0,60	0,80	0,40	3,64	5,44
23358	PETERSON WALTER SCABURY DE OLIVEIRA	0,80	0,80	0,00	5,04	6,64
19896	PHILLIPE GUILHERME PEREIRA	0,80	0,80	0,40	6,44	8,44
21227	PRISCILA CRISTOFOLINI	1,00	1,00	0,20	5,60	7,80
21572	PRISCILA PIMONT BERNDT	0,80	1,00	0,40	5,32	7,52
23653	RAFAEL ALBERTO DA SILVA	1,00	1,00	0,20	4,20	6,40
21247	RAFAEL DE TARSO SILVA QUIRINO	0,80	0,40	0,40	4,20	5,80
24737	RICARDO MURILO DA SILVA	0,80	0,60	0,80	4,76	6,96
20938	SCHERLA GIOTTO	1,00	1,00	0,20	3,64	5,84
24457	SHEILA GONÇALVES FLORENTINO MIRANDA	1,00	0,80	0,60	5,32	7,72
19933	SILVIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO GAMBA	0,40	0,60	0,20	3,92	5,12
22717	THAYSA CRISTINA BARBOZA FERREIRA	0,60	0,60	0,60	4,48	6,28
22989	THIAGO MOURA FURTADO	0,80	0,60	0,40	5,04	6,84
22664	TIAGO MURILO DE SOUZA	1,00	0,80	0,40	5,04	7,24
22287	ULIANA FERNANDES FERREIRA SCHERNIKAU	0,80	0,60	0,20	4,76	6,36
22893	VIVIANE SANTOS MEDEIROS NICOLELI	0,80	0,60	0,40	3,92	5,72
21295	WILSON ORZEVALLA JUNIOR	0,60	1,00	0,40	5,04	7,04

ANALISTA AMBIENTAL						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
23904	ADELINO TREML NETO	0,60	0,60	0,20	3,64	5,04
22269	ALAN LUIZ SERVERINO	0,80	0,60	0,20	3,92	5,52
21217	ALINE JULYE PEREIRA	0,80	0,40	0,00	3,92	5,12
24462	AMANDA SCHEFFER BELTRAMIN	0,80	1,00	0,60	4,20	6,60
24813	ANA CLARA SANS SALOMAO BRUNOW VENTURA	0,60	1,00	0,00	4,76	6,36
22936	ANA PAULA GARBIN	1,00	1,00	0,20	4,20	6,40
22799	ARTHUR VINICIUS RODRIGUES	0,80	0,60	0,40	3,64	5,44
24014	ARTUR RIBEIRO DE ALMEIDA	0,80	1,00	0,20	4,48	6,48
21799	BÁRBARA MOREIRA BARRETO SILVA	1,00	0,60	0,40	3,92	5,92
20340	BRUNO HENRIQUE JANIANKI	0,80	1,00	0,60	5,32	7,72
24528	CAROLINA MENEGAZ	0,60	1,00	0,60	5,04	7,24
21554	CLÓVIS ROSA JUNIOR	0,60	0,60	0,20	4,76	6,16
22510	DANIELE COELHO VIGÁRIO	0,80	0,80	0,40	3,92	5,92
22352	DANIELE MARIA PAZETO	0,80	1,00	0,40	3,08	5,28
20006	DANILO DA LUZ NOGUEIRA	0,80	0,60	0,20	3,64	5,24
21863	DIEGO CATHCART	0,60	1,00	0,60	3,92	6,12
22313	DOUGLAS ANDRÉ WURZ	0,80	0,80	0,20	4,48	6,28
21956	DOUGLAS REICHERT	0,80	1,00	0,20	3,64	5,64
19874	EGON NOGUEIRA LOCH	0,80	1,00	0,40	3,64	5,84
22574	ELISANDRA DIAS	0,80	1,00	0,40	5,04	7,24
21752	ELY ANTONIO BURIN PONTES	0,80	0,80	0,20	3,64	5,44
22769	EMANUEL CARVALHO FERREIRA	0,80	1,00	0,00	3,64	5,44
24833	FABIANE STASCHECK LINHARES	0,80	0,60	0,00	4,48	5,88
24870	FELIPE SOUZA FAGUNDES	0,60	1,00	0,60	3,92	6,12
20778	FERNANDA PAULO DE OLIVEIRA	0,80	1,00	0,20	4,76	6,76
21795	FERNANDA REGINA FERNANDES	1,00	0,60	0,40	3,36	5,36
23756	GABRIEL MAURICIO GOMES DE OLIVEIRA	0,60	1,00	0,20	4,48	6,28
20841	GABRIELA SCHOLANTE DELABARY	0,60	0,80	0,20	3,92	5,52
21049	GABRIELA STAHELIN PEREIRA	0,60	0,60	0,40	3,64	5,24
23626	GERMANO VALENÇA MONTEIRO NETO	0,80	0,80	0,20	3,64	5,44
20257	GIOVANE BRUNO KRIESER	0,60	1,00	0,40	4,20	6,20
21486	GRAZIELA RAMOS VENSON	0,80	1,00	0,40	3,92	6,12
21598	GUILHERME PARTALA	0,60	1,00	0,40	5,32	7,32
22993	IRIS DE FREITAS MEDEIROS	0,80	1,00	0,40	3,36	5,56
20378	ISLA FOLCHINI PEREIRA	0,80	1,00	0,00	3,64	5,44
22593	JEFERSON LUIS DICK	0,80	0,80	0,60	3,64	5,84
22760	JOÃO MAURÍCIO PACHECO	0,80	1,00	0,60	3,36	5,76
22668	JOÃO MOYA NETO	0,60	1,00	0,60	3,64	5,84
22025	JONATAS KOEPP RIBEIRO	0,60	0,80	0,60	3,36	5,36
21813	KALINE MARCHESAN	0,80	0,40	0,00	3,92	5,12
22780	KETLEYN POBB	0,80	1,00	0,60	3,36	5,76
21115	LAURA ELISA TOMÉ BARBOSA	0,80	1,00	1,00	2,80	5,60
25023	LEANDRO JUNIO FULONE	0,60	0,80	0,60	4,20	6,20
21579	LEANDRO MACIEL	0,80	0,80	0,40	3,36	5,36
20828	LIGIA DEBONE PIAZZA	0,80	0,60	0,40	4,20	6,00
23499	LUCIÉLE CRISTINA ROSA	0,80	1,00	0,40	3,36	5,56
24940	LUIZ CARLOS MACHADO FILHO	0,80	1,00	0,20	3,08	5,08
22546	MAICON FERNANDO DA SILVA	1,00	1,00	0,40	4,20	6,60
23827	MARIA CAROLINA CAMPESTRINI	0,80	1,00	0,20	4,76	6,76
22413	MARIA DO CARMO MIRANDA	1,00	0,80	0,40	3,64	5,84
25038	MARIA LUISA DUARTE DE OLIVEIRA	0,60	0,40	0,20	3,92	5,12
21196	MARIANA PAUL DE SOUZA MATTOS	0,80	0,80	0,40	3,92	5,92
22912	MIRIAM ARL	0,60	0,80	0,40	3,64	5,44
20796	MIRTHOU CARLA DELLA GIUSTINA	0,60	1,00	0,20	3,36	5,16
24696	MONICA APARECIDA DIAS WOLF	0,80	0,80	0,20	3,64	5,44
21259	NATHANA HOLZ	0,60	0,40	0,60	3,64	5,24
20751	NICOLE FERNANDA PILLATI PEREIRA	0,80	1,00	0,20	3,64	5,64
22164	PAULO FERNANDO SIMÃOZINHO	0,80	0,80	0,40	3,08	5,08
22838	PAULO ROBERTO LESSA	0,60	1,00	0,60	4,20	6,40
21399	PEDRO RODRIGUES DE ANDRADE	0,80	0,80	0,20	4,20	6,00
22178	PRISCILA FLORES DA LUZ	0,80	0,80	0,40	4,20	6,20

24490	RENATO MENDES ESPÍRITO SANTO	0,80	0,80	0,80	4,48	6,88
20873	RODOLFO ALVES DOURADO ROCHA	1,00	1,00	0,20	3,64	5,84
22830	RODRIGO DE ROSE DA SILVA	0,40	0,60	0,20	4,20	5,40
20540	SAMARA ALVES TESTONI	0,80	0,60	0,40	3,92	5,72
21984	SIBELLE SELL SANTANA	1,00	1,00	0,20	4,20	6,40
22864	THAÍS TRAMUJAS SOTO RODRIGUEZ	0,80	1,00	0,00	4,20	6,00
23655	THAISA CRISTINA MIRANDA MARTINS	0,80	0,80	0,40	4,20	6,20
21658	THAYANE LUCIA PEREIRA	0,60	0,80	0,40	3,92	5,72
21580	THOMAS SALVIANO HAAS	1,00	0,80	0,20	3,36	5,36
ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
24767	ALESSANDRO PEREIRA DONADIO	0,80	0,80	0,60	3,92	6,12
23564	ANGELA DO CARMO PEREIRA IEGLI	1,00	0,40	0,20	3,92	5,52
19922	ARIELY ESPINDOLA	1,00	0,00	0,40	3,64	5,04
23941	CYNTHIA RAU DE CARVALHO	0,80	0,60	0,20	3,64	5,24
22481	DÂMARIS AMELIA ULRICH	1,00	0,60	0,20	3,36	5,16
21782	DELIA DE SOUZA	0,40	0,80	0,20	5,32	6,72
24839	ELEANDRO GRANDI	0,80	0,80	0,40	5,04	7,04
21705	FRANCIELE OLIVEIRA TRINDADE	0,80	1,00	0,60	5,32	7,72
22829	GERSON EDUARDO HEDLER	0,80	0,80	0,40	3,36	5,36
20180	GRAZIELE APARECIDA RUSSI	0,60	1,00	0,20	3,64	5,44
21671	GUSTAVO EVANGELISTA	0,80	0,80	0,40	3,64	5,64
23289	HANS DOEBELI	0,40	0,60	0,60	4,48	6,08
21775	HIANDRA KATIA DE SOUZA	0,80	0,80	0,20	3,36	5,16
21296	ISMAEL TECILLA	1,00	0,60	0,40	3,64	5,64
22661	IZABELLE ENGELS	0,80	1,00	0,20	3,64	5,64
20422	JUSSARA FERREIRA DOS SANTOS	0,60	0,60	0,40	3,64	5,24
24896	KÁTIA REGINA DA SILVA	0,80	0,80	0,20	3,92	5,72
20543	KEILLA CRISTINA JUGLAIR MARTINS	0,40	0,20	0,40	4,48	5,48
20660	LARISSA SCHMIDT	0,80	0,80	0,40	3,36	5,36
23390	LEANDRO RODRIGO CANTO BONFIM	0,80	1,00	0,60	3,36	5,76
23833	LOANA DE MOURA FURLAN	0,80	1,00	0,20	4,20	6,20
24284	LUCIANE JANAINA DALPIAZ	0,40	0,20	0,40	4,20	5,20
24491	LUIZ AUGUSTO DA SILVA BUDZIAK	0,60	0,80	0,20	4,76	6,36
23313	MARCOS DE FAVERI	1,00	1,00	0,40	3,92	6,32
23166	MARGARETH BERLINCK DA COSTA	0,60	1,00	0,20	4,20	6,00
22868	MARIA CLAUDIA VIEIRA BERTACO	0,80	0,40	0,20	5,04	6,44
22447	MARIANE WIPPEL	0,80	0,80	0,60	3,92	6,12
24722	NICOLE FALBO COMPASSO	0,80	0,60	0,20	3,92	5,52
20695	NILSON EDUARDO DE SOUSA ALVES	0,80	0,60	0,20	4,76	6,36
23024	PAULO CESAR VIEIRA	1,00	0,60	0,20	3,92	5,72
22890	RAFAELA CARDOSO CÂNDIDO	0,80	0,60	0,60	3,64	5,64
21291	RENATO FERREIRA	0,80	0,80	0,60	4,76	6,96
24013	RODRIGO FONTANA PEIXE	0,60	0,60	0,40	4,48	6,08
22666	ROGERIO CORREA LEITE	0,60	0,60	0,60	4,48	6,28
20670	ROSANA RAISER PIMENTEL	0,80	0,80	0,00	3,64	5,24
19946	RUBIA FERNANDA ALVES	0,80	0,40	0,20	3,92	5,32
24023	TATIANE MORGANA MINIKOVSKI	0,80	0,80	0,40	3,64	5,64
22561	VANESSA DAIANE RIFFEL	1,00	0,80	0,60	4,76	7,16
ASSISTENTE SOCIAL						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
21943	ANA MARIA SOARES DARIFE	0,60	0,00	0,00	4,48	5,08
20964	ARIADNE CAROLINE NASCIMENTO SARAIVA	0,60	0,60	0,20	4,76	6,16
23115	CARIN FABIANA GISELA BECKER	0,60	0,40	0,40	4,20	5,60
23164	DANIELE KRUTSCH	0,80	0,60	0,20	3,92	5,52
20874	DANIELI EMILY DA SILVA GONÇALVES	0,60	0,60	0,20	4,76	6,16
22274	DIONEIA DENES DIRK	0,80	0,80	0,20	4,48	6,28
24881	ISABELA PALHANO CLEMENTE	0,60	0,60	0,00	5,04	6,24
24472	JOICE GRACIELA DE OLIVEIRA	0,60	0,40	0,00	4,20	5,20

22726	KARINE TREVISAN DOS SANTOS LESSA	0,80	0,40	0,20	4,48	5,88
19989	KATIA LEILA HOSTIN DE DEUS	0,20	0,20	0,20	4,48	5,08
22127	LUCIANO JOSE SILVA	0,60	0,20	0,20	4,48	5,48
21990	LUCIMAR DE FATIMA SOARES DOS SANTOS	0,20	0,60	0,40	4,76	5,96
22070	LUCIMAR TIBUSKI	0,60	0,40	0,40	4,20	5,60
22165	MAGALI BERNARDINO MINOZZO	0,40	0,00	0,20	4,48	5,08
22907	MARIA BERNARDETE CANUTO	0,40	0,60	0,40	5,32	6,72
23137	MARIA IDEVALDE SILVA DE MELO	0,20	0,20	0,60	5,32	6,32
20682	MARINA FELTRIN DAMBROS	0,80	0,60	0,20	4,48	6,08
21494	MARIZA BICHESKI	0,40	0,20	0,20	4,76	5,56
23948	MIRIAM MELCHIORETTO TILLMANN	1,00	0,40	0,00	5,04	6,44
22654	OLINDA RODRIGUES DA SILVA SANTOS	0,60	0,80	0,60	5,32	7,32
22455	PATRÍCIA ISABEL DOS SANTOS	0,60	0,40	0,20	5,32	6,52
23264	PATRICIA NOGUEIRA	0,60	0,40	0,20	3,92	5,12
20676	RAPHAEL LOPES	0,60	0,20	0,20	4,20	5,20
24951	SHIRLEY MARCIA DA LUZ DOS SANTOS	0,40	0,80	0,60	3,64	5,44
22974	ZÉLIA MARQUES ANTUNES	0,40	0,60	0,60	4,20	5,80
ASSISTENTE SOCIAL CREAS						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
22560	ANA PAULA ROCHEMBACH DA ROSA	1,00	0,40	0,20	4,20	5,80
24470	ANDRÉA ALTINI	0,40	0,20	0,00	5,04	5,64
24138	ANDRESSA PASINATTO CLEIN	0,60	0,00	0,40	4,20	5,20
24169	BIANCA APARECIDA MARCOS RITA	0,80	0,40	0,00	5,32	6,52
22947	CAROLINA CORRÊA	0,80	0,40	0,20	3,92	5,32
22614	CÁSSIA MAZZARO DA SILVA	0,60	0,60	0,40	5,04	6,64
22285	CATIANI MIRIAM CARDOSO	0,80	0,60	0,40	3,64	5,44
20545	DÉBORA CARLA CAVALCANTI	0,60	0,40	0,00	5,04	6,04
21642	DEBORA SILVEIRA VIANA	0,40	0,00	0,40	5,32	6,12
20108	DORLI MARIA LINKE	0,60	0,60	0,20	4,20	5,60
24292	FABIANA CRISTINA REICH RAMOS	0,80	0,60	0,20	3,92	5,52
23520	FABIANE MARIA SCHOAB	0,80	0,40	0,20	5,60	7,00
21042	FLÁVIA RAFAELA RAMOS	0,80	0,20	0,00	4,48	5,48
21328	FRANCIELI CASAGRANDE COMELLI	1,00	0,40	0,00	4,48	5,88
21922	GLAUCE MERY PAJENKAMP	0,60	0,80	0,20	3,92	5,52
19861	JACQUELINE ISABELA RODRIGUES LOPES ANDRIOLLI	0,40	0,40	0,40	4,48	5,68
20551	JEFERSON LEAL	1,00	0,40	0,20	4,76	6,36
23237	JENIFFER VIVIANI DE SOUZA E SILVA	0,80	0,20	0,20	5,32	6,52
21382	JUCIMERI KRAUSS ROSA	0,60	0,00	0,20	4,20	5,00
21292	JULIANA DA SILVA	0,60	0,80	0,40	5,04	6,84
22006	KARIN CRISTIANE FREITAG	0,60	0,60	0,20	4,20	5,60
21485	LAYSA DE ARAÚJO	0,60	0,00	0,40	5,32	6,32
23391	LENIR AJARDA	0,40	0,40	0,40	4,76	5,96
21327	MARA REGINA DA ROCHA COUTINHO	0,60	0,20	0,20	4,76	5,76
22886	MARCELO ALEXANDRE DE FREITAS RODRIGUES	0,80	0,60	0,60	4,20	6,20
24299	MARCIO JOSE CORREA	0,60	0,40	0,20	4,48	5,68
21564	MARIA HELENA GONÇALVES	0,40	0,20	0,60	3,92	5,12
24985	MARLENE BALTAZAR DA SILVA	0,60	0,40	0,00	5,04	6,04
22911	PATRÍCIA RODRIGUES MARTINS ROSA	0,40	0,60	0,20	4,76	5,96
22220	RICARDO HAHN BARBOSA DE SOUZA	0,80	0,80	0,20	4,48	6,28
24960	ROSI VOLTOLINI	0,60	0,40	0,00	4,76	5,76
21117	SANDRO TSCHOKE	0,40	0,80	0,40	4,20	5,80
23323	SÍLVIA APARECIDA PATROCÍNIO	0,60	0,60	0,20	3,92	5,32
20709	STEFANIE KRAUS	0,80	0,20	0,00	5,04	6,04
23092	SUZAN ANTUNES	0,60	0,00	0,00	5,60	6,20
20455	VANDAMARIS ANGELA SCOPEL	0,60	0,40	0,20	4,48	5,68
20480	VANESSA FIORINI	0,60	0,60	0,20	4,76	6,16
CONTADOR DE FUNDOS						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
22049	CAMILA MACHADO	0,80	0,80	0,20	5,88	7,68
19746	CAROLINEBRAGANHOLO	0,60	0,80	0,60	5,60	7,60

21012	CLOVIS ALEXANDRE TRUCHINSKI	0,60	0,80	0,60	4,76	6,76
20304	EVERTON RAMOS	0,80	0,20	0,40	4,76	6,16
21593	IDELMAR FERNANDO DE SOUZA	1,00	0,80	0,20	4,76	6,76
22590	IVANIA ONELIA PINTO	0,80	1,00	0,40	4,20	6,40
21653	JACI TRES	0,40	0,20	0,60	5,04	6,24
23030	LEANDRO DE LIMA BORBA	1,00	0,60	0,60	4,48	6,68
21574	LEILA MARIA RODRIGUES WILLEM	0,60	0,40	0,40	5,04	6,44
23876	MARINILZA ADRIANI FERREIRA VEIVANCO	0,60	0,40	0,00	4,76	5,76
21596	MIRIAM DIAS DOS SANTOS MARIA	0,80	0,80	0,00	4,76	6,36
22444	PAULO FAGUNDES DOS REIS JUNIOR	0,80	0,00	0,20	4,76	5,76
24459	PRISCILAFLORENCIO	0,60	1,00	0,20	4,76	6,56
22824	RAFAEL CONZATTI	1,00	0,40	0,00	5,04	6,44
22929	RAFAEL GARCIA GUILARDI	0,80	0,80	0,00	5,04	6,64
24020	RICARDO DO AMARAL	0,80	0,20	0,60	4,48	6,08
21822	RUBIA GONÇALVES DOS SANTOS	1,00	0,60	0,20	4,48	6,28
ENFERMEIRO						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
22850	ALEXANDRA DA ROCHA	0,60	0,20	0,20	4,76	5,76
20825	ALINE GIURIATTI DE OLIVEIRA	0,80	0,40	0,00	5,04	6,24
23722	ANA PAULA LOPES BARCELLOS	0,80	0,80	0,40	4,20	6,20
20137	ANNA KAROLINE FOSSA	0,60	0,80	0,20	5,32	6,92
24661	ANNELIZE SABEL	1,00	1,00	0,40	5,32	7,72
21436	BEATRIZ TERESA DE CRISTO	0,40	0,00	0,20	4,76	5,36
21387	BRUNA DE ARAGAO SOUTELLO	0,80	0,40	0,00	4,48	5,68
19753	CAMILA DA COSTA	1,00	1,00	0,00	4,20	6,20
21632	CECILIA SANCHEZ	0,80	0,60	0,00	3,92	5,32
22836	CINTIA SILVEIRA REINER	0,40	0,20	0,40	4,76	5,76
24662	CLEBESON MIGUEL NARCISO LUSTOSA	0,80	0,40	0,20	3,92	5,32
22995	DAIANE DEISE PEREIRA MASSAROLI	1,00	0,60	0,00	4,76	6,36
24699	ELIZABETH NETO DA SILVA OLIVEIRA	0,40	0,40	0,60	3,64	5,04
22576	ELIZABETH RIBEIRO WICHROSKI	0,80	0,80	0,20	5,04	6,84
22489	ELLEN CRISTINA CORDOVA	0,40	0,40	0,40	4,48	5,68
23492	FLAVIA APARECIDA DA SILVA	1,00	0,60	0,00	3,92	5,52
23095	FLÁVIA MERKLE	0,60	0,40	0,00	4,20	5,20
22182	FRANCINE RAFAELA KUHNEN	0,80	0,20	0,40	4,48	5,88
22305	FRANCINE ZORZO	0,60	0,40	0,40	6,16	7,56
20361	FRANCISCO JOSE DE ALMEIDA	0,80	0,80	0,00	4,20	5,80
22788	GIOVANA PILETTI FRACALOSI	0,60	0,60	0,00	5,32	6,52
22306	GISELE CORDOVA NUNES	0,60	0,80	0,20	5,04	6,64
20834	GISELI KRAEMER	0,20	0,40	0,40	4,48	5,48
20039	GIZELE PEREIRA	0,60	0,40	0,20	4,48	5,68
24361	GRAZIELE DOS SANTOS SAVAGET PAIVA LOPES	0,60	0,20	0,20	5,04	6,04
22148	GRAZIELLI STAMATO DOS SANTOS	0,60	0,60	0,40	5,04	6,64
22162	IEDA MARIA SCHUMANN	0,80	0,80	0,20	5,32	7,12
23110	IRIA RAMOS OLIVEIRA	1,00	0,80	0,20	5,60	7,60
23182	JUCIARA MENDES MADUREIRA	0,80	0,60	0,00	3,92	5,32
21075	JULIETA CRISTINA FERNANDES SCHMIDT	0,80	0,60	0,20	5,32	6,92
21760	LÍGIA SOARES	0,40	0,60	0,00	4,20	5,20
23845	LILIAN ELIZABETH MARTINS	0,80	0,00	0,00	4,48	5,28
20637	LILIANE ZÓRZO	0,60	0,20	0,20	5,60	6,60
20517	MAICON FLORES JAQUES	0,40	0,40	0,20	4,20	5,20
19757	MARIA DE LOURDES VICCARI	0,20	0,20	0,00	5,60	6,00
22971	MARIA ELVIRA DE OLIVEIRA PETERSEN	0,40	0,20	0,20	4,20	5,00
20314	MONICA HELEN BARACY GAUTO	0,60	0,40	0,00	4,48	5,48
24187	PAULO NADER	0,60	0,60	0,00	4,20	5,40
20755	PRISCILA BARBOSA RIGAUD NEVES	0,40	0,40	0,40	5,04	6,24
24326	RAQUEL GRACIANI	0,40	0,20	0,20	4,76	5,56
21698	ROBERTA ALEXANDRE	0,20	0,20	0,00	5,32	5,72
20681	SANDRA RODRIGUES	0,80	0,40	0,40	5,60	7,20
21745	SANDRA TEREZINHA VIZZOTTO	0,20	0,60	0,20	4,20	5,20
22791	SIMONE CAPITANIO BONZANINI	1,00	0,40	0,40	4,76	6,56
22875	TATIANA RICARDO	0,40	0,60	0,20	5,04	6,24
22030	THAIS KRISSA SILVESTRI	0,40	0,80	0,20	5,88	7,28

20805	THAIS WEBER GONÇALVES	0,80	0,40	0,00	5,04	6,24
21757	VANDA EIKO KOGUTI VIANA	0,60	0,40	0,40	4,20	5,60
22711	WALTER LUIZ VARGAS JUNIOR	0,60	0,40	0,40	5,60	7,00
ENGENHEIRO CIVIL						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
22387	DANIEL PETRY PORRES	0,60	0,80	0,60	3,36	5,36
21926	DOUGLAS ROCHA PACHECO	0,80	1,00	0,00	3,64	5,44
20499	DOUGLAS ZORRER	0,80	1,00	0,20	3,36	5,36
20907	EDIMARA TAMBANI	0,80	0,80	0,00	4,48	6,08
24873	EDUARDO BOEING	0,80	1,00	0,60	3,92	6,32
20529	FERNANDO ROCHA PEIXER	0,80	1,00	0,60	3,64	6,04
21818	JONATHAN SILVA SANTOS	1,00	1,00	0,20	2,80	5,00
23397	NIRVANA RENATE HOFFMANN BONGIOLO	0,60	1,00	0,20	3,64	5,44
20777	RAFAEL REIS	1,00	1,00	0,60	3,64	6,24
24407	RAFAEL RODRIGUES TOKAREWICZ	0,60	1,00	0,40	3,92	5,92
21260	RICARDO FRANCISCO DAS NEVES	0,60	0,40	0,20	3,92	5,12
24753	RODRIGO DEMARCHI	0,80	1,00	0,60	3,36	5,76
22154	THIAGO GUIMARÃES SAKATA	1,00	1,00	0,00	4,76	6,76
20998	UILSON RIES	0,80	1,00	0,20	4,20	6,20
FARMACÊUTICO						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
20350	ALESSANDRA MARIA PROVESI	1,00	0,40	0,00	3,92	5,32
20000	ALINE SANTOS	0,80	0,20	0,40	3,92	5,32
22102	ANA CAROLINA MOREIRA	1,00	0,80	0,20	3,92	5,92
20745	BEATRIZ TERESINHA SASSE	0,40	0,60	0,40	3,92	5,32
22265	CAMILLA REGINA DE SOUZA MADEIRA	0,40	0,60	0,40	4,76	6,16
24152	DANIELLE FONTANA PEREIRA	0,80	1,00	0,00	4,48	6,28
20486	DÉBORA CHRYSTINE ANTON	1,00	0,60	0,20	4,76	6,56
19858	EDSON PACHER	0,60	1,00	0,60	4,20	6,40
22190	FABIANE LUNARDI	0,80	0,60	0,20	4,20	5,80
19882	FRANCIELI CRISTINA GARCIA	0,60	0,40	0,40	3,92	5,32
21191	GABRIELA GIESEL GARCIA	0,80	1,00	0,40	5,60	7,80
21886	GABRIELA VANESSA BERWIG	0,60	0,60	0,20	3,64	5,04
21802	GILBERTO PIOLA	0,80	0,40	0,20	3,92	5,32
23861	GUIVEN DOBIS BERNARDE	0,60	0,80	0,20	3,64	5,24
22940	KARINA BENK AZEVEDO	1,00	0,40	0,20	3,92	5,52
22406	KEICYANE NUNES DE OLIVEIRA	0,80	0,80	0,20	4,76	6,56
24975	KELLY CRISTINY SCHIESTL	1,00	0,80	0,20	4,20	6,20
22551	LIANA WEBER	0,80	0,40	0,20	3,64	5,04
22979	MAGALI DE LIMA BAKALARCZYK	1,00	0,40	0,20	3,92	5,52
21779	MAURICIO LEHMKUHL SCHMIDT	0,60	0,40	0,40	3,92	5,32
20414	MIRELLA UNEIDA COLLODETTI	0,80	1,00	0,20	5,32	7,32
22459	PATRICIA MURANAKA	0,80	0,80	0,40	3,92	5,92
20012	SANDRA SAYURI MURANAKA	0,60	0,60	0,20	4,20	5,60
20200	TATIANA REGINA DE SANTANNA DOS SANTOS	1,00	1,00	0,20	4,20	6,40
22177	VIVIAN BERKENBROCH RAMOS	0,60	0,40	0,20	3,92	5,12
FISIOTERAPEUTA						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
20580	ALESSANDRA PETTENGILL	0,80	0,40	0,20	3,64	5,04
20925	ALEX KINDLER ABILINO	0,80	0,40	0,40	4,20	5,80
24255	ALEXANDRE CUSTÓDIO TAVARES	0,40	0,40	0,20	4,20	5,20
20170	ALINE GRANDI DA SILVA	0,60	1,00	0,20	5,88	7,68
21154	ALINI CRISTINE LEMOS FORMENTO	0,60	0,20	0,20	4,48	5,48
21964	BÁRBARA LETICIA NITSCHÉ	0,80	1,00	0,20	5,60	7,60
22195	CAMILA MABEL SGANZERLA	0,40	0,40	0,60	5,32	6,72
22620	CAROLINE MERKLE FERREIRA	0,80	0,80	0,20	4,20	6,00
20524	CLAUDIA KARINE STECKLING	0,80	0,20	0,40	4,48	5,88
23308	CRISTIANO COELHO DE SOUZA	0,60	0,20	0,00	5,04	5,84

22672	CRISTINE MATOS BENEDET	1,00	0,20	0,20	3,64	5,04
20011	DÉBORA CRISTIANE WIRTTI	0,40	0,40	0,40	4,20	5,40
20862	EDSON KLUCK	0,60	0,20	0,00	4,48	5,28
19792	FABIANA SHIRLEY DA SILVA KOCHÉ	1,00	1,00	0,20	4,20	6,40
24734	FABÍOLA HIRT BITENCOURT	0,60	0,60	0,20	4,76	6,16
21773	FERNANDA VOLTAN DE CARVALHO	0,80	0,40	0,00	4,48	5,68
20749	FLÁVIA LETICIA DOS SANTOS	0,60	0,60	0,40	5,60	7,20
20431	GISELE MARION BLEMER	1,00	0,60	0,20	4,48	6,28
22573	INGO GILMAR KRELLING	0,80	0,80	0,60	5,32	7,52
22797	ISABELLA GARCIA FERRAZ	0,80	0,20	0,00	4,20	5,20
20096	JAQUELINE LUIZA MANSKE	0,80	1,00	0,00	5,04	6,84
24802	JULIA GARZIM FARIA	0,60	0,80	0,40	3,64	5,44
21815	JULIANA GAZANIGA	0,60	0,80	0,20	3,92	5,52
19768	KARLOS EDUARDO DUARTE	1,00	0,40	0,20	4,48	6,08
21403	KÁTIA REGINA STRUTZ	0,80	0,60	0,40	5,04	6,84
21794	KAUANA JANAINA PEREIRA	1,00	0,20	0,20	4,76	6,16
21330	LIDIANE VELOSO TEIXEIRA DE SOUZA	0,40	0,40	0,20	4,20	5,20
22354	LISIANE DE FÁTIMA PAZETO	0,80	0,80	0,20	4,20	6,00
20951	MARCIA REGINA IRBER KERTSCHER	0,60	0,60	0,00	5,32	6,52
21086	MARCOS VINÍCIOS MARCELINO ROCHA	0,60	0,40	0,00	5,32	6,32
21459	MAYSA ALCANTARA DE MORAES	0,80	1,00	0,40	4,76	6,96
19917	PAOLLA GASPARELO OLIVEIRA	0,80	0,60	0,00	4,48	5,88
23157	ROBSON RODRIGO DIAS	0,60	0,60	0,40	4,48	6,08
22871	SUZAN APARECIDA NEGRI	0,80	0,40	0,40	4,20	5,80
22586	TATIANE COELHO CORRÊA	0,60	0,40	0,00	4,48	5,48
25024	VANESSA HELENA RODRIGUES TAVARES	0,80	0,60	0,20	3,64	5,24
20674	VILMA DE FÁTIMA MEIRELES	0,80	0,60	0,00	4,76	6,16
FONOAUDIÓ-LOGO						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
22700	ANA CLARISSE WASCHBURGER	0,80	0,40	0,20	4,76	6,16
20380	ANA PAULA DUARTE	0,80	0,40	0,20	4,76	6,16
21935	ANDREZA GERALDO	0,80	0,20	0,20	5,32	6,52
22052	ANGELA LIMA LANZIANI	0,80	0,60	0,20	4,48	6,08
20129	FABIOLA ALESSANDRA QUISSINI	0,80	0,80	0,40	4,76	6,76
19955	GIOVANA CECÍLIA CORDEIRO	0,60	0,80	0,60	3,92	5,92
20261	JANAINA QUINTINO	0,60	1,00	0,20	3,92	5,72
23112	LIGIA PATRON WITWYTZYJ	0,60	0,60	0,40	4,76	6,36
19833	MARILENE PELZ WOHLKE	0,60	0,60	0,20	3,64	5,04
21476	MUNIQUE SOUZA JARCES	0,40	0,60	0,00	4,48	5,48
22364	URSULA MIDORI AKIYOSHI	0,40	0,60	0,20	4,48	5,68
MÉDICO CLÍNICO GERAL						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
19839	BRUNA MARCOLLA	0,80	1,00	0,20	4,48	6,48
21549	CHRISTIAN DE MELLO FERREIRA	0,20	0,80	0,20	4,76	5,96
20920	DANIEL FELIPE SOUZA FANTINI	0,80	1,00	0,80	4,48	7,08
22469	DIOGO WENCZENOVICZ	0,80	0,80	0,60	5,04	7,24
22298	FABIANA FERREIRA	0,80	1,00	0,00	4,76	6,56
22104	FAGNER JORGE MICHELATTO NATT	0,80	0,80	0,60	4,48	6,68
20726	FERNANDA RAMOS PORTELLI MAGALHAES	0,80	1,00	0,20	4,76	6,76
23040	GERALDO GALINDO FILHO	0,80	0,80	0,40	4,76	6,76
22952	LUIS CESAR POLA LIMA	0,80	0,40	0,40	4,48	6,08
24774	LUIZ HENRIQUE CORRÊA PALMA	0,80	0,60	0,40	4,76	6,56
22333	PATRÍCIA DE PAULA SANTIAGO SHIMABUKU	0,80	1,00	0,20	5,04	7,04
20826	RAFAEL ROBERTO CARDOSO	0,60	0,60	0,40	4,48	6,08
24918	VINICIUS PICKLER AMARAL	1,00	1,00	0,40	4,48	6,88
MÉDICO VETERINÁRIO						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
22998	ADRIANE STEUERNAGEL	0,60	1,00	0,40	3,36	5,36

22205	ANA CLÁUDIA KONOPKA PETERS	1,00	1,00	0,00	4,76	6,76
23830	ANA PAULA KRZESISNKY DA SILVA FLENIK	0,60	0,40	0,40	3,92	5,32
24936	ANDREIA RODRIGUES LEMES	0,80	0,80	0,40	4,48	6,48
21276	ANNA JULIA GIRARDI	1,00	0,80	0,20	3,08	5,08
20685	ANTONIO ROMAN VANZ	0,60	1,00	0,20	3,36	5,16
24795	BRUNA HELENA KIPPER	0,80	0,60	0,20	4,76	6,36
20416	CAMILA ULLER DE BRITTO	0,80	0,60	0,40	4,48	6,28
22855	CASSIO PETTERS ZIEMANN	0,60	0,40	0,40	3,92	5,32
24446	CLARA ALITA CORONA PONCZEK	0,80	1,00	0,20	3,36	5,36
22928	DANIEL MANDRYK MELLEK	1,00	0,80	0,40	3,08	5,28
22913	DIOGO DE PAULA DUARTE	0,80	0,80	0,40	4,48	6,48
22543	ELAINE WOTMEYER	0,80	0,40	0,40	3,92	5,52
24916	ELOISA KARLA SERAFIM	0,80	0,80	0,00	3,92	5,52
24957	FERNANDO STAUDE KLOSTER	0,60	0,80	0,00	3,92	5,32
21790	HANNAH LIA ETTIENE PERUCH LEMOS DOS SANTOS	0,60	0,80	0,40	4,20	6,00
22456	HELAINA CRISTINA PIRES DOS SANTOS	0,80	0,60	0,20	3,92	5,52
22906	HENRIQUE CHAVES CABRAL	1,00	1,00	0,40	2,80	5,20
25018	HENRIQUE LARSEN BRUNOW VENTURA	0,80	1,00	0,60	5,60	8,00
20689	ISADORA RIBEIRO KANDER	0,80	0,80	0,20	4,76	6,56
24631	JOÃO VITOR DE CAMPOS ROEDER	0,60	1,00	0,20	3,36	5,16
22502	JOSÉ ROBERTO GIMENES SONA	0,40	0,80	0,40	3,92	5,52
22398	LIGENE FERNANDES DE OLIVEIRA	0,80	0,60	0,20	3,64	5,24
20632	LUIZA JUSTEN NAUMANN	1,00	0,80	0,20	3,08	5,08
22822	MARIA APARECIDA BUDAL ARINS FACHINI	0,60	0,60	0,40	3,64	5,24
22748	MELODY ERINGIS DE QUEIROZ	1,00	0,80	0,00	3,64	5,44
22021	RODRIGO CAPITANIO GOLDONI	0,40	0,80	0,20	4,48	5,88
22643	SILVIA ADRIANA MAYER LENTZ	1,00	1,00	0,40	3,64	6,04
NUTRICIO- NISTA						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
23305	ADRIANA APARECIDA DE ANDRADE	0,00	0,40	0,40	4,20	5,00
23217	ALESSANDRA MONESTEL	0,80	0,60	0,20	6,16	7,76
20669	ANA LUISA PEREIRA MICHHEREFF	0,40	0,60	0,00	5,88	6,88
21440	ANA PAULA SILVA RIO BRANCO	0,20	0,20	0,40	5,88	6,68
21016	ANA PAULA SOARES	0,80	1,00	0,00	6,44	8,24
20284	ANDRÉIA BUZIN DE CASTILHOS	1,00	0,40	0,00	5,32	6,72
22486	BIANCA ROBERTA DALFOVO	0,80	0,60	0,20	5,60	7,20
21242	BRUNA MORAES	0,80	0,60	0,20	4,48	6,08
22261	BRUNA SCHMITZ	0,60	0,60	0,20	4,48	5,88
20278	BRUNA TAUFENBACH	0,40	0,60	0,00	5,60	6,60
22961	CAMILLE SILVA RODRIGUES DE OLIVEIRA	0,80	0,60	0,20	5,32	6,92
20830	CARINE BAUMGARTEL	0,60	0,40	0,20	5,88	7,08
21407	CARLA ANDREA RAMOS CAMPOS	0,60	0,20	0,00	5,32	6,12
20509	CARLA GONÇALVES	1,00	0,80	0,20	5,60	7,60
22671	CARLA LUISA MATIOLA MOSER	0,60	0,60	0,20	5,88	7,28
22039	CARLA SCHAUFFERT	0,80	1,00	0,40	5,88	8,08
22615	CAROLINA DA COSTA	0,80	0,40	0,40	5,60	7,20
20578	CINTIA A K FELSKY	0,60	0,00	0,00	4,48	5,08
21871	DANIELA LUIZA RICHLIN	0,60	0,80	0,20	5,60	7,20
22982	EDILCE CRISTIANE BRAUN FREITAS	0,40	0,60	0,80	5,04	6,84
24787	EISANGELE ACCORDI	0,40	0,40	0,20	5,88	6,88
22308	ELIELMA CRISTIANE XAVIER COLLA	0,40	0,80	0,00	5,32	6,52
19703	FERNANDA ABRAVANEL	0,60	0,20	0,00	5,32	6,12
23600	FERNANDA CRISTINA OZORIO DE ANDRADE	0,60	0,20	0,40	5,32	6,52
21726	HENRIQUE PERSCH RIBEIRO	0,60	0,80	0,40	5,60	7,40
19655	IANDRA MICHELI RODRIGUES	0,40	0,40	0,00	4,76	5,56
22731	JÉSSICA GABRIELA POSSAMAI	0,60	1,00	0,20	5,04	6,84
22379	JÉSSICA PRISCILA PRADA	0,60	0,40	0,20	4,76	5,96
20421	KAMILA MARIANA DUARTE	0,60	0,60	0,20	5,88	7,28
19857	KATYUSCIA GETELINA	0,60	0,40	0,40	5,60	7,00
21236	LAILA PENTEADO	0,40	0,60	0,20	4,76	5,96
22881	MAIARA DALRI	0,80	0,80	0,20	5,32	7,12
23972	MANUELA FIUZA LIMA LAMIM ALEXANDRE	0,40	0,40	0,00	5,04	5,84

20666	MARIANA TEODORO DOS SANTOS	0,60	0,60	0,20	5,60	7,00
23353	MARTA ALVES DE ALBUQUERQUE GABARDO	1,00	0,60	0,20	6,16	7,96
21662	MICHELE GOLIN CASAGRANDE	0,60	0,60	0,40	5,88	7,48
24415	MICHELI VIOTO DA SILVA	0,80	0,60	0,20	6,44	8,04
24107	NELIE FATIMA DE ALMEID	0,60	0,00	0,20	5,32	6,12
24532	NÚBIA BRITO	0,80	0,40	0,40	4,76	6,36
22471	NÚBIA TAIS MOURA	0,40	0,20	0,20	4,48	5,28
19728	PAULA MANOELA NIENKOETTER DA SILVA	0,80	0,80	0,00	5,60	7,20
23781	PRICYELLE ALEXANDRA PROCHERA	0,80	0,20	0,00	5,04	6,04
22763	PRISCILA PSCHIEDT	0,20	0,00	0,20	5,04	5,44
23425	QUELCI LIANE VALE PEDROSO	0,60	0,20	0,40	4,48	5,68
21022	RAFAELA CARMINATTI	0,80	0,80	0,40	5,32	7,32
24563	RAFAELA STEUERNAGEL	0,80	0,80	0,40	5,88	7,88
23628	SABRINA MEGUMI NASSUNO	0,60	1,00	0,00	5,32	6,92
20339	SAMILE ANDRESSA KOCHANSKI	1,00	0,40	0,20	5,88	7,48
21706	SARA OLIVEIRA SOUZA	1,00	1,00	0,20	5,32	7,52
23448	SUSANE FANTON	0,40	0,20	0,20	5,04	5,84
22544	THAIS DE CARDOSO MERLIN	0,60	0,20	0,40	5,04	6,24
21711	TONIA INTHUNR HEUSI	0,60	0,40	0,40	5,32	6,72
21979	VANESSA KETZER LUCCA	0,80	0,40	0,20	5,88	7,28
PEDAGOGO SOCIAL						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
21332	ALISON MAIRA DA SILVA WEISE	0,60	0,40	0,00	4,76	5,76
21047	ANA PAULA NIESPODZINSKI	0,60	0,40	0,40	3,64	5,04
21096	CLAUDIA MEHLER BOT	0,60	0,40	0,20	4,76	5,96
23068	CLEIDE CENIRA GADOTTI	0,80	0,40	0,20	3,92	5,32
24371	DANIELA SEZARIO GOMES SOETH	0,60	0,60	0,40	4,20	5,80
22849	DENISE ROSANGELA HARITSCH	0,40	0,20	0,00	4,48	5,08
21119	ELIANE APARECIDA DE FARIAS TSCHOKE	0,60	0,20	0,00	5,04	5,84
19867	FRANCIELI FORTES RIBEIRO	0,60	0,40	0,20	3,92	5,12
24800	GIOVANA CEMBRANEL DOS SANTOS	0,60	0,60	0,60	3,92	5,72
22013	JÉSSICA ALBINO	0,60	0,20	0,40	4,20	5,40
23270	JULIANA JACINTO	1,00	0,60	0,00	4,76	6,36
20171	LETICIA CASSIMIRO DA SILVA CARDOSO	0,60	0,20	0,40	4,48	5,68
20941	MARIA CACILDA DE AVIZ ANDRADE	0,80	0,20	0,40	4,48	5,88
24629	MARIA ISABEL MANICA GOMES	0,80	1,00	0,40	4,76	6,96
20518	NISIA MARIA PINTO	0,80	0,80	0,40	4,48	6,48
22818	PATRICIA FREITAS DOS SANTOS	0,80	0,40	0,40	4,48	6,08
20698	ROBERTO WINTERS STEIL	0,80	1,00	1,00	5,04	7,84
PROFESSOR DE TECNOLOGIA (INFORMÁTICA)						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
22515	ADILSON RIBEIRO DE BRITO	0,60	0,20	0,40	4,48	5,68
21816	CASSIANO KUMMER	0,60	0,80	0,40	4,48	6,28
20823	CESAR GROSSL	0,80	0,60	0,40	4,76	6,56
22490	CLEITON CLOVIS DOS SANTOS	0,40	0,40	0,60	4,20	5,60
24609	DANIEL CARVALHO LAVERDE	0,60	0,40	0,20	5,32	6,52
23788	DOUGLAS HAMES	0,40	0,40	0,20	5,88	6,88
22812	ELTON JOÃO BORGES DE ANDRADE CASARA	0,60	0,60	0,20	3,92	5,32
24816	GILBERTO DELLANDRÉA JÚNIOR	0,80	0,20	0,40	4,20	5,60
21829	GILMAR CENDES SARAGOSA	0,80	1,00	0,20	5,88	7,88
24704	INGRID NATALIE COLMAN BERTOL	0,60	0,80	0,20	4,76	6,36
22583	IZAIAS BATISTA DOS SANTOS	1,00	0,80	0,20	5,32	7,32
21349	JEANDREI WALTER	0,60	1,00	0,20	5,60	7,40
22035	JOÃO PAULO SILVESTRI	0,20	0,20	0,20	4,48	5,08
24594	LIMCOLN UBIRATAN SILVA GOLDONI	0,40	0,60	0,00	4,48	5,48
21776	LUCIANO MARCON DE CARVALHO	0,40	0,80	0,40	4,48	6,08
21587	MARCOS BERTEMES	0,40	0,60	0,40	5,32	6,72
22623	MARCOS HEINZEN LEANDRO	0,60	0,80	0,40	4,48	6,28

22353	OZIRIS DORVALINO DA SILVA JUNIOR	0,80	0,40	0,00	5,04	6,24
21781	RABINSON GRINGS	0,80	0,80	0,20	5,04	6,84
22524	RENATO DO NASCIMENTO LARA	0,40	0,40	0,60	5,88	7,28
24705	RICARDO ANDRE FEYH	0,60	0,80	0,20	4,48	6,08
22552	RODRIGO GONCALVES DOS SANTOS	0,80	0,60	0,40	5,04	6,84
21847	SERGIO MARQUES LONGHI	0,80	0,80	0,60	5,60	7,80
21774	SIDIMAR ZANOTELLI	0,80	0,20	0,40	4,20	5,60
24200	THIAGO DAVID PRUS	1,00	0,60	0,40	4,48	6,48
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM CREF						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
23373	ALBERTO DE MORAES	0,60	0,60	0,40	4,76	6,36
22012	CAMILA HUNCKEL SCHIOCHET	0,80	0,40	0,40	4,20	5,80
20722	CARLOS ALBERTO BARNI	0,60	0,80	0,40	3,36	5,16
20407	CELSO HOLOWKA FILHO	0,80	0,60	0,40	4,48	6,28
24538	FELIPE EDUARDO FLENIK	0,20	0,40	0,40	5,32	6,32
19773	JULIANA JOMES	0,60	0,80	0,20	4,76	6,36
20506	JULIO CESAR KRUCOSKI ANTUNES	0,80	0,60	0,40	3,92	5,72
22410	KARAINI DE ALMEIDA LEITE BELATTO	0,60	0,60	0,20	4,48	5,88
20496	LEANDRO FERREIRA DOS SANTOS	0,60	0,60	0,00	3,92	5,12
20582	RONALDO IDALGO	0,60	0,80	0,20	3,92	5,52
PSICÓLOGO						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
22736	ADRIANA ANTUNES DA SILVA	0,80	0,40	0,20	5,32	6,72
22422	ALEXANDRA INVITTI DA SILVA	0,40	0,00	0,20	5,04	5,64
21744	ALINE CRISTINA FERRACIOLI	0,60	0,60	0,40	5,04	6,64
23034	ALINE FAGUNDES SILVA	0,60	0,60	0,00	4,76	5,96
22965	ANA CLARA MANHÃES MENDES	0,80	1,00	0,40	5,32	7,52
24561	ANA LÚCIA KULA DOLZAN	0,80	0,20	0,20	4,20	5,40
22472	ANGELITA ALVES DA SILVA	0,40	0,40	0,20	4,20	5,20
22930	CARLOS CÉSAR PETRUY	0,80	0,80	0,40	6,16	8,16
22500	CATIANE DE OLIVEIRA	0,80	0,60	0,40	5,60	7,40
23404	DANIELA GUADAGNIN DE MELLO	0,80	0,40	0,00	5,60	6,80
24850	DANIELLE DA COSTA SOUTO	0,80	0,40	0,00	5,04	6,24
24947	ELAINE CRISTINA DA CRUZ	0,60	1,00	0,20	3,92	5,72
22704	FABIANA CAROLINA BECKERT	0,60	0,00	0,20	4,20	5,00
19775	FRANCIANI MOSER	0,60	0,40	0,00	5,32	6,32
22863	GLÓRIA LÚCIA DE PAULA	0,80	0,60	0,20	5,32	6,92
21771	GRAZIELLE ROCHA FRANÇA	0,80	0,60	0,20	5,60	7,20
21678	JÉSSICA GRACHTEN FRAGA	0,80	0,40	0,00	5,04	6,24
21906	JULIANA NASCIMENTO DE LIMA	0,80	0,40	0,40	5,32	6,92
25046	LISIANE CUNHA	0,60	0,80	0,20	4,76	6,36
23809	LUIZ FILIPI MARQUES	1,00	0,60	0,20	5,32	7,12
24942	MANOELA ZIEGLER HUBER	0,80	0,40	0,40	5,04	6,64
22173	MARCIA TRENTINI	0,60	0,80	0,00	4,20	5,60
24118	MARIA CLOTILDE ANDREOTTI ZINGALI	1,00	0,40	0,40	5,04	6,84
22885	MARIA ROBERTA DOURADO MOUTINHO	0,60	0,60	0,60	5,88	7,68
20053	MELINA ZILLI	0,80	0,40	0,60	5,88	7,68
20274	MICHELE MENON	0,80	0,40	0,20	4,20	5,60
22346	MONICA SOARES BASCHTA	0,40	0,40	0,00	4,20	5,00
23052	NARJARA DOS SANTOS	0,60	0,60	0,00	5,88	7,08
21721	NEUSA MARIA VASEL	1,00	0,60	0,00	5,60	7,20
22891	PATRÍCIA PINTO WICKBOLDT	0,40	0,40	0,40	3,92	5,12
21734	PATRICIA TEIXEIRA	0,80	0,60	0,20	4,48	6,08
24974	PRISCILA GREIN PLACIDO	0,60	0,80	0,20	5,04	6,64
20742	RIQUELE JANTSCH GESSNER	0,80	0,40	0,60	5,88	7,68
22900	SANDRA DE ALMEIDA COELHO	0,60	0,20	0,20	4,20	5,20
23782	TACIANA CORRÊA	0,80	0,60	0,00	6,16	7,56
24228	TATIANE INÊS MORAIS SAMPAIO	0,60	0,20	0,60	5,32	6,72
24603	VICTÓRIA GARCIA FREITAS	0,60	0,80	0,40	5,04	6,84

PSICÓLOGO CREAS						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
24923	ALICE MARLI MORATELLI	0,40	0,20	0,20	5,60	6,40
25003	ALINE CRISTINA DE MORAES	0,40	0,40	0,20	5,60	6,60
23988	ANDREA BUSS BERNARDES	0,40	0,60	0,00	5,04	6,04
22194	ANGÉLICA SCARTEZINI BATISTELI	0,60	0,80	0,20	5,60	7,20
20118	ANNE VOSS	0,60	0,80	0,20	5,88	7,48
22571	BÁRBARA PATRÍCIA SCHNEIDER	1,00	0,60	0,40	5,32	7,32
20891	CACINELLE ALESSANDRA HOESKER DE ASSIS	1,00	0,60	0,00	5,32	6,92
22028	CAMILA CARVALHO POLLI	0,60	0,40	0,20	4,76	5,96
20388	CAMILA JACQUES FERREIRA	0,80	0,60	0,00	5,88	7,28
20609	CLAUDIA REITHE LAUBE	1,00	0,80	0,40	3,92	6,12
21298	CLAUDINÉIA BORGERT	0,40	0,40	0,40	4,20	5,40
22685	CLAUDIO DE SOUZA LIMEIRA	0,60	1,00	0,60	5,88	8,08
24130	DAIANE BUSARELLO	0,80	0,80	0,20	3,36	5,16
20885	DAIANE JACINTO ULLA	0,40	0,40	0,00	4,48	5,28
22080	DIEGO RAPHAEL ROCHA PEREIRA	0,40	0,40	0,20	5,04	6,04
22750	EDUARDA PAZ PADOIN	0,80	0,80	0,20	5,60	7,40
24026	ELIANE ELIAS	0,20	0,20	0,20	4,76	5,36
21581	FABRÍCIA JAQUELINE PEREIRA	0,80	0,20	0,20	4,76	5,96
21419	FERNANDA DO NASCIMENTO	0,40	0,20	0,20	5,60	6,40
19714	FERNANDA GRAÇA DE GASPER	0,80	0,80	0,40	5,04	7,04
20773	GABRIELA ARAUJO	0,40	0,60	0,40	5,32	6,72
22702	GABRIELA DE LIMA	0,80	0,60	0,20	4,76	6,36
23108	GREICE GRETTER LUCHTENBERG	0,60	0,20	0,00	4,76	5,56
22956	HAMILTON BRIGNOL VAZ BARRETO	0,80	0,80	0,20	5,88	7,68
21892	IANA CARLA PINTO SANTOS	0,80	1,00	0,00	5,60	7,40
24492	IOHANA MARIA SPORR ARALDI	0,60	0,40	0,20	4,20	5,40
23605	JAQUELINE ELISA MALDANER	1,00	1,00	0,40	5,32	7,72
19661	JESIANI MARIA CALDEIRA	0,40	0,20	0,20	4,20	5,00
22157	JONATHAN STOLL BARNI	0,80	0,60	0,00	3,92	5,32
23362	JOSEANI FONTANELLA	0,40	0,00	0,20	5,60	6,20
23061	JUCELAINE DA SILVA PACHECO	0,80	0,40	0,20	4,48	5,88
22899	KAROLINE BRAUN	0,80	0,60	0,20	4,48	6,08
24586	KATIA MORGANA MACHADO	1,00	0,20	0,20	5,88	7,28
21302	LEONICE DEFOLCHINI	0,60	0,20	0,00	4,48	5,28
23009	LOURDES CERDEIRA MOREIRA	0,80	0,80	0,40	4,76	6,76
24801	LUANA ANTUNES	0,60	0,00	0,40	5,88	6,88
22192	LUCAS HENRIQUE STAFFEN	0,40	1,00	0,20	5,04	6,64
23994	LÚCIA DE FATIMA FERNANDES MAYER	0,80	0,20	0,20	5,32	6,52
24461	LUCIANA SOARES	1,00	0,80	0,20	5,04	7,04
21035	LUIS CARLOS DE PONTES	0,80	0,60	0,20	6,16	7,76
24533	MARCEL DOS SANTOS	0,60	0,80	0,20	4,76	6,36
19659	MARCELA CARDOSO NEMITZ	0,60	0,80	0,00	5,32	6,72
20588	MARCELLA ALESSANDRA SPATH	0,60	0,20	0,00	5,04	5,84
24841	MARCELLA DO CARMO SANTOS	1,00	0,60	0,20	6,16	7,96
23453	MARIA ANDRADE SILVA	0,60	0,40	0,00	5,04	6,04
21420	MARISANE TERESINHA HOFFMANN	0,80	0,40	0,40	5,32	6,92
21696	MAYARA KELLERMANN DE AZAMBUJA	0,80	0,40	0,40	5,32	6,92
22718	MICHELE PIVETTA DE LARA	0,60	0,80	0,40	4,76	6,56
23456	MIRELA CAROLINA FIX	0,60	0,80	0,00	5,60	7,00
21473	MONICA SARAH SALOMON	0,80	0,00	0,20	5,32	6,32
20739	MOZÉLE SILVEIRA MEISTER	0,40	0,60	0,20	5,32	6,52
24128	NÁTALY SCHROEDER BRUNNQUELL	0,40	1,00	0,40	5,60	7,40
22242	NATHALIE CRISTINE YOSHISAKI	1,00	0,80	0,00	5,60	7,40
22721	NICOLLE ROSSANA DOS SANTOS	0,80	0,80	0,00	4,76	6,36
21911	RAISSA FERNANDA COLARES DE NÓVOA	0,80	0,80	0,20	5,32	7,12
22167	REJEANE CRISTINA RAHN	1,00	0,80	0,00	5,04	6,84
23726	RICARDO MICHALAK	1,00	0,80	0,20	4,76	6,76
24968	ROSANGELA NOVAES BATISTA PRADA	0,40	0,40	0,00	5,04	5,84
22196	SABRINA RAMOS MAURER	0,60	0,00	0,20	5,32	6,12
24927	SUELY LEITE DE AZEVEDO	0,40	0,60	0,00	4,48	5,48

22023	VANIA REGINA GOLIN	0,80	0,60	0,60	4,76	6,76
22405	WEULER SILVA ZUKOWSKI	0,60	0,60	0,40	4,48	6,08
PSICÓLOGO SOCIAL CRAS						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
22805	ADRIANA MARIA ALVES	0,60	0,60	0,20	5,32	6,72
21965	ALINE BAGNOLIN FARIAS	0,60	0,60	0,00	3,92	5,12
22716	ALINE RAQUEL MAIA DA SILVA	0,60	0,40	0,40	4,76	6,16
20851	ANAMÉLIA CAROLINA HUMENIUK LOPES	0,80	0,80	0,40	5,32	7,32
24760	ANDREA CARLA NUNES MAIA	1,00	1,00	0,40	5,32	7,72
22559	ANDREA MACHADO SIGOLO	0,80	1,00	0,00	5,88	7,68
22062	ANDRESSA BAHR	0,80	0,60	0,80	5,32	7,52
23249	ANGELA CRISTINA BENINCA	0,80	0,80	0,20	4,20	6,00
21313	ANGELA CRISTINA STRINGARI	0,80	0,20	0,00	5,04	6,04
22357	BARBARA ESTEFANIO DE SOUZA	1,00	0,00	0,40	3,92	5,32
24925	BRUNA LARISSA PROCHNOW	0,80	0,60	0,20	5,32	6,92
22746	BRUNA LUIZ PRATTO	1,00	0,20	0,40	5,04	6,64
21084	CAROLINA BECKERT POLLI	0,80	0,80	0,20	5,88	7,68
22847	CAROLINA LOPES FRANÇA	0,80	0,40	0,20	4,76	6,16
23017	CAROLINA TORRES CHEIS	0,60	0,60	0,60	5,88	7,68
23411	CÍNTIA FERNANDA DOS SANTOS	0,60	0,60	0,20	5,32	6,72
21869	CLARICE ROCHA BASTOS	0,80	0,40	0,00	5,88	7,08
23707	CRISTIANE DIAS DABUL	1,00	1,00	0,00	5,88	7,88
20312	CRISTIANE MOREIRA DE MORAES	0,40	0,60	0,00	5,04	6,04
21870	CRISTINA BORGERT COELHO	0,80	0,80	0,40	5,04	7,04
23555	DAIANE ANTUNES	0,60	0,00	0,00	5,32	5,92
22775	DULCE NEIDA CONTREIRAS BELLODI	0,80	0,80	0,00	5,88	7,48
21228	FABIANA ROSA DA CRUZ	0,80	0,60	0,20	5,04	6,64
24556	FERNANDA GOULART FERREIRA	0,80	1,00	0,00	5,88	7,68
21466	FRANCIANI MARIA DE SOUZA	0,60	0,40	0,20	5,88	7,08
24579	GABRIELA PIUCO DE AMORIM	0,80	0,40	0,20	6,16	7,56
22724	GIOVANNA MARTINS LIMA BRITO	0,60	1,00	0,20	5,04	6,84
21650	GISELE ARIANE WILL	0,80	0,40	0,00	5,32	6,52
22374	GRACE MEDEIROS GAMA SANTOS	1,00	0,80	0,40	5,32	7,52
21832	GRACIELE APARECIDA GOMES	0,40	0,20	0,20	4,48	5,28
22795	GRAZIELLE GIRARDI	0,60	0,60	0,20	5,04	6,44
19692	HELENA CRISTINA DA SILVA	0,80	0,60	0,20	5,88	7,48
19903	JULIANA MIOTTO	0,60	0,80	0,40	5,88	7,68
24961	JUSSARA SPOLAOR	0,80	0,80	0,80	5,04	7,44
24976	KELLY APARECIDA FRITZEN	1,00	0,40	0,00	5,04	6,44
21326	LAURA DETONI QUEIROZ	0,40	0,80	0,20	4,76	6,16
23371	LEONIR TROSKI	0,80	0,20	0,40	6,16	7,56
24065	LISMARI PSCHIEDT	1,00	0,60	0,40	5,88	7,88
23070	LUCIMAR ALCIDES ULLER	0,60	0,80	0,20	4,20	5,80
22329	LUIZ HENRIQUE SALLES ALMEIDA	0,60	0,80	0,80	4,20	6,40
21859	MARCELO DE ASSIS PEREIRA WOJCIKOWSKI	1,00	0,40	0,00	4,76	6,16
20317	MARIA HELENA MACEDO BOESSIO	0,60	0,40	0,00	5,88	6,88
23596	MARIANA DAL CASTEL LOPES	0,80	1,00	0,20	5,04	7,04
22429	MIRIAM TONTINI	0,60	0,00	0,20	4,48	5,28
23037	NAYARA THÁIS SCOLA	0,80	0,60	0,40	4,76	6,56
23102	PATRÍCIA BARRETO CHAVES	0,80	0,40	0,00	4,76	5,96
19658	PATRICIA JANAINA HORNBERG	0,60	0,80	0,20	5,32	6,92
23224	RAQUEL CARON MOTTIN	0,60	0,60	0,40	5,04	6,64
23676	SOFIA OLIVEIRA CASEIRO	0,60	1,00	0,20	5,04	6,84
20752	TATYANE ABEN ATHAR VIEIRA	0,60	0,40	0,00	4,76	5,76
20438	THAIS KUHNEM	0,80	0,40	0,00	5,32	6,52
22582	TIAGO FELIPE DA SILVA	0,60	0,80	0,20	4,76	6,36
23790	YASMINE FERNANDES MAGGI	0,60	0,40	0,40	5,32	6,72
PSICOPEDA- GOGO						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
19641	ALBERTINA APARECIDA SCHMITT BONATO	0,40	0,40	0,00	4,48	5,28

25014	MARIA ELISA DE SOUZA	0,60	0,60	0,20	5,88	7,28
24496	VALÉRIA DO AMARAL SILVEIRA	0,60	0,40	0,40	4,48	5,88
TOPÓGRAFO						
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL
22542	GABRIEL FAUSTINO	0,60	0,40	0,20	3,92	5,12
23518	PAULO HENRIQUE PEREIRA FREIRE	0,80	0,80	0,60	5,04	7,24

LP = Língua Portuguesa

MAT = Matemática

CG = Conhecimentos Gerais

ESP = Conhecimentos Específicos

Conforme edital, temos:

5.5 - DA PROVA DE TÍTULOS

5.5.1 - Prova de Títulos a ser aplicada a todos os candidatos dos cargos que exigem formação mínima de Nível Superior conforme o edital, podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos.

5.5.2 - Os documentos das provas de títulos deverão ser entregues, conforme o edital em local, data e horário que serão divulgados juntamente com a convocação para a prova de títulos.

5.5.3 - Os títulos deverão ser entregues da seguinte forma:

5.5.3.1 - O candidato deverá apresentar uma fotocópia de cada título, bem como o título original, sendo que o funcionário encarregado do recebimento dos mesmos deverá conferir cada cópia apresentada com o título original para autenticação ou poderá ser apresentado através de cópia autenticada em cartório, dispensando-se a apresentação do título original.

5.5.3.2 - A Equipe da empresa Infinity Assessoria Pedagógica Ltda ME, fará o recebimento e conferência dos documentos, protocolizando recebimento dos mesmos. Não haverá qualquer tipo de avaliação no local.

5.5.3.3 - Não haverá reprodução de cópias no local de entrega dos títulos.

5.5.3.4 - Os documentos entregues como títulos não serão devolvidos aos candidatos.

5.5.3.6 - Os títulos deverão ter relação direta com as atribuições do cargo correspondente à respectiva inscrição.

5.5.3.7 - Os documentos representativos de títulos, que não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, ainda que entregues, não serão avaliados.

5.5.3.8 - Não serão recebidos títulos fora do prazo estabelecido, ou em desacordo com o previsto neste Edital.

5.5.3.9 - A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

5.5.3.10 - Não serão aceitos como títulos, documentos representativos de participação em cursos, concluídos após a data de publicação dos candidatos aprovados.

5.5.3.11 - Se o nome do candidato, nos documentos apresentados para a prova de títulos, for diverso do nome que constar no Requerimento de Inscrição, deverá ser anexado o comprovante da alteração do nome (Certidão de Casamento ou de Divórcio, ou de retificação do respectivo registro civil), sob pena de invalidação da pontuação ao candidato.

5.5.3.12 - Será aceito para comprovação dos títulos atestados ou declarações de conclusão de cursos, desde que possuam a respectiva carga horária, disciplinas, aproveitamento e assinatura e carimbo do responsável pela emissão e realizados até a data de publicação dos candidatos aprovados.

5.5.3.13 - Comprovada, a qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação; e, comprovada a respectiva culpa, será excluído do certame.

5.5.3.14 - Não serão aceitos como títulos, certificados que não apresentarem a respectiva carga horária no mesmo.

5.5.3.15 - Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

5.5.3.16 - Os pontos não são acumulativos, será validada apenas a pontuação do maior título apresentada pelo (a) candidato (a).

5.5.3.17 - Todo e qualquer certificado de título, emitidos em língua estrangeira, somente será aceito, se acompanhado da tradução por Tradutor Público Juramentado (tradução original), e, no caso de Graduação e Pós-Graduação, da revalidação de acordo com a Lei Federal nº. 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

5.5.3.18 - Os títulos relativos a cursos de Especialização, Pós-Graduação ou MBA (Lato Sensu), deverão ter carga horária mínima de 360 horas.

5.5.3.19 - Não serão validados títulos que são pré-requisitos de participação no presente Concurso Público.

PARA A PROVA DE TÍTULOS SERÁ COMPUTADO NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
Certificado de conclusão de Pós-graduação lato sensu.	4.0 pontos
Certificado de conclusão de Mestrado.	7.0 pontos
Certificado de conclusão de Doutorado.	10.0 pontos.

Penha, 12 de maio de 2015.

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 -CONVOCAÇÃO PROVA PRÁTICA

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA

Por este instrumento, convoca-se os candidatos abaixo relacionados para realização de PROVA PRÁTICA, a ser realizada no dia 17 de maio de 2015, no PÁTIO DA GARAGEM DA PREFEITURA, localizada na rua Av. Nereu Ramos 190 - Centro de Penha – SC, com início às 8h00min.

Não será permitido a participação de nenhum candidato que se apresentar após o horário, sob qualquer alegação.

MOTORISTA CATE- GORIA B								
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL		
22240	ADRIANO GAIO	0,80	0,80	0,80	4,76	7,16		
24988	ALEX SANDRO RIBEIRO	0,80	0,80	0,60	3,08	5,28		
20553	AMARILDO VICENTE ZORRER	0,80	1,00	0,80	3,64	6,24		
24922	ANGELO GUSTAVO DUARTE SILVA	0,80	0,80	0,60	4,48	6,68		
21039	AROLDO ANASTÁCIO ALVES JUNIOR	1,00	0,80	0,80	3,36	5,96		
19902	EDENILSON ROGERIO SOARES	0,80	1,00	0,00	3,36	5,16		
23771	ERIKLES DOS SANTOS GOMES	0,60	0,60	0,80	4,48	6,48		
21322	FRANKLIN ROOSEVELT ANDRADE AMARAL	0,80	0,80	0,60	3,08	5,28		
23639	JAIR IOLANDO VIEIRA	1,00	1,00	0,80	3,36	6,16		
24029	JONATAN AIRES DA SILVA	0,80	0,80	0,20	3,92	5,72		
24866	LUCAS GEOVANI DE LIMA	0,80	0,60	0,60	3,64	5,64		
23565	LUIS CARLOS RODRIGUES VARELA	1,00	1,00	1,00	4,48	7,48		
22892	MANUEL OSCAR BIAGI JUNIOR	0,80	0,80	0,60	5,04	7,24		
22193	NIDIO LUIZ SIMAS	0,80	0,80	0,60	3,92	6,12		
22170	RAFAEL CRISTIANO RAHN	0,80	0,60	0,80	3,64	5,84		
21346	RAFAEL DE FRANCISCO	0,80	1,00	0,40	3,64	5,84		
23484	RAMON GABRIEL DE MORAIS	1,00	0,60	0,80	3,92	6,32		
20597	STÉFANES TORMENA AGOSTINHO PEITER	0,80	0,60	0,60	3,64	5,64		
21220	WILLIAN RAFAEL DE LIMA	0,80	1,00	1,00	3,64	6,44		
MOTORISTA CATE- GORIA C								
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL		
19744	ADÃO SERGIO SCHMITZ	1,00	0,80	0,80	5,60	8,20		
19991	CARLOS EDUARDO LEARDINI	0,80	1,00	0,80	4,20	6,80		
24274	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	0,80	0,80	0,60	2,80	5,00		
22844	NELTO OSVALDO GOEDERT	0,80	1,00	0,80	4,48	7,08		
22158	VALDEMAR FRITZKE	0,60	0,40	0,80	3,64	5,44		
MOTORISTA CATE- GORIA D								
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL		
22889	ADALBERTO MULARI	0,80	0,80	0,80	3,64	6,04		
22015	ADEMIR ALBINO	0,60	1,00	1,00	3,08	5,68		
20999	ADRIANO RIGOTTI BIESECHE	0,60	1,00	0,40	4,48	6,48		
24365	ADRIANO SANT A NNA FERNANDES	0,60	0,60	0,60	4,20	6,00		
24728	ALESSANDRO JANKOVSKI	0,80	1,00	0,80	3,92	6,52		
20071	CARLOS CEZAR MATIAS DE LIMA	1,00	0,40	0,80	3,36	5,56		
21207	CARLOS EDVALDO SANTOS KEHL	0,80	0,40	0,80	3,92	5,92		
21595	DAMIAO DUTRA FILHO	0,80	0,60	0,40	4,76	6,56		
24456	DANIEL CICERO GALKOWSKI	1,00	0,40	0,80	3,64	5,84		
21783	EDSON ROBERTO MARGARIDA	0,80	0,40	0,80	5,32	7,32		
22969	FABRICIO HELENO KNAUL	0,80	0,80	0,40	3,64	5,64		
22937	GERSON FRANCEZ	0,60	0,60	0,60	3,92	5,72		
20464	GIZELI DE SOUZA	0,80	0,80	1,00	3,36	5,96		
20218	HUDSON NEY RITA	0,80	0,80	0,20	3,64	5,44		
22817	JEFERSON FERREIRA	0,80	0,40	0,60	3,64	5,44		
22926	JOAO PAULO RODRIGUES	1,00	1,00	0,80	3,64	6,44		
24929	JUSIMAR AMILTON SEBOLD	0,80	1,00	0,40	4,48	6,68		
20471	OSCAR ANDRE FILHO	1,00	0,80	0,60	4,20	6,60		
21538	PEDRO JOSE SEVERINO	0,80	1,00	0,60	3,64	6,04		
24827	PEDRO LEITE DA ROCHA NETO	1,00	0,80	0,80	4,20	6,80		
21843	SILVAR RAMOS DE OLIVEIRA	0,80	0,80	0,60	4,48	6,68		

OPERADOR DE MÁQUINAS							
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	LP	MAT	CG	ESP	TOTAL	
20386	ADILSON OSVALDO REIS	0,60	0,40	0,60	3,92	5,52	
22001	CARLOS ADRIANO MARTINS SOARES	0,80	1,00	0,60	3,08	5,48	
23791	DANILO BENTO	0,80	1,00	0,40	3,36	5,56	
21345	DIOGO DE FRANCISCO	0,80	1,00	0,20	3,08	5,08	
22578	GUILHERME ALAN TEODORO	0,60	0,60	0,60	3,64	5,44	
22068	PAULO IVAN BORGES	0,60	1,00	0,80	4,20	6,60	

Conforme edital, temos:

5.6 – DAS PROVAS PRÁTICAS

5.6.1 - A Prova Prática será realizada no dia 17 de maio de 2015 em horário e local a ser definido no ato de convocação.

5.6.2 - A convocação para realização da Prova prática, será publicada no dia 12 de maio de 2015, lembrando que serão convocados os 20 (vinte) primeiros candidatos aprovados na prova objetiva, indiferente do número de aprovados. Caso o 20º (vigésimo) candidato tenha nota da prova objetiva igual ao(aos) subsequente(s), serão convocados todos que obtiverem nota igual ao 20º (vigésimo) colocado.

5.6.3 - Será vedado o acesso ao local de prova prática ao candidato que se apresentar após o horário estipulado no ato de convocação e comparecer sem documento oficial de identificação (com foto) sob qualquer alegação.

5.6.4 - Para os cargos de Motorista Categoria "B", Motorista Categoria "C", Motorista Categoria "D", Operador de Máquina e Operador de Trator de Pneu, os candidatos deverão apresentar Carteira Nacional de Habilitação conforme habilitação mínima exigida no quadro do Anexo I.

5.6.4.1 - Não terão direito a fazer a prova prática os candidatos que não apresentarem a Carteira Nacional de Habilitação exigida no quadro do anexo I.

5.6.5 – As provas práticas poderão ser filmadas.

As demais regras para a prova prática encontram-se na íntegra do edital.

Penha, 12 de maio de 2015.

PROCESSO SELETIVO 01/2014 - PMP - CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 2º CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 18/05/2015, das 08:00hrs às 12:00hrs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Processo Seletivo nº 01/2014 – ACT Educação.

Cargo: SERVENTE-MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
61º. 0000456 THUSNELDA BAADE

O(a) candidato(a) deverão apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia do Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

- q) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- r) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
- s) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 14 de maio de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 76/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº 24/2015, Pregão Presencial nº 13/2015
Objeto: Locação de banheiros químicos para o Kerb Fest de Peritiba a realizar-se de 15 a 19 de Maio de 2015
Dados do Contrato: Contrato nº 76/2015
Contratado: ECOBAN – BANHEIROS QUÍMICOS LTDA. - ME
CNPJ: 09.158.348/0001-86.
Data de Vigência: 06/05/2015 até 31/12/2015.
Valor do contrato: R\$ 3.250,00 (Três mil e duzentos e cinquenta reais)

Município de Peritiba – SC em 06 de Maio de 2015.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 83/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº 30/2015, Inexigibilidade de Licitação nº 07/2015
Objeto: O Objeto deste contrato consiste na contratação da Orquestra Monique LTDA ME, para animação do 94º kerb Fest de Peritiba a ser realizado de 15 à 19 de Maio de 2015, incluindo estrutura de som e iluminação.
Dados do Contrato: Contrato nº 83/2015
Contratado: ORQUESTRA MUNIQUE LTDA – ME.
CNPJ: 09.115.076/0001-37
Data de Vigência: 08/05/2015 até 30/05/2015.
Valor do contrato: de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

Município de Peritiba – SC em 08 de Maio de 2015.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 27/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº 07/2014, Tomada de Preços nº 01/2014.
Objeto: Constitui objeto do presente termo Aditivo contratual o acréscimo dos quantitativos a obra original do contrato 36/2014, no valor de R\$ 18.251,31(Dezoito mil, duzentos e cinquenta e um reais e trinta e um centavos), conforme declaração de aditivo, orçamento, fornecidos pelo engenheiro do município.
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2015
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 36/2014

Contratado: ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.
CNPJ: 05.078.414/0001-57
Data de vigência: 15/04/2015 até 15/06/2015.

Município de Peritiba – SC em 15 de abril de 2015.
ADRIANO JOSÉ KRINDGES
Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

EXTRATO DE CONTRATO 75/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº 24/2015, Pregão Presencial nº 13/2015
Objeto: Locação de estrutura para o Kerb Fest de Peritiba a realizar-se de 15 a 19 de Maio de 2015.
Dados do Contrato: Contrato nº 75/2015
Contratado: ZILIO EVENTOS LTDA – ME.
CNPJ: 14.265.304/0001-95.
Data de Vigência: 06/05/2015 até 31/12/2015.
Valor do contrato: R\$ 3.700,00 (Três mil e setecentos reais)

Município de Peritiba – SC em 06 de Maio de 2015.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 77/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº 24/2015, Pregão Presencial nº 13/2015
Objeto: Locação de estrutura para as festividades natalinas a realizarem-se do dia 04 a 24 de Dezembro de 2015.
Dados do Contrato: Contrato nº 77/2015
Contratado: STANISCUASKI PRODUCOES LTDA. - ME
CNPJ: 12.837.170/0001-04.
Data de Vigência: 06/05/2015 até 31/12/2015.
Valor do contrato: R\$ 7.950,00 (Sete mil, novecentos e cinquenta reais).

Município de Peritiba – SC em 06 de Maio de 2015.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 78/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº 21/2015, Pregão Presencial nº 13/2015
Objeto: Aditar ao contrato original 56/2014 o valor de R\$ 504,00 (Quinhentos e quatro reais) mensais, relativo à ampliação de 36

horas mensais na carga horária para o período de 90 dias a partir da data da assinatura.

O referido aumento da carga horária deverá ser prestado no período matutino de segunda a sexta-feira.

Dados do Contrato: Contrato nº 78/2015 – TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 56/2014

Contratado: SEVERINO VIEIRA

CPF: 538.432.319-15.

Data de Vigência: 06/05/2015 até 06/08/2015.

Valor do contrato: R\$ 1.512,00 (Um mil, quinhentos e doze reais).

Município de Peritiba – SC em 06 de Maio de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 79/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 13/2015, Pregão Presencial nº 09/2015

Objeto: Aquisição de Kit professor digital para escolas da rede municipal de ensino do município de Peritiba.

Dados do Contrato: Contrato nº 79/2015

Contratado: AIOX DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA S.A

CNPJ: 10.258.165/0001-11.

Data de Vigência: 07/05/2015 até 31/12/2015.

Valor do contrato: R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais)

Município de Peritiba – SC em 07 de Maio de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 80/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 26/2015, Pregão Presencial nº 15/2015

Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para confecção de Cestas para distribuição aos Servidores Municipais.

Dados do Contrato: Contrato nº 80/2015

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA.

CNPJ: 83.573.212/0006-08.

Data de Vigência: 07/05/2015 até 30/06/2015.

Valor do contrato: R\$ 5.123,52 (Cinco mil cento e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos).

Município de Peritiba – SC em 07 de Maio de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 81/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 26/2015, Pregão Presencial nº 15/2015

Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para confecção de Cestas para distribuição aos Servidores Municipais.

Dados do Contrato: Contrato nº 81/2015

Contratado: MERCADO POLIANE LTDA.

CNPJ: 00.070.364/0001-48.

Data de Vigência: 07/05/2015 até 30/06/2015.

Valor do contrato: R\$ 3.970,08 (Três mil novecentos e setenta reais e oito centavos).

Município de Peritiba – SC em 07 de Maio de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 82/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 26/2015, Pregão Presencial nº 15/2015

Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para confecção de Cestas para distribuição aos Servidores Municipais.

Dados do Contrato: Contrato nº 82/2015

Contratado: ELOI FRANCISCO BERVIAN & CIA LTDA EPP.

CNPJ: 03.536.050/0001-86.

Data de Vigência: 07/05/2015 até 30/06/2015.

Valor do contrato: R\$ 4.180,32 (Quatro mil cento e oitenta reais e trinta e dois centavos).

Município de Peritiba – SC em 07 de Maio de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 84/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 32/2015, Inexigibilidade de Licitação nº 09/2015

Objeto: O Objeto deste contrato consiste na contratação da Banda Atração (Geferson Carli Schreiner – ME), para animação do 94º kerb Fest de Peritiba a ser realizado de 15 à 19 de maio de 2015 e kerb Fest da terceira idade 2015 a realiza-se no dia 23 de maio de 2015. Incluindo estrutura de som e iluminação.

Dados do Contrato: Contrato nº 85/2015

Contratado: GEFERSON CARLI SCHREINER – ME (Banda Atração)

CNPJ: 21.227.023/0001-03.

Data de Vigência: 08/05/2015 até 30/05/2015.

Valor do contrato: R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais)

Município de Peritiba – SC em 08 de Maio de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 85/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 32/2015, Inexigibilidade de Licitação nº 09/2015

Objeto: O Objeto deste contrato consiste na contratação da Banda Atração (Geferson Carli Schreiner – ME), para animação do 94º kerb Fest de Peritiba a ser realizado de 15 à 19 de maio de 2015 e kerb Fest da terceira idade 2015 a realiza-se no dia 23 de maio de 2015. Incluindo estrutura de som e iluminação.

Dados do Contrato: Contrato nº 85/2015

Contratado: GEFERSON CARLI SCHREINER – ME (Banda Atração)
CNPJ: 21.227.023/0001-03.

Data de Vigência: 08/05/2015 até 30/05/2015.

Valor do contrato: R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais)

Município de Peritiba – SC em 08 de Maio de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 86/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 33/2015, Inexigibilidade de Licitação nº 10/2015

Objeto: O Objeto deste contrato consiste na contratação da Banda Choppão Som e Eventos Ltda - ME, para animação do 94º kerb Fest de Peritiba a ser realizado de 15 à 19 de Maio de 2015. Incluindo estrutura de som e iluminação.

Dados do Contrato: Contrato nº 86/2015

Contratado: CHOPPAO SOM E EVENTOS LTDA – ME
CNPJ: 12.305.069/0001-02.

Data de Vigência: 08/05/2015 até 30/05/2015.

Valor do contrato: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)

Município de Peritiba – SC em 08 de Maio de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 87/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 26/2015, Pregão Presencial nº 15/2015

Objeto: Aditar o quantitativo dos itens do contrato original 80/2015 para aquisição de Gêneros alimentícios para confecção de Cestas para distribuição aos Servidores Municipais.

Dados do Contrato: Contrato nº 87/2015 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 80/2015

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA.

CNPJ: 83.573.212/0006-08.

Data de Vigência: 13/05/2015 até 30/06/2015.

Valor do contrato: R\$ 35,58 (Trinta e cinco reais e cinquenta e oito

centavos).

Município de Peritiba – SC em 13 de Maio de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 88/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 26/2015, Pregão Presencial nº 15/2015

Objeto: Aditar o quantitativo dos itens do contrato original 81/2015 para aquisição de Gêneros alimentícios para confecção de Cestas para distribuição aos Servidores Municipais.

Dados do Contrato: Contrato nº 88/2015 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 81/2015

Contratado: MERCADO POLIANE LTDA.

CNPJ: 00.070.364/0001-48.

Data de Vigência: 13/05/2015 até 30/06/2015.

Valor do contrato: R\$ 27,57 (Vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos).

Município de Peritiba – SC em 13 de Maio de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 89/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 26/2015, Pregão Presencial nº 15/2015

Objeto: Aditar o quantitativo dos itens do contrato original 82/2015 para aquisição de Gêneros alimentícios para confecção de Cestas para distribuição aos Servidores Municipais.

Dados do Contrato: Contrato nº 89/2015 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 82/2015

Contratado: ELOI FRANCISCO BERVIAN & CIA LTDA EPP.

CNPJ: 03.536.050/0001-86.

Data de Vigência: 13/05/2015 até 30/06/2015.

Valor do contrato: R\$ 29,03 (Vinte e nove reais e três centavos).

Município de Peritiba – SC em 13 de Maio de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 034/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 034/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 01 de junho de 2015, licitação modalidade Pregão presencial n. 034/2015, visando a CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 01/06/2015, cujo credenciamento ocorrerá das 14:00 às 14:15 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 14 DE MAIO DE 2015
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 163/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 163/2015
OBJETO: É objeto deste Contrato, como responsabilidade da Contratada, a apresentação para animação de um Baile pela Banda "GRUPO MUSICAL KARISMA LTDA", no dia 15 de maio de 2015 (sexta-feira), pelo período de 4 horas, iniciando às 22:00h, tendo por local o Ginásio Municipal de Esportes do Município de Pinheiro Preto/SC, para escolha da Rainha do Município."
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 078/2015
EMPRESA CONTRATADA: GRUPO MUSICAL KARISMA LTDA – ME
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) na cláusula primeira, pelo preço de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

DATA DO CONTRATO: 13 de maio de 2015
PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º164/2015

(Ementa)

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º : 164/2015
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 079/2015
EMPRESA CONTRATADA: RETIFICA E AUTO PEÇAS DOCA LTDA
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de prestação de CONserto VEICULO PLACA IDM-0563 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 7.892,50(sete mil oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

DATA DO CONTRATO: 14 de maio de 2015
PREFEITO: Euzebio Vieceli

DECRETO Nº 4229, DE 14 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4229, DE 14 DE MAIO DE 2015.
DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 18 DE MAIO DE 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, VIII, da Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO o feriado municipal de 19 de Maio de 2015 – Aniversário de Emancipação Politico-Administrativa do Município de Pinheiro Preto;

CONSIDERANDO que referida data será na segunda feira;

CONSIDERANDO a economicidade que tal medida trará aos cofres,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no Município no dia 18 de maio de 2015.

§ 1º. O serviço de coleta de lixo domiciliar funcionará normalmente na data designada como ponto facultativo.

§ 2º A Unidade de Saúde local deverá efetuar escala de plantão para atender os casos de emergência, com afixação em local visível ao público externo e respectivo número de telefone.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser encaminhada cópia às empresas municipais e a todos os Órgãos e Entidades Públicas Municipais.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 14 de maio de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.925, DE 04 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 2.925, DE 04 DE MAIO DE 2015

DISPÕE SOBRE AS NORMAS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o art. 74 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com os arts. 34 e 36, da Lei Complementar 269/14:

DECRETA:

I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional e do Poder Legislativo Municipal a avaliação de Estágio Probatório e a Avaliação de Desempenho dos servidores efetivos, nomeados por Concurso Público.

Art. 2º O servidor será avaliado com base nos requisitos dispostos na Lei Complementar 269, de 05 de dezembro de 2014, a saber:

I – idoneidade moral e Urbanidade no trato humano - avalia o procedimento do servidor no que se refere à probidade, à cortesia, à urbanidade, à lealdade, ao sigilo profissional, ao decoro, ao respeito aos colegas e o comportamento adequado, tanto nas relações pessoais quanto nas de trabalho, com terceiros, servidores ou não;

II - assiduidade e pontualidade - avalia a frequência do servidor, tanto no que se refere ao comparecimento diário ao trabalho, quanto ao cumprimento dos horários estabelecidos ou determinados;

III – disciplina - avalia o comportamento do servidor quanto aos aspectos de observância aos preceitos, regulamentos, normas legais e orientação da chefia, respeitando a hierarquia e o acatamento das requisições de tarefas, ainda que não rotineiras, mas correlatas às funções do cargo;

IV – aptidão - avalia a capacidade do servidor em tomar providências por conta própria, dentro de sua competência, tomando iniciativa e apresentando soluções adequadas às questões ou dúvidas surgidas no trabalho, bem como avalia se a prestação de serviços é compatível com as condições de trabalho do servidor; e

V – responsabilidade e Eficiência - avalia o desenvolvimento e cumprimento das atividades do cargo, de forma planejada e organizada, dentro dos padrões, dos prazos e condições estabelecidas; avalia o desempenho com zelo, a presteza e a qualidade das tarefas que lhe forem atribuídas, bem como se utiliza e conserva materiais e equipamentos, visando a sua conservação e economia; avalia o interesse e a disposição de suas atividades, a qualidade na apresentação dos trabalhos, a capacidade de assimilar e aplicar os ensinamentos.

II – ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 3º Estágio Probatório é o período de três anos de efetivo exercício no cargo do servidor nomeado para provimento efetivo, durante o qual será verificada a conveniência ou não da sua confirmação no cargo.

Art. 4º O Sistema de Avaliação do Estágio Probatório dos servidores públicos é um processo contínuo, tendo por finalidade:

I - verificar, durante o período de três anos de efetivo serviço no cargo, a conveniência ou não da permanência do servidor em estágio probatório no cargo de provimento efetivo, em razão do disposto no artigo 41 da Constituição Federal e com base nos fatores fixados no artigo 2º deste Decreto;

II - estimular a melhoria da qualidade dos processos de trabalho visando o aumento da produtividade e eficiência dos serviços prestados;

III - proporcionar treinamento e qualificação profissional a novos servidores, buscando identificar as potencialidades de cada um.

Art. 5º Os fatores de que trata o artigo 2º deste Decreto serão avaliados no formulário de que trata o Anexo I.

Art. 6º O servidor em estágio probatório será avaliado a cada 06 (seis) meses de efetivo serviço, sendo que a última avaliação, por formulários, antecederá em 60 (sessenta) dias àquela prevista para aquisição de estabilidade pelo servidor, sem prejuízo da continuidade de apuração dos quesitos enumerados no art. 2º deste decreto.

Parágrafo Único. Para os efeitos de contagem de estágio probatório serão considerados como de efetivo exercício os dias em que o servidor estiver afastado do exercício do cargo, em virtude de férias regulamentares, participação em programa de treinamento regularmente instituído e para a participação em júri popular ou outros serviços obrigatórios por lei e as concessões previstas na lei complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, a saber:

I - Doação de sangue e/ou cadastro de medula óssea;

II – Em razão de casamento;

III – Em razão de falecimento conforme previsto nos incisos III, IV e V do artigo 135 da Lei Complementar 269/14.

Art. 7º As avaliações do servidor em estágio probatório serão de competência da chefia imediata, que deverá realizá-la no prazo de trinta dias contados do término do período da avaliação e encaminhá-la ao setor de Recursos Humanos, que a enviará para homologação junto à comissão.

§ 1º Caso o servidor em estágio probatório tenha no respectivo período mais de uma subordinação, a avaliação será realizada em conjunto entre os envolvidos.

§ 2º À chefia imediata incumbe apontar as ocorrências insatisfatórias do servidor, sob pena de ser responsabilizado por falta de verdade.

§ 3º O responsável pela avaliação preencherá o formulário de avaliação na presença do avaliado e ambos assinarão o formulário dando ciência do resultado.

§ 4º O avaliador deverá esgotar todas as possibilidades para realizar a avaliação na presença do servidor e, caso não seja possível, deverá apresentar justificativas no próprio formulário.

§ 5º Na hipótese de o servidor em estágio probatório não concordar com a avaliação, deverá expor suas razões no campo reservado no formulário, as quais serão consideradas somente quando constar data e assinatura do mesmo.

§ 6º Em caso de recusa do servidor em assinar o formulário da avaliação realizada, a chefia registrará a negativa no formulário de avaliação, na presença de duas testemunhas.

Art. 8º Somente os afastamentos elencados no parágrafo único do artigo 6º não prejudicam a avaliação do estágio probatório.

§ 1º Todos os demais afastamentos no período considerado suspendem a avaliação do estágio probatório, cujo prazo ficará automaticamente protelado até o implemento do efetivo exercício do semestre.

§ 2º Haverá suspensão da avaliação do estágio probatório no período em que o servidor estiver ocupando cargo de provimento em comissão ou função gratificada, desde que as atribuições do cargo em comissão ou da função gratificada não guardem similitude com as do cargo efetivo para o qual prestou concurso público.

Art. 9º A Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho e de Estágio Probatório poderá, a qualquer momento, entrevistar o servidor em estágio probatório, seus colegas de trabalho e/ou sua chefia imediata, se assim achar necessário, para melhor instruir seus relatórios e verificar a veracidade dos resultados.

Art. 10. Verificado, em qualquer fase do estágio, resultado inferior a 60 pontos por 02 (duas) avaliações consecutivas ou não, será processada a exoneração do servidor, mediante processo administrativo que lhe permita ampla defesa.

Parágrafo Único. O servidor não aprovado, no estágio probatório será exonerado e reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, se era estável, observados os dispositivos pertinentes.

Art. 11. Nos casos de cometimento de falta disciplinar o servidor em estágio probatório terá a sua responsabilidade apurada através de sindicância ou processo administrativo disciplinar, observadas as normas estatutárias, independente da continuidade da apuração do estágio probatório pela Comissão Permanente.

Art. 12. O servidor público municipal estável fica sujeito a estágio probatório quando nomeado para novo cargo, em razão de um novo concurso público.

Art. 13. Na hipótese de acumulação legal de cargos públicos, o estágio probatório será cumprido independentemente em relação a cada um dos cargos em que tenha sido nomeado.

Art. 14. O servidor público não poderá se afastar do exercício do cargo enquanto estiver em período de estágio probatório para usufruir licença para tratar de interesse particular.

III – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 15. A Avaliação Periódica de Desempenho é um processo administrativo sistemático e prioritariamente objetivo, realizado no mês de agosto de cada ano, para aferição do desempenho e capacitação profissional do servidor estável no serviço público.

Parágrafo Único. Será considerado estável no serviço público o servidor que tiver sido aprovado no estágio probatório.

Art. 16. O Sistema de avaliação de desempenho dos servidores públicos é um processo contínuo, tendo por finalidade:

I - verificar, anualmente, a conveniência ou não da permanência do servidor no cargo de provimento efetivo, em razão do disposto no artigo 41 da Constituição Federal e com base nos fatores fixados no artigo 2º deste Decreto;

II - identificar a necessidade de treinamento, capacitação e qualificação para melhoria de desempenho individual e coletivo;

III - fornecer informações que possibilitem ao avaliado conhecer o que a organização espera do seu desempenho;

IV - possibilitar a concessão da promoção e da progressão funcional.

Art. 17. Os fatores de que trata o artigo 2º deste Decreto serão avaliados no formulário de que trata o Anexo I.

Art. 18. As avaliações de desempenho do servidor serão de competência da chefia imediata, que deverá realizá-la no mês de agosto e encaminhá-la ao setor de Recursos Humanos, que a enviará para homologação junto à comissão.

§ 1º Caso o servidor tenha no respectivo período mais de uma subordinação, a avaliação será realizada em conjunto entre os envolvidos.

§ 2º À chefia imediata incumbe apontar as ocorrências insatisfatórias do servidor, sob pena de ser responsabilizado por falta de verdade.

§ 3º O responsável pela avaliação preencherá o formulário de avaliação, na presença do avaliado e ambos assinarão o formulário dando ciência do resultado.

§ 4º O avaliador deverá esgotar todas as possibilidades para realizar a avaliação na presença do servidor e, caso não seja possível, deverá apresentar justificativa no próprio formulário.

§ 5º Na hipótese de o servidor não concordar com a avaliação deverá expor suas razões no campo reservado no formulário, as quais serão consideradas somente quando constar data e assinatura do mesmo.

§ 6º Em caso de recusa do servidor em assinar o formulário da avaliação realizada, a chefia registrará a negativa no formulário de avaliação na presença de duas testemunhas.

Art. 19. O servidor estável que estiver ocupando cargo de comissão será avaliado por seu desempenho no cargo em que estiver ocupando.

Art. 20. Somente serão avaliados os servidores que tiverem, durante o período da avaliação, laborado por período não inferior a 180 dias, independentemente do que motivou o afastamento, excetuando-se a Licença Maternidade.

Art. 21. A Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho e de Estágio Probatório poderá, a qualquer momento, entrevistar o servidor, seus colegas de trabalho e/ou sua chefia imediata se assim achar necessário, para melhor instruir seus relatórios e verificar a veracidade dos resultados.

Art. 22. Verificado, em qualquer momento, resultado inferior a 60 pontos por 02 (duas) avaliações consecutivas ou não, num período de 05 (cinco) anos, será processada a exoneração do servidor, mediante processo administrativo que lhe permita ampla defesa.

IV – DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 23. No processo de avaliação será utilizada o "método de fatores descritivos", que se caracteriza pela consideração de 05 (cinco) fatores de avaliação, nos termos do artigo 2º deste decreto conforme anexo I.

Art. 24. Caberá aos avaliadores analisar e julgar as ações de cada servidor, baseando-se na observação de todo o período em questão, para proceder a avaliação preenchendo o formulário de avaliação.

Art. 25. Na hipótese de avaliação inferior a 60 (sessenta) pontos, o avaliador deverá justificar o resultado final da avaliação.

Art. 26. O avaliador deverá sugerir ações para correção de eventuais desvios de desempenho, indicando medidas voltadas para o desenvolvimento profissional, para correção de problemas que interferem nas atividades da área e para a mudança de postura não compatível com aquela requerida para desempenho das atividades dentro do serviço público, assim como apresentar sugestão de treinamento e capacitações.

Art. 27. Todos os fatores utilizados no processo de avaliação de desempenho e de estágio probatório estarão graduados entre insuficiente (grau 1) e excelente (grau 4), a saber:

I - Grau 1: O desempenho do servidor é muito abaixo do desejado e insuficiente para que possa realizar as atribuições do cargo que ocupa.

II - Grau 2: O desempenho do servidor é regular. Tendo seu desempenho ficado abaixo do que se espera para o cargo que ocupa.

III - Grau 3: O desempenho do servidor na realização do trabalho é bom, atingindo o desempenho esperado para o cargo que ocupa.

IV - Grau 4: O desempenho do servidor na realização do trabalho é excelente, sempre acima do esperado para o cargo que ocupa.

V – DA COMISSÃO PERMANENTE

Art. 28. O Chefe do Poder Executivo nomeará Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho e de Estágio Probatório, composta por, no mínimo, 10 servidores, a qual compete homologar as avaliações de desempenho de servidor em estágio probatório e as atribuições de desempenho de servidor efetivo nos termos deste artigo e seus parágrafos, tendo a seguinte composição:

I – representantes dos servidores efetivos indicados pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Município de Pomerode;

II – representantes dos servidores efetivos do Poder Executivo Municipal;

III – representantes dos servidores efetivos do Poder Legislativo Municipal; e

IV – representantes dos servidores efetivos das fundações públicas e autarquias.

Parágrafo Único. Cada formulário de avaliação será homologado por no mínimo três integrantes da Comissão, sendo dois indicados pelo Chefe do poder e um representante do Sindicato.

Art. 29. Compete à Comissão Permanente de Avaliação de desempenho e de Estágio Probatório:

I - orientar e acompanhar todo o processo de avaliação ou nele intervir em qualquer fase;

II - solicitar a assistência de qualquer órgão técnico da Prefeitura Municipal, principalmente de perícias médicas, de segurança e medicina do trabalho, sempre que necessária ao bom termo do processo de avaliação;

III - analisar e julgar os recursos recebidos, podendo requisitar quaisquer peças, documentos ou processos e entrevistar o servidor, seus colegas de trabalho, as chefias ou os servidores por ela

designados para a avaliação da veracidade, se assim for necessário para a melhor instrução do relatório final;

IV – homologar a avaliação dos servidores no prazo de trinta dias do seu recebimento.

V – ao término da última avaliação de Estágio Probatório efetuar o preenchimento do Relatório Final de Avaliação de Desempenho por Término do Estágio Probatório (Anexo II), encaminhando-o ao setor de Recursos Humanos, para integrar à pasta funcional do servidor.

Art. 30. Verificado que o formulário de avaliação foi preenchido em sua totalidade e, se for o caso, justificado e indicado medidas voltadas para o desenvolvimento profissional para correção de problemas, tendo o servidor concordado com sua avaliação, a comissão homologará automaticamente a avaliação e encaminhará para o setor de recursos humanos para que este dê publicidade ao ato.

§ 1º Tendo o avaliado discordado do resultado de sua avaliação e manifestado recurso no formulário de avaliação, a comissão irá apurar o caso, através de entrevistas com o servidor avaliado, seus colegas de trabalho e/ou sua chefia imediata ou ainda através de outros meios que julgarem necessários e, se for o caso, anular a avaliação refazendo-a com base nos dados obtidos através de seu relatório de apuração.

§ 2º Tendo a comissão recebido denúncias sobre inverdades apresentadas no resultado final da avaliação, deverá esta apurar os fatos através dos meios que julgar necessários e, se for o caso, anular a avaliação refazendo-a com base nos dados obtidos através de seu relatório de apuração.

§ 3º Confirmada as irregularidades referidas nos § 1º ou § 2º, a comissão solicitará ao Chefe do Poder a abertura de sindicância ou Processo administrativo disciplinar contra o avaliador e/ou avaliado.

V – DO AVALIADOR E DO AVALIADO

Art. 31. Ao avaliador compete:

I - efetuar a avaliação de servidores, sob sua subordinação;

II - preencher o formulário de avaliação na presença do servidor, respeitando a data de entrega estabelecida neste decreto;

III – permitir que o avaliado analise o resultado final de sua avaliação e se manifeste;

IV - propor condições de aperfeiçoamento aos servidores, a fim de qualificá-los para o desempenho de suas atribuições;

V - identificar dificuldades no cumprimento dos padrões de assiduidade, pontualidade, disciplina, eficiência, responsabilidade, relacionamento e promover ações que possibilitem a melhor integração do servidor às rotinas de trabalho;

VI - prestar os esclarecimentos necessários acerca do servidor avaliado quando solicitado pela Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho e Estágio Probatório.

Art. 32. Ao avaliado compete:

I - tomar conhecimento do sistema de avaliação, solicitando informações, se julgar necessário, à sua chefia imediata, à área de recursos humanos ou à Comissão de Avaliação de Desempenho e de Estágio Probatório;

II - analisar a avaliação feita pela chefia imediata;

III - dar ciência ou registrar sua opinião no Formulário de avaliação, como recurso à Comissão Permanente;

IV - assinar e datar o formulário de avaliação;

V - prestar os esclarecimentos necessários, quando solicitado pela Comissão de Avaliação de Desempenho e de Estágio Probatório.

VI – DO RESULTADO FINAL E DO RECURSO

Art. 33. O processo de avaliação será graduado em quatro diferentes níveis:

I – insuficiente – pontuação compreendida entre 00 (zero) e 39 (trinta e nove) pontos;

II – regular – pontuação compreendida entre 40 (quarenta) e 59 (cinquenta e nove) pontos;

III – bom – pontuação entre 60 (sessenta) e 89 (oitenta e nove) pontos;

IV – excelente – pontuação entre 90 (noventa) e 100 (cem) pontos.

Parágrafo Único. Tendo o servidor atingido resultado inferior a 60 pontos, por duas avaliações seguidas ou não em estágio probatório ou de desempenho num período de 05 (cinco) anos, deverá ser encaminhado para exoneração, mediante processo administrativo disciplinar, que lhe garanta ampla defesa e contraditório.

Art. 34. O critério de assiduidade será mensurado durante o período avaliativo, conforme a escala abaixo para os servidores efetivos:

I nenhuma falta injustificada : 10 (dez) pontos;

II até 01 (uma) falta injustificada: 08 (oito) pontos

II até 02 (duas) faltas injustificadas: 06 (seis) pontos;

III até 03 (três) faltas injustificadas: 04 (quatro) pontos;

IV até 04 (quatro) faltas injustificadas: 02 (dois) pontos

IV igual ou superior a 05 (cinco) faltas injustificadas: 0 (zero) ponto.

Art. 35. O servidor municipal que discordar do resultado de sua avaliação deverá manifestar por escrito suas razões da discordância no campo específico do formulário de avaliação.

Parágrafo Único. O recurso somente será provido quando a avaliação:

I - não for executada na forma prevista neste Decreto;

II - a decisão tiver sido injusta;

III - os fatos alegados foram comprovadamente inverídicos.

Art. 36. Tendo sido indeferido o recurso por parte da Comissão permanente, o avaliado poderá protocolizar recurso ao Chefe do Poder no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência do indeferimento, que terá o prazo de (20) dias para proferir seu julgamento.

VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Os servidores postos à disposição de outros órgãos devem ser avaliados no local de exercício pelo seu chefe imediato.

Art. 38. Os casos omissos serão dirimidos pelo Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, que emitirá os atos complementares necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 39. Este Decreto entra em vigor em 04 de maio de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

ANEXO I

() ____ª AVALIAÇÃO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

() AVALIAÇÃO DE desempenho de SERVIDOR (____ / ____)

Nome do Avaliado:	
Cargo:	
Data de Admissão:	
Secretaria:	
Divisão:	

Cargo:	
Período da Avaliação:	
Nome do(s) Avaliador(es):	
Cargos:	

1) Quanto à adequação às normas, regras e procedimentos que regulam as atividades e condutas no âmbito do Serviço Público.

PONTUAÇÃO

RESPOSTA

00 PONTOS

Não respeita s normas, regras e procedimentos, agindo em desacordo com estes.

02 PONTOS

Em regra não segue as normas, regras ou procedimentos. Quando alertado adéqua seu proceder.

04 PONTOS

Em regra segue as normas, regras e procedimentos, buscando esclarecimentos prévios quando tem alguma dúvida.

06 PONTOS

Sempre cumpre as normas, regras e procedimentos.

08 PONTOS

Sempre cumpre as normas, regras e procedimentos, além de estimular os colegas de trabalho ao cumprimento dos mesmos.

OBS: _____

2) Quanto aos relacionamentos interpessoais no ambiente de trabalho, considerando chefia, colegas, estagiários, terceirizados, partes, servidores de outros órgãos públicos, fornecedores e público externo.

PONTUAÇÃO

RESPOSTA

00 PONTOS

Desrespeita as pessoas ou não é urbano ou inicia ou mantém atritos que prejudicam o andamento dos trabalhos.

02 PONTOS

Em algum momento desrespeita ou não é urbano com alguma pessoa ou mantém atrito que prejudica o andamento dos trabalhos.

04 PONTOS

Preocupa-se em respeitar as pessoas agindo com urbanidade ou esforça-se para sanar os conflitos em que é parte envolvida no trabalho.

06 PONTOS

Sempre respeita e trata com urbanidade a todos.

08 PONTOS

Sempre respeita e trata com urbanidade a todos, sendo cortês e auxiliando e promovendo a resolução de conflitos que porventura aconteçam no ambiente de trabalho.

OBS: _____

3) Quanto à quantidade de atividades realizadas, consideradas a realidade de cada unidade de lotação e da complexidade das tarefas.

PONTUAÇÃO

RESPOSTA

00 PONTOS

Não realiza todas as atividades e tarefas que lhe são atribuídas, causando atraso no andamento dos trabalhos.

02 PONTOS

Normalmente realiza todas as atividades e tarefas que lhe são atribuídas, sendo que, quando ocorre de não cumprir com todas, não apresenta justificativa consistente.

04 PONTOS

Realiza todas as atividades e tarefas que lhe são atribuídas.

06 PONTOS

Realiza todas as atividades e tarefas que lhe são atribuídas, além de auxiliar em outras relativas à unidade de lotação.

OBS: _____

4) Quanto à qualidade do conteúdo técnico da atividade executada ou do trabalho apresentado.

PONTUAÇÃO

RESPOSTA

00 PONTOS

As ações que realiza ou os trabalhos / documentos que apresenta não atendem aos requisitos técnicos, precisando ser refeitos.

02 PONTOS

Eventualmente apresenta falhas quanto aos requisitos técnicos, nas ações que realiza ou nos trabalhos/documentos que apresenta, precisando de correções.

04 PONTOS

As ações que realiza ou os trabalhos/documentos que apresenta atendem aos requisitos técnicos.

06 PONTOS

As ações que realiza ou os trabalhos / documentos que apresenta atendem aos requisitos técnicos, além de colaborar com os colegas de trabalho no desenvolvimento de suas habilidades.

OBS: _____

5) Quanto à capacidade de assimilar conhecimentos e aplicá-los na execução de suas atividades.

PONTUAÇÃO

RESPOSTA

00 PONTOS

Apesar de orientado e informado, não assimila os conhecimentos ou, assimilando-os, não os aplica da forma estabelecida na execução de suas atividades/tarefas.

02 PONTOS

Em regra, orientado e informado, não assimila os conhecimentos ou, assimilando-os, não os aplica da forma estabelecida na execução de suas atividades/tarefas, e não pede orientação, preferindo evitar a realização da tarefa.

04 PONTOS

Orientado e informado, assimila os conhecimentos e os aplica da forma estabelecida na execução de suas atividades/ tarefas.

06 PONTOS

Orientado e informado, assimila os conhecimentos e os aplica da forma estabelecida na execução de suas atividades/ tarefas, além de colaborar como multiplicador do conhecimento junto aos colegas na realização de suas atividades/tarefas.

OBS: _____

6)

Quanto ao grau de conhecimento teórico acerca das atividades relativas ao cargo que exerce.

PONTUAÇÃO	RESPOSTA
00 PONTOS	Não detém ou falta-lhe a maioria dos fundamentos teóricos imprescindíveis ao exercício do cargo e não busca adquiri-los.
02 PONTOS	Faltam-lhe pontuais fundamentos teóricos necessários ao exercício do cargo, mas busca supri-los.
04 PONTOS	Detém o conhecimento teórico suficiente ao exercício do cargo.
06 PONTOS	Detém o conhecimento teórico suficiente ao exercício do cargo e compartilha.

OBS: _____

7) Quanto ao domínio do planejamento e organização das suas atividades e tarefas.

PONTUAÇÃO	RESPOSTA	
00 PONTOS	Não planeja e não organiza s necessita sempre ser supervi	06 PONTOS Planeja e organiza adequada zação da unidade de lotação.
02 PONTOS	Por vezes, necessita ser orien ao andamento do serviço.	OBS: _____
04 PONTOS	Planeja e organiza adequadame	_____

8) Quanto à forma de execução das suas atividades.

PONTUAÇÃO	RESPOSTA
00 PONTOS	Não segue os procedimentos operacionais padrão ou as orientações recebidas, gerando o não alcance dos resultados previstos.
02 PONTOS	Em regra, não segue procedimentos operacionais padrão ou as orientações recebidas, dificultando ou tardando o alcance dos resultados previstos.
04 PONTOS	Em regra, segue os procedimentos operacionais padrão ou as orientações recebidas e mesmo assim, as vezes, os resultados previstos não são alcançados.
06 PONTOS	Segue os procedimentos operacionais padrão ou as orientações recebidas, alcançando os resultados previstos.
08 PONTOS	Segue os procedimentos operacionais padrão ou as orientações recebidas, alcançando os resultados previstos, além de propor, quando necessário, a revisão das rotinas operacionais.
OBS: _____	

9) Quanto à iniciativa em resolver os problemas que surgem na execução das suas atividades e tarefas.

PONTUAÇÃO

RESPOSTA

00 PONTOS

Não possui iniciativa ou tem dificuldade em resolver os problemas que surgem na execução das suas atividades e tarefas e os leva para outra pessoa resolver.

02 PONTOS

Tem dificuldade em resolver os problemas que surgem na execução das suas atividades e tarefas e os leva para outra pessoa resolver.

04 PONTOS

Consegue solucionar somente os problemas de menor complexidade que surgem na execução das suas atividades e tarefas e dá o correto encaminhamento aos que não consegue resolver.

06 PONTOS

Soluciona adequadamente todos os problemas que surgem na execução das suas atividades e tarefas.

08 PONTOS

Soluciona adequadamente todos os problemas que surgem na execução das suas atividades e tarefas e apresenta soluções inovadoras.

OBS: _____

10) Quanto ao modo como utiliza e mantém os recursos (equipamentos, materiais, comunicações, sistemas corporativos, softwares, ferramentas, etc.) colocados à disposição pela Instituição.

PONTUAÇÃO

RESPOSTA

00 PONTOS

Sempre desperdiça materiais, não utiliza adequadamente os recursos e/ou faz uso dos recursos para finalidade diversa da do Serviço Público.

02 PONTOS

Desperdiça materiais, não utiliza adequadamente os recursos e não busca aprender a melhor utilizar os recursos dos quais não tem domínio completo.

04 PONTOS

Procura bem utilizar materiais e busca aprender a utilizar melhor os recursos dos quais não tem domínio completo.

06 PONTOS

Utiliza os materiais e usa os recursos necessários às suas atividades e tarefas de forma adequada.

08 PONTOS

Utiliza os materiais e usa os recursos necessários às suas atividades e tarefas de forma adequada, além de auxiliar colegas de trabalho a bem utilizar equipamentos e sistemas corporativos.

OBS: _____

11) Quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos da forma recomendável ou combinada, nos prazos necessários.

PONTUAÇÃO

RESPOSTA

00 PONTOS

Não cumpre com os compromissos assumidos no âmbito do Serviço
12) Em relação a subordinação e ao cumprimento de ordens.

PONTUAÇÃO	RESPOSTA
00 PONTOS	Não aceita métodos e ordens de serviço que afetem sua rotina normal de trabalho, precisando sempre de acompanhamento para segui-la.
02 PONTOS	Algumas vezes não acata as ordens de serviço e/ou não segue os métodos apresentados, acarretando ocasionais necessidades de intervenções e acompanhamento.
04 PONTOS	Reage adequadamente, acatando e assimilando as ordens superiores e novos métodos, mas necessita de alguma supervisão
06 PONTOS	Aceita as novas ordens e assimila perfeitamente os novos métodos estabelecidos.
OBS: _____ _____ _____ _____ _____	

13) Quanto à pontualidade ao trabalho.

Público e não apresenta justificativa ou, quando apresenta, ela é inconsistente.

02 PONTOS

Somente quando pressionado cumpre com os compromissos assumidos no âmbito do Serviço Público.

Prevendo impossibilidade de cumprimento, não propõe alternativas de execução.

Quando descumpre, não apresenta justificativa ou apresenta justificativa inconsistente.

04 PONTOS

Cumpre com os compromissos assumidos no âmbito do Serviço Público.

Prevendo impossibilidade de cumprimento, não propõe alternativas de execução.

06 PONTOS

Cumpre com os compromissos assumidos no âmbito do Serviço Público.

Prevendo impossibilidade de cumprimento, propõe alternativas de execução.

08 PONTOS

Cumpre com os compromissos assumidos no âmbito do Serviço Público.

Prevendo impossibilidade de cumprimento, propõe alternativas de execução, além de colaborar no sentido de que os colegas de trabalho também assim procedam.

OBS: _____

PONTUAÇÃO	RESPOSTA
00 PONTOS	Quando durante o período avaliativo apresentar 05 (cinco) ou mais chegadas tardias ou saídas antecipadas, não autorizadas, superiores a 15 minutos diários.
02 PONTOS	Quando durante o período avaliativo apresentar de 03 (três) a 04 (quatro) chegadas tardias ou saídas antecipadas, não autorizadas, superiores a 15 minutos diários.
04 PONTOS	Quando durante o período avaliativo apresentar de 01 (uma) a 02 (duas) chegadas tardias ou saídas antecipadas, não autorizadas, superiores a 15 minutos diários.
06 PONTOS	Quando durante o período avaliativo não apresentar nenhuma chegada tardia ou saída antecipada, não autorizada, superior a 15 minutos.
OBS: _____ _____ _____ _____ _____	

14) Quanto à frequência ao trabalho.

PONTUAÇÃO	RESPOSTA
00 PONTOS	Quando durante o período avaliativo apresentar 05 (cinco) ou mais faltas injustificadas.
02 PONTOS	Quando durante o período avaliativo apresentar 04 (quatro) faltas injustificadas.
04 PONTOS	Quando durante o período avaliativo apresentar 03 (três) faltas injustificadas.
06 PONTOS	Quando durante o período avaliativo apresentar 02 (duas) faltas injustificadas.
08 PONTOS	Quando durante o período avaliativo apresentar 01 (uma) falta injustificada.
10 PONTOS	Quando durante o período avaliativo não apresentar nenhuma falta injustificada.
OBS: _____	

TABELA DE PONTUAÇÃO

1ª Questão	Pontos
2ª Questão	Pontos
3ª Questão	Pontos
4ª Questão	Pontos
5ª Questão	Pontos
6ª Questão	Pontos
7ª Questão	Pontos
8ª Questão	Pontos
9ª Questão	Pontos
10ª Questão	Pontos
11ª Questão	Pontos
12ª Questão	Pontos
13ª Questão	Pontos
14ª Questão	Pontos
PONTUAÇÃO TOTAL	

Tabela de Nota para Obtenção do Resultado Final

()	Insuficiente	Pontuação entre 00 (zero) e 39 (trinta e nove)
()	Regular	Pontuação entre 40 (quarenta) e 59 (cinquenta e nove)
()	Bom	Pontuação entre 60 (sessenta) e 89 (oitenta e nove)
()	Excelente	Pontuação entre 90 (noventa) e 100 (cem)

MANIFESTAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO QUANTO AO RESULTADO DA AVALIAÇÃO

JUSTIFICATIVA DO AVALIADOR QUANTO AO RESULTADO FINAL

Assinatura do avaliador Assinatura do servidor avaliado

HOMOLOGAÇÃO

A Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho de Servidor Efetivo e Servidor em Estágio Probatório, composta pelos servidores abaixo relacionados, tendo em vista os fatores avaliados e os critérios de aptidão e capacidade previstos no art. 34 e art. 36 da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, homologa a avaliação com conceito:

- () Insuficiente
() Regular
() Bom
() Excelente

Data de Homologação: ____/____/____.

Membro representante do Sindicato

Nome: _____

Cargo: _____

Membro representante do Executivo/Legislativo/Autarquia

Nome: _____

Cargo: _____

Membro representante do Executivo

Nome: _____

Cargo: _____

ANEXO II

RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR TÉRMINO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Servidor: _____

Matrícula: _____

Cargo: _____

Lotação: _____

Período do Estágio Probatório: _____

O Secretário (a) Municipal e os servidores membros da comissão nomeada para analisar os Relatórios de Acompanhamento Periódico e demais documentos relativos à Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório do servidor acima citado são de parecer () favorável () desfavorável, à sua efetivação no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Pomerode, em ____ de ____ de ____.

Secretário Municipal

Nome: _____

Membro da Comissão

Nome: _____

Membro da Comissão

Nome: _____

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO ATA 2015

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº. 013/2015FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2015FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA.

CONTRATADA: ADEMIR JOSE DOS SANTOS CNPJ: 19.468.666/0001-05

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, para possível contratação de empresa para prestação de serviços de mecânica, serviços elétricos e de chapeação em geral, para veículos leves e utilitários para a manutenção da frota municipal.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 10.600,00 (DEZ MIL E SEISCENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: DE 05 DE MAIO DE 2015 A 05 DE MAIO DE 2016.

PONTE SERRADA- SC 05 DE MAIO DE 2015.

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº. 013/2015FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2015FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA.

CONTRATADA: RUDIMAR TENUCCI ME CNPJ: 06.322.793/0001-41

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, para possível contratação de empresa para prestação de serviços de mecânica, serviços elétricos e de chapeação em geral, para veículos leves e utilitários para a manutenção da frota municipal.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 21.300,00 (VINTE E UM MIL E TREZENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: DE 05 DE MAIO DE 2015 A 05 DE MAIO DE 2016.

PONTE SERRADA- SC 05 DE MAIO DE 2015.

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº. 013/2015FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2015FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA.

CONTRATADA: JM SERVIÇOS ELÉTRICOS E LAVAGEM EIRELI ME CNPJ: 20.133.786/0001-22

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, para possível contratação de empresa para prestação de serviços de mecânica, serviços elétricos e de chapeação em geral, para veículos leves e utilitários para a manutenção da frota municipal.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.980,00 (OITO MIL NOVECENTOS E OITENTA REAIS).

VIGÊNCIA: DE 05 DE MAIO DE 2015 A 05 DE MAIO DE 2016.

PONTE SERRADA- SC 05 DE MAIO DE 2015.

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº. 013/2015FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2015FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA.

CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA PONTE SERRADA LTDA CNPJ: 07.386.396/0001-04

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, para possível contratação de empresa para prestação de serviços de mecânica, serviços elétricos e de chapeação em geral, para veículos leves e utilitários para a manutenção da frota municipal.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 20.400,00 (VINTE MIL QUATROCENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: DE 05 DE MAIO DE 2015 A 05 DE MAIO DE 2016.

PONTE SERRADA- SC 05 DE MAIO DE 2015.

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 710/2015

DECRETO Nº 710, de 06 de maio de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0211 – SEC. MUN. DE CULTURA E TURISMO		
ATIVIDADE	2092 – Manutenção Secretaria de Cultura e Turismo		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	140	100.000,00
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	142	20.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		120.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do Exercício, na Fonte 100 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 06 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 711/2015

DECRETO Nº 711, de 06 de maio de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e Artigo 5º, Inciso II, da Lei Municipal nº 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0203 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		
ATIVIDADE	2004 – Manutenção DEMUTRAN		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	8	10.000,00
UNIDADE	0207 – SEC.MUN. DE TRANSP, OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
ATIVIDADE	2028 – Manutenção Departamento de Urbanismo		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	49	20.000,00
ATIVIDADE	2018 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública		
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	52	120.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		150.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação na Fonte 100.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 06 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

EXTRATO DE CONTRATO 006/2015 FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 006/2015 – FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME.

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática, equipamentos de áudio e móveis para escritório para o Corpo de Bombeiros Militar de Porto União.

Valor Total: R\$ 11.607,00 (Onze mil seiscentos e sete reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 003/2015- FUNREBOM, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 27 de abril de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 007/2015 FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 007/2015 – FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e Dismacenter Indústria e Comércio de Móveis Ltda – EPP.

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática, equipamentos de áudio e móveis para escritório para o Corpo de Bombeiros Militar de Porto União.

Valor Total: R\$ 3.620,00 (Três mil seiscentos e vinte reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 003/2015- FUNREBOM, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 27 de abril de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Dismacenter Indústria e Comércio de Móveis Ltda – EPP.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 008/2015 FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 008/2015 – FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e VW Comércio Atacadista Ltda.

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática, equipamentos de áudio e móveis para escritório para o Corpo de Bombeiros Militar de Porto União.

Valor Total: R\$ 1.350,00 (Um mil trezentos e cinquenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 003/2015- FUNREBOM, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 27 de abril de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

VW Comércio Atacadista Ltda.

Contratada

LEI Nº 4.322/2015

LEI Nº 4.322, de 12 de maio de 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio de Cooperação Técnica para disponibilizar Servidor Público Municipal à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnica com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, com o objetivo de disponibilizar, quando necessário, servidor público municipal, com habilitação compatível com o cargo, para fins de inspeção de produtos de origem animal a estabelecimentos que possuam Serviço de Inspeção Estadual – S.I.E, no âmbito do Município de Porto União – SC.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º O período de vigência do Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, podendo ser prorrogado por igual período, mediante Termo Aditivo, nos termos da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Porto União (SC), 12 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI Nº 4.323/2015

LEI Nº 4.323, de 12 de maio de 2015.

Aprova o Plano Municipal de Educação – PME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de Junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

- I- erradicação do analfabetismo;
- II- universalização do atendimento escolar;
- III- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV- melhoria da qualidade da educação;
- V- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública e dos recursos Públicos para a Educação;
- VII- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município;
- VIII- valorização dos (as) profissionais da educação;

IX- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;

X- articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;

XI- garantia do atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

XII- promoção da articulação com o Estado e a União na implementação das políticas educacionais.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I- Secretaria Municipal de Educação – SME;

II- Comissão de Educação da Câmara Municipal;

III- Conselho Municipal de Educação – CME.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I- divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações;

II- analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas.

Art. 5º O Município promoverá a realização de pelo menos 02 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, articuladas e coordenadas pelo Conselho Municipal de Educação, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. As conferências realizar-se-ão com intervalo de até 04 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PME e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação para o decênio subsequente.

Art. 6º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de maio de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 003/2015 FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 003/2015- FUNREBOM

Pregão Presencial 003/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Dismacenter Indústria e Comércio de Móveis Ltda – EPP,

Fênix Informática e Telefonia Ltda e

VW Comércio Atacadista Ltda.

Porto União SC, 27 de abril de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.323/2015 - ANEXO

**SME - Secretaria Municipal
da Educação de Porto União**



Porto União – 2015

Equipe Técnica da Secretaria Municipal da Educação**Coordenação Geral:**

Bento Trindade Jr.

Equipe:

Adriana Mary Correa Stacechen

Ana Paula Karpinski Casanova

Arlete Tabaca Cardoso

Cecília Clarete Kopko Tidre

Célia Regina Plautz Buch

Eliane Regina Karpowicz Stringhini

Maria Estela Flenik

Rute dos Santos Renner

Silvia Aparecida Roiek Corrêa

Tiago Antonio Gomes

Expediente

Prefeito Municipal: Anízio de Souza

Vice-Prefeito: Aloisio Salvatti

Secretário Municipal da Educação: Bento Trindade Jr.

Comissão Municipal para elaboração do **Plano Municipal de Educação**

DECRETO Nº 436, de 30 de abril de 2014

I- Presidente – Secretário Municipal de Educação: Bento Trindade Júnior;

II- Vice-Presidente – Presidente do Conselho Municipal de Educação: Adriana Mary Correa Stacechen;

III- Representante do Poder Executivo: Giovana Müller;

IV- Representante do Poder Legislativo: Ayres Niedzielski;

V- Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) Educação Infantil: Célia Regina Plautz Buch;

b) Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Ana Paula Karpinski Casanova;

c) Ensino Fundamental – Anos Finais: Maria Estela Flenik Santos;

d) Educação de Jovens e Adultos: Sandra Mara Pfleger Sass;

e) Educação Profissionalizante: Rute dos Santos Renner;

f) Educação Especial: Eliane Regina Karpowicz Stringhini.

VI-Representantes das Secretarias Municipais:

a) Secretaria Municipal de Administração e Esporte: Paulo Rubens Buch e Davi Damasceno dos Santos;

b) Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade: Ricardo Dragoni;

c) Secretaria Municipal de Agricultura: Roberto Bonfleur;

d) Secretaria Municipal de Cultura e Turismo: Ari Krüger dos Passos e Therezinha Leony Wolff;

e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: Eiride Kreuzberg;

f) Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos: Ruy Breyer de Carvalho;

g) Secretaria Municipal de Saúde: Alice Christiane do Nascimento Sczemberg;

h) Secretaria Municipal de Planejamento: Fernando Antonio Kurten Jung;

i) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente: Adriana Weber;

VII- Representantes das Escolas Municipais:

a) Educação Infantil: Cristiane Patrícia Briski e Mônica Langa;

b) Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Marcelo Amaro e Tiago Antonio Gomes;

c) Ensino Fundamental – Anos Finais: Michele Metelski e Tiago Metzler de Brito;

d) Educação de Jovens e Adultos: Vilma Teresinha Bulek;

e) APP – Salete Maria Weber.

VIII- Representantes das Escolas Estaduais:

- a) **Ensino Fundamental:** Marlene Ap. G. Campos;
- b) **Ensino Médio:** Rose Maria Farias;
- c) **Educação de Jovens e Adultos:** Henriette Cristine Bonfleur.

IX- Representantes das Escolas da Iniciativa Privada:

- a) **Educação Infantil:** Gisele Hey
- b) **Ensino Fundamental:** Sibila E. Kreuzberg da Silva;
- c) **Ensino Médio:** Cristiane Rodrigues Calisto.

X- Representantes das Escolas Filantrópicas – Educação Especial:

- a) **APAE:** Maria Salete Muller;
- b) **APADAF:** Sandra Mara Paulichen Wimmer.

XI- Representantes das Instituições de Ensino Superior:

- a) **UNC:** Carmen Lígia Barbosa Gruner;
- b) **UNIGUAÇU:** Rosicler Duarte Barbosa;
- c) **UNESPAR:** Aurélio Bona Junior.

XII- Representantes Estudantis:

- a) **Ensino Fundamental:** Marcos Paulo Weber dos Santos;
- b) **Ensino Médio:** Maria Eduarda Bachmann;
- c) **Universitário:** Ruan Guilherme Wolf.

XIII- Conselhos Municipais:

- a) **FUNDEB:** Andreza Kerli Correa Dalgallo;
- b) **Alimentação Escolar:** Mariana Bona Grim Kreling;
- c) **Conselho Tutelar:** Severino Brancalone;
- d) **Assistência Social:** Silmara Talamini;
- e) **Idoso:** Silvia Luiza Lerner;
- f) **Trânsito:** César Fernando Viganó;
- g) **Políticas sobre Drogas:** Glaucia Ilkiv Foggiatto Calistro;

- h) **Direitos da Criança e do Adolescente:** Cecília Clarete Kopko Tidre;
- i) **Da Pessoa com Deficiência:** Renata de Lurdes Silva de Souza.

XIV- Representante da União das Associações de Moradores do Município de Porto União – UNICOM:
Celso Dionísio Drosdoski;

XV- Representante de Entidade Religiosa: Nilson Carlos Souza;

XVI- Representante da Imprensa:
Camila Schmidt Godoi;

XVII-Representantes da Segurança Pública:

- a) Albertino Mafra;
- b) Marco Aurélio Ariatti;
- c) Claudinei Kziozek.

APRESENTAÇÃO

Elaborar coletivamente um Plano Municipal é sempre um grande desafio. Quando se trata da Educação, o desafio é maior ainda, pois perpassa todos os setores da sociedade, envolve todas as Secretarias Municipais e exige um amplo conhecimento de “quem somos”, “do que dispomos” e “o que queremos”, para que possamos democraticamente tomar a melhor decisão sobre “o que faremos” e, principalmente “como faremos”.

Vivemos um momento importante em nossa jovem democracia. Estamos continuamente amadurecendo para a compreensão e a tomada de decisões dentro de um processo que precisa ser constantemente reavaliado e reorientado.

O presente Plano Municipal de Educação resulta de um esforço coletivo amplamente participado por todos os setores que direta ou indiretamente a ele se referem, e aponta para um futuro próximo de grandes conquistas educacionais que visam contribuir com uma cidade mais humanizada, inclusiva e desenvolvida, tanto nos aspectos econômicos como sociais.

Coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, sua construção se iniciou no final do ano de 2013, quando a Equipe Pedagógica desta Secretaria participou de encontros estaduais organizados para este fim.

No primeiro trimestre de 2014, foram mobilizados os órgãos governamentais e a sociedade civil organizada de Porto União que, reunidos na Câmara Municipal no dia 04 de abril, assumiram, por meio de seus representantes, o compromisso de participar de forma engajada no processo. A seguir foram organizados os Grupos de Trabalho, cujos nomes dos integrantes foram publicados oficialmente no dia 30 do mesmo mês, sob o título de Comissão Municipal para Elaboração do Plano Municipal de Educação.

No mês de maio de 2014 os grupos passaram a realizar encontros semanais para levantamento e discussão dos dados necessários. Este trabalho foi interrompido pela ocorrência das enchentes que, no mês de junho, assolaram a cidade e deixaram muita destruição, alterando significativamente o calendário e as prioridades de toda a administração pública.

No dia 25 de junho de 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação, por meio da Lei 13.005, que apresentou novas demandas e estabeleceu o prazo para que os municípios aprovassem seus respectivos planos.

Para atender o prazo, no segundo semestre deste mesmo ano as discussões foram retomadas pelos GTs e no mês de novembro houve uma nova reunião com todos os seus representantes para apresentação geral dos dados

e reorientação dos trabalhos. Na primeira quinzena do mês de dezembro os GTs se reuniram para o estabelecimento das metas e estratégias necessárias.

No primeiro trimestre de 2015 os dados, as metas e as estratégias elaborados até então, foram amplamente debatidos nas escolas para conhecimento e sugestões.

No mês de abril, a minuta do Plano Municipal de Educação foi finalizada e enviada a todos os órgãos públicos e à sociedade civil organizada para conhecimento prévio e sugestão de emendas.

No dia 30 de abril de 2015, foi realizada a Conferência Municipal de Educação, com participação de delegados de todos os setores envolvidos na construção do Plano, para aprovação da minuta e das emendas enviadas, via mensagem do Poder Executivo, para ao Poder Legislativo, no dia 04 de maio de 2015.

O texto foi aprovado e este Plano Municipal de Educação tornou-se a Lei nº. **4.323 de 12 de maio de 2015**. Ele se traduz em uma grande tomada de consciência educacional de nosso Município e norteará as principais ações públicas para a Educação nos próximos 10 anos.

Porto União, 12 de maio de 2015.

Bento Trindade Júnior

Secretário Municipal de Educação.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 já apontava, no inciso VI do artigo 216, que a Educação Nacional deveria ser regida pelo princípio da Gestão Democrática. Passou-se quase uma década para que essa incumbência Constitucional fosse regulamentada. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabeleceu, no Art. 9º que

A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Contudo, somente em 2001 foi aprovado, em forma de lei, o primeiro Plano Nacional de Educação que, segundo Saviani, sofreu

Os efeitos da determinação estrutural própria da forma social capitalista sobre a política educacional (...) que é tratada separadamente da política econômica e a está subordinada. Com isso a política social acaba sendo considerada como um paliativo aos efeitos antissociais da economia padecendo das mesmas limitações e carências que aqueles efeitos provocam na sociedade como um todo (1998; p. 3-4).

Para o autor, tratava-se de um Plano elaborado à margem dos grandes debates educacionais realizados pela classe profissional dos professores, sob a encomenda de políticas neoliberais que acabavam por submeter as questões educacionais às questões econômicas, nos moldes do neoliberalismo, o que impedia a realização do caráter democrático que deveria conter.

Em 2010, às vésperas do vencimento da vigência do primeiro PNE, foi organizada a primeira Conferência Nacional da Educação (CONAE), com o objetivo de discutir ampla e democraticamente os objetivos e metas para a educação Nacional, iniciando-se na esfera municipal, passando para a estadual e finalizando o processo em nível Nacional. Essa Conferência tinha por função subsidiar a organização do novo Plano Nacional de Educação que deveria ser aprovado pelo Congresso Nacional em 2011, para vigorar pelos 10 anos seguintes.

O Plano foi organizado e amplamente debatido em todo o território Nacional e transformou-se em Projeto de Lei que tramitou no Congresso Nacional por quase quatro anos.

Em 2013 foi organizada a segunda CONAE, com o objetivo de rediscutir e pressionar o Congresso para que aprovasse o PNE, o que aconteceu, enfim, pela Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014.

Esta Lei estabelece, no Art. 8º que

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.

§ 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:

I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;

II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;

III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV - promovam a articulação Inter federativa na implementação das políticas educacionais.

§ 2º Os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de que trata o caput deste artigo, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Em atendimento à Lei, mas principalmente, em reconhecimento à necessidade da construção democrática das políticas educacionais para o Município de Porto União, o presente Plano Municipal de Educação foi construído observando-se todas as prescrições dos incisos anteriormente citados.

Consta de quatro partes: 1) Aspectos históricos, geográficos, socioeconômicos e culturais; 2) Dados gerais; 3) Dados educacionais e 4) metas e estratégias.

Na primeira parte, há uma breve apresentação do município em seu contexto geral, pontuando sua localização, seu povo, sua história e suas condições materiais de existência.

Na segunda, são apresentados de forma comentada os principais dados levantados sobre os mais diversos setores da sociedade que direta ou indiretamente se relacionam à educação, como dados de infraestrutura, trabalho, saúde, entre outros.

Na terceira, são apresentados minuciosamente os dados especificamente educacionais, cujo levantamento subsidiou sobremaneira o estabelecimento das metas e estratégias deste Plano.

Por fim, na última parte, são elencadas as metas e estratégias às quais o Município de Porto União, por meio de seus governos e da sociedade civil organizada, se compromete pelos próximos 10 anos.

METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 1 - Educação Infantil – Universalizar até 2016 a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência desse PME.

Indicador	Brasil	SC	PU	Meta	Ajustes %	Ajustes Nº
Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola	81,4%	84,0%	86,0%	100,0%	14,0%	143
Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola	23,2%	38,5%	31,5%	50,0%	18,5%	340

Estratégias:

1.1 Realizar, durante o primeiro ano de vigência deste Plano, levantamento diagnóstico preciso da localização de todas as crianças de 4 e 5 anos para organização da melhor logística de atendimento nas áreas Urbana e Rural, em parceria com Instituições de Ensino Superior.

1.2 Realizar, até o quinto ano de vigência deste Plano, levantamento diagnóstico preciso da localização de todas as crianças de 0 a 3 anos para organização da melhor logística de atendimento nas áreas Urbana e Rural, em parceria com Instituições de Ensino Superior.

1.3 A partir do término dos levantamentos previstos nas estratégias anteriores, realizar levantamentos anuais para atualização constante desses dados.

1.4 Definir, em regime de colaboração com a União, por meio de Programas de Governo e/ou Emendas Parlamentares, a expansão da estrutura de espaço físico e transporte da rede pública municipal de forma a ampliar, até o segundo ano de vigência deste Plano, em 14% a oferta à crianças de 4 e 5 anos e, até o final da vigência deste Plano, em 18,5% a oferta a crianças de 0 a 3 anos de idade.

1.5 Definir Plano de Expansão do Quadro de Profissionais da Educação em todas as áreas implicadas no que foi explicitado nas estratégias anteriores, até o segundo ano de vigência deste Plano, envolvendo todas as Secretarias Municipais a que se refere.

Meta 2 - Ensino Fundamental - Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 98% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Indicador	BR	SC	PU	M. Na	Ajustes
Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola	98,4%	98,7%	98,2%	100,0%	1,8%
Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído	66,7%	81,5%	83,6%	98,0%	14,4%

Estratégias:

2.1 Realizar, até o quinto ano de vigência deste Plano, levantamento diagnóstico preciso da localização da população de 6 a 14 anos fora da escola, para organização da melhor logística de atendimento nas áreas Urbana e Rural, em parceria com Instituições de Ensino Superior.

2.2 A partir do término dos levantamentos previstos nas estratégias anteriores, realizar levantamentos anuais para atualização constante desses dados.

2.3 Reformular as Propostas Curriculares de modo a estimular a permanência e o sucesso escolar até o quinto ano da vigência deste Plano em cada Sistema de Ensino que atende a essa demanda.

2.4 Definir, em regime de colaboração com a União, por meio de Programas de Governo e/ou Emendas Parlamentares, a expansão da estrutura de espaço físico e transporte da rede pública de forma a atender a meta.

2.5 Definir Plano de Expansão do Quadro de Profissionais da Educação em todas as áreas implicadas no que foi explicitado nas estratégias anteriores, em cada Sistema de Ensino, até o segundo ano de vigência deste Plano, envolvendo todos os órgãos governamentais a que se refere.

2.6 Garantir qualidade de aprendizagem significativa na idade certa para todos, levando em consideração as especificidades da educação especial, escolas do campo e população itinerante.

2.7 Promover o acesso a atividades extracurriculares envolvendo cultura, esporte e tecnologia.

Meta 3 - Ensino Médio - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

Indicador	Brasil	SC	PU	Meta	Ajustes	Ajustes
Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola	84,3%	80,8%	86,7%	100,0%	13,3%	242
Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos	55,3%	62,6%	56,9%	85,0%	28,1%	

Estratégias:

As estratégias a seguir foram definidas no Plano Estadual de Educação, responsável pela oferta do Ensino Médio, em consonância com o Plano Nacional de Educação, e serão assumidas pela Rede Pública e Particular de Ensino de Porto União.

3.1 Institucionalizar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.2 Pactuar, entre União, Estado e Municípios, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base Nacional comum curricular do ensino médio.

3.3 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.4 Contribuir com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica,

para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.

3.5 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas públicas alvo da educação especial.

3.6 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma Inter setorial.

3.7 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, de forma Inter setorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

3.8 Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.9 Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

3.10 Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

3.11 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

3.12 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.13 Promover e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

3.14 Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar nº 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.

Meta 4 - Educação Especial/Inclusiva – Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, e atender a demanda manifesta de crianças de 0 a 3 anos que se encontram nessa condição.

Indicadores	Brasil	SC	PU	Meta	Ajustes
Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola	85,8%	88,1%	90,5%	100,0%	9,5%

Estratégias:

4.1 Garantir a oferta de educação inclusiva que promova articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.2 Garantir o acesso desse público a todas as atividades escolares, inclusive as extraclasse e as inerentes à Educação de Tempo Integral.

4.3 Implantar, implementar e manter, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares públicas e particulares.

4.4 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdocegos.

4.5 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.6 Realizar, até o quinto ano de vigência deste Plano, levantamento diagnóstico preciso da localização da população de 0 a 17 anos nessas condições, para

organização da melhor logística de atendimento nas áreas Urbana e Rural, em parceria com Instituições de Ensino Superior.

4.7 A partir do término dos levantamentos previstos nas estratégias anteriores, realizar levantamentos anuais para atualização constante desses dados.

4.8 Definir Plano de Expansão do Quadro de Profissionais da Educação necessários ao atendimento desta meta envolvendo todos os órgãos governamentais a que se refere, garantida a expansão de equipe multidisciplinar/multiprofissional.

4.9 Promover a formação continuada específica para os profissionais da educação.

4.10 Garantir oferta de material adaptado a todas as situações descritas na meta.

Meta 5 - Alfabetização – Alfabetizar, na perspectiva do letramento, todas as crianças no máximo até o terceiro ano do Ensino Fundamental no prazo de 5 anos de vigência deste Plano.

Indicadores	Brasil	SC	PU	Meta	Ajustes
Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental	97,6%	98,7%	90,0%	100,0%	10,0%

Estratégias:

5.1 Articular pedagogicamente os processos de alfabetização dos Anos Iniciais às etapas anteriores e posteriores de educação formal.

5.2 Estimular a permanência dos professores alfabetizadores, que possuam formação específica na área de alfabetização, nos três primeiros anos do ensino fundamental.

5.3 Avaliar anualmente, mediante implementação de programa próprio, o nível de alfabetização das crianças do primeiro ao terceiro ano, segundo a Proposta Pedagógica Curricular do Município, com vistas ao aprimoramento das políticas públicas.

5.4 Promover a alfabetização das pessoas com deficiência, inclusive alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

Meta 6 - Educação Integral - Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica.

Indicadores	Brasil	SC	PU	Meta	Ajustes
Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares	34,7%	52,7%	64,0%	50,0%	Atingido
Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares	13,2%	16,2%	16,6%	25,0%	8,4%

Estratégias:

6.1 Promover, com o apoio financeiro da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais, esportivas e recreativas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

6.2 Garantir o acesso preferencial dos alunos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação à Educação Integral.

6.3 Garantir a articulação pedagógica das atividades de educação integral à Proposta Pedagógica Curricular do Município.

6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários.

6.5 Articular projetos desenvolvidos por Universidades, Clubes, Associações, etc., às atividades de Educação Integral.

6.6 Definir, em colaboração com a União, Plano de Expansão e Reestruturação da Estrutura Física necessária ao atendimento desta meta envolvendo todos os órgãos governamentais a que se refere, de modo comportar a ampliação em 9% das matrículas nessa modalidade no Município, compreendendo, além de salas de aula, a construção de quadras poliesportivas, laboratórios, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos.

6.7 Definir Plano de Expansão do Quadro de Profissionais da Educação necessários ao atendimento desta meta envolvendo todos os órgãos governamentais a que se refere.

Meta 7 – Qualidade da Educação Básica: Fomentar a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:

IDEB					
	Porto União	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	5,7	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais	4,1	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,0	4,7	5,2	5,4	5,6

Estratégias:

7.1 Rever em cada sistema de ensino a proposta pedagógica curricular considerando a diversidade regional e local, garantindo a inclusão dos seguintes temas: Educação Inclusiva; Educação Ambiental; Direitos Humanos; ECA; Educação da Sexualidade; Educação para a Saúde, Qualidade de Vida e Combate ao Uso de Drogas e Entorpecentes; Cultura da Paz; Valorização da Diversidade Étnico Racial; Valorização da Mulher; Respeito à Pessoa Idosa; Empreendedorismo e Protagonismo Infanto-Juvenil e Cidadania.

7.2 Assegurar que:

- a) No quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- b) No último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3 Garantir em cada sistema de ensino, programa de apoio pedagógico e novas oportunidades de aprendizagem em contra turno.

7.4 Garantir em cada sistema de ensino programas de formação continuada com objetivo à mudanças de concepções e práticas com metodologias inovadoras e tecnológicas que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem.

7.5 Constituir comissão em cada sistema de ensino para definição de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos

recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino, induzindo também processo contínuo de auto avaliação das escolas.

7.6 Garantir a execução e o acompanhamento do Plano de ações articuladas em cada sistema de ensino.

7.7 Oferecer apoio técnico pedagógico a unidade escolar que no decorrer do plano estiverem com IDEB abaixo da meta Nacional em cada sistema de ensino.

7.8 Utilizar como base os resultados obtidos nas avaliações externa para redimensionamento e melhoria de seus processos e práticas pedagógicas.

7.9 Acompanhar, divulgar e refletir com a comunidade escolar os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema Nacional de avaliação da educação básica e do IDEB.

7.10 Garantir transporte gratuito aos estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e pela ANTT, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.11 Fomentar modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais, visando diminuir o êxodo rural.

7.12 Universalizar no primeiro ano desse plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, e ampliar gradativamente a relação computador/aluno.

7.13 Promover formação continuada para utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.14 Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática em cada sistema de ensino.

7.15 Articular com a União e o Estado a ampliação de programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.16 Equipar as bibliotecas com acervos atualizados e ampliados, profissional responsável e espaço físico adequado.

7.17 Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.18 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

7.19 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.20 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e Nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.21 Efetivar o Programa de Incentivo à Leitura: “Ler é legal!” promovendo a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias para atuar como mediadores e mediadoras da leitura.

Meta 8 - Escolaridade média na EJA - Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, com ênfase especial nas ações para as populações dos bairros mais pobres e as populações do campo.

Indicadores	Brasil	SC	PU	M. Na	Ajustes
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.	9,8	10,4	10,3	12	1,7
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural.	7,8	9,7	9	12	3,0
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres.	7,8	8,8	8,6	12	3,4
Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos	92,2%	91,3%	83,1%	100%	16,9%

Estratégias:

8.1 Realizar ações de correção de fluxo, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas de apoio pedagógico no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados, asseguradas nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas.

8.2 Buscar parcerias com a União para oferta gratuita da educação profissional por meio do PROEJA (Programa Nacional de Integração à Educação Profissional na modalidade da educação de jovens e adultos).

8.3 Promover entre órgãos governamentais, de forma Inter setorial, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos de absenteísmo para planejar políticas de estímulo à frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino.

8.4 Articular o envolvimento de órgãos governamentais, de forma Inter setorial, na busca ativa de jovens fora da escola.

8.5 Organizar gradativamente uma biblioteca itinerante com acervo diversificado e específico para a demanda de educação de jovens e adultos.

8.6 Efetivar políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo.

8.7 Organizar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação de jovens e adultos.

Meta 9 - Alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos - Erradicar o analfabetismo absoluto até o final da vigência desse plano e reduzir em 70% (setenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional até o final da vigência do PME.¹

Indicadores	Brasil	SC	PU	Meta	Ajustes
Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade	91,5%	96,5%	96,6%	100%	3,4%
Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.	29,4%	22,4%	20,1%	6,0%	14,1%

Estratégias:

9.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos.

9.3 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.4 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil.

9.5 Participar de avaliações realizadas pela União, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade.

9.6 Executar ações de atendimento ao estudante da educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.

9.7 Assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, fomentando a formação específica dos professores.

9.8 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

9.9 Aderir a programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e

¹ As metas estabelecidas no Plano Nacional já foram atingidas

para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.

9.10 Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

9.11 Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social.

Meta 10 - EJA Integrada à Educação Profissional: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Indicadores	Brasil	SC	PU	M. Na	Ajustes
Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional	1,7%	1,2%	0,0%	25,0%	25,0%

Estratégias:

10.1 Aderir, em Parceria com o PRONATEC, ao Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA), de forma a estimular a conclusão da educação básica.

10.2 Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora.

10.3 Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo.

10.4 Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.5 Aderir ao programa Nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

10.6 Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes.

10.7 Promover a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.8 Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional

25

vinculada ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

10.9 Garantir alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes e ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.

10.10 Ofertar, em parceria com o Estado, a educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, de modo a atender as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e instituições socioeducativas.

10.11 Instituir e implementar programas e mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

26

Meta 11 - Educação Profissional – Colaborar com a expansão das matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, nos termos do Plano Estadual de Educação e do Plano Nacional de Educação;

Estratégias:

11.1 Participar do levantamento da demanda referente a oferta de cursos a serem oferecidos através dos sistemas de educação profissional.

11.2 Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

11.3 Contribuir com a redução das desigualdades étnico-raciais e regionais ao acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

11.4 Acompanhar as demandas do mercado de trabalho colaborando com a divulgação de cursos relacionados as necessidades do mercado.

Meta 12- Matrículas Ensino Superior: Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

Estratégias²:

12.1 Otimizar, com a participação da União, a capacidade instalada da estrutura física e a disponibilização dos recursos humanos das instituições públicas e comunitárias de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

12.2 Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento); ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor(a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.

12.3 Mapear a demanda e fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica.

12.4 Ampliar e garantir a oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica.

12.5 Adotar políticas de assistência estudantil para assegurar à população considerada economicamente carente, bolsa de estudos de graduação, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico.

12.6 Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal.

12.7 Apoiar e implementar, no âmbito de sua competência, ações que visem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

² As estratégias desta meta foram definidas no Plano Estadual de Educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação;

12.8 Adotar e supervisionar, com a participação da União, políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação, de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombolas e para pessoas, público da educação especial, e outros estratos sociais historicamente excluídos.

12.9 Assegurar, na forma da lei, condições de acessibilidade às pessoas da educação especial, nas instituições de ensino superior.

12.10 Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado.

12.11 Participar da consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito Nacional e internacional.

12.12 Articular, com a União, a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita, atendendo a todas as regiões do Estado, considerando as especificidades das populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas.

12.13 Colaborar na institucionalização de programa Nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

12.14 Participar, com a União, da consolidação de processos seletivos nacional e estadual para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados.

12.15 Estimular mecanismos para ocupar as vagas remanescentes em cada período letivo, na educação superior pública.

12.16 Considerar as informações e orientações advindas dos órgãos reguladores Nacional da educação superior quanto aos procedimentos adotados na área de avaliação, regulação e supervisão, em relação aos processos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou credenciamento de instituições, no âmbito do sistema estadual de ensino.

Meta 13 – Qualidade Educação Superior: Articular, com a União, a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência do Plano.

Estratégias³:

13.1 Considerar, na avaliação das instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e a distância, no âmbito do sistema estadual de ensino, as informações advindas dos órgãos/sistemas de avaliação da educação superior Nacional, para os processos de autorização de cursos, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou credenciamento de instituições.

13.2 Acompanhar a realização das avaliações externas *in loco*, em relação aos processos de regulação que compreendem os Atos Autorizativos e Regulatórios de cursos e instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e a distância, no âmbito do sistema estadual de ensino.

13.3 Acompanhar a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares dos cursos de licenciatura e bacharelado, nas instituições de ensino superior, em consonância com o resultado do processo avaliativo.

13.4 Fomentar, em articulação com a União, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13.5 Promover, de forma articulada com a União, a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

13.6 Promover, de forma articulada com a União, a formação inicial e continuada dos profissionais técnico administrativos da educação superior, bem como a formação continuada dos docentes formadores.

³ As estratégias desta meta foram definidas no Plano Estadual de Educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação;

30

Meta 14 – Pós-graduação Stricto Sensu: Colaborar com o Estado e a União na ampliação da oferta de vagas de Mestrado e Doutorado, preferencialmente na abertura da oferta em Porto União;

Estratégias:

14.1 Oferecer contrapartida de estrutura física e custeio para estimular as Universidades a oferecer estes cursos no Município.

14.2 Estimular a pesquisa e a inovação de modo a desenvolver as potencialidades econômicas e culturais do Município.

31

Meta 15 – Formação específica dos professores: Colaborar com o Estado e a União na garantia da política Nacional de formação dos profissionais da educação para assegurar que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

15.1 Implantar as diretrizes curriculares nacionais na reformulação da Proposta Pedagógica Curricular.

15.2 Oferecer oportunidades de estágio curricular obrigatório aos licenciandos.

15.3 Colaborar com as reformas curriculares dos cursos de licenciatura subsidiando a formação pedagógica dos alunos do Ensino Superior com a Política Educacional do Município em parceria com as Instituição de Ensino Superior.

15.4 Desenvolver políticas educacionais que tornem a carreira docente mais atrativa, de modo a estimular a procura dos profissionais habilitados em nível superior para exercício da docência em todos os níveis da Educação Básica, especialmente na Educação Infantil.

Meta 16 - Formação continuada: Ampliar a formação em nível de Pós-graduação para 80% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste Plano e garantir a todos os(as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.⁴

Indicadores	Brasil	SC	PU	Meta	Ajustes
Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.	30,2%	46,3%	62,0%	80,0%	18,0%

Estratégias:

16.1 Realizar levantamento da demanda de Pós-graduação e firmar parcerias com as Instituição de Ensino Superior.

16.2 Criar programa de formação continuada para todos os profissionais da educação em cada sistema de ensino.

16.3 Garantir formação continuada nas seguintes áreas para todos os profissionais da Educação Básica: Educação Inclusiva; Educação Ambiental; Direitos Humanos; ECA; Educação da Sexualidade; Educação para a Saúde, Qualidade de Vida e Combate ao Uso de Drogas e Entorpecentes; Cultura da Paz; Valorização da Diversidade Étnico Racial; Valorização da Mulher; Respeito à Pessoa Idosa; Empreendedorismo e Protagonismo Infanto-Juvenil e Cidadania.

16.4 Articular com a união e o estado a adesão e oferta de programas de formação continuada em serviço para todos os profissionais da educação.

⁴ A meta estabelecida no Plano Nacional já foi atingida

Meta 17 – Valorização dos Profissionais do Magistério: Valorizar os profissionais do magistério das redes pública de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente até o final do sexto ano de vigência deste plano.

Estratégias:

17.1 Participar do Fórum Permanente para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial Nacional a ser proposto e organizado pelo MEC.

17.2 Atualizar o plano de carreira em consonância com os avanços propostos pelo Fórum ao final de suas atividades, assegurando auxílio transporte, ampliação da hora atividade para 33% e implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

17.3 Garantir acompanhamento dos profissionais iniciantes supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

17.4 Prever, nos planos de Carreira dos profissionais da educação, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu.

17.5 Incentivar que todos os profissionais da educação tenham a formação em licenciatura plena na disciplina que atua até o final do plano.

17.6 Criar um programa voltado à promoção e ao atendimento à saúde dos profissionais da educação.

17.7 Garantir número máximo de alunos por turma e por professor, conforme recomendações do Ministério da Educação e do Conselho Municipal de Educação.

Meta 18 – Gestão Democrática: Assegurar as condições para a efetivação da Gestão Democrática.

Estratégias:

18.1 Constituir comissão para instituição, fortalecimento e acompanhamento de fórum permanente de educação a ser criado no prazo de um ano, com o intuito de coordenar as conferências municipais, promover diálogos e reflexões definindo as diretrizes da educação municipal, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME, garantindo a ampla participação popular.

18.2 Assegurar implantação e/ou aperfeiçoamento de legislação específica para a escolha democrática pela comunidade escolar para diretor, bem como desenvolver programa de formação de diretores e gestores escolares definindo critérios de avaliação e acompanhamento desse processo.

18.3 Estimular a implantação e o fortalecimento dos conselhos escolares como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

18.4 Estimular e sensibilizar a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

18.5 Instituir instrumento de avaliação institucional nas unidades educacionais e auto avaliação dos profissionais em cada sistema de ensino.

18.6 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, Conselho Municipal de Educação e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

18.7 Estimular o protagonismo infanto-juvenil e a constituição e fortalecimento dos grêmios estudantis, assegurando-lhes inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares.

18.8 Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.

35

Meta 19 – Estrutura Física: Garantir, em parceria com o Estado e a União, ampliação da estrutura física necessária ao atendimento das metas previstas neste Plano Municipal de Educação.

Estratégias:

19.1 Realizar, no primeiro ano de vigência deste PME, levantamento diagnóstico e cronograma para atendimento adequado destas obras.

19.2 Construir, reformar e manter em boas condições físicas as escolas, adequando as necessidades para oferta de uma educação de qualidade, respeitando as normas de segurança e acessibilidade.

36

Meta 20 – Financiamento: Ampliar o investimento público municipal em educação pública de modo a atingir, no mínimo, 4% até o quarto ano de vigência deste Plano e, no mínimo o equivalente a 5% do PIB municipal até o final do decênio, respeitadas as metas do PNE;

ANO	PIB	Investimentos em Educação	
2009	R\$282.175.940,00	R\$7.919.305,95	2,81%
2010	R\$317.386.870,00	R\$9.627.425,37	3,03%
2011	R\$351.878.460,00	R\$11.041.123,90	3,14%

Estratégias:

20.1 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União e dos Estados.

20.2 Aprovar, no prazo de 1 (um) ano, Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliações educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial, 1988. Disponível em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_26.02.2015/art_206_.shtm. Acesso em 15/07/2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Diário Oficial. 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 04/08/2014.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 01/08/2014.

_____. **O Plano Municipal de Educação: Caderno de Orientações**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf. Acesso em 01/08/2014.

_____. **Planejando a próxima década: alinhando os Planos de Educação**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_alinhando_planos_educacao.pdf. Acesso em 01/08/2014.

CUNHA, Célio (et all.). **O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o manifesto**. Brasília: MEC, 2014.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 1998.

Anexo – Diagnostico para Construção das Metas e Estratégias

1. ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, SÓCIOECONÔMICOS E CULTURAIS⁵

Porto União situa-se ao norte do segundo e do terceiro planalto catarinense, entre o rio Iguaçu e seus afluentes (Rios Timbó, Pintado dos Pardos Bonito, Tamanduá, Barra Grande, Pintadinho e Jangada) e a Serra da Esperança. Seu relevo alterna-se entre plano e acidentado (predominante), com altitudes variando entre 752 m e 1300 m e as condições climáticas, caracterizadas pela latitude 26°14'17" Sul e longitude 51°04'42" Oeste.

Os primeiros habitantes do povoado que viria gerar Porto União e União da Vitória eram descendentes de portugueses e quando aqui se estabeleceram já não havia aldeamentos indígenas - característica das regiões tropeiristas. Hermógenes Lazier, na obra Origem de Porto União da Vitória, cita o final do relatório de Domingos Lopes Cascaes – que comandou a primeira expedição que desceu o rio Iguaçu em 1768 – onde relata a ausência de índios: “a expedição durou 3 meses sem em todo esse sertão vermos sinais do gentio” (1985, pag. 9).

Entretanto, distante da área em que se desenvolveria a vila e depois a cidade, no interior do atual município, região sul, nos limites com a Cidade de Caçador, há a chamada Reserva do Coati, onde há descendentes de indígenas.

Em meados de 1880 chegou de Palmas o Coronel Amazonas de Araújo Marcondes que se estabeleceu na fazenda Passo do Iguaçu (atual região de São Cristóvão no vizinho município de União da Vitória, que à época não era separado de Porto União) e logo deu início à navegação a vapor no Rio Iguaçu e propiciou a vinda dos primeiros imigrantes europeus, na maioria alemães. Ainda na última década do século XIX chegaram por aqui os primeiros poloneses, ucranianos, italianos austríacos e russos. Os imigrantes e seus descendentes dedicaram-se principalmente à agricultura e à produção caseira dos derivados de leite e carne, o que daria origem à atual agroindústria. Sua presença marcou fortemente a formação cultural da população de Porto União, com reflexos em todos os aspectos do desenvolvimento da atual sociedade.

O povoamento que mais caracterizou o que hoje é a cidade de Porto União, começou com a chegada do Coronel Amazonas em 1880, quando, juntamente com União da Vitória, formavam uma só cidade.

A influência dos africanos e seus descendentes foi pouco marcante, tanto na formação da população quanto da cultura do município de Porto União, pois a economia decorrente do tropeirismo e do comércio de bens de primeiras necessidades, somada à ausência de grandes fazendas, não demandava trabalhos aos quais à época, se empregava o trabalho escravo, diferente do que acontecia nas regiões sudeste, leste e

⁵ Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Porto União

nordeste do País, para onde os africanos foram levados em grande número e exerceram sua influência cultural de forma mais marcante. As poucas manifestações culturais africanas existentes não encontraram espaço de manifestação em Porto União, e as que resistem ocorrem em ambientes privados e isolados. Após a abolição, os negros e seus descendentes, alguns já miscigenados com caboclos, vieram para a região voluntariamente, em busca de trabalho. A integração social e aculturação ocorreram com o passar do tempo e atualmente no município e na região, são em pequeno número as famílias ou grupos negros propriamente ditos.

No começo do século XX tornou-se importante e crescente o comércio de gado, erva mate, madeira e o comércio varejista (este, principalmente por influência dos Libaneses que chegavam à cidade). O fato aumentou o interesse do Paraná e Santa Catarina a disputarem esta área no que veio a ser objeto de disputa, entre 1912 e 1916, da Guerra do Contestado. Na mesma época a construção da ferrovia São Paulo /Rio Grande do Sul gerou as principais causas deste que foi o maior conflito social da história do Brasil.

Ao final da Guerra, após a assinatura do acordo de limites entre o Paraná e Santa Catarina em 1916, bem como do desmembrado de União da Vitória, recomeçou a imigração europeia no município de Porto União. O fenômeno viria reforçar as influências dessas etnias na formação histórica, cultural social, econômica e até política do município.

Em 1913, a comunidade Luterana, formada em sua maioria por descendentes alemães, construiu um templo na cidade. Após a implantação da ferrovia, mais pessoas de diversas etnias se juntaram à população local, trazendo novos hábitos, costumes, formas de religiosidade, entre outros modos de vida. A influência predominante, entretanto, foi a dos alemães e seus traços culturais que são muito marcantes ainda hoje, seja no vocabulário popular, arquitetura, música, artes plásticas, literatura, educação, religião, gastronomia, economia e na própria política. Dos 24 prefeitos que administraram Porto União até hoje, 10 são descendentes de imigrantes europeus em primeiro ou segundo grau, dos quais 6 são de origem alemã. Nos primeiros anos do século XX, com a conclusão da ferrovia ligando Porto União ao porto de São Francisco e a outras importantes regiões, desenvolveu-se rapidamente intenso mercado de extração e comércio de madeiras, principal atividade econômica entre a segunda e a sétima década do século passado. Passou a ocorrer a partir de então a indústria de transformação tendo a madeira como matéria prima: laminados, compensados, esquadrias, papel, móveis, maravalha. Tendo-se praticamente esgotado a reserva de madeira natural, passou-se a fazer reflorestamentos com pinos, eucalipto e álamo.

Atualmente são marcantes em nossa economia além, dos derivados da madeira, atividades do segundo setor, notadamente a prestação de serviços com destaque para a educação (universidades, escolas técnicas), saúde (hospitais, clínicas, laboratórios) e turismo (hotéis, pousadas no interior, restaurantes, trilhas, atividades náuticas). Incluem-se entre as atrações turísticas, o importante patrimônio histórico urbano e rural. Além disso, Porto União possui posição privilegiada em relação ao sistema rodoviário brasileiro, por onde passam importantes rodovias federais e estaduais, de fácil acesso, praticamente, a todas as regiões do Brasil.

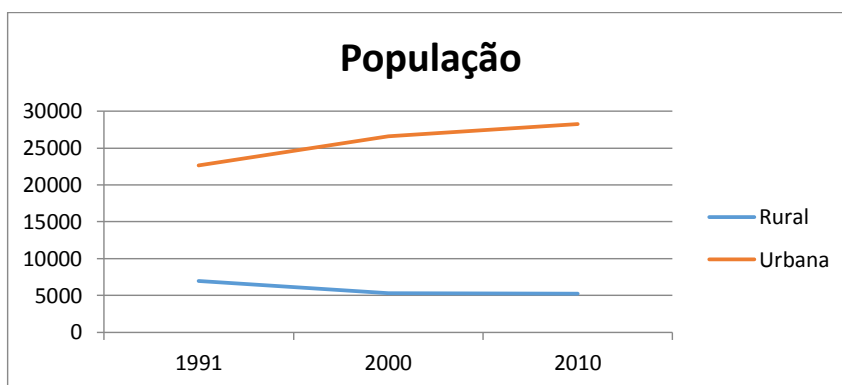
Compreender a história, a localização, as potencialidades econômicas e culturais do município é tarefa necessária para que um Plano Municipal de Educação possa ser uma ferramenta de tomada de consciência e de desenvolvimento da sociedade de maneira geral.

2 DADOS GERAIS

2.1 Dados e características populacionais⁶

No último censo do IBGE (2010) percebeu-se uma população total de 33.493 residentes em Porto União. Sua grande maioria, 84% (oitenta e quatro por cento) dos habitantes, reside na área urbana, conforme o quadro e o gráfico abaixo:

Porto União	1991	2000	2010
Rural	6943	5279	5227
Urbana	22638	26579	28266
Total	29581	31858	33493



Embora a curva tenha diminuído, estes números indicam que há ainda uma tendência ao exodo da população rural e ao inchamento da população urbana, o que indica também uma tendência ao agravamento dos problemas econômicos e sociais decorrentes desse movimento.

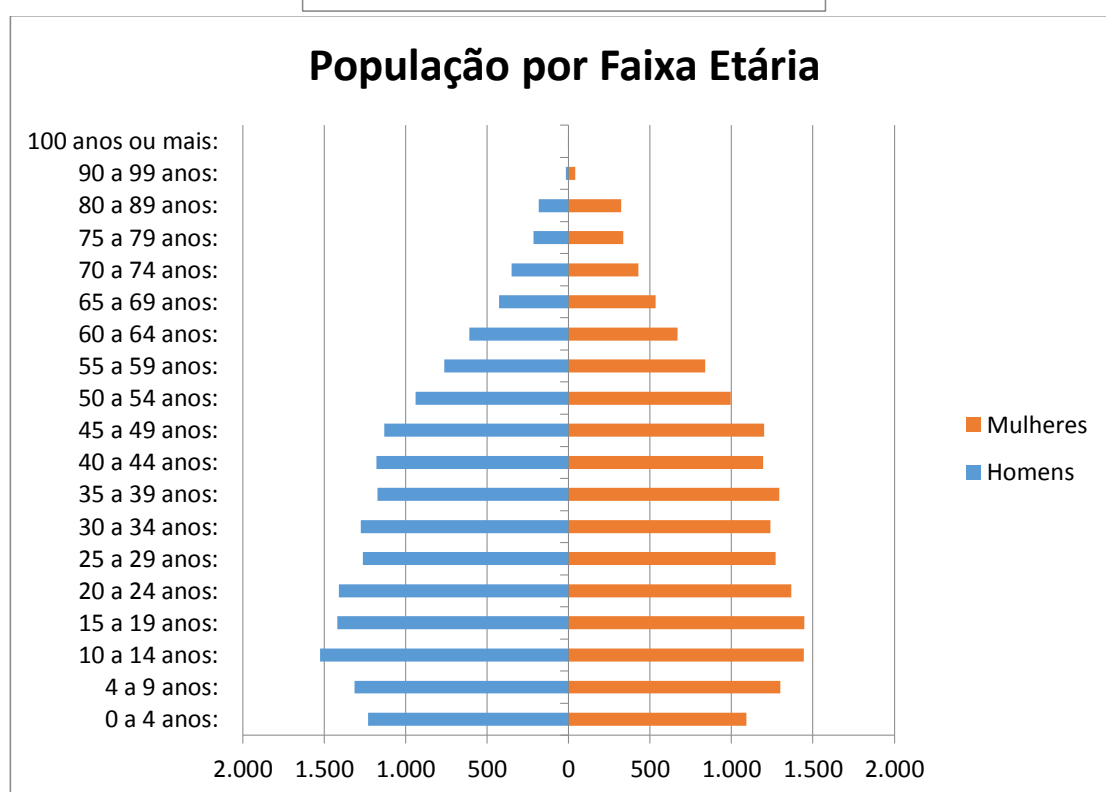
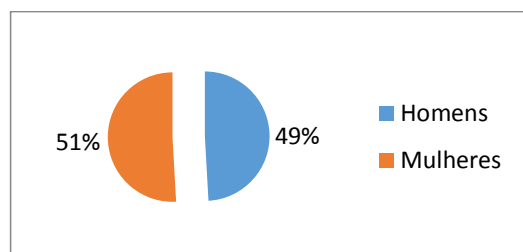
Cabe à Educação encontrar formas de contribuir com a conscientização e divulgar a importância da permanência das famílias no campo, bem como a disseminação de hábitos sustentáveis de vida provenientes do fortalecimento da agricultura familiar.

O IBGE estima que haja um crescimento populacional de 2,35% ao ano, mantendo-se a igualdade na população de homens e mulheres, mas diminuindo-

⁶ Fonte: IBGE – censo 2010

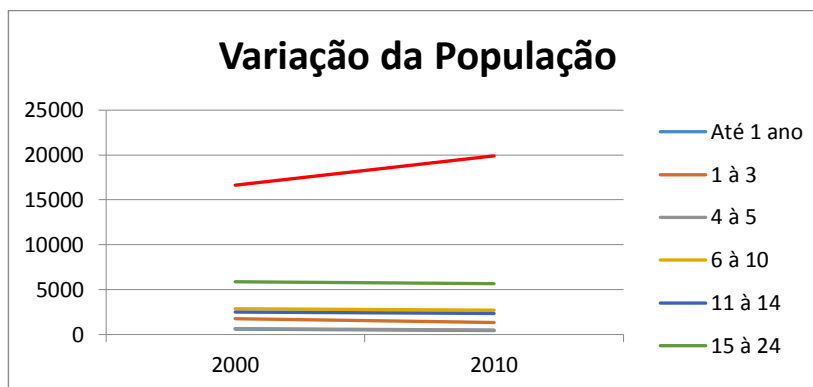
se os grupos populacionais de menor idade e aumentando a população economicamente ativa e idosa, conforme se pode conferir nos dados a seguir:

População por Gênero		
Homens	Mulheres	Total
16.448	17.045	33.493



Os números mostram uma tendência na

diminuição da população infantil e aumento da população jovem e economicamente ativa; O aumento da expectativa de vida de toda a população brasileira também mostra que, mesmo diminuindo-se o número de nascimentos, mantém-se a tendência de crescimento populacional, com a diminuição das taxas de mortalidade, aumentando-se o público jovem, adulto e idoso. O quadro a seguir mostra a variação dos índices por faixa etária:

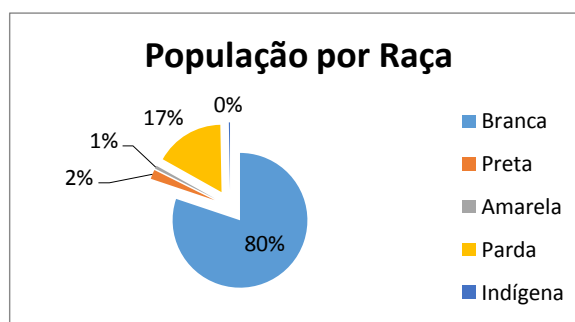


Percebe-se que na última década houve uma diminuição em todas as faixas etárias de 0 à 24 anos, contrastando com o crescimento da população acima de 25 anos (representando 54% da população total).

A educação precisa estar sintonizada, em sua próxima década, com os desafios oriundos dessa constatação; surge a necessidade de ampliar as estruturas de educação profissional, de compreensão das potencialidades econômicas do município, de ampliação da jornada educacional de crianças e adolescentes, de criar cursos técnicos e superior voltados ao melhor aproveitamento das formas atuais e desenvolvimento de novas formas de propiciar crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social.

Quanto à composição da população por raça, o IBGE apresenta os seguintes números para Porto União:

Por Raça			
Branca	13.009	13.834	26.843
Preta	407	343	750
Amarela	111	137	248
Parda	2.868	2.690	5.558
Indígena	53	41	94



Embora a população branca represente a grande maioria, o município precisa aprimorar suas práticas educacionais inclusivas para que nenhuma parcela da população seja excluída, e para que o acesso aos bens econômicos

sejam cada vez menos definidos pela origem étnica; que se busque, em sintonia com o avanço que o País tem tido com relação à conquista dos direitos das minorias, diminuir as desigualdades sociais ainda muito ligadas à classificação populacional por raça.

2.2 Infraestrutura do município

O município de Porto União goza de boa infraestrutura. Quase 100% (cem por cento) da população possui acesso a água tratada e luz elétrica.

2.2.1 Resíduos Sólidos Urbanos

Atualmente, tem-se uma geração mensal de resíduos sólidos de aproximadamente de 520 toneladas por mês, sendo realizada a coleta de resíduos orgânicos e resíduos recicláveis separadamente, por empresa privada. O município conta com aterro sanitário municipal onde são destinados os resíduos, o qual é operado também por empresa contratada.

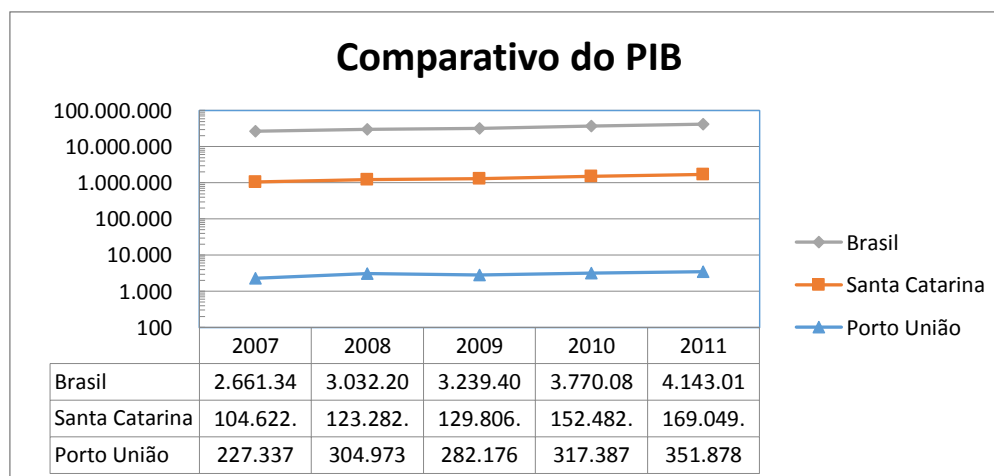
A coleta dos resíduos é seletiva; o material reciclável é encaminhado para a associação de catadores do município de Porto União, que se responsabiliza pela separação e venda dos materiais. Esta venda reverte-se em renda para as famílias que tem vínculo com a associação, sendo um total de 13 famílias envolvidas. Atualmente, são encaminhados mensalmente cerca de 30 toneladas por mês de resíduos separados.

Cabe à educação atuar na conscientização da separação dos resíduos sólidos e nas questões ambientais e sociais envolvidas nesse processo.

2.3 Dados econômicos

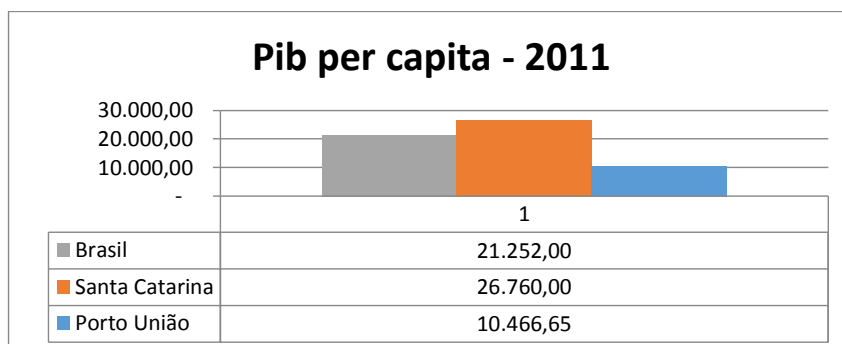
2.3.1 Produto Interno Bruto⁷

O PIB municipal tem crescido na mesma proporção do Estado de Santa Catarina e do Brasil, conforme pode-se perceber no gráfico a seguir:



⁷ Dados de 2011 – Fonte: http://www.spg.sc.gov.br/dados_munic.php

Contudo, percebe-se uma grande defasagem quando se compara o PIB per capita:

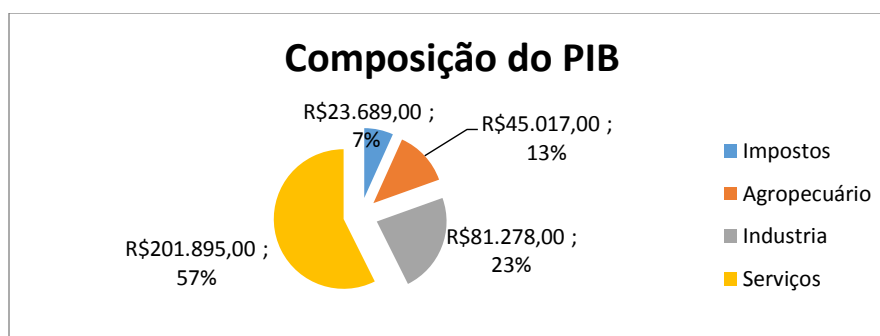


Isso demonstra que, economicamente, o Município de Porto União está muito abaixo das médias estadual e Nacional na geração de riqueza.

Uma maior integração entre os níveis de ensino básico e superior deverá contribuir com o desenvolvimento de estratégias de melhor aproveitamento das possibilidades econômicas do município, de forma a produzir mais riqueza e renda para a população;

2.3.1.1 Composição do PIB⁸

O setor de serviços é o que mais contribui para a formação do PIB municipal representando 57% do PIB. O PIB a preços correntes em 2011 era de R\$ 351.878,00 e o PIB per capita era de R\$ 10.466,65.



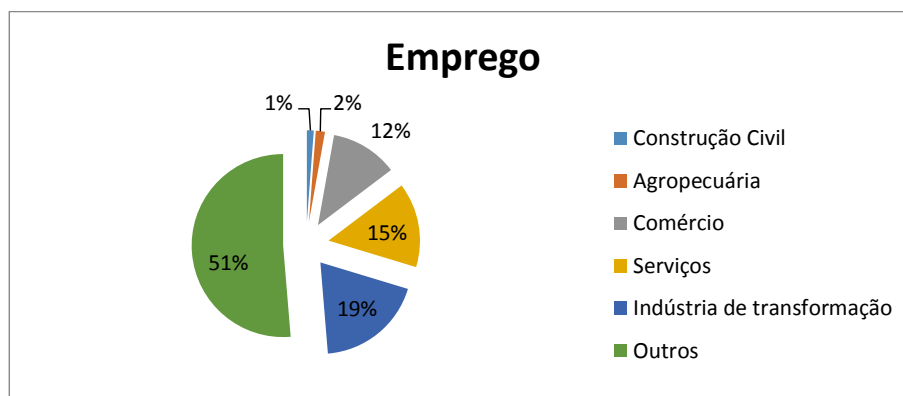
Desse quadro decorre o entendimento de que a educação deve ter um olhar especial para o empreendedorismo, visto que os serviços representam a maior parte do PIB. Por outro lado, é preciso ampliar o acesso da população à compreensão econômica do seu município, de forma a assumir como seu o planejamento de crescimento almejado. Novas soluções industriais devem ser buscadas, principalmente incentivando-se a pesquisa e a extensão

⁸ Fonte: http://www.spg.sc.gov.br/dados_munic.php

universitárias, aproximando mais o Ensino Superior das demandas econômicas e sociais.

2.3.2 Emprego por tipo de estabelecimento⁹

O comércio, a prestação de serviços e a indústria de transformação são as que mais empregam com carteira assinada, representando mais de 45% dos empregos formais e que possuem o maior número de estabelecimentos, conforme o gráfico a seguir:



A Educação Profissional deve se planejar de modo a aproveitar estrategicamente os dados de empregabilidade do município.

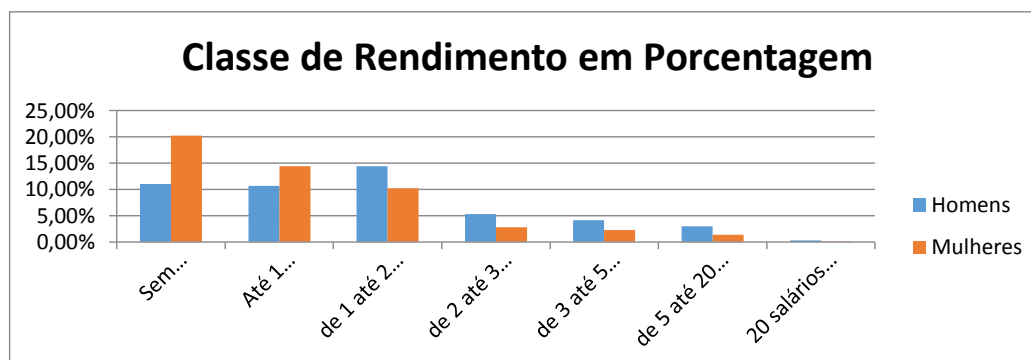
2.3.3 Faixa de renda¹⁰

O quadro e o gráfico a seguir mostram como está distribuída a renda entre a população de nosso município:

Rendimento por Gênero			
	Homens	Mulheres	Total
Sem Rendimento	11,00%	20,23%	31,23%
Até 1 Salário Mínimo	10,65%	14,42%	25,07%
de 1 até 2 salários mínimos:	14,42%	10,24%	24,66%
de 2 até 3 salários mínimos:	5,30%	2,74%	8,04%
de 3 até 5 salários mínimos:	4,08%	2,20%	6,29%
de 5 até 20 salários mínimos:	2,99%	1,39%	4,37%
20 salários ou mais	0,25%	0,08%	0,33%

⁹Fonte: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php

¹⁰ Fonte IBGE – Censo 2010



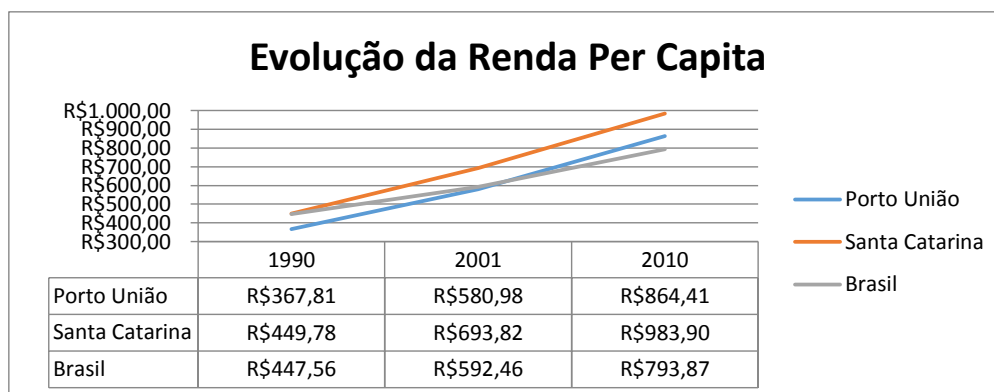
Chama a atenção a diferença por gênero: As mulheres superam em número os homens somente nas parcelas da população sem rendimento ou com salários de até 1 salário mínimo. A partir daí os homens superam em todos os quadros. Esses dados denunciam a desvalorização da mulher no mercado de trabalho e impelem a Educação a promover uma abordagem diferenciada do que vem a ser o próprio trabalho na construção da dignidade humana, aliado a uma compreensão crítica das políticas de valorização/desvalorização de determinadas formas de trabalho, bem como suas cristalizações culturais em torno do “ser homem” ou “ser mulher”.

Outro dado importante é o fato de que aproximadamente 80% da população está abaixo de 2 salários mínimos de renda. Considerando-se que o PIB per capita de Porto União, mesmo sendo muito abaixo das médias estadual e Nacional, supera os R\$ 10.000,00, percebe-se que uma pequena parcela da população concentra a maior parte da renda. Destaca-se também o fato de mais de 30% da população não possuir renda. É um índice muito alto que desafia todos os níveis educacionais, principalmente a educação profissional e superior em sua função social.

2.3.4 Renda per capita¹¹

Diferente do PIB, a renda per capita de Porto União tem crescido na mesma proporção de Santa Catarina, sendo maior do que a do Brasil.

¹¹ Fonte: PNUD - <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>

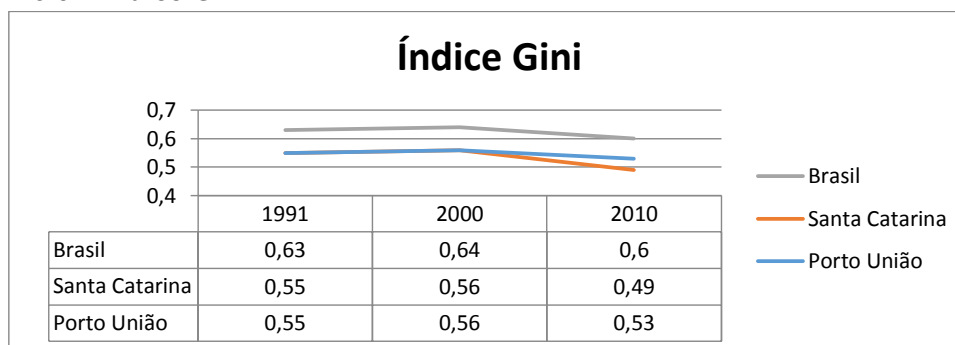


Contudo, deve-se levar em conta que Porto União está em um Estado e em uma Região dentre as mais ricas do País. Assim sendo, superar a média Nacional não se configura um motivo suficiente para comemoração.

2.3.5 Pobreza e desigualdade

Porto União tem diminuído as desigualdades, os níveis de extrema pobreza e pobreza, estando em nível de igualdade (Gini) maior que o Brasil e muito próximo ao de Santa Catarina.

2.3.5.1 Índice Gini¹²



2.3.5.2 Quadro de extrema pobreza¹³

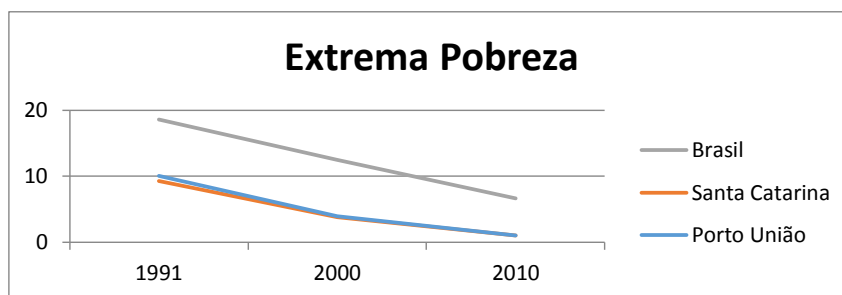
	% de extremamente pobre		
	1991	2000	2010
Brasil	18,64	12,48	6,62
Santa Catarina	9,26	3,82	1,01
Porto União	10,1	3,92	1,05

¹² Índice Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar

¹³ Fonte: Fonte: PNUD - <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>

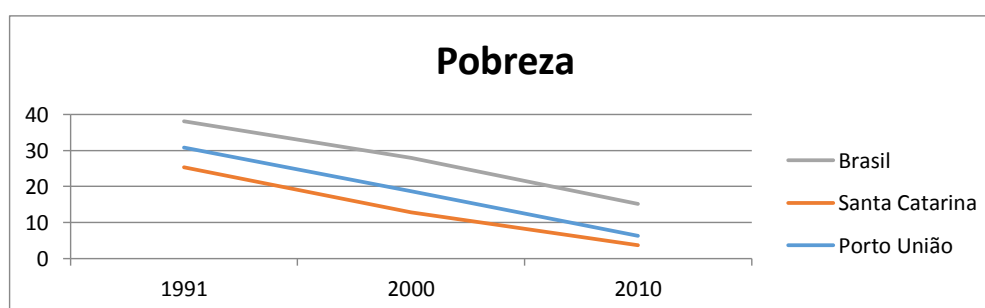
Extrema Pobreza: Rendimento per capita inferior a R\$ 70,00.

Pobreza: Rendimento per capita inferior a R\$ 140,00



2.3.5.3 Quadro de pobreza

% de Pobres			
	1991	2000	2010
Brasil	38,16	27,9	15,2
Santa Catarina	25,32	12,79	3,65
Porto União	30,88	18,73	6,26



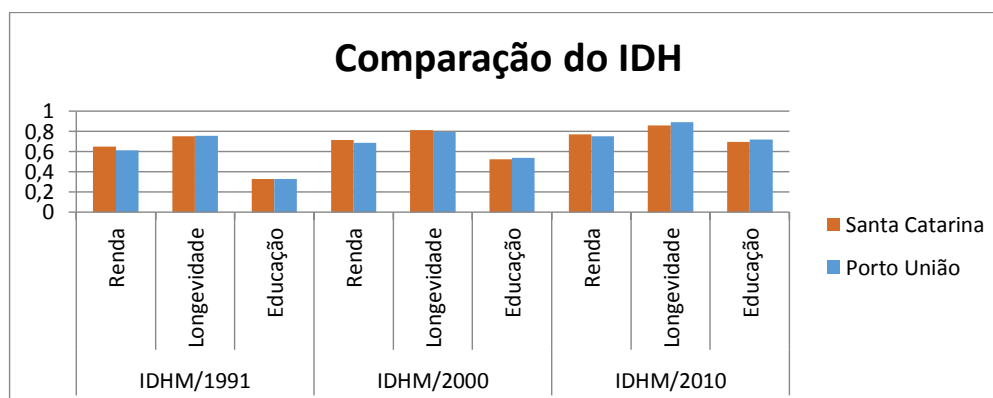
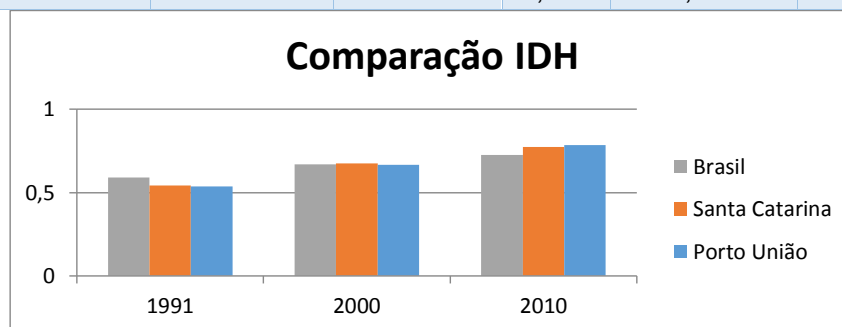
A diminuição da pobreza no Município, no Estado e no País está vinculada ao aquecimento da economia vivido nos últimos anos e aos programas de distribuição de renda. Aliado a esse movimento, aumentou a procura da população pela Educação formal; A ampliação da rede de atendimento educacional à população não conseguiu acompanhar nem no aspecto quantitativo essa demanda, muito menos no qualitativo. Tornou-se um grande desafio para o País, os Estados e os Municípios atender com dignidade e qualidade toda a demanda educacional criada com a redução da pobreza.

2.3.6 Índices de desenvolvimento humano¹⁴

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Porto União é 0,786, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano considerado Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799).

¹⁴ O **Índice de Desenvolvimento Humano**, é uma medida concebida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para avaliar a **qualidade de vida e o desenvolvimento econômico** de uma população; É formado pela média de 3 índices (Saúde, Educação e Renda). O IDH varia entre 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (desenvolvimento humano total), revelando que quanto maior a proximidade de 1, mais desenvolvimento existe. Fonte: <http://pnud.org.br/>

	IDHM/1991	IDHM/2000	IDHM/2010		
Brasil	0,59	0,669	0,726		
Santa Catarina	0,543	0,674	0,774		
			Renda	Longevidade	Educação
			0,773	0,86	0,697
Porto União	0,536	0,666	0,786		
			Renda	Longevidade	Educação
			0,752	0,891	0,72



Os dados mostram que entre 1991 e 2010 houve uma inversão no gráfico que compara o município com o estado e o país: o IDH de Porto União ultrapassou as médias Nacional e estadual, sendo a Educação o componente que mais cresceu e puxou o índice do município para cima.

2.4 Saúde

2.4.1 Mortalidade por idade¹⁵

Mortalidade Proporcional por Idade			
	2011	2012	2013
< 1 ano	10	5	7
1 a 4 anos	1	1	1
5 a 9 anos	0	0	0

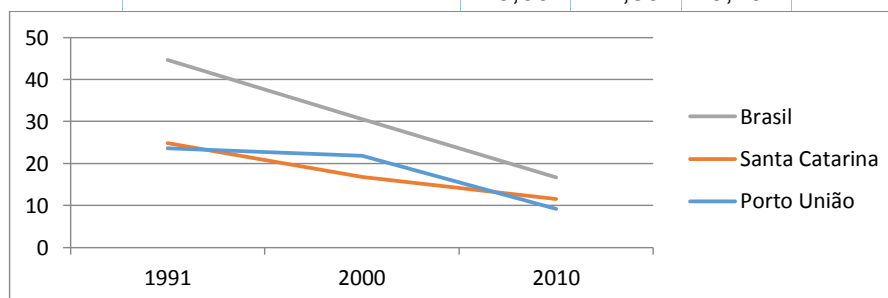
¹⁵ Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Porto União

10 a 14 anos	4	0	0
15 a 19 anos	1	2	5
20 a 29 anos	11	3	9
30 a 39 anos	10	6	8
30 a 49 anos	14	11	12
50 anos e mais	166	183	177
Total	217	211	219

2.4.1 Taxa de Mortalidade Infantil¹⁶

O município tem uma taxa de mortalidade infantil abaixo dos índices nacionais e estaduais e tem diminuído cada vez mais, sendo que na última década chegou-se à expressiva marca de menos de 10 mortes para cada 1000 nascidos.

Taxa de Mortalidade Infantil¹⁷			
	1991	2000	2010
Brasil	44,68	30,57	16,70
Santa Catarina	24,84	16,79	11,54
Porto União	23,66	21,80	9,20



Este gráfico mostra que Porto União oscilou nos anos 2000, mas voltou a se colocar abaixo das médias Nacional e estadual de mortalidade infantil. A educação possui papel preponderante na conscientização sobre planejamento familiar e prevenção a gravidez precoce, indesejada ou de risco.

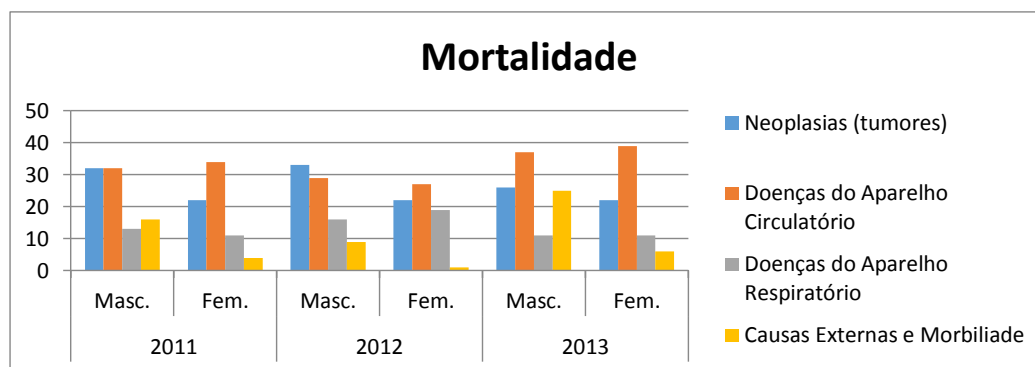
2.4.2 Mortalidade¹⁸

Embora os números da população apontem igualdade entre homens e mulheres, percebe-se que os homens tem mortalidade com menor idade do que as mulheres, sendo que as doenças que mais levam a óbito são tumores, doenças do aparelho circulatório e respiratório e causas externas.

¹⁶ Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>

¹⁷ Taxa para cada 1.000 nascidos

¹⁸ Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Porto União



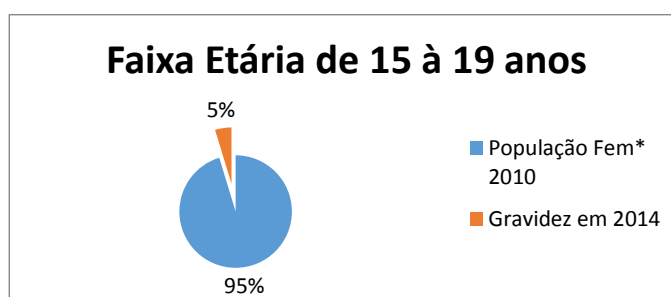
De posse desses dados, é possível planejar em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde uma forma de, pela via educacional, trabalhar na conscientização e prevenção das principais doenças que acometem a população e acabam por levá-la a óbito.

2.4.3 Gravidez na adolescência

Segundo dados colhidos nas escolas do município, há um aumento considerável no número de adolescentes grávidas na faixa de 15 à 19 anos, comparando-se os últimos dois anos.

Ano	10 à 14 anos	15 à 19 anos
2013	0	49
2014	1	73

Percebe-se também que chega ao índice de 5% da população feminina o número de adolescentes grávidas no ano de 2014 entre os meses de janeiro e setembro.



Considerando que nesta faixa etária as adolescentes não possuem maturidade psicológica para exercerem plenamente a maternidade, bem como por ser um período de formação para a cidadania que não deve ser interrompido, faz-se extremamente necessário que se encontre caminhos para desenvolver uma maturidade educacional da sexualidade que combata o problema, e ao mesmo tempo que se coloque a serviço da emancipação dessas meninas, para que se constituam mulheres conscientes e possam gozar de seus direitos e viver plenamente a cidadania.

3 DADOS EDUCACIONAIS¹⁹

3.1 Índice de alfabetização²⁰.

No que se refere à população com 15 ou mais anos de idade, Porto União tem uma taxa equiparada com a taxa do Estado de Santa Catarina e acima da Nacional.

Taxa de Alfabetização	
Brasil	91,50%
Santa Catarina	96,50%
Porto União	96,60%

Este índice está muito próximo da universalização prevista no Plano Nacional de Educação.

3.2 Estrutura de atendimento educacional: relação de escolas

Escola participante do Censo 2013	Dep. Adm.	Local.
Eeb Antonio Gonzaga	ESTADUAL	URBANA
Eeb Cel Cid Gonzaga	ESTADUAL	URBANA
Eeb Nilo Peçanha	ESTADUAL	URBANA
Eeb Prof. Balduino Cardoso	ESTADUAL	URBANA
Eeb Prof. Clementino Britto	ESTADUAL	URBANA
EebProf. Germano Wagenfuhr	ESTADUAL	URBANA
Ud Porto União	ESTADUAL	URBANA
Núcleo Educacional Da Lança	MUNICIPAL	RURAL
Núcleo Educacional Do Legru	MUNICIPAL	RURAL
Núcleo Educacional Frei Deodato	MUNICIPAL	RURAL
Núcleo Educacional Jangada Do Sul	MUNICIPAL	RURAL
Núcleo Educacional São Pedro Do Timbó	MUNICIPAL	RURAL
Berçário Maria Luiza Waldraff	MUNICIPAL	URBANA
Nei arco Iris	MUNICIPAL	URBANA
Núcleo De Educação De Jovens E Adultos	MUNICIPAL	URBANA
Núcleo De Educação Infantil Albertina Brauchner	MUNICIPAL	URBANA
Núcleo De Educação Infantil Balão Magico	MUNICIPAL	URBANA
Núcleo De Educação Infantil Castelo Encantado	MUNICIPAL	URBANA
Núcleo De Educação Infantil Comecinho Da Vida	MUNICIPAL	URBANA

¹⁹ Todos os dados educacionais, exceto quando fonte citada, foram extraídas do portal do INEP

Fonte dos Dados: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

²⁰ Os dados considerados na tabela reportam-se ao ano de 2010, quando o município realizou um diagnóstico em parceria com o Serviço Social e contava com aproximadamente 228 analfabetos; desde então criou o Programa de Municipalização de Educação de Jovens e Adultos por meio do Decreto Municipal nº 389, de 26/05/2010 e vem atendendo essa demanda continuamente, contabilizando aproximadamente 500 concluintes desde a implantação do Programa, o que leva a buscar a meta de erradicação do analfabetismo absoluto e 70% do analfabetismo funcional até o final da vigência do Plano.

Núcleo De Educação Infantil Criança Feliz	MUNICIPAL	URBANA
Núcleo De Educação Infantil Lina Sander	MUNICIPAL	URBANA
Núcleo De Educação Infantil Moranguinho	MUNICIPAL	URBANA
Núcleo De Educação Infantil Pingo De Gente	MUNICIPAL	URBANA
Núcleo De Educação Infantil Trem Da Alegria	MUNICIPAL	URBANA
Núcleo Educacional Joao Fernando Sobral	MUNICIPAL	URBANA
Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis	MUNICIPAL	URBANA
Núcleo Educacional São Bernardo Do Campo	MUNICIPAL	URBANA
Cei Janelinha Do Saber	PRIVADA	URBANA
Centro B De Ed Tec E Profissionalizante Cebrep	PRIVADA	URBANA
Centro Educ Céu Azul	PRIVADA	URBANA
Colégio Santos Anjos	PRIVADA	URBANA
Colégio São Jose	PRIVADA	URBANA
Senac Porto União	PRIVADA	URBANA

Segundo dados do Censo Populacional de 2010, as escolas acima atendem a 31,5% das crianças de 0 à 3 anos, 86% das crianças de 4 e 5 anos e 95,10% da população de 6 à 17 anos, entende-se que passado 4 anos do censo esses números já devem ser maiores, analisando a crescente comparada com o censo de 1991, 2000 e 2010. Segundo as metas do PNE, deve-se universalizar o acesso de 4 à 17 anos e atender 50% das crianças de 0 à 3 anos até o final do plano.

3.3 Estabelecimento de ensino por dependência administrativa

Estabelecimentos de ensino segundo a Etapa/Modalidade ministrada no ano de 2013				
Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Privada
Educação Infantil Creches	14	9	0	5
Educação Infantil Pré Escola	18	13	0	5
Ensino Fundamental	17	8	6	3
Ensino Médio	9	0	6	3
Educação de Jovens e Adultos	2	1	1	0
Educação Profissional e tecnológica	2	0	0	2
Educação Superior	1	0	0	1

Segundo a LDB 9394/96, é obrigação do Estado à oferta das Séries Finais do Ensino Fundamental, além do Ensino Médio.

Segundo os dados do INEP da matrícula Inicial de 2013 os atendimentos da população escolar apresenta-se da seguinte maneira.

	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
Municipal	69%	67%	31%	23%	
Estadual			48%	54%	80%
Privada	31%	33%	21%	23%	20%

Considerando-se a ampliação do atendimento da educação infantil, com inclusão da obrigatoriedade da educação escolar para crianças de 4 e 5 anos, bem como a necessidade de ampliação das escolas em Tempo Integral, surge a necessidade de criação de núcleos educacionais novos em regiões estratégicas, bem como a ampliação de alguns existentes, além da contratação de novos professores, gestores e servidores em geral.

3.4 Educação Infantil

O Plano Nacional de Educação estabelece como meta que até 2016 50% das crianças de 0 à 3 anos e 100% das crianças de 4 e 5 anos estejam na escola.

3.4.1 População entre 0 e 5 anos

Os dados atuais mostram que há uma diminuição da população em idade de 0 à 5 anos na última década em Porto União, e essa tendência deve ser mantida para a próxima década, segundo observações do relatório final do IBGE sobre o Censo de 2010.

População entre 0 e 5 anos		
1991	2000	2010
3.658	3.644	2.838

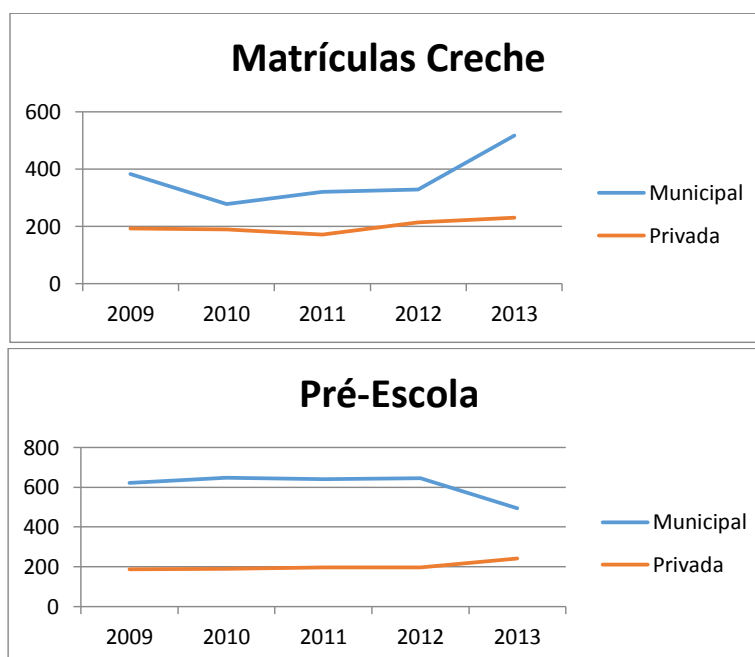
3.4.2 Percentual de matrículas na Educação Infantil

O município tem avançado no número de matrículas em creches e pré escolas, acompanhando o aumento gradual do país e do estado. Temos 31,55% de crianças na creche, sendo que a meta Nacional até 2016 é de 50%; temos 85,98% de crianças na pré-escola, sendo a meta Nacional até 2016 de 100%, acredita-se que essas porcentagens de atendimento já estão próximas da meta decorrido 4 anos do censo do IBGE.

	% de 0 a 3 anos na escola		% de 4 a 5 anos na escola	
	2000	2010	2000	2010
Brasil	9,43	23,20	51,41	81,4
Santa Catarina	12,89	38,50	51,73	84,0
Porto União	13,14	31,55	52,08	86,0

3.4.3 Matrículas por esfera

Matrículas			
Ano	Esfera	Creche	Pré-Escola
2010	Municipal	278	648
	Privada	189	189
	Total	467	837
2011	Municipal	321	641
	Privada	171	198
	Total	492	839
2012	Municipal	329	646
	Privada	214	198
	Total	543	844
2013	Municipal	518	495
	Privada	231	243
	Total	749	738



Os dados mostram que houve um aumento geral pela procura a creches, em especial as públicas municipais. Contudo, na pré-escola aumentou-se a procura pela iniciativa privada e caiu significativamente, no último ano, a procura pelos Núcleos de Educação Infantil municipais.

Para se atingir às metas do PNE, deveria haver a seguinte mudança na estrutura do município, considerando-se os percentuais atuais de distribuição entre as esferas pública e privada.

3.4.4 Média de alunos por turma

O Conselho Municipal de Educação, em atendimento às instruções do Ministério da Educação, define da seguinte maneira o número desejável de alunos por sala e/ou professor, assim apresentamos a situação atual e a desejada até o final o plano.

Professores X Quantidade de Crianças		
	Situação Atual	Situação Desejada
Berçário	6 à 8 Crianças	6 crianças
Maternal	15 crianças	10 crianças
Jardim	20 crianças	15 crianças
Pré-Escola	20 crianças	15 crianças

Média de alunos por turma							
		2011		2012		2013	
	Rede	Creche	Pré-Escola	Creche	Pré-Escola	Creche	Pré-Escola
Brasil	Estadual	16	19,7	15,2	18,7	14,1	19
	Municipal	17,5	19,7	17,4	19,5	17,1	19,4
	Privada	12,3	14,2	12,4	14,5	12,3	14,7
Santa Catarina	Estadual	--	20,5	15,5	18,3	16	12,5
	Municipal	15,3	17,8	15	17,6	14,9	17,5
	Privada	12,7	14,8	12,9	15,1	13	15,3
Porto União	Municipal	18,9	19,1	8,2	11,8	9,3	15,1
	Privada	10,8	18	15,3	18,1	14,6	18,8

Analisando os dados do município em 2013, realizando a divisão de escolas rurais e urbanas, a média de alunos por turma se apresenta da seguinte maneira:

Esfera		Creche	Pré-Escola
Urbana	Municipal	9,3	15,7
	Privada	14,6	18,8
Rural	Municipal	--	11

Esse quadro aponta para a necessidade de se criar mecanismos para cobrar da iniciativa privada a adequação às normas do Conselho Municipal de Educação, em consonância com o Ministério da Educação.

O quadro a seguir mostra as médias de alunos por turma em cada um dos estabelecimentos de Educação Infantil no município:

Nome da Escola	Localiz.	Rede	Creche	Pré-Escola
Núcleo Educacional Da Lança	Rural	Municipal	--	12
Núcleo Educacional São Pedro Do Timbó	Rural	Municipal	--	12
Núcleo Educacional Do Legru	Rural	Municipal	--	8
Núcleo Educacional Frei Deodato	Rural	Municipal	--	12
Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis	Urbana	Municipal	--	18,5
Núcleo De Educação Infantil Moranguinho	Urbana	Municipal	9,1	19
Núcleo De Educação Infantil Criança Feliz	Urbana	Municipal	21	20,8
Núcleo De Educação Infantil Comecinho Da Vida	Urbana	Municipal	9	19
Berçário Maria Luiza Waldruff	Urbana	Municipal	7,7	--
Núcleo De Educação Infantil Castelo Encantado	Urbana	Municipal	--	12,8
Núcleo De Educação Infantil Trem Da Alegria	Urbana	Municipal	9,3	14,4
Núcleo De Educação Infantil Pingo De Gente	Urbana	Municipal	22,5	20,3
Núcleo De Educação Infantil Balão Magico	Urbana	Municipal	5,7	--
Núcleo De Educação Infantil Lina Sander	Urbana	Municipal	--	10,7
Núcleo De Educação Infantil Albertina Brauchner	Urbana	Municipal	8,4	--
Nei Arco Iris	Urbana	Municipal	9,4	12,3
Colégio Santos Anjos	Urbana	Privada	12,4	16
Colégio São José	Urbana	Privada	10,9	20,2
Centro Educ. Céu Azul	Urbana	Privada	59	32
Cei Janelinha Do Saber	Urbana	Privada	12	14

Os dados mostram que as demandas da Educação Infantil estão sendo atendidas de forma desigual, e em alguns casos, em condições preocupantes.

3.5 Ensino Fundamental – Anos Iniciais

O Plano Nacional tem como meta até o final do decênio que 95% dos alunos concluam na idade recomendada essa etapa da formação.

3.5.1 População entre 6 e 10 anos

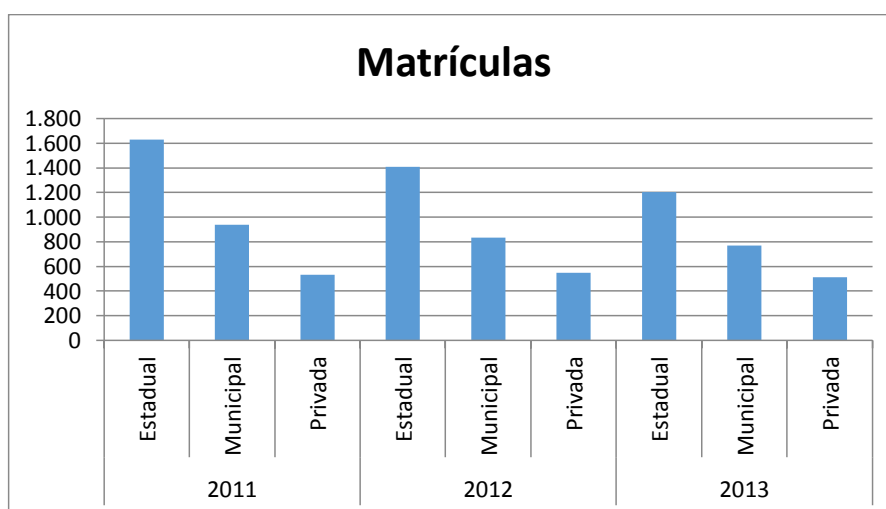
Seguindo a tendência do país e do estado, a população de 6 à 10 anos tem diminuído. Porém, em Porto União, essa diminuição tem sido pequena.

População de 6 à 10 anos			
	1991	2000	2010
Brasil	7.577.334	6.463.910	5.511.078
Santa Catarina	516.025	508.202	451.727
Porto União	3.251	2.878	2.725

3.5.2 Matrículas Ensino Fundamental Anos Iniciais

Há uma diminuição pequena no número total de matrículas nos últimos 3 anos, devido a essa diminuição da população de menor idade.

Matrículas em Porto União		
Ano	Rede	Porto União
2011	Estadual	1.631
	Municipal	938
	Privada	532
	Total	3.101
2012	Estadual	1.409
	Municipal	833
	Privada	550
	Total	2.792
2013	Estadual	1.202
	Municipal	769
	Privada	512
	Total	2.483

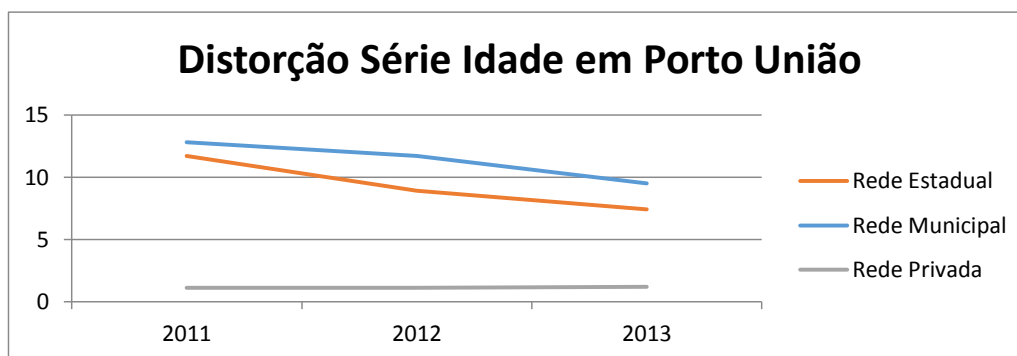
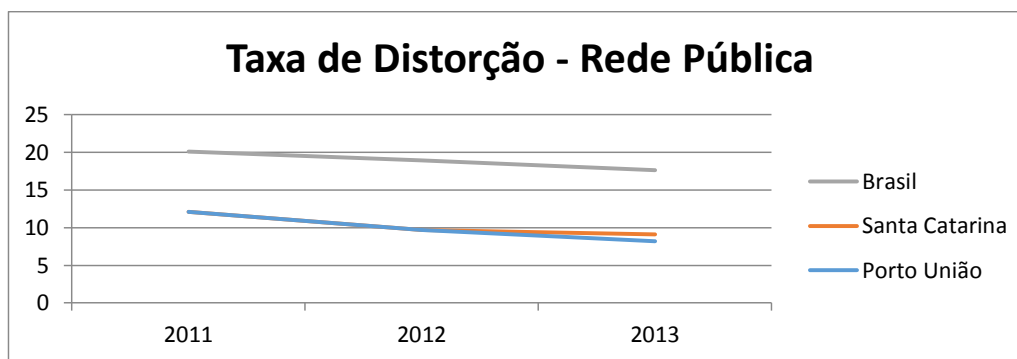


Mantendo-se a mesma taxa de diminuição da população nesta faixa etária e considerando a ampliação das escolas para Tempo Integral, o quadro de infraestrutura em Porto União deverá sofrer alterações necessárias a esse atendimento.

3.5.3 Taxa de Distorção Série Idade

Porto União, seguindo as margens de diminuição da distorção série-idade, tem avançado na diminuição dos índices. A meta do PNE é que 95% terminem essa etapa na idade certa, até 2024, ou seja, que a taxa de distorção não seja superior a 5%.

As taxas do município já são menores que a média Nacional e estadual. As escolas privadas não constam no gráfico abaixo devido já estarem dentro da média Nacional com 4,5% de distorção em 2013.

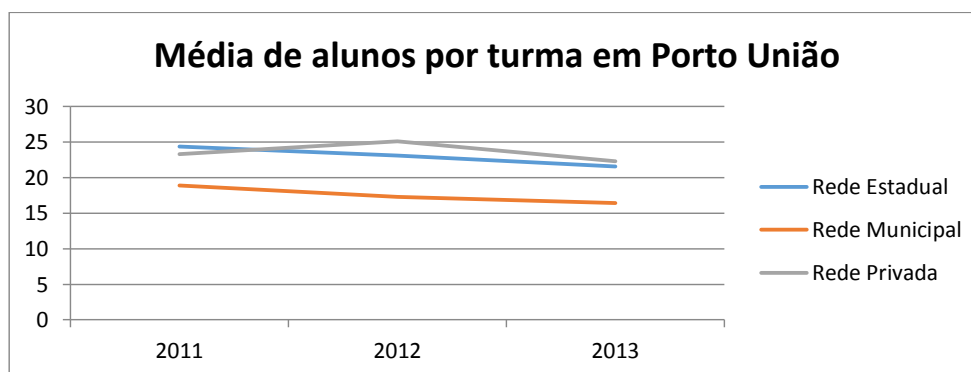
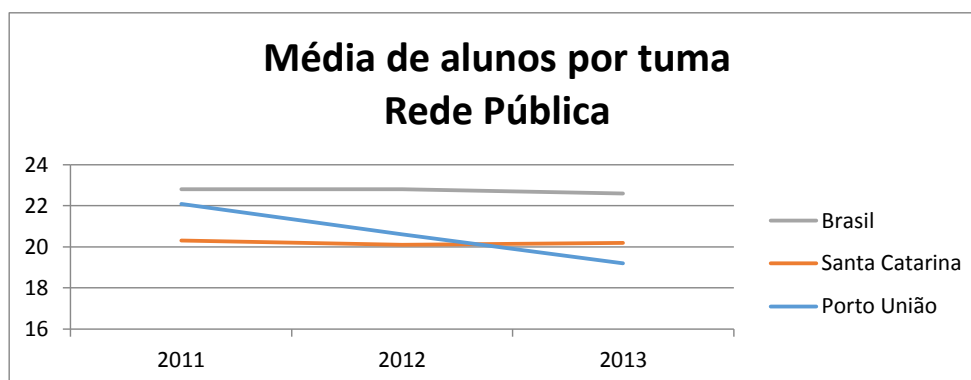


A educação precisa encontrar formas de intensificar os esforços para conter a evasão e a reprovação, e atingir os índices desejáveis.

3.5.4 Média de alunos por turma

Em todas as esferas administrativas, o município apresenta diminuição no número de alunos por turma, conforme se observa no gráfico a seguir:

Média de alunos por turma				
	Rede	2011	2012	2013
Brasil	Estadual	24,1	23,7	23,3
	Municipal	22,8	22,6	22,4
	Privada	17,6	17,7	17,8
	Publico	22,8	22,8	22,6
Santa Catarina	Estadual	21,5	20,9	21,1
	Municipal	19,6	19,7	19,8
	Privada	19	19,5	19,5
	Publico	20,3	20,1	20,2
Porto União	Estadual	24,4	23,1	21,6
	Municipal	18,9	17,3	16,4
	Privada	23,3	25,1	22,3
	Publico	22,1	20,6	19,2



A legislação municipal orienta da seguinte forma o número de alunos por sala e/ou professor:

Quantidade de Crianças X Sala		
	Situação Atual	Situação Desejada
1º ao 3º ano	25 Crianças	20 crianças
4º e 5º ano	30 crianças	25 crianças

Analisando os dados do município em 2013, realizando a divisão de escolas rurais e urbanas, a média de alunos por turma se apresenta da seguinte maneira:

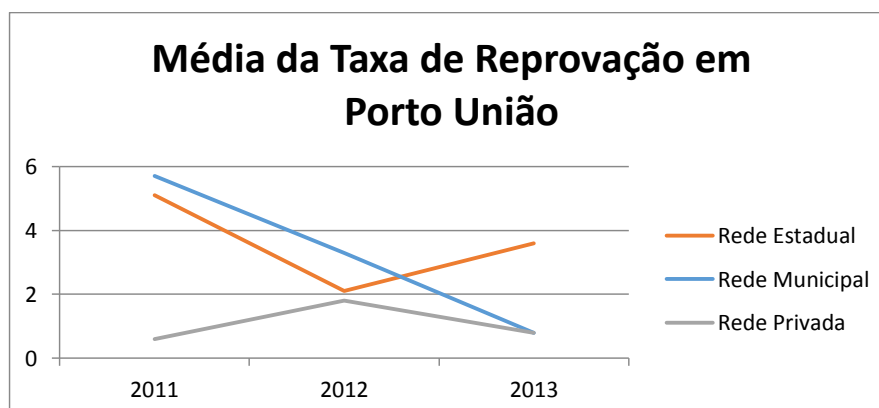
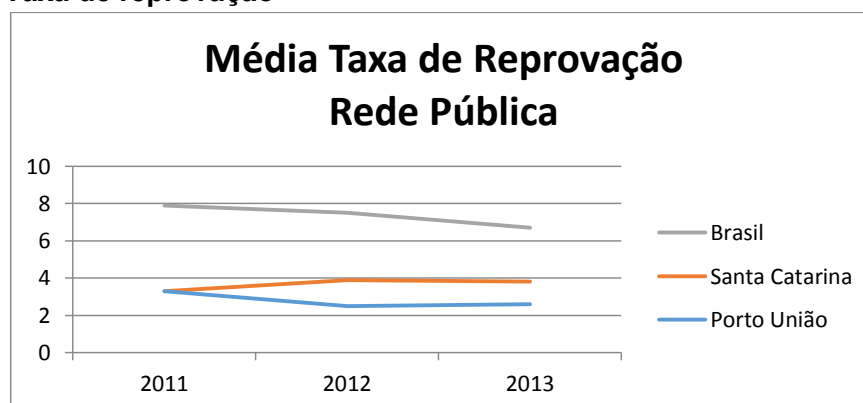
Esfera		Anos Iniciais
Urbana	Estadual	21,6
	Municipal	22,9
	Privada	22,3
Rural	Municipal	10,5

Nome da Escola	Localização	Rede	Anos Iniciais
Eeb Cel Cid Gonzaga	Urbana	Estadual	30,3
Eeb Antonio Gonzaga	Urbana	Estadual	19,1
Eeb Nilo Peçanha	Urbana	Estadual	22,8

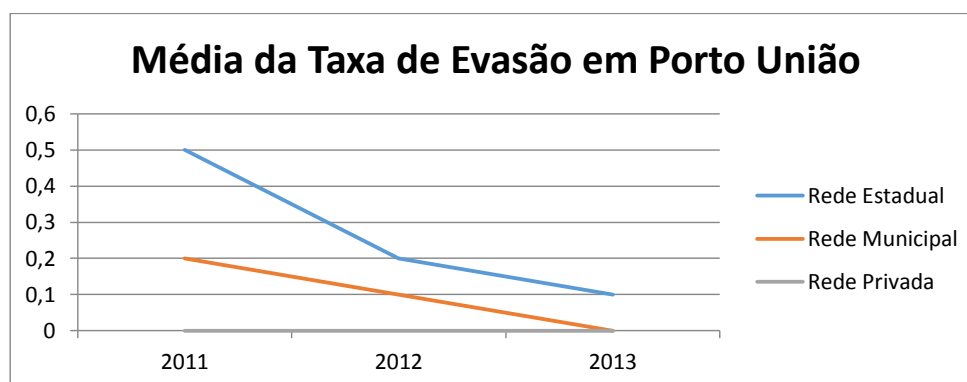
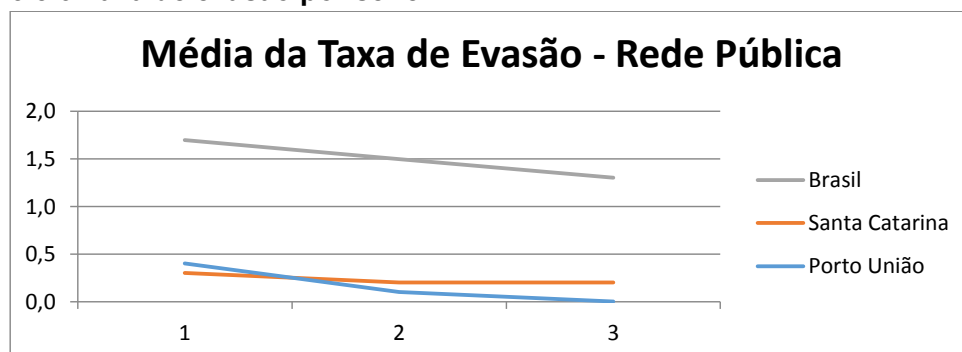
Eeb Prof. Baldinho Cardoso	Urbana	Estadual	8,5
Eeb Prof. Clementino Britto	Urbana	Estadual	19,8
Eeb Prof. Germano Wagenfuhr	Urbana	Estadual	18,6
Núcleo Educacional Da Lança	Rural	Municipal	10,8
Núcleo Educacional São Pedro Do Timbó	Rural	Municipal	12,2
Núcleo Educacional Jangada Do Sul	Rural	Municipal	4,2
Núcleo Educacional Do Legru	Rural	Municipal	9,2
Núcleo Educacional Frei Deodato	Rural	Municipal	16,2
Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis	Urbana	Municipal	27,5
Núcleo Educacional Joao Fernando Sobral	Urbana	Municipal	21,6
Núcleo Educacional São Bernardo Do Campo	Urbana	Municipal	20,9
Colégio Santos Anjos	Urbana	Privada	21,0
Colégio São Jose	Urbana	Privada	24,3
Centro Educ Céu Azul	Urbana	Privada	20,6

Este gráfico demonstra que o Município goza de uma estrutura de atendimento menos sobrecarregada do que apontam as médias estadual e Nacional. Contudo, em algumas escolas, há que se planejar mudanças de forma a garantir uma distribuição mais equilibrada.

3.5.5 Taxa de reprovação

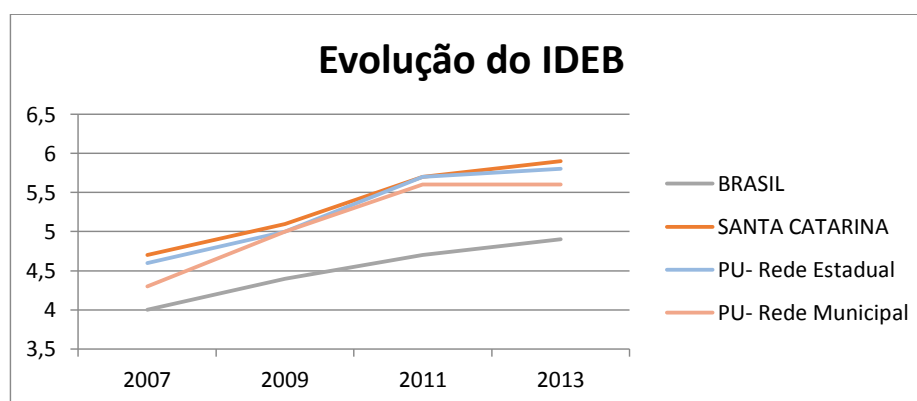


3.5.6 Taxa de evasão por série



3.5.7 IDEB

Porto União, assim como o Estado de Santa Catarina, já apresenta índice de IDEB muito próximo da meta Nacional, que é de 6,0 pontos.



O quadro a seguir estabelece um comparativo entre as metas projetadas para o País no PNE e o caso de Porto União:

IDEB - Anos Iniciais				
Atual	2015	2017	2019	2021
5,7	5,2	5,5	5,7	6,0

Disso decorre que, como tendência natural, o município atingirá as metas nacionais por meio das ações planejadas em outras metas que se referem aos elementos que compõe a avaliação que determina os índices do IDEB.

3.6 Ensino Fundamental – Séries Finais

O Plano Nacional tem como meta até o final do decênio que 95% dos alunos concluam na idade recomendada essa etapa da formação.

3.6.1 População entre 11 e 14 anos

Os números indicam que a população brasileira, nessa faixa etária, tem diminuído.

População de 11 à 14 anos			
	1991	2000	2010
Brasil	13.440.733	13.980.835	13.633.774
Santa Catarina	384.727	421.802	413.665
Porto União	2.659	2.523	2.344

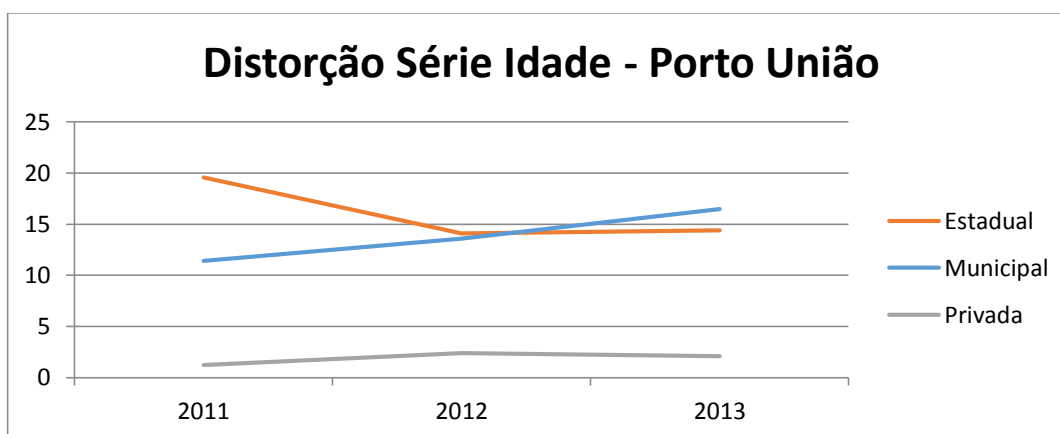
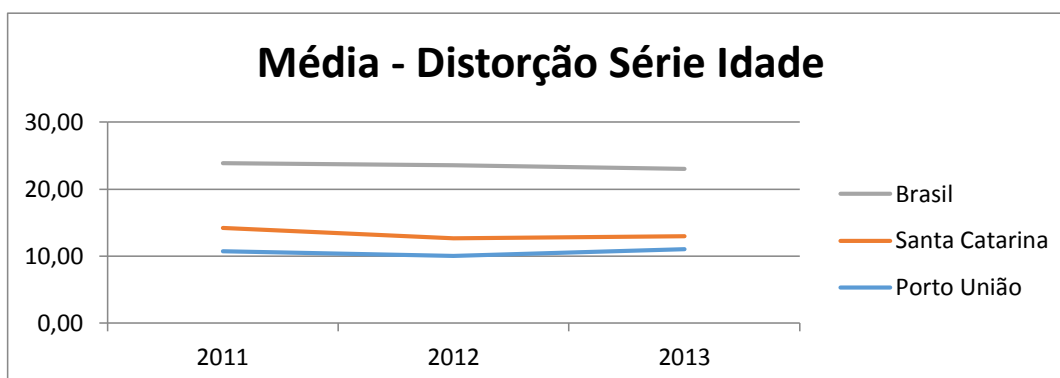
3.6.2 Matrículas

Há uma diminuição pequena no número total de matrículas nos últimos 3 anos, por conta da diminuição da população nessa faixa etária.

Matrícula Inicial		
Ano	Rede	Porto União
2011	Estadual	1.328
	Municipal	403
	Privada	485
	Total	2.216
2012	Estadual	1.310
	Municipal	452
	Privada	490
	Total	2.252
2013	Estadual	1.114
	Municipal	483
	Privada	472
	Total	2.069

3.6.3 Taxa de Distorção Série Idade

Os dados a seguir indicam a taxa de distorção série-idade em Porto União, comparando-se com o Estado e o País:

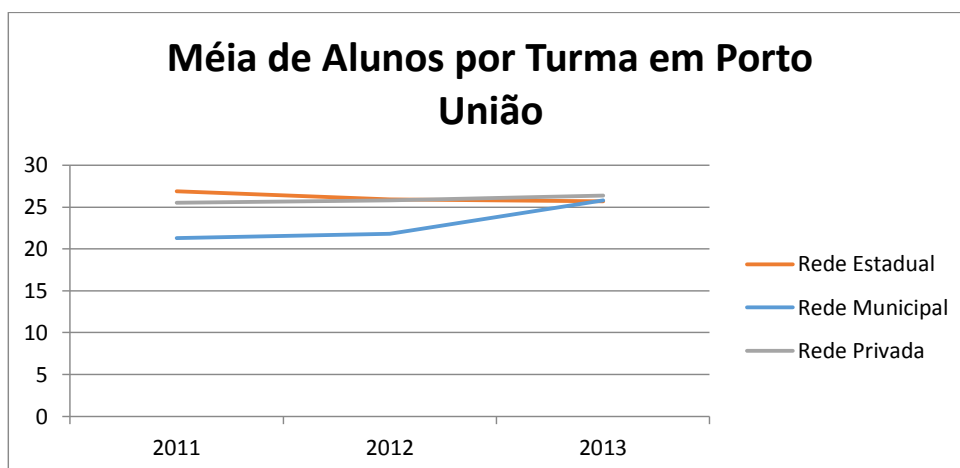
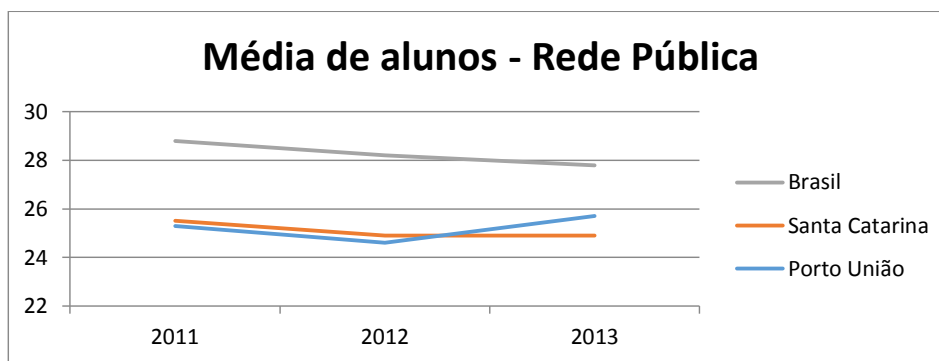


A meta do PNE é que 95% terminem essa etapa na idade certa, até 2024, ou seja, que a taxa de distorção não ultrapasse 5%. Os dados mostram que, em Porto União, a distorção tem aumentado, na contramão da queda que apresentam o Estado e o País. Apenas a Rede Estadual tem diminuído essa taxa no Município. É preciso estabelecer metas conjuntas para reversão do quadro e alcance da meta Nacional.

3.6.4 Média de alunos por turma

Há legislação municipal orienta da seguinte maneira o número de alunos por sala e/ou professor:

Quantidade de Crianças X Sala		
	Situação Atual	Situação Desejada
6º ano	30 Crianças	25 crianças
7º ao 9º ano	35 crianças	30 crianças



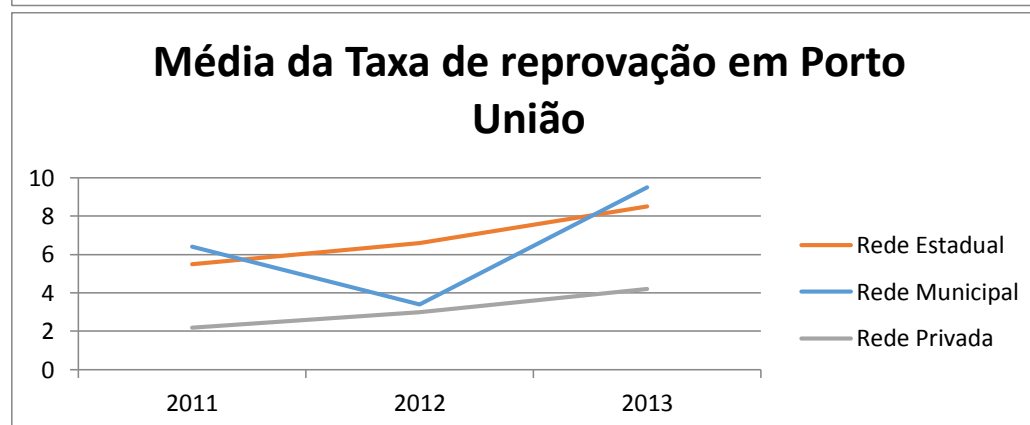
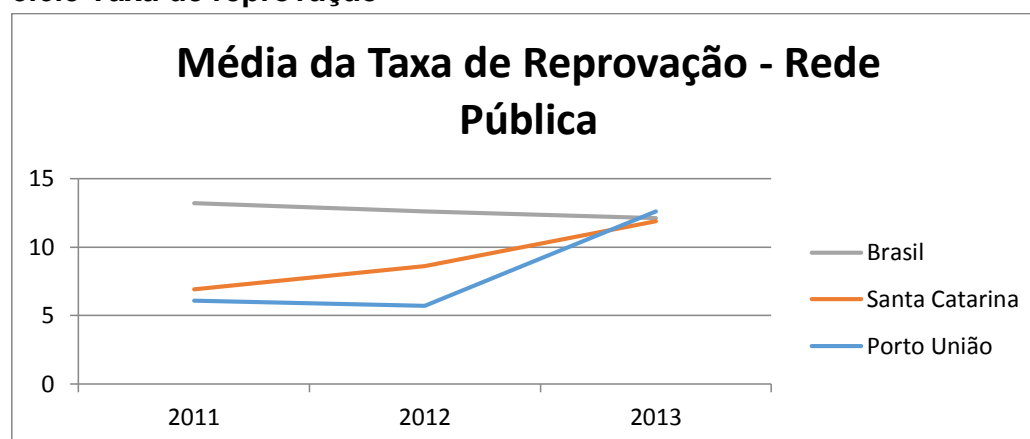
Analisando os dados do município em 2013, realizando a divisão de escolas rurais e urbanas, a média de alunos por turma se apresenta da seguinte maneira:

Esfera		Anos Finais
Urbana	Estadual	25,7
	Municipal	25,9
	Privada	26,4
Rural	Municipal	25,3

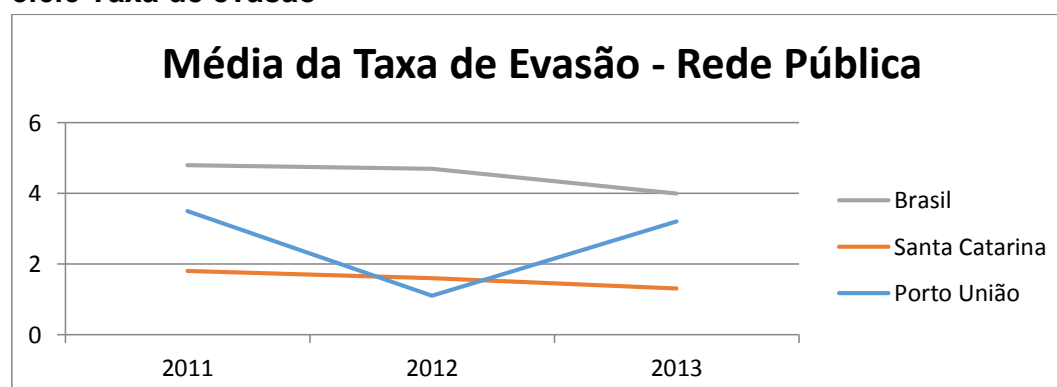
Nome da Escola	Localização	Rede	Anos Finais
Eeb Cel Cid Gonzaga	Urbana	Estadual	31,4
Eeb Antonio Gonzaga	Urbana	Estadual	22,7
Eeb Nilo Peçanha	Urbana	Estadual	26,1
Eeb Prof. Baldinho Cardoso	Urbana	Estadual	24,3
Eeb Prof. Clementino Britto	Urbana	Estadual	24,4
Eeb Prof. Germano Wagenfuhr	Urbana	Estadual	22,0
Núcleo Educacional Frei Deodato	Rural	Municipal	25,3
Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis	Urbana	Municipal	26,2

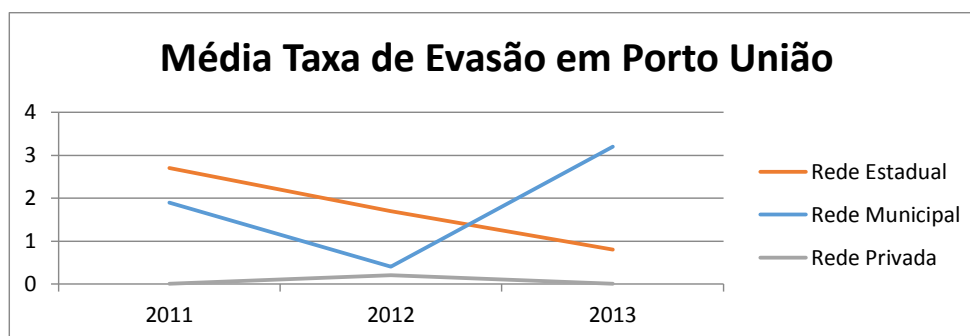
Núcleo Educacional Joao Fernando Sobral	Urbana	Municipal	25,7
Colégio Santos Anjos	Urbana	Privada	25,3
Colégio São Jose	Urbana	Privada	30,4
Centro Educ Céu Azul	Urbana	Privada	20,3

3.6.5 Taxa de reprovação



3.6.6 Taxa de evasão

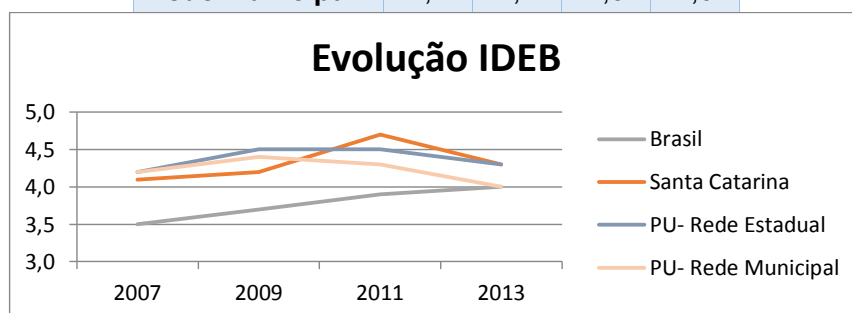




3.6.7 IDEB

IDEB - Anos Finais				
Atual	2015	2017	2019	2021
4,1	4,7	5,0	5,2	5,5

	2007	2009	2011	2013
BRASIL				
Total	3,8	4,0	4,1	4,2
Rede Pública	3,5	3,7	3,9	4,0
Rede Estadual	3,6	3,8	3,9	4,0
Rede Municipal	3,4	3,6	3,8	3,8
Rede Privada	5,8	5,9	6,0	5,9
SANTA CATARINA				
Total	4,3	4,5	4,9	4,5
Rede Pública	4,1	4,2	4,7	4,3
Rede Estadual	4,1	4,2	4,7	4,1
Rede Privada	5,9	6,3	6,4	6,4
PORTO UNIÃO				
Rede Pública	4,2	4,5	4,4	4,1
Rede Estadual	4,2	4,5	4,5	4,3
Rede Municipal	4,2	4,4	4,3	4,0



Este gráfico permite a visualização de que a Rede Estadual consegue melhor desempenho nas séries finais do que a Rede Municipal. Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, não cabe ao Município prestar atendimento

educacional a esta modalidade de ensino, embora no Estado de Santa Catarina isso ainda não tenha sido adequado à legislação.

3.7 Ensino Médio

O PNE tem como meta aumentar, até 2024, o número líquido de matrículas no Ensino Médio para 85% e universalizar o acesso ao ensino médio, atingindo 100%; Atualmente, Porto União está com essas taxas em 56,9% e 86,7%, respectivamente.

3.7.1 População entre 15 e 17 anos (últimos anos)

Percebe-se nessa faixa etária também a diminuição da população, comparando os últimos censos.

População de 15 à 17 anos			
	1991	2000	2010
Brasil	9.229.657	10.702.471	10.336.812
Santa Catarina	268.747	319.694	324.333
Porto União	1.868	1.814	1.760

3.7.2 Matrículas

Matrícula Inicial - Médio			
Ano	Rede	Porto União	Santa Catarina
2013	Estadual	1.501	225.825
	Federal	-	5.855
	Municipal	-	1.227
	Privada	373	36.582
	Total	1.874	269.486
2012	Estadual	1.497	209.958
	Federal	-	4.987
	Municipal	-	1.244
	Privada	374	36.944
	Total	1.871	253.133
2011	Estadual	1.713	208.811
	Federal	-	4.172
	Municipal	-	1.223
	Privada	351	35.382
	Total	2.064	249.588

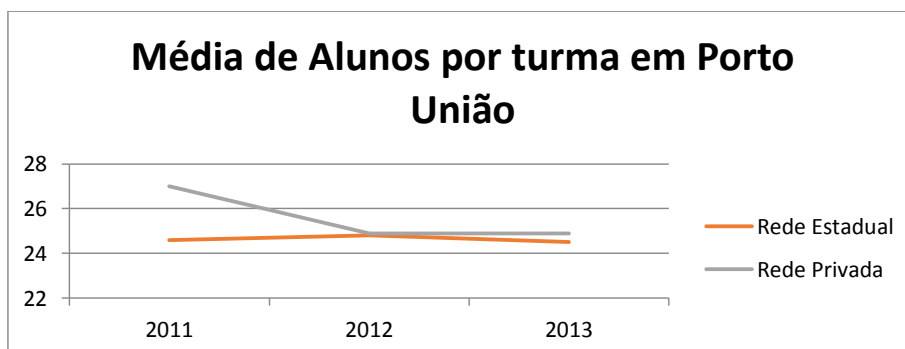
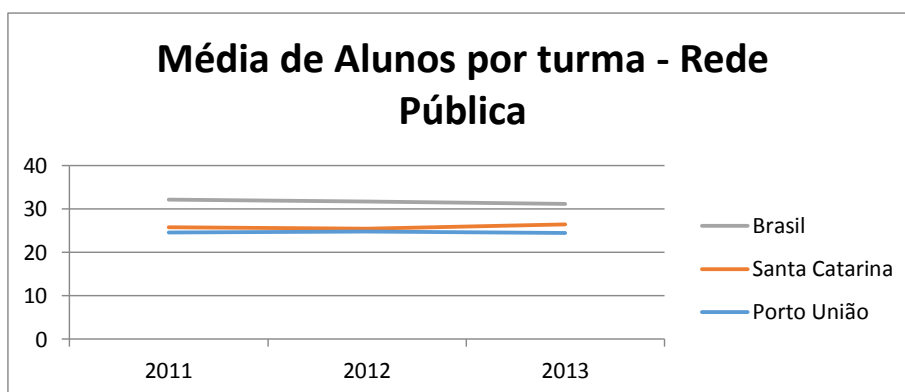
3.7.3 Taxa de distorção série idade

Pretende-se com diminuição das distorções série idade no ensino fundamental que isso ocorra de maneira automática no Ensino Médio, diminuindo em 50% até o final desse plano.



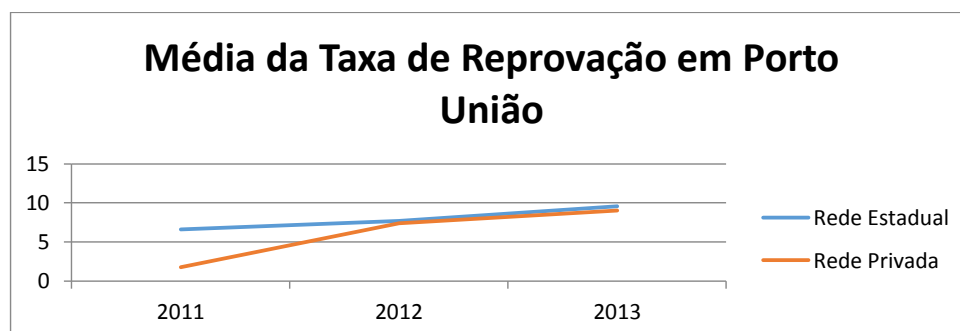
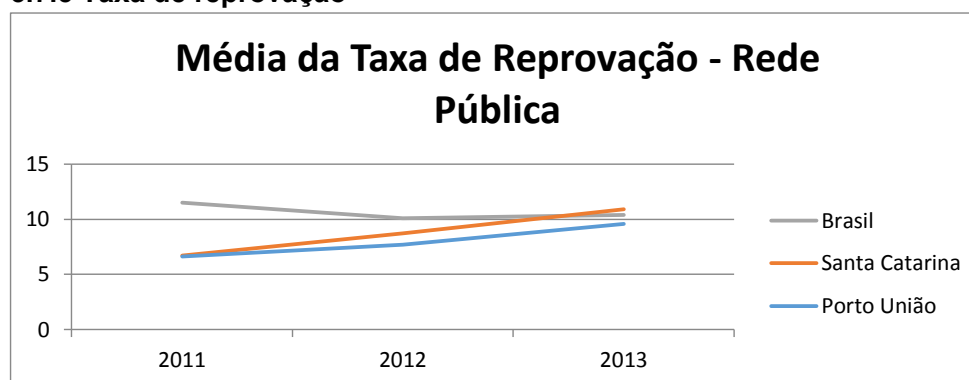
3.7.4 Média de alunos por turma

Porto União tem uma média de 25 alunos por turma, chegando até o final desse plano com nenhuma turma com mais de 35 alunos.

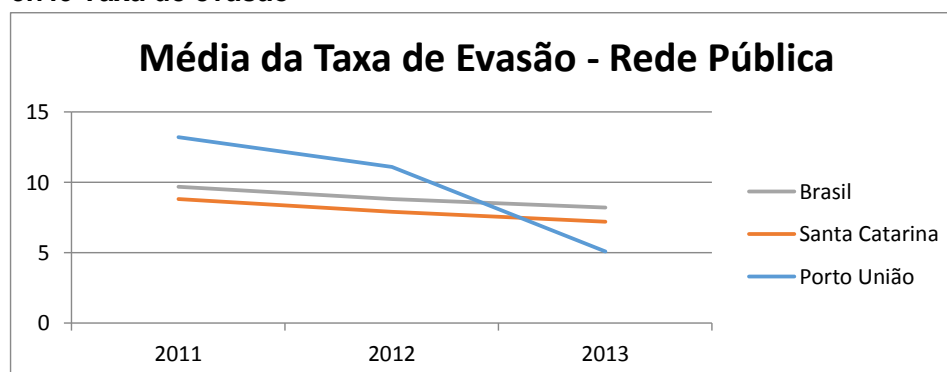


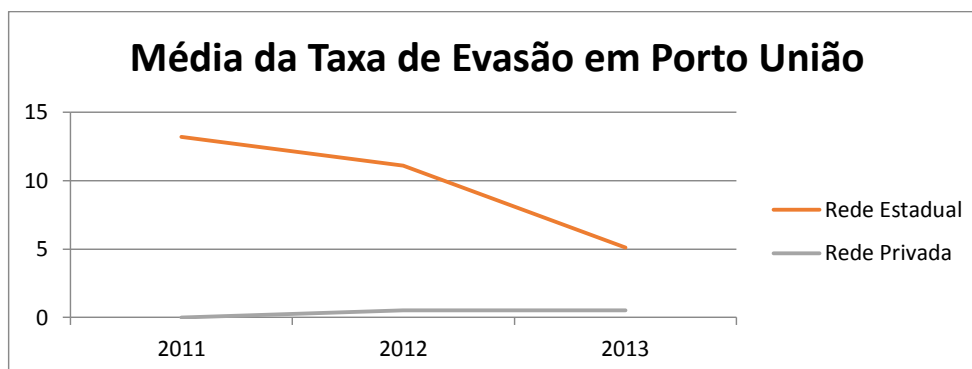
Nome da Escola	Localização	Rede	Ensino Médio
EEB CEL CID GONZAGA	Urbana	Estadual	28,6
EEB ANTONIO GONZAGA	Urbana	Estadual	20,6
EEB NILO PECANHA	Urbana	Estadual	26,5
EEB PROF BALDUINO CARDOSO	Urbana	Estadual	26,5
EEB PROF CLEMENTINO BRITTO	Urbana	Estadual	17,3
EEB PROF GERMANO WAGENFUHR	Urbana	Estadual	17,6
COLEGIO SANTOS ANJOS	Urbana	Privada	25,8
COLEGIO SAO JOSE	Urbana	Privada	25,9
CENTRO EDUC CEU AZUL	Urbana	Privada	21,0

3.7.5 Taxa de reprovação



3.7.6 Taxa de evasão

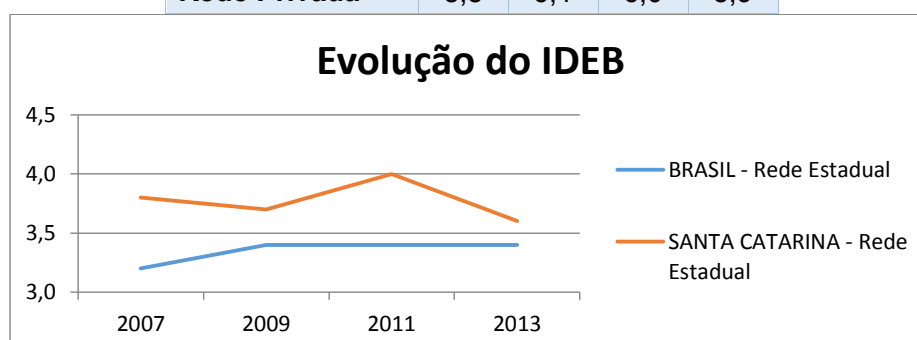




3.7.7 IDEB

IDEB – Ensino Médio				
Atual	2015	2017	2019	2021
4,0	4,7	5,2	5,4	5,6

	2007	2009	2011	2013
BRASIL				
Total	3,5	3,6	3,7	3,7
Rede Pública	3,2	3,4	3,4	3,4
Rede Estadual	3,2	3,4	3,4	3,4
Rede Municipal				
Rede Privada	5,6	5,6	5,7	5,4
SANTA CATARINA				
Total	4,0	4,1	4,3	4,0
Rede Pública				
Rede Estadual	3,8	3,7	4,0	3,6
Rede Privada	5,5	6,1	6,0	5,9



3.8 Educação de Jovens e Adultos

O direito a uma educação com qualidade social está prevista na Constituição Federal e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos tem sido fundamental no processo de universalização do acesso na perspectiva de uma educação inclusiva e na superação das desigualdades sociais.

A LDB assegura nos artigos 37 e 38 esse direito e ao delegar a autonomia para a organização, possibilitou ao município de Porto União a implantação do Programa de Municipalização de Educação de Jovens e Adultos, por meio do Decreto nº 389 de 26/05/2010, com um currículo adequado a essa demanda e que assegura o prosseguimento de estudos em caráter regular. De acordo com a Resolução nº 03 de 15/06/2010 – CNE/CEB estabelece a idade mínima para matrícula de 15 anos para ingresso no Ensino Fundamental e de 18 anos para Ensino Médio.

Para atuar nessa modalidade de ensino, antes mesmo da municipalização, Porto União estabeleceu parceria com empresas como em 2008 por meio do atendimento com o Sesi/Escola, encerrando com essa quando da municipalização e com o Sistema Estadual, por meio do Centro de Educação de Jovens e Adultos / CEJA de Canoinhas, o qual criou uma Unidade Descentralizada/UD no município, parceria que prossegue atualmente atendendo a demanda de Ensino Médio, a qual não compete legalmente ao sistema municipal.

Garantindo por meio de todas essas ações uma política de inclusão social com a meta de oportunizar a todos os cidadãos com quinze anos ou mais de idade, o acesso à escolarização e por conseguinte a formação de sujeitos que atuem na transformação da sociedade, com valores fundamentados na igualdade, justiça, ética e respeito às diferenças.

3.8.1 Percentual da população em idade escolar da EJA que não concluiu a Educação Básica na Idade Certa²¹;

Local	Percentual
Brasil	30,6
Santa Catarina	23,2
Porto União	20,1

O município possui um número inferior à média Nacional e estadual, no entanto, há uma grande preocupação com essa demanda e urge ações que visem não apenas na oferta de atendimento para essas pessoas por meio da EJA, mas de prevenção ao fracasso escolar do ensino regular, e de estabelecer políticas sociais que possam evitar o ingresso precoce de jovens no mercado de trabalho, os quais abandonam a escolarização.

²¹ Censo de 2010

Esse desafio poderá ser superado com o envolvimento de toda a sociedade civil e organizada, em conjunto com os órgãos públicos visando com que todos possam ter não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso a educação básica, garantida por direito e ainda não efetivada de fato.

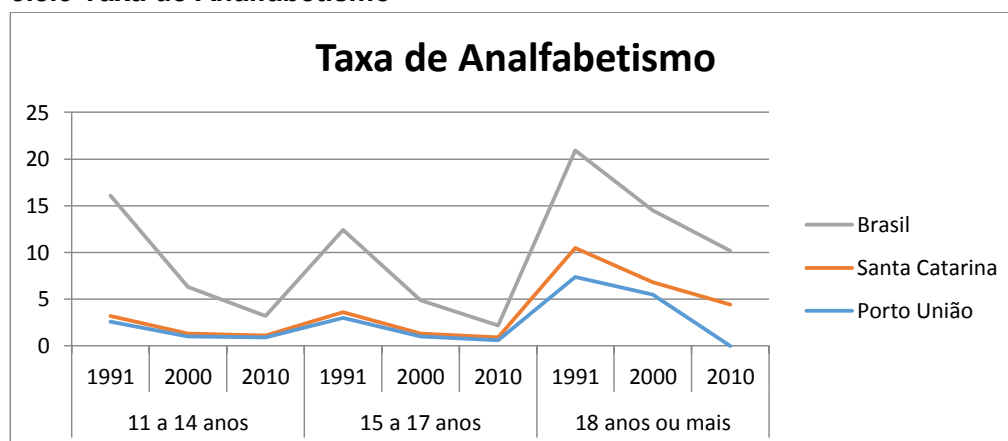
3.8.2 Matrículas na EJA

		Matrícula Inicial			
		Presencial		Semipresencial	
		Fundam.	Médio	Fundam.	Médio
2011	Estadual	27	200	0	0
	Municipal	0	0	329	102
2012	Estadual	36	240	0	0
	Municipal	493	0	0	0
2013	Estadual	21	108	32	164
	Municipal	237	0	0	0

Desde 2010 o município vem atendendo a EJA na etapa de Ensino Fundamental e por meio do CEJA o Ensino Médio, o fato de ter encerrado a parceria com o SESI-Escola reflete na ausência de oferta da rede privada e até o presente momento não concluiu parceria com a rede federal para essa modalidade.

No ano de 2011 atuou com o Ensino Fundamental por meio do regime semipresencial e desde 2012 alterou para o regime presencial, o que refletiu na melhoria da qualidade da aprendizagem.

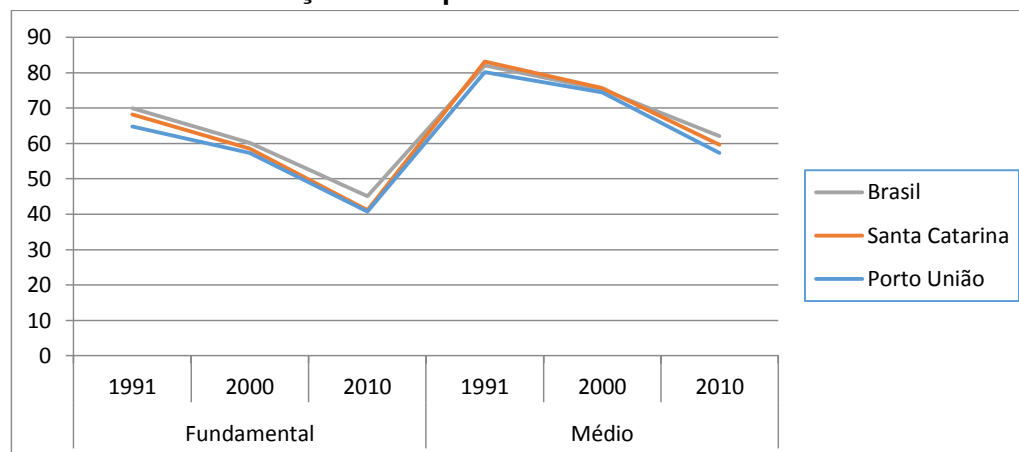
3.8.3 Taxa de Analfabetismo



A baixa taxa de analfabetismo, com média inferior a Nacional e estadual, concedeu ao município de Porto União o Selo de “Município Livre do Analfabetismo”, com base nos dados de 2010. Desde então, observa-se na tabela anterior (referente a matrículas) que foi atendido aproximadamente 800

estudantes no Ensino Fundamental, o que irá refletir em uma redução significativa da taxa de analfabetismo e contribuir para que ao final da vigência desse Plano o município tenha erradicado o analfabetismo absoluto em todas as idades.

3.8.4 Taxa Escolarização Incompleta



O Brasil possui uma enorme dívida social na história da educação brasileira, o que reflete nos altos índices de pessoas com escolarização incompleta, e a modalidade de educação de jovens e adultos busca sanar essa questão oportunizando o retorno para aqueles que por diversos fatores não conseguiram concluir a educação básica.

3.8.5 Taxa de Pessoas com 15 anos ou mais sem as Séries/Anos Iniciais concluída.

Local	2010
Brasil	30,6
Santa Catarina	23,2
Porto União	20,1

De acordo com dados do Cadastro Único de Pessoas, da Secretaria de Ação Social, a demanda de pessoas no município com 15 anos ou mais sem os anos iniciais concluído em sua maioria são idosos, que enfrentam inúmeras dificuldades para a conclusão dos estudos, como questões familiares, de saúde, trabalho e outros.

3.9 Educação Profissional

SENAC - Cursos Técnicos		
Curso	Vagas	Matriculados
Administração Mod. I	70	51
Administração Mod. II	70	44

Enfermagem Mod. I	35	30
Enfermagem Mod. III	35	19
Enfermagem Mod. V	35	22
Manutenção e Suporte em Informática Mod. I	64	63
Manutenção e Suporte em Informática Mod. III	70	30
Rede de Computadores	29	29
Segurança do Trabalho Mod. I	40	28
Segurança do Trabalho Mod. III	40	26
Segurança do Trabalho Mod. IV	35	17
Logística	64	0
Eventos	33	0
Total	620	359

3.10 Educação Superior

3.10.1 População entre 18 e 24 anos

População de 18 a 24 anos			
	1991	2000	2010
Brasil	19.352.693	23.378.789	23.814.018
Santa Catarina	612.896	694.728	779.804
Porto União	3.790	4.050	3.924

3.10.2 Matrículas Portunienes no Ensino Superior em Porto União

UNC	Matrículas	Residentes em Porto União
Artes Visuais	8	3
Ciência da Computação	60	20
Direito	249	100
Educação Física	66	10
Licenciatura em Música	27	10
Psicologia	166	28
Total	576	171

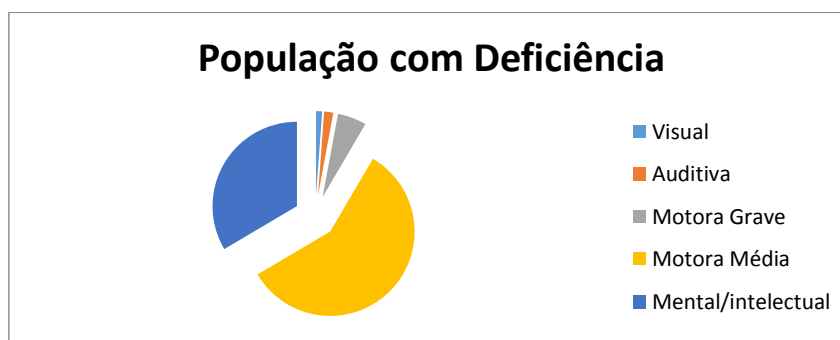
Além das matrículas na Universidade que possui extensão em Porto União, há muitos portunienes matriculados em Instituições de Ensino Superior sediadas no vizinho município de União da Vitória, cujos dados não foi possível obter por questões alheias à vontade dos membros dos GTs que levantaram e discutiram os dados deste PME.

3.10 Educação Especial

O PNE propõe universalizar o acesso de população de 4 à 17 anos com deficiência ao ensino básico e ao atendimento educacional especializado até 2024. Atualmente a taxa em porto união é de 90,5%.

3.10.1 Número de pessoas com deficiência no município²²

População com Deficiência	
Visual - não consegue de modo algum	20
Auditiva - não consegue de modo algum	30
Motora - não consegue de modo algum	95
Motora - grande dificuldade	995
Mental/intelectual	574

**3.10.2 Número de pessoas com deficiência que recebem BPC²³**

Segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Social 470 pessoas recebem o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e 119 desses beneficiários estão na faixa etária de 0 à 18 anos.

3.10.3 Número de pessoas com NEE matriculadas em instituições Especializadas**Apadaf – Associação de Pais e Amigos de deficientes Auditivos e da Fala**

Total de 54 matrículas em 2014, sendo:

- 15 matrículas de residentes em Porto União;
- 7 matriculados que frequentam a rede regular de ensino;
- 1 Cursa Faculdade em outro município;
- 1 Estuda na rede municipal de outro município;
- 6 Frequentam exclusivamente as oficinas oferecidas pela instituição.

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Total de 106 matrículas em 2014, sendo:

²² Fonte: Censo IBGE 2010

²³ Fonte: mds.gov.br

15 matriculados na rede municipal e/ou estadual de Porto União;
89 frequentam exclusivamente as oficinas oferecidas pela instituição.

Matrículas de Alunos com Deficiência - Censo 2013								
	Rede	Creche	Pré-Escola	Anos		Médio	EJA	
				Iniciais	Finais		Fund.	Médio
Porto União	Estadual	0	0	29	16	20	0	0
	Municipal	1	4	20	7	0	20	0
	Privada	2	2	2	4	0	0	0
	Total	3	6	51	27	20	20	0

3.11 Educação Integral

Porto União já está acima na meta de escolas com educação de Tempo Integral. Contando-se a adesão das novas escolas já previstas, o Programa Mais Educação tende também a ultrapassar, até 2024, a meta Nacional.

Percentual Educação Integral				
	Brasil	Santa Catarina	Porto União	Meta
Escolas	34,70%	52,70%	64,00%	50%
Alunos	13,20%	16,20%	16,60%	25%

Desmembrando a tabela acima apenas nas 8 escolas municipais, 6 já participam do programa de educação em Tempo Integral, atendendo a 50% dos alunos da esfera municipal, em 2015 mais uma escola irá aderir, e o percentual de alunos chegará a 70%.

3.11.1 Programas no Município

AABB Comunidade

Faixa Etária	Rede Municipal	Rede Estadual
6 à 10 anos	18	25
11 à 14 anos	21	28
15 à 17 anos	2	6
Total	41	59
Total Geral	100	

3.11.2 Cursos de Qualificação Profissional

Senai – Matrículas em 2013, todos residentes em Porto União.

Senai-	Matriculados	Evadidos	Retidos
--------	--------------	----------	---------

Eletricista	27	2	9
Mecânico de máquinas	24	7	5
Operador de computador	21	3	0
Costureiro	25	4	2
Total	97	16	16

Senac – Matrículas em 2014, todos residentes em Porto União

SENAC - Qualificação Profissional	
Curso	Vagas
Agente Comunitário de Saúde	35
Auxiliar Administrativo	32
Auxiliar de Cozinha	38
Auxiliar de Pessoal	70
Auxiliar de Recursos Humanos	70
Balconista de Farmácia	76
Cabelereiro	20
Manicure e Pedicure	58
Maquiador	40
Reparador de Computador	16
Operador de Computador	49
Total	504

3.11.3 Educação Ambiental

Em relação aos projetos desenvolvidos na área de educação ambiental, existe parceria entre Secretarias Municipais para trabalhar em áreas como saúde ambiental, separação do lixo e coleta seletiva, com a coordenação pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente. Um dos projetos que se encontra em desenvolvimento no município é o Projeto de Educação Socioambiental, em conjunto com a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar).

A educação socioambiental é um processo permanente, no qual o indivíduo e a comunidade tomam consciência das questões relativas ao meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades e experiências que os tornam aptos a agir individual e coletivamente nas causas ambientais.

Desta forma, o projeto de educação socioambiental para a cidade de Porto União- SC será estruturado de forma que crie as condições para a participação dos diferentes segmentos sociais, favorecendo, não apenas a aquisição de conhecimento sobre o ambiente, mas a mudança de comportamento e a busca por soluções aos problemas ambientais enfrentados no âmbito local.

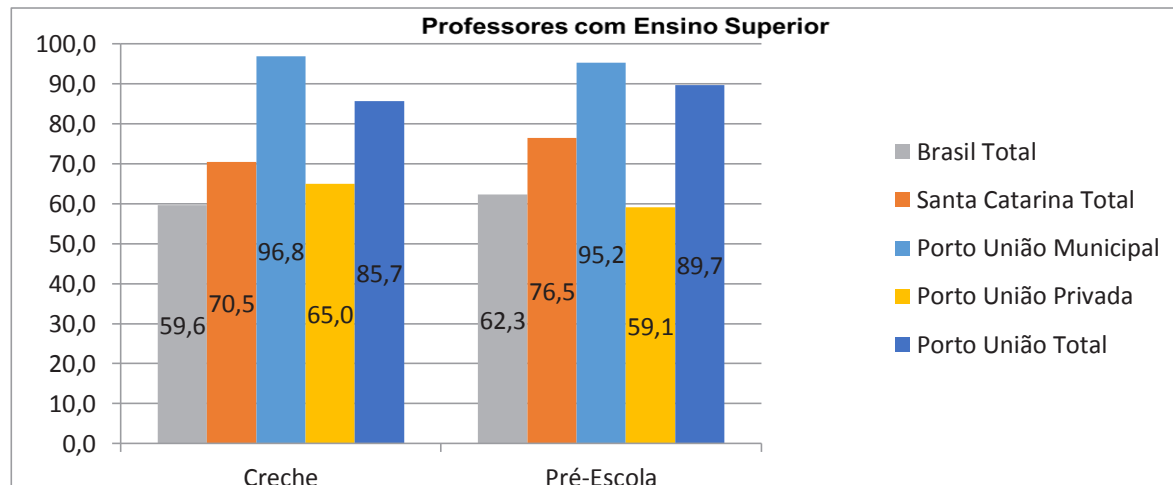
Assim, a proposta metodológica para o desenvolvimento do projeto passa pela integração, planejamento e execuções de ações socioeducativas junto à comunidade, focadas em três eixos: Formação, Sensibilização e Mobilização.

Os métodos, técnicas e instrumentos a serem utilizados nos processos educativos, privilegiam a interdisciplinaridade, a visão holística do ambiente e a sua interdependência, o lúdico, a sensibilização e a participação da comunidade.

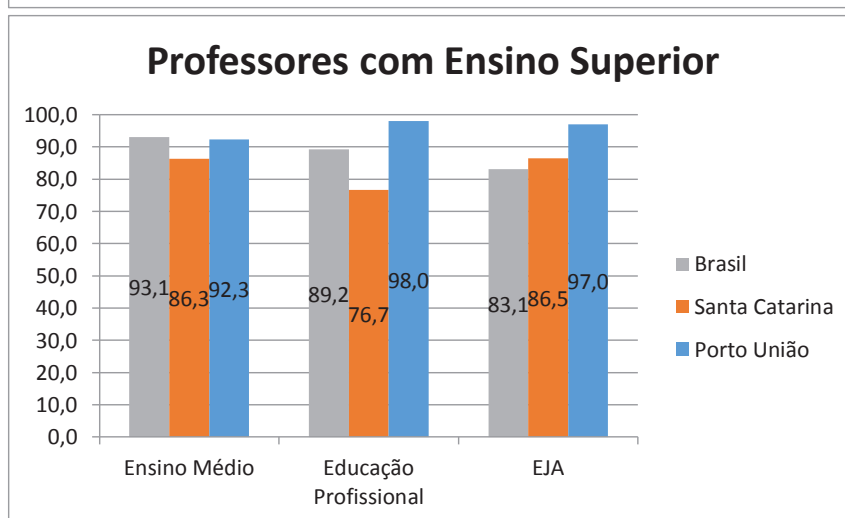
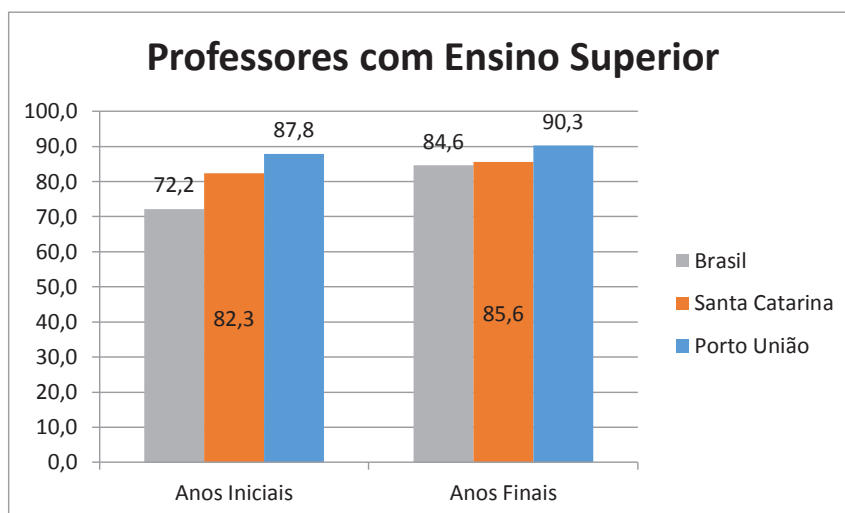
3.12 Formação dos professores

3.12.1 Quadro percentual dos professores com Ensino superior em 2013

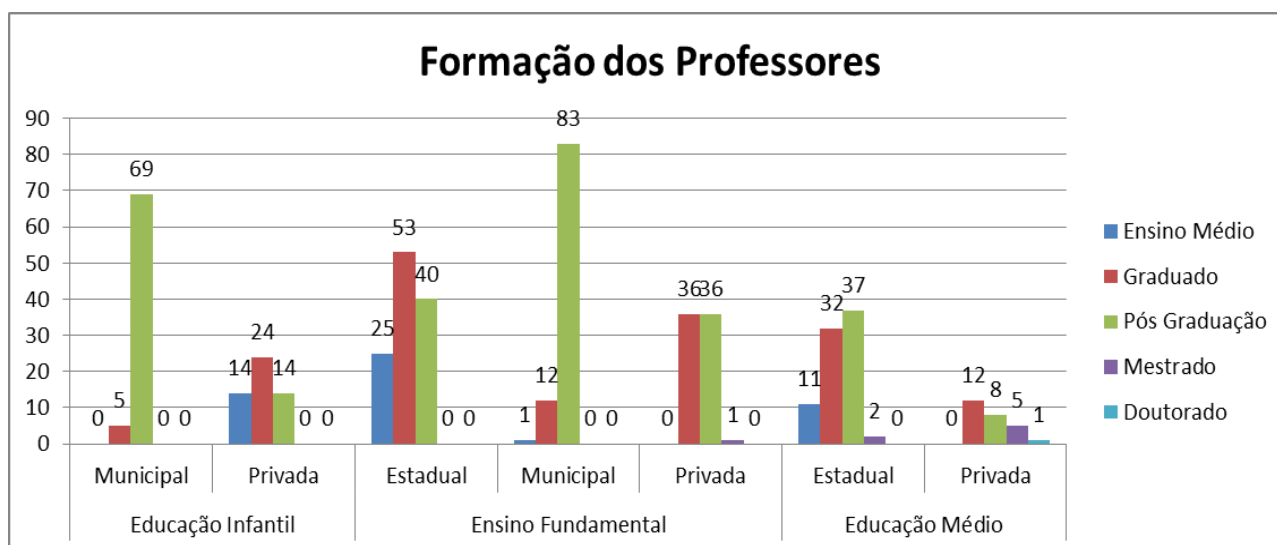
	Rede	Percentual de Funções Docentes com curso superior									
		Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio	Educação Profissional	EJA	Educação Especial
		Total	Creche	Pré-Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais				
Brasil	Total	60,8	59,6	62,3	79,0	72,2	84,6	93,1	89,2	83,1	85,8
	Federal	81,8	79,0	85,7	97,9	94,5	99,3	98,3	98,5	98,0	91,1
	Estadual	75,3	76,4	74,8	90,7	83,6	92,7	93,3	94,7	92,5	90,7
	Municipal	66,8	66,4	67,5	74,0	72,6	76,0	89,5	91,6	70,3	84,5
	Privada	47,5	48,0	49,0	73,9	63,3	85,9	91,9	83,4	88,9	85,4
	Público	66,9	66,4	67,6	80,1	74,6	84,3	93,5	95,6	82,9	86,7
Santa Catarina	Total	73,1	70,5	76,5	84,0	82,3	85,6	86,3	76,7	86,5	75,7
	Federal	94,4	87,5	100,0	100,0	100,0	100,0	99,1	99,3	98,8	--
	Estadual	85,7	80,0	100,0	81,7	79,2	83,1	84,4	79,2	80,5	85,7
	Municipal	77,3	75,4	79,8	85,8	84,5	87,5	89,3	--	92,8	85,0
	Privada	53,2	48,4	60,3	82,9	78,0	88,0	91,8	70,3	90,9	74,1
	Público	77,3	75,4	79,8	84,2	83,0	85,3	85,1	89,7	85,6	85,4
Porto União	Total	87,4	85,7	89,7	89,3	87,8	90,3	92,3	98,0	97,0	--
	Estadual	--	--	--	88,3	85,9	90,1	90,1	--	100,0	--
	Municipal	96,8	95,2	97,4	90,1	88,9	96,7	--	--	94,4	--
	Privada	65,0	59,1	73,7	90,5	90,0	87,3	100,0	98,0	--	--
	Público	96,8	95,2	97,4	88,9	87,2	91,6	90,1	--	97,0	--



80



3.12.2 Quadro de Professores

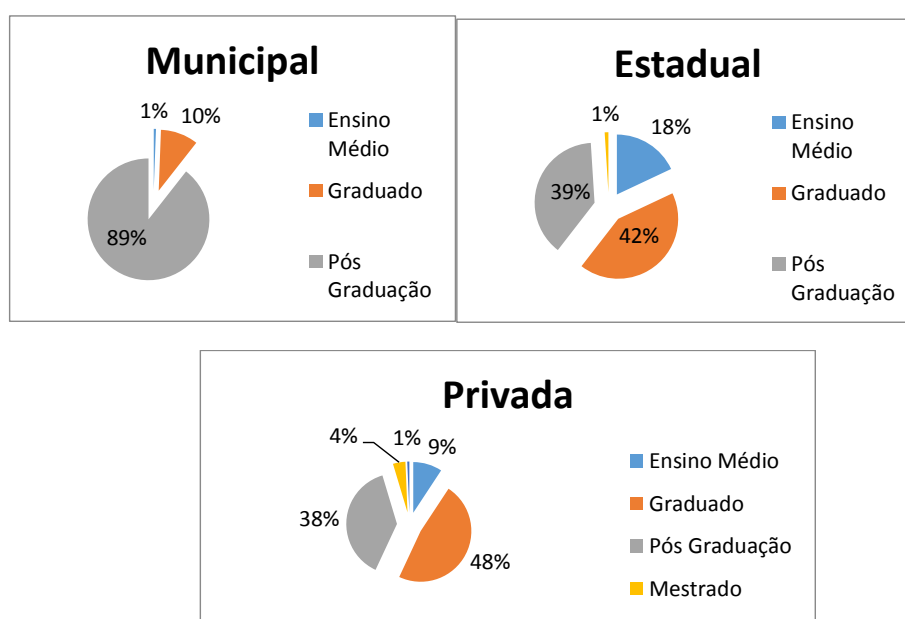


Observando o quadro de professores, percebe-se que na esfera municipal tem 89% de professores com pós-graduação, 10% de professores graduados e 1% de professores com Ensino Médio.

O quadro de professores da esfera Estadual tem 1% de professores com mestrado, 39% de professores com pós-graduação, 42% de professores graduados e 18% de professores com Ensino Médio.

O quadro de professores da esfera Privada tem 1% de professores com doutorado, 4% de professores com mestrado, 38% de professores com pós-graduação, 48% de professores graduados e 9% de professores com Ensino Médio.

Até o final do plano ter 100% dos professores com ensino superior.



3.13 Quadro de funcionários

Número de Funcionários ²⁴				
Ano	Estagiários		Agentes de Serviço	
	Fundamental	Infantil	Fundamental	Infantil
2010	30	37	40	31
2011	27	41	38	33
2012	15	27	36	37
2013	16	39	38	36
2014	24	46	38	36

²⁴ Dados das escolas municipais, Escolas estaduais são terceirizadas.

3.14 Infraestrutura

Segundo levantamento realizado no mês de junho de 2014 com as escolas da rede pública de Porto União, foram apontados os seguintes dados:

O uso predominante em torno das escolas é de residências com 48%, há obstáculos naturais e risco de enchentes em 24% dessas escolas.

Em 71% das escolas não há banheiros acessíveis, 30% apenas possuem piso antiderrapante e 41% tem bebedouros adaptados para cadeirantes.

Item	Bom	Médio	Ruim
Fundação	47%	35%	17%
Estrutura	29%	47%	24%
Cobertura	31%	44%	27%
Hidráulica	12%	63%	25%
Sanitária	12%	44%	44%
Elétrica	19%	56%	25%
Telefonia	47%	33%	20%
Lógica	38%	54%	8%
Piso	6%	71%	26%
Paredes	18%	59%	23%
Telhado	25%	56%	19%
Forro	25%	53%	12%
Pintura	6%	47%	47%
Revestimentos	11%	67%	22%
Portas	12%	69%	19%
Janelas	47%	47%	6%
Muros	6%	59%	35%

4 FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO²⁵

4.1 Quadro de Investimento Total em Educação

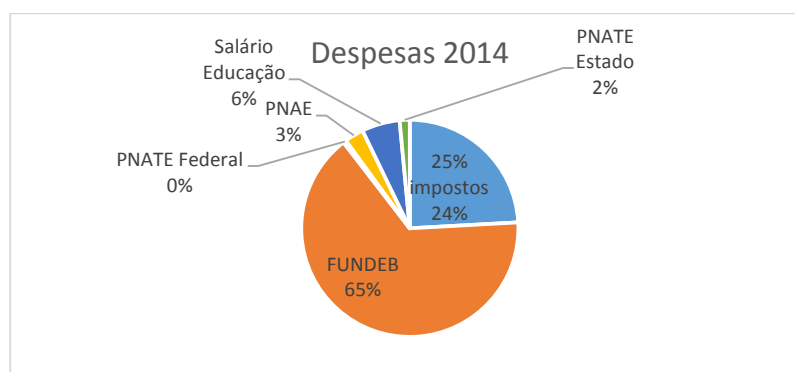
Entre os anos 2009 e 2014 os investimentos em Educação em Porto União se deram conforme o quadro a seguir:

Recursos da Educação						
	2009			2010		
	ARRECADADA	EMPENHADA	%	ARRECADADA	EMPENHADA	%
Recursos Próprios	80.655,19		1,11%	476.040,86		5,04%
25% impostos	1.932.410,15	2.013.065,34	26,64%	2.210.346,13	2.307.482,92	24,41%
FUNDEB	2.629.188,85	2.797.355,31	38,56%	3.496.162,37	3.780.769,97	40,00%
FUNDEB	1.752.792,56	1.742.744,12	24,02%	2.330.774,83	2.333.777,27	24,69%
PNATE Federal	67.174,80	68.563,91	0,95%	74.927,25	68.936,67	0,73%
PNAE	160.894,80	130.737,12	1,80%	240.000,00	189.904,42	6,09%
Salário Educação	379.853,49	325.910,26	4,49%	449.124,11	575.712,86	6,09%

²⁵ Fonte: Prefeitura Municipal de Porto União

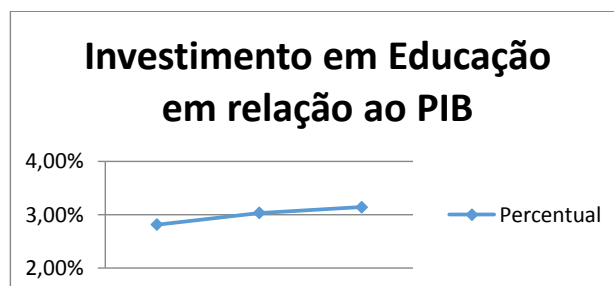
83

PNATE Estado	166.193,00	176.105,86	2,43%	174.081,00	194.872,44	2,06%
	7.169.162,84	7.254.481,92		9.451.456,55	9.451.456,55	
Crescimento					30,28%	
	2011			2012		
	ARRECADADA	EMPENHADA	%	ARRECADADA	EMPENHADA	%
Recursos Próprios	69.779,78			577.234,99		
25% impostos	2.660.902,89	2.730.682,67	25,18%	2.807.798,35	3.385.033,34	29,05%
FUNDEB	4.211.687,78	4.934.230,74	45,50%	5.428.328,81	5.731.576,64	49,18%
FUNDEB	2.801.526,70	2.285.175,70	21,07%	1.793.681,56	1.314.628,14	11,28%
PNATE Federal	92.047,61	99.826,27	0,92%	101.337,64	101.302,77	0,87%
PNAE	279.235,63	256.583,60	2,37%	301.623,86	227.272,77	1,95%
Salário Educação	622.358,95	338.363,16	3,12%	629.352,08	647.498,29	5,56%
PNATE Estado	210.911,45	200.000,00	1,84%	237.632,23	246.110,18	2,11%
	10.948.450,79	10.844.862,14		11.876.989,52	11.653.422,13	
		14,74%			7,46%	
	2013			2014		
	ARRECADADA	EMPENHADA	%	ARRECADADA	EMPENHADA	%
Recursos Próprios	193.715,47			145.915,77		
25% impostos	2.991.613,76	3.009.142,69	21,98%	3.630.567,47	3.776.483,24	24,13%
FUNDEB	7.359.167,41	7.020.824,49	51,27%	8.097.315,70	7.895.993,41	50,45%
FUNDEB	1.654.820,68	2.121.498,25	15,49%	2.125.082,88	2.341.332,89	14,96%
PNATE Federal	92.119,20	92.167,08	0,67%	67.943,28	67.948,80	0,43%
PNAE	387.332,67	459.374,74	3,35%	446.616,21	447.061,59	2,86%
Salário Educação	792.368,10	774.636,19	5,66%	918.192,60	886.828,61	5,67%
PNATE Estado	221.906,15	215.400,00	1,57%	238.378,00	235.460,87	1,50%
	13.693.043,44	13.693.043,44		15.670.011,91	15.651.109,41	
		17,50%			14,30%	
Média Crescimento 5 anos	16,86%					



4.1.1 Investimento Recursos Municipais em Educação e PIB Municipal

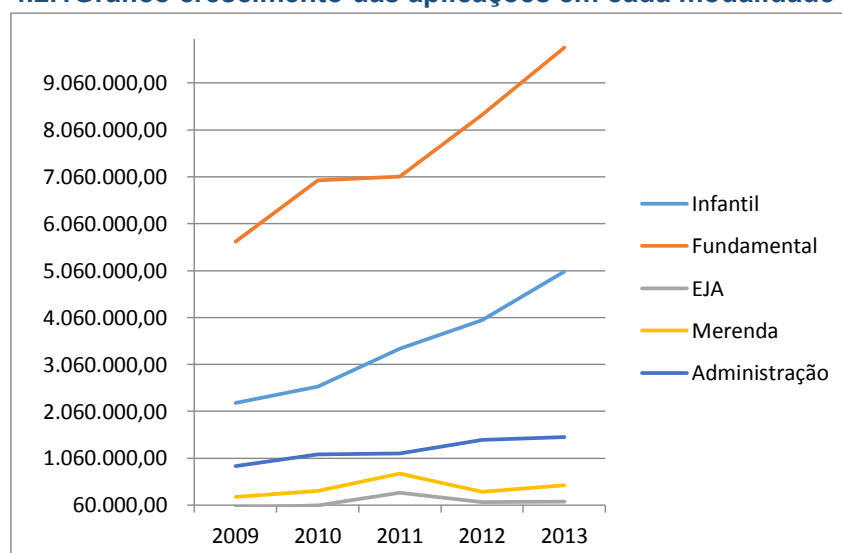
ANO	PIB	Investimentos em Educação	
2011	R\$351.878.460,00	R\$11.041.123,90	3,14%
2010	R\$317.386.870,00	R\$9.627.425,37	3,03%
2009	R\$282.175.940,00	R\$7.919.305,95	2,81%



4.2 Quadro de Recursos Aplicados em Educação por modalidade

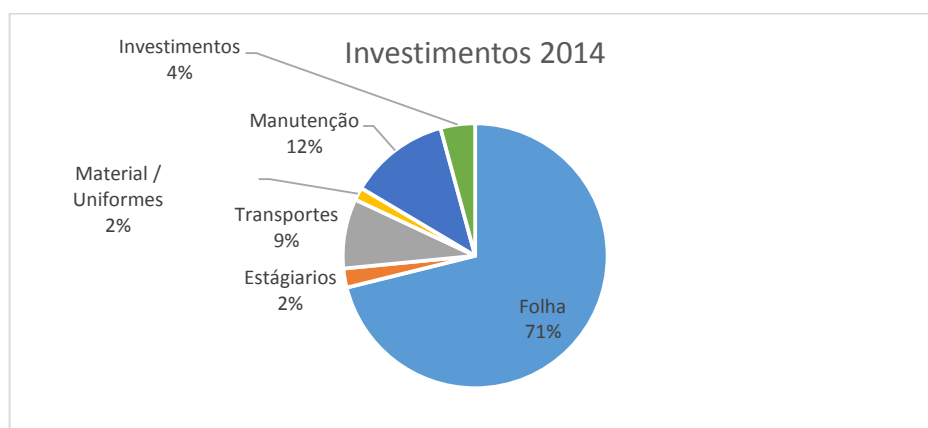
Recurso Aplicados					
	2009	2010	2011	2012	2013
Infantil	2.238.406,31	2.585.405,67	3.395.554,27	4.002.481,49	5.042.093,44
Fundamental	5.680.899,64	6.983.680,21	7.066.637,00	8.376.805,15	9.816.914,19
EJA	-	58.339,49	324.034,72	123.517,28	133.248,96
Total	7.919.305,95	9.627.425,37	11.041.123,90	13.065.498,38	15.065.513,33
Merenda	229.061,00	359.427,00	327.727,00	343.663,00	487.603,00
Administração	887.707,00	1.139.002,00	1.165.710,00	1.450.773,00	1.509.093,00

4.2.1 Gráfico crescimento das aplicações em cada modalidade

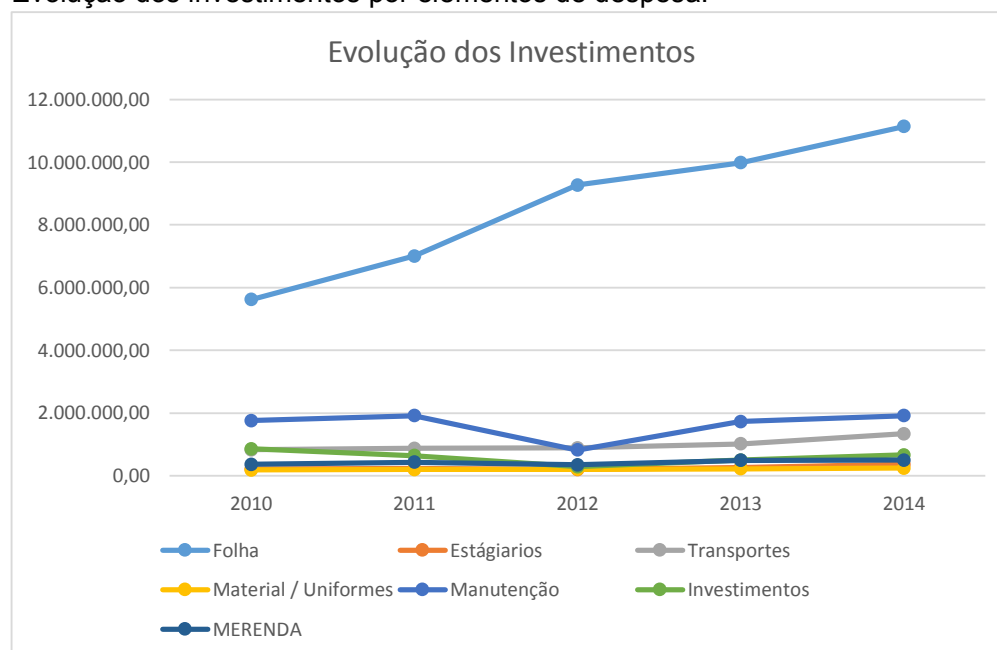


4.3 Demonstrativo contábil dos Recursos empregados na Educação

	2010	2011	2012	2013	2014
Item	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Folha	5.617.103,07	7.004.545,95	9.269.662,61	9.980.622,18	11.133.272,08
Estagiários	212.329,07	223.437,53	193.897,17	261.180,49	364.276,14
Transportes	828.752,03	870.622,07	886.726,68	1.011.178,72	1.333.266,20
Material / Uniformes	181.413,52	199.554,88	201.645,61	221.700,17	243.870,19
Manutenção	1.755.940,93	1.911.123,12	815.314,92	1.725.092,30	1.915.945,01
Investimentos	855.917,93	635.578,59	286.175,14	493.269,58	660.479,79
SOMA	9.451.456,55	10.844.862,14	11.653.422,13	13.693.043,44	15.651.109,41
MERENDA	359.427,88	427.727,93	343.663,79	487.603,49	498.040,04

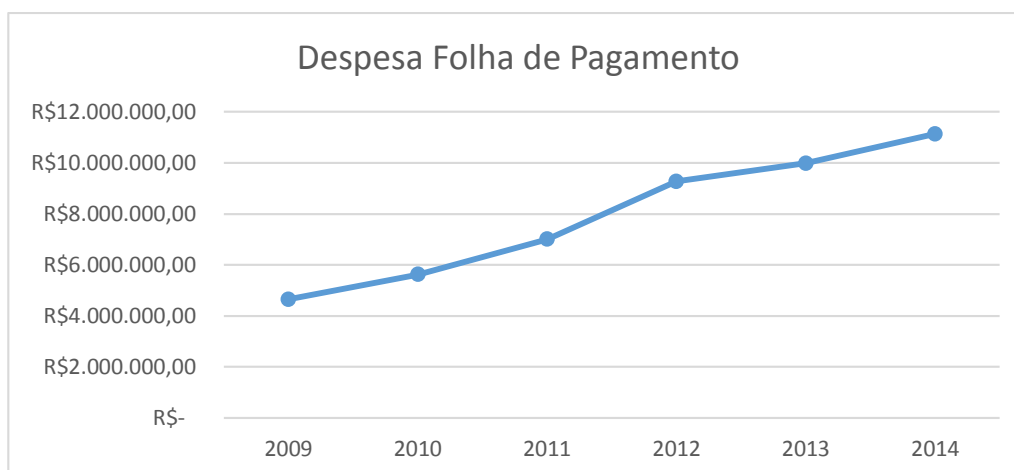


Evolução dos investimentos por elementos de despesa:



4.4 Quadro com indicadores de Dispêndio com Pessoal

Despesas de Folha de Pagamento		
2009	R\$ 4.644.855,62	64,03%
2010	R\$ 5.617.103,07	59,43%
2011	R\$ 7.004.545,95	64,59%
2012	R\$ 9.269.662,61	79,54%
2013	R\$ 9.980.622,18	72,89%
2014	R\$ 11.133.272,08	71,13%



4.5 Investimento por aluno

4.5.1 Investimentos do Município

Investimento por Aluno					
	2009	2010	2011	2012	2013
Infantil	2.229,49	2.792,01	3.529,68	4.105,11	4.977,39
Fundamental	4.006,28	4.918,08	5.269,68	6.518,91	7.840,99
EJA	-	294,64	984,91	250,54	562,23

4.5.2 Investimento do Estado em 2013

Anos Iniciais - R\$ 2.705,14, custo aluno/ano.

Anos finais - R\$ 2.975,65, custo aluno/ano.

Ensino Médio R\$ 3.246,17, custo aluno/ano.

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 011 2015 PR 10 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 11/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 11:30 Horas do dia 27/05/2015, Constituição de Apólice de seguro Total, para a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Pouso Redondo. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 14 de Maio de 2015.

PAULO CÉSAR VOLTOLINI

Prefeito Municipal em exercício

Presidente Nereu

PREFEITURA

21/2015

Número lei: 1452

Ano Lei: 2014

Data Lei: 03/12/2014

DECRETO Nº 21/2015, de 30 de Abril de 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DO CRÉDITO SUPLEMENTAR
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE
PRESIDENTE NEREU, SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
DEPTO. DE ADMINISTRACÃO E FINANÇAS	03.001.0004.0122.1301.2003.33900 000000000.01000000	15.000,00
DEPTO. DE EDUCACÃO	05.001.0012.0361.1501.2010.33900 000000000.01010000	30.000,00
DEPTO. DE EDUCACÃO	05.001.0012.0365.1501.2020.33900 000000000.01010000	2.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação: R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais).

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
DEPTO. DE ADMINISTRACÃO E FINANÇAS	03.001.0004.0122.1301.2003.31900 000000000.01000000	10.000,00
DEPTO. DE ADMINISTRACÃO E FINANÇAS	03.001.0004.0122.1301.2003.44900 000000000.01000000	55.000,00
DEPTO. DE EDUCACÃO	05.001.0012.0361.1501.2010.31900 000000000.01010000	=30.000,00
DEPTO. DE EDUCACÃO	05.001.0012.0365.1501.2020.31900 000000000.01010000	11.000,00
DEPTO. DE EDUCACÃO	05.001.0012.0365.1501.2020.44900 000000000.01010000	11.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU – SC, 30 de abril de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ALINE LESKE TILLMANN

Contadora

DECRETO 23/2015

DECRETO Nº 23/2015 DE 07 DE MAIO DE 2015.

CONSTITUI EQUIPE TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DOS BENEFÍCIOS
CONCEDIDOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e, de acordo com a Lei Municipal nº 760/93 e Lei nº 1436/2014.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica constituída a partir desta data, a Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Saúde, para avaliar os critérios para concessão dos benefícios gerados pelos Programas denominados no Paragrafo 1º do artigo 2º da lei Nº 1436/2014 de 04 de setembro de 2014:

- 1- BENITO BRAND – secretário de saúde
- 2- EDINEIA CATIA DE MELO - assistente administrativo
- 3- JOAQUIM SQUIZZATTO ALANO – Médico da UBS Adílio da Silva
- 4- SCHIRLEI VANDERLINDE - Enfermeira

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu em, 07 de Maio de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

LEI 1465/2015

LEI Nº. 1465/2015, DE 13 DE MAIO DE 2015.

INCLUI NOVO TIPO DE EQUIPAMENTO AGRÍCOLA NO ANEXO II
DA LEI MUNICIPAL 1216/2009, DE 30 DE MARÇO DE 2009, COMO
ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas; Faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. – Fica incluído novo equipamento agrícola no Anexo II da Lei Municipal 1216/2009, de 30 de março de 2009, destinados a empréstimos a particulares residentes no município de Presidente Nereu – SC, conforme anexo I da presente Lei.

Art. 2º - Fica atualizado o ANEXO II da lei Municipal 1216/2009, de 30 de março de 2009, conforme anexo II da presente Lei.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 13 de maio de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO I – LEI 1465/2015, DE 13/05/2015.

Novo equipamento agrícola incluído no ANEXO II DA LEI 1216/2009

Equipamento	Unidade	Preço público em UFM's	Valor atual em Reais (R\$)
Roçadeira para Trator Agrícola	Hora	0,12	12,26
Roçadeira para Trator Agrícola	Dia	1,0	102,20

ANEXO II – LEI 1216/2009.

Atualização do ANEXO II da LEI 1216/2009

Tabela de empréstimos de equipamentos agrícolas

Equipamento	Unidade	Preço público em UFM's	Valor atual em Reais (R\$)
Ensilhadeira para micro trator	Dia	0,137	14,00
Arado	Dia	0,75	76,65
Ensilhadeira para trator	Dia	0,75	76,65
Grade simples	Dia	0,37	37,81
Subsolador	Dia	0,37	37,81
Lâmina traseira	Dia	0,37	37,81
Grade arrastão	Dia	0,49	50,07
Roçadeira para Trator Agrícola	Hora	0,12	12,26
Roçadeira para Trator Agrícola	Dia	1,0	102,20

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 288/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 288/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA VIEIRA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 746.751.769-68, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ribeirão Preto, nº 139 - Bairro Laranjeiras - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 803,88 (oitocentos e três reais e oitenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 18/05/2015 e encerrando-se em 17/06/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 14 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA	ANGELA VIEIRA DA SILVA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 289/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 289/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA DALMOLIN, portador(a) do CPF nº 019.557.539-38, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Indira Gandhi, nº 69 - Bairro Boa Vista - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Favo de Mel II, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 803,88 (oitocentos e três reais e oitenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 18/05/2015 e encerrando-se em 17/06/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 14 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA	LUCIANA DALMOLIN
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

DECRETO Nº 4680, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4680, de 30 de abril de 2015.

"REVOGA O DECRETO Nº 4674 DE 24 DE ABRIL DE 2015, QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14

DECRETA

Art. 1º – Fica revogado o decreto nº 4674 de 24 de abril de 2015, que abre crédito adicional suplementar por tendência de excesso de arrecadação na Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º – A razão da revogação do decreto nº 4674, está baseada no fato de que a abertura do Crédito deve ser Especial através de Projeto de Lei, e não por Crédito Adicional Suplementar via Decreto.

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

30 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LEI 5.584

LEI Nº 5.584, de 05 de maio de 2015.

"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO À UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS DE RIO DO SUL - UABRS."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder um repasse financeiro à União das Associações de Bairros de Rio do Sul - UABRS, inscrita no CNPJ nº 79.368.908/0001-02, entidade declarada de utilidade pública, através da Lei Municipal nº 2.885, de 13 de maio de 1994.
	Parágrafo Único - O valor total do auxílio financeiro é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e será repassado a entidade da seguinte forma:

	I - R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em forma de parcela única, devendo o repasse da parcela ocorrer em até 15 (quinze) dias após a publicação da presente Lei.
Art. 2º-	Os recursos necessários à aplicação desta Lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor:
	02.01.2002.3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos.
Art. 3º-	O auxílio financeiro objeto da presente Lei destina-se ao pagamento das despesas com a manutenção da sede da União das Associações de Bairros de Rio do Sul - UABRS.
Art. 4º-	A entidade fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei.
Art. 5º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

05 de maio de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.585

LEI Nº 5.585, de 05 de maio de 2015.

"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO AO LIONS CLUBE RIO DO SUL – BELA ALIANÇA."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder um repasse financeiro ao Lions Clube Rio do Sul – Bela Aliança, inscrita no CNPJ nº 83.499.319/0001-30, entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 1.925, de 02 de julho de 1986.

Parágrafo único - O valor total da subvenção referida no artigo 1º, será de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos) e será repassado à Entidade da seguinte forma:

I - R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), em até o 05 (quinto) dia útil do mês de abril do ano de 2015.

II - O restante em 8 (oito) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.400,00 (hum mil quatrocentos reais), até o dia 15 de cada mês a partir do mês maio do ano de 2013.

Art.2º- Os recursos necessários à aplicação desta Lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor:

02.01.2002.3.3.50.00.00.00.00.0000 – Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º - O repasse objeto da presente Lei destina-se ao pagamento de parte das despesas de energia elétrica.

Art. 4º - A entidade ora subvencionada, fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
05 de maio de 2015
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.593

LEI Nº 5.593, de 12 de maio de 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESAFETAÇÃO, AFETAÇÃO E PERMUTA DE IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a desafetação de área de terra total de 1.875,00 m2 (mil, oitocentos e setenta e cinco metros quadrados), de propriedade do Município de Rio do Sul, registradas com as seguintes matrículas e características:
	I - imóvel com matrícula nº 50.307, situado no perímetro urbano desta cidade, bairro Barra do Trombudo, designado sob Lote número 07, Quadra R, do Loteamento Residencial São Pedro, contendo a área de 375,00 m2 (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente em 15,00 metros com a Rua número 10, do referido Loteamento; fundos em 15,00 metros com áreas de posse de Valdir Rogério dos Santos e José Leonel Thiessen; lado direito em 25,00 metros com o Lote 06, Quadra R, do referido Loteamento e lado esquerdo em 25,00 metros com o Lote 08, Quadra R, do referido Loteamento. Avaliado pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis na razão total de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).
	II - imóvel com matrícula nº 50.308, situada no perímetro urbano desta cidade, bairro Barra do Trombudo, designado sob Lote número 08, Quadra R, Loteamento Residencial São Pedro, contendo área de 375,00 m2 (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente em 15,00 metros com a Rua número 10, do referido Loteamento; fundos em 15,00 metros com áreas de posse de Valdir Rogério dos Santos e José Leonel Thiessen; lado direito em 25,00 metros com o Lote 07, Quadra R, do referido Loteamento e lado esquerdo em 25,00 metros com o Lote 09, Quadra R, do referido Loteamento. Avaliado pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis na razão total de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).
	III - imóvel com matrícula nº 50.309, situado no perímetro urbano desta cidade, bairro Barra do Trombudo, designado sob Lote número 09, Quadra R, do Loteamento Residencial São Pedro, contendo área de 375,00 m2 (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente 15,00 metros com a Rua número 10, do referido Loteamento; fundos em 15,00 metros com áreas de posse de Valdir Rogério dos Santos e José Leonel Thiessen; lado direito em 25,00 metros com o Lote 08, Quadra R, do referido Loteamento e lado esquerdo em 25,00 metros com o Lote 10, Quadra R, do referido Loteamento. Avaliado pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis na razão total de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

	IV - imóvel com matrícula nº 50.310, situado no perímetro urbano desta cidade, bairro Barra do Trombudo, designado sob Lote número 10, Quadra R, do Loteamento Residencial São Pedro, contendo área de 375,00 m2 (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente 15,00 metros com a Rua número 10, do referido Loteamento; fundos em 15,00 metros com áreas de posse de Valdir Rogério dos Santos e José Leonel Thiessen; lado direito em 25,00 metros com o Lote 09, Quadra R, do referido Loteamento e lado esquerdo em 25,00 metros com o Lote 11, Quadra R, do referido Loteamento. Avaliado pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis na razão total de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).
	V - imóvel com matrícula nº 50.311, situado no perímetro urbano desta cidade, bairro Barra do Trombudo, designado sob Lote número 11, Quadra R, do Loteamento Residencial São Pedro, contendo área de 375,00 m2 (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente 15,00 metros com a Rua número 10, do referido Loteamento; fundos em 15,00 metros com áreas de posse de Valdir Rogério dos Santos e José Leonel Thiessen; lado direito em 25,00 metros com o Lote 10, Quadra R, do referido Loteamento e lado esquerdo em 25,00 metros com a Rua número 8, do referido Loteamento. Avaliado pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis na razão total de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).
Art. 2º-	Com o cancelamento da afetação relativa aos imóveis identificados no artigo anterior, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar permuta com uma área de terra de 2.044,13 m2 (dois mil e quarenta e quatro metros e treze decímetros quadrados), de propriedade do Senhor João Eudes Aparício, registrada com a seguinte matrícula e características:
	I - imóvel com matrícula nº 40.880, situado no perímetro urbano desta cidade, bairro Barra do Trombudo na Rua Patrício Noveletto, contendo área de 2.044,13 m2 (dois mil e quarenta e quatro metros e treze decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente em 03 (três) linhas retas, sendo a primeira em 47,40 metros; a segunda em 45,79 metros e a terceira em 36,08 metros, todas com a referida Rua Patrício Noveletto; fundos em 130,98 metros, com a área verde do Loteamento Residencial São Pedro de propriedade da Prefeitura Municipal de Rio do Sul; extremando do lado direito em 23,45 metros, com o lado par da Rua Leandro Murara e, do lado esquerdo fechando em vértice. Avaliado pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis na razão total de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais).
Art. 3º-	Para efetivação da permuta a comissão nomeada pelo Decreto nº 4.404, de 07 de novembro de 2014, avaliou as áreas de terra de propriedade do Município de Rio do Sul, perfazendo área total de 1.875,00 m2 (mil, oitocentos e setenta e cinco metros quadrados), no importe total de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais), e a área de terra de 2.044,13 m2 (dois mil e quarenta e quatro metros quadrados e treze decímetros quadrados), de propriedade do Senhor João Eudes Aparício, no importe total de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais), levando-se em consideração a localização, medidas e utilização dos terrenos.
Art. 4º-	O imóvel recebido em permuta do Senhor João Eudes Aparício, identificado no artigo 2º desta Lei, destina-se ao alargamento da Rua Patrício Noveletto e a área remanescente destinada a área verde.
Art. 5º-	Integram a presente Lei:
	I - o Decreto nº 4.404, de 07 de novembro de 2014, que nomeou a comissão para avaliação dos imóveis descritos;
	II - os respectivos laudos de avaliação;

	III - as matrículas 40.880, 50.307, 50.308, 50.309, 50.310 e 50.311, com as respectivas averbações do Cartório de Registros de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul.
Art. 6º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
12 de maio de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

LEI 5.594

LEI Nº 5.594, de 12 de maio de 2015.

"CONCEDE SUBVENÇÃO À CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS - CDL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção à Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), sediada em Rio do Sul, entidade declarada de utilidade pública através da Lei Municipal nº 1.334, de 08 de agosto de 1978.
Art. 2º-	A subvenção referida no artigo 1º, será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em forma de parcela única, devendo o repasse ocorrer em até 15 (quinze) dias após a publicação da presente Lei.
Art. 3º-	Os recursos necessários à aplicação da presente Lei, terão origem em dotações específicas consignadas no orçamento municipal vigente.
Art. 4º-	A subvenção objeto da presente Lei, destina-se ao custeio de despesas com as festividades de natal e do final do ano de 2015.
Art. 5º-	A entidade ora subvencionada, fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei.
Art. 6º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
12 de maio de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA 0311/2015

PORTARIA N. 0311/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Exonera a pedido, a partir de 07/05/2015, a servidora SIMONE MARIA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, nos termos do

Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de maio de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vmw

PORTARIA 0312/RH

PORTARIA Nº 0312/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0188, de 16/03/2015, pelo período de 09/05/2015 até 02/06/2015, a servidora municipal MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO CUNHA WEISE, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de maio de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 0313/RH

PORTARIA Nº 0313/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 23/04/2015 até 31/05/2015, a servidora municipal MARIA DE LOURDES MUSSOLIN ZEFERINO, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de maio de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 0314/RH

PORTARIA Nº 0314/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 29/04/2015 até 25/10/2015, a servidora municipal LEILA MARA AMORIM KRAJESKI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de maio de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

RESUMO DO CONTRATO 039/2015

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 039/2015

Pregão Presencial nº 028/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Mineração Rio do Ouro Ltda.

Objeto: Contratação de serviços de transporte de calcário para Secretaria Municipal de Agricultura.

Valor: R\$ 43.800,00 (quarenta e três mil, e oitocentos reais).

Prazo de Execução: Até o término da prestação de serviços, a contar da data de sua assinatura, respeitadas as determinações do art. 57 da Lei 8.666/93 com suas alterações.

Condições de Pagamento: 30 dias após entrega da Nota Fiscal.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 22 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO 080/2015

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 080/2015

Tomara de Preços nº 046/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Vilson Vansuiten - ME

Objeto: construção do mercado público de Rio do Sul, localizado no Bairro Canoas em Rio do Sul

Valor: 254.486,30 (duzentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta centavos).

Prazo de Execução: 180 (cento e oitenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: até 15 (quinze) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios/Federal

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 13 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

TERMO DE CONVOCAÇÃO - ANA JULIA BACH

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ANA JÚLIA BACH, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Profissional de Educação Física na Saúde, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 006/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 14 de maio de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE LICITAÇÃO PR Nº 05/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 10/2.015

PREGÃO PRESENCIAL 05/2.015

A Câmara Municipal de Rio do Sul – SC, através do seu pregoeiro, designado pela Portaria nº 816/2.015, torna público, que realizará Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, tipo MENOR PREÇO (PREÇO GLOBAL POR LOTE), no dia 27/05/2015, às 10:00 horas, tendo como local, o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito à Pç. 25 de Julho, nº 01, visando o Registro de Preços para Aquisição Futura de Gêneros Alimentícios, para atender as necessidades do Poder Legislativo de Rio do Sul de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos. Demais informações diariamente,

das 07:30 às 12:00 horas no Departamento de Compras da Câmara, no endereço acima, pelo site: <www.camarariodosul.sc.gov.br> ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, em 14 de maio de 2.015.

JEFFERSON ALEXANDRE VIEIRA

Presidente

FERNANDO GUEDES

Pregoeiro

Salto Veloso

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 22/2015, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Aquisição de uniformes esportivos para Secretaria de Esportes.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 27/05/2015 até as 09h00min.

Abertura: 27/05/2015, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 13 de maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 230/2015

PORTARIA Nº. 230/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 13 de Maio de 2015 a 11 de Junho de 2015, totalizando 30 dias de férias a Servidora PRISCILA LUVISON, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/07/2013 a 30/06/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 13 de Maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 231/2015

PORTARIA Nº. 231/2015

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. CLAUDETE APARECIDADE DE PAULA DE BASTIANI, pelo período de 29/04/2015 a 29/05/2015, correspondente a 31 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 13 de Março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO TOMADA DE PREÇO 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2015

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de TOMADA DE PREÇO, no dia 01 de Junho de 2015 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para a contratação de serviços técnicos para a execução de ação de Regularização Fundiária de Interesse Social de parte do imóvel de propriedade do Município de Santa Cecília/SC, que se encontra em posse consolidada pela população, envolvendo levantamento topográfico planialtimétrico cadastral, urbanístico, ambiental, jurídico, procedimentos administrativos e trabalho técnico social em conformidade com a Lei nº 11.977/2009, com as diretrizes contidas no Manual de Ação Programática 8866 – Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado) do Ministério das Cidades e Contrato de Repasse nº 1004642-11/2013/MCIDADES/CAIXA. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min ou pelo Telefone (49) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital deverá ser retirada pessoalmente, pelo interessado junto a Prefeitura Municipal, mediante recolhimento de taxa.

Santa Cecília, 14 de maio de 2015.
DOMINGOS SCARIOT JUNIOR
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LEILÃO Nº 050/2015

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 050/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

O município de SANTA ROSA DO SUL/SC, com sede na Rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400, Centro, Cidade de Santa Rosa do Sul, CEP 88.965/000, inscrito no CNPJ sob nº 80.989.965/0001-98, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 09:00 horas do dia 10 de JUNHO de 2015, tendo como local o CÂMARA DE VEREADORES, localizada na Rua J. Valentin, s/nº, Centro, Santa Rosa do Sul, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial Sr. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC 162 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 ÔNIBUS M. BENZ/OF 1318, ano/modelo 1992, Placas LYC 3039, cor amarela, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00. LOTE 02: 01 ÔNIBUS VOLVO/B58, ano/modelo 1984, Placas AGJ 6494, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 15.000,00. LOTE 03: 01 PATROLA HUBER WACO 130, ano 1980. LANCE INICIAL R\$ 6.000,00. LOTE 04: 01 PATROLA HUBER WACO 140, ano 1986. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00. LOTE 05: 01 PRENSA DE LIXO com motor. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.SANTAROSADOSUL.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones Fone (48) 3534 1113, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

SANTA ROSA DO SUL (SC), 14 de maio de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 002/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 48, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR N° 101/2000 DE 04/05/2000 – REFERENTE À AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2015.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial ao disposto no artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal n° 101/2000 de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - e Lei Municipal n° 322/2001 de 14/05/2001, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os Munícipes que, no dia 28 de maio de 2015, às 14:00 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA, como instrumento de transparência da gestão fiscal do Município, em atendimento as disposições legais, apresentação da Avaliação das Metas Fiscais referente ao primeiro quadrimestre de 2015.

Maiores informações sobre a Audiência Pública, objeto desta convocação, poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em horário normal de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 14 de maio de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

PORTARIAS/SEMED Nº 1650 A 1657/2015

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1650, de 07 de maio de 2015. Concede Licença Prêmio. Ana Solange de Moraes Coutinho Bello. Secretária de Escola.

Portaria/SEMED nº 1651, de 12 de maio de 2015. Concede Prorrogação de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Erani Krieger Vargas. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1652, de 13 de maio de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Luiz Fabiano Vicente Belli. Motorista II – Extinção.

Portaria/SEMED nº 1653, de 13 de maio de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Gilselaine Hirt. Auxiliar de Biblioteca.

Portaria/SEMED nº 1654, de 13 de maio de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Maria Clarice Kozoriz Kubichen. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1655, de 13 de maio de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Angela Alexandrina Stipp dos Santos. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1656, de 13 de maio de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Eliane Kuchler. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1657, de 13 de maio de 2015. Concede Conclusão de Estágio Probatório. Andrieli Aparecida Wavzynczak. Auxiliar de Biblioteca.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SUSPENSÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 111/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

SUSPENSÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2015

O Município de São Bento do Sul através do Secretário Municipal de Administração, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, SUSPENDER LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, PRAÇAS E TERMINAL RODOVIÁRIO CONFORME DESCRITIVO ANEXO. Vem através deste comunicar que, devido a impugnações e a questionamentos e inconsistência de informações no edital e para sanar os problemas nele existentes, suspende-se o processo licitatório Pregão Presencial 111/2015 à vistas de publicação de nova data.

São Bento do Sul, 14 de maio de 2015.

ALCIONE FRANÇA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

IPRESBS

PORTARIA IPRESBS Nº 134/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 134/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 07/05/2015 a 23/10/2015, concedido a servidora NILVIA LINDAURA DOS SANTOS CORRÊA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 037/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/05/2015.

São Bento do Sul, 14/05/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 135/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 135/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 19/05/2015 a 02/06/2015, a servidora ALINE GLORIA DE ALMEIDA CHAVES DE SOUZA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 04/05/2015 a 18/05/2015 compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/05/2015.

São Bento do Sul, 14/05/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 136/2015

PORTARIA IPRESBS Nº 136/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, nos períodos de 01/05/2015 a 22/05/2015, ao servidor SIDNEI JOSÉ NE-NEVÊ ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 16/04/2015 a 30/04/2015 compete ao SAMAE.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/05/2015.

São Bento do Sul, 14/05/2015.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

AVISO N.55/2015- PREGÃO

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Processo Adm. Nº55/2015

Edital: PREGÃO PRESENCIAL- REG DE PREÇOS N. 55/2015.

Tipo : Menor preço

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS P/MANUTENÇÃO DA OFICINA DO FMASP/JOVEM

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas - dia 28 de maio de 2015

Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia 28 de maio de 2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000

SAO CARLOS, 14 de maio de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

DEC 1974 DE 14 03 15 NOMEIA SERVIDOR APROVADO CONCURSO PUBLICO MARCELO STEMPCZYNSKI ZAREMBSKI PARA O CARGO DE MOTORISTA

DECRETO Nº 1974, DE 14 DE MAIO DE 2015.

Nomeia candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; pela Lei Complementar nº 0018, de 28/01/08 atualizada, e pela Lei Complementar Municipal nº. 0045, de 06 de novembro de 2012 atualizada, e;

· Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

· Considerando o Edital nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

· Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor Marcelo Stempczynski Zarembski, para exercer o cargo de Motorista, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 21.06, Grupo 2 (Serviços Operacionais SOPER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 14 de maio de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1975 DE 14 03 15 NOMEIA SERVIDOR APROVADO CONCURSO PUBLICO RICARDO GALETTI PARA O CARGO DE MOTORISTA

DECRETO Nº 1975, DE 14 DE MAIO DE 2015.

Nomeia candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; pela Lei Complementar nº 0018, de 28/01/08 atualizada, e pela Lei Complementar Municipal nº. 0045, de 06 de novembro de 2012 atualizada, e;

· Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

· Considerando o Edital nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

· Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado para o Serviço Público Municipal o Senhor Ricardo Galetti, para exercer o cargo de Motorista, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 21.06, Grupo 2 (Serviços Operacionais SOPER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 14 de maio de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Teatro Luz e Cena- Ltda- Me

ORIGEM: Inexigibilidade Licitação nº 019/2015

OBJETO: "Realização de peça teatral intitulada "Abra a Boca e Feche os Olhos".

VIGÊNCIA: 11.05.2015 até 30.05.2015

VALOR: R\$ 2.500,00

São João do Oeste – 13 de Maio de 2015

Sérgio Luis Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e SEI- Sociedade Educacional de Itapiranga.

ORIGEM: Inexigibilidade Licitação nº 022/2015

OBJETO: "Inscrição para participação de Curso de Formação Continuada para professores, instrutores e profissionais da educação da Rede Municipal de São João do Oeste".

VIGÊNCIA: 13.05.2015 até 30.06.2015

VALOR: R\$ 3.430,00

São João do Oeste – 13 de Maio de 2015

Sérgio Luis Theisen – Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

CONTRATO/CT: Nº 079/2015 – CV 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 079/2015 – CV 002/2015 – Processo 130/2015 - Contratado: ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO DE CONCRETO ARMADO E RECOMPOSIÇÃO DE LAJOTAS SEXTAVADAS NA SERVIDÃO RODOLFO JOSÉ VIENESSE, NO BAIRRO SÃO LUIZ, EM SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 90 (noventa) dias e o prazo de execução será de 60 (sessenta) dias, com efeitos a partir da data de sua assinatura. Valor: R\$ 34.700,46 - trinta e quatro mil, setecentos reais e quarenta e seis centavos. Data da Assinatura do Contrato: 28 de abril de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 083/2015 – CV 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 083/2015 – CV 004/2015 – Processo 187/2015 - Contratado: GMC – GERSON MATOS CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA RECUPERAÇÃO DA RUA KILIANO HAMES, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 90 (noventa) dias e o prazo de execução será de 30 (trinta) dias, com efeitos a partir da data de sua assinatura. Valor: R\$ 136.743,90 - cento e trinta e seis mil, setecentos e quarenta e três reais e noventa centavos. Data da Assinatura do Contrato: 08 de maio de 2015.

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO 015/GAB/2015**EXTRATO DE CONVÊNIO**

CONVÊNIO DE APOIO FINANCEIRO 015/GAB/2015. PARTES: Município de São José e a Ação Social e Cultural de São José. OBJETO: apoio financeiro da Prefeitura Municipal de São José para que a Paróquia de São José possa realizar a "Festa do Divino Espírito Santo", entre os dias 16/05/2015, 17/05/2015 e 18/05/2015. VALOR R\$ 51.080,00 (cinquenta e um mil e oitenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.01.0080. VIGÊNCIA: data da assinatura até 14 de junho de 2015. LOCAL E DATA: São José (SC), 15 de maio de 2015. SIGNATÁRIOS: Adeliara Dal Pont pelo Município de São José e José Silva de Paiva pela Paróquia de São José/SC.

DECRETO Nº 4468/2015**DECRETO Nº 4468/2015**

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/ SJ NO PERÍODO DE 2015 a 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 28 da Lei Municipal nº. 5.482 de 11 de maio de

2015,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José – CMDCA/ SJ, no período de 2015 a 2017, os membros abaixo relacionados:

§1º - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:**I – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- a) Titular: MILEINE DELONÊ DA SILVA PIRES;
- b) Suplente: GREYCE ELAINE DA SILVA CORONETTI;
- c) Titular: TAMARA LIANA DUTRA;
- d) Suplente: NEWTY JACQUELINE RODRIGUES;
- e) Titular: CESAR MAXIMILIANO SIMÕES;
- f) Suplente: MANOEL ABREU.

II - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

- a) Titular: MARINALVA SCHUTZ;
- b) Suplente: TÂNIA REGINA JANESCH WOLF.

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- a) Titular: CARLA REGINA GALEGO;
- b) Suplente: MICHELLY PATRICIA MAFRA DA LUZ.

IV – CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

- a) Titular: ISABEL CHRISTIANI SUSUNDAY BEROIS;
- b) Suplente: WANDERLEA PEREIRA DAMÁSIO MAURÍCIO.

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

- a) Titular: TATIANA BONZINI OLIVEIRA;
- b) Suplente: DAYANE SCHROEDER DOS SANTOS.

VI – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

- a) Titular: RAFAEL CROZETA;
- b) Suplente: ELIANE BOSCHETTI.

VII – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

- a) Titular: JOICE PORTO LUCA;
- b) Suplente: IVAN SOARES.

§ 2º REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

I – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM AMODELAR
Representante: ELIANE MAGALHÃES ROSA;

II – AÇÃO SOCIAL DE BARREIROS
Representante: ANIZILDA MARQUES;

III – ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ
Representante: KARINE ROCHA SILVA;

IV – CRECHE E ORFANATO VINDE A MIM AS CRIANÇINHAS
Representante: IZAIANE LATRÔNICO MOTTA;

V – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL E DA COMUNIDADE
Representante: VANESSA CRISTHIANA GRANDO;

VI – Associação Beneficente Nossa Senhora de Azambuja

Representante: MARIA CLOTILDES DANIEL JOAQUIM;

VII – CENTRO DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO ESPERANÇA

Representante: ANTONIO EDISON DA SILVA;

VIII – União Catarinense de Educação – Centro SOCIAL Marista São José

Representante: DANÚZIO BRANDELERO;

IX - ONG FUR GOTT ARBEIT - F.G.A.

Representante: MARIA OLINDA DANIEL SILVA.

§ 2º REPRESENTANTES SUPLENTE DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

I – INSTITUTO CIDADANIA EM AÇÃO

Representante: ANA MARIA MAFRA DAL-BÓ.

Art. 2º - Este Decreto entre em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI Nº 5.485 DE 14 DE MAIO DE 2015

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO À AÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a conceder auxílio financeiro até a importância de R\$ 51.080,00 (cinquenta e um mil e oitenta reais) à Ação Social e Cultural de São José, objetivando auxiliar financeiramente a realização da tradicional festa do Divino Espírito Santo da Igreja Matriz de São José.

Art. 2º - Os recursos necessários para o atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei correrão a conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento vigente da dotação para subvenções sociais do Gabinete da Prefeita, a seguir especificada:

2.252 – SUBVENÇÕES SOCIAIS - 3.3.50.43.00.00.00.00 0080 – SUBVENÇÕES SOCIAIS:

Recursos Próprios:	R\$ 51.080,00
Total desta Atividade:	R\$ 51.080,00

Total do Órgão:	R\$ 51.080,00
Total do Crédito:	R\$ 51.080,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 14 de maio de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA - SA Nº 407/2015

P O R T A R I A – SA – Nº 407/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

R E S O L V E:

I – Retificar Portaria – SA - nº 136/2015 referente (a) servidor (a) Sr. (a) KATIA REGINA CORREA CLARINDA, matrícula nº 13711-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, no tocante ao período aquisitivo. Onde lê 2004/2014, deve ser lido 2004/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11de Fevereiro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 13 de Maio de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

TERMO ADITIVO/TA Nº 148/2014-02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 148/2014-02 – TP 014/2014 – Processo 161/2014 – Contratado: TRILHA ENGENHARIA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE PONTE, SOBRE O RIO IMARUIM, NA RUA JULIETA PAULINA VIEIRA, NO BAIRRO SERTÃO DO IMARUIM, SÃO JOSÉ/SC. Prazo: ficam prorrogados os prazos de execução e vigência do Contrato nº 148/2014 por mais 30 dias, iniciando-se a contagem do prazo de execução a partir de 23/04/2015 e o prazo de vigência a partir de 25/05/2015. Data da assinatura: 30 de abril de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL**REABERTURA DO CONVITE N.º016/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE REABERTURA DO CONVITE N.º 01/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 016/2015

Objeto:

A licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para a informatização do apoio legislativo da Câmara Municipal de São José/SC para a cessão de licença de Uso Temporária de sistema(s) de gestão pública municipal legislativa, com instalação, implantação e treinamento de usuários, alterações legais e manutenções corretivas, migração da base de dados, suporte técnico, conforme especificações constantes no Anexo I.

A íntegra do Convite estará disponível no Portal Eletrônico da CMSJ no endereço: <http://www.cmsj.sc.gov.br/index.php/editais>

Prejudicada a licitação diante da ausência de apresentação de no mínimo 03 (três) propostas válidas, pela inabilitação da empresa HGL TECNOLOGIA LTDA na fase de habilitação, a Câmara Municipal de São José comunica aos interessados da reabertura do presente Convite com data período do recebimento dos envelopes de habilitação e proposta até: dia 22/05/2015 às 14h:00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia: 22/05/2015 às 14h30min.

Maiores informações: Diretoria de Administração e Comissão Permanente de Licitações e Contratos, das 13h00min às 19h00min, Telefones: (48) 3029-1355 ou (48) 3029-1327

São José/SC, 14 de maio de 2015
ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Diretora de Administração

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº. 083/2015 - SF

DECRETO Nº. 083/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS

"270" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS

"273" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 DE MAIO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 084/2015 - SF

DECRETO Nº. 084/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.096 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

"78" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$ 2.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR

"237" 3.3.90.30.00.00.10000 Material de Consumo
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.096 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

"80" 3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física...R\$ 100.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR

"241" 3.3.90.39.00.00.10000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 DE MAIO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.51/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº51/2015

REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 51/2015, Edital de Pregão Nº 51/2015, para registro de preço que tem como objeto: "contratação de laboratório credenciado junto aos órgãos competentes como vigilância sanitária estadual, CREA e CRBM para realização de análises mensais, trimestrais, semestrais e anuais para o sistema de abastecimento de água do município de São José do Cedro, distrito de Mariflor e distrito de Padres Réus, de acordo com a portaria 2914/11 e a resolução CONAMA 357. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 27/05/2015. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 27/05/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro – SC.

Antonio Plinio de Castro Silva

Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.092, DE 14 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 5.092, DE 14 DE MAIO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário, o valor de R\$ 18.125,00 (dezoito mil, cento e vinte e cinco reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.301.4506.2.019 .3.3.50.00.00.00.00.0.1.0002	09	Aplicação Direta	R\$ 18.125,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.301.4506.2.019 .3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002	08	Aplicação Direta	R\$ 18.125,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de maio de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.093, DE 14 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 5.093, DE 14 DE MAIO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 17.545,90 (dezessete mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.305.4506.2.020 .3.3.90.00.00.00.00.0.3.0038	50	Aplicação Direta	R\$ 17.545,90

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art.

43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.305.4506.2.020 .4.4.90.00.00.00.00.0.3.0038	41	Aplicação Direta	R\$ 17.545,90

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de maio de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.094, DE 14 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 5.094, DE 14 DE MAIO DE 2015.

Constituiu a Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Saúde de São Lourenço do Oeste/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Saúde de São Lourenço do Oeste/SC, com o objetivo de propor medidas e ações necessárias à sua realização.

Art. 2º Ficam nomeados os membros a seguir relacionados, para fins de composição da Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Saúde de São Lourenço do Oeste/SC:

I - representantes da sociedade civil:

a) Paulo Eidt - Coordenador Geral;

b) Ailson da Cruz, membro do Conselho Municipal de Saúde - Secretário Executivo;

II - representantes do governo municipal:

a) Anilson Spricigo, servidor público municipal ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 871/02 - Assessor de Imprensa;

b) Gilberto Cambruzzi da Silva, servidor público municipal ocupante do cargo de Técnico em Vigilância Sanitária, matrícula nº 3000/35 - Relator.

Art. 3º As atividades da Comissão Organizadora, constituída por este Decreto, terão duração até o término da V Conferência Municipal de Saúde de São Lourenço do Oeste/SC, a ser convocada por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Por tratar-se de serviço público relevante, os serviços que serão prestados pela Comissão constituída por este Decreto, não serão remunerados.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de maio de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.095, DE 14 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 5.095, DE 14 DE MAIO DE 2015.

Altera dispositivo do Decreto nº 4.956, de 29 de setembro de 2014, que nomeia os membros do Conselho de Alimentação Escolar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, do art. 55, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 1.268, de 18 de agosto de 2000 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º, do Decreto nº 4.956, de 29 de setembro de 2014, que nomeia os membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º
.....

I -
.....

a)
.....

b) Elizangela Calegari Tappero, suplente”. (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de maio de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 39/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2015.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VALMIR CESAR SCHROTER, Prefeito Municipal em exercício de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item, na modalidade Pregão Presencial, para Contratação de Serviços de Produção e Apresentação por Radiodifusão de 01 Programa Semanal para Divulgação de Atos oficiais do Município, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 8:45 horas do dia 28/05/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de compras e Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 14 de abril de 2015.

VALMIR CESAR SCHROTER

Prefeito Municipal em exercício.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.327/2015 - NOMEIA OS MEMBROS QUE CONSTITUIRÃO O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL (COMDEC), DE ACORDO COM A LEI Nº 6.257 DE 26 DE OUTUBRO DE 2009, O DECRETO Nº 6.883 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009, E O DECRETO Nº 7.638 DE 31 DE JANEIRO DE 2013, COM AS RESPECTIVAS REPRESENTAÇÕES:

DECRETO Nº 8.327/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, RESOLVE:

NOMEAR

Art. 1º Os membros que constituirão o Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC), de acordo com a Lei nº 6.257 de 26 de outubro de 2009, o Decreto nº 6.883 de 26 de novembro de 2009, e o decreto nº 7.638 de 31 de janeiro de 2013, com as respectivas representações:

I REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

I – Representante do Poder Executivo Municipal:

Suinara Folmer – Titular

Sérgio Volpi – Suplente

II– Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Arielly Bacin Perondi – Titular

Reges Antonio Dal Asta – Suplente

III - Representante da Secretaria Municipal de Ação Social:

Marta Sotilli – Titular

Silvia Maria Bertuol Frandoloso – Suplente

IV – Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente:

Deoclides Dalla Rosa – Titular

Sérgio Dall Agnol– Suplente

V - Representante da Secretaria Municipal da Infra-estrutura:

Gelson Artifon – Titular

Gilmar Pereira da Silva – Suplente

VI - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento:

Suinara Folmer – Titular

Marli da Rosa – Suplente

VII- Representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional-SDR;

Daniel Caron – Titular

Moacir Piroca - Suplente

VIII – Representante da 9ª Região de Polícia Militar:

Fabio Verdasca de Luca– Titular

Nilson Rubini– Suplente

IX – Representante do 13ª Delegacia Regional de Polícia:

Henrique Gonçalves Muxfeldt– Titular

Lisiane Junges– Suplente

X - Representante do Corpo de Bombeiro Militar:

Michael Magrini – Titular

Ricardo Fábio Ludwig – Suplente

XI – Representante da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agrícola de Santa Catarina):

Valmir Kretschmer – Titular

Leonilda Villani – Suplente

XII - Representante da CIDASC:

Manuela Studt da Rocha – Titular

Dandoeli José Meneghetti– Suplente

XIII - Representante da Fundação do Meio Ambiente - FATMA:

Deoclécio Ricardo Zanatta – Titular

Behur Ayron Bintro– Suplente

XIV – Representantes do 14º RCMEC:

Major Alexandre Moliner – Titular

Capitão Leandro Rocha Souto - Suplente

II – REPRESENTANTE DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

XV- Representante do Lions Clube São Miguel do Oeste:

Victório Antonio Bolfe – Titular

Itacir Baldissera – Suplente

XVI - Representante do Jeep Clube São Miguel do Oeste:

Luiz Antonio Luft – Titular

Maurício Massignani – Suplente

XVII - Representante da Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste:

Sidinei Eli Barp – Titular

Julimar Stolarski– Suplente

XVIII - Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Miguel do Oeste:

Magnos Franzen de Souza– Titular

Solani Balbinot - Suplente

XIX- Representante da Universidade do Oeste de Santa Catarina:

Sérgio Angelo Taparello – Titular

Rosemeri Luiza Stoffel– Suplente

XX - Representante da União da Associação de Moradores ;

Carlos Roberto Scariot – Titular

Carlos Grassi – Suplente

Art. 2º O exercício do mandato dos Conselheiros será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Decreto nº 7.654 de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em 13 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretária da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.329/2015 ALTERA MEMBRO PARA COMPOR O COMITÊ MUNICIPAL INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.329/2015

ALTERA MEMBRO PARA COMPOR O COMITÊ MUNICIPAL INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada como representante da Secretária de Saúde, as Senhoras: Elizabete Maria Bordignon Daltoé – titular e Jociane Bach – Suplente, como representante da Secretaria de Educação a Senhora Maria Bernadete Mustifaga, em substituição aos representantes nomeados pelo Decreto nº 8.003 de 28 de fevereiro de 2014, para compor o Comitê Municipal Intersectorial do Programa Bolsa Família.

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 13 de maio de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.330/2015- ALTERA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.330/2015

ALTERA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais no que lhe confere inciso VI, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e Lei Municipal Complementar nº 002/2011,

CONSIDERANDO, o memorando interno nº 040/2015, da Secretaria de Assistência Social, datado em 12 de maio de 2015, que solicitou a substituição de representantes para compor o Conselho de Municipal de Assistência Social, de acordo com a seguinte nomeação de alteração:

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados como representante da Secretaria de Educação, em substituição aos nomeados pelo Decreto 8.184 de 13 de novembro de 2014, a Senhora Dalianne Cassia Zanchet Camilotti, em substituição ao representante titular SILVIA HELENA CASTELLI, e o senhor CLAUDIR PAVAN, em substituição ao representante Suplente MARLENA BALESTRIN.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE SC,
Em 13 de maio de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.328/2015 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
DECRETO Nº 8.328/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que a licitação nº 69/2015, modalidade de Pregão Presencial nº 41 de 12/05/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, que tem como objeto contratação de empresa para prestação de serviço de Assessoria e Consultoria a Secretaria Municipal da Fazenda, envolvendo orientações treinamentos aos servidores municipais nos setores de Tributação e Fiscalização sobre o novo sistema Tributário do município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do Edital.

CONSIDERANDO, em virtude de erro na Modalidade de Licitação a ser empregada na situação.

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR o Processo Licitatório nº 69/2015, modalidade Pregão Presencial nº 41 de 12/05/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste-SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 13 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.118/2015 - AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 14.000,00 (QUATORZE MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.118/2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 14.000,00 (QUATORZE MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 7.075, de 18 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho - TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº. 5385, aprovado pelo MEC/FNDE e este Município.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder por ato próprio abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

02 – SETOR DE ENSINO

27.365.0185.1.111 – Aquisição de equipamento e material

permanente

-termo de compromisso par nº. 5385-MEC/FNDE.

4.4.90.00.00.00.00.00.1017 - Aplicações Diversas (excesso) R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1017 - Aplicações Diversas (superavit) R\$ 12.000,00

TOTAL R\$ 14.000,00

Art. 3º Para o atendimento parcial do crédito de que trata a presente Lei fica utilizado os recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, constante do Recurso Código nº. 1017 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - EDUCAÇÃO, oriundo do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, conta Banco do Brasil S/A – sob nº. 41199-X, na ordem de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito deste ato, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à utilização dos recursos oriundos do provável excesso de arrecadação, constante do Recurso Código nº. 1017 – TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - EDUCAÇÃO, oriundo do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, conta Banco do Brasil S/A – sob nº. 41199-X, na ordem de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em conformidade com as planificações aprovadas pelas partes, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 7.074, de 18 de dezembro de 2014, Plano Plurianual - PPA, para execução no exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição de móveis, equipamentos diversos e materiais de consumo diversos destinados às creches municipais, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho aprovado entre as partes avençantes.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 7.076, de 18 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução no exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a aquisição de móveis, equipamentos diversos e materiais de consumo diversos destinados às creches municipais, em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho aprovado entre as partes avençantes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 13 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.119/2015- DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO MIGUELOESTINA AMOR-EXIGENTE, COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.119/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO MIGUELOESTINA AMOR-EXIGENTE, COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO MIGUELOESTINA AMOR-EXIGENTE, com sede na Rua La Salle, nº 2193, Bairro Centro, nesta cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, registrado como pessoa jurídica no Cartório de Registro Civil Títulos e Documentos, protocolado sob o número 2789 e registrado sob o número 4095, folhas 151, no livro A-12, em 07/11/2013, Município de São Miguel do Oeste, inscrito no CNPJ nº 19.292.935/0001-17.

Art. 2º Ficam, igualmente, asseguradas todas as vantagens, prerrogativas e direitos da legislação específica Municipal à Entidade ora declarada de utilidade pública.

Art. 3º Ficam os Setores competentes da Municipalidade autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento da presente Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes de aplicação da presente Lei correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de maio de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.120/2015 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE TERRAS, DE PROPRIEDADE DE HELENA MARIA SANGALI, QUE JÁ FORA ABSORVIDA PELA RUA WILLY BARTH, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.120/15

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A RECEBER EM DOAÇÃO ÁREA DE TERRAS, DE PROPRIEDADE DE HELENA MARIA SANGALI, QUE JÁ FORA ABSORVIDA PELA RUA WILLY BARTH, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação em nome do Município de São Miguel do Oeste, a seguinte área:

I – Parte da Chácara n. 01 com área de 112,52m², (Matrícula do CRISMO n. 27.331) confrontando: Ao Norte com a atual Rua Willy Barth, medindo 4,80 metros; Ao Leste com parte da mesma Chácara n. 01, por linha seca medindo 21,29 metros; Ao Sul com a Rua Willy Barth, medindo 6,65 metros; Ao Oeste com a Rua Willy Barth pelo eixo da antiga estrada geral, medindo 21,20; área já absorvida pela Rua Willy Barth, implantada há mais de trinta anos.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de Parte da Chácara n. 01, com área de 373,48m², Matrícula do CRISMO n. 27.331 e o Lote Urbano n. 2-6, com área de 392,87m², Matrícula do CRISMO n. 14.456, passando a ter as seguintes características:

I - Parte da Chácara n. 01, com área de 373,48m² Matrícula do CRISMO n. 27.331) e o Lote Urbano n. 2-6, com área de 392,87m² Matrícula do CRISMO n. 4.456), perfazendo a área total de 766,35m², confrontando em conjunto: ao Norte: com parte da chácara n. 01, medindo 21,20m; ao Leste: com parte da mesma chácara n. 01, medindo 19,17m; novamente ao Norte: com parte das chácaras ns. 01 e 02, e com parte do lote urbano n. 2-7, por linha seca de 18,85m; ao Nordeste: com parte do Lote Urbano n. 2-4, por linha seca de 9,00m; ao Sudeste: com a Rua Willy Barth, por linha de 38,79m.

Art. 3º As áreas constantes do artigo 1º desta lei, passarão a integrar o Patrimônio Público Municipal, ficando o Setor competente da Municipalidade, encarregado de proceder a sua legalização e registros necessários para o cumprimento fiel da presente lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de maio de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.121/2015 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE A RECEBER EM DOAÇÃO VEÍCULO MERCEDES BENZ DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.121/2015

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE A RECEBER EM DOAÇÃO VEÍCULO MERCEDES BENZ DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação em nome do Município de São Miguel do Oeste, veículo Mercedes Benz, modelo LK 1313, placa LWR 8312, ano 1979, Chassi n. 34404112476378, do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º Ficam os setores competentes da Municipalidade, autorizados a proceder todos os atos necessários a inserção dos referidos bens ao Patrimônio do Município de São Miguel do Oeste.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão suportadas pelo orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de maio de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.122/2015 -DENOMINA DE RUA PEDRO ERLO, ASSUMPTA RISSOM BORTOLOTO, JOÃO PIRES, ALFREDO SCHAEFER E ESTANISLAU DRACZEWSKI AS RUAS LOCALIZADAS NA LINHA CRUZINHAS, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.122/2015

DENOMINA DE RUA PEDRO ERLO, ASSUMPTA RISSOM BORTOLOTO, JOÃO PIRES, ALFREDO SCHAEFER E ESTANISLAU DRACZEWSKI AS RUAS LOCALIZADAS NA LINHA CRUZINHAS, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam denominadas de Rua Pedro Erlo, Rua Assumpta Rissom Bortoloto, Rua João Pires, Rua Alfredo Schaefer e Rua Estanislau Draczevski, as Ruas localizadas na Linha Cruzinhas, conforme mapa anexo, em consonância ao Programa Lar Legal.

Art. 2º Ficam os setores competentes da Municipalidade autorizados a realizar todos os procedimentos necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, no que couber, serão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 13 de maio de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 70/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de combustível destinado para utilização na prestação de serviços administrativos e atendimentos a emergência efetuadas pelo Corpo de Bombeiros, conforme Lei Municipal nº 6.434/2010, para o exercício de 2015, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 28 de maio de 2015

Abertura: às 09h. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 14 de maio de 2015
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N.17/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015
INEXIGIBILIDADE Nº 05/2015
CREDENCIAMENTO N. 02/2015

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste- SC, partir do Gestor leva ao conhecimento dos interessados que fará CREDENCIAMENTO tendo como objeto credenciamento de Pessoa Jurídica destinada a prestação de serviços de plantões médicos junto a Unidade de Pronto Atendimento Leonardo Weissheimer – UPA 24 hs, em plantão de segunda a domingo, inclusive feriados, divididos em períodos de 12:00, 6:00 e 2:00 durante 24 horas ininterruptos, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 29 de maio de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores
Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade
Sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site:
www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 14 de maio de 2015.

AIRTON JOSÉ MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 51.2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA Avisa da abertura do Processo nº 51/2015 MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços.

1. Objeto: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos do item não homologado do Pregão nº 35/2015 do Município, que se encontram descritos no anexo I, por 'homem/hora mecânico', com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, mediante apresentação e aprovação prévia do orçamento das peças.

Data e hora de abertura da sessão: dia 29/05/2015 às 09h
Credenciamento e entrega dos envelopes: até 08h45min do dia 29/05/2015.

TIPO: Menor Preço por Item.

RETIRADA DO EDITAL: Sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08h às 11h30min e das 13h às 17h, ou através dos emails: compras@pmspa.sc.gov.br e licitacoes@pmspa.sc.gov.br
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone (48) 3277-0122 R: 202/203.

São Pedro de Alcântara, 14/05/2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

2.3- Para a assinatura do contrato o contratado deverá apresentar:

- a) cópia da cédula de identidade e CPF
 - b) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);
 - c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual (CND);
 - d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal (CND);
 - e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS (CND);
 - f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);
 - g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.”
- No mais a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei nº. 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de maio de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 53.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R-202

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br – compras@pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 53/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88113-250 torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 em conformidade com as condições e anexos que seguem:

1 - Nos termos do art. 24, Inc. I, da Lei nº 8.666/1993, a Prefeitura contrata-se com a pessoa Jurídica a empresa MS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME, com CNPJ nº 18.167.915/0001-51 para serviços de Demolição da ponte existente e construção de uma ponte nova na estrada Geral de Invernada no acesso a Quarta linha neste Município.

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista ao relatório, laudo técnico com fotos, concluem-se que a ponte existente não oferece segurança, colocando em risco a vida de pessoas que ali transitam. Necessitando Urgente de uma recuperação.

2- Para atendimento ao pedido do art. 26, da Lei nº 8.666/1993, expõe-se o que segue:

2.1- O valor global do serviço contratado é de R\$ 9.428,00 (nove mil quatrocentos e vinte e oito reais), por ter sido o menor dentre os orçamentos apresentados à Administração Municipal.

2.2 - O pagamento de a presente licitação dar-se em até 10 (dez) dias após a emissão da nota fiscal e relatório demonstrando a efetivação do serviço e os valores a serem pagos.

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 002/2013

Convocação Concurso Público nº. 002/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições AUREA MIRANDA FEDER, inscrita no CPF sob nº. 834.749.609-97, aprovada em 3º lugar no Concurso Público nº. 002/2013, para o cargo de PROFESSORA B – ENSINO FUNDAMENTAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 26 de maio de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 14 de maio de 2015.
Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 3.315/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3.315/2015 de 12 de maio de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.182,47 (cinco mil cento e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
06.01 - UNIDADES DE OBRAS
06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
3.3.90.93.00.00.00.00 - 00.03.0034 - Indenizações e Restituições R\$ 5.182,47

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de maio de 2015.
OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS
Prefeito Municipal Diretor de Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.317/2015 DE 12 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3.317/2015 de 12 de maio de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
06.01 - UNIDADES DE OBRAS
06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 30.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de maio de 2015.
OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS
Prefeito Municipal Diretor de Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ETAPA DE LANCES PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191
89275-000 – SCHROEDER/SC
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

ETAPA DE LANCES

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2015-FMS
PROCESSO Nº. 24/2015-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Para conhecimento dos interessados a ETAPA DE LANCES fica marcada para dia 18 de maio de 2015 às 09h, da licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº. 12/2015-FMS, Processo nº. 24/2015-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Schroeder, 14 de maio de 2015.
Daniela Samulescki
Pregoeira

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 118/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 118/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 78/2015–PMS – Pregão Presencial nº. 38/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TELAS GUARAMIRIM COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.948.212/0001-55, estabelecida na Rua Ernerto Piseta, nº. 454, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de tela soldada revestida, malha 5cm x 10cm para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TELA SOLDADA REVESTIDA, MALHA 5CM X 10 CM, MAIS AMARRAÇÕES COM ARAME LISO Nº 16 2,30MM (INCLUSO) E MÃO DE OBRA	1.000	M²	18,80	18.800,00
TOTAL R\$					18.800,00

Valor do contrato: R\$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais)

Data da Assinatura: 14/05/2015 – Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 119/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 119/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 92/2015–PMS - Dispensa de Licitação nº. 37/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.031.334/0001-85, estabelecida na Rua Vergueiro nº. 7213, Bairro Ipiranga, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.273-200.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato para contratação de empresa especializada em SEGURO DETER, este para veículos de grande porte e transporte de passageiros. Para atualização de valores, conforme exigência DETER, este para o MICROONIBUS IVECO placa MKW 7116, ano 2012/2013 e MICROONIBUS IVECO CITYCLASS placa MLL 5349, ano 2013/2013, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em SEGURO DETER, este para veículo de grande porte e transporte de passageiros. Para atualização de valores, conforme exigência DETER, das coberturas já contratadas, este para o MICROONIBUS IVECO placa MKW 7116, ano 2012/2013	1	Unid.	738,80	738,80
02	Contratação de empresa especializada em SEGURO DETER, este para veículo de grande porte e transporte de passageiros. Para atualização de valores, conforme exigência DETER, das coberturas já contratadas, este para o MICROONIBUS IVECO CITYCLASS placa MLL5349, ano 2013/2013	1	Unid.	701,20	701,20
VALOR R\$ TOTAL					1.440,00

Valor do contrato: R\$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: 14/05/2015 – Vigência: até 07/05/2016

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 120/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 120/2015-PMS
Dispensa de Licitação nº. 38/2015-PMS
Processo nº. 93/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.218.187/0001-91, estabelecida na Rua Pedro Paulo Streit s/n, Bairro Avaí, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de papel timbrado para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Papel Timbrado Município de Schroeder. Tamanho A4 (29,7x21cm), 3x0 cor, papel sulfite 90g.	6000	Unidade	0,119	714,00
TOTAL R\$					714,00

Valor do contrato: R\$ 714,00 (setecentos e quatorze reais).

Data da Assinatura: 14/05/2015 – Vigência: 31/12/2015

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº. A28/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A28/2015 – PMS
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 55/2012-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Oswaldo Jurck, e,

CONTRATADA: DABLIUVE ADMINISTRADORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 80.957.400/0001-29, com sede na Rua Presidente Epitácio Pessoa, nº. 342, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul (SC), CEP. 89.260-160, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelos Senhores Werner Ricardo Voigt, inscrito no CPF sob o nº. 009.954.369-91, portador da Carteira de Identidade no 80.494-SSP-SC, e Miriam Voigt Schmartz, inscrita no CPF sob o nº. 514.080.829-34, portadora da Carteira de Identidade no 15/R 767.786-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 55/2012-PMS, celebrado em 02 de maio de 2012, proveniente do processo licitatório n. 55/2012-PMS, modalidade Dispensa de Licitação nº. 07/2012-PMS, para locação de imóvel, matriculado sob o nº 21.915, localizado na R.Mal.Castelo Branco, nº3.905 em Schroeder, edificado com dois prédios para fins educacionais, sendo um com área total de 1.813,98m² e outro de 1.390,41m², ambos com três pavimentos, com estacionamento e área privativa.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no valor de R\$ 2.926,80 (dois mil, novecentos e vinte e seis mil e oitenta centavos), divididos por 12 (doze) meses, devido ao reajuste pelo índice do IGPM – FGV, conforme a Cláusula 4ª. do contrato. Passando portanto o valor de R\$ 6.881,76 (seis mil, oitocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos) mensais, para o valor de R\$ 7.125,66 (sete mil, cento e vinte e cinco reais e sessenta e seis centavos) mensais, para o período de maio de 2015 até maio de 2016.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula 1ª e a Cláusula 4ª do contrato, sendo aditivado o valor de R\$ 2.926,80 (dois mil, novecentos e vinte e seis mil e oitenta centavos), divididos por 12 (doze) meses, passando para o valor de R\$ 7.125,66 (sete mil, cento e vinte e cinco reais e

sessenta e seis centavos) mensais para o período de maio de 2015 até maio de 2016.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 55/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 14 de maio de 2015.

CONTRATADA:

DABLIUVE ADMINISTRADORA LTDA

Werner Ricardo Voigt

CPF no 009.954.369-91

DABLIUVE ADMINISTRADORA LTDA

Miriam Voigt Schmartz

CPF no 514.080.829-34,

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Oswaldo Jurck

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

ATA PREGÃO PRESENCIAL 12/2015-FMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 24/2015 Data do Processo: 02/04/2015
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 21/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se após recebimento do parecer técnico da Farmacêutica Denise Erig Rocha de Souza e da Técnica de Enfermagem Roseane Finta, da Secretaria de Saúde e Assistência Social. De acordo com Parecer técnico foi constatado que a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., não apresentou para os itens 11, 19, 32, 48, 51, 57 e 58 Certificado de Registro do Produto, documento exigido no edital no item 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." e para o item 46 apresentou Certificado de Registro do Produto de difícil análise, documento exigido no edital no item 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP apresentou para os itens 51, 58 e 60 Certificado de Registro do Produto vencido, documento exigido no edital no item 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. apresentou para o item 26 Certificado de Registro do Produto vencido, documento exigido no edital no item 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." e para os itens 36 e 41 não apresentou Certificado de Registro do Produto, documento exigido no edital no item 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. apresentou para o item 39 Certificado de Boas Práticas vencido, documentos exigido no edital no item 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GMMS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", e para os itens 48 e 51 apresentou Certificado de Registro do Produto vencido, documento exigido no edital no item 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. apresentou para os itens 03, 26 e 33 Certificado de Registro do Produto vencido, documento exigido no edital no item 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. apresentou para os itens 03, 22, 41, 48, 51 e 65 Certificado de Registro do Produto vencido documento exigido no edital no item 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", e para os itens 36 e 39 apresentou Certificado de Boas Práticas vencido, documentos exigido no edital no item 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GMMS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. apresentou para o item 33 Certificado de Registro do Produto vencido, documento exigido no edital no item 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. A empresa PROFARMA SPECIALTY S/A apresentou

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 12/2015 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 24/2015
Data do Processo: 02/04/2015

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 21/2015 (Sequência: 2)**

para os itens 35, 36, 43 e 44 Certificado de Registro do Produto vencido, documento exigido no edital no item 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. Diante do exposto fica marcada a data de 18 de maio de 2015, as 09h para continuação do processo com a etapa de lances, caso contrário será enviada nova ata determinado a nova data da etapa de lances. Encerra-se a sessão e pede-se para serem enviadas as empresas participantes a cópia da ata, bem como quadro comparativo de preços com a classificação das empresas.

Schroeder, 14 de Maio de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

ATA PREGÃO PRESENCIAL 13/2015-FMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 30/2015 Data do Processo: 23/04/2015
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 20/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para manutenção de esfigmomanômetros utilizados no atendimento a população nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como a declaração para habilitação a empresa RUBENS WALMORBIDA NETO, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa RUBENS WALMORBIDA NETO. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa RUBENS WALMORBIDA NETO, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa RUBENS WALMORBIDA NETO apresentou Certidão Simplificada com data superior a exigida no edital no item 7.1.12 sendo assim não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. De acordo com o edital no item 9.21. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 08 dias úteis, sendo até dia 26 de maio de 2015, as 17h, para apresentação de nova documentação de habilitação, dentro de novo envelope com toda a documentação de habilitação, de acordo com as exigências do edital, caso contrário será considerada inabilitada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

Schroeder, 14 de Maio de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Adriana Steilein	- - Setor Solicitante
------------------	-----------------------------

DISPENSA 37/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 37/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 92/2015
Data: 14/05/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A
Endereço: RUA VERGUEIRO, 7213
Cidade: São Paulo - SP
CNPJ: 85.031.334/0001-85

Código: 9876

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em SEGURO DETER, este para veículos de grande porte e transporte de passageiros. Para atualização de valores, conforme exigência DETER, este para o MICROONIBUS IVECO placa MKW 7116, ano 2012/2013 e MICROONIBUS IVECO CITYCLASS placa MLL 5349, ano 2013/2013.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de empresa especializada em SEGURO DETER, este para veículo de grande porte e transporte de passageiros. Para atualização de valores, conforme exigência DETER, das coberturas já contratadas, este para o MICROONIBUS IVECO placa MKW 7116, ano 2012/2013	UN	738,80	738,80
2	1,00	Contratação de empresa especializada em SEGURO DETER, este para veículo de grande porte e transporte de passageiros. Para atualização de valores, conforme exigência DETER, das coberturas já contratadas, este para o MICROONIBUS IVECO CITYCLASS placa MLL5349, ano 2013/2013	UN	701,20	701,20

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

TAL SOLICITAÇÃO VEM AO ENCONTRO DAS EXIGÊNCIAS DE TRAFEGABILIDADE DO DETER SC. VALOR TOTAL CONFORME ORÇAMENTO R\$ 1.440,00.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 14 de Maio de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 37/2015 - DL**Processo Nr.:** 92/2015
Data: 14/05/2015

Folha: 2/2

11/05/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 11 de Maio de 2015

Valor da Despesa: 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA Nº 38/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 38/2015 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 93/2015
Data: 14/05/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA
Endereço: RUA PEDRO PAULO STREIT S/N
Cidade: Guaramirim - SC
CNPJ: 78.218.187/0001-91**Código:** 6052**Inscrição Estadual:** 251.048.993**Objeto da Compra:** Aquisição de papel timbrado para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	6.000,00	Papel Timbrado Município de Schroeder. Tamanho A4 (29,7x21cm), 3x0 cor, papel sulfite 90g.	UN	0,119	714,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade da aquisição para utilização diária em todos os setores da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, e tendo em vista o valor total da aquisição.

Schroeder, 14 de Maio de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 38/2015 - DL
	Processo Nr.: 93/2015 Data: 14/05/2015
Folha: 2/2	

12/5/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 12 de Maio de 2015

Valor da Despesa:

714,00 (setecentos e quatorze reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

QUADRO COMPARATIVO PR 12/2015-PMS (COM CLASSIFICAÇÃO)

Página: 1/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 0,00				
Licitação.....: 12/2015 - PR								
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 8225 - AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG - Unidade: COMP								
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		3.000,000	0,0000	0,2400	720,00	Classificado	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	GEOLAB	3.000,000	0,0000	0,2440	732,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	GEOLAB	3.000,000	0,0000	0,2460	738,00	Classificado	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	GEOLAB	3.000,000	0,0000	0,2600	780,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	GEOLAB	3.000,000	0,0000	0,2660	798,00	Desclassif.	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		3.000,000	0,0000	0,2890	867,00	Desclassif.	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	GEOLAB	3.000,000	0,0000	0,2900	870,00	Desclassif.	0
Item.....: 2 - 8226 - AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL +DILUENTE, FRASCO 600MG - Unidade: FR								
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	PHARLAB	500,000	0,0000	2,0740	1,037,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		500,000	0,0000	2,2900	1,145,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	PHARLAB	500,000	0,0000	2,5700	1,285,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	PRATI	500,000	0,0000	2,9800	1,490,00	Desclassif.	0
7471	DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		500,000	0,0000	2,9900	1,495,00	Desclassif.	0
Item.....: 3 - 668 - ALOPURINOL 100MG - Unidade: COMP								
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 233

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 3 - 668 - ALOPURINOL 100MG - Unidade: COMP								
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		3,000,000	0,0000	0,0340	102,00	Inabilitado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	SANVAL	3,000,000	0,0000	0,0420	126,00	Inabilitado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		3,000,000	0,0000	0,0570	171,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	PRATI	3,000,000	0,0000	0,0600	180,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	PRATI	3,000,000	0,0000	0,0660	198,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PRATI	3,000,000	0,0000	0,0690	207,00	Desclassif.	0
Item.....: 4 - 669 - ALOPURINOL 300MG - Unidade: COMP								
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	PRATI D.	3,000,000	0,0000	0,1180	354,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	PRATI	3,000,000	0,0000	0,1200	360,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		3,000,000	0,0000	0,1230	369,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PRATI	3,000,000	0,0000	0,1280	384,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	PRATI	3,000,000	0,0000	0,1330	399,00	Desclassif.	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		3,000,000	0,0000	0,1400	420,00	Desclassif.	0
Item.....: 5 - 8227 - ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 10ML - Unidade: FR								
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 3/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 5 - 8227 - ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 10ML - Unidade: FR								
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/	PRATI	200,000	0,0000	0,9900	198,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	PRATI D.	200,000	0,0000	1,0450	209,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	PRATI	200,000	0,0000	1,0500	210,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		200,000	0,0000	1,1340	226,80	Desclassif.	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	PRATI	200,000	0,0000	1,2430	248,60	Desclassif.	0
Item.....: 6 - 8228 - AMITRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG - Unidade: COMP								
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		6,000,000	0,0000	0,0400	240,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	BRAINFARMA	6,000,000	0,0000	0,0400	240,00	Classificado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		6,000,000	0,0000	0,0440	264,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	TEUTO	6,000,000	0,0000	0,0440	264,00	Classificado	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	TEUTO	6,000,000	0,0000	0,0460	276,00	Desclassif.	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/	TEUTO	6,000,000	0,0000	0,0480	288,00	Desclassif.	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	TEUTO	6,000,000	0,0000	0,0500	300,00	Desclassif.	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	TEUTO	6,000,000	0,0000	0,0610	366,00	Desclassif.	0
Item.....: 7 - 8229 - ACICLOVIR 50MG CREME, BISNAGA COM 10G - Unidade: BISN								
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/	NC	100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 4/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 7 - 8229 - ACICLOVIR 50MG CREME, BISNAGA COM 10G - Unidade: BISN								
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	PRATI	100,000	0,0000	1,7800	178,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	PRATI D.	100,000	0,0000	1,8000	180,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	PRATI	100,000	0,0000	2,0860	208,60	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		100,000	0,0000	2,1910	219,10	Desclassif.	0
Item.....: 8 - 8230 - AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP - Unidade: COMP								
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		3.000,000	0,0000	0,3600	1.080,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MEDQUIMICA	3.000,000	0,0000	0,3750	1.125,00	Classificado	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	PRATH-DONADUZZI	3.000,000	0,0000	0,3900	1.170,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	PRATI	3.000,000	0,0000	0,4200	1.260,00	Desclassif.	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	PRATI D.	3.000,000	0,0000	0,4400	1.320,00	Desclassif.	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	PRATI	3.000,000	0,0000	0,4740	1.422,00	Desclassif.	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		3.000,000	0,0000	0,5350	1.605,00	Desclassif.	0
Item.....: 9 - 448 - ACIDO FÓLICO 5MG - Unidade: COMP								
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	NC	1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 5/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 9 - 448 - ACIDO FÓLICO 5MG - Unidade: COMP								
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		1.500,000	0,0000	0,0270	40,50	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	HIPOLABOR	1.500,000	0,0000	0,0280	42,00	Classificado	0
Item.....: 10 - 8231 - CLARITROMICINA 500MG - Unidade: COMP								
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		1.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	PHARLAB	1.500,000	0,0000	0,7500	1.125,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	PHARLAB	1.500,000	0,0000	0,8500	1.275,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		1.500,000	0,0000	0,9620	1.443,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	PHARLAB	1.500,000	0,0000	1,2860	1.929,00	Desclassif.	0
Item.....: 11 - 7602 - CLOPIDOGREL 75MG - Unidade: COMP								
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		6.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	6.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		6.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		6.000,000	0,0000	0,3700	2.220,00	Classificado	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	SANDOZ	6.000,000	0,0000	0,4100	2.460,00	Classificado	0

Página: 633

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 11 - 7602 - CLOPIDOGREL 75MG - Unidade: COMP								
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		6,000,000	0,0000	0,4120	2.472,00	Inabilitado	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	SANDOZ	6,000,000	0,0000	0,4200	2.520,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ACTAVIS	6,000,000	0,0000	0,4300	2.580,00	Desclassif.	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	SANDOZ	6,000,000	0,0000	0,4310	2.586,00	Desclassif.	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	BIOLAB	6,000,000	0,0000	0,4500	2.700,00	Desclassif.	0
Item.....: 12 - 178 - CINARIZINA 75MG - Unidade: COMP								
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	NC	1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	BRAINFARMA	1,000,000	0,0000	0,0880	88,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		1,000,000	0,0000	0,0900	90,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	HYPERMARCAS/BR	1,000,000	0,0000	0,1200	120,00	Classificado	0

Item.....: 13 - 1648 - CARVEDILOL 6,25MG - Unidade: COMP

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	NC	6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 733

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 13	- 1648 - CARVEDILOL 6.25MG - Unidade: COMP							
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		6,000,000	0,0000	0,0800	480,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	BALDACCI	6,000,000	0,0000	0,1100	660,00	Classificado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		6,000,000	0,0000	0,1400	840,00	Classificado	0
Item.....: 14	- 6980 - CARVEDILOL 12.5MG - Unidade: COMP							
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/	NC	6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		6,000,000	0,0000	0,0950	570,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	BALDACCI	6,000,000	0,0000	0,1150	690,00	Classificado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		6,000,000	0,0000	0,3800	2.280,00	Classificado	0

Item.....: 15 - 8232 - DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) XAROPE 25MG/5ML FRASCO COM 100ML - Unidade: FR

7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	TEUTO	200,000	0,0000	0,8540	170,80	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	NATULAB	200,000	0,0000	0,8700	174,00	Classificado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		200,000	0,0000	0,9000	180,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/	PRATI	200,000	0,0000	0,9600	192,00	Desclassif.	0

Página: 833

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 15 - 8232 - DEXCLOFENIRAMINA (MALEATO) XAROPE 25MG/5ML FRASCO COM 100ML - Unidade: FR								
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	TEUTO	200,000	0,0000	0,9730	194,60	Desclassif.	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	NATULAB	200,000	0,0000	1,0200	204,00	Desclassif.	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		200,000	0,0000	1,1000	220,00	Desclassif.	0
Item.....: 16 - 8233 - DIPIRONA SODICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 10ML - Unidade: FR								
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	FARMACE	300,000	0,0000	0,4880	146,40	Classificado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		300,000	0,0000	0,5000	150,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	FARMACE	300,000	0,0000	0,5200	156,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	FARMACE	300,000	0,0000	0,5400	162,00	Desclassif.	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		300,000	0,0000	0,5500	165,00	Desclassif.	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	NATULAB	300,000	0,0000	0,5730	171,90	Desclassif.	0
Item.....: 17 - 8234 - DIPIRONA SODICA 500MG - Unidade: COMP								
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		6,000,000	0,0000	0,0650	390,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	SOBRAL	6,000,000	0,0000	0,0660	396,00	Classificado	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	SOBRAL	6,000,000	0,0000	0,0670	402,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	PRATI D.	6,000,000	0,0000	0,0690	414,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	PRATI	6,000,000	0,0000	0,0700	420,00	Classificado	0

Página: 9/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 17	- 8234 - DILPONA SODICA 500MG - Unidade: COMP							
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		6,000,000	0,0000	0,0790	474,00	Desclassif.	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME PRATI		6,000,000	0,0000	0,0790	474,00	Desclassif.	0
Item.....: 18	- 8235 - DESCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG - Unidade: COMP							
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		4,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		4,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		4,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		4,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	GEOLAB	4,000,000	0,0000	0,0550	220,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	GEOLAB	4,000,000	0,0000	0,0670	268,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	GEOLAB	4,000,000	0,0000	0,0700	280,00	Classificado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		4,000,000	0,0000	0,0700	280,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		4,000,000	0,0000	0,0760	304,00	Desclassif.	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	GEOLAB	4,000,000	0,0000	0,0780	312,00	Desclassif.	0
Item.....: 19	- 8236 - DEXAMETASONA (FOSFATO DISSODICO) 4MG/ML AMPOLA 2.5ML - Unidade: APM							
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	HYPOFARMA	200,000	0,0000	0,8780	175,60	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		200,000	0,0000	0,9000	180,00	Inabilitado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		200,000	0,0000	0,9000	180,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	FARMACE	200,000	0,0000	0,9900	198,00	Classificado	0

Página: 10/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 19	- 8236	- DEXAMETASONA (FOSFATO DISSODICO) 4MG/ML AMPOLA 2,5ML - Unidade: APM						
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	HYPOFARMA	200,000	0,0000	1,1800	236,00	Desclassif.	0
Item.....: 20	- 8237	- DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG - Unidade: COMP						
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/	NC	2.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		2.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		2.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	2.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		2.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		2.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		2.500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		2.500,000	0,0000	0,1500	375,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	EMIS	2.500,000	0,0000	0,1800	450,00	Classificado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		2.500,000	0,0000	0,2000	500,00	Classificado	0
Item.....: 21	- 8238	- ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG - Unidade: COMP						
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		6.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		6.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		6.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	6.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		6.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		6.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/	U.QUIMICA	6.000,000	0,0000	0,3490	2.094,00	Classificado	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	BELFAR	6.000,000	0,0000	0,4000	2.400,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		6.000,000	0,0000	0,4120	2.472,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	BELFAR	6.000,000	0,0000	0,4200	2.520,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 22	- 8239	- ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP - Unidade: COMP						
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	NC	3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	GREEN PHARMA	3,000,000	0,0000	1,7500	5,250,00	Inabilitado	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	GEOLAB	3,000,000	0,0000	2,1800	6,540,00	Classificado	0

Item.....: 23 - **8240** - **CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 60ML - Unidade: FR**

7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		1,500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	1,500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		1,500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		1,500,000	0,0000	2,6000	3,900,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	TEUTO	1,500,000	0,0000	2,9700	4,455,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		1,500,000	0,0000	3,0100	4,515,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TEUTO	1,500,000	0,0000	3,2900	4,935,00	Desclassif.	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	TEUTO	1,500,000	0,0000	3,3400	5,010,00	Desclassif.	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	TEUTO	1,500,000	0,0000	3,4000	5,100,00	Desclassif.	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	TEUTO	1,500,000	0,0000	3,6000	5,400,00	Desclassif.	0

Item.....: 24 - **8241** - **FINASTERIDA 5MG - Unidade: COMP**

7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
------	--------------------------------------	--	-----------	--------	--------	------	-----------	---

Página: 12/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 24 - 8241 - FINASTERIDA 5MG - Unidade: COMP								
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	AUROBINDO	5,000,000	0,0000	0,2400	1,200,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	AUROBINDO	5,000,000	0,0000	0,2700	1,350,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	AUROBINDO	5,000,000	0,0000	0,2750	1,375,00	Classificado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		5,000,000	0,0000	0,4000	2,000,00	Desclassif.	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		5,000,000	0,0000	0,4400	2,200,00	Desclassif.	0
Item.....: 25 - 967 - FENITOINA 100MG - Unidade: COMP								
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		5,000,000	0,0000	0,2000	1,000,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	TEUTO	5,000,000	0,0000	0,2890	1,445,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		5,000,000	0,0000	0,3440	1,720,00	Classificado	0

Item.....: 26 - 8242 - FENORBARBITAL 100MG - Unidade: COMP

7244 MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
 7478 AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

0,00 Não cotou
 0,00 Não cotou

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 26 - 8242 - FENORBARBITAL 100MG - Unidade: COMP								
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		6,000,000	0,0000	0,1020	612,00	Inabilitado	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	SANVAL	6,000,000	0,0000	0,1200	720,00	Inabilitado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	U.QUIMICA	6,000,000	0,0000	0,1290	774,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		6,000,000	0,0000	0,1370	822,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	TEUTO	6,000,000	0,0000	0,1380	828,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	UNIAO QUIMICA	6,000,000	0,0000	0,1860	1.116,00	Desclassif.	0
Item.....: 27 - 8243 - FLUCONAZOL 150MG BLISTER COM 1 CP - Unidade: COMP								
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		3,000,000	0,0000	0,2000	600,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	PRATI D.	3,000,000	0,0000	0,2080	624,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	PRATI	3,000,000	0,0000	0,2200	660,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	PRATI	3,000,000	0,0000	0,2400	720,00	Desclassif.	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	PRATI	3,000,000	0,0000	0,2490	747,00	Desclassif.	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		3,000,000	0,0000	0,2500	750,00	Desclassif.	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	VITAPAN	3,000,000	0,0000	0,2800	840,00	Desclassif.	0
Item.....: 28 - 8244 - HEPARINA SODICA 5000UI/0,25ML INJETAVEL - Unidade: APM								
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 28 - 8244 - HEPARINA SODICA 5000UI/0.25ML INJETAVEL - Unidade: APM								
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		50,000	0,0000	4,5360	226,80	Classificado	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	CRISTALIA	50,000	0,0000	4,7500	237,50	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	CRISTALIA	50,000	0,0000	5,4500	272,50	Classificado	0
Item.....: 29 - 8245 - HALOPERIDOL 5MG/1ML INJETAVEL - Unidade: APM								
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		50,000	0,0000	0,6870	34,35	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	TEUTO	50,000	0,0000	0,8070	40,35	Classificado	0
Item.....: 30 - 8246 - HALOPERIDOL DECANATO 50MG/ML AMPOLA 1ML - Unidade: APM								
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 30 - 8246 - HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML AMPOLA 1ML - Unidade: APM								
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		150,000	0,0000	10,0200	1.503,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	UNIAO QUIMICA	150,000	0,0000	10,6670	1.600,05	Classificado	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	CRISTALIA	150,000	0,0000	11,9000	1.785,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	UNIAO QUIMICA	150,000	0,0000	13,8800	2.082,00	Desclassif.	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CRISTALIA	150,000	0,0000	13,8900	2.083,50	Desclassif.	0
Item.....: 31 - 8247 - IMPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG - Unidade: COMIP								
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		3.000,000	0,0000	0,2470	741,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CRISTALIA	3.000,000	0,0000	0,2590	777,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	CRISTALIA	3.000,000	0,0000	0,2650	795,00	Classificado	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	CRISTALIA	3.000,000	0,0000	0,3000	900,00	Desclassif.	0
Item.....: 32 - 8248 - IMPRAMINA (CLORIDRATO) 75MG - Unidade: COMIP								
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	NC	3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	3.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 16/33

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 32	- 8248 - IMPRAMINA (CLORIDRATO) 75MG - Unidade: COMP							
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	NOVARTIS	3,000,000	0,0000	1,4290	4,287,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	NOVARTIS	3,000,000	0,0000	1,5500	4,650,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		3,000,000	0,0000	1,7380	5,214,00	Inabilitado	0
Item.....: 33	- 8249 - IBUPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30ML - Unidade: FR							
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	TEUTO	200,000	0,0000	0,9600	192,00	Inabilitado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		200,000	0,0000	0,9700	194,00	Classificado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		200,000	0,0000	0,9700	194,00	Inabilitado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	NATULAB	200,000	0,0000	0,9800	196,00	Classificado	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	VITAPAN	200,000	0,0000	1,0000	200,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	NATULAB	200,000	0,0000	1,0630	212,60	Classificado	0
6989	CENTERMED-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	NATULAB	200,000	0,0000	1,1900	238,00	Desclassif.	0
Item.....: 34	- 7009 - LEVOTIROXINA SÓDICA 50MG - Unidade: COMP							
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	MERCK	7,000,000	0,0000	0,1200	840,00	Classificado	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 34 - 7009 - LEVOTIROXINA SÓDICA 50MG - Unidade: COMP								
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MERCK	7,000,000	0,0000	0,1350	945,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	MERCK	7,000,000	0,0000	0,1370	959,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	MERCK	7,000,000	0,0000	0,1450	1,015,00	Desclassif.	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		7,000,000	0,0000	0,3620	2,534,00	Desclassif.	0
Item.....: 35 - 8250 - LEVODOPA 100+BENSERAZIDA 25 COMPRIMIDOS DISPERSIVEIS - Unidade: COMP								
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	NC	6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	PROLOPA-ROCHE	6,000,000	0,0000	1,2550	7,530,00	Classificado	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	ACHE	6,000,000	0,0000	1,3600	8,160,00	Classificado	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A	PROLOPA DISPERS	6,000,000	0,0000	1,3900	8,340,00	Inabilitado	0
Item.....: 36 - 8251 - LEVODOPA 200+BENSERAZIDA 50MG - Unidade: COMP								
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	NC	6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 18/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 36 - 8251 - LEVODOPA 200+BENSERAZIDA 50MG - Unidade: COMP								
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A	PROLOPA/ ROCHE	6,000,000	0,0000	0,4300	2.580,00	Inabilitado	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	PROLOPA+ROCHE	6,000,000	0,0000	0,6300	3.780,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	ACHE	6,000,000	0,0000	1,5800	9.480,00	Inabilitado	0
Item.....: 37 - 8252 - METOCLOPRAMINA 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2ML - Unidade: APM								
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/	NC	500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	ISOFARMA	500,000	0,0000	0,2500	125,00	Classificado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		500,000	0,0000	0,2800	140,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		500,000	0,0000	0,2820	141,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	ISOFARMA	500,000	0,0000	0,2950	147,50	Desclassif.	0
Item.....: 38 - 8253 - METOCLOPRAMIDA 10MG - Unidade: COMP								
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		6,000,000	0,0000	0,0600	360,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	BELAFR	6,000,000	0,0000	0,0600	360,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/	HIPOLABOR	6,000,000	0,0000	0,0600	360,00	Classificado	0

Página: 19/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 38 - 8253 - METOCLOPRAMIDA 10MG - Unidade: COMP								
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	BELFAR	6,000,000	0,0000	0,0600	360,00	Classificado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		6,000,000	0,0000	0,0600	360,00	Classificado	0
Item.....: 39 - 8254 - METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10ML - Unidade: FR								
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		500,000	0,0000	0,4000	200,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	MARIOL	500,000	0,0000	0,4700	235,00	Inabilitado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	MARIOL	500,000	0,0000	0,5400	270,00	Inabilitado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		500,000	0,0000	0,6870	343,50	Classificado	0
Item.....: 40 - 8255 - NISTATINA 100.000U/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML - Unidade: FR								
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		150,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	NATULAB	150,000	0,0000	1,8600	279,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		150,000	0,0000	1,9000	285,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	TEUTO	150,000	0,0000	1,9800	297,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	PRATI	150,000	0,0000	2,1430	321,45	Desclassif.	0

Página: 20/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 40	-	8255 - NISTATINA 100.000U/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML - Unidade: FR						
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		150,000	0,0000	2,5000	375,00	Desclassif.	0
Item.....: 41	-	8256 - NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG - Unidade: COMP						
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA							
7478	AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	EUROFARMA	6,000,000	0,0000	0,2570	1.542,00	Inabilitado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		6,000,000	0,0000	0,2600	1.560,00	Classificado	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	EUROFARMA	6,000,000	0,0000	0,2600	1.560,00	Inabilitado	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	RANBAXY	6,000,000	0,0000	0,3000	1.800,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	RANBAXY	6,000,000	0,0000	0,3400	2.040,00	Classificado	0
Item.....: 42	-	8257 - NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 10MG - Unidade: COMP						
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 21/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 43	- 1579	- OXCARBAMAZEPINA 600MG - Unidade: COMP						
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/	U.QUIMICA	3,000,000	0,0000	0,6900	2,070,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		3,000,000	0,0000	0,7360	2,208,00	Classificado	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	GENOM/ UNIAO QU	3,000,000	0,0000	0,7500	2,250,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	RANBAXY	3,000,000	0,0000	0,7800	2,340,00	Desclassif.	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	UNIAO QUIMICA	3,000,000	0,0000	0,8200	2,460,00	Desclassif.	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		3,000,000	0,0000	0,9100	2,730,00	Desclassif.	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	UNIAO QUIMICA	3,000,000	0,0000	0,9330	2,799,00	Desclassif.	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A	TRILEPTAL / NOVAF	3,000,000	0,0000	2,4800	7,440,00	Inabilitado	0

Item.....: 44 **- 8258** **- OXCARBAMAZEPINA 60MG/ML FRASCO 100ML - Unidade: FR**

7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		200,000	0,0000	23,3680	4,673,60	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/	U.QUIMICA	200,000	0,0000	23,9800	4,796,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	UNIAO QUIMICA	200,000	0,0000	25,3000	5,060,00	Classificado	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	GENOM/ UNIAO QU	200,000	0,0000	26,0000	5,200,00	Desclassif.	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	UNIAO QUIMICA	200,000	0,0000	26,4500	5,290,00	Desclassif.	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A	TRILEPTAL / NOVAF	200,000	0,0000	29,4500	5,890,00	Inabilitado	0

Item.....: 45 **- 8259** **- PRENISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60ML - Unidade: FR**

7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
------	--------------------------------------	--	---------	--------	--------	------	-----------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 45 - 8259 - PRENISONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML-SUSPENSÃO ORAL 60ML - Unidade: FR								
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		200,000	0,0000	2,3600	472,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	PRATI D.	200,000	0,0000	2,8500	570,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	PRATI	200,000	0,0000	2,8900	578,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	PRATI	200,000	0,0000	3,4500	690,00	Desclassif.	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		200,000	0,0000	3,5050	701,00	Desclassif.	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	PRATI	200,000	0,0000	4,3710	874,20	Desclassif.	0
Item.....: 46 - 149 - PREDNISONA 20MG - Unidade: COMP								
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		3,000,000	0,0000	0,1140	342,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	BRAINFARMA	3,000,000	0,0000	0,1160	348,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	SANVAL	3,000,000	0,0000	0,1180	354,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		3,000,000	0,0000	0,1200	360,00	Inabilitado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	PRATI D.	3,000,000	0,0000	0,1390	417,00	Desclassif.	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	PRATI	3,000,000	0,0000	0,1580	474,00	Desclassif.	0
Item.....: 47 - 8260 - PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10ML - Unidade: FR								
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		250,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		250,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 23/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 47 - 8260 - PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10ML - Unidade: FR

7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		250,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		250,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		250,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	SOBRAL	250,000	0,0000	0,5000	125,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	NATULAB	250,000	0,0000	0,5020	125,50	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	SOBRAL	250,000	0,0000	0,5070	126,75	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	HIPOLABOR	250,000	0,0000	0,5190	129,75	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		250,000	0,0000	0,5500	137,50	Classificado	0

Item.....: 48 - 8261 - PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2ML - Unidade: APM

7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		500,000	0,0000	1,0000	500,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		500,000	0,0000	1,1000	550,00	Inabilitado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	SANVAL	500,000	0,0000	1,6500	825,00	Inabilitado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	SANVAL	500,000	0,0000	1,6900	845,00	Inabilitado	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	CRISTALIA	500,000	0,0000	2,0100	1.005,00	Classificado	0

Item.....: 49 - 8262 - RETINOL (ACETATO) 50000UI+COLECALCIFEROL 10000UI FRASCO COM - Unidade: FR

6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 24/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 49 - 8262 - RETINOL (ACETATO) 50000UI+COLECALCIFEROL 10000UI FRASCO COM - Unidade: FR								
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	SANVAL	100,000	0,0000	5,2500	525,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	TAKEDA	100,000	0,0000	12,8600	1.286,00	Classificado	0
Item.....: 50 - 8263 - RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG - Unidade: COMP								
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		4.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		4.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	4.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		4.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		4.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		4.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		4.000,000	0,0000	0,0700	280,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		4.000,000	0,0000	0,0820	328,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	MEDQUIMICA	4.000,000	0,0000	0,0840	336,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	MEDQUIMICA	4.000,000	0,0000	0,0950	380,00	Desclassif.	0
Item.....: 51 - 8264 - SULFAMETOXAZOL 400MG+ TRIMETROPINA 80MG - Unidade: COMP								
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		4.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		4.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		4.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	PRATI	4.000,000	0,0000	0,0640	256,00	Classificado	0

Página: 25/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 51 - 8264 - SULFAMETOXAZOL 400MG+TRIMETOPINA 80MG - Unidade: COMP								
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	PRATI D.	4,000,000	0,0000	0,0740	296,00	Inabilitado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		4,000,000	0,0000	0,0800	320,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	PRATI	4,000,000	0,0000	0,0830	332,00	Inabilitado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		4,000,000	0,0000	0,0840	336,00	Inabilitado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	PRATI	4,000,000	0,0000	0,0850	340,00	Inabilitado	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	TEUTO	4,000,000	0,0000	0,0850	340,00	Classificado	0
Item.....: 52 - 7008 - SINIVASTATINA 10MG - Unidade: COMP								
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	LABORIS	7,000,000	0,0000	0,0650	455,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	SANDOZ	7,000,000	0,0000	0,1290	903,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		7,000,000	0,0000	0,1500	1,050,00	Classificado	0
Item.....: 53 - 1533 - SINIVASTATINA 40MG - Unidade: COMP								
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		7,000,000	0,0000	0,1240	868,00	Classificado	0

Página: 26/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 53	- 1533 - SINVASTATINA 40MG - Unidade: COMP							
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LABORIS	7,000,000	0,0000	0,1280	896,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	SANVAL	7,000,000	0,0000	0,1480	1,036,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	SANDOZ	7,000,000	0,0000	0,1590	1,113,00	Desclassif.	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	SANDOZ	7,000,000	0,0000	0,1720	1,204,00	Desclassif.	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		7,000,000	0,0000	0,2260	1,582,00	Desclassif.	0
Item.....: 54	- 8265 - SERTRALINA (CLORIDRATO) 50MG COM 30 CP - Unidade: COMP							
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		7,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	ZYDUS	7,000,000	0,0000	0,1450	1,015,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		7,000,000	0,0000	0,1470	1,029,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	ZYDUS	7,000,000	0,0000	0,1480	1,036,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	AUROBINDO	7,000,000	0,0000	0,1500	1,050,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ZYDUS	7,000,000	0,0000	0,1590	1,113,00	Classificado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		7,000,000	0,0000	0,1880	1,316,00	Desclassif.	0
Item.....: 55	- 8266 - SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML +TRIMETROPINA 8MG/5ML SUSPENSÃO ORAL - Unidade: FR							
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		300,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		300,000	0,0000	0,9500	285,00	Classificado	0

Página: 27/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 55 - 8266 - SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML+TRIMETROPINA 8MG/5ML SUSPENSÃO ORAL - Unidade: FR

12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	TEUTO	300,000	0,0000	1,0000	300,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	TEUTO	300,000	0,0000	1,0500	315,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SOBRAL	300,000	0,0000	1,0500	315,00	Classificado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		300,000	0,0000	1,1500	345,00	Desclassif.	0

Item.....: 56 - 8267 - TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG - Unidade: COMP

7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		2,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	2,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		2,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		2,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		2,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		2,000,000	0,0000	0,1040	208,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		2,000,000	0,0000	0,1370	274,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TEUTO	2,000,000	0,0000	0,2200	440,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	HIPOLABOR	2,000,000	0,0000	0,2300	460,00	Desclassif.	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	TEUTO	2,000,000	0,0000	0,2680	536,00	Desclassif.	0

Item.....: 57 - 8268 - TERBUTALINA (SULFATO) 0,5MG/ML AMPOLA 1ML - Unidade: APM

6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	NC	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 28/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 57	-	8268	-	TERBUTALINA (SULFATO) 0.5MG/ML AMPOLA 1ML - Unidade: APM				
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		50,000	0,0000	1,6490	82,45	Inabilitado	0
Item.....: 58	-	4021	-	Valproato de sódio 250mg - Unidade: COMP				
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	BIOLAB	3,000,000	0,0000	0,2190	657,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	BIOLAB	3,000,000	0,0000	0,2280	684,00	Classificado	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSF. LTDA	BIOLAB	3,000,000	0,0000	0,2300	690,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		3,000,000	0,0000	0,2470	741,00	Inabilitado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	BIOLAB	3,000,000	0,0000	0,2500	750,00	Desclassif.	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	BIOLAB	3,000,000	0,0000	0,2860	858,00	Inabilitado	0

Item.....: 59 - 8269 - CELECOXIBE 200MG (ORDEM JUDICIAL) - Unidade: COMP

6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSF. LTDA		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 29/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 59	- 8269	- CELECOXIBE 200MG (ORDEM JUDICIAL) - Unidade: COMP						
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		1,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	TEUTO	1,000,000	0,0000	1,7800	1,780,00	Classificado	0
Item.....: 60	- 492	- VALPROATO DE SÓDIO 500MG - Unidade: COMP						
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		3,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		3,000,000	0,0000	0,5500	1,650,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	BIOLAB	3,000,000	0,0000	0,6150	1,845,00	Classificado	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	BIOLAB	3,000,000	0,0000	0,6700	2,010,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	BIOLAB	3,000,000	0,0000	0,7140	2,142,00	Inabilitado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	BIOLAB	3,000,000	0,0000	0,7200	2,160,00	Desclassif.	0
Item.....: 61	- 8270	- MEBENDAZOL - 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30ML - Unidade: FR						
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		200,000	0,0000	0,7150	143,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	SOBRAL	200,000	0,0000	0,7600	152,00	Classificado	0

Página: 30/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 61	- 8270 - MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30ML - Unidade: FR							
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/	NATULAB	200,000	0,0000	0,7800	156,00	Classificado	0
Item.....: 62	- 173 - METRONIDAZOL 250MG - Unidade: COMP							
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		4,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	4,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		4,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		4,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	PRATI D.	4,000,000	0,0000	0,0760	304,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/	PRATI	4,000,000	0,0000	0,0850	340,00	Classificado	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	PRATI	4,000,000	0,0000	0,0870	348,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		4,000,000	0,0000	0,0880	352,00	Desclassif.	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	PRATI	4,000,000	0,0000	0,0890	356,00	Desclassif.	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		4,000,000	0,0000	0,0900	360,00	Desclassif.	0
Item.....: 63	- 7988 - MIDAZOLAM 15MG/3ML INJETAVEL - Unidade: APM							
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/	NC	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		50,000	0,0000	1,2370	61,85	Classificado	0

Página: 31/33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 64	- 8271	- BROMETO DE TIOTROPIO SPIRIVA RESPIMAT (ORDEM JUDICIAL) - Unidade: FR						
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		3,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 65 **- 6976** **- CLONAZEPAM 2MG - Unidade: COMP**

7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		5,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	E.M.S./GERMED	5,000,000	0,0000	0,0840	420,00	Classificado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		5,000,000	0,0000	0,0900	450,00	Classificado	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	EUROFARMA	5,000,000	0,0000	0,0940	470,00	Inabilitado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		5,000,000	0,0000	0,1150	575,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	ZYDUS	5,000,000	0,0000	0,1380	690,00	Desclassif.	0

Item.....: 66 **- 8272** **- METOPROLOLOL 50MG - Unidade: COMP**

7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/	NC	6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
------	---	----	-----------	--------	--------	------	-----------	---

Página: 32/33

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 24/2015 Processo Administrativo: 0,00

Licitação.....: 12/2015 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 66 - 8272 - METOPROLOLOL 50MG - Unidade: COMP								
7244	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	ASTRAZENECA	6,000,000	0,0000	1,2700	7.620,00	Classificado	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA	ASTRAZENECA	6,000,000	0,0000	1,3910	8.346,00	Classificado	0
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		6,000,000	0,0000	1,5230	9.138,00	Classificado	0
Item.....: 67 - 644 - ESPIRONOLACTONA 25MG - Unidade: COMP								
7478	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11421	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	N/C	6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12288	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12467	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12546	PROFARMA SPECIALTY S.A		6,000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6989	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTI	ASPEN PHARMA	6,000,000	0,0000	0,1100	660,00	Classificado	0
7471	DIMAC/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA		6,000,000	0,0000	0,1100	660,00	Classificado	0
7014	DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA/	ASPEN	6,000,000	0,0000	0,1200	720,00	Classificado	0
7244	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	E.M.S	6,000,000	0,0000	0,1980	1.188,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 33/33

Processo / Ano: 24/2015		Processo Administrativo:		0,00	
Licitação.....: 12/2015 - PR					
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL					
Objeto.....: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.					

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 67	- 644	- ESPIRONOLACTONA 25MG - Unidade: COMP						
6517	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		6,000,000	0,0000	0,2630	1,578,00	Desclassif.	0

Schroeder, Em	
Daniela Samuleski -	- Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza -	- Equipe de Apoio
Gelson Stein -	- Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo -	- Equipe de Apoio
Chella Adriane Klitzke -	- Equipe de Apoio

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 097/2015

DECRETO Nº 097/2015 DE 14 DE MAIO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL JUCELENE SCHMITZ PARA O CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a o Art. 33 da Lei Municipal 498/2001 de 10/09/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido, a Servidora Publica Municipal JUCELENE SCHMITZ, portador do CPF nº. 009.550.799-00, RG nº. 4.910.413, do Cargo de Conselheira Tutelar, conforme Decreto de Nomeação 092/2014 DE 02 de maio de 2014, percebendo o vencimento constante na lei municipal nº 684/2005 de 13/12/2005, e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3 Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Maio de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 098/2015

DECRETO Nº 098/2015 DE 14 DE MAIO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL GENTILIA PEREIRA DA SILVA PACASSA PARA O CARGO DE SERVENTE DE ESCOLA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a o Art. 33 da Lei Municipal 498/2001 de 10/09/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido, a Servidora Publica Municipal GENTILIA PEREIRA DA SILVA PACASSA, portadora do CPF nº. 032.099.529-14, RG nº. 4.315.545, do Cargo de SERVENTE DE ESCOLA, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, Nível 11, do Grupo 1 – SEG, conforme Decreto de Nomeação nº 035/2015 de 05 de fevereiro de 2015, percebendo o vencimento constante na lei municipal nº 684/2005 de 13/12/2005, e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3 Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Maio de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

EXTRATO CONTRATUAL Nº 037/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	037/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada Objeto	THEISEN DETONAÇÕES EIRELI - ME. A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços de perfuração e detonação descritos no item nº 01 e 02, conforme sua proposta comercial e especificações do Anexo "D" do edital PP 021/2015. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no processo de Licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 021/2015, juntamente com seus anexos e a proposta comercial do CONTRATADO, independente de sua transcrição.
Valor :	Pela prestação dos serviços previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 51.600,00 (Cinquenta e um mil e seiscentos reais).
Vigência.... Dotação	15/05/2015 á 31/12/2015. As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): 08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB. 08.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES 2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes- 3.3.90.00 Despesa 67 – DR 0001
SERRA ALTA, 15 de Maio de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

LEI MUNICIPAL Nº 1.027/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1.027, DE 14 DE MAIO 2015.

"AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS PARA FINS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir por meio de alienação onerosa, mediante contratos de financiamento habitacional, 63 (sessenta e três) lotes não edificadas, integrantes do Loteamento Vinhedos, aprovado pela Lei Municipal nº 989, de 17 de junho de 2014, para fins de desenvolvimento de projeto de habitação de interesse social destinado às famílias cadastradas na Secretaria da Assistência Social e contempladas com recursos dos Programas de Habitação instituído pelo Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal, serão acolhidos mediante sorteio e submetidos ao agente financeiro.

§ 1º A Construtora habilitada para a realização da obra deverá incorporar cada casa construída ao seu respectivo mutuário, devendo os mesmos amortizar o valor individual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cujo pagamento será à vista, após a liberação dos recursos do financiamento na instituição financeira.

§ 2º Os recursos obtidos com a alienação dos terrenos serão depositados pela Caixa Econômica Federal em conta específica existente para Programas de Habitação do Município, que deverá aplicá-los em investimentos vinculados a projetos habitacionais.

§ 3º As Despesas com a escrituração e registro dos Lotes serão por conta de cada mutuário beneficiado.

Art. 2º A alienação onerosa de que trata o Art. 1º se dará de acordo com a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005 e Lei Municipal nº 868/2010, que institui o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, visando a execução do projeto de habitação de interesse social, a famílias cadastradas na Secretaria de Assistência Social e que atendam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

§ 1º Não pode ter sido beneficiada por Programa Habitacional;

§ 2º Não ser proprietário de nenhum imóvel;

§ 3º Na análise dos interessados, serão considerados, preferencialmente:

I – que possuam até a data em vigor da presente Lei, medida judicial ou recomendações do Ministério Público a seu favor;

II – as famílias que possuam portadores de necessidades especiais ou idosos;

III – o maior número de filhos;

IV – mães chefes de família e ou pais cuidadores dos filhos;

V – que residam no município há no mínimo um ano até a data de sua inscrição no Cadastro de Habitação.

§ 4º Os critérios para a desclassificação por excesso de demanda, será do último critério classificado sendo retroativo, e em caso de empate será por sorteio. Em caso da demanda não atingir o número de unidades habitacionais disponíveis, as demais ficarão em aberto para outra etapa.

Art. 3º Os lotes referidos no caput do artigo 1º desta Lei, fazem parte do Loteamento de Interesse Social denominado Loteamento Vinhedos, instituído sob o imóvel da matrícula nº 3.048, do Cartório de Registro de Imóveis na Comarca de Modelo, criado pela Lei nº 989, de 17 de junho de 2014, e registrado em 13 de novembro de 2014, que reserva a rigor os Lotes Institucionais e áreas Verdes conforme a legislação vigente.

Parágrafo Único. Os Lotes que serão utilizados para a Habitação de Interesse Social são: Os Lotes nº 01 a nº 14 e nº 25 a nº 28 da Quadra nº 89; Lotes nº 01 a nº 28 da Quadra nº 90; Lotes nº 01 a nº 14 da Quadra nº 91; Lotes nº 02 a nº 04 da Quadra nº 93. Estes estão relacionados em Memorial Descritivo de fevereiro de 2015, assinado pela Engenheira Responsável Adernanda Paula dos Santos, CREA/SC – 112.602-0 em anexo, e os mesmos serão repassados às famílias habilitadas mediante sorteio.

Art. 4º Para cobrir as Despesas decorrentes da execução da presente Lei serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 14 de maio de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 040/2015

PORTARIA Nº. 040/2015 DE 13 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE REGINA FRIEDRICH PARA O CARGO DE ENGENHEIRA CIVIL, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 001/2015, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	REGINA FRIEDRICH
CPF:	051.870.269-33
RG:	4.791.259
CARGO:	ENGENHEIRA CIVIL
CARGA HORÁRIA:	20 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS.
GRUPO:	5
NÍVEL:	53 A
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VI – “admissão para suprir vaga não preenchida em concurso público”.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida em concurso público.
VIGÊNCIA:	13/05/2015 a 13/05/2016. Ou mediante realização de concurso para esta vaga, se preenchida o contrato será rescindido.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de Maio de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

ERRATA TP 59/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 59/2015
ERRATA

Na edição nº. 1733 do dia 30/04/2015 página 519 do Diário Oficial dos Municípios e Na seção 3 da edição nº 81 página 288 do Diário Oficial da União, na publicação do Extrato de Licitação de Tomada de Preços nº. 59/2015 de 29/04/2015.

Onde se lê:

Objeto: contratação de empresa especializada para a pavimentação com cauq nas ruas JOÃO QUARTIEIRO e MÁXIMO RODRIGUES DA SILVA, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico anexo do edital.

Leia-se:

Objeto: contratação de empresa especializada para a pavimentação com lajota sextavada nas ruas JOÃO QUARTIEIRO e MÁXIMO RODRIGUES DA SILVA, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico anexo do edital.

Sombrio - SC 13/05/2015

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 104/2015

PORTARIA Nº. 104/2015.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A CONTADORA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Contadora, LILIAN SANTIN, adiantamento do equivalente a 03 (três) diárias, no valor de R\$ 958,04 cada, totalizando o valor de R\$ 2.874,12 (dois mil oitocentos e setenta quatro reais e doze centavos), para sua viagem á Florianópolis, no período de 18 a 20 de Maio de 2015, com objetivos de participar do Congresso de Contadores, Controle Interno e Secretários de Finanças.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatorze de maio de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 105/2015

PORTARIA Nº. 105/2015.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA CONTROLE INTERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Controle Interno, LUCIANE PISSATTO, adiantamento do equivalente a 03 (três) diárias, no valor de R\$ 493,99 cada, totalizando o valor de R\$ 1.481,97 (Hum mil e quatrocentos e oitenta um reais e noventa sete centavos), para sua viagem á Florianópolis, no período de 18 a 20 de Maio de 2015, com objetivos de participar do Congresso de Contadores, Controle Interno e Secretários de Finanças.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatorze de maio de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 106/2015

PORTARIA Nº. 106/2015.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A ASSISTENTE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Assistente Social, SALETE TERESINHA SAUSEN, adiantamento do equivalente a 02 (duas) diárias, no valor R\$ 597,27, cada, totalizando o valor de R\$ 1.194,56, (hum mil cento e noventa quatro reais e cinquenta seis centavos), para sua viagem á Florianópolis, no período de 18 a 20 de Maio de 2015, com objetivos de participar do Congresso de Contadores, Controle Interno, Secretários de Finanças e Encontro Estadual de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatorze de maio de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 107/2015

PORTARIA Nº. 107/2015.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO GESTOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLÉSCENCIA – FIA DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Designada a Servidora Municipal Sra. CRISTIANE GISLAINE MULLER, inscrita sob a Matrícula nº. 477/01, Assistente Social do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social gestora/responsável pelo FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS.

Art. 2º. A designação de que trata o artigo 1º é efetuada tendo em vista a imperiosa e necessidade pública.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quatorze de maio de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA DE PROPOSTA TOMADA DE PREÇOS N.º 31 2015 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 31/2015 - SEMED

Às nove horas, do vigésimo terceiro dia, do mês de abril de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para abertura do envelope de proposta da empresa habilitada (EMPREENDEIROS DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP) no processo licitatório Tomada de Preços nº 31/2015 – SEMED, conforme segue:

Iniciada a sessão a Senhora Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade do envelope.

Em prosseguimento, a Senhora Presidente passou à abertura do envelope de Proposta, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos.

Da abertura do envelope de proposta, o valor total global apresentado pela empresa EMPREENDEIROS DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP foi o de R\$ 8.190,00 (oito mil cento e noventa reais).

Da análise e exame das propostas, à vista das exigências constantes do Edital, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos da proposta ao Setor de Engenharia da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, para análise dos valores e quantitativos, bem como da planilha de composição do BDI apresentado pela empresa licitante, sendo que após a emissão do parecer/análise será realizado o julgamento da empresa vencedora do certame.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pela Comissão, encaminhando-se os autos ao Setor de Engenharia para as providências de estilo. Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

PRISCILA MACEDO
Membro

ATA CREDENCIAMENTO N.º 23 2015 PMT - TORDO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 23/2015 - PMT

Às dez horas e trinta minutos, do décimo quarto dia, do mês de maio de dois mil e quinze (14/05/2015), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luíza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para abertura do envelope de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 23/2015 – PMT.

Entregou tempestivamente o envelope de Habilitação a seguinte empresa: TORDO ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL LTDA.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade.

Na sequência, a senhora presidente iniciou a abertura dos envelopes, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

Da análise contábil, realizada pela contadora Sra. Carla Moser, em relação ao item 4.2.4 (Qualificação econômico-financeira), verificou-se que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital.

Nesse sentido, analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer contábil e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela habilitação da empresa TORDO ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL LTDA., estando, portanto, credenciada para executar serviços de pavimentação das vias públicas, por sistema de mutirão, através do tipo de pavimentação lajota (tipo tijolão).

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

PRISCILA MACEDO
Membro

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 05 2015 SAMAE - REAGENTES E PRODUTOS QUÍMICOS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 05/2015 - SAMAE

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de reagentes e produtos para o laboratório da Estação de Tratamento de Água (repetição parcial do pregão presencial n.º 30/2014 SAMAE, com alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 01 de junho de 2015. ABERTURA: dia 01 de junho de 2015 as 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 13/05/2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 10 2015 FCT - LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA EVENTOS DA 25ª FESTA DO IMIGRANTE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 10/2015 - FCT

OBJETO: contratação de empresa(s) para locação de estrutura para eventos com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida, e acompanhamento técnico durante todo o evento, com montagem e desmontagem, para a 25ª Festa do Imigrante de Timbó, que acontecerá nos dias 09 a 12 de outubro de 2015, no Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 08 de junho de 2015. ABERTURA: dia 08 de junho de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 14/05/2015

Jorge R. Ferreira

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 41/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 41/2015.
EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2015.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna publico que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 03 de junho de 2015, Documentação e Propostas para PAVIMENTAÇÃO, sendo: LOTE 01) na Rua Benedito Cordeiro num total de 239,13 metros lineares, valor orçado de R\$ 323.198,24 sendo R\$ 245.850,00 provenientes do Contrato de Repasse nº. 1.016.347-96/2014 MCIDADES/CAIXA e o saldo com recursos próprios do município; e LOTE 02) na Rua Donald Haack (valor estimado R\$ 170.578,91) (área de 1.095 m2) e na Rua Lendário da Silva (valor estimado R\$ 102.434,87) (área de 752 m2) com recurso da ordem de R\$ 245.850,00 proveniente do Contrato de Repasse nº. 1.017.286-06/2014 MCIDADES/CAIXA e o saldo com recursos próprios do município; em conformidade com as disposições contidas no edital.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 03 de junho de 2015. Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 - Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 11 de maio de 2015.
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL
SALVADOR DE MAIO NETO - JURIDICO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 42/2015.

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 42/2015 - Edital Pregão nº. 36/2015.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 27 de maio de 2015, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS DE POSTES DE CONCRETO 7/100, de acordo com as disposições contidas no edital.
Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 27 de maio de 2015.
Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 11 de maio de 2015.
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL
NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 43/2015.

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 43/2015 - Edital Pregão nº. 37/2015.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº

8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 14 h e 00 min. do dia 27 de maio de 2015, Propostas para “REGISTRO DE PREÇOS DE PASSAGENS INTERMUNICIPAIS” destinadas ao atendimento de pacientes que necessitam tratamento de saúde especializado fora do município e ou para pessoas carentes.
Sistema de entrega: diariamente, conforme solicitação do contratante.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 27 de maio de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 11 de maio de 2015.
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL
NILTON AVANIR HURMUS– PREGOEIRO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 44/2015.

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 44/2015 - Edital Pregão nº. 38/2015.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 28 de maio de 2015, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS DE persianas de PVC, de acordo com as disposições contidas no edital.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 28 de maio de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 11 de maio de 2015.
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL
NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 45/2015.

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 45/2015 - Edital Pregão nº. 39/2015.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 10 h e 00 min. do dia 28 de maio de 2015, Propostas para “Registro de Preço de Materiais Expediente”, destinados aos diversos setores da Prefeitura Municipal.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 29 de maio de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro

– Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 11 de maio de 2015.
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL
NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 46/2015.

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 46/2015 - Edital Pregão nº. 40/2015.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 28 de maio de 2015, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS para locação de brinquedos tipo cama elástica, piscina de bolinhas e brinquedos infláveis, de acordo com as disposições contidas no edital.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 28 de maio de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 11 de maio de 2015.
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL
NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 47/2015.

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 47/2015 - Edital Pregão nº. 41/2015.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 15 h e 00 min. do dia 28 de maio de 2015, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS para serviços de divulgação com som de rua, de acordo com as disposições contidas no edital.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 15 h e 00 min. do dia 28 de maio de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 11 de maio de 2015.
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL
NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 48/2015.

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 48/2015 - Edital Pregão nº. 42/2015.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 16 h e 00 min. do dia 28 de maio de 2015, Propostas para REGISTRO DE PREÇOS para locação de toldos, de acordo com as disposições contidas no edital.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 16 h e 00 min. do dia 28 de maio de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 11 de maio de 2015.
ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL
NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 36-2015

EXTRATO DE CONTRATO 36/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: CONSTRUTORA BASALTO IND E COM LTDA – ME.

OBJETO: Referente a serviços prestados no levantamento planialtimétrico para fins de As Built de obra, compreendendo a medição de trabalhos de Levantamento de Terraplanagem executada, Levantamento de Pavimentação executada, Levantamento de Rede de água Potável executada e Rede de Energia Elétrica executada, junto ao Novo Centro de Eventos do Município de Treze Tílias.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2015: 09.01.2.017.33.90.00.00.00.00.

VALOR: O valor total estimado para a contratação é de R\$14,800. (Quatorze mil e oitocentos reais)

PROCESSO LICITATORIO: Dispensa de Licitação 35-2015.

VIGÊNCIA: 20 dias a partir da data de assinatura.

DATA ASSINATURA: 05/05/2015.

TREZE TÍLIAS, 05 de Maio de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 35/2015

EXTRATO DE CONTRATO 35/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: FOCALLE ENGENHARIA VIARIA LTDA

OBJETO: Locação de forma parcelada de equipamentos para monitoramento eletrônico de trânsito no perímetro urbano do município de Treze Tílias, com emissão de provas visuais do cometimento de infrações, em regime de execução indireta, de acordo com as características mínimas descritas no item Anexo I, em conformidade com o Termo de Referência, Anexo VI do edital, e Estudo Técnico.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias: 05.02.2006.33.90.00.00.00.00.00.

VALOR: O valor ora contratado é de R\$ 289.000,00 (Duzentos e oitenta e nove mil reais).

PROCESSO LICITATORIO: Pregão Presencial 31/2015.

VIGÊNCIA: 12 meses a contar da data de assinatura.

DATA ASSINATURA: 05/05/2015.

TREZE TÍLIAS, 05 de Maio de 2015.

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FMS N. 07/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 07/2015
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 07/2015
Tipo : Menor Preço Global
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA, PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC.
Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 28 de maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 14:15 horas do dia 28 de maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, fone (049) 3348 1202, ou através do e-mail: administracao@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 14 de maio de 2015.
VITÓRIO GUBERT
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO N. 35/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 35/2015
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº.: 35/2015
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE MEIO FIO EM CONCRETO, PARA ACABAMENTO DOS PASSEIOS PÚBLICOS E DELIMITAÇÃO DA PISTA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL N.º 890, DE 18 DE ABRIL DE 2011, VISAND POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 28 de Maio de 2015.
Abertura dos Envelopes : 09:15 horas do dia 28 de Maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (049) 3348 1202, ou através do e-mail: administracao@uniaodoeste.sc.gov.br .
União do Oeste - SC, 14 de maio de 2015.
EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

PREFEITURA

CONTRATO N. 164/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 164/2015

Processo de Licitação: 31/2015/PMU

Data de Assinatura: 13/05/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: DARCIONEI BAESSO - ME

CNPJ: 81.820.821/0001-76

Objeto: prestação de serviços e material para manutenção elétrica de veículos da frota municipal

Valor Global: R\$ 28.223,10

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02, DE 06 DE MAIO DE 2015.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Daniela Piacentini Visintim, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que dispõe o art. 37, da Lei Orgânica Municipal, e o art. 341, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02, de 06 DE MAIO DE 2015.

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE URUSSANGA, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Urussanga, relativas ao exercício de 2013, conforme Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nos autos do Processo nº PCP-14/00097441, exarado em 06 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga/SC, 06 de maio de 2015.

Vereadora Daniela P. Visintim

Presidente

Vereador Marcos Roberto Silveira

Vice-Presidente

Vereadora Izoete D. V. Gastaldon

Primeira Secretária

Vereador João Batista Bom

Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, aos seis dias do mês de maio de dois mil quinze.

Vereadora Izoete D. V. Gastaldon

Primeira Secretária

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: 05/2015

Data da Assinatura: 01/05/2015

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Sebold Desenvolvimento Web Design Ltda

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CNPJ Contratada: 10.790.810/0001-42
Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação
Base Legal: Art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93
Objeto: Implantação, sob regime de execução direta, do Portal "WebCâmara" na Câmara Municipal de Urussanga
Valor: R\$ 5.238,72 (cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e setenta e dois centavos)
Término do Contrato: 30/04/2016
Dotação Orçamentária: Despesa 2.001 / Elemento 3.3.90.39.11.00.00.00

MOÇÃO Nº 01/2015

MOÇÃO

A Câmara Municipal de Urussanga, por meio de proposição subscrita por todos os Vereadores, consignou em seus anais o envio à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

MOÇÃO DE APOIO À APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL PEC/0001.0/2015, COM O SEGUINTE TEOR:

"A Câmara Municipal de Urussanga, aprovando proposição subscrita por todos os Vereadores, manifesta apoio à aprovação da proposta de Emenda Constitucional PEC/0001.0/2015, considerando que a destinação ao Fundo Estadual de Saúde, dos recursos oriundos do duodécimo dos Poderes Legislativo e Judiciário, do ministério Público e do Tribunal de Contas, devolvidos espontaneamente ao Poder Executivo, favorecerá a execução de políticas sociais e econômicas que visem à garantia do acesso ao direito social à saúde, com qualidade, aos cidadãos catarinenses."

Urussanga(SC), 06 de maio de 2015.

Vereadora Daniela P. Visintim
Presidente

Vereador Marcos R. Silveira
Vice-Presidente

Vereadora Izolete D. V. Gastaldon
1ª Secretária

Vereador João Batista Bom
2º Secretário

Vereador Elson Roberto Ramos

Vereador Odivaldo Bonetti

Vereador Omero De Bona

Vereador Rozemar Sebastião

Vereadora Vanir Z. M. Cacciatori

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.981/15

DECRETO Nº 11.981/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARCIO CORDOVA COELHO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.982/15

DECRETO Nº 11.982/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CESARINO BORGIO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.999/15

DECRETO Nº 11.999/15, DE 06 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Assessor de Usina de Asfalto.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, AMARILDO ARAUJO DOS SANTOS, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Usina de Asfalto, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2015.

Videira, 06 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.011/15

DECRETO Nº 12.011/15, DE 07 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MAYNARA GUILL, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e

remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.018/15

DECRETO Nº 12.018/15, DE 11 DE MAIO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.220/2015, de 08 de abril de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação

01 – Departamento de Educação

2.031 – Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 200.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 220.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação

01 – Departamento de Educação

2.031 – Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 200.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 20.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 220.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.019/15

DECRETO Nº 12.019/15, DE 12 DE MAIO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.714/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 7904/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.714/15, que nomeou MARTHA SCHROR, para exercer o cargo de Agente Social, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.020/15

DECRETO Nº 12.020/15, DE 12 DE MAIO DE 2015.

Nomeia Agente Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, KAUANE DE ALMEIDA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Social, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/15 - SAÚDE

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, DE 14 DE MAIO DE 2015.

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.039.842/0001-84, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, Bairro Alvorada, Videira, SC, CEP 89560-000, neste ato representado por seu Prefeito, senhor WILMAR CARELLI, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização Concurso Público de Provas Escritas, para preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde. Este Concurso Público reger-se-á Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e alterações, Lei Complementar Municipal nº 118/11 e alterações e Decreto nº 10.011/12, de 27 de abril de 2012, pelas normas estabelecidas neste Edital e será executado pela empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dr. Maruri, 1.204, Sala A, Centro, no Município de Concórdia, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

1. DOS CARGOS

1.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com carga horária semanal, vencimento inicial e nível de escolaridade descritos nos mesmos.

1.2. As atribuições/condições dos cargos estão descritas no Anexo I deste Edital.

2. DAS VAGAS PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

2.1. São reservadas às pessoas portadoras de deficiência, 5% (cinco por cento) das vagas do cargo oferecido ou das que vierem a surgir no prazo de validade do concurso, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

2.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2.2. Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e alteração.

2.3. O candidato portador de deficiência participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos ao disposto nos itens 3.3 e 3.4 deste Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições estarão abertas no período de 18 de maio a 16 de junho de 2015, somente via internet, pelo site www.assconpp.com.br.
3.1.1. Os candidatos sem acesso à internet poderão dispor de equipamentos e ter ajuda de pessoal treinado para orientar a sua inscrição na Biblioteca Municipal Euclides da Cunha, no horário das 8h30min às 11h30min e 14h às 16h30min, localizada na Rua Campos Novos, nº 135, Bairro Matriz, Videira, SC.

3.2. O candidato deverá:

3.2.1. preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo via internet;

3.2.2. imprimir o boleto bancário;

3.2.3. efetuar o pagamento da inscrição, de acordo com o valor previsto no item 4 deste Edital, utilizando o boleto bancário, até o dia 16 de junho de 2015, em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas ou via internet até às 23h59min.

3.2.4. O candidato portador de deficiência deverá descrever as condições especiais de que necessita para realizar a prova quando do preenchimento de sua inscrição, via internet.

3.2.4.1. O candidato portador de deficiência visual que solicitar provas e o cartão-resposta com letras ampliadas, receberá os mesmos com tamanho de letra correspondente à fonte 24 (vinte e quatro), sendo que a leitura e marcação de respostas no cartão-resposta será de sua responsabilidade.

3.3. O candidato portador de deficiência deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital e até 16 de junho de 2015, apresentar à Comissão Fiscalizadora do Concurso, através de requerimento protocolizado no Setor de Protocolo do Município de Videira, SC:

3.3.1. atestado médico, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital, que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças – CID e a provável causa da mesma;

3.3.2. Anexo IV deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém declaração de que a deficiência não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo e declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

3.4. O candidato portador de deficiência que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de deficiência, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.5. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a aplicação da prova objetiva deverá solicitar a condição especial no ato da inscrição, pelo site www.assconpp.com.br e levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado e diferente do local onde a prova estiver sendo realizada.

3.5.1. A amamentação se dará nos momentos que se fizerem necessários, sem a presença do acompanhante.

3.5.2. Não será concedido nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dedicado à amamentação.

3.5.3. A ausência do acompanhante para a guarda da criança impossibilitará a candidata de ausentar-se da prova escrita para amamentar.

3.6. Terá a inscrição cancelada, o candidato que efetuar o pagamento da inscrição com cheque sem provisão de fundos ou outra irregularidade que impossibilite sua compensação.

3.6.1. O Município de Videira não efetuará a devolução do valor de inscrição em nenhuma hipótese.

3.6.2. As despesas relativas à participação neste Concurso Público são de inteira responsabilidade do candidato.

3.7. O Município de Videira não se responsabilizará por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado no subitem 3.2.2 deste Edital.

3.8. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinam o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

3.9. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.10. A inscrição só poderá ser efetuada para um cargo deste Concurso Público.

3.11. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas as exigências, no dia 22 de junho de 2015, a Comissão Fiscalizadora do Concurso publicará a listagem preliminar dos inscritos, forma disposta no item 11.1 deste Edital.

3.11.1. A inscrição somente será efetivada após o pagamento do valor da inscrição, conforme item 3.2.3 deste Edital. O comprovante de pagamento confirma a inscrição do candidato.

3.12. No dia 26 de junho de 2015, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Prefeito Municipal e publicada na forma disposta no item 11.1 deste Edital.

4. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

4.1. O valor para inscrição e participação neste Concurso Público é de R\$ 100,00 (cem reais).

5. DAS PROVAS

5.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas – Anexos II e III deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer, através de prova escrita objetiva, de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, com 4 (quatro) alternativas de resposta cada, sendo que apenas 1 (uma) única alternativa estará correta, a ser aplicada para todos os candidatos.

5.1.2. Serão considerados classificados apenas os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na Prova Escrita Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.

5.2. A prova escrita terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), utilizando-se 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

6. DA REALIZAÇÃO DA PROVA E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. A data provável para realização da Prova Objetiva é o dia 5 de julho de 2015 (data sujeita a alteração), com início às 8h30min e término às 11h30min, em local a ser definido e publicado por meio de Edital, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da realização, nos sites www.assconpp.com.br e www.videira.sc.gov.br e afixado no mural do Paço Municipal.

6.1.1. O tempo de duração da prova objetiva é de até 3 (três) horas.

6.2. A realização da prova escrita dar-se-á conforme disposto no Anexo III deste Edital.

6.3. O gabarito provisório e o caderno de questões da prova escrita objetiva serão disponibilizados, no dia 5 de julho de 2015, a partir das 19h, no site www.assconpp.com.br.

6.4. No dia 13 de julho de 2015 será publicado o gabarito definitivo, observado o disposto no item 11.1 deste Edital, e a lista dos classificados.

6.5. O conteúdo programático da prova escrita objetiva está descrito no Anexo II deste Edital.

6.6. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

6.6.1. com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste concurso, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso;

6.6.2. que obtiver melhor nota nas questões de Conhecimentos Específicos;

6.6.3. que obtiver melhor nota nas questões de Língua Portuguesa;

6.6.4. que obtiver melhor nota nas questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

6.6.5. com maior idade (contada na data de abertura das inscrições).

6.6.6. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência, na forma do item 11.1 deste Edital.

6.7. O não comparecimento do candidato na prova escrita objetiva, na forma disposta no subitem 6.1, implicará sua desclassificação do Concurso.

6.8. As notas finais das provas escritas objetivas, com a respectiva classificação dos aprovados, serão publicadas nos locais indicados no item 11.1 deste Edital, no dia 13 de julho de 2015.

6.9. A lista dos aprovados, homologada pelo Prefeito Municipal, será publicada no dia 17 de julho de 2015, nos locais previstos no item 11.1 deste Edital.

7. DO REGIME JURÍDICO

7.1. Os aprovados e habilitados e classificados neste Concurso Público serão admitidos sob o regime jurídico estatutário, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Videira, SC, e serão filiados ao Regime Próprio de Previdência – RPPS INPREVID.

8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

8.1.1. do presente Edital;

8.1.2. do não deferimento do pedido de inscrição;

8.1.3. da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

8.1.4. da classificação final.

8.2. Os recursos provenientes deste Edital deverão ser efetuados pelo site www.assconpp.com.br, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da publicação do ato que deu causa.

9. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA

9.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir, mediante fornecimento de cópias legíveis dos seguintes documentos, acompanhados dos originais quando necessário, observando o disposto no subitem 10.4 deste Edital:

I – ser brasileiro nato ou naturalizado;

II – ter completado dezoito anos;

III – estar no gozo dos direitos políticos;

IV – ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação e estar quite com as obrigações eleitorais;

V – possuir os requisitos de escolaridade exigidos para o seu exercício;

VI – atender às exigências especiais para seu provimento, previstos na legislação específica de âmbito municipal;

VII – não ter sido demitido de serviço público Federal, Estadual ou Municipal, com impedimento de exercer função pública;

VIII – apresentar os seguintes documentos: a) Carteira de Trabalho; b) PIS/PASEP; c) 1 (uma) foto 3x4; d) Comprovante de Residência;

e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda; f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos; g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum); h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso); i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);

IX – apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial. a) Avaliação Cardiológica; b) Avaliação Neurológica; c) RX Tórax; d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas; e) Hemograma; f) VDRL; g) ABO RH; h) Glicemia; i) Ex. Quant. Urina; j) EPF; k) Avaliação Audiométrica.

9.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos do item 9 deste Edital serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a nomeação.

9.3. Os documentos previstos no item 9 deste Edital deverão ser apresentados no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados data da convocação, sob pena de se tornar sem efeito a nomeação.

9.4. O não cumprimento dos requisitos necessários impossibilitará a nomeação do candidato.

10. DA VALIDADE DO CONCURSO

10.1 O Concurso terá validade por 2 (dois) anos a partir da data de homologação final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município de Videira, SC.

10.2. A aprovação neste Concurso não caracterizará direito à nomeação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade do Município de Videira, SC, respeitada a classificação obtida.

10.3. Não poderão participar do Concurso Público os membros de quaisquer das comissões deste Concurso e os profissionais responsáveis pela elaboração da prova escrita, assim como seus parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau.

10.4. O candidato aprovado que não se apresentar no setor de Recursos Humanos do Município de Videira, SC, no prazo de 30 (trinta) dias contados da sua convocação, comprovando todas as condições e exigências dispostas no item 9 deste Edital, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada neste Concurso, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte.

10.4.1. A convocação dos candidatos será feita por carta registrada, com base nos dados informados na ficha de inscrição ou posteriormente atualizados. É responsabilidade exclusiva do candidato manter seus dados atualizados.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, os gabaritos e os cadernos de questões da prova escrita objetiva, a lista de classificados, suas respectivas homologações e demais atos provenientes deste Edital de Concurso, serão publicados no mural interno da Prefeitura de Videira, SC, e nos sites www.assconpp.com.br e www.videira.sc.gov.br.

11.1.1. A homologação da lista dos aprovados, além dos locais anteriores, será publicada em jornal de circulação local, do Município de Videira, SC, e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

11.1.2. O caderno de questões e o gabarito serão publicados apenas nos sites www.assconpp.com.br e www.videira.sc.gov.br.

11.2. A critério do Município de Videira, SC, e mediante ato justificado, de interesse público, poderá ser chamado número maior de classificados do que a vaga contida neste Edital.

11.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado, na forma do item 11.1 deste Edital.

11.4. É de responsabilidade dos candidatos acompanharem as publicações relativas a este Edital de Concurso Público pelos sites www.assconpp.com.br, www.videira.sc.gov.br e www.diariomunicipal.com.br.

11.5. Os casos não previstos, relativos à realização deste Concurso, serão resolvidos pela Comissão Fiscalizadora, designada pela Administração Municipal de Videira, SC, pela Portaria nº 0200/2015, de 20 de março de 2015, juntamente com a Empresa ASSCON-PP.

11.6. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Concurso Público de que trata este Edital é o da Comarca de Videira, SC.

11.7. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

11.7.1. Anexo I – Quadro de vagas a serem preenchidas e atribuições/condições de trabalho dos cargos;

11.7.2. Anexo II – Conteúdo programático da prova escrita;

11.7.3. Anexo III – Normas para realização das provas;

11.7.4. Anexo IV – Declaração para candidatos portadores de deficiência;

11.7.5. Anexo V – Cronograma.

Videira, SC, 14 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito de Videira, SC

ANEXO I

Título I**QUADRO DE VAGAS A SEREM PREENCHIDAS**

Cargo	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial – R\$	Nível de Escolaridade
Médico	10	40h	14.872,20	Nível Superior em Medicina com registro no respectivo órgão de classe
Médico Ginecologista/Obstetra	4	20h	8.498,40	Nível Superior em Medicina com especialização em ginecologia e obstetrícia e registro no respectivo órgão de classe
Médico Pediatra	4	20h	8.498,40	Nível Superior em Medicina com especialização em pediatria e registro no respectivo órgão de classe
Médico Psiquiatra	1	20h	8.498,40	Nível Superior em Medicina com especialização em psiquiatria e registro no respectivo órgão de classe

Título II**ATRIBUIÇÕES/CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CARGOS****MÉDICO**

1. Prestar atendimento clínico a níveis de unidades básicas de saúde a pacientes em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos;

2. Atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados pelo enfermeiro classificador de risco;

3. Realizar consultas e procedimentos nas unidades de saúde, quando necessário, no domicílio do paciente;

4. Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico;

5. Prestar assistência aos casos básicos de manifestação de doenças e perturbações mentais, solicitando apoio da equipe de saúde mental, quando necessário;

6. Prescrever medicamentos observando a padronização de condutas médicas e de uso de medicamentos da Prefeitura Municipal;

7. Registrar corretamente os dados referentes ao atendimento médico, utilizando o Boletim de Atendimento Médico Diário, o Boletim de Atendimento Médico Mensal e demais formulários;

8. Incentivar e participar ativamente na formação e acompanhamento dos grupos na comunidade (gestantes, nutrizes, CLIS e outros);
9. Participar e contribuir com as ações de saúde destinadas aos escolares da rede municipal de ensino;
10. Realizar atendimento individual, coletivo e matricial para pacientes em todas as faixas etárias e para todos os tipos de problemas dentro da complexidade do nível de atenção da sua atuação, inclusive de situações emergenciais e inesperadas;
11. Realizar consultas e procedimentos nas unidades de saúde, quando necessário, no domicílio do paciente;
12. Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
13. Encaminhar o paciente aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;
14. Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
15. Verificar e atestar óbito;
16. Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários, analisar e interpretar seus resultados; emitir diagnósticos; prescrever tratamentos; orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão;
17. Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar, caso indicado;
18. Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social;
19. Dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da Prefeitura Municipal;
20. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;
21. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade;
22. Obedecer ao Código de Ética Médica;
23. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA

1. Realizar consultas clínicas e examinar os pacientes fazendo inspeção, palpação e toque, para avaliar as condições gerais dos órgãos;
2. Realizar consultas e procedimentos nas unidades de saúde, quando necessário, no domicílio do paciente;
3. Encaminhar os pacientes aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra referência;
4. Realizar exames específicos de colposcopia, colpocitologia utilizando colposcópio e lâminas, para fazer diagnóstico preventivo de afecções genitais e orientação terapêutica;
5. Fazer cauterização do colo uterino, empregando termacautério ou outro processo, para tratar as lesões existentes;
6. Realizar assistência integral à saúde da mulher, inclusive com avaliação ginecológica, exame preventivo do câncer ginecológico e mamas e coleta de material para colcocitopatologia oncológica, quando indicado;
7. Participar da equipe de Saúde Pública, propondo ou orientando condutas, para promover programas de prevenção do câncer ginecológico e das mamas ou de outras doenças que afetam a área genital;
8. Colher secreções vaginais ou mamárias, para encaminhá-las a exame laboratorial, para auxiliar no diagnóstico;
9. Fazer a anamnese, exame clínico e obstétrico e requisitar ou realizar testes de laboratório, valendo-se de técnicas usuais, para compor o quadro clínico da paciente e diagnosticar a gravidez;
10. Requisitar exames de sangue, fezes e urina e interpretar os resultados dos mesmos, comparando-os com os padrões normais, para prevenir e/ou tratar anemias, sífilis, parasitoses;
11. Controlar a evolução da gravidez, realizando exames periódicos, verificando a mensuração uterina, o foco fetal, a pressão arterial e o peso para prevenir ou tratar as intercorrências clínicas ou obstétricas;
12. Prescrever medicamentos observando a padronização de condutas médicas e de uso de medicamentos da Prefeitura Municipal;
13. Indicar o tipo de parto atentando para as condições de pré-natal ou do período de parto, para assegurar resultados satisfatórios;
14. Realizar o exame pós-natal, fazendo a avaliação clínica e ginecológica, para verificar a recuperação do organismo materno;
15. Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
16. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;
17. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade;
18. Obedecer ao Código de Ética Médica;
19. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

MÉDICO PEDIATRA

1. Prestar atendimento de passíveis de tratamento a níveis de pronto atendimento e unidades básicas de saúde pediátrico, em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos;
2. Realizar consultas e procedimentos nas unidades de saúde e, quando necessário, no domicílio do paciente;
3. Encaminhar o paciente aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;
4. Em caso de urgência e emergência, na falta de um médico clínico no local, ou em caso de real necessidade de atendimento rápido a pacientes com risco de vida, deve o médico pediatra atender o paciente sem distinção de idade, até que outro profissional assuma o caso;
5. Atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados pelo enfermeiro;
6. Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários, analisar e interpretar seus resultados, emitir diagnósticos, prescrever tratamentos, orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão;
7. Prescrever medicamentos observando a padronização de condutas médicas e de uso de medicamentos da Prefeitura Municipal;
8. Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar, caso indicado;
9. Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico;

10. Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico;
11. Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
12. Dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da administração;
13. Realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela Secretaria Municipal de Saúde;
14. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;
15. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade;
16. Obedecer ao Código de Ética Médica;
17. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

MÉDICO PSIQUIATRA

1. Promover ações em saúde que propicie o bem estar dos usuários, efetuando atendimentos médicos, nos diferentes níveis de atenção;
2. Emitir pareceres. Prescrever medicamentos e outros, utilizando-se da medicina preventiva e/ou terapêutica;
3. Prestar a plena atenção aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde, encaminhando pacientes para atendimento especializado, requerendo pareceres técnicos (contra referência) e ou exames complementares, analisando e interpretando exames diversos, para estabelecer o diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento, em conformidade com os ditames do código de ética médica do Conselho Federal de Medicina;
4. Manter o registro dos usuários atendidos (prontuário), incluindo a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução, procedimentos tomados, a fim de efetuar a orientação terapêutica adequada;
5. Emitir atestados de saúde, aptidão física e mental, óbito e outros em acordo com sua atribuição técnica com a finalidade de atender determinações legais. Prestar informações e orientações à população, visando proporcionar troca de conhecimentos, divulgar fatores de riscos e outros, participando dos grupos e/ou reuniões comunitárias;
6. Realizar exames de sanidade mental quando for solicitado;
7. Participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas, discussão de casos, reuniões administrativas, visitas domiciliares etc.
8. Difundir os conhecimentos médicos preparando material didático, promovendo aulas, palestras, desenvolvendo pesquisas, participando de encontros, congressos e demais eventos na área;
9. Solicitar, quando necessário, exames complementares e pareceres de especialistas para melhor elucidação dos casos;
10. Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental.
11. Dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da Instituição.
12. Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência
13. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade
14. Obedecer ao Código de Ética Médica.
15. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho e executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;
16. Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade;
17. Obedecer ao Código de Ética Médica;
18. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

CONHECIMENTOS COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de textos. Emprego do sinal indicativo da crase. Divisão silábica. Acentuação gráfica. Encontros vocálicos, consonantais e dígrafos. Morfologia: classes de palavras: classificação, flexões, emprego (artigo, numeral, adjetivo, pronome, verbo, substantivo, preposição e conjunção) Estrutura e formação das palavras (radicais, prefixos, sufixos, desinências). Pontuação. Sintaxe de concordância (nominal e verbal), de regência (nominal, verbal) e de colocação (pronominal). Frase, oração e período. Termos da oração: essenciais, integrantes, acessórios. Período simples e composto: a coordenação e a subordinação. Orações coordenadas e subordinadas: assindéticas, sindéticas, substantivas, adjetivas, adverbiais e reduzidas

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais e atuais do Município de Videira (SC). Atualidades econômicas e políticas, em nível local e nacional

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MÉDICO: Legislação: Lei Orgânica do Município.; Estatuto do Servidor Público Lei Complementar Nº 129/12, De 14 De Dezembro De 2012; Políticas de Saúde: Políticas de Saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS) e municipalizações. Constituição Federal de 1988: Seção II da Seguridade Social, Título VIII da Ordem Social, Lei Orgânica de Saúde nº 8080/90 e suas posteriores alterações. Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde - seus princípios, suas diretrizes e seu arcabouço legal; As normas operacionais do SUS; A questão do controle social; O paradigma da promoção da saúde; A estratégia de saúde da família - sua evolução, seus princípios e sua aplicação. Municipalização da Saúde. Situação da Saúde no Brasil. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Clínica Médica: Prontuário Médico; Reanimação Cardiorrespiratória; Preenchimento de Declaração de Óbito; Doenças de Notificação Compulsória; Noções de Farmacologia; Emergências hospitalares; Conceitos Fundamentais das Diversas Especialidades Clínicas. Ações de Vigilância Epidemiológica e Imunização. Noções Básicas de Toxicologia Ambiental e Saúde Ocupacional. Noções Básicas de

Urgência/Emergência na Prática Médica. - Reanimação Cardiorrespiratória-cerebral. Emergência Hipertensiva. Infarto agudo do miocárdio. Arritmias cardíacas paroxísticas. Insuficiência cardíaca. Edema agudo de pulmão. Insuficiência respiratória. Pneumonias. Insuficiência renal aguda. Emergências urológicas: cólica nefrética, retenção urinária, hematuria e infecções. Hemorragia digestiva. Enterocolopatias. Colecistite aguda. Lesões agudas da mucosa gastroduodenal. Meningites. Septicemias. Profilaxia de raiva e tétano. Descompensações no paciente diabético. Acidente vascular cerebral. Estado epilético. Intoxicações agudas. Acidentes por animais peçonhentos. Choque. Traumatismo crânio encefálico. Traumatismo abdominal. Traumatismo torácico. Embolia pulmonar. Ressuscitação cardiopulmonar Acesso vascular: indicações e técnicas. Distúrbios do equilíbrio ácido-básico: interpretação de gasometria arterial. Desequilíbrio hidro-eletrolítico. Conduta quanto a ferimentos superficiais: indicação de sutura, antibioticoterapia, profilaxia antitetânica e antirrábica. O paciente politraumatizado: avaliação inicial; tratamento do choque hemorrágico; avaliação inicial do traumatismo crânio-encefálico. Doenças cardiovasculares: avaliação inicial de precordialgias; infarto do miocárdio; insuficiência cardíaca congestiva e edema agudo de pulmão; embolia pulmonar; emergência hipertensiva; insuficiência arterial aguda; trombose venosa profunda. Doenças respiratórias: pneumonias, tuberculose, pneumotórax, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, avaliação do paciente com hemoptise. Doenças do aparelho digestivo: esofagites; corpo estranho no esôfago; doença ulcerosa péptica; sangramento digestivo alto e baixo; avaliação inicial do abdome agudo; apendicite; megacolo, vôlvo de sigmoide; diarreias agudas; pancreatites agudas e crônicas; colecistites; hepatopatias agudas e crônicas. Doenças do aparelho gênito-urinário: infecções alta e baixa; litíase; orquiepididimites; insuficiência renal aguda e crônica. Ginecologia e obstetrícia: avaliação inicial de sangramento vaginal e infecção urinária durante a gravidez. Doenças infectocontagiosas: DST. AIDS, meningites virais e bacterianas, meningococcemia, tétano, choque séptico. Doenças do sistema endócrino: cetoacidose diabética, descompensação diabética hiperosmolar. Doenças neurológicas: AVC, epilepsias. Oftalmologia e otorrinolaringologia: sinusites, diagnóstico diferencial de hiperemias oculares. Urgências e emergências: reanimação cardiopulmonar. Avaliação e tratamento inicial do paciente em choque. Imobilizações e cuidados no local do acidente. Atendimento inicial ao paciente traumatizado. Diagnóstico e tratamento inicial das emergências diabéticas. Anafilaxia e reações alérgicas agudas. Controle agudo da dor. Diagnóstico e tratamento inicial das síndromes coronárias agudas. Diagnóstico e tratamento inicial da embolia de pulmão. Insuficiência respiratória aguda. Hemorragias digestivas. Anestesia para realização de suturase drenagem de abscessos. Principais problemas médicos relacionados aos idosos. Rastreamento de doenças cardiovasculares e do câncer. Prevenção do câncer. Exame periódico de saúde. Promoção da saúde: controle da obesidade, tabagismo e vacinação.

MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA: Lei Orgânica do Município; Estatuto do Servidor Público Lei Complementar Nº 129/12, De 14 De Dezembro De 2012; Políticas de Saúde: Políticas de Saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS) e municipalizações. Constituição Federal de 1988: Seção II da Seguridade Social, Título VIII da Ordem Social, Lei Orgânica de Saúde nº 8080/90 e suas posteriores alterações. Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde - seus princípios, suas diretrizes e seu arcabouço legal; As normas operacionais do SUS; A questão do controle social; O paradigma da promoção da saúde; A estratégia de saúde da família - sua evolução, seus princípios e sua aplicação. Municipalização da Saúde. Situação da Saúde no Brasil. Código de Ética Médica Estadiamento do câncer genital e mamário. Câncer do colo uterino. Hiperplasia endometrial. Carcinoma do endométrio. Câncer de ovário. Síndrome do climatério. Osteoporose pós menopáusica. Distúrbios do sono no climatério. Acompanhamento do paciente sob reposição hormonal. Fisiologia menstrual. Amenorreia. Disfunção menstrual. Anovulação crônica. Dismenorreia. Síndrome pré-menstrual. Endometriose. Hiperprolactinemia. Tumor de ovário com atividade endócrina. Citopatologia genital. Lesões benignas da vulva e da vagina. Lesões benignas do colo uterino. Cervicites. Infecção do trato genital inferior pelo HPV: Diagnóstico e tratamento. Métodos moleculares de diagnóstico em patologia do trato genital inferior. Corrento genital. Infecção genital baixa. Salpingite aguda. Dor pélvica crônica. Doenças benignas do útero. Prolapso genital e roturas perineais. Incontinência urinária de esforço. Infecção urinária na mulher. Bexiga hiperativa. Câncer de mama. Mamografia e USG (indicações, técnicas e interpretação). Lesões não palpáveis de mama: diagnóstico e conduta. Terapêutica sistêmica do carcinoma de mama. Neoplasias benignas de mama: fibroadenoma, papiloma e tumores filodes. Alteração funcional benigna da mama. Mastites e cistos mamários. Fluxos papilares. Mastalgias cíclicas e acíclicas. Procedimentos invasivos em mastologia. Ultrassom de mama: indicação e técnica. Procedimentos invasivos dirigidos pela mamografia e ultrassom.

MÉDICO PEDIATRA: Lei Orgânica do Município; Estatuto do Servidor Público Lei Complementar Nº 129/12, De 14 De Dezembro De 2012; Políticas de Saúde: Políticas de Saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS) e municipalizações. Constituição Federal de 1988: Seção II da Seguridade Social, Título VIII da Ordem Social, Lei Orgânica de Saúde nº 8080/90 e suas posteriores alterações. Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde - seus princípios, suas diretrizes e seu arcabouço legal; As normas operacionais do SUS; A questão do controle social; O paradigma da promoção da saúde; A estratégia de saúde da família - sua evolução, seus princípios e sua aplicação. Municipalização da Saúde. Situação da Saúde no Brasil. Código de Ética Médica Crescimento e desenvolvimento. Icterícia neonatal. Infecções perinatais. Imunizações. Anemias carenciais e anemias hemolíticas. Púrpuras, tumores comuns na infância. Doenças de notificação compulsória. Infecções de vias superiores. Infecções de vias aéreas inferiores. Asmabronquica. Patologias alérgicas na infância. Distúrbios hidroeletrólíticos e ácido-básico. Terapia de hidratação oral e parenteral. Síndrome da má absorção aguda e crônica. Infecção urinária. Glomerulites e hipertensão arterial. Osteoartrites. Infecções de partes moles. Antibioticoterapia. Doenças parasitárias. Queimaduras. Intoxicações exógenas. Hepatites. Doenças do tecido conjuntivo. Doenças exantemáticas. Mordeduras humanas e por animais. A criança vitimizada. Patologias cirúrgicas comuns na infância. Síndromes nefrótica e nefrítica. Septicemia e choque séptico. Diabetes melitus e cetoacidose diabética. Parada cardiorrespiratória. Insuficiência cardíaca. Cardiopatias congênitas. Malformações congênitas comuns. Convulsão.

MÉDICO PSIQUIATRA: Lei Orgânica do Município; Estatuto do Servidor Público Lei Complementar Nº 129/12, De 14 De Dezembro De 2012; Políticas de Saúde: Políticas de Saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS) e municipalizações. Constituição Federal de 1988: Seção II da Seguridade Social, Título VIII da Ordem Social, Lei Orgânica de Saúde nº 8080/90 e suas posteriores alterações. Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde - seus princípios, suas diretrizes e seu arcabouço legal; As normas operacionais do SUS; A questão do controle social; O paradigma da promoção da saúde; A estratégia de saúde da família - sua evolução, seus princípios e sua aplicação. Municipalização da Saúde. Situação da Saúde no Brasil. Código de Ética Médica Psicologia médica. Psiquiatria social e comunitária. Interconsulta e psiquiatria de hospital geral. Epidemiologia psiquiátrica. Transtornos mentais orgânicos. Transtornos mentais decorrentes do uso de álcool e drogas. Esquizofrenia. Transtornos do humor. Transtornos ansiosos. Transtornos alimentares. Transtornos da personalidade. Transtornos mentais da infância e adolescência. Urgências psiquiátricas. Psicofarmacologia. Eletroconvulsoterapia. Noções psicodinâmicas de funcionamento mental. Noções de técnica psicanalítica e psicoterápicas. Noções de psicanálise e modalidades psicoterápicas psicodinâmicas. Desenvolvimento psíquico. Adolescência e conflito emocional. Equipe multidisciplinar e

manejo psicodinâmico de pacientes internados e ambulatoriais.

ANEXO III

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Título I

NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de ser desclassificado no certame:

1. A data provável para realização da Prova Objetiva é o dia 5 de julho de 2015 (data sujeita a alteração), com início às 8h30min e término às 11h30min, em local a ser definido e publicado por meio de Edital, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da realização, nos sites www.assconpp.com.br e www.videira.sc.gov.br e afixado no mural do Paço Municipal.

1.1. A abertura dos portões acontecerá às 7h30min.

1.2. O fechamento dos portões acontecerá às 8h20min.

1.3. A prova terá duração máxima de 3 (três) horas e mínima de 1 (uma) hora.

2. O candidato deverá comparecer no local da prova, convenientemente trajado, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica de tubo transparente, com tinta azul ou preta;

2.1. são considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

2.2. não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

3. A prova será composta por questões de múltipla escolha com 4 (quatro) alternativas de resposta cada, sendo que apenas 1 (uma) alternativa estará correta, na forma abaixo:

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Conhecimentos gerais e atualidades	5	0,25	1,25
Língua Portuguesa	10	0,25	2,50
Conhecimentos Específicos	25	0,25	6,25
Total:	40	-	10,00

4. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do Concurso:

4.1. comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Concurso, bem como consultar livros ou apontamentos;

4.2. ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

4.3. portar telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação.

5. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

6. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos.

7. Todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta.

7.1. Não serão computadas as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.

8. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

9. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram.

10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o caderno da prova e o cartão-resposta devidamente preenchido.

10.1. Caso o candidato não entregar o cartão-resposta ou o caderno de prova será eliminado automaticamente deste Concurso Público.

11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente, depois de haver rubricado envelope lacrado, contendo todas as provas e cartões-resposta daquela sala.

12. É terminantemente proibida a inserção e qualquer forma de sinal ou marca, sobre os cartões-resposta, que possa ser interpretada como identificação de determinado candidato.

12.1. Se for constatada qualquer inserção de sinal ou marca no cartão-resposta o candidato será automaticamente desclassificado do concurso público.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
Nome do Candidato:	
Nº da Inscrição:	
Cédula de Identidade:	
Cargo pretendido:	

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.3 do Edital de Concurso Público nº 001/2015, do Município de Videira, SC, e para que surta os efeitos legais que:

- a deficiência que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo de descrito acima;
- fico impedido de usufruir da condição de portador de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Videira, SC, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do candidato

ANEXO V

CRONOGRAMA (sujeito à alterações)

DATA	ATO
14.5.2015	Publicação do Edital do Concurso Público
18.5 a 16.6.2015	Período de Inscrições
16.6.2015	Data limite para pagamento da inscrição, utilizando o boleto bancário em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas ou via internet até às 23h59min
22.6.2015	Publicação da lista preliminar dos inscritos
23 e 24.6.2015	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
26.6.2015	Homologação da lista definitiva de inscritos
30.6.2015	Divulgação do Local da Prova
5.7.2015, com início às 8h30min e término às 11h30min	Realização das provas escritas
5.7.2015, a partir das 19h	Publicação dos gabaritos preliminares da prova escrita e dos cadernos de prova
6 e 7.7.2015	Prazo para recurso da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova escrita objetiva
13.7.2015	Publicação dos gabaritos definitivos, nota final das provas escrita e da lista preliminar de classificados
14 e 15.7.2015	Prazo de recurso lista de classificados
17.7.2015	Homologação do resultado final, com eventuais recursos julgados

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 032/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 032/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público - Edital nº 001/2014:

CONVOCADA	EMPREGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. STEPHANIE CONCEIÇÃO DA SILVA	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	12.008/15, DE 06/05/2015

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;



- d) Comprovante de Residência;
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 13 de Maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 001/2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 001/15

Intimado:

LEONARDO PAULO BUSS, portador do R.G. nº 6040862/SSP/SC inscrito no CPF nº 098.074.809-73. Filiação: BERNARDO ADOLFO BUSS E ZITA LEONORA BUSS. Por intermédio do presente, a pessoa acima identificada, atualmente em local incerto ou não sabido, fica INTIMADO da convocação para assumir o cargo de: Auxiliar Operacional, no qual logrou aprovação no Concurso Público para Efetivo nº 002/2014. No qual foi nomeado pelo Decreto nº 11.616/15, e Edital de Convocação nº 012/15, aprovado em 15º lugar. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será publicado 02 vezes, com intervalo de 07 dias.

Videira, 12 de Maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 002/2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 002/15

Intimada:

DAIRA RAISER DA CRUZ DA SILVA, portadora do R.G. nº 3630010/SSP/SC inscrita no CPF nº 035.378.589-06. Filiação: SUELY SALETE RAISER DA CRUZ. Por intermédio do presente, a pessoa acima identificada, atualmente em local incerto ou não sabido, fica INTIMADA da convocação para assumir o cargo de: Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, no qual logrou aprovação no Concurso Público para Efetivo nº 003/2014. No qual foi nomeada pelo Decreto nº 11.443/14, e Edital de Convocação nº 001/15, aprovada em 15º lugar. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será publicado 02 vezes, com intervalo de 07 dias.

Videira, 12 de Maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/15

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015, DE 15 DE MAIO DE 2015.

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.039.842/0001-84, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, Bairro Alvorada, Videira, SC, CEP 89560-000, neste ato representado por seu Prefeito, senhor WILMAR CARELLI, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização Processo Seletivo de Provas Escritas, Práticas e de Aptidão Física, para preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Videira. Este Processo Seletivo reger-se-á pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Municipal nº 118/2011 e alterações, Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, Lei Municipal 2.369/2010 e alterações e pelas normas estabelecidas neste Edital e demais legislação vigente e será executado pela empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dr. Maruri, 1.204, Sala A, Centro, no Município de Concórdia, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

1. DOS CARGOS

1.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com carga horária semanal, vencimento inicial e nível de escolaridade descritos nos mesmos.

1.2. As atribuições/condições dos cargos estão descritas no Anexo I deste Edital.

2. DAS VAGAS PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

2.1. São reservadas às pessoas portadoras de deficiência, 5% (cinco por cento) das vagas do cargo oferecido ou das que vierem a surgir no prazo de validade do processo seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

2.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2.2. Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e alteração.

2.3. O candidato portador de deficiência participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos ao disposto nos itens 3.3 e 3.4 deste Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições estarão abertas no período de 18 de maio a 16 de junho de 2015, somente via internet, pelo site www.assconpp.com.br.

3.1.1. Os candidatos sem acesso à internet poderão dispor de equipamentos e ter ajuda de pessoal treinado para orientar a sua inscrição na Biblioteca Municipal Euclides da Cunha, no horário das 8h30min às 11h30min e 14h às 16h30min, localizada na Rua Campos Novos, nº 135, Bairro Matriz, Videira, SC.

3.2. O candidato deverá:

3.2.1. preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo via internet;

3.2.2. imprimir o boleto bancário;

3.2.3. efetuar o pagamento da inscrição, de acordo com o valor previsto no item 4 deste Edital, utilizando o boleto bancário, até o dia 16 de junho de 2015, em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas ou via internet até às 23h59min.

3.2.4. O candidato portador de deficiência deverá descrever as condições especiais de que necessita para realizar a prova quando do preenchimento de sua inscrição, via internet.

3.2.4.1. O candidato portador de deficiência visual que solicitar provas e o cartão-resposta com letras ampliadas, receberá os mesmos com tamanho de letra correspondente à fonte 24 (vinte e quatro), sendo que a leitura e marcação de respostas no cartão-resposta será de sua responsabilidade.

3.3. O candidato portador de deficiência deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital e até 16 de junho de 2015, apresentar à Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo, através de requerimento protocolizado no Setor de Protocolo do Município de Videira, SC:

3.3.1. atestado médico, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital, que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças – CID e a provável causa da mesma;

3.3.2. Anexo IV deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém declaração de que a deficiência não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo e declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

3.4. O candidato portador de deficiência que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de deficiência, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.5. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a aplicação da prova objetiva deverá solicitar a condição especial no ato da inscrição, pelo site www.assconpp.com.br e levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado e diferente do local onde a prova estiver sendo realizada.

3.5.1. A amamentação se dará nos momentos que se fizerem necessários, sem a presença do acompanhante.

- 3.5.2. Não será concedido nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dedicado à amamentação.
- 3.5.3. A ausência do acompanhante para a guarda da criança impossibilitará a candidata de ausentar-se da prova escrita para amamentar.
- 3.6. Terá a inscrição cancelada, o candidato que efetuar o pagamento da inscrição com cheque sem provisão de fundos ou outra irregularidade que impossibilite sua compensação.
- 3.6.1. O Município de Videira não efetuará a devolução do valor de inscrição em nenhuma hipótese.
- 3.6.2. As despesas relativas à participação neste Processo Seletivo são de inteira responsabilidade do candidato.
- 3.7. O Município de Videira não se responsabilizará por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado no subitem 3.2.2 deste Edital.
- 3.8. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinam o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.
- 3.9. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 3.10. A inscrição só poderá ser efetuada para um cargo deste Processo Seletivo.
- 3.11. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas as exigências, no dia 22 de junho de 2015, a Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo publicará a listagem preliminar dos inscritos, na forma disposta no item 11.1 deste Edital.
- 3.11.1. A inscrição somente será efetivada após o pagamento do valor da inscrição, conforme item 3.2.3 deste Edital. O comprovante de pagamento confirma a inscrição do candidato.
- 3.12. No dia 26 de junho de 2015, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Prefeito Municipal e publicada na forma disposta no item 11.1 deste Edital.

4. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

- 4.1. Os valores para inscrição neste Processo Seletivo são os seguintes:
- 4.1.1. R\$ 10,00 (dez reais) para os candidatos aos cargos que exijam ensino fundamental;
- 4.1.2. R\$ 15,00 (quinze reais) para os candidatos aos cargos que exijam ensino médio ou formação técnica;
- 4.1.3. R\$ 30,00 (trinta reais) para os candidatos aos cargos que exijam ensino superior.
5. DAS PROVAS

5.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas – Anexos II e III deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

5.2. A 1ª fase compreende prova escrita objetiva, de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada, com apenas 1 (uma) alternativa correta, a ser aplicada para todos os candidatos.

- 5.2.1. Serão considerados classificados apenas os candidatos que obtiverem na Prova Escrita Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório:
- 5.2.1.1. nota igual ou superior a 4,00 (quatro) para os candidatos aos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais e Auxiliar Operacional;
- 5.2.1.2. nota igual ou superior a 5,00 (cinco) para os candidatos aos cargos de Agente Administrativo II, Enfermeiro, Motorista II – Ambulância, Psicólogo e Técnico de Enfermagem.

5.3. A 2ª fase compreende:

5.3.1. Prova prática, de caráter classificatório e eliminatório, com nota máxima de 10,00 (dez), a ser aplicada para o cargo de Motorista II – Ambulância, limitados aos 20 (vinte) primeiros colocados.

- 5.3.1.1. O candidato que não obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova prática estará desclassificado.
- 5.3.1.2. Todos os candidatos empatados na última nota de classificação da 1ª fase serão admitidos a participar da Prova Prática.
- 5.3.1.3. A nota final do cargo de Motorista II – Ambulância será a soma das notas da prova escrita objetiva e da prova prática, sendo que a Prova Escrita Objetiva valerá 40% (quarenta por cento) e a Prova Prática, 60% (sessenta por cento) da nota final.

5.3.2. Prova de Aptidão Física, de caráter eliminatório, a ser aplicada somente aos candidatos classificados na 1ª fase, que obtiverem nota igual ou superior a 4,00 (quatro) para o cargo de Auxiliar Operacional, limitados aos 30 (vinte) primeiros colocados.

- 5.3.2.1. O candidato que não obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova de aptidão física estará desclassificado.
- 5.3.2.2. Todos os candidatos empatados na última nota de classificação da 1ª fase serão admitidos a participar da Prova de Aptidão Física.
- 5.3.2.3. A nota final do cargo Auxiliar Operacional será a média aritmética das provas escrita objetiva e de aptidão física, observadas as notas mínimas em cada prova.

5.4. As provas escritas terão pontuação de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), utilizando-se 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os cargos.

6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. A data provável para realização da Prova Escrita Objetiva é o dia 5 de julho de 2015 (data sujeita à alteração), com início às 8h30min e término às 11h30min (horário oficial de Brasília, DF), em local a ser definido e publicado por meio de Edital, com antecedência mínima de

5 (cinco) dias da realização, nos sites www.assconpp.com.br e www.videira.sc.gov.br e afixado no mural do Paço Municipal.

6.1.2. O conteúdo programático da prova escrita objetiva está descrito no Anexo II deste Edital.

6.2. A realização da prova escrita objetiva e a metodologia das provas prática e de aptidão física estão descritas nos Anexos II e III deste Edital.

6.3. A Prova Prática e de Aptidão Física serão realizadas no dia 19 de julho de 2015, com início às 8h30min e término previsto para as 15h30min (horário oficial de Brasília, DF), no Ginário Poliesportivo Medalhão, situado na Avenida Constantino Crestani, 825, Bairro Cidade Alta, Videira, SC, mediante agenda exposta no dia 17 de julho de 2015, na forma prevista no item 11.1 deste Edital, indicando as datas, os horários e os locais em que cada candidato deverá comparecer.

6.4. O gabarito provisório e o caderno de questões da prova escrita objetiva serão disponibilizados, no dia 5 de julho de 2015, a partir das 19h, no site www.assconpp.com.br.

6.5. No dia 13 de julho de 2015 será publicado o gabarito definitivo, observado o disposto no item 11.1 deste Edital, e a lista dos classificados para realizarem a Prova Prática e de Aptidão Física, observado o disposto no item 5 deste Edital.

6.6. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

6.6.1 com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso;

6.6.2. que obtiver melhor nota nas questões de Conhecimentos Específicos;

6.6.3. que obtiver melhor nota nas questões de Língua Portuguesa;

6.6.4. que obtiver melhor nota nas questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

6.6.5. com maior idade (contada na data de abertura das inscrições deste Processo Seletivo).

6.7. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência, na forma do item 11.1 deste Edital.

6.8. O não comparecimento do candidato, em qualquer das fases deste Processo Seletivo, implicará sua desclassificação.

6.9. As notas finais das provas escritas objetivas, práticas e de aptidão física, com a respectiva classificação dos candidatos, serão publicadas nos locais indicados no item 11.1 deste Edital, no dia 27 de julho de 2015.

6.10. A lista dos aprovados, homologada pelo Prefeito, será publicada no 31 de julho de 2015, nos locais previstos no item 11.1 deste Edital.

7. DO REGIME JURÍDICO

7.1. Os aprovados e habilitados e classificados neste Processo Seletivo serão admitidos sob o regime jurídico celetista, nos termos da Lei Municipal nº 2369/2010 – Lei de Contratação Temporária de Videira, SC, e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

8.1.1. do presente Edital;

8.1.2. do não deferimento do pedido de inscrição;

8.1.3. da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

8.1.4. da classificação nas provas prática e de aptidão física;

8.1.5. da discordância da aplicação da prova prática e de aptidão física;

8.1.6. da classificação final.

8.2. Os recursos provenientes deste Edital deverão ser efetuados pelo site www.assconpp.com.br, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da publicação do ato que deu causa.

9. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA

9.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir, mediante fornecimento de cópias legíveis dos seguintes documentos, acompanhados dos originais quando necessário, observando o disposto no subitem 10.4 deste Edital:

I – ser brasileiro nato ou naturalizado;

II – ter completado dezoito anos;

III – estar no gozo dos direitos políticos;

IV – ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação e estar quite com as obrigações eleitorais;

V – possuir os requisitos de escolaridade exigidos para o seu exercício;

VI – atender às exigências especiais para seu provimento, previstos na legislação específica de âmbito municipal;

VII – não ter sido demitido de serviço público Federal, Estadual ou Municipal, com impedimento de exercer função pública;

VIII – apresentar os seguintes documentos: a) Carteira de Trabalho; b) PIS/PASEP; c) 1 (uma) foto 3x4; d) Comprovante de Residência;

e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda; f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos; g) Certidão

Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum); h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso); i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);

IX –ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e dos demais documentos.

9.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos do item 9 deste Edital serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a nomeação.

9.3. Os documentos previstos no item 9 deste Edital deverão ser apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias contados data da convocação, sob pena de exclusão do processo seletivo.

9.4. O não cumprimento dos requisitos necessários impossibilitará a nomeação do candidato.

9.5. Não será nomeado o candidato classificado que tenha sido demitido em razão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância, no Município de Videira, SC, nos últimos 5 (cinco) anos.

10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

10.1. O Processo Seletivo terá validade por 1 (um) ano contado a partir da data de homologação final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município de Videira, SC.

10.2. A aprovação neste Processo Seletivo não caracterizará direito à nomeação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade do Município de Videira, SC, respeitada a classificação obtida.

10.3. Não poderão participar do Processo Seletivo os membros de quaisquer das comissões deste Processo Seletivo e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas escrita e prática, assim como seus parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau.

10.4. O candidato aprovado que não se apresentar no setor de Recursos Humanos do Município de Videira, SC, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua convocação, comprovando todas as condições e exigências dispostas no item 9 deste Edital, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada neste Processo Seletivo, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte.

10.4.1. A convocação dos candidatos será feita por carta registrada, com base nos dados informados na ficha de inscrição ou posteriormente atualizados. É responsabilidade exclusiva do candidato manter seus dados atualizados.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, os gabaritos e os cadernos de questões da prova escrita objetiva, as notas das provas práticas e de aptidão física, a lista de classificados, suas respectivas homologações e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no mural interno da Prefeitura de Videira, SC, e nos sites www.assconpp.com.br e www.videira.sc.gov.br.

11.1.1. A homologação da lista dos aprovados, além dos locais anteriores, será publicada em jornal de circulação local, do Município de Videira, SC, e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

11.1.2. O caderno de questões e o gabarito serão publicados apenas nos sites www.assconpp.com.br e www.videira.sc.gov.br.

11.2. A critério do Município de Videira, SC, e mediante ato justificado, de interesse público, poderá ser chamado número maior de classificados do que a vaga contida neste Edital.

11.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado, na forma do item 11.1 deste Edital.

11.4. É de responsabilidade dos candidatos acompanharem as publicações relativas à este Edital de Concurso Público pelos sites www.assconpp.com.br, www.videira.sc.gov.br e www.diariomunicipal.com.br.

11.5. Os casos não previstos, relativos à realização deste Processo Seletivo, serão resolvidos pela Comissão Fiscalizadora, designada pela Administração Municipal de Videira, SC, pelo Decreto nº 354/2015, de 8 de maio de 2015, juntamente com a Empresa ASSCON-PP.

11.6. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Videira, SC.

11.7. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

11.7.1. Anexo I – Quadro de vagas a serem preenchidas e atribuições/condições de trabalho dos cargos;

11.7.2. Anexo II – Conteúdo programático da prova escrita;

11.7.3. Anexo III – Normas para realização das provas;

11.7.4. Anexo IV – Declaração para candidatos portadores de deficiência;

11.7.5. Anexo V – Cronograma.

Videira, SC, 15 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito de Videira, SC

ANEXO I

Título I

QUADRO DE VAGAS A SEREM PREENCHIDAS

Cargo	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial – R\$	Nível de Escolaridade
Agente Administrativo II	1+CR	40h	R\$ 1.280,34	Ensino Médio Completo
Auxiliar de Serviços Gerais	1+CR	40h	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
Auxiliar Operacional	1+CR	40h	R\$ 788,00	Ensino Fundamental Incompleto
Enfermeiro	1+CR	40h	R\$ 3.362,58	Nível Superior em Enfermagem, com registro no COREN/SC
Motorista II – Ambulância	1+CR	40h	R\$ 1.530,69	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “D”
Psicólogo	1+CR	40h	R\$ 3.362,58	Nível Superior em Psicologia com registro no CRP/SC
Técnico de Enfermagem	1+CR	40h	R\$ 1.271,43	Nível Médio com registro no COREN/SC

Título II

ATRIBUIÇÕES/CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CARGOS

AGENTE ADMINISTRATIVO II

1. Executar ligações telefônicas, transmissões e recebimento de mensagens por telefone, fax e internet;
2. Recepcionar clientes e visitantes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, receber recados ou encaminhá-los a pessoas ou setores procurados;
3. Executar registro, controle, digitação, arquivo, de todo e qualquer serviço de caráter administrativo;
4. Operar computadores digitais, acionando os dispositivos de comando e periféricos, observando e controlando as etapas de programação dentro dos critérios definidos;
5. Preencher formulários, fichas, cartões e transcrever atos oficiais;
6. Codificar dados e documentos; providenciar material de expediente;
7. Auxiliar na coordenação de eventos e promoções em geral;
8. Operar adequadamente equipamentos de sonorização;
9. Efetuar levantamentos, anotações, cálculos e registros simples;
10. Redigir informações rotineiras e relatórios; preencher guias e requisições;
11. Informar processos administrativos;
12. Interpretar quadros e levantamentos de dados simples; analisar alternativas de serviços;
13. Assistir Superiores;
14. Receber, conferir e relacionar materiais de consumo responsabilizando-se pelo seu controle e levantamento das necessidades;
15. Realizar trabalhos de protocolo, preparo, seleção, classificação, registro, coleção e arquivamento de processos, documentos e fichas;
16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
17. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos;
18. Executar tarefas correlatas.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

1. Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os;
2. Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, encerando-os ou passando aspirador de pó;
3. Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros;
4. Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes;
5. Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhar ao aterro sanitário;
6. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras;
7. Preparar e servir chá, café ou água;
8. Lavar as roupas das crianças, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde;
9. Auxiliar os professores nas creches: cuidando das crianças, colocando-as para dormir, alimentando-as, trocando fraldas, entre outras, excluindo o suporte pedagógico;
10. Retirar as roupas do varal, passá-las a ferro, esterilizá-las e guardá-las nas respectivas salas;
11. Efetuar contagem das roupas lavadas e passadas para controle das mesmas;
12. Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando;
13. Auxiliar na preparação de refeições, e merendas escolares, descascando e cortando verduras e temperos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha;
14. Fazer pequenos reparos, tais como: consertos de móveis, aparelhos elétricos, troca de lâmpadas, torneiras, dentre outros, quando solicitado;
15. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenagem e distribuição dos materiais e/ou equipamentos;
16. Regar e cuidar de flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais;
17. Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral;
18. Executar serviços de coleta e entrega de documentos, processos, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais

solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal;

19. Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos;
20. Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha;
21. Executar serviços de conservação e limpeza da copa e cozinha;
22. Elaborar pedidos de material para merenda;
23. Anotar o cardápio e a quantidade dos alimentos utilizados, para fins de controle;
24. Receber, guardar os alimentos recebidos;
25. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho;
26. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
27. Executar outras atividades correlatas.

AUXILIAR OPERACIONAL

1. Exercer ou auxiliar na execução de quaisquer tarefas que não exijam qualificação profissional e/ou experiência prévia;
2. Abrir, fechar e limpar valas, desobstruindo caixas de captação e bueiros, entre outros;
3. Carregar e descarregar viaturas em geral;
4. Executar serviços de conservação e limpeza de estradas, jardins, praças, vias, logradouros e cemitérios públicos, terrenos baldios e outros, tapando buracos, capinando, roçando, varrendo, pintando meio fio e troncos de árvores, bem como a remoção de entulhos;
5. Operar roçadeiras nos serviços de limpeza de jardins e outros logradouros públicos;
6. Auxiliar na implantação e manutenção de estradas, executando serviços inerentes a sua função;
7. Podar, plantar e regar folhagens, árvores, grama, flores, entre outros, em parques, jardins e logradouros públicos;
8. Auxiliar calceteiros e pedreiros no preparo de argamassa, concreto e nos serviços de pavimentação, carregando materiais, equipamentos e ferramentas peculiares ao trabalho;
9. Executar serviços de limpeza de terrenos;
10. Auxiliar carpinteiros e encanadores na execução de pequenos trabalhos e reparos como montagem e desmontagem de andaimes, palcos, instalações de tubulações e outros similares;
11. Auxiliar o trabalho de operação da usina de asfalto limpando e/ou untando com óleo rolos, telas do silo, caminhões e alimentado o silo manualmente com brita e areia quando necessário;
12. Executar serviços de horta, virando e adubando a terra, capinando, plantando, transplantando mudas de verduras e legumes e regando os canteiros quando necessários;
13. Auxiliar o mecânico nos serviços de manutenção e reparo das viaturas municipais;
14. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
15. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
16. Executar outras atividades correlatas.

ENFERMEIRO

1. Efetuar levantamentos e diagnósticos, junto as equipes locais de saúde, das unidades da região correspondente, essenciais ao planejamento estabelecendo objetivos e metas para os serviços de saúde, especificamente para a área de enfermagem;
2. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade;
3. Organizar sistema adequado de registro de atividade junto aos postos de saúde, recebendo e assegurando o encaminhamento de dados de interesse aos órgãos competentes e promovendo orientação sobre a importância do registro de dados ao pessoal de enfermagem, em especial;
4. Implementar as ações de saúde pública de acordo com as Ações Integradas de Saúde e as diretrizes municipais de saúde, em especial aquelas relacionadas ao plano de enfermagem, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais;
5. Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de enfermagem;
6. Realizar supervisão periódica das ações de saúde pertinentes a enfermagem, acompanhando e orientando a execução de atividades a nível local nas atividades de consulta de enfermagem, e consulta pré-natal;
7. Supervisionar as atividades de imunização provendo as necessidades de serviço de modo a garantir a ampliação da cobertura vacinal;
8. Contribuir ativamente para a implementação das atividades de vigilância epidemiológica de doenças infectocontagiosas e de vigilância epidemiológica nutricional;
9. Participar das atividades desenvolvidas pela Municipalidade no sentido de promoção às ações de saneamento e de proteção e recuperação do meio ambiente;
10. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população, de acordo com as diretrizes do Sistema Municipal de Saúde;
11. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde;
12. Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município;
13. Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;
14. Prestar consulta de enfermagem e fazer prescrição da assistência de enfermagem, inclusive efetuando cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas;
15. Prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública ou em rotina aprovada pela instituição de saúde;
16. Prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido, inclusive prestando assistência obstétrica em situação de emergência;
17. Participar de programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco;
18. Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem;
19. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN 160);

20. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
21. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
22. Executar outras atividades correlatas.

MOTORISTA II – AMBULÂNCIA

1. Dirigir veículos de ambulância;
2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores;
3. Efetuar pequenos reparos de emergência e limpeza;
4. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção;
5. Providenciar abastecimento, controle de revisões e manutenção preventiva;
6. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados;
7. Transportar cargas ou pessoas, dentro e fora do Município;
8. Levar ou trazer resultados de exames de pacientes dentro e fora do Município;
9. Providenciar o embarque e desembarque de pessoas com problemas de saúde e dificuldade de locomoção para o interior da ambulância carregando-as na maca bem como transportá-las para o interior das residências, dos ambulatorios, hospitais e outros locais pertinentes;
10. Zelar pela guarda de materiais, equipamentos e acessórios bem como responsabilizar-se pelos mesmos;
11. Participar de cursos de primeiros socorros para operar a ambulância;
12. Prestar primeiros socorros às vítimas em trânsito no veículo sob sua responsabilidade;
13. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
14. Executar tarefas correlatas.

PSICÓLOGO

1. Realizar entrevistas psicológicas com o objetivo de seleção ou remanejamento de servidores;
2. Elaborar e implantar programas e projetos de treinamento de pessoal;
3. Acompanhar os treinamentos nos cursos e avaliar os resultados dos treinamentos dos servidores;
4. Aplicar métodos e técnicas da psicologia do trabalho, para possibilitar o ajustamento do servidor no trabalho;
5. Participar da elaboração e aplicação de testes de seleção, de acordo com a função do cargo a ser preenchido;
6. Prestar assistência psicológica nas unidades de ensino municipal, fornecendo subsídios técnicos para orientação do processo ensino-aprendizagem;
7. Orientar e assistir aos professores e auxiliares de sala, quanto a sua postura diante das crianças com problemas emocionais e/ou psicomotores;
8. Sistematizar com a colaboração do professor o processo de acompanhamento do aluno em todos os aspectos de seu desenvolvimento;
9. Informar os pais sobre a ação educativa da escola para que possam acompanhar com mais segurança os aspectos psicopedagógicos da educação de seus filhos;
10. Contribuir para o funcionamento da equipe multiprofissional da área da saúde, com estudos e trabalhos grupais, com o enfoque psicológico das perturbações da saúde;
11. Orientar no atendimento aos casos de perturbações psíquicas, nas ações de prevenção às doenças e perturbações mentais e nas ações de promoção da saúde mental;
12. Orientar as ações de reabilitação e ressocialização dos doentes e perturbados mentais, principalmente os egressos de hospitais psiquiátricos;
13. Participar na realização de diagnóstico de comunidade;
14. Participar de estudos de técnicas psicoterápicas alternativas;
15. Participar de estudos de ervas medicinais;
16. Assessorar tecnicamente as diversas áreas da municipalidade em questões psicológicas;
17. Realizar estudos psicológicos de interesse dos diversos órgãos da municipalidade;
18. Participar de estudos de técnicas grupais;
19. Supervisionar as atividades de estagiários de psicologia;
20. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
21. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
22. Executar outras atividades correlatas.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1. Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados;
2. Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento;
3. Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
4. Executar ações assistenciais de técnico de enfermagem;
5. Participar da programação da assistência de enfermagem;
6. Participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar;
7. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso e resolvendo-o ou, de acordo com a complexidade, encaminhando-o ao profissional competente, ao serviço médico local ou aos serviços de emergência hospitalares;
8. Preencher, após conferir, movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos;
9. Realizar serviços de assistência de enfermagem no que se refere a nebulizações (inaloterapia), curativos e retiradas de pontos, injeções, imunizações, orientações sobre aleitamento materno, pré-natal, puericultura, vacinação, desidratação e cuidados com doenças infecto-contagiosas, orientações gerais sobre cuidados de saúde e visita domiciliar, verificação e registro de sinais vitais, coleta e encaminhamento de material para exames laboratoriais, quando solicitado, coleta de material para exames de colpocitologia oncótica, quando indicado, encaminhando aos responsáveis ao Nível Central e efetuando registro em fichas e livros;
10. Auxiliar a equipe multiprofissional local e regional de saúde no atendimento às necessidades da comunidade;
11. Contribuir para organização e orientação de grupos de saúde na comunidade;
12. Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de saúde;

13. Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, à enfermeira, ao médico ou ao dentista supervisor;
14. Participar da equipe de saúde;
15. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal;
16. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos profissionais de Enfermagem;
17. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
18. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
19. Executar outras atividades correlatas.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

CONHECIMENTOS COMUM AOS CARGOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E AUXILIAR OPERACIONAL

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto(s). Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (diminutivo e aumentativo). Classificação do substantivo (próprio, comum e coletivo). Adjetivo (número e gênero).

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, econômicos, sociais e atuais do Município de Videira (SC). Atualidades econômicas e políticas, em nível local e nacional.

HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO: Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para os trabalhos de limpeza e conservação externos como capina, recolhimento de resíduos, trabalhos de alvenaria e pintura. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Riscos na utilização de ferramentas, utensílios e máquinas no trabalho, cuidados que devemos tomar. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidados no trânsito (pedestre) e no transporte coletivo. O que fazer no caso de um acidente: engasgos, queimaduras, choque elétrico, atropelamento, etc.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: Noções de higiene e limpeza. Conservação das instalações prediais. Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo. Equipamentos para a segurança e higiene. Limpeza dos diferentes espaços. Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias. Polimento de objetos, peças e placas de metal; Transporte de móveis, máquinas e utensílios. Uso e cuidados com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivo. Zelo do patrimônio. Ética profissional e ética no serviço público. Regras de hierarquias no serviço público municipal. Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho.

AUXILIAR OPERACIONAL: Noções básicas de conservação e manutenção de logradouros públicos. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares para com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamento de limpeza, guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Noções sobre preparação de covas, valas e canteiros. Conhecimentos práticos sobre funcionamento de máquina roçadeiras. Serviços relativos à jardinagem e gramados em geral. Limpeza e escavação de terrenos. Noções sobre os traços de argamassa e concreto mais utilizados na construção civil. Noções sobre colocação de telhas e cumieiras de barro e de fibro-cimento. Conhecimentos sobre nivelamento do solo com areia ou terra e o assentamento de paralelepípedos ou blocos de concreto. Ferramentas manuais normalmente utilizadas em atividades agrícolas: tipos, formas de uso, cuidados, preparação e manutenção para o uso. Noções básicas de segurança. Relações humanas. Noções de Qualidade e Produtividade.

CONHECIMENTOS COMUM AOS CARGOS DE AGENTE ADMINISTRATIVO II, MOTORISTA II – AMBULÂNCIA E TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto. Significação das Palavras: Sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia. Pontuação. Acentuação. Grafia das palavras. Morfologia. Emprego dos pronomes. Emprego dos verbos. Regras gramaticais. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Emprego dos porquês. Crase. Linguagem figurada. Conotação e denotação. Vícios de linguagem.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, institucionais, econômicos, sociais e atuais do Município, da microrregião, da região, do Estado de Santa Catarina, da Região Sul, do País e em nível global. Identificação de autoridades do Governo Federal, do Governo do Estado e do Município, relacionadas ao Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, segundo os respectivos cargos, ou mesmo de autoridades de outros países, ou de lideranças de influência regional, nacional ou mundial. Aspectos contemporâneos da humanidade. Conhecimentos históricos, geográficos, políticos e político-administrativos, em geral; conhecimentos atuais sobre meio ambiente, aquecimento global, fontes de energia, notadamente, as renováveis. Atualidades econômicas e políticas, em nível local, regional, estadual, nacional e mundial.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA: Sistema Operacional – Características da interface gráfica: manipulação de janelas, acesso a menus, uso do mouse, área de trabalho, barra de tarefas e de inicialização rápida. Botão Iniciar: programas, documentos recentes, painel de controle, impressoras, desligar. Utilização do Explorer: operações com arquivos e pastas, atalhos, modos de visualização, unidades de rede, lixeira. Acessórios do Windows: calculadora, bloco de notas, paint. Editores de Textos - Manipulação de documentos: novo, salvar,

abrir, imprimir, proteger com senha, propriedades. Formatação de documentos: fonte, espaçamento, parágrafo, tabulação, maiúsculas e minúsculas, marcadores e numeração. Edição de documentos: localizar e substituir texto, selecionar, recortar, copiar, colar, numerar páginas, trabalhar com cabeçalho e rodapé, inserir figuras, quebrar páginas. Exibição de documentos: modo normal, layout de impressão, zoom, tela inteira. Configuração de documentos: margens, tamanho do papel, orientação para impressão. Tabelas: criar tabela, selecionar, inserir e eliminar células, formatar tabela, classificar. Ferramentas adicionais: verificar ortografia, corrigir palavras automaticamente, definir idioma, trabalhar com mala direta. Planilhas Eletrônicas – Área de trabalho: células, linhas e colunas, deslocamento do cursor na planilha, área de impressão, barra de edição, pastas de trabalho. Células: selecionar, copiar, recortar, colar, transpor, limpar, eliminar, proteger, inserir dados. Formatação de células e planilhas: formatar números, textos, datas e moedas, alinhamento, borda, fonte, padrões, formatação condicional. Utilização da Internet e Correio Eletrônico– Navegação: noções sobre endereços, configuração do browser, acessar links, avançar, retroceder e recarregar páginas, favoritos, download e upload de arquivos, gerenciamento pop-ups e cookies. Correio eletrônico: endereços de e-mail, escrever e enviar mensagens, anexar arquivos. - Versões dos softwares utilizados no programa: a) Sistema operacional Windows XP e Windows 7; b) Editores de textos e planilhas eletrônicas Microsoft Office XP, Microsoft Office 2007 e BR Office 2.0; c) Browser Internet Explorer 8.0 ou superior e Google Chrome.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE ADMINISTRATIVO II: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos. Generalidades Administrativas e Contábeis. Conhecimentos Básicos sobre Licitações (Lei 8.666/93). Correspondência Oficial. Conhecimento de arquivo, redação administrativa, carta comercial, requerimento, circular, memorando, ofícios, telegrama. Correio eletrônico. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondência. Noções gerais de relações humanas. Conhecimentos gerais das rotinas administrativas. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

MOTORISTA II – AMBULÂNCIA: Ambulância: Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997, atualização e Legislação Complementar. Resoluções do CONTRAN. Primeiros socorros. Noções básicas de: mecânica, operação e manutenção preventiva dos equipamentos automotivos. Conhecimento de sistema de funcionamento dos componentes dos equipamentos como: leitura do painel, nível de óleo, de água, condições de freio, pneus, etc. Diagnósticos de falhas de funcionamento dos equipamentos. Lubrificação e conservação do veículo. Normas de segurança do trabalho e do trânsito e uso de equipamentos de proteção individual. Noções básicas de direção defensiva.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM: Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica. Esquema de vacinação – controle de doenças sexualmente transmissíveis. Orientação à gestantes no pré-natal. Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios. Saúde Pública e saneamento básico. Conhecimentos sobre: Hipercalcemia, Cianose, Tuberculose pulmonar e seu tratamento, Pneumonias, Varizes esôfago – gástricas, Rubéola, Alcalose respiratórias, Parada circulatória, Meningite. Causas de mortalidade infantil. Generalidades e conceitos fundamentais. As atribuições do profissional da categoria. Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem). Normas de biossegurança. Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial, etc). Assistência à saúde da mulher, (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar, etc). Assistência à saúde da criança e do adolescente. Assistência a saúde mental. Assistência ao paciente hospitalizado. Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública. Sistema Único de Saúde – SUS – princípios e diretrizes. Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis. Equipe de saúde e equipe de enfermagem. Programa da saúde da família – estratégia de reorientação do modelo assistencial. Esquema de vacinação – doenças parasitárias. Métodos contraceptivos. Rotinas Básicas: Pressão arterial – Temperatura, Acomodação de pacientes ao leito. Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios. Verificação de trabalho de parto. Sintomas em parada cardio-respiratória, choque circulatório. Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção. Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm3). Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica. Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

CONHECIMENTOS COMUM AOS CARGOS DE ENFERMEIRO E PSICÓLOGO

LÍNGUA PORTUGUESA: Compreensão e interpretação de texto. Significação das palavras: Sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia. Pontuação. Acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Crase. Emprego dos verbos. Regras gramaticais. Emprego dos porquês. Linguagem figurada. Conotação e denotação. Vícios de linguagem.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES: Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, institucionais, econômicos, sociais e atuais do Município, da microrregião, da região, do Estado de Santa Catarina, da Região Sul, do País e em nível global. Identificação de autoridades do Governo Federal, do Governo do Estado e do Município, relacionadas ao Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, segundo os respectivos cargos, ou mesmo de autoridades de outros países, ou de lideranças de influência regional, nacional ou mundial. Aspectos contemporâneos da humanidade. Conhecimentos históricos, geográficos, políticos e político-administrativos, em geral; conhecimentos atuais sobre meio ambiente, aquecimento global, fontes de energia, notadamente, as renováveis. Atualidades econômicas e políticas, em nível local, regional, estadual, nacional e mundial.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA: Sistema Operacional – Características da interface gráfica: manipulação de janelas, acesso a menus, uso do mouse, área de trabalho, barra de tarefas e de inicialização rápida. Botão Iniciar: programas, documentos recentes, painel de controle, impressoras, desligar. Utilização do Explorer: operações com arquivos e pastas, atalhos, modos de visualização, unidades de rede, lixeira. Acessórios do Windows: calculadora, bloco de notas, paint. Editores de Textos - Manipulação de documentos: novo, salvar, abrir, imprimir, proteger com senha, propriedades. Formatação de documentos: fonte, espaçamento, parágrafo, tabulação, maiúsculas e minúsculas, marcadores e numeração. Edição de documentos: localizar e substituir texto, selecionar, recortar, copiar, colar, numerar páginas, trabalhar com cabeçalho e rodapé, inserir figuras, quebrar páginas. Exibição de documentos: modo normal, layout de impressão, zoom, tela inteira. Configuração de documentos: margens, tamanho do papel, orientação para impressão. Tabelas: criar tabela, selecionar, inserir e

eliminar células, formatar tabela, classificar. Ferramentas adicionais: verificar ortografia, corrigir palavras automaticamente, definir idioma, trabalhar com mala direta. Planilhas Eletrônicas – Área de trabalho: células, linhas e colunas, deslocamento do cursor na planilha, área de impressão, barra de edição, pastas de trabalho. Células: selecionar, copiar, recortar, colar, transpor, limpar, eliminar, proteger, inserir dados. Formatação de células e planilhas: formatar números, textos, datas e moedas, alinhamento, borda, fonte, padrões, formatação condicional. Utilização da Internet e Correio Eletrônico– Navegação: noções sobre endereços, configuração do browser, acessar links, avançar, retroceder e recarregar páginas, favoritos, download e upload de arquivos, gerenciamento pop-ups e cookies. Correio eletrônico: endereços de e-mail, escrever e enviar mensagens, anexar arquivos. - Versões dos softwares utilizados no programa: a) Sistema operacional Windows XP e Windows 7; b) Editores de textos e planilhas eletrônicas Microsoft Office XP, Microsoft Office 2007 e BR Office 2.0; c) Browser Internet Explorer 8.0 ou superior e Google Chrome.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ENFERMEIRO: Assistência de enfermagem à criança, ao adulto e ao idoso. Promoção, recuperação e reabilitação da saúde. Necessidades biopsicossociais do indivíduo nas diferentes faixas etárias. Enfermagem médico-cirúrgica: Patologia e procedimentos. Enfermagem em saúde pública. Enfermagem em pediatria: patologias e procedimentos. Enfermagem e saúde mental. Enfermagem em gineco-obstetrícia: procedimentos. Prevenção e controle de infecções. Administração de medicamentos. Assistência de enfermagem ao paciente crítico. Administração em Enfermagem. Liderança. Enfermagem em neonatologia: patologias e procedimentos. Enfermagem de emergências. Processo de enfermagem. Legislação e Saúde Pública: Legislação aplicada ao desempenho profissional. Conceitos de saúde pública e saúde coletiva. Conceitos dos princípios da Reforma Sanitária. Educação em saúde. SUS e política nacional de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Ações de Atenção à Vigilância em Saúde: a) Vigilância Epidemiológica; b) Vigilância Sanitária e Ambiental; c) Vigilância à Saúde do Trabalhador. Ética Profissional. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

PSICÓLOGO: Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt - Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento infantil; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; sistema de RH: conceitos e objetivos desenvolvimento organizacional; recrutamento de RH: conceito e execução; etapas do processo de recrutamento, fontes de recrutamento, previsão de recursos humanos; seleção de pessoal: conceito, técnicas de seleção, entrevista de seleção, objetivos e tipos de entrevista; testes de seleção: conceito e espécies; treinamento de pessoal: conceito, importância e objetivos, levantamento das necessidades de treinamento, planejamento, organização, execução e avaliação do treinamento; Avaliação de desempenho: conceito e objetivos métodos de avaliação de desempenho, entrevistas nas avaliações de desempenho; psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional; avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas; qualidade de vida no trabalho; saúde coletiva: políticas de saúde mental; saúde mental e trabalho; gestão de pessoas, organização, inteligência emocional, gestão de marketing pessoal e conceito metacompetência. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira. 7. Técnico de Enfermagem Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica. Esquema de vacinação – controle de doenças sexualmente transmissíveis. Orientação à gestantes no pré-natal. Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios. Saúde Pública e saneamento básico. Conhecimentos sobre: Hipercalcemia, Cianose, Tuberculose pulmonar e seu tratamento, Pneumonias, Varizes esôfago – gástricas, Rubéola, Alcalose respiratórias, Parada circulatória, Meningite. Causas de mortalidade infantil. Generalidades e conceitos fundamentais. As atribuições do profissional da categoria. Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem). Normas de biossegurança. Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial, etc.). Assistência à saúde da mulher, (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar, etc.). Assistência à saúde da criança e do adolescente. Assistência a saúde mental. Assistência ao paciente hospitalizado. Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública. Sistema a único de Saúde – SUS – princípios e diretrizes. Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis. Equipe de saúde e equipe de enfermagem. Programa da saúde da família – estratégia de reorientação do modelo assistencial. Esquema de vacinação – doenças parasitárias. Métodos contraceptivos. Rotinas Básicas: Pressão arterial – Temperatura, Acomodação de pacientes ao leito. Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios. Verificação de trabalho de parto. Sintomas em parada cardiorrespiratória, choque circulatório. Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção. Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm³). Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica. Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem. Lei Complementar nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira. Lei Orgânica do Município de Videira.

ANEXO III

NORMAS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Título I

NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de ser desclassificado no certame:

1. . A data provável para realização da Prova Escrita Objetiva é o dia 5 de julho de 2015 (data sujeita à alteração), com início às 8h30min e término às 11h30min (horário oficial de Brasília, DF), em local a ser definido e publicado por meio de Edital, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da realização, nos sites www.assconpp.com.br e www.videira.sc.gov.br e afixado no mural do Paço Municipal.
- 1.1. A abertura dos portões acontecerá às 7h30min.
- 1.2. O fechamento dos portões acontecerá às 8h20min.
- 1.3. A prova terá duração máxima de 3 (três) horas e mínima de 1 (uma) hora.

2. O candidato deverá comparecer no local da prova, convenientemente trajado, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica de tubo transparente, com tinta azul ou preta;

2.1. são considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

2.2. não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

3. A prova será composta por questões de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas de resposta cada, sendo que apenas 1 (uma) alternativa estará correta, na forma abaixo:

3.1. para os candidatos aos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais e Auxiliar Operacional:

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Língua Portuguesa	5	0,40	2,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,40	2,00
Higiene e Segurança do Trabalho	5	0,40	2,00
Conhecimentos Específicos	5	0,80	4,00
Total:	20	-	10,00

3.2. para os candidatos aos cargos de Agente Administrativo II, Motorista II – Ambulância e Técnico de Enfermagem:

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Língua Portuguesa	5	0,28	1,40
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,26	1,30
Conhecimentos Básicos de Informática	5	0,26	1,30
Conhecimentos Específicos	15	0,40	6,00
Total:	30	-	10,00

3.3. para os candidatos aos cargos de Enfermeiro e Psicólogo:

CONTEÚDO	Nº de Questões	Peso	Pontos
Língua Portuguesa	5	0,20	1,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,20	1,00
Conhecimentos Básicos de Informática	5	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos	25	0,28	7,00
Total:	40	-	10,00

4. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do Processo Seletivo:

4.1. comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

4.2. ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

4.3. portar telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação.

5. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

6. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos.

7. Todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta.

7.1. Não serão computadas as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.

8. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

9. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram.

10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o caderno da prova e o cartão-resposta devidamente preenchido.

10.1. Caso o candidato não entregar o cartão-resposta ou o caderno de prova será eliminado automaticamente deste Processo Seletivo.

11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente, depois de haver rubricado envelope lacrado, contendo todas as provas e cartões-resposta daquela sala.

12. É terminantemente proibida a inserção e qualquer forma de sinal ou marca, sobre os cartões-resposta, que possa ser interpretada como identificação de determinado candidato.

12.1. Se for constatada qualquer inserção de sinal ou marca no cartão-resposta o candidato será automaticamente desclassificado do processo seletivo.

Título II

METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DAS PROVAS DE APTIDÃO FÍSICA

Na Prova de Aptidão Física serão avaliadas as habilidades e aptidões que o candidato possui para desempenhar as atribuições do cargo de AUXILIAR OPERACIONAL, conforme atribuições/responsabilidades dos cargos constantes no Anexo I deste Edital.

1. Metodologia de aplicação da Prova de Aptidão Física**1.1. A prova de aptidão física será composta pelos seguintes testes.****1.1.1. TESTE 1: ABDOMINAIS:**

O candidato, deitado em decúbito dorsal, pernas flexionadas, joelhos formando um ângulo de 90°, planta dos pés no solo, pés fixados pelo avaliador braços estendidos atrás da cabeça, realizará a flexão da coluna até encostar os braços nos joelhos, voltando à posição inicial até que as omoplatas toquem o solo. Mede-se o número de repetições corretas realizadas em 1(um) minuto.

1.1.2. TESTE 2: TESTE DA SINUOSA:

Consiste em o candidato percorrer um trajeto sinuoso demarcado por três cones, distantes 1,50 metros entre si, estando o primeiro a 3 metros da linha de partida. O candidato deverá sair detrás da linha de partida e fazer o trajeto correndo, nos sentidos de ida e volta, ultrapassando os obstáculos sinuosamente, cruzando a linha de chegada ainda correndo. Mede-se o tempo gasto para realizar o percurso.

1.1.3. TESTE 3: AGACHAMENTO:

O candidato em pé de posse de um peso de 2 Kg nas mãos, deverá agachar levando o peso até o chão e levantar elevando o peso na altura do peito, durante 1 minuto.

1.1.4. TESTE 4: CORRIDA/CAMINHADA:

Consiste em o candidato correr ou andar, durante 12 minutos, percorrendo a maior distância possível e procurando manter a velocidade constante.

1.2. Serão considerados aptos na Prova de Aptidão Física os candidatos que obtiverem o desempenho mínimo descrito na tabela abaixo:

TESTE	DESEMPENHO MÍNIMO PARA PONTUAR	
	Masculino	Feminino
TESTE 1: Abdominais	17 vezes	13 vezes
TESTE 2: Teste da Sinuosa	14 segundos	14 segundos
TESTE 3: Agachamento	25 vezes	20 vezes
TESTE 4: Corrida/Caminhada	1.800m	1.500m

1.2.1. Para cada teste concluído será atribuída nota 2,50 (dois vírgula cinco).**1.2.2. Concluindo o teste o candidato receberá nota máxima, não concluindo não pontuará.****1.2.3. A prova aptidão física terá peso 10,00 (dez) e será de caráter eliminatório, sendo eliminados os candidatos que obtiverem média inferior a 5,00 (cinco).****1.2.4. A nota final será a média aritmética das provas objetiva e aptidão física, utilizando-se 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os cargos.****1.3. Os candidatos deverão comparecer aos locais designados para a Prova de Aptidão Física, munidos de documento oficial de identificação com fotografia conforme item 2 do Título I deste Anexo, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.****1.4. Para participar da Prova de Aptidão Física o candidato deverá estar em perfeitas condições físicas para a realização dos testes, atestada por meio de declaração assinada na data da prova.****1.5. As candidatas gestantes, além da assinatura da declaração, deverão apresentar atestado emitido por médico obstetra de que estão em condições de realizar os testes previstos neste Edital.****1.6. Todos os candidatos deverão apresentar atestado médico original, podendo também apresentar cópia autenticada em cartório, específico para tal fim, emitido há, no máximo, 20 (vinte) dias anteriores à realização das prova de aptidão física, e apresentar-se com roupa apropriada para prática de educação física.****Título III****METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS**

Na prova prática serão avaliados os conhecimentos específicos, as habilidades e aptidões que o candidato possui para desempenhar as atribuições do cargo, com ênfase na especialidade para o qual está sendo selecionado, conforme atribuições/responsabilidades que constam no Anexo I deste Edital.

O candidato deverá dirigir o veículo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei nº 9503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro. A

avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e seguindo a Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004 e alterações, atribuindo-se penalidades graves, médias e leves para cada infração cometida, em consonância com o art. 19, com perdas dos pontos correspondentes.

1. Metodologia de aplicação da prova prática

1.1. Os candidatos ao cargo de Motorista II – Ambulância deverão apresentar quando da realização da prova prática CNH, no mínimo, na categoria “D”, obedecida à legislação de trânsito e categoria, conforme o tipo de veículo a ser conduzido, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

1.2.1. O candidato que não estiver portando CNH, na categoria mínima necessária, não poderá, sob qualquer hipótese, realizar a prova prática.

1.2. Os candidatos deverão comparecer aos locais designados para a prova prática, munidos de documento oficial de identificação com fotografia conforme item 2 do Título I deste Anexo, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

2.3. Será utilizado o seguinte formulário para realização das provas práticas:

Nome do Candidato: _____

Cargo: _____

Nº de Inscrição: _____

1. Caso o candidato ultrapasse o tempo máximo destinado para a realização do teste, será desclassificado.

2. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo mínimo de 10 (dez) minutos e máximo de 20 (vinte) minutos para a execução da prova.

3. Para a prova prática será atribuída nota de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), e será avaliada de acordo com as normas, sendo que o candidato que não obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova prática estará desclassificado do certame.

4. Durante a realização da prova prática é proibido fumar, usar equipamento de som, ingerir medicamento ou qualquer tipo de alimento, exceto água.

5. Antes de iniciar cada um dos testes práticos o avaliador fará um teste, in loco, dos conhecimentos do domínio prático operacional do candidato, relativamente ao veículo, máquina/equipamento que irá realizar a prova. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo.

6. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento da máquina/equipamento utilizado.

7. Fatores a serem avaliados, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004 e alterações:

I – verificação do veículo (pneus, água, óleo, bateria);

II – habilidades de operar o veículo em segurança, sensibilidade aos comandos; fim de curso;

III – aproveitamento do veículo;

IV – produtividade;

V – técnica/aptidão/eficiência.

8. Os candidatos serão avaliados no exame de direção do veículo em função da pontuação negativa por faltas, erros, ou procedimentos inadequados, cometidos durante todas as etapas do exame, sendo que a pontuação terá a escala negativa, atribuindo-se a seguinte pontuação:

I – uma falta eliminatória: reprovação;

II – uma falta grave: 2 (dois) pontos negativos;

III – uma falta média: 1 (um) ponto negativo;

IV – uma falta leve: 0,5 (zero vírgula cinco) ponto negativo;

9. A nota final da prova prática será obtida pela média aritmética das notas atribuídas ao candidato, (pontuadas pela aplicação dos quesitos descritos no item anterior, subtraídas das notas com escala negativa pelas faltas, erros ou procedimentos inadequados cometidos).

Critério de pontuação/avaliação

Na prova prática, o candidato será avaliado conforme itens abaixo, atribuindo-se a ele nota máxima de 2 (dois) pontos por cada item a ser avaliado:

1	Descrição	Ótimo 2 pontos	Bom 1,5 ponto	Regular 1 ponto	Ruim 0,5 ponto	Péssimo 0,0 ponto
	Verificação do veículo (pneus, água, óleo, bateria)					
Tempo de prova: _____ m _____ s		Nota pontuada:				
Observações:						
APTO ()			INAPTO ()			
2	Descrição	Ótimo 2 pontos	Bom 1,5 ponto	Regular 1 ponto	Ruim 0,5 ponto	Péssimo 0,0 ponto
	Habilidades ao operar o veículo, painel de instruções, sensibilidade comandos fim de curso					
Nota pontuada:						
Observações:						
APTO ()			INAPTO ()			
3	Descrição	Ótimo 2 pontos	Bom 1,5 ponto	Regular 1 ponto	Ruim 0,5 ponto	Péssimo 0,0 ponto
	Aproveitamento do veículo					
Nota pontuada:						
Observações:						
APTO ()			INAPTO ()			
4	Descrição	Ótimo 2 pontos	Bom 1,5 ponto	Regular 1 ponto	Ruim 0,5 ponto	Péssimo 0,0 ponto
	Produtividade/segurança para posicionamento do veículo					
Nota pontuada:						
Observações:						
APTO ()			INAPTO ()			
5	Descrição	Ótimo 2 pontos	Bom 1,5 ponto	Regular 1 ponto	Ruim 0,5 ponto	Péssimo 0,0 ponto
	Técnica/Aptidão/Eficiência do veículo					
Nota pontuada:						
Observações:						
APTO ()			INAPTO ()			

2.1. Faltas Eliminatórias:

Descrição	SIM	NÃO
a) Avançou sinal vermelho		
b) Avançou via preferencial		
c) Entrou na contramão		
d) Excedeu a velocidade indicada para a via		
e) Avançou sobre o meio-fio		
f) Provocou acidente durante a realização do exame		

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.3 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2015, do Município de Videira, SC, e para que surta os efeitos legais que:

- a deficiência que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo de descrito acima;
- fico impedido de usufruir da condição de portador de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Videira, SC, ____ de _____ de 2015.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO V

CRONOGRAMA (sujeito à alterações)

DATA	ATO
15.5.2015	Publicação do Edital de Processo Seletivo
18.5 a 16.6.2015	Período de Inscrições
16.6.2015	Data limite para pagamento da inscrição, utilizando o boleto bancário em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas ou via internet até às 23h59min
22.6.2015	Publicação da lista preliminar dos inscritos
23 e 24.6.2015	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
26.6.2015	Homologação da lista definitiva de inscritos
30.6.2015	Divulgação do Local da Prova
5.7.2015, com início às 8h30min e término às 11h30min	Realização das provas escritas
5.7.2015, a partir das 19h	Publicação dos gabaritos preliminares da prova escrita e dos cadernos de prova
6 e 7.7.2015	Prazo para recurso da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova escrita objetiva
13.7.2015	Publicação dos gabaritos definitivos, nota final das provas escrita e da lista preliminar de classificados
14 e 15.7.2015	Prazo de recurso lista de classificados
17.7.2015	Publicação da agenda da prova prática e de aptidão física
19.7.2015, com início às 8h30min e término previsto às 15h30min	Realização das provas práticas e de aptidão física
20 e 21.7.2015	Prazo para recursos das provas práticas e de aptidão física
27.7.2015	Publicação das notas finais das provas escrita, prática e de aptidão física, com a respectiva classificação preliminar dos aprovados
28 e 29.7.2015	Prazo de recurso lista de classificados
31.7.2015	Homologação do resultado final, com eventuais recursos julgados

ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015 – PMV

ENCERRAMENTO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015-PMV, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO PARA SEREM UTILIZADAS NAS IDENTIFICAÇÕES DE OBRAS E AÇÕES DA PREFEITURA DE VIDEIRA, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.

Videira, 13 de Maio de 2015.

VILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N. 0038/15

Extrato do Contrato n. 0038/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NILCILEI APARECIDA PEREIRA PERDUN

CPF: 018.106.469-36

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A WILMAIR AUXILIADORA CAMPOS AFASTADA PARA EXERCER ATIVIDADES NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSORA – ARTES ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0099/15

Extrato do Contrato n. 0099/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DAYANE SOPPELSA DA SILVA

CPF: 049.175.099-47

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSORA – ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0115/15

Extrato do Contrato n. 0115/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDRESSA GUZZI

CPF: 075.483.649-54

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2015 a 31 de março de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0126/15

Extrato do Contrato n. 0126/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DILMA RODRIGUES BUENO

CPF: 892.147.819-15

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A FRANCÉLIA FORTES AFASTADA PARA EXERCER ATIVIDADES DE ASSESSOR DE SECRETARIA ESCOLAR I

VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2015 a 23 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSORA – EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0144/15

Extrato do Contrato n. 0144/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELAINE APARECIDA LESNIESKY MAUS

CPF: 590.966.679-72

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2015 a 03 de março de 2015

FUNÇÃO: PROFESSORA – ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0145/15

Extrato do Contrato n. 0145/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEYSI DE LIMA SERAFINI

CPF: 076.800.699-64

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2015 a 08 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0159/15

Extrato do Contrato n. 0159/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIBELE CAON TURMINA

CPF: 097.449.459-31

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A TELMA CLAUDETE DA MOTTA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 06 de março de 2015 a 02 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0165/15

Extrato do Contrato n. 0165/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VLADENISE REOLON BORTOLOZO

CPF: 933.498.829-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A NEIVA MARIA FERREIRA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 06 de março de 2015 a 25 de maio de 2015

FUNÇÃO: PROFESSORA – ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.325,92 (dois mil, trezentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0167/15

Extrato do Contrato n. 0167/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CAMILA GAVASSO MOREIRA

CPF: 081.605.989-63

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 04 de março de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0168/15

Extrato do Contrato n. 0168/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SARA GONÇALVES RYBANDT

CPF: 763.271.409-04

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A IDA TEREZA BUSS DONZELLI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 03 de março de 2015 a 26 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0169/15

Extrato do Contrato n. 0169/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA CARLA CORREA DA ROCHA

CPF: 045.429.269-40

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 04 de março de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSORA – ARTES ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0174/15

Extrato do Contrato n. 0174/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JAQUELINE DELFES DOS SANTOS

CPF: 080.018.149-20

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A IRMA SALETE PEREIRA DOS SANTOS EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 04 de março de 2015 a 10 de junho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0175/15

Extrato do Contrato n. 0175/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALINE CARDOSO DA SILVA

CPF: 105.096.249-44

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de março de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0176/15

Extrato do Contrato n. 0176/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SONIA SALETE DA SILVA BALDISSARELLI

CPF: 655.879.609-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 04 de março de 2015 a 31 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0178/15

Extrato do Contrato n. 0178/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LARISSA RIBEIRO DA SILVA

CPF: 095.865.949-47

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de março de 2015 a 31 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0181/15

Extrato do Contrato n. 0181/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANE ALVES DE OLIVEIRA

CPF: 081.382.019-75

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SIRLEI PERAZZOLI HEINECK EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 10 de março de 2015 a 10 de junho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0182/15

Extrato do Contrato n. 0182/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KARINE FERNANDES DA SILVA

CPF: 047.617.169-59

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A ADIR TEREZINHA PEREIRA DOS SANTOS EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 10 de março de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0184/15

Extrato do Contrato n. 0184/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELLE APARECIDA HELEODORO DE BAIR-ROS

CPF: 080.268.149-24

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de março de 2015 a 30 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0192/15

Extrato do Contrato n. 0192/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELISANGELA SILVEIRA

CPF: 068.042.039-84

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 16 de março de 2015 a 30 de junho de 2015

FUNÇÃO: PROFESSORA – ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INI-CIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.325,92 (dois mil, trezentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0185/15

Extrato do Contrato n. 0185/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELAINE RAMBO CANTELLI

CPF: 005.805.139-20

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 11 de março de 2015 a 31 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0195/15

Extrato do Contrato n. 0195/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: AMANDA DE ARAUJO

CPF: 091.109.229-38

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-NAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 19 de março de 2015 a 30 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0186/15

Extrato do Contrato n. 0186/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: RAFAELA PIRES DOS SANTOS

CPF: 064.198.029-97

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A CLEMENTINA SANTINA DEMENECK EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFOR-ME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 06 de março de 2015 a 03 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0196/15

Extrato do Contrato n. 0196/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA RODRIGUES DA SILVA MULLER

CPF: 787.304.819-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A NILDA NELSI BECKEM-BACH DOS SANTOS EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 18 de março de 2015 a 19 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0189/15

Extrato do Contrato n. 0189/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIANE DINO DOS SANTOS DO PRADO

CPF: 029.133.939-50

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SOLANGE APARECIDA BALBINOT EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFOR-ME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 11 de março de 2015 a 11 de maio de 2015

FUNÇÃO: PROFESSORA – EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0197/15

Extrato do Contrato n. 0197/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA SPIERING PEREIRA

CPF: 039.485.319-94

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A ZILDA LUCIA FEL-CKILKER EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO, CONFORME PORTARIA 0167/15

VIGÊNCIA: de 16 de março de 2015 a 03 de junho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0199/15

Extrato do Contrato n. 0199/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOCEMARA DOS SANTOS SOTELE BOZ

CPF: 061.106.399-90

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 18 de março de 2015 a 30 de junho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0204/15

Extrato do Contrato n. 0204/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA APARECIDA DE QUADROS

CPF: 844.889.309-30

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 24 de março de 2015 a 30 de junho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0205/15

Extrato do Contrato n. 0205/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: DORCELINO ADELAR DE OLIVEIRA

CPF: 304.859.919-34

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 20 de março de 2015 a 30 de junho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0225/15

Extrato do Contrato n. 0225/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SÔNIA MARA CORRÊA PIRES PADILHA

CPF: 018.506.029-30

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2015 a 31 de maio de 2015

FUNÇÃO: ENFERMEIRA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.362,58 (três mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)

LEI Nº 3.240/15

LEI Nº 3.240/15, DE 13 DE MAIO DE 2015.

Extingue Órgão Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica extinto, em razão da sua inatividade, o Órgão Municipal "Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto", inscrito no CNPJ nº 86.554.789/0001-48, ficando o Município de Videira desvinculado do seu respectivo CNPJ.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 22 de agosto de 1978.

Videira, 13 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0359/15

PORTARIA nº 0359/15

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10, e a vista do que consta no Memorando do Departamento Pessoal nº 047/15, datado de 08 de maio de 2015;

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora SANDRA URBANO DOS SANTOS, Enfermeira, a partir do dia 04 de maio de 2015 até 31 de agosto de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2015.

Videira, 08 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0360/15

PORTARIA nº 0360/15

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7655/2015,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional do servidor DIRCEU RISSI, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, o qual será computado em dobro, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 01.04.1990 a 30.06.1994.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0361/15

PORTARIA nº 0360/15

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7655/2015,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional do servidor DIRCEU RISSI, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, o qual será computado em dobro, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 01.04.1990 a 30.06.1994.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0362/15

PORTARIA nº 0362/15

Concede Adicional de Pós-Graduação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 118/11, de 21 de dezembro de 2011, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7544/2015,

RESOLVE

Conceder Adicional de Pós-Graduação Lato Sensu, à servidora FERNANDA MATTOS CENCI, ocupante do cargo de Psicóloga, a partir 05 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2015.

Videira, 11 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0363/15

PORTARIA nº 0363/15

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10, e a vista do que consta no Memorando do Departamento Pessoal nº 053/15, datado de 07 de maio de 2015;

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora LUCIANA RAMOS DA CUNHA, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 06 de maio de 2015 até 02 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 06 de maio de 2015.

Videira, 12 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0373/15

PORTARIA nº 0373/15

Revoga a Portaria nº 0510/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações, bem como o Decreto nº 11.976/15;

RESOLVE

Revogar, a partir de 30 de abril de 2015, a Portaria nº 0510/14, que designou ALBARI FERREIRA DE SOUZA, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar II, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 30 de abril de 2015.

Videira, 13 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 71/2015 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE FILTROS AUTOMOTIVOS, DE FORMA PARCELADA, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, POLICIA MILITAR E BOMBEIROS) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL). 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 08:30 horas do dia 17/06/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 08:30 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 14 de Maio 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 68/2015 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS MODELOS DIVERSOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, TURISMO E CULTURA, ORTRAVI, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE). 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 29/05/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 14 de Maio 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

PP 20/2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 PMXV

Objeto: Registro de preços para a possível contratação de empresa especializada para realização de serviços elétricos em imóveis de todos os Departamentos E Fundos do Município de Xavantina, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 27/05/2015.

Abertura: dia 27/05/2015, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 15 de maio de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO,

Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 011/2015

AVISO DE INEXIGIBILIDADE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE INEXIGIBILIDADE, A SABER:
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2015
HOMOLOGAÇÃO: 13/05/2015
CONTRATADO: LENOIR TISSIANI JUNIOR CNPJ: 16.688.702/0001-40
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE PARA SESSÃO DE FISIOTERAPIA ESPECIALIZADA EM CONCEITO NEUROVOLUTIVO BOBATH, E CONSULTA ESPECIALIZADA EM PEDIATRIA, CONFORME EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 006/2015.
VALOR DA DESPESA: R\$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS)
VIGÊNCIA: 31/12/2015
FUNDAMENTO: CAPUTU Art. 25 DA LEI 8.666/93.

XAXIM, 13/05/2015
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

AVISO DE REPUBLICAÇÃO PREGÃO 043/2015

MUNICIPIO DE XAXIM
PREGÃO PRESENCIAL N. 043/2015
PROCESSO LICITATÓRIO N. 077/2015
AVISO DE ALTERAÇÃO DE PRAZO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL
O Município de Xaxim – SC torna público a REPUBLICAÇÃO referente ao pregão presencial, objetivando contratação de empresa especializada para execução de reforma do Ginásio de Esportes da Escola Municipal Dom Bosco, incluindo mão de obra e materiais, conforme descrição completa no edital, destinado para Secretaria de Educação e Cultura, na qual não houve interessados pela SEGUNDA VEZ, restando à licitação deserta.
Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 14h: 00min do dia 27 de maio de 2015, procedendo à abertura às 14h: 30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 14 de maio de 2015.
Idacir Antônio Orso
Prefeito Municipal

ERRATA DE CONCORRENCIA 001/2015

ERRATA DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO 084/2015
CONCORRÊNCIA 001/2015

O MUNICIPIO DE XAXIM, através do Prefeito Municipal comunica que fica alterado o referido edital no item 5.1.3.3, que tem por objeto doação não remunerada de incentivos econômicos, através da doação com encargos de bens públicos, visando o desenvolvimento econômico e social do município, do bem imóvel com matrícula no CRI sob o nº 23.224. O edital retificado encontra-se disponível no site do município de Xaxim no endereço eletrônico www.xaxim.sc.gov.br

As demais disposições permanecem inalteradas.

Xaxim - SC, 14 de maio de 2015.
Idacir Antônio Orso
Prefeito Municipal

Consórcios

CIGA

ATO DE DISPENSA Nº 10/2015

Ato de Dispensa nº 10/2015

Processo de Licitação nº 12/2015

Objeto: aquisição de 11 (onze) certificados digitais do tipo e-CPF A3 e um certificado digital do tipo e-CNPJ A3.

Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

CNPJ: 34.028.316/0001-03

VALOR: R\$ 1.651,38 (um mil e seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e oito centavos).

Florianópolis, 14 de maio de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 293 - PGT -CANOINHAS

Extrato de Contrato nº 293/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Canoinhas

CONTRATANTE: Município de Canoinhas

CNPJ: 83.102.384/0001-80

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 025/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.280,00 (Hum mil duzentos e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 16 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 294 - PGT -RIO NEGRINHO

Extrato de Contrato nº 294/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Rio Negrinho

CONTRATANTE: Município de Rio Negrinho

CNPJ: 83.102.756/0001-79

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 037/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.165,00 (Hum mil cento e sessenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 06 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO - 295 - PGT -JOINVILLE

Extrato de Contrato nº 295/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão Tributária – Joinville

CONTRATANTE: Município de Joinville

CNPJ: 83.169.623/0001-10

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO MUNICIPAL Nº: 188/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

1º) Através do presente termo, de comum acordo, entre as partes, o Município adita o contrato prorrogando o prazo de vigência em 12 (doze) meses, alterando seu vencimento para o dia 31/12/2015.

2º) A despesa decorrente deste aditamento correrá de acordo com a dotação orçamentária: 05.01.04.122.05.123.02.001020.3.3.93.3 9.00

3º) Altera-se o valor mensal do contrato para R\$ 2.440,00 (dois mil , quatrocentos e quarenta reais)

Florianópolis, 18 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI**RESOLUÇÃO Nº 125 DE 30 DE ABRIL DE 2015**

RESOLUÇÃO Nº 125, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Regulamenta a modalidade Pregão para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público, e com base na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e demais dispositivos aplicáveis a espécie,

RESOLVE:

Art. 1º - Regular, na forma disposta nesta Resolução e em seus Anexos I e II, a modalidade de licitação denominada de pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.

Parágrafo único - Ressalvar a aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006 nas licitações realizadas pelo CIMVI.

Art. 2º - Pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado, em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de lances sucessivos.

Parágrafo único - Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 3º - Os contratos celebrados pelo CIMVI para a aquisição de bens e serviços comuns serão precedidos, prioritariamente, de licitação na modalidade pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

Art. 4º - A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Parágrafo único - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do CIMVI, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 5º - Para o julgamento das propostas serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

Art. 6º - Todos quantos participem de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira

a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 7º - A licitação na modalidade pregão não se aplica às contratações de obras de engenharia, às locações imobiliárias, alienações em geral e aos demais serviços cujas especificações dependam de avaliação técnica, que serão regidas pela legislação geral.

Art. 8º - À autoridade competente, designada de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

I - aprovar o Termo de Referência e determinar a abertura da licitação;

II - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;

III - decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;

IV - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

V - homologar o resultado da licitação;

VI - promover a celebração do contrato.

Art. 9º - A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - elaboração do termo de referência pelo órgão requisitante e aprovação deste documento pela autoridade competente.

II - previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras e serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

III - designação do pregoeiro e da equipe de apoio.

IV - elaboração do edital, contendo os elementos necessários e normas que disciplinarem os procedimentos, além da minuta do contrato, quando for o caso.

§ 1º - As minutas do edital, bem como as dos seus respectivos contratos, devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica do CIMVI.

§ 2º - O termo de referência é o documento que deverá conter:

a) Justificativa da necessidade de contratação;

b) Definição do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

c) Elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, com valor estimado em planilhas, de acordo com o preço de mercado;

d) Definição dos métodos e estratégia de suprimentos;

e) Definição das exigências de habilitação, em conformidade com o artigo 4º, inciso XIII, da Lei nº 10.520/02;

f) Critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva, que pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e atendimento das necessidades do CIMVI.

Art. 10 - As designações do pregoeiro e da equipe de apoio devem recair nos empregados ou servidores do órgão ou entidade promotora da licitação ou dos Municípios consorciados.

§ 1º - A equipe de apoio deve ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de emprego público efetivo do CIMVI ou dos Municípios consorciados, e/ou do quadro permanente destes.

§ 2º - A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitação específica.

§ 3º - Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição que reúna perfil adequado, aferidos pela autoridade competente.

Art. 11 - Caberá ao pregoeiro, em especial:

- I – coordenar o processo licitatório;
- II – elaborar as minutas do edital e seus anexos, submetendo os mesmos à aprovação da Autoridade competente;
- III - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital;
- IV – conduzir a sessão pública;
- V – verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à Autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VII – indicar o vencedor do certame;
- VIII – adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- IX – conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- X – encaminhar o processo devidamente instruído à Autoridade superior, propondo a homologação.

Art. 12 - Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Art. 13 - A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I - a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

a) até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

1) Diário Oficial, nos termos dos incisos I e II do artigo 21 da Lei nº 8.666/93; e

2) Meio eletrônico, na Internet.

b) acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) até R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

1) Diário Oficial, nos termos dos incisos I e II do artigo 21 da Lei nº 8.666/93;

2) Meio eletrônico, na Internet; e

3) Jornal de grande circulação local.

c) superiores a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

1) Diário Oficial, nos termos dos incisos I e II do artigo 21 da Lei nº 8.666/93;

2) Meio eletrônico, na Internet; e

3) Jornal de grande circulação regional ou nacional.

II – do aviso constarão a definição do objeto da licitação e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;

III – do edital constarão todas as exigências previstas no artigo 40 da Lei nº 8.666/93;

IV – o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados prepararem suas propostas;

V - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, nos termos dos procedimentos estabelecidos pelos Anexos I e II deste Regulamento;

VI – encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, o pregoeiro procederá à verificação das condições de habilitação do licitante que apresentou a melhor oferta apurada, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

VII – constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante que tiver apresentado a melhor oferta apurada será declarado vencedor;

VIII - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

IX - nas situações previstas nos incisos VII e VIII o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

X – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XI - o recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo;

XII - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XIII – a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

XIV - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação;

XV – se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso VIII.

Art. 14 - A habilitação far-se-á com a verificação dos seguintes documentos:

I – Certidão Negativa de Débito – CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social ou pela Secretaria de Receita Previdenciária;

II – Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal;

III – Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa para com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, quando for o caso.

§ 1º - O edital poderá constar exigências quanto à habilitação jurídica e qualificação técnica e econômica-financeira, nos termos dos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - O licitante inscrito no Cadastro de Fornecedores do CIMVI ou dos Municípios consorciados poderá substituir os documentos exigidos no edital pelo Certificado de Registro Cadastral respectivo.

§ 3º - Os documentos que não constarem do Certificado de Registro Cadastral deverão ser entregues separados, no momento da sessão pública, nos termos do artigo 32 da Lei nº 8.666/93.

§ 4º - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos ou sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 15 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Art. 16 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I - comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o CIMVI;

II - apresentação da documentação de habilitação especificada no instrumento convocatório por empresa consorciada;

III - comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida no edital;

IV - demonstração, por empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

VI - obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I;

VII - constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único - Fica impedida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 17 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 18 - A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/93.

Art. 19 - Até dois dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

Parágrafo único - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

Art. 20 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias anteriores à data para abertura da sessão pública, na forma e condições definidas pelo Edital.

Art. 21 - Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 22 - O CIMVI publicará, no Diário Oficial respectivo, o extrato dos contratos celebrados, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

Art. 23 - Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meio eletrônico, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

I - termo de referência;

II - planilhas de custo, quando for o caso;

III - previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;

IV - autorização de abertura da licitação;

V - designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VI - edital e respectivos anexos, quando for o caso;

VII - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

VIII - parecer jurídico;

IX - documentação exigida para a habilitação;

X - ata contendo os seguintes registros:

a) licitantes participantes;

b) propostas apresentadas;

c) lances ofertados na ordem de classificação;

d) aceitabilidade da proposta de preço;

e) habilitação; e

f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões.

XI - comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital;

b) do resultado da licitação;

c) do extrato do contrato; e

d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

Art. 24 - Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos do Anexo II desta Resolução.

Art. 25 - Compete a Diretoria Executiva do CIMVI estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada por esta Resolução.

Art. 26 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 30 de abril de 2015.

Sergio Almir dos Santos

Presidente do CIMVI

ANEXO I

PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO PRESENCIAL

Art. 1º - Este Anexo I estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial.

Art. 2º - A sessão pública do pregão presencial será processada da seguinte forma:

I – no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, com a apresentação dos seguintes documentos:

a) se tratando do responsável legal da empresa: cópia autenticada do contrato social ou instrumento equivalente que demonstre a competência legal do interessado para representar e assinar pela empresa, juntamente com cópia do documento de identidade (com foto), admitido em lei;

b) se tratando de representante constituído: apresentar procuração com poderes para praticar todos os atos inerentes ao pregão, em especial, formular propostas e lances, firmar acordos, interpor ou desistir de recursos, devidamente assinada, juntamente com cópia do documento de identidade (com foto), admitido em lei;

II - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes constituídos apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão ao pregoeiro os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

III - o pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço;

IV - quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro

classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

V - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

VI - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

VII - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão definitiva do licitante na fase de lances verbais;

VIII - caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

IX - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

X - sendo aceitável a proposta de menor preço, será solicitado o envelope de habilitação da licitante correspondente e procedido a sua abertura para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nos dados cadastrais do CIMVI ou de seus Municípios consorciados, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão;

XI - os documentos a que se referem o inciso anterior poderão ser substituídos por Certificados de Registro Cadastral e ou complementados, nos termos e condições dispostas no edital do certame licitatório;

XII - os atos posteriores serão em consonância com o disposto nos incisos VII a XV do artigo 13 desta Resolução.

Art. 3º - O CIMVI, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

ANEXO II

PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 1º - Este Anexo II estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica.

Art. 2º - Para efeito deste Anexo considera-se:

I - CidadeCompras: portal de compras municipais, definido pelo CIMVI como o sistema eletrônico a ser utilizado no âmbito do Consórcio Público para realização do pregão e demais aquisições de bens e serviços através do uso da tecnologia da informação. Sítio: <https://cidadecompras.cnm.org.br>.

II - Confederação Nacional de Municípios é a entidade responsável pelo apoio técnico e operacional, que atuará como provedora do sistema eletrônico de compras denominado CidadeCompras.

Art. 3º - O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

Parágrafo único - O sistema a que se refere este artigo será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

Art. 4º - O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou entidade promotora da licitação, com apoio técnico e

operacional da Confederação Nacional de Municípios, através do CidadeCompras.

Art. 5º - Serão previamente credenciados perante o CidadeCompras a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que participam do pregão eletrônico.

§ 1º - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico e deverá ser providenciado junto ao CidadeCompras.

§ 2º - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento por órgão participante do CidadeCompras.

§ 3º - A perda da senha ou a quebra do sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4º - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 5º - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 6º - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se no CidadeCompras para certames promovidos pelo CIMVI, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão;

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único - O fornecedor descredenciado no CidadeCompras terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 7º - A documentação exigida para atender ao disposto no edital do certame licitatório, na forma eletrônica, poderá ser substituída pelo certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral a ser adotado e integrado com o CidadeCompras.

Art. 8º - A íntegra do edital de pregão, na forma eletrônica, será disponibilizada no Portal CidadeCompras, sítio: www.cidadecompras.org.br.

cnm.org.br.

§ 1º - O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida e obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 2º - A publicação referida neste artigo será efetuada no Cida-DeCompras e poderá ser feita conjuntamente em sítios oficiais do CIMVI, na internet, desde que certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

§ 3º - Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem do tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 9º - Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

§ 1º - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º - Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas nesta Resolução e/ou na legislação específica.

§ 4º - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 10 - A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º - Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º - A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 11 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Art. 12 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances

exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2º - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

§ 7º - O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 8º - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§ 11 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 13 - Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º - A habilitação dos licitantes será verificada preferencialmente por meio eletrônico através dos sítios de emissão de documentos ou através de consultas diretas aos sistemas de registros cadastrais que atendam aos requisitos da legislação pertinente.

§ 2º - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados nos sítios referidos no parágrafo anterior deverão ser apresentados via fax, no prazo e condições definidas no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

§ 3º - Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§ 4º - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

Art. 14 - Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia e motivada do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

Art. 15 - Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

Art. 16 - A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 17 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal no CidadeCompras e, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período.

Parágrafo único - Somente a autoridade que registrou as penalidades no CidadeCompras poderá fazer a sua retirada.

Art. 18 - Qualquer interessado poderá acompanhar os processos no endereço eletrônico <https://cidadecompras.cnm.org.br>.

Art. 19 - A Diretoria Executiva do CIMVI poderá, a qualquer momento, firmar adesão a outro portal de compras municipais, alterando o sistema eletrônico a ser utilizado no âmbito do Consórcio Público para realização do pregão e demais aquisições de bens e serviços através do uso da tecnologia da informação, inclusive com escolha de outra entidade responsável pelo apoio técnico e operacional, que atuará como provedora do sistema eletrônico de compras.

RESOLUÇÃO Nº 127 DE 04 DE MAIO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 127, DE 04 DE MAIO DE 2015.

Autoriza o custeio de despesas de alimentação, deslocamento e estadia a profissionais da imprensa que se cadastrarem para divulgação de produtos/eventos apoiados/promovidos pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, e

Considerando-se a necessidade de promoção/divulgação dos produtos turísticos e/ou eventos apoiados/promovidos pelo CIMVI em publicações especializadas, bem como da importância técnica pelo aproveitamento do potencial de divulgação/promoção em âmbito nacional desses produtos/eventos;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o custeio de despesas de alimentação, deslocamento e estadia a profissionais da imprensa que se cadastrarem para divulgação de produtos/eventos apoiados/promovidos pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes desta Resolução correrão a conta das dotações próprias do Orçamento Programa 2015 do CIMVI.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 04 de maio de 2015.

Sergio Almir dos Santos
Presidente

RESOLUÇÕES Nº 126 DE 04 DE MAIO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 126, DE 04 DE MAIO DE 2015.

Estabelece Pregoeiro e Equipe de Apoio para atuarem em licitações do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, na modalidade de pregão.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público, e com base no artigo 3º, inciso IV e § 1º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e Resolução nº 125, de 30/04/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - O processamento, a análise e o julgamento das propostas de preço, das rodadas de lances e dos documentos de habilitação relativas às licitações na modalidade de pregão efetuadas pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, serão executadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Timbó - SC, sede do Consórcio Público.

§ 1º - Para o exercício de 2015, o Pregoeiro e Equipe de Apoio de que trata o "caput" deste artigo são os designados pelo Prefeito do Município de Timbó, na Portaria nº 845, de 03 de fevereiro de 2014, alterada pela Portaria nº 1.328, de 03 de setembro de 2014.

§ 2º - Em suas licitações, o Consórcio Público poderá aceitar Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores emitido por qualquer um dos Municípios que o integram, confirmando-se sua validade e autenticidade.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 04 de maio de 2015.

Sergio Almir dos Santos
Presidente

CIS NORDESTE**EXTRATO CONTRATOS EDITAL 01/2015**

Contrato nº 08/2015 de 24/04/2015

Contratante: CISONORDESTE/SC

Contratada: Gastrocentro S/C Ltda

CNPJ: 05.639.628/0001-55

Objeto: Prestação de Serviços de Saúde em: exames e procedimentos e gastroenterologia

Valor médio mensal do contrato: R\$ 72.863,20 (setenta e dois mil, oitocentos e sessenta e três reais e vinte centavos).

Valor anual: R\$ 874.358,40 (oitocentos e setenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos).

Prazo de validade: 31/12/2015

Base Legal: Inexigibilidade de licitação.

Contrato nº 09/2015 de 01/05/2015

Contratante: CISONORDESTE/SC

Contratada: Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul

CNPJ: 12.846.027/0001-89

Objeto: Prestação de Serviços de Saúde em: Ressonância Magnética, Tomografia Computadorizada, Densitometria Óssea e Ultrassonografia.

Valor médio mensal do contrato: R\$ 67.774,00 (sessenta e sete mil, setecentos e setenta e quatro reais).

Valor anual: R\$ 813.288,00 (oitocentos e treze mil, duzentos e oitenta e oito reais).

Prazo de validade: 31/12/2015

Base Legal: Inexigibilidade de licitação.

Extrato Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2013

Contratante: CISONORDESTE/SC

Contratada: Hospital de Olhos Freitag Ltda

CNPJ: 03.264.088/0001-47

Objeto: Inclusão contratual de exames de ultra-sonografia

Valor mensal: R\$ 1.009,00 (um mil e nove reais).

Valor anual: R\$ 12.108,00 (doze mil, cento e oito reais)

Prazo de validade: 31/12/2015

Base Legal: Inexigibilidade de licitação.

RESOLUÇÃO Nº 07/2015

Resolução nº 07/2015.

Designa e nomeia os empregados públicos contratados em cargo de comissão e dá providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, Sr. José Chaves, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISONORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/07 e, considerando a necessidade de designação formal dos empregados públicos comissionados, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR os abaixo relacionados para ocuparem os empregos públicos comissionados designados, conforme consta do Contrato de Consórcio Público em seu Anexo II, a partir de:

I – 10 de fevereiro de 2014:

- DEISI ARIANE SCHAEFER HILGENSTIELER - Gerente Financeira

II – 01º de março de 2014:

- ANA MARIA GROFF JANSEN - Diretora Executiva

- MÁRCIA REGINA EBERT - Coordenadora Administrativa/Financeira

- ROSLAINE DE OLIVEIRA – Gerente de Controle e Avaliação

III – 11 de março de 2014:

- NORMA BASSOLS RODRIGUES HOLZ - Assessora Jurídica

Art. 2º Convalidar o período anterior a data da publicação desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Joinville, 16 de março de 2015.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISONORDESTE/SC

CIS/AMARP**EXTRATO CONTRATO 79 2015****EXTRATO DE CONTRATO 79/ 2015**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e IEAS-HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, neste ato representada pelo seu representante legal Flamarion da Silva Lucas, CPF 658.498.760-49.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Consultas Eletivas Especializadas e mutirão de cirurgias eletivas nas especialidades de cirurgia geral e ginecologia EDITAL 01/2015.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 79/2015.

Prazos: inicia-se em 15 de maio de 2015, encerrando-se em 31 de dezembro de 2015.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 12/05/2015

Signatários: Prefeito Gilberto Amaro Comazzetto contratante e Flamarion da Silva Lucas contratado.

RESOLUÇÃO 09 2015 CPL**Resolução nº 09/2015-CPL**

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o Credenciamento de IEAS-HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, neste ato representada pelo seu representante legal, Flamarion da Silva Lucas, CPF 658.498.760-49 em conformidade com o edital 01/2015 para Credenciamento de procedimentos em:

Procedimentos	CÓDIGO	Valor
Consulta pré-cirúrgica	(*) 90336	60,00
Consulta pré-anestésica	(*) 90360	60,00
EXERESE DE CISTO SACRO-COCCIGEO	0401020088	280,00
EXTIRPAÇÃO E SUPRESSÃO DE LESÃO DE PELE E DE TECIDO CELULAR SUBCUTÂNEO	0401020100	280,00
HEMORROIDECTOMIA	0407020284	280,00
COLECISTECTOMIA	0407030026	280,00
COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA	0407030034	280,00
ESPLENECTOMIA	0407030123	280,00
HERNIOPLASTIA DIAFRAGMÁTICA (VIA ABDOMINAL)	0407040048	280,00
HERNIOPLASTIA DIAFRAGMÁTICA (VIA TORÁCICA)	0407040056	280,00
HERNIOPLASTIA EPIGÁSTRICA	0407040064	280,00
HERNIOPLASTIA EPIGÁSTRICA VIDEOLAPAROSCÓPICA	0407040072	280,00

HERNIOPLASTIA INCISIONAL	0407040080	280,00
HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	0407040099	280,00
HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	0407040102	280,00
HERNIOPLASTIA UMBILICAL	0407040129	280,00
HERNIOPLASTIA INGUINAL VIDEOLAPAROSCÓPICA	0407040137	280,00
HERNIOPLASTIA S/ RESSEÇÃO INTESTINAL (HERNIA ESTRANGULADA)	0407040145	280,00
LAPAROTOMIA EXPLORADORA	0407040161	280,00
LIBERAÇÃO DE ADERÊNCIAS INTESTINAIS	0407040188	280,00
CERCLAGEM DE COLO DO ÚTERO	0409060011	380,00
COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR COM AMPUTAÇÃO DE COLO	0409060020	380,00
CURETAGEM SEMIÓTICA C/ OU S/ DILATAÇÃO DO COLO DO ÚTERO	0409060046	380,00
CURETAGEM UTERINA EM MOLA HIDATIFORME	0409060054	380,00
HISTERECTOMIA COM ANEXECTOMIA UNI OU BILATERAL	0409060119	380,00
HISTERECTOMIA SUBTOTAL	0409060127	380,00
HISTERECTOMIA TOTAL	0409060135	380,00
LAQUEADURA TUBÁRIA	0409060186	380,00
MIOMECTOMIA	0409060194	380,00
OOFERECTOMIA / OOFOROPLASTIA	0409060216	380,00
SALPINGECTOMIA UNI / BILATERAL	0409060232	380,00
COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	0409070050	380,00
COLPOPLASTIA ANTERIOR	0409070084	380,00
EXERESE DE CISTO VAGINAL	0409070149	380,00
EXERESE DE GLÂNDULA DE BARTOLIN / SKENE	0409070157	380,00
EXTIRPAÇÃO DE LESÃO DE VULVA / PERÍNEO (POR ELETROCOAGULAÇÃO OU FULGURAÇÃO)	0409070165	380,00
MARSUPIALIZAÇÃO DE GLÂNDULA DE BARTOLIN	0409070190	380,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE HIPERTROFIA DOS PEQUENOS LÁBIOS	0409070262	380,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA POR VIA VAGINAL	0409070270	380,00

(*) CÓDIGO CIS/AMARP

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 04 de maio de 2015.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 21 2015

Resolução nº 21/2015

A Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CISAMARP, em conformidade com o Artigo 15 do Estatuto Social, Inciso XV.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Homologada a Resolução nº 20/2015 que concede Revisão Geral Anual a todos os agentes públicos do Consórcio de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CISAMARP, em percentual correspondente a 8,34% (oito inteiros e trinta e quatro décimos) correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, acumulado nos meses de maio de 2014 a abril de 2015.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de maio de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
Presidente

Ivo Biazzolo
1º Vice Presidente

Luciano Paganini
2º Vice-Presidente

Ivone Mazutti De Geroni
1º Secretário

Emerson Zanella
2º Secretário

RESOLUÇÃO 22 2015

Resolução nº 22/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços de consultas eletivas e mutirão de cirurgias eletivas em cirurgia geral e ginecologia, a seguir:

IEAS-HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira - SC, em conformidade com o edital 01/2015, Termo de credenciamento 79/2015.

Procedimentos	CÓDIGO	Valor
Consulta pré-cirúrgica	(*) 90336	60,00
Consulta pré-anestésica	(*) 90360	60,00
EXERESE DE CISTO SACRO-COCCIGEO	0401020088	280,00
EXTIRPAÇÃO E SUPRESSÃO DE LESÃO DE PELE E DE TECIDO CELULAR SUBCUTÂNEO	0401020100	280,00
HEMORROIDECTOMIA	0407020284	280,00
COLECISTECTOMIA	0407030026	280,00
COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA	0407030034	280,00
ESPLENECTOMIA	0407030123	280,00
HERNIOPLASTIA DIAFRAGMÁTICA (VIA ABDOMINAL)	0407040048	280,00
HERNIOPLASTIA DIAFRAGMÁTICA (VIA TORÁCICA)	0407040056	280,00
HERNIOPLASTIA EPIGÁSTRICA	0407040064	280,00
HERNIOPLASTIA EPIGÁSTRICA VIDEOLAPAROSCÓPICA	0407040072	280,00
HERNIOPLASTIA INCISIONAL	0407040080	280,00
HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	0407040099	280,00
HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	0407040102	280,00

HERNIOPLASTIA UMBILICAL	0407040129	280,00
HERNIORRAFIA INGUINAL VIDEOLAPAROSCOPICA	0407040137	280,00
HERNIORRAFIA S/ RESSECCAO INTESTINAL (HERNIA ESTRANGULADA)	0407040145	280,00
LAPAROTOMIA EXPLORADORA	0407040161	280,00
LIBERACAO DE ADERENCIAS INTESTINAIS	0407040188	280,00
CERCLAGEM DE COLO DO UTERO	0409060011	380,00
COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR COM AMPUTACAO DE COLO	0409060020	380,00
CURETAGEM SEMIOTICA C/ OU S/ DILATAÇÃO DO COLO DO UTERO	0409060046	380,00
CURETAGEM UTERINA EM MOLA HIDATIFORME	0409060054	380,00
HISTERECTOMIA COM ANEXECTOMIA UNI OU BILATERAL	0409060119	380,00
HISTERECTOMIA SUBTOTAL	0409060127	380,00
HISTERECTOMIA TOTAL	0409060135	380,00
LAQUEADURA TUBÁRIA	0409060186	380,00
MIOMECTOMIA	0409060194	380,00
OOFERECTOMIA / OOFOROPLASTIA	0409060216	380,00
SALPINGECTOMIA UNI / BILATERAL	0409060232	380,00
COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	0409070050	380,00
COLPOPERINEOPLASTIA POSTERIOR	0409070068	380,00
COLPOPLASTIA ANTERIOR	0409070084	380,00
EXERESE DE CISTO VAGINAL	0409070149	380,00
EXERESE DE GLANDULA DE BARTHOLIN / SKENE	0409070157	380,00
EXTIRPAÇÃO DE LESÃO DE VULVA / PERINEO (POR ELETROCOAGULAÇÃO OU FULGURAÇÃO)	0409070165	380,00
MARSUPIALIZAÇÃO DE GLANDULA DE BARTOLIN	0409070190	380,00
TRATAMENTO CIRURGICO DE HIPERTROFIA DOS PEQUENOS LÁBIOS	0409070262	380,00
TRATAMENTO CIRURGICO DA INCONTINENCIA URINÁRIA POR VIA VAGINAL	0409070270	380,00

(*) Código próprio CISAMARP.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 8 de maio de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Presidente CIS-AMARP

CISAM

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 03/2015

"Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, para o exercício de 2016, e dá outras providências."

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições e considerando a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, de 26 de março de 2015, que APROVOU as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) PARA O EXERCÍCIO DE 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada as metas do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM Meio Oeste, para o exercício de 2016, com valor previsto em R\$ 493.967,56 (quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), conforme detalhamento a seguir:

LDO EXERCÍCIO 2016					
PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DO CONSÓRCIO CISAM MEIO OESTE					
ÓRGÃO: 01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE					
UNIDADE: 01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE					
PROGRAMA					
04 – CONTROLE DE QUALIDADE DE AGUA E ESGOTO					
DIRETRIZ					
CONTROLE DE QUALIDADE DE AGUA E ESGOTO					
OBJETIVOS					
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL.					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.002 – Operação e Manutenção dos Serviços de Regulação e Fiscalização	Consórcio Público	Unidade	01	120.000,00	R. Munic.
2.001 – Operação e Manutenção do Consórcio	Consórcio Público	Unidade	01	300.967,56	R. Munic.
1.001 – Construção e Adequação do Consórcio	Edificação e Equipamentos	Unidade	01	73.000,00	R. Munic.
TOTAL				493.967,56	

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 12 de maio de 2015.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM Meio Oeste

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 04/2015

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

“Dispõe sobre o Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, para o exercício de 2016 e dá outras providências.”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições e considerando a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, de 26 de março de 2015, que APROVOU O ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Próprio do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM Meio Oeste, para o exercício de 2016, a partir de 1º de janeiro de 2016, com Receita estimada em R\$ 493.967,56 (quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) detalhada a seguir, a qual será arrecadada de acordo com a legislação vigente, obedecendo a seguinte classificação por Categoria Econômica:

DEMONSTRATIVO DA RECEITA

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR (R\$)
1000.00.00 – RECEITAS CORRENTES	
1723.37.00 – Transferência a Consórcios públicos	99.768,39
1723.37.01 – Contribuições de Rateio	99.768,39
1300.00.00 – RECEITA PATRIMONIAL	
1325.00.00 – Remuneração de Depósitos Bancários	30.000,00
1325.00.99 – Remuneração de Outros Dep. Rec. Não Vinculados	30.000,00
1600.00.00 – RECEITAS DE SERVIÇOS	
1600.05.03 – Serv. Radiológicos e Laboratoriais	340.000,00
1600.20.03 – Regulação e Fiscalização dos Serviços de Saneamento	220.000,00
	120.000,00
2000.00.00 – RECEITAS DE CAPITAL	
2423.37.00 – Transferência a Consórcios públicos	24.199,17
2423.37.01 – Contribuições de Rateio	24.199,17
Total Geral	493.967,56

Art. 2º - A Despesa é fixada em R\$ 493.967,56 (quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), conforme discriminado abaixo e será realizada de acordo com as especificações constantes dos desdobramentos e demonstrativos a seguir:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA

Entidade:		1 - CISAM – MEIO OESTE				
Órgão:		1 - CISAM – MEIO OESTE				
Unidade Orçamentária:		1 - CISAM – MEIO OESTE				
Função:		04 - Administração				
Sub-função:		122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Programa:		04 - Controle de qualidade da água e esgoto				
Projeto/Atividade:		2.001 – Operação e Manutenção do Consórcio				
Categ. Econ.	Grupo	Modalidade	Elemento	Classificação	D E N O M I N A Ç ã O	Previsão de despesa para 2016
3	1	90	11	3.1.90.11	Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	125.593,56
3	1	90	13	3.1.90.13	Obrigações Patronais	38.934,00
					Sub Total	164.527,56
3	3	90	14	3.3.90.14	Diárias no País	12.000,00
3	3	90	30	3.3.90.30	Material de Consumo	42.000,00
3	3	90	33	3.3.90.33	Passagens	3.000,00
3	3	90	35	3.3.90.35	Consultorias	18.000,00
3	3	90	36	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	3.600,00
3	3	90	39	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	53.520,00
3	3	90	47	3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contrib. – INSS	4.320,00
					Sub Total	136.440,00
Programa:		04 - Controle de qualidade da água e esgoto				
Projeto/Atividade:		1.001 – Construção e Adequação do Consórcio				
Categ. Econ.	Grupo	Modalidade	Elemento	Classificação	D E N O M I N A Ç ã O	Previsão de despesa para 2016
4	4	90	52	4.4.90.52	Equipamento e Material Permanente	53.000,00
4	4	90	51	4.4.90.51	Obras e Instalações	20.000,00
					Sub Total	73.000,00
Programa:		04 - Controle de qualidade da água e esgoto				
Projeto/Atividade:		2.002 – Operação e Manut. Serviços de Regulação e Fiscalização				
Categ. Econ.	Grupo	Modalidade	Elemento	Classificação	D E N O M I N A Ç ã O	Previsão de despesa para 2016
3	3	90	14	3.3.90.14	Diárias no País	10.000,00
3	3	90	30	3.3.90.30	Material de Consumo	30.000,00
3	3	90	33	3.3.90.33	Passagens	5.000,00
3	3	90	35	3.3.90.35	Consultorias	40.000,00
3	3	90	39	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	30.000,00
3	3	90	47	3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	5.000,00
					Sub Total	120.000,00
					TOTAL GERAL	493.967,56

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e orçamentários a partir de 1º de janeiro de 2016.

Capinzal/SC, 12 de maio de 2015.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM Meio Oeste

CIRSURES**AVISO DE EDITAL PREGÃO 002/2015**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL

CIRSURES

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL PREGÃO Nº 002/2015 - CIRSURES

Objeto: O presente edital tem pôr objetivo a aquisição dos serviços de posto de vigilância de portaria, no período de sábado as 12:00 horas (doze horas) até segunda-feira às 7:00 horas (sete horas) da manhã e feriados (24 horas). Instalação de sistema de alarme e 4 (quatro), câmeras em comodato até o fim do contrato. Os serviços serão realizados no aterro sanitário do Consórcio Cirsures, localizado no bairro Rio Carvão, município de Urussanga. Os valores dos serviços serão pagos mensalmente, com recursos próprios do Cirsures, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas neste edital e demais anexos integrantes.

Recebimento dos envelopes: até às 15:00 horas do dia 29 de maio de 2015, na Sede do CIRSURES de Urussanga/SC, sito à Rua Vidal Ramos, 170, sala 11 – Centro – Urussanga - SC. Abertura dos envelopes: às 15:00 horas do dia 29 de maio de 2015. Edital: O edital estará à disposição dos interessados das 08 hs às 12 hs e das 13 hs às 17 hs, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, somente no CIRSURES de Urussanga/SC, na Rua Vidal Ramos, 170, sala 11 – Centro – Urussanga - SC. Maiores informações pelo telefone (0**48) 3465-0306 ou pelo e-mail: cirsures@yahoo.com.br

Renata de Brida Rosso

Pregoeira